

OS ECONOMISTAS

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

S283t Say, Jean-Baptiste, 1767-1832.
Tratado de economia política / Jean-Baptiste
Say ; prefácio de Georges Tapinos ; tradução de
Balthazar Barbosa Filho ; tradução do prefácio
de Rita Valente Correia Guedes. — São Paulo :
Abril Cultural, 1983.

(Os economistas)

1. Economia 2. Say, Jean-Baptiste, 1767-1832
I. Título. II. Série.

82-1405

CDD-330
-330.153

Índices para catálogo sistemático:

1. Economia política 330
2. Say, Jean-Baptiste : Teorias econômicas 330.153

JEAN-BAPTISTE SAY

Tratado de Economia Política

Prefácio de **Georges Tapinos**

Tradução de **Balthazar Barbosa Filho**

Tradução do Prefácio de **Rita Valente Correia Guedes**



1983

EDITOR: VICTOR CIVITA

Título original:

Traité d'Économie Politique

© Copyright desta edição, Abril S.A. Cultural e Industrial,
São Paulo, 1983.

Direitos exclusivos sobre a tradução deste volume,
Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo.



Jean-Baptiste SAY
(1767-1832)

JEAN-BAPTISTE SAY

Tratado de Economia Política*

Prefácio de **Georges Tapinos**

Tradução de **Balthazar Barbosa Filho**

Tradução do Prefácio de **Rita Valente Correia Guedes**

* Traduzido de *Traité d'Économie Politique*. Paris, Calmann-Lévy, 1972. (N. do E.)

Prefácio

“Não considero impossível que, no decorrer do próximo século, uma população duas vezes maior do que a nossa consuma uma quantidade de produtos quatro vezes maior do que a que consumimos atualmente.”

J.-B. Say, *Sur la Balance...*, 1824.

“O crescimento da riqueza não é ilimitado; no final do que se chama de estado progressivo, começa o estado estacionário.”

J.S. Mill, *Principes...*, 1848.

“Quanto maior for a riqueza social... maior será a superpopulação relativa ou o contingente de reserva industrial. Mas quanto mais essa reserva aumentar, comparativamente ao contingente ativo do trabalho (com ocupação regular), mais aumenta, também a superpopulação consolidada (permanente), ou, em outras palavras, mais se adensam as camadas trabalhadoras cuja miséria é consequência direta do trabalho imposto. E finalmente, quanto mais aumentar a camada dos Lázarus da classe assalariada e o contingente de reserva industrial, mais crescerá, também, o pauperismo oficial. *Eis a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.*”

K. Marx, *Le Capital...*, Livro I, 1867.

A importância da contribuição de Jean-Baptiste Say ao progresso da análise econômica não conquistou a unanimidade. Como igualar, ou mesmo ultrapassar, *A Riqueza das Nações*, “o monumento mais importante de uma das épocas mais importantes do pensamento econômico”;¹ como sobreviver aos *Princípios* de Ricardo, “talvez a obra mais poderosa de toda a história das doutrinas econômicas”?²

Na verdade, Say foi vítima das mais ilustres e não nos espanta constatar que as opiniões se dividem a seu respeito, desde os elogios superlativos de Dupont de Nemours: “você é grande, muito grande”,³ ou de Davenport: “Say, moderno entre os modernos”,⁴ até a apreciação crítica de um Ricardo⁵ ou de um Schumpeter.⁶

No entanto, até a tentativa de reconstrução de um equilíbrio geral “neoclássico — pós-keynesiano”, a lei dos mercados de J.-B. Say é, sem dúvida, a pedra angular da teoria do equilíbrio econômico. Linha divisória que opõe Ricardo, Say, Walras e Sismondi, Malthus, Wicksell, Keynes e toda a corrente marxista.

O que pensar, então, daqueles que reduziram Say a quase nada, que o consideraram como um simples divulgador de Adam Smith,⁷ cuja importância se limita a ter dado seu nome a uma lei⁸ — ela própria qualificada de tautologia ou de truísmo — e cuja obra inteira não passa de um conjunto de trivialidades e de tolices⁹ ou de um mero trabalho de vulgarização?¹⁰

Inquestionavelmente, vale a pena colocar o problema: deve-se ler Jean-Baptiste Say?

¹ GIDE e RIST. *Histoire des Doctrines Économiques*. 7ª ed., 1947. Tiragem de 1959. T. I, p. 112.

² VILLEY, D. *Petite Histoire des Grandes Doctrines Économiques*. 4ª ed., 1958. p. 134.

³ DUPONT DE NEMOURS. *Examen du Livre de M. Malthus sur le Principe de Population auquel on a Joint... et une Lettre à M. Say sur son "Traité d'Économie Politique"*. Filadélfia, Lafourcade, 1817. In 8º, p. 159.

⁴ DAVENPORT, H. J. *Value and Distribution*. Chicago, 1908, p. 118.

⁵ RICARDO. *Principes*. Prefácio et passim.

⁶ Vindo de SCHUMPETER, que elogio mais lisonjeiro para Say que o de ser comparado a Walras: “In the high heavens, Say's true successor was indeed the great Walras” (*History of Economic Analysis*. 1952, p. 497.) Say ocupa o centro da seqüência Turgot-Say-Walras. Cf. p. 249.

⁷ As referências são inumeráveis.

⁸ ACKLEY, G. *Macroeconomic Theory*. 1961. Student edition, 1968, p. 109.

⁹ MARX. *Le Capital*, Editions Sociales, Livro Primeiro, t. I, p. 92 e t. II, p. 121 (notas).

¹⁰ DÜHRING. *Kritische Geschichte der Nationalökonomie und des Sozialismus*. 2ª ed., 1875, p. 165. Segundo GIDE e RIST. *Loc.cit.* p. 128.

II

1. 1803, primeira edição de *Tratado de Economia Política*; Jean-Baptiste Say tem trinta e seis anos. Nascido em Nantes, em 1767, primogênito dos quatro filhos¹¹ de uma família protestante, caçula da geração de economistas que, na trilha de Adam Smith, constituíram os fundamentos de uma nova ciência: T. R. Malthus (1766-1829), David Ricardo (1772-1823), Sismonde de Sismondi (1773-1842).

Os reveses do destino de que seu pai foi vítima levam-no a arranjar o seu primeiro emprego, num banco parisiense. Pouco depois, com vinte e nove anos, deixa Paris e vai para Londres. Lá, pode observar a indústria nascente e descobrir Adam Smith, de quem faz uma leitura atenta ao regressar a Paris, graças às horas de folga que lhe proporciona o seu novo emprego, numa companhia de seguros. Com a Revolução Francesa, começa a sua carreira de jornalista liberal que o conduz até ao *Tribunat*.

Certas obras de juventude, especialmente *Olbie*, atestam a precoce preocupação econômica de Say; com o *Tratado*, ele oferece, de uma só vez, uma obra de maturidade e síntese.

Sua independência de espírito frente à solicitude interessada do Primeiro Cônsul afasta-o, durante uns tempos, da vida pública. Troca as artes pela indústria, Paris por Auchy. Monta uma empresa têxtil que dizem ter sido muito próspera (chegou a empregar 400 trabalhadores). Foi uma experiência industrial sem dúvida exemplar, mas que serviu apenas para ilustrar um pensamento definido.¹²

Após a queda do Império, é à difusão dos princípios de uma nova ciência que Say dedica todas as suas energias. Cria o ensino de Economia na França:¹³ primeiro no Athénée (1815-1816), em seguida no Conservatório Nacional de Artes e Ofícios (1820)¹⁴ e, finalmente, no Collège de France (1831).¹⁵

Paralelamente, as edições do *Tratado*, do *Catecismo* e do *Curso* multiplicam-se. Os ensinamentos de Say chegam ao outro lado da Mancha e do Atlântico. Na França, ele inaugura uma linhagem de economistas liberais, cuja influência se prolonga no século seguinte.¹⁶

De todas as contribuições de Jean-Baptiste Say, talvez a menos conhecida tenha sido a de atribuir à ciência econômica uma função mais ampla do que a de

¹¹ Entre os quais Louis Say (1774-1840), produtor de açúcar e economista, cujas obras de Economia não parecem ter estado à altura de suas capacidades industriais. Pretendeu discutir certas análises de seu irmão. Jean-Baptiste trata-o, em sua correspondência, de um modo muito paternal. Foi-lhe dedicada uma tese em 1911: DESMAZIERES, Louis Say, tese de Direito, 1911, Lille. E, ainda recentemente, Marc PENOUIL, num artigo da *Revue Économique* de janeiro de 1967, reconhece que ele ocupa um "lugar honroso entre os autores habitualmente considerados de segunda linha". Joseph Valynseele acaba de dedicar uma obra de grande profundidade à família Say. Cf. VALYNSEELE, J. *Les Say et leurs Alliances*. 1917. Edição do autor.

¹² Na mesma linha, poder-se-ia explicar a tese da produtividade do terciário (cf. *infra*) pelo fato de ele ter trabalhado num banco e numa companhia de seguros, o que, efetivamente, lhe permitiu meditar sobre Smith!

¹³ Cedemos à tradição, ao considerar que o curso de Say no Athénée inaugura o ensino de Economia Política na França. Na realidade, por proposta de Creuzé-Latouche, Deputado de Vienne, a Convenção decidira, já em 1795, criar uma cadeira de "Economia Política" na École Normale. O curso, ministrado por Alexandre Vandermonde, começou em fevereiro do mesmo ano e comportou uma dezena de palestras. Cf. J. Hecht. Um exemplo de multidisciplinaridade: Alexandre Vandermonde (1735-1796). In: "Population", 1971, N.º 4 (julho-agosto).

¹⁴ Recomendamos aos apreciadores do anedotário o estudo de LIESSE, André. *Un Professeur d'Économie Politique sous la Restauration. J.-B. Say au Conservatoire des Arts et Métiers*. 1901.

¹⁵ MARION, M. "L'Économie Politique au Collège de France" In: *Le Collège de France 1530-1930*. Edição comemorativa elaborada por ocasião do seu quarto centenário. Paris, P.U.F., 1932. Cf. 245-259. Com uma litografia de Say por Deveria (Sala das Gravuras).

¹⁶ Seus descendentes diretos: Horace Emile (1794-1860) e Léon (1826-1896), co-diretor do famoso *Nouveau Dictionnaire d'Économie Politique*, 1893-1896. Seus herdeiros espirituais e seus sucessores no Collège de France: Rossi, Michel Chevalier. Leroy-Beaulieu e seus discípulos implícitos (Cf. *infra*).

orientar o príncipe na administração de seu reino. Ele não escreve para um público restrito. Preocupa-se intensamente com a divulgação da informação econômica.¹⁷ Com Say, a Economia Política torna-se a ciência dos produtores, de todos os produtores.

Suas obras são destinadas, segundo o título eloqüente do *Curso*, a “desvendar a Economia das sociedades para os homens de Estado, os proprietários fundiários e os capitalistas, os cientistas, os agricultores, os fabricantes, os comerciantes, e, de um modo geral, para todos os cidadãos”. “Era necessário”, escreve no Discurso preliminar do *Tratado*, “tomar a doutrina tão popular que todo homem dotado de bom senso pudesse entendê-la no seu conjunto e em seus pormenores e aplicar os seus princípios a todas as circunstâncias da vida.”¹⁸

2. Ao publicar o *Tratado*, Jean-Baptiste Say está recolhendo uma tripla herança: a dos mercantilistas, em relação aos quais, por ignorância e presunção, ele é tão injusto quanto Smith, desconsiderando Boisguilbert,¹⁹ Petty, Cantillon e muitos outros; a dos fisiocratas, com os quais é apenas um pouco menos severo; e, finalmente, a de Adam Smith, “antes de quem não existia Economia Política.”²⁰

O *Tratado* foi, na verdade, “o primeiro livro que ofereceu uma exposição didática, seguindo um plano rigoroso, do conjunto da ciência econômica”.²¹ Ele tem as qualidades e os defeitos de um manual, de um bom manual. É um livro claro, se bem que a elegância do estilo não exclua as incoerências lógicas; organizado — a segunda edição do *Tratado* inaugura a divisão em três partes: produção, distribuição, consumo —; completo, pelo menos relativamente ao objeto da ciência econômica definido de início. Elegante, porém pesado: o leitor é induzido a um esforço persistente para não sucumbir à monotonia e até mesmo ao tédio provocado por certos capítulos; novo, porém rapidamente obsoleto: aproximadamente quinze anos após a morte de Say, J. S. Mill publica os seus *Princípios*, livro de cabeceira de várias gerações, até que os *Princípios* de Marshall venham, por sua vez, substituir os de Mill.

Convém oferecer, inicialmente, uma *visão de conjunto* do sistema proposto, após ter relembado o campo de análise definido pelo autor.

A primeira preocupação do autor de um “tratado” é, sem dúvida, a de definir o objeto, a natureza e os métodos da Ciência em questão. E não é um paradoxo insignificante a constatação de que o primeiro tratado de Economia Política²² reduz a Economia a uma Ciência que exclui toda e qualquer consideração política. Com efeito, Say, através de uma tripla série de limitações, esforça-se por restringir a sua *área de estudo*. A Economia Política, não a Política: “as riquezas são fundamentalmente independentes da organização política.”²³ A Economia Política não é a ciência da agricultura, do comércio e das artes. Ela não é a Estatística.

¹⁷ Say manifestou sempre um extremo interesse pela divulgação econômica. Ele fez questão, por exemplo, de felicitar Mme. Marcet pelas suas *Conversations sur l'Économie Politique*. Genebra e Paris, 1817.

¹⁸ Discurso preliminar do *Traité*, p. 34-35. Cf. igualmente carta para Tooke, datada de 15 de agosto de 1828. In: *Oeuvres Diverses*.

¹⁹ Para o estudo comparativo do pensamento de Say e de Boisguilbert, ver MOLINIER, J. *Les Métamorphoses d'une Théorie Économique. Le Revenu National chez Boisguilbert, Quesnay et J.-B. Say*. Armand Colin (s.d.).

²⁰ *Traité*. Discurso preliminar, p. 27. Say escreve a Malthus: “Eu venero A. Smith, ele é o meu mestre. Quando dei os primeiros passos na Economia Política, e quando, ainda titubeante, pressionado, de um lado, pelos doutores da balança comercial e, do outro, pelos do produto líquido, hesitava a cada passo, ele me mostrou o caminho certo. Apoiado na Riqueza das Nações, que nos revela simultaneamente a riqueza de seu gênio, aprendi a andar sozinho”. (*Oeuvres Diverses*. Paris, 1848, p. 445.)

²¹ NOGARO, B. *Le Développement de la Pensée Économique*. LGDJ, 1944, p. 70.

²² Com exceção, é claro, da obra de Montchrestien, com o mesmo título.

²³ *Traité*, p. 7.

E, evidentemente, uma vez o político separado do econômico, a questão de saber “como se formam, se distribuem e se consomem as riquezas” corre o risco de permanecer, parcialmente, sem resposta.²⁷

O método da Economia Política padece das mesmas ambigüidades. Para Say, a distinção entre a teoria e a prática não tem fundamento; a Economia é uma ciência *experimental*, por oposição às ciências *descritivas*²⁸ e às ciências *exatas*. “A Economia Política”, escreve, “só se transformou numa Ciência quando se tomou uma ciência de observação”.²⁹

Afirmção que parece opor-se, frontalmente, ao método ricardiano e que leva Say a excomungar a Estatística, a aritmética política,³⁰ a utilização da matemática em economia,³¹ que, vertidas na terminologia moderna, seriam a “econometria”, a “contabilidade nacional” e a “análise econômica”.

Na verdade, a oposição entre o método de Say e o de Ricardo é só aparente. É sobretudo a ignorância de Say, no que se refere à matemática, que o induz a rejeitar toda e qualquer formalização algébrica, já que a evidência, confirmada pela história, indica que a recusa do quantitativo e a crença numa ciência fundamentada em fatos gerais que o economista escolhe e organiza, constituem o caminho mais seguro para os modelos simplificados e, conseqüentemente, para as apresentações algébricas elementares. Desse modo, atacando violentamente o método abstrado de Ricardo³² em benefício de uma abordagem indutiva, o procedimento de Say conduz, *em definitivo*, tal como a abordagem ricardiana, à elaboração dos fundamentos de uma ciência econômica formalizada, profundamente desvinculada do real.³³

Assim, a recusa inicial da utilização de um instrumental matemático, em vez de preservar a obra de Say do perigo da generalização e da simplificação, permite todas as imprecisões de linguagem e as contradições lógicas de que a lei da criação de mercados é o exemplo mais flagrante.

²⁷ No *Cours*, Say adota uma definição sensivelmente ampliada de Economia Política. Ele escreve: “O objeto da Economia Política parece ter sido restringido, até hoje, ao conhecimento das leis que presidem à formação, à distribuição e ao consumo das riquezas. Foi assim que eu próprio o considerei no meu *Tratado de Economia Política*, publicado pela primeira vez em 1803... A Economia Política, que parecia não ter por objeto senão os bens materiais, acabou abarcando a totalidade do sistema social”.

Não procuraremos realizar um trabalho de história para saber o que pensava o “verdadeiro” Say. O que importa é o espaço ocupado pelo pensamento de Say nas controvérsias econômicas de sua época e o impacto que ele teve na posterior evolução do pensamento econômico. Não resta dúvida, então, que toda a obra de Say se apóia na concepção restrita da definição dada no *Traité*. É importante notar, no entanto, que Say tomou consciência do impasse ao qual conduz a sua primeira definição. Ele muda de opinião com bastante frequência. Alguns comentadores propuseram que se distinguisse o Say de antes de 1820 do Say de após 1820, o Say do *Traité* do Say do *Cours*, o Say do *Cours* do Say das *Lettres à Malthus* etc. Deixemos essa preocupação aos historiadores que estudam a história das idéias de Say. A dificuldade deve-se, sobretudo, ao fato de que Say nos dá sempre a impressão de ter finalmente descoberto a verdade, única e definitiva. Essa limitação do objeto da Economia Política não exclui outros tipos de análise. Say é também o autor de descrições onde o contexto sócio-cultural assume um lugar importante, como, por exemplo, em *De l'Angleterre et des Anglais* – assim como Walras é também o autor dos *Études d'Economie Sociale*.

²⁸ “Já se disse que em Economia Política só se deve confiar nos números; mas quando eu vejo que as operações mais detestáveis foram sustentadas e determinadas por cálculos aritméticos, sou levado a crer que são os números que matam os estados.” *Traité*, p. 203. Igualmente *Traité*, p. 100, em nota de rodapé, e Nota a Storch, cap. II, p. 485. J. Hecht assinala que o artigo intitulado “De l'objet et de l'utilité des statistiques” que Say publica na “Revue Encyclopédique”... setembro de 1827, tomo 35, p. 529-533, contém uma apreciação nuanceada da estatística. Essa não seria a primeira das contradições de J.-B. Say. Ainda que, nos dois casos, o que importa para Say, e que constitui um aspecto imutável do seu pensamento, é a natureza das relações entre estas duas ciências: “a Economia Política é o fundamento da Estatística” e não o inverso. SAY. *Revue Encyclopédique*. Loc. cit. Sobre esse assunto, ver também o *Cours*, 2ª ed., tomo II, p. 485.

²⁹ *Traité*, p. 25.

³⁰ *Traité*, Discurso preliminar, p. 10-11.

³¹ “A Economia Política não é uma ciência exata, e aqueles que quiseram impor-lhe fórmulas algébricas não produziram nada útil nem verdadeiro. Porém, como ciência experimental, ela é extremamente útil.” Nota a Storch, I, p. 23-24. Igualmente *Traité*, Discurso preliminar, p. 16-17, em nota de rodapé.

³² Nota a Storch, I, p. 47.

³³ BERNARD. *Introduction à une Sociologie des Doctrines Économiques. Des Physiocrates à Stuart Mill*. Mouton e Cº, 1963.

Da mesma forma, o que dizer do desprezo manifestado por Say relativamente à aritmética política? Em que obra, mais do que no *Tratado*, podemos encontrar uma tão extraordinária antecipação da contabilidade nacional, de seus agregados e de sua articulação?³⁴

3. A *análise do processo produtivo* constitui o ponto de partida — e a parte mais elaborada — do *Tratado*. Ultrapassando, simultaneamente, as confusões metafísicas dos fisiocratas e a abordagem materialista de Adam Smith, Say propõe uma definição nova, e particularmente fecunda, do conceito de produção: “A produção”, escreve, “não é uma criação de matéria, mas uma criação de utilidade”.³⁵

A utilidade é o fundamento do valor. O preço é a medida da utilidade. Quando não existem obstáculos à livre concorrência, nem intervenções estatais, os preços do mercado refletem adequadamente os valores reais, ou seja, a utilidade dos diversos produtos. O custo da produção não é mais do que uma *limitação imposta* ao produtor, um limiar *aquem* do qual ele se absterá de produzir,³⁶ mas que não determina, de modo algum, o valor dos produtos: “Pouco importam as enormes dificuldades que tenhamos que vencer para produzir um objeto inútil: ninguém vai querer pagá-lo”.³⁷ Trata-se, aqui, de uma total rejeição da teoria do valor-trabalho, assim como, também, de toda a distinção entre o valor de uso e o valor de troca. O valor de Say é um valor mercante que só se define pela troca.

A originalidade de Say nessa questão não se deve ao fato de ele ter se oposto, num ponto tão fundamental tanto a Smith quanto, mais profundamente ainda, a Ricardo, mas à incidência de uma tal definição no conceito de produção e na visão de conjunto do sistema econômico. Com efeito, não só Say é levado a admitir, por necessidade lógica, o caráter produtivo da pesquisa científica ou da atividade comercial, por exemplo, como também a sua teoria do valor-utilidade estabelece o princípio da *soberania do consumidor* e atribui à *demanda*³⁸ a responsabilidade de todo o equilíbrio econômico.

A partir daí, o pensamento de Say desenvolve-se, de fato, com muita lógica. Os indivíduos esforçam-se por aumentar tanto quanto possível a sua função de utilidade adquirindo bens e serviços, correlativos a suas necessidades. Cada indivíduo, no entanto, não pode produzir, ele próprio, todos os bens que deseja. A divisão do trabalho, com suas vantagens e seus inconvenientes, facilita o processo de produção. Para obter os produtos desejados, os indivíduos oferecem, em troca, os seus serviços, sob forma, seja de sua própria força de trabalho, seja de seu capital, seja

³⁴ Cf. *infra* III.

³⁵ *Traité*. Cap. I, p. 51.

³⁶ Mill propõe uma relação inversa entre o custo e a utilidade. O valor é determinado pelo custo de produção, a utilidade é uma limitação imposta, o limite superior que não poderá ser ultrapassado. Não existe uma verdadeira oposição entre os dois autores, apenas abordagens diferentes.

³⁷ *Traité*. p. 51. Nota 1.

³⁸ A fórmula “a oferta cria a sua própria procura”, que exprime, em certo sentido, a lei dos mercados (cf. *infra*), parece-nos, nesse aspecto, extremamente ambígua. Com efeito, dela não se deduz que a oferta seja o elemento motor da determinação do equilíbrio econômico. Say é perfeitamente explícito nesse ponto. “As necessidades dos consumidores determinam, em qualquer país, as criações dos produtores. O produto mais necessário é também o mais procurado; o produto mais procurado fornece à indústria, aos capitais e às terras uma maior quantidade de lucros que determinam a utilização desses meios de produção na fabricação desse mesmo produto. Do mesmo modo, quando um produto é menos procurado, é menos lucrativo produzi-lo; ele não é fabricado. O que foi produzido, baixa de preço; a baixa do preço do produto favorece a sua utilização e toda a produção é consumida.” *Traité*. p. 446-447.

das terras que possuem. Outros,³⁹ que são por vezes os mesmos, encarregam-se de reunir esses diversos serviços produtores e lhes pagam uma renda, salário, juros ou aluguel, em troca dos bens que colocam no mercado para satisfazer a demanda dos consumidores.

No centro do processo econômico, o *empresário* “é o intermediário entre todas as classes de produtores e entre os produtores e o consumidor. Ele administra a obra da produção; é o eixo de várias relações; aproveita-se de tudo o que os outros sabem e do que eles ignoram e de todas as vantagens acidentais da produção.”⁴⁰

O *empresário* esforça-se, *permanentemente*, por adaptar a sua produção às necessidades *crescentes* — que aumentam em função do grau de civilização. Daí resulta, necessariamente, uma *maior quantidade* e uma *maior diversidade* de produtos.

Essa acumulação de capital, esse crescimento do bem-estar material, têm limites? Conhecemos o mecanismo regulador ricardo-malthusiano; conhecemos também a resposta de Stuart Mill, último estágio do pensamento clássico, e igualmente a de Marx.

Não encontramos nada disso em Say. A noção de estado estacionário, de crescimento atenuado, parecem ser-lhe totalmente estranhas.⁴¹ Say não só recusa o determinismo geográfico dos mercantilistas, para quem a *aptidão* de um país para o desenvolvimento depende, *de uma vez por todas*, de suas condições climáticas, da sua posição, da qualidade de suas terras etc.,⁴² como também considera que os capitais,⁴³ a população ou “as crises de ordem social” são elementos que podem fazer *frear* o desenvolvimento e não constituem obstáculos *definitivos* que conduziriam obrigatoriamente ao estado estacionário. O progresso técnico não atrasa a evolução inelutável (rápida, segundo Smith; lenta, segundo Ricardo) que leva ao estado estacionário: ele quebra essa evolução.

O verdadeiro motor do crescimento é o desequilíbrio permanente entre as necessidades ilimitadas e a produção limitada. Num mundo de escassez, a demanda potencial é sempre superior à capacidade de produção, alimentando, assim, um desenvolvimento contínuo da indústria de uma nação.

Na verdade, Say não oferece, no *Tratado*, uma exposição completa da evolução econômica a longo prazo. A sua visão de um enriquecimento contínuo nem sempre resistiu à influência dos clássicos ingleses, e, muito particularmente, ao princípio de população, ou até mesmo à lei dos rendimentos decrescentes, profundamente alheia ao espírito de sua obra.

Pode-se ler, por exemplo, no *Curso* (posterior ao *Tratado*): “Admitamos que a população de um país, os seus capitais, a sua indústria, não limitem de nenhum mo-

³⁹ Say insiste várias vezes na distinção entre a função de empresa e a função capitalista. “Um empresário possui geralmente o capital, ou pelo menos uma parcela do capital que serve a seus empreendimentos. Isto faz com que os economistas ingleses confundam quase sempre, sob o nome de lucro, a receita que o empresário obtém da sua indústria, do seu talento, e aquela que deve ser atribuída ao seu instrumento, ao capital. Esta análise imperfeita obscurece freqüentemente os seus escritos e impede que consigam apresentar uma imagem fiel dos fatos.” *Traité*. p. 357. Cf. também *Traité*. p. 402, Nota a Storch, I, p. 379-381 etc.

⁴⁰ *Traité*. p. 376-377

⁴¹ Em sua tese sobre *L'Etat stationnaire*, M. Lutfalla só encontra, em Say, uma única referência ao Estado estacionário: a propósito da batata! Cf. LUTFALLA. *L'Etat stationnaire*. Gauthier-Villars, 1964. p. 263.

⁴² O que não exclui, muito pelo contrário, o estímulo estatal. Cf. *Interalia* para a Espanha, L. ORTIZ, “Menorial al rey para que no salgan dineros de estos reinos de España, manuscrito, março de 1558; publicado pela primeira vez por ALVAREZ, Fernandez. In: *Anales de Economía*. Janeiro de 1957. n.º 63. Para a França, MONTCHRESTIEN, A. de. *Traité d'Économie Politique*. Edição Funck Brentano, 1615. Para a Inglaterra, PETTY, W. *Arithmétique Politique*. 1690. Tradução francesa Dussauze e Pasquier, 1905.

⁴³ *Traité*. p. 72.

do a sua produção; chegará o dia em que o seu território limitará o consumo. Terá sido alcançado o ponto em que os gêneros alimentícios valerão mais do que o serviço que podem prestar; a subsistência de um dia custará mais caro do que os produtos de um dia, de qualquer tipo que sejam”.⁴⁴

Devemos considerar essa afirmação como uma reviravolta de Say relativamente à sua tese fundamental? Talvez, em seus últimos anos de vida, tivesse perdido a fé num crescimento contínuo, mas convém lembrar que o *Tratado*, em todas as suas edições, mesmo aquelas que foram contemporâneas do *Curso*, manteve sempre um ponto de vista otimista, e, principalmente, que foi realmente, o *Tratado* que, através das controvérsias com Ricardo, Malthus ou Sismondi, marcou a Economia Política do século XIX. Existe, incontestavelmente, uma contradição entre essas duas visões de Say. A segunda é, talvez, mais fiel às suas *derradeiras intenções*; a primeira é a única verdadeiramente conforme o *espírito* de sua obra.

Note-se que a *moeda* não intervém em momento algum na apresentação da lógica do esquema. A sua única função é a de facilitar as trocas. Os longos desenvolvimentos que Say consagra à moeda não apresentam nenhum interesse teórico. Note-se, também, que, contrariamente a Ricardo, Say não elaborou nenhuma verdadeira teoria da distribuição. A análise da *distribuição* deduz-se do processo produtivo. Say levanta o problema de saber se o quinhão de produtos que a classe trabalhadora recebe é proporcional à sua contribuição na produção,⁴⁵ porém limita-se a constatar que muitas das necessidades básicas dessa classe não estão satisfeitas.⁴⁶

Ele tem plena consciência de que as relações de força entre os parceiros sociais são de modo a deturpar os equilíbrios ótimos da concorrência.⁴⁷ Por vezes, chega a ressaltar tal ou tal efeito de uma distribuição mais desigual.⁴⁸ Mas trata-se apenas de comentários esparsos, derivados de sua preocupação com a justiça social, mas sem o apoio de nenhuma verdadeira teoria explicativa geral. No que se refere ao estudo da distribuição, o economista cede o lugar ao jornalista liberal.⁴⁹

⁴⁴ *Cours*. t. I, p. 354.

⁴⁵ *Traité*. Livro Primeiro. Cap. IX.

⁴⁶ Não podemos deixar de nos espantar com a insistência de vários comentaristas (Gide e Rist, James etc.) em elogiar a teoria da distribuição de Say, que chegou mesmo a ser considerada, por alguns, como superior à de Ricardo. Efetivamente, a partir da sua teoria da produção, Say estava em condições de elaborar uma teoria da distribuição fundamentada numa base menos restritiva que a de Ricardo. Mas, na realidade, não o fez. Em nossa opinião, não existe, em Say, nenhuma *teoria* da distribuição.

⁴⁷ Neste trecho, por exemplo: “Os salários do trabalhador são ajustados, contraditoriamente, por uma convenção estabelecida entre o trabalhador e o empresário: o primeiro procura receber o mais possível, o segundo procura pagar o menos possível; mas, nesta espécie de luta, o patrão tem uma vantagem independente daquelas que são inerentes à natureza de suas funções. O patrão e o trabalhador precisam, evidentemente, um do outro, já que um não consegue lucros sem o trabalho do outro; porém, a necessidade do patrão é menos imediata, menos premente. Existem poucos empresários que não pudessem viver vários meses, vários anos até, sem empregar um único operário; enquanto que poucos operários poderiam passar várias semanas desempregados, sem serem reduzidos à mais extrema penúria. É difícil que essa diferença de posições não influa no ajuste dos salários”. *Traité*. p. 383-384.

⁴⁸ “Deve notar-se que a excessiva desigualdade das fortunas contraria todos os tipos de consumo que devem ser considerados como os mais adequados. À medida que as fortunas se tornam mais desproporcionais, numa nação, maior é o número das necessidades fictícias e menor é o número de necessidades reais satisfeitas”. *Traité*. p. 461.

⁴⁹ Outro assunto que Say não trata com muita originalidade, particularmente no *Traité*, é o da população. O *Cours* corrige parcialmente esta lacuna. Todavia, através de um estudo comparativo entre Say e Malthus e de suas influências recíprocas de uma edição a outra, P. Guillaumont conclui que, substituindo os meios de *subsistência* da teoria malthusiana pelos meios de *existência*, os gêneros alimentícios pelos produtos em geral, Say generalizou o princípio da população. GUILLAUMONT, P. *La Pensée Démono-Economique de J.-B. Say et de Sismondi*. Cujas, 1969, p. 42; e *Traité*. p. 377-378 e 381.

Sobre o pensamento demográfico de Say, ver igualmente GONNARD, R. *Histoire des Doctrines de la Population*. Paris, 1924; e SPENGLER, J. J. “French Population Theories since 1800”, I. In: *The Journal of Political Economy*. Outubro de 1936.

O enunciado princípio dos mercados, ao qual aludimos na apresentação geral do sistema de Say, só ocupa algumas páginas do *Tratado*: o célebre capítulo XV. Mas, na realidade, ele percorre a totalidade da obra desse autor.

A teoria dos mercados, que Say considerava como uma de suas mais notáveis contribuições à ciência econômica — e quem sem dúvida lhe conquistou sua permanência nos manuais acadêmicos, até mesmo anglo-saxões⁵¹ — é exposta através de vários enunciados, tão diversos quanto contraditórios, e que só tem um ponto em comum: a obscura simplicidade de um aforisma de Heráclito.⁵²

Nada mais fácil do que, sempre com o apoio dos textos, interpretar a lei, alternativamente, como uma identidade ou uma igualdade,⁵³ um mecanismo de ajuste instantâneo ou um equilíbrio de longa duração, uma característica de uma economia de escambo ou de uma economia monetária etc.⁵⁴

É indubitável que no início Say não percebeu, verdadeiramente, o alcance profundo da sua “descoberta”. Foram os ataques de Malthus e de Sismondi que o levaram a definir com mais rigor a sua posição e a extrair dela todas as suas implicações lógicas.

1. Em vista da comodidade da análise, distingamos, sucessivamente, dois planos de explicação. Numa primeira abordagem, a lei de Say surge como *a apresentação simplificada e não discriminada da atividade econômica, num mundo onde reina a divisão do trabalho*.

Numa tal economia, os indivíduos só oferecem os seus serviços para poderem comprar produtos, e os empresários só produzem para satisfazer as necessidades dos consumidores. É claro, então, que o valor (valor de troca em termos reais) dos bens produzidos é *identicamente igual ao valor das remunerações* dos serviços produtores, que é por sua vez igual ao total dos bens e serviços comprados.

O ato de produção é “dicotômico”.⁵⁵ Ele aumenta *necessariamente ao mesmo tempo e na mesma quantidade* os bens disponíveis (pode tratar-se, aliás, de uma criação de utilidade sem criação de matéria) e o poder de compra. A oferta global e a procura efetiva são *necessariamente* iguais: a oferta cria a sua própria procura. A

⁵⁰ Jacques Melitz teve a gentileza de nos ceder suas observações sobre este parágrafo e o seguinte.

⁵¹ A tradição francesa conservou o termo original de “*débouchés*”. A lei dos “*débouchés*” (“saídas”) ficou inicialmente conhecida pelos autores anglo-saxões sob o nome de “*Say’s Law of Markets*” que, finalmente, ficou reduzida a “*Say’s Law*”. Evolução linguística que reflete a ampliação das implicações teóricas da lei (cf. *infra* IV). Utilizaremos preferencialmente esta nova formulação (“retraduzida” em *Lei de Say*).

⁵² Citamos, entre outros: “É com produtos que nós compramos o que outros produziram”. Nota à edição de Storch, I, p. 34.

“Os produtos só podem ser comprados por produtos”. *Deuxième Lettre à Malthus*.

“Só se pode comprar produtos com outros produtos”. *Idem*.

“É a produção que cria mercados para os produtos.” *Traité*. Cap. XV.

“São os produtos que abrem saídas para os produtos.” *Lettre à Malthus*. p. 442.

“Cada consumidor só pode comprar uma quantidade de produtos proporcional ao que ele próprio pode produzir... Cada nação só pode consumir proporcionalmente ao que produz” *Traité*. p. 30.

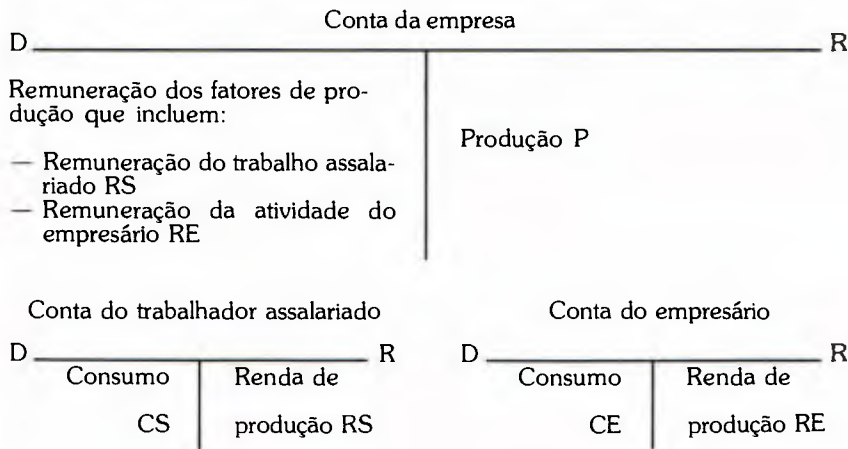
⁵³ Schumpeter chega a distinguir *quatro interpretações* (que, aliás, ele rejeita) em termos de identidade. *Loc. cit.*, p. 619.

⁵⁴ Com efeito, um único e mesmo autor escreveu: “*Uma vez terminadas as trocas, constatamos sempre que pagamos produtos com produtos*”; “*um produto, quando acabado, oferece, a partir desse instante, uma saída para outros produtos, correspondente à totalidade do seu valor*”. *Traité*. Cap. XV. Noutros momentos, Say raciocina a longo prazo “passado o momento da transição” (*Sur la Balance*). Nessa perspectiva, parece-lhe justo “levar em consideração os resultados permanentes em vez das crises que acompanham sempre as transições” (*Sur la Balance*).

⁵⁵ Segundo a fórmula sugestiva de H. Guitton: “O ato econômico é um ato dicotômico instantâneo”. GUITTON, H. *Les Fluctuations Économiques*. p. 173.

renda e o produto em consumo são uma única coisa, encarada sob pontos de vista diferentes.⁵⁶ Qualquer crescimento de um deles implica um crescimento idêntico do outro.

O significado da fórmula “os produtos só se compram com produtos” não comporta, assim, nenhuma ambigüidade, mas não tem grande alcance teórico. Ela expressa a identidade contábil entre o agregado da produção, o agregado da receita e o agregado da despesa.



Suponhamos, para simplificar, que a produção se realiza sem investimento de capital e limitemos o universo econômico a dois agentes: um empresário e um trabalhador. A lei de Say expressa simplesmente a identidade dos fluxos entre esses dois agentes.

Em termos globais, isso corresponde à articulação familiar dos agregados de contabilidade nacional:⁵⁷ Produto nacional = (P) Renda nacional (RS + RE) = Despesa nacional (CS + CE).

⁵⁶ Say considera que Malthus interpreta corretamente o seu pensamento ao acusá-lo de ter afirmado que, substancialmente, “a produção é a mesma coisa que a renda”. *Première Lettre à Malthus*.

⁵⁷ No que se refere às definições dos vários agregados, os seguintes trechos do *Traité* parecem, de fato, extraídos de um manual moderno de contabilidade nacional: “Tudo aquilo que um particular recebe dos lucros de suas terras, de seus capitais e de sua indústria no decorrer de um ano, chama-se a sua renda anual”. “A soma das rendas de todos os particulares que compõem uma nação, constitui a renda dessa nação. Ela equivale ao valor bruto de todos os seus produtos. No entanto, só pode ser aí incluído o produto líquido do seu comércio com o estrangeiro; pois uma nação, em relação a uma outra, está na mesma situação de um particular em relação a seu vizinho” (p. 359). “Como consequência natural, deve-se incluir na produção anual de uma nação todas as mercadorias que ela importa, e no seu consumo anual todas aquelas que ela exporta. O comércio da França consome a totalidade do valor das sedas que envia para os Estados Unidos” (p. 446). “Podemos, se o desejarmos, distinguir, no consumo total de um povo, o consumo público e o consumo privado. O primeiro é aquele que é feito pelo público ou para servi-lo; o segundo é o dos particulares ou das famílias. Tanto um quanto outro podem ser reprodutivos ou improdutivo” (p. 447). “A soma de todos os consumos privados, acrescentada àqueles feitos pelo Governo para o serviço do Estado, constitui o consumo geral da nação” (p. 463).

Essa apresentação simplificada tem um único mérito: o de excluir toda e qualquer interpretação, limitando a lei de Say ao equilíbrio entre a oferta e a procura de mercadorias;⁵⁸ no plano teórico, ela permanece aquém do circuito de Cantillon ou do quadro de Quesnay.⁵⁹

2. A lei de Say tem uma ambição maior. Ela não descreve apenas um “equilíbrio” contábil, tautológico por definição, mas também, e sobretudo, o equilíbrio geral do sistema econômico. É nesse ponto que começam as dificuldades, as divergências de pontos de vista e as críticas.

Num sistema econômico onde o consumidor exprime livremente as suas preferências, onde existe uma livre escolha da profissão e onde o empresário tem uma responsabilidade total na decisão de produção, é possível haver uma crise geral e permanente (e as consequências que dela resultariam)? Este é o verdadeiro problema que a lei de Say coloca.

Sua resposta é clara: *desequilíbrios parciais e temporários*, em certos mercados, são sempre possíveis; porém, *uma superprodução geral é impossível*. A lei de Say expressa a *tendência do sistema capitalista ao equilíbrio dinâmico de períodos longos*.

Acrescentemos desde já — “esclarecimento” fundamental que parece não ter chamado a atenção de todos os comentadores — que a sua validade está *rigorosamente* condicionada a um certo número de *hipóteses explícitas*, cujos princípios se referem aos seguintes itens:⁶⁰

A função da moeda. Refutação elementar da ilusão criso-hedonista, a Lei nada mais é, de início, do que uma ilustração da *neutralidade da moeda*.⁶¹ Para além das aparências da troca moeda-mercadoria, está a realidade do escambo. A moeda é uma mercadoria como qualquer outra; e, como qualquer outra mercadoria, a sua produção é função da utilidade e da procura que tem. Se o volume da produção das diversas mercadorias aumenta, é provável que haja necessidade de um aumento dos meios de pagamento;⁶² então, a quantidade de moeda, necessária à realização das trocas, crescerá também para se adaptar às necessidades. A oferta da moeda ajusta-se, automaticamente, à procura de moeda.

Essa procura de moeda é, exclusivamente, uma procura-transação. Say ilustra perfeitamente esse ponto ao afirmar que, na dupla troca empresário-serviços produtores e empresário-consumidores, o dinheiro só preenche uma função *passageira*.⁶³

De semelhante concepção da moeda, Say acredita poder deduzir uma relação de identidade entre a poupança e o investimento.⁶⁴ O entesouramento parece-lhe

⁵⁸ Say não deixou nenhuma dúvida a esse respeito. Essa parece ser, incontestavelmente, a sua opinião *definitiva*. Ele escreve a Malthus o seguinte: “Eu não disse que as mercadorias (*commodities*) eram sempre trocadas por mercadorias, mas sim que *os produtos só se compram com produtos*”. No entanto, a verdade é que certas formulações anteriores podiam prestar-se a confusão. É até mesmo provável que, nas primeiras edições do *Traité*, Say pensasse na oferta e na procura de bens e serviços, com exclusão dos serviços produtores.

⁵⁹ Sobre Cantillon, ver TAPINOS, G. *Agents Économiques et Circulation des Richesses chez R. Cantillon*. 76 p., 1964; sobre Quesnay existe uma abundante literatura: ver nomeadamente MOLINIER, Jean. *Loc. cit.*

⁶⁰ A essas hipóteses devem ser acrescentadas outras, que já foram mencionadas ou que não exigem nenhum comentário particular: a teoria dos serviços produtivos, a lei da oferta e da procura, o valor-utilidade e a lei de população de Malthus.

⁶¹ Como apanhado geral sobre as diversas interpretações da neutralidade monetária, ver LUTZ, Friedrich A. “On neutral money”. In: *Roads to Freedom. Essays in Honour of Friedrich A. von Hayek*. Editado por E. Streissler, G. Haberler, F. A. Lutz e F. Machlup, 1969. p. 105-116.

⁶² Em velocidade de circulação constante. A análise de Say, nesse ponto, é muito inferior à de Cantillon e à de Mill.

⁶³ *Cours*. t. I, p. 76. É nesse sentido que a lei dos mercados traduz a inexistência de uma demanda excedente de moedas (cf. *infra*).

⁶⁴ Note-se que Say admite a igualdade necessária entre a poupança e o investimento, se bem que, mais do que qualquer outro, tenha sabido distinguir a função capitalista da função de empresa.

logicamente excluído:⁶⁵ a poupança tem sempre como objetivo o investimento. Ela “gera um consumo que se reproduz e se renova perpetuamente”.⁶⁶ Bem vistas as coisas, não existe nenhuma diferença, de *natureza*, entre o consumo e a poupança.

Evidentemente, essa análise está errada.

Mesmo que a moeda não tivesse outra função senão a de garantir as trocas, o equilíbrio monetário não estaria assegurado, pois o encaixe real poderia afastar-se do encaixe desejado.

A *concorrência* e (muito particularmente) a *livre escolha da profissão* pelos trabalhadores e a *livre entrada no mercado* por parte dos empresários. Para que a oferta possa se ajustar à procura, é necessário que não seja colocado nenhum obstáculo à escolha da profissão. Say relembra o exemplo do Egito, onde tal liberdade não existia: “uma lei obrigava o filho a seguir a profissão de seu pai. Em certos casos, tal obrigatoriedade forçava a criação de produtos para além das necessidades da sociedade”.⁶⁷

O *progresso técnico*. A análise da natureza e dos efeitos do *progresso técnico* preenche algumas das páginas mais notáveis do *Tratado*.⁶⁸ Contrariamente aos clássicos ingleses e aos socialistas, Say mostra-se decididamente otimista. “O fundamento implícito da Economia Política de Say é a lei dos rendimentos mais do que proporcionais”,⁶⁹ ou, mais exatamente, utilizando o expressivo vocabulário de Alfred Sauvy, diríamos que Say só conhece o progresso técnico “*processivo*”, ou seja, gerador de empregos.

Say apresenta uma análise muito pertinente dos efeitos favoráveis do progresso técnico sobre a produção (crescimento), os empregos (criação de empregos induzidos) e o consumo (baixa dos preços).

A *Soberania do consumidor*. “A natureza dos produtos adapta-se sempre, naturalmente, às necessidades da sociedade”.⁷⁰ A demanda dos consumidores orienta a produção e sanciona os erros dos empresários. É a procura que determina o que deve ser e o que é produzido. O empresário desempenha apenas uma função *induzida*. O Estado não tem nenhuma função nesse processo e a sua intervenção só pode falsear os mecanismos de reequilíbrio.

Say vai ainda mais longe — mesmo além da ofelividade paretiana. Ele identifica a soma dos interesses particulares com o interesse geral e a utilidade social com a utilidade econômica (cf. *infra*).

A *Teoria do empresário*. O empresário de Say é um agente econômico racional e dinâmico,⁷¹ que age num *universo de certezas*. Ele procura alcançar não só o equilíbrio financeiro da sua empresa, como também, e sobretudo, o máximo de lucro e de vendas. No centro do processo produtivo, o empresário constitui, em definitivo, o verdadeiro “aval” de seu equilíbrio. A racionalidade do empresário, que precisaremos adiante, é, sem dúvida, a condição que determina o bom funcionamento do sistema de Say.

⁶⁵ Say responde da seguinte forma à objeção do entesouramento: “Mesmo que alguém junte dinheiro para enterrá-lo, o objetivo final é sempre comprar alguma coisa com essa quantia. E se o comprador não for quem enterrou o dinheiro, será o seu herdeiro... A moeda, enquanto moeda, não pode ter nenhuma outra utilidade...” *Traité*. Cap. XV.

⁶⁶ *Traité*. p. 110.

⁶⁷ *Traité*. Discurso Preliminar. p. 20.

⁶⁸ *Traité*. Cap. VII. Livro Primeiro. “Du Travail de l'Homme, du Travail de la Nature, et de celui des Machines”. p. 81-87.

⁶⁹ BERNARD. *Loc. cit.*, p. 103.

⁷⁰ *Traité*. Cap. XVII. p. 153.

⁷¹ Já se escreveu muito sobre “o empresário em Say” e foram feitas as apreciações mais contraditórias sobre a originalidade de Say nesse campo.

3. Essas são as hipóteses que achamos oportuno lembrar antes de examinar as objeções que a lei de Say, carregada de conseqüências,⁷² inevitavelmente suscitou, e analisar os mecanismos reguladores que asseguram a *estabilidade* de equilíbrio e conferem à lei o seu verdadeiro significado *econômico*.

A importância fundamental da lei de Say não escapou a seus contemporâneos. Ricardo contribuiu poderosamente para transformá-la no suporte do equilíbrio econômico clássico.⁷³ John Stuart Mill,⁷⁴ sutil e sintético, introduziu uma distinção entre o curto e o longo prazo, a economia de escambo e a economia monetária: a lei é sempre válida na economia de escambo, porém não é válida na economia monetária senão a longo prazo.

a) As críticas a Say vieram principalmente de Malthus⁷⁵ e de Sismondi.⁷⁶ Os dois autores partem de um mesmo ponto: a negação dos *fatos*, a estrondosa contradição entre uma teoria tranqüilizadora e uma realidade onde pululam “as provas de uma superabundância de produtos que excedem o consumo, de uma produção proporcional aos capitais que se quer investir e não à demanda”.⁷⁷

Nesse plano, evidentemente, a linha de defesa esboçada por Say, e aperfeiçoada por Mill, consistia simplesmente em reafirmar o caráter transitório e acidental dessas crises, a despeito de sua freqüência. E, como sempre acontece nesses casos, e especialmente numa época em que a observação estatística era extremamente sumária, a discussão transformou-se rapidamente numa polêmica conceitual e lingüística.

No plano *teórico*, as críticas de Sismondi e de Malthus não trouxeram nenhum dado novo.⁷⁸ O seu mérito consistiu em forçar Say a definir o seu pensamento com mais precisão e revelar, simultaneamente, os limites da sua concepção do sistema econômico.

Sismondi, testemunha generosa dos desequilíbrios e da miséria gerada pela revolução industrial, inquieta-se ao constatar que “a miséria pública cresce contínua e paralelamente à riqueza material e que a classe que produz tudo cada dia está mais perto de não poder usufruir nada”.⁷⁹ De onde ele conclui, logicamente, que “o aumento da produção só é benéfico ser seguido por um consumo correspondente”.⁸⁰

⁷² Talvez mais ainda do que a lei em si mesma, foram as suas *conseqüências* e os seus *prolongamentos* que atraíram a atenção dos contemporâneos: rejeição do mercantilismo-bulionista e do mercantilismo-protecionista, afirmação de uma ordem econômica natural e ótima, capaz de justificar a abstenção do Estado na determinação do equilíbrio global.

⁷³ Cf., em particular, os *Principes*: introdução e cap. XXI. Ricardo também contribuiu muito para que o nome de Say ficasse definitivamente associado à lei. Em 1808, entre as duas primeiras edições do *Traité*, James Mill tinha, por seu lado, proposto uma formulação muito próxima da de Say. Marx, que não perdia nenhuma ocasião para minimizar, e até mesmo ridicularizar a contribuição de Say, relembra uma passagem muito explícita de LE TROSNE, *De l'Intérêt Social...*: “As produções só se pagam com produções” (Edições Daire, p. 899), citado em *Le Capital*. Livro Primeiro. t. I, p. 166, em nota de rodapé. Editions Sociales, 1967. Pesquisas recentes permitiram descobrir outros precursores, particularmente J. Tucker.

⁷⁴ MILL. *Principes*. Livro Terceiro. Cap. XIV e Livro Quarto, cap. IV; e *Essays* (o segundo).

⁷⁵ MALTHUS. *Principes*. Cap. VII, Livro Segundo. Capítulo único, “Des Progrès de la Richesse”.

⁷⁶ SISMONDI. *Nouveaux Principes*. t. IV, cap. IV (?), *Sur la balance...* e *Notes sur l'article de M. Say...*

⁷⁷ SISMONDI. *Nouveaux Principes*. 1819. Livro Quarto. Cap. IV. Durante a vida de Say, as principais crises aconteceram em 1810, 1815, 1818, 1825, e em seguida, em 1836, 1839, 1847 etc. Cf. LESCURE. *Des Crises Générales et Périodiques de Surproduction*.

⁷⁸ Para uma avaliação mais generosa da contribuição teórica de Sismondi nesse campo, cf. LUTFALLA. “Sismondi. Critique de la Loi des Débouchés”. In: *Revue Économique*. n.º 4, julho de 1967.

⁷⁹ *Nouveaux Principes*. Reedição, Genebra, 1953, p. 309.

⁸⁰ “Eclaircissements relatifs à la balance des consommations avec les productions”. In: *Nouveaux Principes*. t. II, p. 247.

Ele esforça-se, então, por recensear os vários obstáculos capazes de impedir a realização automática do equilíbrio: rigidez das estruturas,⁸¹ incerteza dos empresários no que se refere à situação do mercado,⁸² fatores temporais e espaciais⁸³ etc. Em certos momentos, aliás, Sismondi demonstra ter uma perfeita consciência do caráter empírico da sua crítica e reconhece, modestamente, que as suas intenções se limitam a desvendar as falhas do otimismo dogmático de Say e as contradições do sistema capitalista, sem que, no entanto, esteja em condições de propor uma explicação de conjunto mais satisfatória.

Dois de seus argumentos têm, não obstante, um alcance teórico geral. Um deles incide, principalmente, sobre a concepção ricardiana (seguida por McCulloch) da lei de Say, fundamentada no valor trabalho, e não pode ser considerado como uma oposição a Say; o outro coloca o problema da agregação das escalas individuais de preferência.⁸⁴ É dessa impossibilidade de agregação que resulta a possibilidade de distorções e de desequilíbrios.

Na realidade, o que opõe verdadeiramente Sismondi a Say é a concepção do progresso técnico e de seus efeitos sobre o futuro da sociedade.

Malthus, tal como Sismondi, “não entendeu a teoria subjacente à lei da criação de mercados”⁸⁵ e, conseqüentemente, “nunca produziu uma refutação lógica da lei”.⁸⁶ No entanto, Malthus esforça-se por ultrapassar a simples descrição da superprodução geral e por propor uma explicação da superprodução *permanente* e da estagnação secular.

Malthus admite que a poupança, condição necessária do crescimento, é sempre igual ao investimento. Porém, a poupança pode ser abundante *demais* (problema do *volume* e não da *natureza* da poupança). Ela provoca, então, um excesso de investimento que se traduz por uma produção superabundante. A demanda global torna-se, então, insuficiente para absorver a produção. Com efeito, o crescimento dos investimentos aumenta, paralelamente, as receitas, mas aumenta também a capacidade de produção para os períodos futuros. A crise que resulta desse desequilíbrio traduz-se por uma violenta queda da produção e das receitas.

A insuficiência da demanda global provoca uma baixa nas taxas de lucro e uma baixa nos investimentos, *antes* mesmo que se tenha atingido o estado estacionário. A única solução é, portanto, a de diminuir os índices de acumulação do capital através, por exemplo, de uma redistribuição da renda, e de encorajar o consumo inprodutivo.

Carente de soluções, o raciocínio de Malthus tem um certo sabor keynesiano e Keynes não esqueceu de elogiá-lo. Contudo, a natureza do processo é outra. Keynes fundamenta a tendência ao equilíbrio de sub-emprego no distanciamento entre a poupança e o investimento; enquanto que Malthus admite o ajustamento automático da poupança ao investimento. Aceitando o quadro de análise de Say, ou seja, excluindo toda a procura de encaixe; considerando a tendência secular e não os movimentos cíclicos; admitindo que a poupança é sempre investida, Malthus coloca-se num terreno particularmente difícil para demonstrar a insuficiência da demanda global.

⁸¹ *Ibid.*, t. II, p. 269-284 e 305.

⁸² *Ibid.*, t. II, p. 270.

⁸³ *Ibid.*, t. II, p. 283.

⁸⁴ *Ibid.*, t. II, p. 265.

⁸⁵ SCHUMPETER. *Loc. cit.*, p. 623, em nota de rodapé.

⁸⁶ BLAUG. *Loc. cit.*, p. 149.

b) A ausência de uma formulação rigorosa e única da lei não nos permite falar de um verdadeiro *modelo* de equilíbrio estável. Contudo, a partir das hipóteses já mencionadas, é possível extrair alguns dos mecanismos de reajuste automático que fundamentam os corolários associados à lei de Say:

Não existem nunca recursos econômicos ociosos. A lei dos mercados afirma a utilização integral e permanente dos homens e dos capitais. Se a poupança é sempre e necessariamente investida — por um lado, porque o empresário “não deixa parado e improdutivo o dinheiro que recebe em troca dos produtos vendidos” (racionalidade) e, por outro lado, por motivos relativos à própria natureza da moeda (neutralidade) — a objeção de Malthus não é sustentável,⁸⁷ pois: “Quando os capitais se tornam abundantes demais, os juros recebidos pelos capitalistas tornam-se insuficientes para compensar as privações impostas por suas poupanças”.⁸⁸

Os desequilíbrios parciais corrigem-se sozinhos. É claro “que é possível produzir-se tal produto, em particular, numa quantidade superior às necessidades”,⁸⁹ porém, a lógica da economia de livre concorrência provoca uma redistribuição espontânea dos recursos, entre os setores deficitários e os setores com excedentes. Se a procura de um dado produto excede a oferta, a remuneração dos serviços produtores do setor deficitário terá tendência a aumentar. Daí resulta necessariamente (livre entrada no mercado, livre escolha da profissão, racionalidade) uma transferência de trabalho, de capitais e de “empresa”, para a produção do bem em questão. Tal transferência tem um duplo impacto: adaptação *estrutural* da produção às características da procura, como resultado da diminuição da oferta de um produto *menos* procurado e do aumento da oferta do produto em questão;⁹⁰ tendência à *equalização* do preço e do custo de produção, ou seja, redução da margem de lucro a uma taxa correspondente a uma remuneração “normal” da atividade empresarial.

Contudo, em certos momentos podem existir diferenças entre as remunerações dos fatores de produção de um setor para outro. Elas constituem o reflexo preciso das utilidades relativas dos diversos bens produzidos. Com efeito, “os meios da indústria, quaisquer que sejam, se abandonados a si próprios, orientam-se sempre para os objetos mais necessários à nações”.⁹¹ “Quando uma causa accidental qualquer obriga as pessoas a reduzirem as suas despesas, quando as depredações, os impostos ou a escassez de mantimentos diminuem a renda de todos, quais são as primeiras despesas a serem cortadas? Elimina-se, em primeiro lugar, o consumo dos produtos que não são indispensáveis. Isso explica por que os serviços que se dedicam à produção de artigos supérfluos são, de modo geral, mais mal pagos do que os outros”.⁹² Como é evidente, este não é o mais perspicaz dos prognósticos de J.-B. Say.

No que se refere a esse mecanismo de reajuste, Say enfatiza mais o aumento da produção dos bens em falta do que a redução dos bens excedentes. Se alguns produtos se vendem mal, é porque outros estão faltando: outros que permitiriam a

⁸⁷ Por mais evidentes que sejam as falhas da argumentação de Malthus, ela preserva o mérito de ter esclarecido a natureza *dual* do investimento e de ter sugerido a noção de um nível *ótimo* da tendência à poupança para um crescimento longo (SCHUMPETER. *Loc. cit.*) Ela anuncia, neste ponto, os modelos do tipo Harrod-Domar. A favor da tese de uma contribuição positiva de Malthus nesse campo, cf. DENIS, H. *Histoire de la Pensée Économique*. p. 344-352; LAMBERT, P. “Malthus et Keynes”. In: *Revue d'Économie Politique*. 1952; e, evidentemente, Keynes.

⁸⁸ *Deuxième Lettre à Malthus*.

⁸⁹ *Sur la Balance*.

⁹⁰ *Deuxième Lettre à Malthus*.

⁹¹ *Lettres à Malthus*. In: *Oeuvres Diverses*. p. 442.

⁹² *Traité*. p. 364.

compra dos primeiros. “São os obstáculos colocados à produção que impedem o escoamento dos produtos”.⁹³ A verdadeira solução para uma superprodução parcial é o aumento da produção (que gera a distribuição de salários, lucros e juros) de outros bens.⁹⁴ Essa conclusão paradoxal tem uma importância teórica e prática considerável. Não somente privilegia a função da *demand* na recuperação do equilíbrio, como sugere um ajuste dinâmico “por cima”.

O progresso técnico aumenta a renda real de todos os agentes econômicos. Suponhamos que a introdução de uma nova técnica diminua os custos de produção para o empresário.⁹⁵ Na opinião de Sismondi, o único beneficiário, ou quase, desse progresso técnico, é o fabricante: ele pode contratar menos trabalhadores conservando um volume de produção constante e auferindo, assim, um lucro maior.

O empresário de Say recusa esse comportamento “malthusiano” — antes de Malthus. Ele não diminui a sua produção; aumenta-a (racionalidade “dinâmica”). Essa produção aumentada é vendida a um preço mais baixo, pelo simples efeito da lei da oferta e da procura. Isso resulta num crescimento do consumo, particularmente por parte daqueles que têm uma renda mais modesta.⁹⁶ Em suma, estabelece-se um novo equilíbrio a um nível de produção e de consumo mais alto. O empresário aufero o mesmo lucro. O volume de empregos não é afetado. A renda real dos assalariados aumenta.

Qual é, em síntese, a conseqüência do progresso técnico? O efeito sobre o preço beneficia os consumidores, portanto o conjunto da população (trabalhadores, capitalistas, assalariados); o efeito sobre o emprego também é positivo, pois, na hipótese mais desfavorável, as eventuais perdas de emprego, resultado direto da introdução de uma inovação, são, geralmente, compensadas pela criação de empregos induzidos (progresso técnico processivo). E Say dá como exemplo a imprensa etc.⁹⁷

A contradição lógica é imediata.⁹⁸ Se o empresário de Say procura obter o máximo de lucro, não se compreendem as razões que o levariam a produzir mais, transferindo, desse modo, para o consumidor, os benefícios do progresso técnico. A contradição é apenas aparente.⁹⁹ Com efeito, a objeção só é válida se se raciocinar em função de um empresário determinado, abstraindo o resto da economia. No que se refere à Economia no seu conjunto (livre entrada no mercado etc.), é claro que o aumento da taxa de lucro numa indústria atrairá outros empresários e o ajustamento se realizará num nível superior de produção.

O intercâmbio internacional processa-se entre parceiros ricos. Razões “pedagógicas” levaram certos comentadores a transpor a lei de Say para o quadro dos intercâmbios internacionais. O próprio Say, desejando que o entendessem bem, tinha acrescentado aos enunciados originais da lei um exemplo relativo ao comércio anglo-brasileiro. Aquilo que, na origem, era apenas uma extensão, apresentada a título de ilustração, foi, infelizmente, tomada como o âmag

⁹³ *Troisième Lettre à Malthus*.

⁹⁴ Contrariamente a Malthus e a Sismondi, para quem a solução consiste em diminuir a produção limitando a poupança e o investimento.

⁹⁵ Importa notar que a baixa dos custos não se deve a uma baixa dos salários. Nesse caso, com efeito, pode pensar-se, como Sismondi, que o trabalhador procurará aumentar o seu tempo de trabalho para conservar uma renda monetária constante e, desse modo, a oferta de produtos aumentará.

⁹⁶ A hipótese implícita, que Say não justifica verdadeiramente, é que a elasticidade da demanda, em relação aos preços, é superior à unidade. Uma baixa dos preços provoca um crescimento mais do que proporcional da demanda.

⁹⁷ *Traité*, p. 84.

⁹⁸ Já existia, na teoria do empresário de Cantillon, uma contradição do mesmo tipo.

⁹⁹ Para Marx, a contradição é fundamental. Ela resulta da recusa de Say em distinguir entre o valor de uso e o valor de troca. Cf. *Le Capital*. Livro Primeiro. t. III, p. 47, em nota de rodapé.

Quaisquer que sejam as interpretações que o texto de Say, freqüentemente impreciso e contraditório, possa permitir, não resta dúvida de que o autor do *Tratado* nunca teve a intenção de demonstrar a necessidade de mercados exteriores para o desenvolvimento econômico, nem de “justificar”, desse modo, qualquer teoria de imperialismo econômico. De fato, a lei de Say recusa o jogo de equilíbrio do sistema mercantil onde cada um só ganha o que outro perde. “Cada nação tem interesse na prosperidade das outras”.¹⁰⁰ Na realidade, Say atribui ao comércio exterior uma função muito modesta: “O comércio exterior”, escreve, “exerce sobre a prosperidade de um Estado uma influência muito menor do que geralmente se pensa”.¹⁰¹ Mais ainda, a lei dos mercados traduz a idéia segundo a qual os intercâmbios comerciais são função do grau de desenvolvimento dos dois países envolvidos e não da diferença entre seus respectivos desenvolvimentos. Os intercâmbios processam-se necessariamente entre países ricos: para um poder vender é preciso que o outro possa comprar, regra básica que se aplica não só aos intercâmbios entre nações independentes, como também àqueles que se realizam entre uma metrópole e suas colônias. Sobre esse assunto, Say escreve o seguinte: “Os partidários do sistema colonial louvam os mercados que as colônias francesas abrem para a França. Eles não querem entender que, quaisquer que fossem os países que nos fornecessem os produtos coloniais, só poderíamos pagá-los através da exportação dos produtos do solo, dos capitais, e da indústria da França.”¹⁰²

Essa extensão da lei dos mercados parece assaz modesta perto da inteligente construção de Ricardo. Contudo, se bem que a teoria dos custos comparados explique o *porquê* do intercâmbio comercial, ela não esclarece nada sobre o seu volume. Para os historiadores da teoria do comércio internacional, Mill constitui a etapa seguinte. Parece-nos que a lei dos mercados, indicador da *intensidade* dos intercâmbios, confere a Say um lugar na elaboração progressiva da teoria do comércio internacional.

4. Em síntese: Say esforçou-se por demonstrar que existem forças capazes de reconstituir, sempre, o equilíbrio do sistema econômico; essas forças não são, a bem dizer, “mecanismos”, mas “condutas racionais” desenvolvidas pelos diversos agentes econômicos que procuram satisfazer o seu interesse pessoal.¹⁰³ Obrigado a defender-se, no decorrer de sua polêmica com Sismondi e Malthus, Say desenvolve argumentos pouco imaginativos que prejudicaram consideravelmente a avaliação de sua obra.

Se, por um lado, podemos perfeitamente admitir, *no quadro de suas hipóteses*, que “a superprodução, quando acontece, é fruto de erros de cálculo dos empresários, ou seja, de uma indústria pouco esclarecida e pouco avançada”, já é mais difícil considerarmos que “o interesse do empresário é sempre, em qualquer época e em qualquer situação, o de se adaptar às necessidades do país; de outra forma, o valor do produto em termos de venda desceria abaixo do custo de produção e o empresário teria prejuízo. É, portanto, de seu interesse que, para cada produto,¹⁰⁴ a quantidade de produção não exceda as necessidades de um modo permanente e contínuo”. Os argumentos apresentados são, obviamente, pouco convincentes: “Se

¹⁰⁰ *Troisième Lettre à Malthus.*

¹⁰¹ *Sur la Balance.*

¹⁰² *Traité.* p. 228.

¹⁰³ Em Say, não existe nenhum verdadeiro *modelo* de equilíbrio; daí não se segue, no entanto, que nos clássicos em geral e, particularmente, em Say, inexistia qualquer mecanismo de reajuste automático, como escreve Patinkin. *Money.* 1965. Nota L.

¹⁰⁴ *Sur la Balance.* (O grifo é nosso.)

os dirigentes de uma empresa agrícola, de fabricação ou comércio, soubessem criar produtos adequados às necessidades de seus consumidores, se soubessem estabelecer um preço capaz de facilitar o consumo, se os consumidores, por seu lado, fossem suficientemente hábeis para oferecer objetos de troca, então os excedentes desapareceria dando lugar a um aumento de prosperidade".¹⁰⁵ Uma rápida leitura desses trechos pode explicar a ironia de alguns relativamente à contribuição científica de Say.

No plano prático e histórico, não resta dúvida de que a *crença*, explícita ou não, na *lei dos mercados, constitui o motor do crescimento econômico secular*. A lei de Say sugere um ajustamento constante "por cima" e, confiante em sua análise, Say era, na verdade, o único clássico a poder escrever: "Não creio que seja impossível que, no decorrer do próximo século, uma população duas vezes maior do que a nossa, consuma uma quantidade de produtos quatro vezes maior do que a que consumimos atualmente".¹⁰⁶

No plano teórico, faltou a Say — assim como a Malthus ou a Sismondi — uma verdadeira compreensão dos fenômenos monetários para que ele pudesse oferecer uma explicação satisfatória dos ciclos e do equilíbrio geral.¹⁰⁷ De fato, fica patente que, de todas as hipóteses formuladas por Say, a neutralidade da moeda é sem dúvida a *única* inaceitável numa economia monetária verdadeira. A função da moeda está no centro de todas as discussões ulteriores.¹⁰⁸

IV

1. Oskar Lange em 1942 e Don Patinkin em 1949, colocam o problema da *coerência interna do modelo clássico*.¹⁰⁹ A sua análise leva à conclusão de que existe uma incompatibilidade lógica entre os dois principais fundamentos desse modelo: a lei de Say e a teoria quantitativa da moeda.

Poucos debates teóricos suscitaram tantas tomadas de posição,¹¹⁰ a tal ponto que, como era inevitável, começaram a surgir sínteses periódicas da situação do debate, resumindo os argumentos da discussão.¹¹¹ No entanto, se bem que o problema colocado seja crucial, a contribuição marginal das inúmeras intervenções ulteriores permanece, em definitivo, bastante limitada, pelo menos no plano da teoria econômica. H.G. Johnson observa, com muita justeza, que a discussão ensinou mais sobre as condições de resolução de sistemas de equações do que sobre o problema econômico em si mesmo.

No decorrer da discussão, Jean-Baptiste Say foi aos poucos esquecido. Fica patente que, para muitos dos interventores tardios, a "*lei de Say*" tem pouca relação

¹⁰⁵ *Sur la Balance*.

¹⁰⁶ *Ibid.*

¹⁰⁷ A crítica aplica-se menos a Mill.

¹⁰⁸ A lei dos mercados constitui a trama de uma vasta literatura sobre os ciclos e as flutuações que não nos é possível relatar dentro do quadro limitado de um prefácio; além disso, o abrandamento dos ciclos a partir do fim da Segunda Guerra Mundial fez envelhecer um tanto prematuramente uma das grandes controvérsias oriundas da teoria clássica. Fornecemos, no anexo bibliográfico, os principais pontos de referência da discussão.

¹⁰⁹ Sobre os precursores de Lange e Patinkin, cf. Bibliografia de Valavanis (1955). O tratamento a que Oskar Lange submete a *Lei de Say* lembra, de certo modo, a que Ladislaus von Bortkiewicz infligiu à teoria do valor e do preço de Marx.

¹¹⁰ A não ser, talvez, a controvérsia poupança-investimento, o teorema de equalização do preço dos fatores, ou a lei de Phillips.

¹¹¹ Em particular Becker-Baumol (1952), Valavanis (1956), Jay Mauer (1966), Johnson (1962), além dos resumos de manuais: Schumpeter (1952) ou Blaug (1962), por exemplo.

com o autor do mesmo nome. Propomo-nos apresentar sumariamente o problema debatido, no limite de suas relações com o pensamento do próprio Say.¹¹²

Seja uma economia fechada, onde são produzidos e trocados n bens e serviços.¹¹³

A possibilidade de troca entre os diversos bens e entre os bens e os serviços produtores implica a aceitação de uma medida-padrão que pode ser seja um dos bens reais ou serviços produzidos (economia de escambo, sem verdadeira moeda, mas onde um dos bens funciona como numerários: trigo ou trabalho, por exemplo), seja um bem desprovido de utilidade intrínseca e cuja única função é a de facilitar as trocas (economia monetária onde a moeda de metal — ou papel — não constitui objeto de nenhuma demanda própria, independente da sua função de troca).¹¹⁴

Seja p_i o preço (absoluto) do bem i . Um dos bens n , por exemplo (real ou “monetário”, para retomar as duas hipóteses precedentes), servindo de unidade de conta, tem-se, evidentemente $p_n = 1$ e, pelas mesmas razões, $n - 1$ relações de troca, $n - 1$ preços absolutos e $n - 1$ equações independentes de oferta e de procura, cada uma delas do tipo:

$$\begin{aligned} D_i &= D_i(p_1, \dots, p_{n-1}) \\ S_i &= S_i(p_1, \dots, p_{n-1}) \end{aligned}$$

A igualdade necessária entre o conjunto das ofertas (moeda incluída) e o conjunto das procuras (moeda incluída) expressa o que Lange chama de a *Lei de Walras*:

$$\sum_{i=1}^n P_i S_i = \sum_{i=1}^n P_i D_i \{1\}$$

Sendo a moeda um bem entre outros, extrai-se dessas identidades a expressão da demanda de moeda:

$$D_n = \sum_{i=1}^n P_i S_i - \sum_{i=1}^{n-1} P_i D_i$$

e da oferta de moeda:

$$S_n = \sum_{i=1}^n P_i D_i - \sum_{i=1}^{n-1} P_i S_i$$

A esta altura, podemos fazer duas observações. Em primeiro lugar, a lei de Walras aplica-se, indiferentemente, à hipótese de uma economia de escambo em

¹¹² A apresentação de Lange já se apóia na formalização neoclássica (Walras-Cassel) do sistema clássico; no entanto, a referência à obra original de Say está explicitamente formulada. Lange insiste, particularmente, na natureza capitalista do sistema econômico e esclarece o significado da lei ao nível do empresário.

A crítica da Patinkin incide mais sobre a *Lei de Say* do que sobre o próprio Say. Ele deixa claro, aliás, que ele se interessa por uma “economia de troca, sem produção” e que a sua análise tem como objeto os economistas clássicos de tendência matemática (PATINKIN, “The Indeterminacy of Absolute Prices in Classical Economy Theory”. In: *Econometrica*. Janeiro de 1949. p. 4), o que exclui, evidentemente, a forma de raciocínio de Say. Só num Anexo à segunda edição de *Money, Interest and Prices* é que ele se preocupa em confrontar uma “lei de Say” que ele próprio contribuiu para “criar”, com os textos originais dos clássicos, os de Say em particular. Devemos acrescentar que Patinkin raciocina exclusivamente sobre a moeda-papel, enquanto que Say pensa sobretudo na moeda de metal. A crítica de Patinkin gerou uma abundante literatura: esforçando-nos por assinalar algumas contribuições marcantes no anexo bibliográfico.

¹¹³ O leitor pode preferir ignorar esta glosa de Lange e Patinkin e passar diretamente para o parágrafo V.

¹¹⁴ As duas sub-hipóteses (metal ou papel) não conduzem necessariamente a resultados idênticos. No caso de Say, no entanto, se bem que o *Traité* insista mais na moeda metálica do que na moeda de papel, esta distinção não apresenta nenhum interesse, já que o valor da moeda, tal como o de outro bem qualquer, é determinado pela utilidade e não pelo custo de produção.

sentido estrito, onde a única função da moeda (que constitui um bem como os outros, com uma utilidade própria independente da sua função monetária) é a de servir de *medida-padrão*, e à hipótese de uma economia “monetarizada”, onde a moeda existe enquanto tal, tendo unicamente uma função monetária, e servindo, portanto, também de *instrumento de troca*.¹¹⁵

Em segundo lugar, a lei de Walras não implica que a procura e a oferta estejam em equilíbrio em cada mercado. A “identidade” verifica-se quer as equações $S_i = D_i$ sejam satisfeitas ou não. Por outras palavras, a lei de Walras *nada diz* sobre as condições de equilíbrio em cada mercado. Ela permanece válida *qualquer que seja a série dos preços absolutos*. Ela não exige que a oferta de um bem determinado seja igual à procura de um bem determinado e, particularmente, que a procura de moeda seja igual à oferta de moeda. O equilíbrio geral não está vinculado à realização de todos os equilíbrios *parciais*.

A essa relação de equilíbrio geral pode acrescentar-se uma condição suplementar que expressa, *simultaneamente*, o equilíbrio dos bens no mercado (com exclusão da moeda) e o equilíbrio monetário. Fica evidentemente claro que, para que

$$\sum_{i=1}^{n-1} p_i D_i \equiv \sum_{i=1}^{n-1} p_i S_i \{2\}$$

é necessário também que $D_n \equiv S_n$ ou então $D_n - S_n \Delta M \equiv 0$.

Tal condição, acrescentada à lei de Walras, define o que Lange e Patinkin chamaram de a *Lei de Say*.

Ela tem um triplo significado. *Primeiro*, os produtos compram-se com produtos, ou, mais exatamente, os produtos compram sempre *todos* os produtos. A possibilidade de uma superprodução geral está excluída. *Em seguida*, não existem encaixes monetários. A oferta e a procura de moeda são *sempre* iguais. Resultado que pode ser expresso dizendo que a demanda excedente de moeda é identicamente nula, o que significa que ela é sempre nula *quaisquer que sejam* o nível geral dos preços e a série dos preços absolutos. Finalmente, a *neutralidade* da moeda resulta, necessariamente, dessas duas premissas. A moeda não é mais do que um véu que não afeta o equilíbrio geral dos bens e serviços.

2. O debate aberto por Lange teve o mérito de trazer à tona as *implicações lógicas* da lei de Say.

Com efeito, admitir a identidade {2} é afirmar que a oferta e a procura de bens (com exclusão da moeda) dependem unicamente dos preços *relativos* e não dos preços absolutos. Se os preços (*absolutos*) de todos os bens e serviços forem, por exemplo, multiplicados por dois, e se a quantidade de moeda permanecer constante, os preços *relativos* não mudam e, conseqüentemente, não muda a demanda (ou a oferta) de um bem determinado. A única substituição possível moeda-produtos é afastada por hipótese. Já que a lei de Say postula a ausência de preferência pela liquidez.

É o que exprime o *postulado de homogeneidade*: as funções de procura excedente e de oferta excedente são homogêneas e de grau zero em relação aos preços *absolutos*.

O que dizer, então, dos preços absolutos? Eles permanecem *necessariamente indeterminados*, já que, “para determinar os preços absolutos temos que considerar

¹¹⁵ Observemos, no entanto, a ambigüidade da notação D_n e S_n na primeira hipótese. Só pode tratar-se de *n* enquanto unidade de conta.

o último mercado, o mercado monetário. Porém, o mercado monetário está *sempre* em equilíbrio, quaisquer que sejam os diversos preços. Portanto, a condição de equilíbrio desse mercado não pode servir para *determinar* os preços absolutos”.¹¹⁶

O nível geral dos preços só pode, portanto, ser determinado se acrescentarmos uma “relação suplementar”, vinculando a demanda de moeda ao nível geral dos preços: a equação de Cambridge.

A apresentação simplificada do sistema clássico repousa, com efeito, numa outra relação fundamental, expressa pela *teoria quantitativa da moeda*, ou seja, na lei segundo a qual o nível geral dos preços é determinado pela massa monetária (levando em consideração a velocidade de circulação da moeda e da produção) e, inversamente, a massa monetária só afeta o nível dos preços e não o volume das trocas.¹¹⁷

Duas fórmulas equivalentes traduzem esse resultado. A equação de Fisher (abordagem pelas transações): $MV = PT$ (onde M = quantidade de moeda, V = velocidade de circulação, P = nível geral dos preços e T = volume das transações) e a equação de Cambridge (abordagem pelos encaixes): $M = k PT$ (onde

$k = 1/V$) ou ainda $M = k \cdot \sum_{i=1}^{n-1} p_i S_i$, o que significa que “a cada nível de oferta de moeda corresponde um único nível de equilíbrio dos preços”. Para uma dada massa monetária, obtém-se, automaticamente, o nível *geral* dos preços e a série dos preços absolutos.¹¹⁸

¹¹⁶ BECKER-BAUMOL (1952).

¹¹⁷ Se bem que Say não se tenha nunca dedicado à análise monetária, pode considerar-se que ele aceita a “teoria quantitativa”. Lê-se, por exemplo, no *Cours*, t. I, p. 392: “É que todas as vezes que se aumentou o número das unidades monetárias, o seu valor baixou proporcionalmente, e o valor aumentou à medida que se foi diminuindo esse número”. Trata-se aqui, evidentemente, da teoria quantitativa qualificada de *ingênua*, desde que Milton Friedman se tornou o renovador da teoria quantitativa afirmando também a influência da massa monetária sobre as variáveis reais.

¹¹⁸ O argumento matemático da “indeterminação” do sistema clássico (ou seja: ausência de solução *única*) complicou-se razoavelmente já que, contrariamente ao que pensavam os primeiros teóricos do equilíbrio geral, a igualdade do número de equações e do número de variáveis não garante a existência de uma solução. De fato, sabe-se agora que é preciso, também, que as equações sejam *independentes e lineares*.

Sob a hipótese de *linearidade*, foram feitos esforços para mostrar que, com a *Lei de Say*, o número de equações independentes era inferior ao número de incógnitas.

No sistema clássico, as funções de oferta e de procura podem ser expressas sob a forma de funções excedentes de oferta e de procura, ou seja:

$$D_i - S_i = x_i(p_1, \dots, p_{n-1}).$$

Segundo o postulado de *Homogeneidade*, verifica-se:

$$\lambda^o x_i(p_1, \dots, p_{n-1}) = x_i(\lambda p_1, \dots, \lambda p_{n-1}).$$

Com a *Lei de Walras* há $n - 1$ equações independentes de oferta e de procura (“excedentes”) e $n - 1$ preços absolutos desconhecidos. Existe uma solução *única*. Há uma e uma só série de preços absolutos que satisfaz o sistema.

A *Lei de Say* (identidade) acrescenta a restrição $\Delta M = 0$; identidade verificada qualquer que seja a série de preços absolutos e que reduz, assim, o número de equações *independentes* a $n - 2$, enquanto que são desconhecidos $n - 1$ preços absolutos.

Para determinar a série de preços absolutos, seria suficiente conhecer, de início, o preço de *um* dos bens, por exemplo, do bem $n - 1$, seja p_{n-1} , a partir do qual se poderia, graças às relações de troca (preços relativos da forma $\pi_i = p_i/p_{n-1}$ ($i = 1, \dots, n - 2$), determinar a série de todos os *outros* preços. Porém, isso não é possível, pois, para determinar p_{n-1} , precisaríamos de um sistema de $n - 1$ equações independentes, enquanto que a *Lei de Say* reduz o número de equações independentes a $n - 2$.

O sistema tem *menos* equações independentes do que incógnitas. Não existe solução *única*. O nível geral dos preços e a série de preços absolutos permanecem *indeterminados*, exceto se se introduzir uma relação suplementar.

A adição da equação de Cambridge $M = k.P.Q.$, ou ainda $M = k \cdot \sum_{i=1}^{n-1} p_i S_i$ restabelece a igualdade entre o número de equações independentes e de incógnita. O sistema admite então uma solução *única*. O nível geral dos preços é fixado e só uma série de preços absolutos verifica o sistema de equações.

A lei de Say constitui, assim, o fundamento da análise dicotômica que “isola” um “comportamento monetário” onde o *nível geral* dos preços é determinado pela quantidade de moeda (teoria quantitativa), e um “comportamento real” onde os *preços relativos* são determinados pelas forças reais da oferta e da procura. Não existe nenhuma relação entre a teoria do *valor* e a teoria da *moeda*. Este é o modelo clássico. Pelo menos, segundo Lange e Patinkin.

Teoria quantitativa e lei dos mercados são, simultaneamente, necessárias à determinação do equilíbrio; e mais ainda, elas se apóiam numa *hipótese fundamental comum*: a ausência de demanda (de moeda) para especulação, ou, se se prefere, a ausência de utilidade intrínseca da moeda.

Se se demonstrar que as implicações lógicas da teoria quantitativa e da lei dos mercados são *incompatíveis*, é necessário fazer-se uma opção: admitir a lei de Say e deixar o nível dos preços indeterminado, ou aceitar a teoria quantitativa e rejeitar todo o equilíbrio econômico.

A crítica de Lange e Patinkin incide, precisamente, nessa incompatibilidade. A contribuição *construtiva* de Patinkin, que foi negligenciada, consistiu numa tentativa de *reformulação* de um modelo de equilíbrio neoclássico pós-keynesiano, pela reintrodução do efeito dos encaixes reais.

3. O problema da incompatibilidade da lei de Say com a teoria quantitativa *não existe*, por definição, numa economia de escambo, no sentido estrito. Só *pode* existir numa economia monetária. Só existe se o superávit não for nulo. Pode considerar-se, com efeito, o caso particular de um superávit nulo como “uma posição limite da economia de escambo”.¹¹⁹

Fica claro, entretanto, que uma *verdadeira* economia monetária é, por essência, uma economia onde o desequilíbrio monetário é possível. Qual, então, o significado da lei de Say?

A resposta de Lange e Patinkin é categórica. Numa tal economia, a *identidade* $\Delta M = 0$ não tem porque se verificar. Existe uma *contradição absoluta* entre a lei de Say (identidade), segundo a qual a oferta de moeda é *sempre* igual à procura de moeda, “qualquer que seja a estrutura de preço”¹²⁰ e a teoria quantitativa, segundo a qual o nível de preços *varia* em função da oferta de moeda. Tal contradição só pode resolver-se pelo abandono de uma das duas hipóteses — lei Say ou teoria quantitativa — e é evidente que “a independência da demanda de moeda em relação à estrutura dos preços”¹²¹ é a mais irrealista das duas. “A teoria da moeda deve (portanto) começar pela rejeição da lei de Say”.¹²²

O projeto de Patinkin, se bem que diretamente extraído das críticas de Lange, é mais ambicioso. Não se trata aqui, apenas, de patentear tal ou tal contradição lógica de um sistema clássico reinventado, mas de demonstrar que a contradição é artificial, na medida em que a lei de Say (identidade) não é, como acreditavam os clássicos e Keynes, uma condição necessária para a realização do equilíbrio geral.

O *efeito de encaixes reais*, *ultima ratio* do contra-ataque “neoclássico pós-keynesiano” de Pigou a Metzler, garante a recuperação do equilíbrio numa economia *monetária* de concorrência pura e perfeita.

De fato, as funções da demanda dependem não dos preços relativos (modelo clássico segundo Lange e Patinkin), como também da renda *real* dos encaixes reais.

¹¹⁹ PATINKIN. *La Théorie Quantitative ...* (1956).

¹²⁰ BECKER-BAUMOL (1952).

¹²¹ *Ibid.*

¹²² O. LANGE (1942). p. 66. Para a demonstração matemática dessa contradição, reenviamos a Lange. *Loc. cit.*, p. 64-65.

Sejam P o nível geral dos preços e Y a renda monetária da economia; tem-se, então:

$$D_i = f \left(\frac{P_1}{P}, \dots, \frac{p_n - 1}{P}, \frac{Y}{P}; \frac{M}{P} \right)$$

Retomando o exemplo anterior: se os preços absolutos de todos os bens e serviços duplicarem, não haverá nem efeito de substituição, nem efeito de renda (cf. *supra*); porém, haverá um *efeito de encaixes reais*. O aumento dos preços diminui o valor real dos encaixes; para que estes mantenham uma relação constante com os preços (teoria quantitativa), é necessário que aumentem também, o que implica um crescimento da oferta de bens e uma diminuição da procura (e, inversamente, no caso de uma insuficiência inicial da demanda e de tensão inflacionária). Esse mecanismo de ajuste mantém-se até que desapareça a insuficiência da demanda de moeda, ou seja, até que $\Delta M = 0$. A consideração dos encaixes introduz, assim, um mecanismo auto-regulador que, segundo Patinkin, faltou aos clássicos.¹²³

Conclui-se desta análise que, por um lado, a demanda excedente de moeda não é identicamente nula, porém anula-se *no equilíbrio*; e, por outro lado, que a oferta e a procura de bens não são independentes das variáveis monetárias, mas são *também* determinadas pelas variações da demanda de moeda. Patinkin rejeita, assim, o postulado de homogeneidade, elimina a contradição entre a teoria do valor e a teoria da moeda, “recupera” simultaneamente a teoria quantitativa e põe termo à dicotomia.¹²⁴

Note-se que toda a crítica de Lange e Patinkin se fundamenta na concepção da lei de Say interpretada como uma *identidade*. Com efeito, é também possível eliminar a contradição interpretando a lei de Say como uma *equação*, ou seja, uma *igualdade condicional*, válida unicamente na situação de equilíbrio. É o que faz Lange, considerando então que já não se trata mais, realmente, da lei de Say; é também o que fazem Schumpeter, Becker-Baumol, Blaug,¹²⁵ porém considerando, com mais acerto, que é esta a verdadeira significação da lei de Say: uma equação válida unicamente se a oferta de moeda for igual à procura de moeda, ou seja, se o equilíbrio monetário se realizar.

De fato, avança-se consideravelmente ao transformar as identidades (1) em igualdades (2). Admitir que:

$$\sum_{i=1}^n p_i D_i = \sum_{i=1}^n P_i S_i,$$

$$\text{implica } \sum_{i=1}^{n-1} p_i D_i = \sum_{i=1}^{n-1} p_i S_i, \{3\}, \text{ só é válido}$$

se e somente se $D_n = S_n$, ou ainda se $D_n - S_n = M = 0$.

¹²³ PATINKIN. *Money, Interest and Prices*. 2ª ed., 1965. Nota L.

¹²⁴ Patinkin explica deste modo a importância do postulado de homogeneidade no modelo neo-clássico: “Essa dicotomia intelectual devia muito de seu atrativo à convicção de que ela constituía uma precondição necessária à validade da teoria quantitativa. Pensava-se que, se as funções da demanda não fossem independentes do nível absoluto dos preços, os aumentos da quantidade de moeda — que influenciam necessariamente esse nível — não poderiam manter a sua neutralidade clássica relativamente aos fenômenos reais da economia. Porém, a verdade é que não só essa dicotomia não é necessária, que ela não é válida, como também a sua hipótese fundamental constitui um desmentido da própria teoria quantitativa!” PATINKIN. *La Théorie Quantitative de la Monnaie* (1956).

¹²⁵ SCHUMPETER (1952), BECKER-BAUMOL (1952), BLAUG (1962).

Há, efetivamente, entre essas duas concepções, o mesmo tipo de diferença que existe entre o equilíbrio geral *contábil* do quadro econômico de conjunto das contas da nação, e o equilíbrio geral — *econômico* — do modelo clássico ou do modelo keynesiano. Já mostramos (*supra*) o caráter excessivamente restritivo da interpretação contábil da lei.

Em resumo: *ou se interpreta a lei de Say como uma identidade* (Keynes, Lange, Patinkin) e então, como já vimos,¹²⁶ o nível geral dos preços permanece indeterminado e qualquer teoria monetária é impossível (uma variante consiste em limitar as condições de validade dessa identidade aos prazos muito longos), *ou se considera que a lei de Say é uma equação* (Lerner, Schumpeter, Becker-Baumol, Blaug) e a acusação de ilogicidade cai por terra imediatamente.

O problema de saber se Jean-Baptiste Say (assim como os outros clássicos) pensava em termos de identidade ou de igualdade não tem apenas uma significação histórica, ele esclarece, com efeito, a *natureza* do equilíbrio econômico do sistema clássico. A despeito da imprecisão dos diversos autores, e muito particularmente Say, a interpretação dos historiadores do pensamento econômico (Schumpeter etc...) nos parece mais conforme ao espírito dos textos originais.¹²⁷

V

Os teóricos mais antagônicos encontraram um ponto de convergência nos ataques a Jean-Baptiste Say. Os marxistas, que não se enganaram ao ver em Say o intérprete de Adam Smith — no momento em que Say estende a teoria do valor do trabalho à teoria dos serviços produtivos e que, em sua visão de harmonia, otimista e dinâmica, elude as contradições fundamentais do sistema capitalista: os antagonismos sócio-econômicos, as crises, o desemprego permanente, o empobrecimento crescente¹²⁸ —; Keynes, para quem a *lei de Say*, pelo menos em sua interpretação pessoal, constitui a pedra angular da teoria clássica; e, finalmente, Lange e Patinkin.

Devemos considerar que a investida final, lançada por Lange e Patinkin, encerrou o crédito de Say, já profundamente afetado?

1. Sem dúvida, já não estamos na época em que a análise de Say dominava os dois lados do Atlântico; a época em que as *Pesquisas de Cournot* (1838) tiveram que esperar mais de meio século para serem traduzidas em inglês (1897) enquanto que se multiplicavam as edições e traduções do *Tratado*, do *Curso* e do *Catecismo*,¹²⁹ que o *Tratado* se tornava o arquétipo e a fonte de inspiração dos manuais

¹²⁶ Considerando a análise de Patinkin como o último momento de verdadeira referência a Say. Com efeito, as conclusões de Patinkin foram objeto de sérias críticas. Archibald e Lipsey, em particular, mostraram que o efeito de encaixe real só funciona a *curto prazo*, o equilíbrio a longo prazo sendo unicamente função dos preços relativos. A *Lei de Say* e a teoria quantitativa não se contradizem. A lei de Walras só se verifica no equilíbrio. Mas o contra-ataque não demorou (PATINKIN, 1965) etc.

¹²⁷ Com exceção do próprio Say, Mill é, de todos os clássicos, o mais alheio à *identidade* de Say. Cf. *Essays* (o segundo) e BAUMOL-BECKER (1952).

¹²⁸ Cf. BERNARD. *Loc. cit.*; e DENIS. *Loc. cit.*

¹²⁹ A primeira tradução americana do *Traité*, baseada na quarta edição francesa, data de 1821; Say foi também traduzido em espanhol, alemão, italiano, grego moderno etc.

universitários, num ensino impregnado das análises de Say.¹³⁰ Época de um domínio intelectual raramente contestado¹³¹ e conseguido, em parte, graças à adesão de Ricardo à lei dos mercados.

Para além dessas flutuações de opinião, no entanto, a contribuição de Say ao progresso da análise econômica resulta positiva. Ele sintetizou e sistematizou; e também inovou.

Say acreditou ter escrito o primeiro *tratado* de economia política.¹³² Esforçou-se por conferir à ciência econômica um objeto próprio, dissociando o estudo dos mecanismos do estudo das estruturas e recusando-se a colocar o problema das instituições. “Não é necessário conhecer a origem das propriedades, ou a sua legitimidade, escreve, para estudar a natureza e o desenvolvimento das riquezas sociais. Tanto faz que aquele que possui atualmente uma propriedade fundiária, ou aquele que lhe transmitiu, tenha conseguido essa terra por ter sido o primeiro a ocupá-la, ou a tenha conseguido pela violência, ou pela fraude: o efeito é o mesmo em relação ao que ela rende”.¹³³

No plano *analítico*, a obra de Say comporta poucos elementos que, *considerados isoladamente* (teoria do empresário, do circuito, da divisão do trabalho etc.), não deixam transparecer, em filigrana, precursores que, freqüentemente, o superaram: Cantillon, Quesnay, Smith etc.

2. *A lei de Say*, em contrapartida, constitui uma etapa fundamental da história da análise e das doutrinas econômicas. Ela marca, tanto quanto *A Riqueza das Nações*, o corte teórico com o mercantilismo. Ela situa a discussão no plano da *análise*, reagindo contra “as teorias ingênuas da superprodução”.¹³⁴

Ela anuncia e abre caminho à *teoria do equilíbrio geral*, lei da gravitação do universo econômico. Se se considerar a expressão literária de Walras e não a sua formalização matemática, constata-se uma espantosa semelhança entre os dois autores. Qual o enunciado da lei, mais claro — e mais fiel ao autor do *Tratado* — que este trecho de Walras relativo ao equilíbrio geral?: “Para adquirir produtos no mercado, cada sujeito social deve obrigatoriamente oferecer serviços produtivos; se não tiver nada a oferecer no mercado dos serviços produtivos, nada poderá adquirir no mercado dos produtos; não poderá constituir-se como sujeito de uma demanda (de produtos) solvente no mercado”.¹³⁵

¹³⁰ SCHUMPETER. *Loc. cit.*; e NOGARO. *Loc. cit.* Resenhando a tese de Theilac sobre Say, Alexander Gray escreve, no *Economic Journal* de 1929: “Perhaps more than anyone (taking the world as a whole) he thought the early nineteenth century its political economy, and particularly in America, his treatise approached as near to a best-seller as a text book on political economy is ever likely to do.” *E.J.*, p. 453-454.

¹³¹ List e Marx, em particular, constituem exceções. O *Système National d’Economie Politique* (1841) traz inúmeras referências a Say. O capítulo V do Livro Terceiro é especialmente dedicado a “Jean-Baptiste Say et son école”. List mostra-se extremamente crítico e desdenhoso: “Nunca se viu nenhum escritor, tanto quanto J.-B. Say, exercer com meios tão débeis, um terror científico tão grande; quem manifestasse a mais leve dúvida sobre a infalibilidade de sua doutrina era punido com o termo infamante de obscurantismo...”. “No fundo, Say não fez mais do que organizar o material confusamente acumulado por Adam Smith, torná-lo inteligível e popularizá-lo; possuidor de um grande talento para a sistematização e a exposição, conseguiu-o plenamente. Nada, em seus escritos, é novo ou original.” O tradutor de List, H. Richelot, achou que devia acrescentar, em nota de rodapé: “List esqueceu a teoria dos mercados, de nosso ilustre compatriota, cujo mérito não é contestado nem pelos próprios economistas ingleses — teoria que, aliás, é passível de reservas.” (Segunda edição francesa, 1857.) E ainda: “Não podemos sentir senão um profundo respeito por aquele que ensinou ao continente quase tudo o que nele se sabe sobre Economia Política”. Marx manifesta, em relação a Say, o desprezo mais absoluto. Raros são os economistas por ele mais agredidos, a não ser, talvez, McCulloch, “virtuoso desse cretinismo pretencioso”. MARX. *Loc. cit.*, II, p. 122, em nota de rodapé.

¹³² *Traité*, p. 33.

¹³³ *Traité*, p. 348.

¹³⁴ AFTALION. *Loc. cit.*, t. I, p. 274.

¹³⁵ WALRAS. *Économie Pure*, p. 66.

A lei de Say funda a atitude liberal do *laissez faire*. Dá origem a essa sociedade econômica onde “o interesse privado é o mais hábil dos mestres”¹³⁶ e onde o Estado se abstém de toda e qualquer intervenção capaz de deturpar a concorrência, quer no que se refere aos empresários,¹³⁷ quer no que se refere aos trabalhadores assalariados.¹³⁸

O Estado policial se omite. Ele defende a propriedade.¹³⁹ Não intervém para corrigir as crises acidentais de superprodução. Observa o amortecimento econômico e espera que a crise ... de 1929 se resolva sozinha.

A lei é tudo isso e muito mais. Say soube ver algumas de suas implicações específicas, e intuiu o caráter geral do princípio; não soube, no entanto, oferecer uma demonstração analítica da sua unidade fundamental.¹⁴⁰ E foi esse, precisamente, o erro dos comentadores que quiseram dissociar o curto prazo do longo prazo, o instantâneo do sucessivo.

A lei de Say exprime bem a igualdade necessária entre o produto, a despesa e a receita e o equilíbrio de periodicidade longa do sistema capitalista; não se trata, porém, de duas interpretações alternativas, ou até mesmo excludentes; muito pelo contrário: o verdadeiro significado da lei de Say, que o seu autor nunca conseguiu formular com clareza, mas que está permanentemente presente e nos dá a chave da interpretação de suas hesitações e contradições, é a rejeição (por antecipação!) da distinção entre uma lei dos mercados, tautologia contábil “instantânea”, e uma lei dos mercados, expressão da tendência ao equilíbrio de periodicidade longa do sistema econômico, tradução analítica da idéia vulgar segundo a qual “chegará o momento em que as coisas vão acabar por se resolver”.

Efetivamente, é porque a oferta cria a sua própria procura (e, por conseguinte, a produção gera uma distribuição de renda equivalente) que, uma vez colocada a hipótese da racionalidade dos agentes, o circuito tenderá necessariamente ao equilíbrio, quaisquer que sejam as flutuações acidentais que possam ocorrer.

Os seus críticos nem sempre deram provas de um maior rigor científico. Primeiro, tentaram confrontar a lei ao mundo real (Malthus, Sismondi e toda a literatura sobre as crises, de Aftalion e Dupriez);¹⁴¹ em seguida, tentaram explorar as implicações lógicas da lei (Lange e a controvérsia de Patinkin). O resultado foi uma maior tomada de consciência dos limites e da verdadeira significação da lei.

¹³⁶ *Traité*, p. 193.

¹³⁷ “Se uma indústria traz algum benefício, ela não precisa de incentivos; se ela não traz nenhum benefício, ela não merece incentivos” (*Traité*, p. 185). Todavia, empresário e pragmático, Say admite, em certos casos, a intervenção do Estado!

¹³⁸ Ele censura Sismondi por este pensar em “leis que pudessem obrigar o patrão a garantir a subsistência do trabalhador que empregou”. Neste aspecto, ele adere ao liberalismo integral de um Benjamin Constant que define a liberdade com “o direito, de cada um, de escolher a sua atividade industrial e de exercê-la: de dispor de sua propriedade e até mesmo de abusar dela” (B. CONSTANT. *Comparant la Liberté des Anciens à celles des Modernes*).

¹³⁹ “Nada é mais perigoso do que as opiniões que levam à regulamentação da utilização das propriedades. Isso não é menos temerário do que desejar regulamentar o uso inocente que o homem possa fazer de seus braços e de suas faculdades, que também são suas propriedades”. *Sur la Balance*.

¹⁴⁰ Não chegamos a subscrever o tão severo julgamento que Louis Salleron formula em sua excelente síntese sobre a *Économie Libérale*: “Pouco original mas de espírito robusto, Say impôs-se a seus contemporâneos pela sua extraordinária auto-estima.” A impressão com que ficamos após a leitura do *Traité* coincide com a apreciação de um contemporâneo de Say: “Lembrarei sempre que o velho Say, se bem que sua inteligência fosse, de fato, bastante limitada, manifestava, há vinte anos atrás, um vivo interesse por meus primeiros trabalhos de filosofia política, firmemente convencido, dizia, que trilhávamos o mesmo caminho, os dois tendendo a fundar a ciência social” Carta de Auguste Comte a Stuart Mill (22 de julho de 1844) in: LEVY-BRUHL, L. *Lettres Inédites de John Stuart Mill à Auguste Comte* (publicadas com as respostas de Comte). Paris, 1899. p. 338.

¹⁴¹ Aftalion ilustra perfeitamente esse procedimento: “Visto que a observação estabeleceu a realidade da superprodução geral, é preciso revelar a sua possibilidade lógica”. AFTALION. *Les Crises Périodiques de Surproduction*. t. II, p. 271.

A lei de Say é um “princípio de economia pura”.¹⁴² Ela repousa numa série de hipóteses e só a crítica dessas hipóteses é logicamente significativa.

3. Jean-Baptiste Say escreve em algum lugar: “A verdade não pertence a quem a descobre mas a quem a prova”. Ele deve à amizade de Ricardo, à admiração de sucessivas gerações de economistas anglo-saxões pelo autor dos *Princípios*, e talvez mais ainda à acusação de Keynes, a definitiva associação de seu nome ao princípio do equilíbrio geral.

Sem minimizar a sua contribuição à análise econômica, podemos afirmar que o seu verdadeiro título de glória, que ele não compartilha com nenhum economista clássico, é outro.

Com efeito, existe uma leitura “clássica” de Jean-Baptiste Say que privilegia o caráter formal de sua obra e sua crença na tendência fundamental do sistema econômico a alcançar um equilíbrio natural, estável e ótimo.

Em certos aspectos, no entanto, Say é também o anticlássico por excelência. Se se considerar, não apenas os *mecanismos*, mas a *visão de conjunto da evolução do sistema econômico*, Say passa a não representar simplesmente uma “variante” otimista, por oposição ao pessimismo dos outros clássicos. A sua análise da natureza e dos efeitos do progresso técnico opõe-no *fundamentalmente* à maioria dos outros economistas do século XIX.

A literatura econômica do século XIX oferece-nos, efetivamente, um leque de imagens contrastantes do futuro do sistema capitalista: Sismondi, o seu rei de Inglaterra e a sua nação de autômatos, Saint-Simon e a sua equipe de técnicos, Mill e os bem-aventurados do Estado estacionário, e finalmente Marx e os miseráveis e oprimidos.

O rei de Inglaterra viu os seus súditos e os seus autômatos aumentarem paralelamente, Mill poderia reintroduzir, numa nova edição dos *Princípios*, o célebre parágrafo sobre a caça ao dólar na sociedade americana, que ele preferira suprimir. Marx não deixaria de constatar o aumento do pauperismo onde ele não o previra.

Deixemos a Saint-Simon a glória de ter antecipado o século XX e o surgimento da tecnoestrutura, a Mill a ter lembrado, para os séculos vindouros, que riqueza não é sinônimo de bem-estar, e a Marx a de ter sido “o maior economista do século XIX” (James).

Say foi o verdadeiro visionário do século XIX. Mais do que qualquer outro, ele pressentiu a verdadeira distinção entre os agentes econômicos: a oposição entre os *produtivos* e os *improdutivos*, e não a diferenciação de Smith entre os produtivos “materiais” e os outros, ou a dicotomia marxista entre os assalariados e os não assalariados.

Não existem obstáculos insuperáveis para o desenvolvimento. Não existem limites para o enriquecimento de uma nação. O bem-estar de um país depende da sua população ativa, do progresso técnico, do dinamismo de seus empresários. Essa é a verdadeira mensagem de Jean-Baptiste Say.

Será necessário lembrar a função do progresso técnico na história econômica e social do século XIX e salientar que foi a divergência relativamente a esse problema que constitui a verdadeira linha demarcatória entre os economistas ditos clássicos? Marx torna-se, então, o “último dos clássicos” (Villey) e Say fica isolado. Os historiadores da história econômica devem-lhe, também, uma das melhores chaves

¹⁴² Tomamos emprestado este qualificativo a Dupriez, que o limita ao longo prazo. “A longo prazo, o princípio dos mercados transcende as instituições porque é um princípio de economia pura”. DUPRIEZ. *Des Mouvements Économiques Généraux*. t. 1, p. 81.

de interpretações da evolução econômica e social do século XIX. A esse duplo título, ele merece ser lido.

As divergências de opinião que mencionamos no início destas páginas têm, assim, uma explicação. Say caiu em sua própria cilada. Foi vítima de sua restrição da economia política à análise econômica, em sentido estrito. No sistema de notação que ele próprio estabeleceu para as gerações futuras, teve de ceder o lugar a Ricardo.

Num momento em que assistimos a uma reformulação do modelo neoclássico, em que o “desafio” Keynesiano retoma o seu lugar na linhagem clássica,¹⁴³ não nos parece inútil reler o mais antikeynesiano dos predecessores de Keynes, o mais walrasiano dos pecusores de Walras. E não é o menor dos paradoxos enfatizar a profunda influência que Jean-Baptiste Say exerceu sobre aqueles mesmos que recusaram a lei de Say na determinação do equilíbrio geral.

Na realidade, a despeito da ausência de qualquer referência explícita, a atitude e a obra dos novos neoclássicos (redução da ciência econômica à economia positiva, fé na economia de mercado, nos seus consumidores racionais e nos seus empresários dinâmicos, confiança nos mecanismos de reajuste automático de periodicidade longa¹⁴⁴ etc.) atestam a permanência da ideologia de Jean-Baptiste Say. Por esse motivo suplementar, ele merece ser lido.

Georges Photios Tapinos.

Março de 1971

Referências

Obras econômicas de J.-B. Say

Traité d'économie politique ou simple exposition de la manière dont se forment, se distribuent ou se consomment les richesses. Paris, 1.^a ed., 1803. 2.^a ed., 1814, revista e aumentada com um “*Epitome des Principes Fondamentaux de l'Économie Politique*”. 3.^a ed., 1817; 4.^a ed., 1819; 5.^a ed., 1826; 6.^a ed. (Guillaumin) 1841; 7.^a ed., 1861; 8.^a ed., 1876.

Catéchisme d'Économie Politique ou instruction familière qui montre de quelle façon les richesses sont produites, distribuées e consommées dans la société. Paris, 1.^a ed., 1815; 2.^a ed., 1821; 3.^a ed., 1826; 4.^a ed., 1837, reproduzido em *Oeuvres Diverses* (cf. *infra*); 5.^a ed., 1881.

Cours Complet d'Économie Politique Pratique. Ouvrage destiné à mettre sous les yeux des hommes d'Etat, des propriétaires fonciers et des capitalistes, des savants, des agriculteurs, des manufacturiers, des négociants, et en général de tous les citoyens, l'économie des sociétés. 1.^a ed., 1828/29; 2.^a ed., Paris, Guillaumin, 1840. 2 tomos.

Oeuvres Diverses (Paris, Guillaumin, 1848). Volume que reúne as notas de Say sobre certas obras da época, anotações que acompanham, por vezes, a tradução francesa dessas obras, particularmente sobre:

“Les Principes de Ricardo”. Paris, 1819.

“Le Cours d'Économie Politique de Storch”. 2.^a ed., 1823. 4 volumes.

“Le Cours de McCulloch”. Paris, 1825.

¹⁴³ Cf. LEIJONHUFVUD, A. *On Keynesian Economics and the Economics of Keynes. A Study in Monetary Theory*. 1968.

¹⁴⁴ E até mesmo para alguns, como Friedman, preocupação em explicar para o grande público as relações econômicas fundamentais.

O volume em questão inclui igualmente a *Correspondance* com Ricardo, Dupont de Nemours, Tooke, as *Lettres à Malthus* sobre vários temas de Economia Política, nomeadamente sobre as causas da estagnação geral do comércio, cartas publicadas pela primeira vez em 1820, a resposta à crítica de Sismondi sobre “La balance des consommations avec les productions” (*Revue Encyclopédique*. Julho de 1824) e os *Discours d'Ouverture du Cours des Arts et Métiers et du College de France*.

Uma coletânea de textos selecionados e prefaciados por P. L. Reynaud foi publicada em 1953: *Jean-Baptiste Say. Textes Choisis*. Paris, Dalloz, 1953.

Obras sobre J.-B. Say

ALLIX, E. “J.-B. Say, et les Origines de l'Industrialisme”. In: *Revue d'Économie Politique*. 1910; e “La Conception de l'Économie Politique dans l'Œuvre de J.-B. Say”. In: *Revue d'Histoire des Doctrines Économiques*. 1911.

e sobretudo:

TEILHAC, E. *L'Œuvre Économique de J.-B. Say*. Paris, Félix Alcan, 1927. Entre as obras mais recentes e menos conformistas, citamos:

SCHUMPETER, J. A. *History of Economic Analysis*. George Allen and Unwin, 1952.

BLAUG, M. *Economic Theory in Retrospect*. Illinois, Homewood, 1962.

BERNARD, M. *Introduction à une Sociologie des Doctrines Économiques. Des Physiocrates à Stuart Mill*. Paris, Mouton et C^o, 1963.

GUILLAUMONT, P. *La Pensée Démo-Économique de J.-B. Say et de Sismondi*. Cujas, 1969.

FAURE SOULET, J. F. *De Malthus à Marx, L'Histoire aux Mains des Logiciens*. Gauthier-Villars, 1970.

A lei de Say, a teoria das crises e o equilíbrio geral

MILL, James. *Commerce Defended*, 1808. *Éléments d'Économie Politique*. 1821. (Tradução francesa de Parisot, 1824.)

RICARDO. *The Principles of Political Economy and Taxation*. E a edição monumental de SRAFFA, P. *Ricardo, The Works and Correspondance*. Cambridge University Press, 1951-1955. 10 volumes.

MALTHUS, T. R. *The Principles of Political Economy Considered with a View to their Practical Application*. (1^a ed., Londres, 1820; 2^a ed., 1836.)

SISMONDI, S. de. *Les Nouveaux Principes d'Économie Politique*. 1^a ed., 1819; 2^a ed., 1827; reedição (3^a ed.), Genebra, 1953. “Sur la Balance des Consommations avec les Productions”. In: *Revue Encyclopédique*. Maio de 1824. Incluído na 3^a ed. dos N. P. p. 273-305. Cf. resposta de SAY. *Revue Encyclopédique*. Julho de 1824. “Notes sur l'Article de Say Intitulé: Balance des Consommations avec les Productions”, 3^a ed., p. 306-309.

MILL, J. S. *Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy*. 1844. *Principles of Political Economy*. 1848 (Edition Ashley, 1909).

MARX, K. *Le Capital. Critique de l'Économie Politique*. 1867. Editions Sociales, 1967.

WALRAS. *Éléments d'Économie Politique Pure ou Théorie de la Richesse Sociale*. 1874.

AFTALION, A. “La Réalité des Surproductions Générales”. In: *R. E. P.*, 1909. “La Réalité des Surproductions Générales”. In: *R. E. P.*, 1910 (resposta a Gide). *Les Crises Économiques de Surproduction*. 2 v., 1913.

LESCURE. “Surproduction Générale et Surproduction Généralisée”. In: *R. E. P.*, 1910. *Des Crises Générales et Périodiques de Surproduction*. 1932. 5^a ed., 1938.

KEYNES, J. M. *General Theory of Employment, Interest and Money*. 1936. Tradução francesa, 1936 e 1968.

NEISSER, Hans. “General Overproduction. A Study of Say's Law of Markets”. In: *J. P. E.*, 1934.

HABERLER, G. *Prosperité et Dépression*. Genebra, Société des Nations, 1937.

DUPRIEZ, L. H. *Des Mouvements Économiques Généraux*. Louvain, 1947. Nomeadamente tomo I, título I, “Querelles de Principe”.

GUITTON. *Les Fluctuations Économiques* (tomo IX do *Traité d'Économie Politique* de G. Pirou). Sirey, 1951. Ver nomeadamente p. 172-182.

LAMBERT, P. “La Loi des Débouchés avant J.-B. Say et la Polémique Say-Malthus”. In: *R. E. P.*, 1952. “Malthus et Keynes”. In: *R. E. P.*, 1962.

LIESSE, A. “La Loi des Débouchés, Conditions Suivant Lesquelles elle s'Exerce”. In: *Journal des Économistes*. 1932.

LINK, Robert G. *English Theories of Economic Fluctuations*. 1815-1898. Nova York, Columbia University Press, 1959.

MEUNIER, Emmanuel. *Essai sur la Théorie des Débouchés de J.-B. Say*. Tese. Toulouse, 1942.

- MOLINIER, Jean. *Les Métamorphoses d'une Théorie Économique. Le Revenu National chez Boisquilbert, Quesnay et J.-B. Say*. Paris (sd).
- PAQUET, André. *Le Conflit Historique entre la Loi des Débouchés et le Principe de la Demande Effective*. 1952.
- SHOUL, Bernice. "Karl Marx and Say's Law". In: *The Quarterly Journal of Economics*. 1957.
- SKINNER, A. S. "Say's Law: Origins and Content". In: *Economica*. 1967. "Of Malthus, Lauderdale and Say's Law". In: *Scottish Journal of Political Economy*. 1969.
- SPEGLER, J. J. "The Physiocrats and Say's Law of Markets". In: *J. P. E.*, setembro-dezembro de 1945.

A lei de Say e a teoria da moeda¹

- LANGE, O. "Say's Law: a Restatement and Criticism". In: *Studies in Mathematical Economics and Econometrica* by O. Lange, F. McIntyre, T. O. Yntema (eds.). Chicago University, Department of Economics, 1942.
- MODIGLIANI, Franco. "Liquidity Preference and the Theory of Interest and Money". In: *Econometrica*. 1944.
- PATINKIN, Don. "Relative Prices, Say's Law, and the Demand for Money". In: *Econometrica*. 1948. "The Indeterminacy of Absolute Prices in Classical Economic Theory". In: *Econometrica*. 1949. "A Reconsideration of the General Equilibrium Theory of Money". In: *Review of Economic Studies*. 1950.
- HICKMAN, W. B. "The Determinacy of Absolute Prices in Classical Economic Theory". In: *Econometrica*. 1950.
- PHIPPS, C. G. "A Note on Patinkin's Relative Prices". In: *Econometrica*. 1950.
- LEONTIEF, W. "The Consistency of the Classical Theory of Money and Prices". In: *Econometrica*. 1950.
- JAFFE, W. "Walrasiana: the Elements and its Critics". In: *Econometrica*. 1951.
- BRUNNER, K. "Inconsistency and Indeterminacy in Classical Economics". In: *Econometrica*. 1951.
- PATINKIN, Don. "The Invalidity of Classical Monetary Theory". In: *Econometrica*. 1951.
- BECKER, G. S. e BAUMOL, W. J. "The Classical Theory, the Outcome of the Discussion". In: *Econometrica*. 1952. Tradução de A. Vinokut. Associação Internacional das Ciências Econômicas. Seleção de Textos, v. I. *Problèmes Monétaires*. Paris, Dalloz e Sirey, 1964.
- PATINKIN, Don. "Dichotomies of the Pricing Process in Economic Theory". In: *Econometrica*. (Nova Série) 1954.
- VALAVANIS, S. "A Denial of Patinkin's Contradiction". *Kyklos*, 1955.
- PATINKIN. "La Théorie Quantitative de la Monnaie: une Analyse par l'Équilibre Général". In: *Économie Appliquée*. 1956. *Money, Interest and Prices*. 1ª ed., 1956.
- ARCHIBALD, G. C. e LIPSEY, F. G. "Monetary and Value Theory: a Criticism of Lange and Patinkin". In: *Review of Economic Studies*. 1958.
- V. A. "A Symposium on Monetary Theory". In: *Rev. Econ. Stud.* Outubro de 1960.
- JOHNSON, H. G. "Monetary Theory and Policy". In: *A. E. R.* Junho de 1962; e *Survey on Economic Theory*. t. I.
- MISHAN, E. J. "Say's Law and Walras's Law once More". In: *Q. J. E.* Novembro de 1963.
- CHAIANEU, A. *La Demande d'Encaisses Monétaires*. Paris, Cujas, 1964.
- SIMONSEN, M. H. "A Lei de Say e o Efeito da Liquidez Real". In: *Revista Brasileira de Economia*. Março de 1964.
- PATINKIN. *Money, Interest and Prices*. 2ª ed., 1965.
- CLOWER. "The Keynesians Counter-Revolution. A Theoretical Appraisal". In: HAHN, F. H. e BRECHLING, F. P. (Eds.) *The Theory of Interest Rates*. Londres, 1965.
- HAHN, F. H. "On Some Problems of Proving the Existence of an Equilibrium in a Monetary Theory". In: HAHN, F. H. e BRECHLING, F. P. *Op. cit.*, 1965.
- MAUER, JAY, L. "The Patinkin Controversy". In: *Metro-Economica*. 1966.
- TSIANG, S. C. "Walras's Law, Say's Law and Liquidity Preference in General Equilibrium Analysis". In: *Internat. Econ. Review*. 1966.
- CLOWER, R. W. "A Reconsideration of the Microfoundations of Monetary Theory". In: *Western Economic Journal*. 1967.
- MARCHAL, J. e LECAILLON, J. *Théorie des Flux Monétaires. Evolution des Idées et Principes Généraux d'Analyse*. Paris, Cujas, 1967. 410 p.

¹ A fim de permitir o acompanhamento do desenrolar de uma controvérsia recente, preferimos optar, aqui, por uma classificação cronológica.

CLAASSEN, E. M. *Monnaie, Revenu National et Prix*. Paris, Dunod, 1968.

LEIJONHUFVUD, A. *On Keynesian Economics and the Economics of Keynes. A Study in Monetary Theory*. 1968.

SAMUELSON, P. A. "What Classical and Neo-Classical Monetary Theory Really was". In: *Canadian Journal of Economics*. 1968.

MARCHAL, J. e LECAILLON, J. *Analyse Monétaire, Monnaie, Équilibre, Inflation*. Paris, Cujas, 1971.

Tratado de Economía Política

Discurso Preliminar

Uma ciência só realiza verdadeiros progressos quando se conseguiu determinar claramente o campo ao qual podem se estender suas pesquisas bem como o objeto que as mesmas devem propor-se; caso contrário, discermos aqui e ali um pequeno número de verdades sem conhecer a ligação entre elas e muitos erros sem poder descobrir-lhes a falsidade.

Durante muito tempo, confundiu-se a *Política* propriamente dita, a ciência da organização das sociedades, com a *Economia Política*, que ensina como se constituem, se distribuem e se consomem as riquezas que satisfazem as necessidades das sociedades. Entretanto, as riquezas são essencialmente independentes da organização política. Desde que bem administrado, um Estado pode prosperar sob qualquer forma de Governo. Nações submetidas a monarquias absolutas enriqueceram; outras, dirigidas por conselhos populares, arruinaram-se. Só de maneira indireta, do mesmo modo como favorece a instrução, a liberdade política facilita o desenvolvimento das riquezas.

Confundindo nas mesmas investigações os princípios que constituem um bom Governo e aqueles sobre os quais se fundamenta o crescimento das riquezas, quer públicas quer privadas, não é de surpreender que alguns tenham obscurecido muitas idéias em vez de esclarecê-las. Essa é a crítica que se pode fazer a Steuart, o qual deu a seu primeiro capítulo o título de: “Do Governo do Gênero Humano”; e o mesmo reparo podemos fazer aos *Economistas* do século XVIII, em quase todos os seus escritos, e a J.J. Rousseau na *Encyclopédie* (artigo “*Économie Politique*”).

Parece-me que, a partir de Adam Smith, sempre se faz a distinção entre esses dois corpos de doutrina, reservando-se o nome de *Economia Política*¹ para a ciência que trata das riquezas e o de *Política* simplesmente para designar as relações existentes entre o Governo e o povo e entre os diferentes Governos.

Depois de, a propósito da *Economia Política*, realizarem incursões na *Política* pura, muitos acreditaram ser seu dever, com maior razão, realizá-las na agricultura,

¹ De *oikos*, casa, e de *nomos*, lei. *Economia*, lei que dirige a casa. Por casa os gregos entendiam todos os bens possuídos pela família. A palavra política, de *polis*, *civitas*, estende essa significação à família política, à nação. A *Economia Política* é a *economia da sociedade*.

A expressão *Economia Política* convém tanto mais à designação da ciência que constitui o objeto desta obra quanto não lhe compete tratar das *riquezas naturais*, dos bens que a Natureza nos concede gratuita e ilimitadamente. Ela trata apenas das *riquezas sociais*, baseadas na troca e na propriedade, as quais são instituições sociais.

no comércio e nas artes, que são os verdadeiros fundamentos das riquezas e sobre os quais as leis têm apenas uma influência acidental e indireta. Em consequência disso, quantas divagações! Pois, se o comércio, por exemplo, faz parte da Economia Política, dela também fazem parte todos os tipos de comércio e, conseqüentemente, o comércio marítimo e, por conseguinte, a navegação, a geografia... onde parar? Todos os conhecimentos humanos se entrelaçam. É necessário, portanto, procurar encontrar e determinar com precisão o ponto de contato, a articulação que os liga. Teremos assim um conhecimento mais exato de cada um dos seus ramos; saberemos onde cada um deles se articula e o que constitui uma parte de suas propriedades permanentes.

A Economia Política só considera a agricultura, o comércio e as artes em suas relações com o crescimento ou a diminuição das riquezas, mas não em seus processos de execução. Indica aqueles casos em que o comércio é verdadeiramente produtivo, aqueles em que subtrai a uns o que dá a outros e aqueles em que é lucrativo para todos; ensina também a avaliar cada um de seus procedimentos, mas apenas em seus resultados. Detém-se aí. O resto da ciência do negociante é formado pelo conhecimento das técnicas de seu ofício. É necessário que ele conheça as mercadorias que são objeto de seu comércio, suas qualidades, suas deficiências, sua procedência, seus mercados, os meios de transporte, os valores pelos quais se pode trocá-las, a maneira de fazer suas contas.

Pode-se dizer o mesmo do agricultor, do manufator e do administrador: todos precisam de conhecimentos de Economia Política a fim de conhecer a causa e os resultados de cada fenômeno; e cada um deles, para ser competente em sua pátria, deve acrescentar a esse conhecimento o estudo das técnicas de seu ofício.

Smith não confundiu esses diferentes objetos de investigação. Nem ele nem os autores que o seguiram, porém, se resguardaram contra outro tipo de confusão que deve ser explicado. Os desdobramentos daí decorrentes serão úteis para o progresso dos conhecimentos humanos em geral e daquele que nos ocupa em particular.

Em Economia Política, como na Física, como em tudo, construíram-se sistemas antes do estabelecimento de verdades; isto é, tomaram-se por verdade concepções gratuitas e meras afirmações. Posteriormente, aplicaram-se a essa ciência os métodos que tanto contribuíram, a partir de Bacon, para o avanço de todas as outras, isto é, o método experimental que consiste essencialmente em admitir como verdadeiros somente aqueles fatos cuja realidade tenha sido demonstrada pela observação e a experiência, e como verdades constantes somente as conclusões que deles se pode tirar naturalmente; isso exclui por completo aqueles preconceitos e aquelas autoridades que, na ciência como na moral, na literatura como na administração, interpõem-se entre o homem e a verdade. Sabe-se bem, todavia, tudo o que se deve entender pela palavra *fatos*, tão freqüentemente empregada?

Parece-me que a mesma designa simultaneamente as *coisas que existem* e as *coisas que acontecem*, o que introduz de imediato duas ordens de *fatos*: é um fato que determinado evento tenha ocorrido de tal maneira.

É necessário ver as *coisas que existem* tais como elas são, sob todos os seus aspectos e com todas as suas propriedades, para que elas possam servir de base para raciocínios corretos. Sem isso, acreditando falar da mesma coisa, poderíamos discorrer, sob o mesmo nome, sobre duas coisas diferentes.

A segunda ordem de *fatos*, as *coisas que acontecem*, consiste naqueles fenômenos que se manifestam quando se observa como as coisas se passam. É um fato que os metais se tornam líquidos quando submetidos a determinado calor.

A maneira como as coisas existem e a maneira como elas acontecem constituem o que se chama a *natureza das coisas*; o único fundamento da verdade é a observação exata da natureza das coisas.

Daí se originam dois tipos de ciências: aquelas que podemos chamar de *descritivas*, que consistem em dar nomes e em classificar as coisas, como a Botânica ou a História Natural, e as ciências *experimentais*, que nos permitem conhecer as ações recíprocas que as coisas exercem umas sobre as outras ou, em outros termos, a ligação dos efeitos com suas causas; são desse tipo a Física e a Química.

Estas últimas exigem que se estude a natureza íntima das coisas, pois é em virtude de sua natureza que elas agem e produzem efeitos: é porque é da natureza do Sol ser luminoso e da natureza da Lua ser opaca que, quando esta passa diante do Sol, esse astro é eclipsado. Uma análise minuciosa é suficiente, às vezes, para nos permitir conhecer a natureza de uma coisa; outras vezes, ela se nos revela completamente só através de seus efeitos. De qualquer modo, quando não podemos recorrer a experiências intencionalmente realizadas, a observação sempre é necessária para confirmar o que a análise foi capaz de nos ensinar.

Esses princípios, que me serviram de guia, ajudar-me-ão a distinguir duas ciências que quase sempre foram confundidas: a Economia Política, que é uma ciência experimental, e a Estatística, que é uma ciência apenas descritiva.

A Economia Política, tal como é estudada atualmente, está inteiramente fundada em fatos, pois a natureza das coisas é um fato, assim como o é um acontecimento que dela resulta. Os fenômenos cujas causas e resultados a Economia Política procura tornar conhecidos podem ser considerados seja como *fatos gerais* e constantes que sempre são os mesmos em todos os casos semelhantes, seja como *fatos particulares* que também acontecem em virtude de leis gerais, mas nos quais várias leis atuam simultaneamente, modificando-se umas às outras sem se anularem; como ocorre nos jatos d'água de nossos jardins, nos quais as leis da gravidade são modificadas pelas leis do equilíbrio sem que por isso deixem de existir. A ciência não pode ter a pretensão de conhecer todas essas modificações que se renovam diariamente e que variam ao infinito. Ela expõe, porém, suas leis gerais e as esclarece por meio de exemplos cuja realidade qualquer leitor pode constatar.

A Estatística só nos faz conhecer os fatos sucedidos; apresenta o estado das produções e dos consumos de determinado local em uma época precisa, bem como o estado de sua população, de suas forças, de suas riquezas, das atividades correntes que ali se realizam e que são suscetíveis de enumeração. Trata-se de uma descrição bastante detalhada. Embora possa satisfazer à curiosidade, não o faz de maneira útil quando não indica a origem e as conseqüências dos fatos que registra; quando, ao contrário, mostra suas origens e suas conseqüências, transforma-se em Economia Política. Essa é, sem dúvida, a razão pela qual foram confundidas até o presente momento. A obra de Smith não passa de um agregado confuso dos princípios mais sadios da Economia Política apoiados em exemplos esclarecedores e das noções mais curiosas da Estatística misturadas a instrutivas reflexões; não é, porém, um tratado completo de nenhuma das duas ciências. Seu livro é um imenso caos de idéias corretas de mistura com conhecimentos positivos.

Em Economia Política, nossos conhecimentos podem ser completos, isto é, podemos chegar a descobrir todas as leis que regem as riquezas. O mesmo não poderia se passar com respeito aos nossos conhecimentos em Estatística; os fatos que ela registra, como os que a História relata, são mais ou menos incertos e necessariamente incompletos. Só podemos apresentar ensaios parciais e muito imperfeitos sobre as estatísticas das épocas que nos precederam e sobre as de países distantes. Quanto ao tempo presente, são raros os indivíduos que, às qualidades de um bom observador, acrescentam uma posição favorável à observação. Jamais possuímos as informações relativas à verdadeira situação da população. A inexistência dos relatórios aos quais estamos obrigados a recorrer, a inquieta desconfiança de certos Governos e mesmo de particulares, a má vontade, a negligência, opõem obstáculos muitas vezes insuperáveis aos cuidados necessários para obter particularidades

exatas. E, mesmo quando se consegue obtê-las, elas só seriam verdadeiras por um instante. É por isso que Smith confessa não confiar muito na *Aritmética política*, que outra coisa não é senão a comparação de vários dados estatísticos.

A Economia Política, ao contrário, se estabelece sobre fundamentos inabaláveis a partir do momento em que os princípios que lhe servem de base são deduções rigorosas extraídas de fatos gerais incontestáveis. Na realidade, os fatos gerais fundamentam-se na observação dos fatos particulares, mas houve a possibilidade de selecionar os fatos particulares mais bem observados e estabelecidos, dos quais o próprio observador tenha sido testemunha. Quando seus resultados forem constantemente os mesmos, e um sólido raciocínio demonstrar por que foram os mesmos, quando as próprias exceções forem a confirmação de outros princípios igualmente bem estabelecidos, teremos razões para apresentar esses resultados como leis gerais e para entregá-los confiantemente ao crivo de todos aqueles que, possuindo as qualidades suficientes, desejarem submetê-los novamente à experiência. Um novo fato particular, se é isolado e se o raciocínio não demonstra a ligação que tem com seus antecedentes e conseqüentes, não basta para comprometer uma lei geral, pois quem pode afirmar que uma circunstância desconhecida não produziu a diferença que se observa entre dois resultados? Se vejo uma leve pluma fazendo círculos no ar, às vezes brincando durante longo tempo antes de cair ao solo, concluirei daí que a gravitação universal não existe para essa pluma? Cometeria um erro. Em Economia Política, é um fato geral que os juros do dinheiro aumentam na proporção dos riscos de não ser reembolsado assumidos pelo prestamista. Devo concluir que o princípio é falso simplesmente por ter visto empréstimos a juros baixos em situações arriscadas? O prestamista poderia desconhecer seus riscos, o reconhecimento ou o medo poderiam ordenar-lhe alguns sacrifícios, e a lei geral, perturbada num caso particular, retomará todo o seu domínio no momento em que as causas de perturbação tiverem deixado de agir. Enfim, quão poucos fatos particulares são completamente confirmados! Quão poucos dentre esses são observados na totalidade de suas circunstâncias! E, supondo-os solidamente confirmados, bem observados e bem descritos, quantos deles nada provam ou provam o contrário do que se pretende estabelecer!

É por isso que não existe nenhuma opinião extravagante que não se tenha apoiado em fatos,² e é com fatos que a autoridade pública tem sido freqüentemente enganada. O conhecimento dos fatos sem o conhecimento das relações que os vinculam não é mais do que o saber não digerido de um escriturário; e mesmo o mais instruído dos escriturários conhece completamente apenas uma série de fatos, o que só lhe permite considerar as questões por um único ângulo.

Como é vã a oposição entre a *teoria* e a *prática*! O que é a teoria senão o conhecimento das leis que ligam os efeitos às causas, isto é, fatos a fatos? Quem melhor conhece os fatos do que o teórico, que os conhece sob todos os seus aspectos e que sabe quais são as relações que eles mantêm entre si? E o que é a prática³ sem a teoria, isto é, o emprego dos meios sem saber como nem por que eles atuam? Não passa de um empirismo perigoso, por meio do qual se aplicam os mesmos métodos a casos opostos considerados semelhantes e por onde se chega aonde não se queria ir.

² O ministro do Interior da França, em sua exposição de 1813, época de desastres, em que o comércio se arruinara e os recursos de todo tipo esgotavam-se rapidamente, vangloria-se de ter provado por meio de cifras que a França se encontrava numa situação de prosperidade superior a qualquer outra experimentada até então. (Ver a digressão sobre o que se denomina *Balança comercial*. Livro Primeiro. Cap. XVII.)

³ Pela palavra *prática* não entendo aqui o hábito manual que permite fazer mais facilmente e melhor o que se faz diariamente; esse é o talento de um operário, de um escrevente. Entendo por *prática* o método seguido por aquele que dirige, que administra a coisa pública ou particular.

Assim, após ter visto o sistema de exclusividade em matérias comerciais (isto é, a doutrina de que uma nação só pode ganhar o que outra perde) ser adotado quase generalizadamente em toda a Europa desde o renascimento das artes e das luzes; após ter visto impostos permanentes e sempre crescentes propagarem-se em certas nações até atingirem somas assustadoras; e após verificar que essas nações tornaram-se mais ricas, mais populosas e mais poderosas do que naqueles tempos em que exerciam livremente o comércio e quase não suportavam encargos, o vulgo concluiu que elas eram ricas e poderosas porque sua indústria⁴ havia sido sobrecarregada de entraves e porque os rendimentos dos particulares haviam sido onerados com impostos; e o vulgo passou a pretender que essa opinião fundava-se em fatos, relegando qualquer opinião diferente aos devaneios vazios e dogmáticos.

É bastante evidente, ao contrário, que os que sustentaram a opinião oposta conheciam mais fatos do que o vulgo, e os conheciam melhor. Sabiam que a pronunciada efervescência da indústria nos Estados livres da Itália durante a Idade Média e nas cidades hanseáticas do norte da Europa, que o espetáculo das riquezas que essa indústria oferecia àqueles e a estas, o abalo operado pelas cruzadas, os progressos das artes e das ciências, os da navegação, o descobrimento do caminho das Índias e do continente da América e uma grande massa de outras circunstâncias menos importantes do que as citadas, são as verdadeiras causas que multiplicaram as riquezas das nações mais engenhosas do globo. Sabiam que, se, por um lado, essa atividade sofreu sucessivos empecilhos, por outro, foi desembaraçada de obstáculos ainda mais incômodos. O declínio da autoridade dos barões e senhores feudais já não podia mais impedir as comunicações entre as diversas províncias e os diferentes Estados; as estradas tornavam-se melhores e mais seguras, e a legislação mais estável; as cidades liberadas encontravam-se exclusivamente sob a autoridade real interessada em seu progresso; e essa liberação, estendida às campanhas pela força das coisas e pelos progressos da civilização, bastava para tornar os produtos da indústria propriedade de seus produtores. A segurança das pessoas era garantida em praticamente toda a Europa, se não em virtude da boa organização social, ao menos pelos novos costumes públicos; enfraqueciam-se certos preconceitos, como a idéia de usura vinculada ao empréstimo a juros e a da nobreza associada à ociosidade. Isso não é tudo: alguns dos melhores espíritos assinalaram não somente esses fatos, mas também a ação de muitos outros fatos análogos. Perceberam que o declínio dos preconceitos havia sido favorável ao progresso das ciências, a um conhecimento mais exato das leis da Natureza, e que os progressos das ciências favoreceram os da indústria e estes, a opulência das nações. Foi essa a combinação de fatores que lhes permitiu concluir, com muito mais segurança do que o vulgo, que a prosperidade de muitos Estados modernos, assoberbados de empecilhos e de impostos, não foi conseguida graças aos obstáculos e impostos, mas malgrado essas causas de desestímulo, e que tal prosperidade seria muito maior se esses Estados estivessem submetidos a um regime mais esclarecido.⁵

Para atingir a verdade, portanto, é necessário conhecer, não um grande número de fatos, mas apenas os fatos essenciais e verdadeiramente influentes, conside-

⁴ A expressão francesa *industrie* foi traduzida por *indústria*. Nos séculos XVIII e XIX, ela significava qualquer tipo de atividade produtiva ou econômica e é nesse sentido que Say a emprega. (N. do T.)

⁵ Isso explica também por que as nações quase nunca tiram proveito das lições da experiência. Para que delas se aproveitassem, seria necessário que o povo estivesse em condições de apreender a ligação entre causas e efeitos, o que supõe elevado grau de esclarecimento e grande capacidade de reflexão. Se as nações estivessem em condições de aproveitar da experiência, dela não mais necessitariam: o simples bom senso lhes bastaria. Essa é uma das razões pelas quais sempre precisam ser dirigidas. Tudo o que podem desejar é que suas leis sejam elaboradas e aplicadas no sentido do interesse geral. Tal é o problema que as diferentes constituições políticas resolvem de maneira mais ou menos imperfeita.

rá-los sob todos os seus aspectos e, sobretudo, deles extrair as conseqüências corretas, estar seguro de que o efeito que lhes é atribuído procede realmente deles e não de outra coisa. Qualquer outro conhecimento de fatos é um amontoado do qual nada resulta, uma erudição de almanaque. Observe-se que os detentores dessa tênue vantagem, possuidores de memória clara e julgamento obscuro, que fazem perorações contra as doutrinas mais sólidas, frutos de vasta experiência e de raciocínio seguro, que acusam de dogmatismo toda vez que se abandona sua rotina, são precisamente aqueles que mais doutrinas dogmáticas possuem e que as defendem com a obstinação da tolice, isto é, com o temor de serem convencidos mais do que com o desejo de chegar à verdade.

Assim, que se mostre, a respeito do conjunto dos fenômenos da produção e do comércio mais desenvolvido, que a livre comunicação entre as nações é mutuamente vantajosa e que o desempenho frente aos estrangeiros mais conveniente aos particulares é também o mais conveniente às nações: as pessoas de visão estreita e de presunção ampla levantarão a acusação de dogmatismo. Questionemo-las acerca dos seus motivos: elas nos falarão de balança comercial; dir-nos-ão que é óbvia a ruína de quem troca seu numerário por mercadorias... e é exatamente isso que é dogmático. Outros dirão que a circulação enriquece um Estado e que uma quantidade de dinheiro que passa por vinte mãos diferentes equivale a vinte vezes seu valor... é mais um dogmatismo. Outros ainda dirão que o luxo favorece a indústria, que a economia arruína todo comércio... novamente um dogmatismo. E todos dirão ter os fatos a seu favor, tal como o pastor que, confiando inteiramente em seus olhos, afirma que o Sol, que ele vê levantar-se pela manhã e deitar-se à tarde, percorre durante o dia toda a extensão dos céus, tratando, conseqüentemente, como divagações todas as leis do mundo planetário.

Certas pessoas bem capacitadas em outras ciências, mas completamente estranhas à nossa, imaginam, por sua vez, que não existem idéias positivas fora das verdades matemáticas e das observações feitas cuidadosamente pelas ciências naturais. Acreditam que não existem fatos constantes nem verdades incontestáveis nas Ciências Morais e Políticas e que, em conseqüência, elas absolutamente não são verdadeiras ciências, mas apenas corpos de opiniões hipotéticas mais ou menos engenhosas, porém puramente individuais. Esses cientistas baseiam-se no fato de que não existe acordo entre os autores que tratam dessas ciências e de que alguns deles professam verdadeiras extravagâncias. Quanto às extravagâncias e hipóteses, qual ciência não teve as suas? Faz muito tempo que as ciências mais avançadas se desprenderam dos dogmatismos? Será que não encontramos ainda mentes mal formadas que atacam suas mais sólidas bases? Não faz ainda quarenta anos que se conseguiu analisar a água que mantém a vida do homem e o ar em que ele se encontra perpetuamente mergulhado. E ainda diariamente as experiências e as demonstrações que fundamentam essa doutrina são contestadas, embora tenham sido mil vezes repetidas em diferentes países pelos homens mais instruídos e judiciosos. Existe ausência de acordo sobre fatos bem mais simples, bem mais evidentes que a maior parte dos fatos morais. A Química, a Física, a Botânica, a Mineralogia, a Fisiologia não constituem elas campos fechados onde as opiniões vêm se chocar, exatamente como na Economia Política? Cada facção vê certamente os mesmos fatos, mas os classifica diferentemente e os explica a seu modo. Observe-se que não se constata nesses debates que os verdadeiros cientistas estão de um lado e os charlatães de outro: Leibniz e Newton, Lineu e Jussieu, Priestley e Lavoisier, de Saussure e Dolomieu, eram todos pessoas de méritos, mas não puderam concordar um com o outro. Mas as ciências que eles professavam deixaram de existir porque se combateram mutuamente?

Da mesma maneira, as leis gerais que compõem as Ciências Políticas e Morais existem apesar das disputas. Tanto melhor para quem for capaz de descobrir essas

leis mediante observações judiciosas e múltiplas, mostrar a ligação entre elas e deduzir suas conseqüências. Elas derivam da natureza das coisas tão seguramente quanto as leis do mundo físico; não as imaginamos, encontramos-las; elas governam aquelas pessoas que governam as demais, e nunca são violadas impunemente.

As leis gerais que regulam o curso das coisas chamam-se *princípios* quando se trata de sua aplicação, isto é, quando delas nos servimos para avaliar as circunstâncias que se apresentam e para servir de regra de nossas ações. Só o conhecimento dos princípios permite esse passo firme que se dirige continuamente com êxito para um bom fim.

Assim como as ciências exatas, a Economia Política se compõe de um número reduzido de princípios fundamentais e de um grande número de corolários ou deduções desses princípios. O importante para os progressos da ciência é que os princípios decorram naturalmente da observação; em seguida, cada autor multiplica ou reduz, de acordo com sua vontade, o número de conseqüências, conforme o objetivo que se propõe. Aquele que desejasse mostrar todas as conseqüências, fornecer todas as explicações, construiria uma obra colossal e necessariamente incompleta. Inclusive, quanto mais essa ciência for aperfeiçoada e difundida, menos conseqüências teremos de extrair, pois elas saltarão aos olhos; todo mundo estará em condições de encontrá-las por si mesmo e de aplicá-las. Um Tratado de Economia Política reduzir-se-á, então, a um pequeno número de princípios que sequer precisaremos basear em provas, pois eles serão apenas o enunciado daquilo que todo mundo já saberá, disposto numa ordem apropriada a fim de se poder apreender o seu conjunto e as suas relações.

Seria vão, porém, pensarmos acrescentar maior precisão e um rumo mais seguro a essa ciência mediante a aplicação da matemática à solução de seus problemas. Os valores e quantidades de que a nossa ciência se ocupa, sendo capazes de mais e de menos, deveriam, aparentemente, fazer parte do domínio da Matemática. Ao mesmo tempo, entretanto, esses valores e quantidades encontram-se submetidos à influência das faculdades, das necessidades e vontades dos homens. Ora, pode-se muito bem saber em que sentido atuam essas diferentes ações, mas não é possível avaliar rigorosamente sua influência. Daí surge a impossibilidade de encontrar nesse campo dados suficientemente exatos para torná-los a base de um cálculo.⁶ O observador não pode nem mesmo atingir a certeza de que nenhuma circunstância desconhecida não misture sua influência com todas as demais. Que deve, então, fazer um espírito prudente ao se ocupar com essas questões complicadas? Exatamente o que faz em todas as circunstâncias que determinam a maioria das ações da vida. Apresentará com toda a clareza as questões, buscará os elementos imediatos de que elas se compõem e, após tê-los estabelecido com certeza, avaliará aproximativamente suas influências recíprocas com o golpe de vista de uma razão esclarecida, a qual é, ela própria, apenas um instrumento por meio do qual apreciamos o resultado médio de um grande número de probabilidades que não se poderia calcular com exatidão.⁷

Outras considerações não menos delicadas se vinculam à precedente. Alguns

⁶ Sabe-se, por exemplo, que o preço de uma mercadoria é tanto mais elevado quanto as quantidades oferecidas são menores em relação às quantidades exigidas pela demanda. No entanto, para determinar, segundo essa regra, o preço de venda dos vinhos do próximo ano, quantos dados não seria necessário reunir! A abundância da colheita futura, as variações atmosféricas, os capitais dos negociantes, os direitos aduaneiros que os estrangeiros estabelecerão ou suprimirão, os excedentes dos anos anteriores, as variações que podem afetar o número, as preferências e as riquezas dos consumidores e um grande número de outras circunstâncias, algumas das quais realmente imprevisíveis. Se, na impossibilidade de reunir todos os dados necessários, limitamo-nos a admitir apenas alguns dentre eles, com a influência que lhes atribuímos, não poderemos extrair nenhuma aplicação útil dessas suposições gratuitas.

⁷ Cabanis, ao descrever as revoluções da Medicina, faz uma observação perfeitamente análoga a essa: "Os fenômenos vitais" — diz ele — "dependem de tantos fatores desconhecidos, derivam de tantas circunstâncias cujo significado a

autores do século XVIII e da escola dogmática de Quesnay, de um lado, e economistas ingleses da escola de David Ricardo, de outro, embora sem empregar aquelas fórmulas algébricas cuja inaplicabilidade à Economia Política é demasiado evidente, pretenderam nela introduzir um tipo de argumentação que, na minha opinião, de maneira geral essa ciência como todas aquelas cujo único fundamento é a experiência recusam:⁸ refiro-me à argumentação que se baseia em abstrações. Condillac observou judiciosamente que um raciocínio abstrato não passa de um cálculo com outros signos. Tampouco quanto uma equação, porém, um argumento não fornece os dados que, nas ciências experimentais, são indispensáveis para que se chegue à descoberta da verdade. Tanto a melhor dialética quanto o cálculo mais exato chegam a resultados duvidosos quando partem de dados incertos. Quando aceitamos por fundamento, em lugar de um fato bem observado, um princípio baseado exclusivamente em uma argumentação, corremos o risco de imitar os escolásticos da Idade Média, que discutiam sobre palavras em lugar de discutir sobre coisas e que tudo provavam exceto a verdade.

É impossível esconder que Ricardo baseou um princípio sobre uma argumentação quando afirmou que a renda dos proprietários fundiários não faz parte do preço das coisas. Desse princípio ele extrai inúmeras conseqüências e destas extrai outras, como se fossem fatos estabelecidos; de tal sorte que, se, como se pode acreditar, o primeiro dado não for exato, todos os raciocínios de que ele é a base, mesmo supondo-os impecáveis, não poderão nos conduzir a um verdadeiro aprendizado. Na realidade, os resultados obtidos pelo autor inglês são freqüentemente desmentidos pela experiência.⁹

Daí resultaram intermináveis discussões, nas quais os contendores pareciam ter por objetivo a conversão mútua e não a difusão do conhecimento; nas quais cada um, esquecendo o público, procurou apenas sustentar suas próprias alegações. Esta a origem de controvérsias às vezes pouco inteligíveis,¹⁰ freqüentemente tediosas, e que tiveram este lamentável efeito que os profanos, ignorando as sólidas bases sobre as quais repousa a Economia Política, acreditaram que essa ciência caíra novamente sob o jugo dos dogmatismos e das opiniões individuais e que nela não havia acordo sobre nada; ainda que os bons autores, na realidade, concordem a

observação procura inutilmente fixar, que os problemas não podem ser colocados com todos os seus dados e resolvidos por meio do cálculo. Os mecanicistas deram ao mundo científico o espetáculo mais surpreendente e o mais digno de nossa reflexão quando pretenderam submeter as leis da vida a seus métodos. As doutrinas mais falsas, mais ridículas e mais variadas foram estabelecidas pelo emprego inoportuno dos procedimentos uniformes e rigorosos da verdade".

Em sua *Hidrodinâmica*, D'Alembert concorda que a velocidade do sangue e sua ação sobre os vasos escapam a qualquer tipo de cálculo. Senebier faz observações análogas em seu *Ensaio Sobre a Arte de Observar*. (*Essai sur l'Art d'Observer*. t. I, p. 81.)

Com maior razão, aplica-se a uma ciência moral o que afirmam sábios professores e filósofos judiciosos a respeito das ciências físicas e isso explica por que a utilização de cálculos matemáticos em Economia Política sempre conduziu a extravios. Trata-se, nesse caso, da mais perigosa das abstrações.

⁸ Sabe-se quanto a mecânica racional difere da mecânica experimental, esta última a única a demonstrar utilidade na prática. Em alguns ramos da Física, como a Astronomia e a Óptica, o cálculo pode oferecer resultados concordantes com a experiência, embora apenas até certo ponto e nos casos em que influências acidentais não poderiam modificar essencialmente os dados do problema.

⁹ Foi através de inferências desse tipo que McCulloch, a quem, aliás, a Economia Política muito deve, consultado numa pesquisa parlamentar realizada em 1824, afirmou que os lucros dos mestres fabricantes eram tanto menores quanto mais elevados fossem os salários dos trabalhadores e vice-versa. Na realidade, porém, os salários sempre são mais baixos quando os mestres nada ganham.

¹⁰ Vários economistas ingleses lamentam o fato e acusam aqueles dentre seus compatriotas que fazem Metafísica a propósito da Economia Política de procurarem na própria obscuridade um instrumento de sucesso: "*Omne ignotum pro magifico*, diz um dos mais recentes," encontra exemplos entre nós, e a reputação de um autor pela profundidade de pensamento é freqüentemente aumentada por uma pequena dose de ininteligível. Leitores excessivamente indulgentes atribuem sagacidade incomum ao indivíduo capaz de conceber o que eles próprios não podem compreender, ao passo que a concatenação de idéias em que elas se encadeiam naturalmente e o uso de expressões bem simples lhes parecem algo tão fácil que não percebem serem fruto de uma concepção vigorosa e de um trabalho obstinado".

* *A Critical Dissertation on Value*. 1825. p. XVII. (N. da Ed. Francesa.)

respeito de todas as bases essenciais, estejam de acordo quanto aos mesmos fatos e indiquem os mesmos meios para atingir o objetivo dos verdadeiros homens públicos: a maior prosperidade das nações.

Essas considerações sobre a natureza e os meios da Economia Política, bem como sobre o melhor método para chegar a um sólido conhecimento de seus princípios, nos fornecerão os meios para apreciar os esforços empreendidos até o momento para fazer essa ciência progredir.

Os escritos dos antigos, sua legislação, seus tratados de paz, sua administração das províncias conquistadas, indicam que eles não possuíam nenhuma idéia adequada sobre a natureza e os fundamentos da riqueza, sobre a maneira como ela se distribui e sobre os resultados de seu consumo. Sabiam o que sempre se soube em todas as épocas e em qualquer lugar onde a propriedade tenha sido reconhecida pelas leis, a saber, que os bens aumentam pela economia e diminuem com as despesas. Xenofonte preconiza a ordem, a atividade e a inteligência como meios de prosperidade, sem, entretanto, deduzir seus preceitos de nenhuma lei geral nem ser capaz de mostrar a ligação que vincula os efeitos às causas. Aconselha os atenienses a proteger o comércio e a acolher os estrangeiros, mas sabe tão pouco por que e até que ponto tem razão que chega a pôr em dúvida, em outra passagem, se o comércio é realmente benéfico para a república.

Na verdade, Platão e Aristóteles percebem algumas relações constantes entre as diferentes maneiras de produzir e os resultados que delas se obtêm. Platão esboça com bastante fidelidade¹¹ os efeitos da separação das ocupações sociais, mas exclusivamente para explicar a sociabilidade do homem e a necessidade que este tem, possuindo necessidades tão múltiplas e de tão complicada satisfação, de formar nações nas quais seja possível a cada um ocupar-se exclusivamente de um único tipo de produção. Sua visão é inteiramente política. Dela não se retira nenhuma outra conseqüência.

Aristóteles vai mais longe em sua *Política*: distingue uma produção natural e uma artificial. Chama natural à produção que cria os objetos de consumo de que a família necessita e, quando muito, àquela que os obtêm através das trocas em espécie. Nenhum outro ganho tem sua origem, segundo ele, em uma produção verdadeira: trata-se de um ganho artificial que ele reprova. De resto, não apóia tais opiniões em nenhum raciocínio que se baseie ele próprio em observações exatas. Pela maneira como se exprime sobre a poupança e o empréstimo a juros, percebe-se que não sabe nada a respeito da natureza e do emprego dos capitais.

O que se poderia esperar de nações ainda menos adiantadas do que os gregos? Lembremos que uma lei do Egito prescrevia ao filho adotar a profissão do pai. Significava, em determinados casos, prescrever a criação de produtos além do que a situação da sociedade exigia; era obrigar à ruína para obedecer à lei e a prosseguir nas mesmas funções produtivas quer as pessoas possuíssem ou não os capitais necessários. Tudo isso é absurdo.¹² Os romanos revelavam a mesma ignorância quando tratavam com desprezo as artes industriais, exceção feita, não se sabe por que, para a agricultura. Suas operações sobre as moedas encontram-se entre as piores que já foram feitas.

Durante muito tempo, os modernos não progrediram muito além disso, mesmo depois de lavados da barbárie medieval. Teremos oportunidade de assinalar a estupidez de inúmeras leis acerca dos judeus, do juro do dinheiro e acerca das moedas. Henrique IV concedia a seus favoritos e às suas amantes, como favores

¹¹ *República*. Livro Segundo.

¹² Quando constatamos que quase todos os historiadores, de Heródoto a Bossuet, elogiam essa lei e outras semelhantes, compreendemos quanto é necessário que a Economia Política faça parte dos estudos do historiador.

que *nada lhe custavam*, permissão para exercerem milhares de pequenos abusos e de receber em benefício próprio milhares de pequenos direitos sobre diferentes ramos do comércio. Chegou a autorizar o conde de Soisson a cobrar um imposto de 15 soldos sobre cada fardo de mercadoria que saísse do reino!¹³

Em todos os casos, os exemplos sempre precederam os preceitos. As bem-sucedidas empresas dos portugueses e dos espanhóis no século XV, a indústria ativa de Veneza, Gênova, Florença, Pisa, das províncias do Flandres e das cidades livres da Alemanha nessa mesma época, encaminharam pouco a pouco as idéias de alguns filósofos para a teoria das riquezas.

A iniciativa partiu da Itália, como, de resto, a partir do renascimento das letras, dela partiu a iniciativa em quase todos os campos do conhecimento e nas belas-artistas. Botoero ocupara-se, desde o século XVI, com a busca das verdadeiras fontes da prosperidade pública. Em 1613, Antonio Serra escreveu um tratado no qual assinou o poder produtivo da indústria. Mas o simples título de seu livro já indica seus erros; para ele, só as matérias de ouro e de prata constituíam riquezas.¹⁴ Davanzati escreveu sobre as moedas e sobre as trocas e, no começo do século XVIII, cinqüenta anos antes de Quesnay, Bandini de Siena mostrou, através do raciocínio e mediante a experiência, que só houve penúria naqueles países nos quais o Governo se imiscuiu no abastecimento das populações. Belloni, banqueiro de Roma, escreveu em 1750 uma dissertação sobre o comércio, a qual revela um homem versado em câmbio e moeda, além de fascinado com a balança comercial. O papa fê-lo marquês por sua obra. Antes de Smith, Carli provou que a balança comercial nada ensinava nem provava. Algarotti, que Voltaire tomou conhecido sob outros aspectos, também escreveu sobre Economia Política e o pouco que nos deixou indica muitos conhecimentos positivos e muita inteligência. Mantém-se tão rente aos fatos e se apóia com tanta constância sobre a natureza das coisas que, mesmo sem conseguir apreender a prova e a conexão dos princípios da ciência, preveniu-se, entretanto, contra qualquer idéia falsa e dogmática. Em 1764, Genovesi iniciou um curso público de Economia Política na cátedra fundada em Nápoles pelos cuidados do respeitável e sábio Intien. A exemplo dela, outras cátedras foram posteriormente instituídas, em Milão e, mais recentemente, em várias universidades da Alemanha e na Rússia.

Em 1750, o abade Galiani, tão conhecido posteriormente em virtude de suas relações com vários filósofos franceses e por seu *Diálogo Sobre o Comércio dos Cereais*, ainda muito jovem publicou um *Tratado das Moedas* que revela um saber e um talento de execução consumados e no qual se suspeita a ajuda do abade Intien e do marquês Rinuccini. Nesse *Tratado* encontram-se, entretanto, as diferentes qualidades que o autor sempre demonstrou posteriormente: talento e conhecimentos, a preocupação de sempre chegar à natureza das coisas e um estilo vivo e elegante.

O que essa obra tem de singular é o fato de nela encontrarmos alguns dos fundamentos da doutrina de Smith; entre outros, que o trabalho é o único criador do valor das coisas, isto é, das riquezas;¹⁵ esse princípio não é rigorosamente verdadei-

¹³ Ver as *Memórias de Sully*. Livro Décimo Sexto.

¹⁴ *Breve Trattato delle Cause che Possono far Abondare i Regni d'Oro e d'Argento Dove non Sono Miniere*.

¹⁵ "Entro ora a dire della fatica, la quale, non solo in tutte le opere que sono intieramente, dell'arte, come le pitture, sculture, intagli etc., ma anche in molti corpi, como sono i minerali, i sassi, le piante spontanee delle selve etc., è l'unica che dà valore alla cosa. La quantità della materia non per altro coopera in questi corpi al valore se non perchè aumenta o scema la fatica" (GALIANI. *Della Moneta*. Livro Primeiro. Cap. 2). — "Em relação ao trabalho, observarei que não só nos produtos que são inteiramente criação da arte, como a pintura, a escultura, a gravura etc., mas também nos produtos da Natureza, os minerais, as pedras, as árvores da floresta, o valor das coisas se deve unicamente ao trabalho. A quantidade da matéria só influi sobre o valor dessas coisas na medida em que exigiu maior ou menor trabalho."

ro, como será visto nesta obra, mas, levado até suas últimas conseqüências, poderia conduzir Galiani a descobrir e a explicar cabalmente o fenômeno da produção. Smith, por volta da mesma época professor em Glasgow, onde ensinava a doutrina que posteriormente lhe granjeou tanta celebridade, provavelmente não conhecia um livro em italiano publicado em Nápoles por um jovem então desconhecido e que ele não cita. Mas que tenha tido ou não conhecimento não importa, pois uma verdade não pertence àquele que a encontra, mas a quem a demonstra e é capaz de perceber suas conseqüências. Kepler e Pascal intuíram a gravitação universal, mas nem por isso a gravitação pertence menos a Newton.¹⁶

Na Espanha, Alvarez Osorio e Martinez de Mata escreveram discursos econômicos cuja publicação se deve ao patriotismo esclarecido de Campomanes. Moncada, Navarrete, Ustariz, Ward e Ulloa também escreveram sobre o mesmo assunto. Esses autores dignos de estima, como os italianos, apresentaram pensamentos sólidos, constataram fatos importantes e forneceram cálculos elaborados. Mas, impossibilitados de se apoiarem nos princípios fundamentais da ciência que ainda eram desconhecidos, enganaram-se muitas vezes quanto ao fim e aos meios dessa ciência e, através de muitas inutilidades, difundiram apenas luzes incertas e enganadoras.¹⁷

Na França, considerou-se inicialmente a Economia Política apenas sob o aspecto das finanças públicas. Sully, é verdade, afirma que a agricultura e o comércio são as duas tetas do Estado, mas o diz de maneira vaga e por uma intuição confusa. A mesma observação pode ser feita a respeito de Vauban, espírito justo e reto, filósofo no exército e militar amante da paz, que, profundamente aflito pelos males em que a frívola grandeza de Luís XIV havia mergulhado a França, apresentou sugestões para mitigar os sofrimentos do povo mediante uma distribuição mais eqüitativa dos encargos públicos.

Sob a influência do regente, todas as idéias se embaralharam; os bilhetes de banco, tidos como fonte inesgotável de riqueza, não passaram de um instrumento para devorar capitais, para despender o que não se possuía e para deixar de pagar o que se devia. A moderação e a economia foram ridicularizadas. Os cortesãos do príncipe, em parte por convicção, em parte por perversidade, estimulavam-no à prodigalidade. Foi então que se converteu em dogmatismo a máxima segundo a qual o luxo enriquece os Estados: saber e talento se aplicaram na defesa em prosa desse paradoxo, ornamentaram-no em belos versos; dissipando seus tesouros, acreditaram de boa fé merecer o reconhecimento da nação. O desconhecimento dos princípios conspirou com o caráter dissoluto do duque de Orleans para arruinar o Estado. A França reergueu-se um pouco durante o longo período de paz mantido pelo cardeal de Fleury, ministro débil tanto para o mal quanto para o bem, cuja administração insignificante provou, pelo menos, que quem está à frente do Governo já faz um grande bem ao não fazer o mal.

Os progressos sempre crescentes dos diferentes tipos de indústria, os progres-

No mesmo capítulo, Galiani afirma também que o homem, isto é, seu trabalho, é a única medida correta dos valores. Trata-se também de um princípio e, em minha opinião, de um erro de Smith: além do trabalho humano, entra ainda outra coisa na criação dos valores.

¹⁶ Esse mesmo Galiani afirma, na mesma obra, que é necessariamente perdido por uns o que é ganho por outros. Mostra dessa maneira que um autor, embora muito engenhoso, pode não saber extrair as mais simples conseqüências e passar ao lado de uma verdade sem percebê-la. Com efeito, se pode haver riqueza criada pelo trabalho, pode então haver uma riqueza nova que não é tomada de ninguém. Em seus *Diálogos Sobre o Comércio de Cereais*, escritos na França muito tempo depois, pronunciou sua própria condenação com o tom que lhe era característico. "Uma verdade — diz ele — que o puro acaso faz nascer como o cogumelo no campo não serve para nada: não podemos utilizá-la se não sabemos de onde vem, para onde vai, como e de que cadeia de raciocínio deriva."

¹⁷ Na impossibilidade de julgar por mim mesmo o mérito dos autores que não foram traduzidos, fui obrigado a recorrer às afirmações de um dos tradutores do meu *Tratado* para o espanhol, Don José Queypo, cujas expressões limitei-me a copiar no texto.

dos das ciências, cuja influência sobre as riquezas examinaremos mais adiante, a tendência da opinião, decidida finalmente a levar em conta o bem-estar das nações, tudo isso fez com que a Economia Política entrasse nas especulações de um grande número de autores. Seus verdadeiros princípios ainda não eram conhecidos, mas, visto que, segundo a observação de Fontenelle, nossa condição é tal que não nos é dado atingir de imediato algo de razoável, sendo antes necessário que passemos por diversos tipos de erros e por graus variados de impropriedades, deveremos encarar como absolutamente inúteis os equívocos que nos ensinaram um caminho mais seguro?

Montesquieu, que pretendia considerar as leis sob todos os seus aspectos, pesquisou sua influência sobre a riqueza dos Estados. Era necessário começar por conhecer a natureza e as fontes dessa riqueza, e Montesquieu não tinha nenhuma idéia a respeito. Apesar disso, devemos a esse grande autor ter introduzido a Filosofia na Legislação e, sob esse aspecto, ele é possivelmente o mestre dos autores ingleses, tidos como nossos mestres. Voltaire, igualmente, foi o mestre dos bons historiadores ingleses, atualmente dignos de servir de modelo.

Por volta da metade do século XVIII, alguns princípios relativos à origem das riquezas expostos pelo médico Quesnay conquistaram grande número de adeptos. Seu entusiasmo pelo fundador daqueles princípios, o escrúpulo com que posteriormente seguiram sempre os mesmos dogmas, o calor com que os defendiam e a ênfase de seus escritos fizeram com que fossem considerados como uma seita e daí terem sido chamados pelo nome de *Economistas*. Em vez de observarem primeiro a natureza das coisas, isto é, a maneira como as coisas se passam, classificarem suas observações e delas deduzirem generalidades, começaram, ao contrário, por afirmar generalidades abstratas que qualificavam com o título de axiomas e nos quais acreditavam ver brilhar por si mesma a evidência. Procuravam, em seguida, vincular a elas os fatos particulares e delas deduziam regras. Isso os comprometeu com a defesa de máximas evidentemente contrárias ao bom senso e à experiência secular,¹⁸ como veremos em várias passagens deste livro. Seus adversários não tinham formado idéias mais claras do que eles acerca das coisas sobre as quais disputavam. Embora fossem grandes os conhecimentos e talentos de ambas as partes, os erros e os acertos eram mera obra do acaso: contestavam-se os pontos sobre os quais deveria haver acordo e punham-se de acordo naquilo que era falso; combatiam nas trevas. Voltaire, que sabia muito bem encontrar o ridículo em qualquer parte onde se encontrasse, escameceu da doutrina dos Economistas em seu *Homem dos Quarenta Escudos*. Ao mostrar, todavia, a impertinência tanto da enfa-donha mixórdia de Mercier de la Rivière quanto de *O Amigo dos Homens* de Mirabeau, Voltaire não era capaz de dizer em que estavam errados esses autores.

É indubitável que os Economistas procederam acertadamente quando proclamaram algumas verdades importantes, dirigindo a atenção para os objetos de utilidade pública e provocando debates que, embora ainda vazios, já apresentavam um encaminhamento para idéias mais justas.¹⁹ Quando apresentavam a indústria agrícola como produtora de riqueza, não se enganavam. E talvez a necessidade que tinham de elucidar a natureza da produção tenha feito com que penetrassem mais profundamente nesse importante fenômeno, conduzindo seus sucessores a desenvolvê-lo plenamente. Por outra parte, no entanto, os Economistas fizeram mal ao descreditarem várias máximas úteis, levando a supor, por seu espírito sectá-

¹⁸ Quando sustentam, por exemplo, que a queda dos gêneros de primeira necessidade é uma calamidade pública.

¹⁹ Entre os escritos por eles provocados, é necessário lembrar esses diálogos tão agradáveis sobre o comércio dos cereais nos quais Galiani fala de Economia Política no tom de Tristram Shandy, propõe algumas verdades importantes e, quando se lhe pede uma prova, responde com uma pirueta.

rio, pela linguagem dogmática e abstrata da maior parte de seus escritos, por seu tom inspirado, que todos aqueles que se dedicavam a tais pesquisas não passavam de sonhadores, cujas teorias, boas no máximo para ficarem nos livros, eram, na prática, inaplicáveis.²⁰

Ninguém jamais recusou aos Economistas — e isso é o bastante para reconhecer-lhes direito ao reconhecimento e à estima gerais — que todos os seus escritos sempre foram favoráveis à mais estrita moral e à liberdade que todo homem deve ter de dispor, segundo sua vontade, de sua pessoa, de seus talentos e de seus bens, liberdade sem a qual a felicidade individual e a prosperidade pública não são mais do que palavras destituídas de qualquer sentido. Não creio que se possa encontrar entre eles um homem de má fé ou um mau cidadão.

Essa é, sem dúvida, a razão pela qual quase todos os autores franceses de algum renome e que tenham se ocupado de matérias afins à Economia Política a partir de 1760, embora sem marcharem decididamente sob as bandeiras dos Economistas, deixaram-se, contudo, dominar por suas opiniões, tal como fizeram Raynal, Condorcet e muitos outros. Pode-se até considerar Condillac como um deles, embora tenha procurado construir uma doutrina própria sobre matéria da qual não entendia. Algumas boas idéias podem ser extraídas do palavreado engenhoso de seu livro;²¹ mas, como os Economistas, ele quase sempre fundamenta um princípio em uma suposição gratuita, e ele próprio o confessa em seu prefácio. Ora, uma suposição pode perfeitamente servir de exemplo para explicar aquilo que o raciocínio apoiado na experiência demonstra, mas não é suficiente para estabelecer uma verdade fundamental. A Economia Política só se tornou uma ciência ao se tornar uma ciência de observação.

Turgot era muito bom cidadão para não estimar com sinceridade tão bons cidadãos como os Economistas. Quando teve poder, acreditou ser útil apoiá-los. Aos Economistas, por sua vez, convinha muito fazer com que um homem tão sábio e ministro de Estado fosse tido por um de seus adeptos. Turgot, porém, não decidia segundo o código deles: decidia segundo as próprias coisas e, embora se tenha enganado em vários pontos doutrinários de importância, suas operações administrativas, realizadas ou apenas planejadas, encontram-se entre as mais belas jamais concebidas por um estadista. Por isso, nada evidencia melhor a falta de capacidade de seu príncipe que o fato de não ter sabido apreciá-las ou, se as apreciou, de não ter sabido apoiá-las.

Não foi somente sobre os autores franceses que os Economistas exerceram alguma influência; foi também bastante acentuada sobre alguns autores italianos que os ultrapassaram. Beccaria, em um curso público ministrado em Milão,²² analisou pela primeira vez as verdadeiras funções dos capitais produtivos. O conde de Verri,

²⁰ A confusão que quase sempre se faz entre *questão de direito* e *questão de fato* é a principal fonte da crença de que as ciências morais e políticas se baseiam apenas em teorias vazias. Que importância tem, por exemplo, a questão longamente debatida nos escritos dos economistas acerca de saber se o poder soberano é ou não co-proprietário de todos os bens de raiz de um país? O fato é que, em qualquer país, ele toma, ou somos obrigados a entregar-lhe sob o nome de *imposto*, uma parte das rendas provenientes desses bens de raiz. Eis um fato importante que é consequência de certos fatos aos quais podemos remontar e que é causa de outros fatos (como o encarecimento dos gêneros) aos quais podemos chegar com segurança. A *questão de direito* sempre permanece mais ou menos no terreno da opinião; a *questão de fato* é suscetível de certeza e de provas. A influência da primeira sobre o destino do homem é quase nula; a segunda é tudo para ele, pois os fatos nascem uns dos outros e, visto que é importante para nós que tal resultado determinado ocorra e não outro, é essencial saber quais são os meios de fazê-lo ocorrer. J.J. Rousseau fundamentou quase todo o seu *Contrato Social* sobre questões de direito e, assim procedendo, não temo afirmar que escreveu uma obra pelo menos muito pouco útil.

²¹ *Do Comércio e do Governo Considerados Um em Relação ao Outro*.

²² Ver seus cadernos, impressos pela primeira vez em 1804, na elogiável coletânea publicada em Milão por Pietro Custodi sob o título de *Scrittori Classici Italiani di Economia Politica*. Dela só tive conhecimento após a publicação deste meu *Tratado*, ocorrida em 1803.

compatriota e amigo de Beccaria, e digno de sê-lo, pois foi ao mesmo tempo grande administrador e bom escritor, em suas *Meditazioni sull'Economia Politica*, publicadas em 1771, aproximou-se, mais do que ninguém antes de Smith, das verdadeiras leis que dirigem a produção e o consumo das riquezas. Filangieri, embora só em 1780 tenha publicado seu *Tratado das Leis Políticas e Econômicas*, aparentemente não teve conhecimento da obra de Smith, publicada quatro anos antes. Adota os princípios de Verri, acrescentando-lhes, inclusive, um grau a mais de desenvolvimento, mas não avança, guiado pela luzes da análise e da dedução, das mais corretas premissas às conseqüências imediatas que, ao mesmo tempo, as confirmam e mostram suas aplicação e utilidade.

Todos esses escritos, entretanto, não poderiam conduzir a grandes resultados. De fato, como é possível conhecer as causas que propiciam opulência às nações quando não se têm idéias claras sobre a natureza da própria riqueza? É necessário conhecer o fim antes de procurar os meios. Em 1776, Adam Smith, formado naquela escola escocesa que deu tantos literatos, historiadores, filósofos e cientistas de primeira ordem, publicou seu livro intitulado: *Investigações Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Nele demonstrou que a riqueza era o valor de troca das coisas, que seríamos mais ricos quanto mais coisas possuíssemos que tivessem valor e que, visto que o valor podia ser conferido, acrescentado à matéria, a riqueza podia ser criada, fixar-se em coisas anteriormente desprovidas de valor, nelas conservar-se, acumular-se e destruir-se.²³

Investigando o que confere esse valor às coisas, Smith descobre que é o trabalho humano que ele deveria ter chamado de *indústria*, pois essa última palavra encerra componentes que a palavra *trabalho* não contém. Dessa demonstração fecunda, ele tira conseqüências múltiplas e importantes sobre as causas que, prejudicando o desenvolvimento das faculdades produtivas, prejudicam a multiplicação das riquezas. Ora, como são conseqüências rígorosas de um princípio incontestável, só foram atacadas por pessoas excessivamente levianas, incapazes de compreender corretamente o princípio, ou por espíritos naturalmente falsos e, em conseqüência, incapazes de apreender sequer a ligação a conexão entre duas idéias. Quando se lê Smith como merece ser lido, percebemos que antes dele não havia Economia Política.

Como conseqüência, a prata e o ouro monetizados tornaram-se apenas uma parcela e mesmo uma parcela pequena de nossas riquezas, parcela pouco importante dado que pouco suscetível de aumentar e porque seus usos podem ser supridos mais facilmente do que os de muitas outras coisas igualmente preciosas. Disso resulta que a sociedade e os particulares não estão de modo algum interessados em obtê-los além do exigido pelas limitadas necessidades que deles têm.

Compreende-se que essas idéias tenham permitido a Smith determinar, pela primeira vez em toda a sua extensão, as verdadeiras funções da moeda da sociedade, e as aplicações que ele faz dessas funções aos bilhetes de banco e ao papel-moeda são da maior importância prática. Tais aplicações forneceram-lhe os meios para provar que um capital produtivo não consiste numa soma de dinheiro, mas no valor das coisas que servem à produção. Ele classifica e analisa as coisas que

²³ No mesmo ano em que apareceu a obra de Smith e imediatamente antes de sua publicação, Browne Dignan publicou em Londres, em francês, um *Ensaio sobre os Princípios da Economia Pública* no qual encontramos esta passagem notável: "A classe dos reprodutores compreende os homens que, associando seu trabalho ao da vegetação da terra ou modificando as produções da natureza mediante o exercício das artes e ofícios, criam, de certa forma, um novo valor, cuja soma total forma o que se denomina *reprodução anual*."

Essa passagem, na qual a reprodução se encontra caracterizada com mais clareza do que em qualquer trecho de Smith, não conduz a nada seu autor, o qual só traz à luz idéias esparsas. A falta de conexão em seus pensamentos e de precisão nos termos utilizados dá à sua obra algo de vago e de obscuro, de onde não é possível surgir nenhum ensinamento.

compõem os capitais produtivos da sociedade e mostra quais são suas verdadeiras funções.²⁴

Antes de Smith, princípios certamente verdadeiros já haviam sido propostos várias vezes;²⁵ ele foi, todavia, o primeiro a mostrar por que eram verdadeiros. Fez ainda mais: forneceu o verdadeiro método para assinalar os erros; aplicou à Economia Política a nova maneira de abordar as ciências, não mediante investigação abstrata de seus princípios, mas remontando a partir dos fatos mais constantemente observados às leis gerais das quais são uma conseqüência. Dado que um fato pode ter tal causa, o espírito dogmático conclui pela afirmação da causa: o espírito de análise, ao contrário, quer saber *por que* tal causa produziu esse efeito e assegurar-se de que tal efeito não poderia ser produzido por nenhuma outra causa. A obra de Smith constitui uma seqüência de demonstrações que elevaram várias proposições ao nível de princípios incontestáveis e que mergulharam um número bem maior de outras proposições naquele sorvedouro onde as idéias vagas e hipotéticas, os devaneios extravagantes, agitam-se certo tempo antes de submergir para sempre.

Afirmou-se que Smith muito devia a Stuart,²⁶ a quem não citou uma só vez, nem mesmo para combatê-lo. Não percebo em que consistem essas dívidas. Smith tratou seu tema de maneira bem diferente da de Stuart. Ele paira acima de um terreno em que este último se arrasta. Stuart defendeu uma doutrina anteriormente adotada por Colbert, aceita posteriormente por todos os autores franceses e estrangeiros que escreveram sobre o comércio até o surgimento dos Economistas do século XVIII. Essa doutrina, constantemente adotada pela maioria dos governos europeus, sustenta que as riquezas de um país dependem não do montante de suas produções, mas do montante de suas vendas no exterior. Smith dedicou uma parte importante de seu livro a refutar essa doutrina. Se não refutou Stuart em particular, é porque Stuart não liderou nenhuma escola e, para Smith, tratava-se de combater a opinião generalizada na época e não um autor que não tinha nenhuma opinião original.

Foi com mais razão que os Economistas franceses do século XVIII reivindicaram para si alguma influência sobre as idéias de Smith que, de fato, pode ter aprendido com eles que a riqueza não consiste unicamente no preço que se obtém por uma coisa, mas na própria coisa que tem um preço. Foi-lhe bastante fácil atribuir à criação de todos os produtos a multiplicação das riquezas, que os adeptos de Quesnay, ao contrário, atribuíam exclusivamente aos produtos agrícolas. Dessas idéias às numerosas conseqüências descobertas por Smith não se vê nada que seja inacessível a um espírito reto e que reflete. Quem pode, todavia, alimentar a pretensão de haver formado sozinho um grande homem? Teria ele permanecido alheio aos progressos que o espírito humano havia alcançado antes dele? Um grande homem não é sempre o resultado da Natureza e das circunstâncias? O acontecimento mais banal pode ter sido para ele o germe de uma descoberta importante: é à queda de uma maçã que devemos o conhecimento das leis da gravitação universal. O homem de gênio sempre deve alguma coisa às noções esparsas que recebeu, aos

²⁴ Smith talvez não tenha tratado esse assunto delicado com ordem e clareza suficientes; a tal ponto que um de seus compatriotas, embora talentoso, lord Lauderdale, escreveu um livro inteiro para demonstrar que nada compreendeu dessa parte importante da obra de Smith.

²⁵ Quesnay, na *Encyclopédie*, artigo *Grains*, afirmou que "os gêneros que podem ser vendidos sempre devem ser encarados indiferentemente como riquezas pecuniárias e como riquezas reais, que as pessoas podem usar como lhes convém". Eis aí o valor de troca de Smith. Veri afirmou (cap. III) que a reprodução não era outra coisa senão uma reprodução de valores e que o valor das coisas era a riqueza. Galiani, como vimos acima, havia dito que o trabalho era a fonte de todo valor. Mas Smith fez suas essas idéias ao vinculá-las, como se pode ver, a todos os outros fenômenos e ao demonstrá-las por suas próprias conseqüências.

²⁶ Autor de um *Tratado de Economia Política*.

erros que destruiu, aos próprios adversários que o atacaram, pois tudo isso contribuiu para a formação de suas idéias. Mas quando, a seguir, ele constrói suas próprias concepções, quando são amplas e úteis aos contemporâneos e à posteridade, é necessário saber reconhecer o que a ele devemos e não censurá-lo pelo que deve aos outros. De resto, o próprio Smith não tinha nenhuma dificuldade em confessar haver-se beneficiado dos diálogos que manteve com os homens mais esclarecidos da França, país do mundo onde talvez existam menos preconceitos, e das suas relações de amizade com seu compatriota Hume, cujos *Ensaio*s contêm muitas considerações acertadas a respeito da Economia Política e de muitos outros assuntos.

Após haver mostrado, tanto quando possível num esboço tão rápido, os progressos que a Economia Política deve a Smith, será talvez útil indicar, de maneira igualmente sumária, alguns dos pontos em que ele parece ter-se enganado ou que deixou por esclarecer.

Smith atribuiu somente ao trabalho do homem a capacidade de produzir valores. Uma análise mais completa demonstra, como veremos no decorrer desta obra, que esses valores se devem à ação do trabalho, ou melhor, da indústria humana combinada à ação dos agentes que a Natureza fornece ao homem e à ação dos capitais. Não tenho receio em afirmar que Smith não examinou em todos os seus aspectos o grande fenômeno da produção. Atribuindo pouca importância à ação da terra e nenhuma aos serviços prestados pelos capitais, ele exagera a influência da divisão do trabalho, ou melhor, da separação das ocupações. Não que essa influência seja nula nem mesmo medíocre, mas suas maiores maravilhas nesse gênero não resultam da natureza do trabalho: devem-se ao uso que se faz das forças da Natureza. O desconhecimento desse princípio impediu-o de estabelecer a verdadeira teoria das máquinas em relação à produção das riquezas.

O conhecimento mais aprofundado do fenômeno da produção permitiu distinguir e identificar a diferença que se encontra entre um encarecimento real e um encarecimento relativo,²⁷ diferença esta que soluciona um vasto número de problemas que, sem ela, permaneceriam absolutamente inexplicáveis, tais como, por exemplo: *Um imposto, ou qualquer outra calamidade, ao fazer com que os artigos encareçam, aumenta a soma das riquezas?*²⁸ — *Dado que os custos de produção compõem a renda dos produtores, como as rendas não se alteram por uma diminuição naqueles custos?* Ora, é a capacidade de resolver essas questões espinhosas que constitui, não obstante, a ciência da Economia Política.²⁹

²⁷ Capítulo III do Livro Segundo deste *Tratado*.

²⁸ Smith estabeleceu corretamente a diferença entre o preço real e o preço nominal das coisas, entre a quantidade de valores reais que se entrega para obter uma coisa e o nome que se dá a essa soma de valores. A diferença de que tratamos aqui incide sobre uma análise mais vigorosa, na qual o próprio preço é decomposto.

²⁹ Só após sabermos com segurança, por exemplo, de que maneira se realiza a produção é que poderemos mostrar até que ponto a circulação do dinheiro e das mercadorias concorre para essa produção e, conseqüentemente, que tipo de circulação é útil e qual não é. Caso contrário, só se pode dizer disparates, como diariamente se faz, sobre a utilidade de uma circulação ativa. Se me obriguei a escrever um capítulo a respeito desse ponto (Livro Primeiro. Cap. XVI), foi exclusivamente em virtude do estágio pouco avançado de nossos conhecimentos em Economia Política e da necessidade de encaminhá-la para as aplicações mais simples. Poderia dizer a mesma coisa sobre o capítulo XX do mesmo Livro, acerca das "Viagens e da Expatriação em Relação à Riqueza Nacional". Qualquer pessoa bem a par dos princípios poderia refazer esses capítulos com a maior facilidade.

Dentro em breve, já não será permitido escrever nem sobre finanças, nem sobre História ou Geografia sem conhecer, pelo menos, os fundamentos da Economia Política. Li, em um *Tratado Moderno de Geografia Universal* (t. II, p. 602), obra que, aliás, indica muitas pesquisas e conhecimentos, que "o número dos habitantes de um país é a base de qualquer bom sistema de finanças; que, quanto mais indivíduos existem, tanto mais o comércio e as manufaturas podem se desenvolver; que é sobre o número de habitantes que se calcula o das tropas". Infelizmente, nem uma só dessas observações é correta. As receitas de um governo se compõem necessariamente, seja do rendimento dos domínios públicos, seja dos impostos sobre a renda dos particulares, não dependendo, portanto, do número de particulares, mas de suas riquezas e, sobretudo, de suas rendas. Ora, uma multidão pobre terá a oferecer contribuições tanto menores quanto maior for o número de bocas que deve alimentar. O número de indivíduos não é o que mais contribui para o florescimento do comércio: este prospera, em primeiro lugar, graças aos capitais e à capacidade criadora dos habitantes. Esses fatores beneficiam a população bem mais do que são por ela beneficiados. Por fim, o número de soldados

Smith limitou o domínio dessa ciência ao reservar a denominação de *riquezas* exclusivamente para os valores fixados em substâncias materiais. Nela deveria incluir também valores que, embora imateriais, nem por isso são menos reais, como o são, por exemplo, todos os talentos naturais ou adquiridos. Entre duas pessoas igualmente desprovidas de bens, a mais talentosa é menos pobre do que a outra. Aquela que adquiriu um talento ao preço de um sacrifício anual usufrui de um capital acumulado; e essa riqueza, embora imaterial, é, entretanto, tão pouco fictícia que seu possuidor troca diariamente o exercício de sua arte pela prata ou pelo ouro.

Smith, que explica com tanta argúcia a maneira como a produção se realiza, bem como as circunstâncias em que ela ocorre na agricultura e nas artes, apresenta apenas idéias confusas acerca da maneira como o comércio é produtivo. Isso o impede de determinar com precisão por que razão e até que ponto a facilidade das comunicações contribui para a produção.

Ele não submete à análise as diferentes operações compreendidas sob a denominação geral de indústria ou, como ele a designa, de trabalho, não podendo, por conseguinte, avaliar a importância de cada uma dessas operações para a obra da produção.

Não oferece nada de completo, nada bem articulado sobre a maneira como as riquezas se distribuem na sociedade e observarei que essa parte da Economia Política apresentava então um campo inteiramente novo a ser desbravado, pois os Economistas, cultivando idéias muito pouco corretas sobre a produção das riquezas, não podiam ter idéias exatas sobre sua distribuição.³⁰

Enfim, embora o fenômeno do consumo das riquezas seja apenas a contrapartida do fenômeno da produção, e embora a doutrina de Smith nos leve a considerá-lo do ponto de vista adequado, esse autor não desenvolve a questão, o que impede de estabelecer inúmeras verdades importantes. É assim que, ao não caracterizar os dois tipos de consumo, o improdutivo e o reprodutivo, ele não prova de maneira satisfatória que o consumo dos valores poupados e acumulados para formar capitais é tão real quanto o consumo dos valores que se dissipam. Quanto melhor conhecermos a Economia Política, tanto melhor apreciaremos a importância dos passos que Smith fez com essa ciência e dos que ele deixou por fazer.³¹

A forma de seu livro, isto é, a maneira como a doutrina é apresentada, suscita reparos não menos graves.

Smith carece de clareza em muitos trechos e de método quase sempre. Para bem compreendê-lo, o próprio leitor precisa estar habituado a coordenar suas idéias, e delas tomar clara consciência, e esse trabalho põe o livro fora do alcance da maioria dos leitores, pelo menos em algumas partes. E isso ocorre de tal modo que pessoas de resto esclarecidas, professando conhecê-lo e admirá-lo, escreveram sobre matérias de que ele tratou, sobre o imposto, por exemplo, ou sobre os bilhetes de banco como suplemento da moeda, sem ter entendido uma só palavra de sua teoria acerca desses assuntos, teoria esta que constitui, entretanto, uma das mais belas partes de seu livro.

Seus princípios fundamentais não se encontram estabelecidos nas passagens consagradas a seu desenvolvimento. Vários deles encontram-se distribuídos nas

que um Governo pode manter depende ainda menos da população do país que de seus rendimentos, e acabamos de ver que os rendimentos não dependem da população.

³⁰ Como testemunham as *Reflexões Sobre a Formação e Distribuição das Riquezas* de Turgot, nas quais ele nos oferece muitas idéias inteiramente falsas ou incompletas tanto acerca da produção quanto da distribuição das riquezas.

³¹ Vários outros pontos doutrinários, além dos que são indicados neste "Discurso Preliminar", foram ignorados ou imperfeitamente analisados por Adam Smith em sua obra.

duas excelentes refutações que apresenta, de um lado, do sistema *exclusivo* ou *mercantil* e, de outro, do sistema dos Economistas, não reaparecendo em nenhuma outra parte. Os princípios relativos ao preço real e ao preço nominal das coisas encontram-se numa dissertação sobre o valor dos metais preciosos nos quatro últimos séculos; as noções acerca das moedas encontram-se no capítulo dos tratados de comércio.

As longas digressões do autor também têm sido, com razão, bastante censuradas. Indubitavelmente, a história de uma lei ou de uma instituição é por si mesma instrutiva como depósito e registro de fatos. Em um livro, porém, dedicado aos princípios gerais, os fatos particulares, quando não servem unicamente de exemplos e como esclarecimentos, apenas sobrecarregam inutilmente a atenção. O quadro por ele traçado sobre o progresso das nações da Europa após a queda do Império Romano constitui um fragmento magnífico mas supérfluo. Podemos dizer o mesmo da discussão sobre a instrução pública, tão impregnada de autêntico saber, de filosofia e até de finura e tão prodigiosamente instrutiva por si mesma.

Algumas vezes essas dissertações estão muito tenuemente ligadas a seu tema. Ao tratar das despesas públicas, narra uma história muito curiosa das diferentes maneiras de fazer a guerra nos diferentes povos e em diversas épocas, explicando, com isso, os êxitos militares que obtiveram, e que foram decisivos para a civilização de várias regiões da Terra.

Em outros casos, essas longas digressões são inteiramente desprovidas de interesse para qualquer outro povo que não os ingleses, como é o caso da longa e demorada avaliação das vantagens que a Grã-Bretanha conseguiria se admitisse que todas as suas possessões se fizessem representar no Parlamento.

A excelência de uma obra literária procede tanto do que nela se encontra quanto do que nela está ausente. Um excesso de detalhes aumenta o livro, não inutilmente, mas sem nenhuma utilidade para seu objetivo principal, que é o desenvolvimento dos princípios da Economia Política. Assim como Bacon tomou visível a vacuidade da filosofia de Aristóteles, Smith evidenciou a falsidade de todos os sistemas de economia, mas, assim como Bacon não criou a lógica, tampouco ele levantou o edifício dessa ciência. Já é uma grande dívida que reconhecemos a ambos por terem poupado aos que os sucederam a deplorável possibilidade de continuarem seguindo durante muito tempo por um caminho errado.³²

Ainda não tínhamos, entretanto, um verdadeiro tratado de Economia Política; não dispúnhamos de nenhuma obra na qual boas observações fossem reduzidas a princípios gerais capazes de serem aceitos por todos os homens judiciosos, na qual essas observações e princípios estivessem acabados e coordenados de maneira a se fortalecerem mutuamente, podendo ser estudados com proveito em todos os tempos e lugares. Para tornar-me capaz de tentar escrever obra tão útil, fui obrigado a estudar o que havia sido escrito antes de mim e a esquecê-lo em seguida: estudar para aproveitar-me das observações que fizeram muitos homens capazes que me precederam; esquecer para não me deixar perder por nenhum dogmatismo e poder, a cada momento, consultar livremente a natureza e o curso das coisas

³² Depois de Smith, publicou-se na Inglaterra e na França um grande número de panfletos sobre Economia Política, alguns dos quais possuem vários volumes, sem que por isso deixem de ser panfletos, isto é, sem que tenhamos motivos para conservá-los como depositários de ensinamentos duradouros. A maior parte se constitui de escritos polêmicos em que os princípios só são afirmados para apoiar uma determinada tese; neles, entretanto, é possível colher fatos preciosos e até princípios sadios, quando uns e outros são úteis ao objetivo principal de seus autores. Pertencem a essa espécie o *Ensaio Sobre as Finanças da Grã-Bretanha* de autoria de Gentz, que é uma apologia do sistema financeiro de Pitt; as *Investigações Sobre a Natureza dos Efeitos do Crédito etc.*, escrito por Thomson, cujo propósito é justificar a suspensão dos pagamentos em espécie pelo Banco da Inglaterra; o *Rápido Panorama da Força e Opulência da Inglaterra*, de Clarke, que não passa de um manifesto contra a Revolução Francesa; bem como um grande número de outros escritos sobre as mesmas matérias e sobre a legislação acerca dos cereais.

tais como a sociedade nô-los apresenta. Educado no comércio e para o comércio, mas chamado pelos acontecimentos a ocupar-me dos assuntos públicos, levei para essa ocupação uma experiência que os administradores e as pessoas formadas em letras nem sempre possuem. Pode-se, portanto, considerar este livro como fruto tanto da prática quanto do estudo. Ao escrevê-lo, não tive em vista nenhum interesse pessoal; não tinha nenhuma doutrina preconcebida a defender, nenhuma tese a demonstrar. Meu objetivo era simplesmente expor como as riquezas se formam, se distribuem e se destroem. Como podia adquirir o conhecimento desses fatos? Observando-os. É o resultado dessas observações que ofereço aqui. Qualquer um poderá refazê-las.

Quanto às conclusões gerais que delas tiro, cada um deverá julgá-las.

As luzes deste século e esse método que tanto contribuiu para os progressos das outras ciências fazem com que todos tenham o direito de esperar que eu sempre remonte à natureza das coisas e que jamais afirme nenhum princípio metafísico que não seja imediatamente aplicável na prática, de tal modo que, sempre confrontado com fatos já conhecidos, seja possível encontrar facilmente sua confirmação naquilo que exhibe ao mesmo tempo sua utilidade.

Isso não é tudo: era preciso expor e provar, de maneira breve e clara, os sólidos princípios já afirmados antes de mim, estabelecer aqueles que ainda não foram assentados e unir o todo de uma maneira tal que todos pudessem estar certos de que já não existe, nesse campo, nenhuma lacuna importante nem princípio fundamental a descobrir. Era preciso livrar a ciência de inúmeros preconceitos, mas, ao mesmo tempo, fixar-me apenas nos erros que conseguiram crédito e nos autores que alcançaram renome. Que mal pode fazer um autor desconhecido ou uma tolice desacreditada? Era necessário precisar as expressões a tal ponto que nenhuma palavra pudesse jamais ser entendida de duas maneiras diferentes e reduzir as questões a seus termos mais simples para que fosse possível descobrir facilmente todos os erros, sobretudo os meus. Era preciso, enfim, tornar a doutrina de tal modo popular³³ que qualquer pessoa dotada de reto bom senso pudesse apreendê-la em seu conjunto e em seus detalhes e aplicar seus princípios a todas as circunstâncias da vida.

Tenho sido atacado sobretudo pelo que afirmei acerca do valor das coisas como medida das riquezas. Culpa minha; era indispensável que ninguém pudesse enganar-se sobre a questão. A única resposta proveitosa era tornar-me mais claro e é isso que tentei fazer. Peço desculpas aos que adquiriram as primeiras edições desta obra pelas numerosas correções que nela introduzi: meu primeiro dever, em assunto tão importante para a felicidade dos homens, era tornar meu livro o menos imperfeito possível.

Depois de suas primeiras edições, vários autores, alguns dos quais gozam de justificada celebridade,³⁴ publicaram novos tratados de Economia Política. Não me cabe julgá-los em seu conjunto nem decidir se contêm ou não uma exposição clara, completa e bem articulada dos princípios sobre os quais repousa essa ciência. O que posso dizer com sinceridade é que muitas dessas obras encerram verdades e desenvolvimentos apropriados para levar bem adiante a ciência e que me aperfeiçoei com sua leitura. Ao mesmo tempo, porém, pude observar, como todo autor

³³ Por tratado popular não entendo um tratado destinado ao uso do populacho, que não sabe ler e nada tem a fazer com um livro, mas uma publicação que não é reservada ao uso exclusivo daqueles que, por posição ou por gosto, cultivam esse gênero de conhecimento, destinando-se, ao contrário, a todos aqueles que preenchem, com um espírito esclarecido, as diferentes funções da sociedade.

³⁴ David Ricardo, Sismondi e outros. As próprias mulheres perceberam que seria injurioso considerarem-se sem condições de praticar um gênero de estudos destinado a exercer influência tão benéfica sobre a prosperidade familiar. Uma senhora (Mme. Marcet) publicou em inglês suas *Conversações Sobre Economia Política*, traduzidas para o francês e nas quais excelentes princípios são apresentados de forma muito agradável.

tem direito de fazer, como alguns de seus princípios, enganosos à primeira vista, são desmentidos por um exame mais escrupuloso dos fatos.

Talvez seja justo censurar David Ricardo por raciocinar algumas vezes a partir de princípios abstratos aos quais confere excessiva generalidade. Uma vez assentado numa hipótese inatacável, porque fundada em observações não contestadas, ele leva seus raciocínios até suas últimas conseqüências, sem comparar seus resultados com os da experiência, exatamente como um erudito mecânico que, mediante provas irrecusáveis extraídas da natureza da alavanca, demonstrasse a impossibilidade dos saltos que os bailarinos executam diariamente em nossos teatros. Como isso acontece? O raciocínio caminha em linha reta, mas uma força vital, freqüentemente despercebida e sempre incalculável, faz com que os fatos desviem-se para longe de nossos cálculos. Por conseguinte, nada neste livro representa o que acontece realmente na Natureza. Não basta partir dos fatos: é necessário colocar-se em seu interior, caminhar com eles e comparar permanentemente as conseqüências extraídas com os efeitos observados. Para ser verdadeiramente útil, a Economia Política não deve ensinar, mesmo através de raciocínios corretos e a partir de premissas verdadeiras, aquilo que *deve necessariamente* acontecer; ela deve mostrar como o que realmente acontece é a conseqüência de um outro fato real. Deve descobrir o encadeamento que os liga e sempre constatar pela observação a existência dos dois pontos onde a cadeia dos raciocínios se entrelaça.

Depois de sua morte, Ricardo criou escola. Seus seguidores pretenderam que ele havia mudado a face da ciência, como se fosse possível modificar fatos descritos e caracterizados sem provar que eles são falsos, o que Ricardo não fez nem pôde fazer. Para mostrar, entretanto, que ele havia realizado uma revolução nessa ciência, seus partidários acabaram exagerando as falhas que lhe podem ser atribuídas: tiraram todas as suas conseqüências de um reduzido número de princípios, fazendo abstração de todos os demais, e, de fato, atingiram resultados diferentes dos casos reais, os quais são as conseqüências da ação conjunta de grande número de leis. Consideraram os casos reais como exceções e não os levaram em conta. Liberados do controle da experiência, lançaram-se em uma metafísica sem aplicação, transformaram a Economia Política em uma mera ciência de palavras e de argumentos e, sob o pretexto de ampliá-la, lançaram-na no vazio. Esse método, porém, não é mais o de nosso século, que deseja, ao contrário, que não nos afastemos da experiência e do simples bom senso. Os economistas mais capazes da Inglaterra, como Thomas Tooke, Robert Hamilton e muitos outros, permaneceram, contudo, fiéis ao método experimental de Smith.³⁵

Alguns velhos preconceitos, como o da balança comercial ou da utilidade da qualificação profissional por meio dos mestrados, baseados apenas em noções que se demonstraram falsas desde o momento em que se conheceu melhor a natureza das coisas, ainda se repetem de tempos em tempos. Tais preconceitos estão manifestamente ligados seja a interesses particulares opostos ao interesse geral, seja ao estado de ignorância em que seus autores ainda se encontram quanto aos últimos progressos da Economia Política. Exercem pouca influência, porém; o século os abandona; e, para refutá-los, basta expor cada vez mais claramente as boas doutrinas, entregando ao tempo o cuidado de difundi-las. Caso contrário, lançar-nos-famos em controvérsias intermináveis que nada ensinariam ao público esclarecido, fazendo, ao mesmo tempo, com que o público ignorante acredite que nada está provado porque se discute sobre tudo.

Campeões natos de toda as espécies de ignorância observaram, com confian-

³⁵ O próprio Ricardo é fiel a esse método em várias partes de sua obra, em especial em seus folhetos sobre as moedas, nos quais se manteve mais próximo da realidade, pois tinha por objetivo esclarecer questões de fato.

ça doutoral, que as nações e os particulares sabem muito bem como aumentar sua fortuna sem conhecer a natureza das riquezas e que esse é um conhecimento puramente especulativo e inútil. Ora, convém ao homem sensato olhar mais longe do que isso. Todos os cálculos que levaram à riqueza podem bastar ao interesse pessoal desprovido de moralidade; pouco lhe importa que isso se obtenha às expensas de outrem. O homem honesto e o homem público, no entanto, não desejam que os bens adquiridos sejam pilhagens. Expedientes nocivos não bastam para a manutenção da sociedade; são funestos mesmo para aqueles que deles se beneficiam, pois num povo em que todos se espoliassem mutuamente, em breve não restaria mais ninguém para ser espoliado. Os bens que fornecem recursos constantes são aqueles que se criam incessantemente. É útil, portanto, saber o que é favorável ou contrário à produção desses bens, pelos quais unicamente o corpo social pode ser sustentado, os únicos que contribuem para seu desenvolvimento e bem-estar. Todos nós estamos interessados em sabê-lo, pois o corpo social é um corpo vivo do qual somos os membros: quando ele sofre, nós sofremos. Sem dúvida, esse corpo social vive por si mesmo e sem que a maioria dos homens saiba como o faz. Ora, o corpo humano também subsiste da mesma maneira: apesar disso, é indiferente para a humanidade que o corpo humano seja subtraído às pesquisas que procuram torná-lo mais bem conhecido? A afirmativa é insustentável. Que diríamos, porém, se ela fosse apoiada por doutores que, ao descreverem a Medicina, nos submetessem a um tratamento baseado sobre um velho empirismo e nos mais tolos preconceitos? Se afastassem todo ensino metódico e regular, se realizassem, contra nossa vontade, experiências sanguinolentas em nosso próprio corpo, se suas prescrições fossem acompanhadas pelo aparato e autoridade da lei e, por último, se fossem executadas por exércitos de escrivães e soldados?

Afirmou-se, além disso, em apoio aos velhos erros, que *deve haver necessariamente algum fundamento em idéias tão geralmente aceitas por todas as nações; que deveríamos desconfiar de observações e raciocínios que subvertem tudo aquilo que foi considerado até o momento como permanente, tudo aquilo que foi aceito por tantas personalidades respeitáveis por seu discernimento e intenções*. Confesso que esse argumento seria capaz de provocar profunda impressão e poderia lançar dúvidas sobre os pontos mais incontestáveis se não tivéssemos visto as mais falsas opiniões, que hoje são geralmente reconhecidas como tais, serem, cada uma por sua vez, acolhidas e professadas por todo o mundo durante muitos séculos. Não faz muito tempo, todas as nações, da mais inculta à mais esclarecida, e todos os homens, do bagageiro ao mais sábio dos filósofos, admitiam a existência dos quatro elementos. Ninguém sequer sonharia em contestar essa doutrina que, entretanto, é falsa, a tal ponto que hoje estaria descreditado qualquer auxiliar de naturalista que considerasse a terra, a água, o ar e o fogo como elementos.³⁶ Quantas outras opiniões solidamente dominantes e respeitadas não serão igualmente ultrapassadas! Há algo de epidêmico nas opiniões dos homens; podem ser acometidos de enfermidades morais que infestam a espécie inteira. Chega, porém, o momento em que, como a peste, a enfermidade se desgasta e perde sua malignidade; mas para isso é preciso tempo. Em Roma, mesmo trezentos anos depois de Cícero afirmar já não ser possível dois áugures se olharem sem rir, ainda se consultavam as entranhas das vítimas.

³⁶ Todos os nossos conhecimentos, mesmo os mais importantes, são muito recentes, datando de ontem. O célebre agrônomo Arthur Young, depois de procurar cuidadosamente recolher tudo o que havia sido observado sobre o afoalhamento de terras (isto é, sobre a parte mais importante da agricultura, aquela que ensina qual a sucessão de cultivos que pode manter a terra permanentemente ocupada com maiores benefícios), afirma não ter podido encontrar nenhuma noção sobre essa questão anterior a 1768. Existem outras artes não menos essenciais à felicidade do homem sobre as quais não existe nem uma só idéia correta.

Vendo essa oscilação de opiniões que se sucedem, poderíamos ser tentados a admitir que mais nada é seguro e a cair na dúvida universal. Seria um erro. Aqueles fatos repetidamente observados por pessoas capazes de vê-los sob todos os seus aspectos, uma vez bem constatados e descritos, saem do domínio da opinião e entram no da verdade. Seja qual for a época em que se tenha demonstrado que o calor dilata os corpos, essa verdade nunca pôde ser abalada. As Ciências Morais e Políticas oferecem verdades igualmente incontestáveis, embora de mais difícil demonstração. Entre essas ciências, a Economia Política é talvez aquela em que se conseguiu estabelecer o maior número desses princípios com o caráter da certeza. As pessoas que deles duvidam permaneceram alheias aos elementos dessa ciência.

Certos autores têm o dom de uma deplorável facilidade em publicar artigos em jornais, brochuras e até volumes sobre assuntos dos quais nada entendem, às vezes confessadamente. Que acontece, então? Difundem sobre a ciência as névoas de seu próprio espírito; tomam obscuro o que começava a esclarecer-se; o público prefere neles acreditar a pôr-se em condições de julgá-los. Algumas vezes, apresentam-lhe um grande aparato de cifras que impõem respeito, como se os números por si só provassem alguma coisa, como se tudo não dependesse da escolha dos dados e das conclusões que deles se podem tirar! Uma vez manifestada uma opinião, a vaidade, a mais universal das doenças humanas, exige que o autor a mantenha. O interesse pessoal soma-se às vezes ao amor-próprio e bem sabemos que influência ele exerce, mesmo sem o sabermos, sobre nossas opiniões. Daí as doutrinas aventurosas que vemos nascer a cada dia e as objeções que são reproduzidas depois de cem vezes refutadas.

Muitas pessoas, cujo espírito jamais pôde entrever uma melhor organização social, afirmam que ela não pode existir; concordam quanto aos males da ordem estabelecida e consolam-se afirmando que não é possível que as coisas sejam de outro modo. Fazem lembrar aquele imperador do Japão que acreditou sufocar de riso quando lhe disseram que os holandeses não tinham rei. Embora muitas nações da Europa se encontrem numa situação de aparente prosperidade e embora algumas delas despendam de 1,4 a 1,5 bilhão anual exclusivamente para pagarem seu Governo, não devemos, no entanto, nos persuadir de que sua situação não deixa nada a desejar. Um rico sibaíta, que ora habita em seu palácio da cidade, ora em sua casa de campo, em ambos saboreando, a alto preço, todos os requintes dos prazeres sensuais, transportando-se cômoda e rapidamente para qualquer lugar onde o chamem novos prazeres, dispondo de número infinito de braços e talentos de seus servidores e aduladores, matando pela exaustão dez cavalos apenas para satisfazer uma fantasia, pode achar que as coisas vão muito bem e que a Economia Política atingiu a perfeição. Mesmo naqueles países, todavia, que chamamos de prósperos, quantas pessoas encontraremos em condições de se permitirem semelhantes desfrutes? Uma em cada 100 mil, no máximo; e possivelmente não haverá uma só em cada 1 000 a quem seja permitido usufruir do que se chama uma honesta comodidade. Em todos os lugares, encontramos a prostração da miséria ao lado da saciedade da opulência, o trabalho forçado de uns compensando a ociosidade de outros, pardieiros ao lado de colunatas, os trapos da indigência misturados à inequívoca ostentação do luxo: numa palavra, a mais inútil dissipação em meio às necessidades mais urgentes.

Sem dúvida, existem na organização social males devidos à própria natureza das coisas e dos quais não é possível nos libertarmos inteiramente. Mas existe um grande número de outros males, os quais não somente é possível, como também fácil remediar. A leitura de várias passagens deste livro convencerá o leitor disso. Poderia mesmo acrescentar que muitos abusos poderiam ser corrigidos em quase todas as nações sem o menor sacrifício para os privilegiados que deles se benefi-

ciam ou imaginam beneficiar-se. Mais ainda: há mudanças que seriam do interesse de todos que não seriam acompanhadas de nenhum perigo e que são, no entanto, repelidas unicamente porque, sob muitos aspectos, a economia das sociedades é desconhecida. A maioria dos homens ignora os benefícios importantes que cada um pode obter das vantagens comuns a todos. A maioria desconfia dos livros, pois, infelizmente, o número de maus livros é superior ao dos bons, pois os que oferecem apenas vãs especulações, ao invés da imagem do mundo real, levam somente a resultados duvidosos e, por último, porque alguns desses livros parecem mais inspirados por visões pessoais do que pelo amor à verdade e o desejo do bem.

Durante muito tempo, acreditou-se que a Economia Política destinava-se exclusivamente ao reduzido número de pessoas que conduzem os negócios do Estado. Sei que é importante que os homens educados no e para o poder sejam mais esclarecidos que os demais; sei também que os erros dos particulares só podem provocar a ruína de um pequeno número de famílias, enquanto os erros dos príncipes e dos ministros espalham a desolação por um país inteiro. Podem, contudo, príncipes e ministros serem esclarecidos quando os simples particulares não o são? Convém levantar essa questão. É na classe média que se encontra igualmente ao abrigo da embriaguez da opulência e dos trabalhos forçados da indigência, nessa classe na qual se encontram as fortunas honestas, os prazeres mesclados ao hábito do trabalho, o livre intercâmbio da amizade, o gosto da leitura e a possibilidade das viagens; é nessa classe, dizia eu, que nascem as luzes; é a partir dela que as luzes se difundem entre os poderosos e o povo, pois poderosos e povo não têm tempo para a mediação e só admitem as verdades quando elas lhes chegam sob a forma de axiomas e quando já não precisam de provas.

E, ainda que um monarca e seus principais ministros estivessem familiarizados com os princípios sobre os quais se baseia a prosperidade das nações, que fariam de seu saber se não fossem secundados, em todos os escalões administrativos, por indivíduos capazes de compreendê-los, de penetrar em sua perspectiva e de pôr em prática suas concepções? A prosperidade de uma cidade ou de uma província depende às vezes de um trabalho de gabinete, e o chefe de uma pequena administração, ao provocar uma decisão importante, exerce freqüentemente uma influência superior à do próprio legislador.

Nos países em que, por felicidade, existe um Governo representativo, cada cidadão tem obrigação bem maior ainda de instruir-se nos princípios da Economia Política, uma vez que, em tais países, todos são chamados a deliberar sobre os negócios do Estado.

Por último, supondo-se que todos os que tomam parte no Governo, em todos os seus escalões, pudessem ser competentes sem que a nação o fosse, o que é absolutamente improvável, que resistência não haveria à realização de seus melhores desígnios? Que obstáculos não encontrariam nos preconceitos daqueles mesmos que mais se beneficiariam com suas operações?

Para que uma nação usufrua das vantagens de um bom sistema econômico, não basta que seus chefes sejam capazes de adotar os melhores planos, é preciso ainda que a nação se encontre em condições de recebê-los.³⁷

Vê-se, assim, seja qual for a suposição que fizermos, que o bem público exige que os particulares conheçam os princípios da Economia Política tanto quanto os homens de Estado. Convém-lhes que neles se instruam como interessados em

³⁷ Estou supondo aqui que existe um verdadeiro amor ao bem público nos poderosos. Quando esse sentimento não existe, quando o Governo é perverso e usa de má fé, toma-se ainda mais útil que a nação conheça a verdadeira natu-

uma parcela do bem público; e lhes convém ainda mais se quiserem esclarecer-se sobre seus interesses privados. Noções justas acerca da natureza e do curso dos valores conceder-lhes-ão grandes vantagens para julgarem corretamente as empresas nas quais têm interesses, como parte principal ou como acionistas; para prever as necessidades dessas empresas e quais serão seus produtos; para conceber os meios de fazê-las prosperar e para reivindicarem seus direitos; para escolher os investimentos mais sólidos, prever as conseqüências dos empréstimos e dos demais atos da administração; para melhorar adequadamente suas terras e para estabelecer o equilíbrio, com perfeito conhecimento de causa, entre os adiantamentos certos e os produtos presumíveis; para conhecer as necessidades gerais da sociedade e escolher um Estado; para discernir os sintomas de prosperidade ou de declínio no corpo social etc.

Por mais falsa que seja, a opinião de que o estudo da Economia Política convém apenas aos homens de Estado determinou que quase todos os autores, até Smith, tenham pensado que sua principal vocação era aconselhar a autoridade. E, visto que estavam longe de concordarem entre si e, além disso, visto que os fatos, suas ligações e conseqüências eram conhecidos muito imperfeitamente por eles e inteiramente desconhecidos do vulgo, foram olhados como sonhadores do bem público. Daí o desdém que as pessoas bem situadas na administração afetavam por tudo o que se assemelhava a um princípio.

A partir do momento, todavia, em que a Economia Política se tornou a simples exposição das leis que presidem a economia das sociedades, os verdadeiros homens de Estado compreenderam que não poderiam ficar indiferentes a seu estudo. Surgiu a obrigação de consultar essa ciência a fim de prever as conseqüências de uma operação, exatamente como se consultam as leis da dinâmica e da hidráulica quando se pretende construir com êxito uma ponte ou uma eclusa. Quando a administração adota medidas errôneas, ela é necessariamente inconseqüente: é preciso mudar de caminho quando se encontram dificuldades insuperáveis que não se soube prever.

Talvez se devam atribuir a essa causa as inconseqüências que afligem a França já há dois séculos. Isto é, desde que ela viu a seu alcance a possibilidade de atingir o alto nível de prosperidade a que lhe destinavam seu solo, sua posição geográfica e o gênio de seus habitantes. Tal um navio que voga sem bússola e sem mapa, segundo o capricho dos ventos e a loucura dos pilotos, sem saber de onde vem nem para onde quer ir, ela caminhava ao acaso, pois não havia em toda a nação opinião estabelecida sobre as causas da prosperidade pública.³⁸ Tal opinião teria estendido sua influência sobre vários administradores sucessivamente: mesmo que com ela não concordassem, ao menos não a teriam contraditado tão diretamente e o barco francês não teria sido exposto a essas mudanças de manobras com as quais tanto sofreu.

A inconseqüência tem efeitos tão funestos que torna até impossível passar de um mau sistema para um bom sem graves inconvenientes. Sem dúvida, o regime proibitivo e exclusivo prejudica extraordinariamente o desenvolvimento da indústria e o progresso da riqueza das nações. Não seria possível, entretanto, suprimir

reza das coisas e compreenda quais são seus verdadeiros interesses. Caso contrário, ela sofrerá sem saber a que causa deve atribuir seus sofrimentos; ou então, se a nação atribuí-los a causas imaginárias, as posições da opinião pública tornar-se-ão divergentes, seus esforços isolados, cada indivíduo sozinho carecerá de firmeza, pois não se sentirá apoiado, e disso se aproveitará o despotismo. Ou, então, se mal governada, a nação se irrita, passa a dar ouvidos a conselhos perniciosos e troca um mau sistema de administração por um pior ainda.

³⁸ Em quantos casos muitas aflições foram suportadas e muito dinheiro gasto simplesmente para aumentar a infelicidade que se pretendia evitar! Quantos regulamentos são executados apenas para criar todo o mal que os regulamentos podem provocar e também violados para que se conservem, ao mesmo tempo, todos os inconvenientes da licenciosidade!

bruscamente as instituições por ele criadas sem provocar grandes males.³⁹ Seriam necessárias medidas graduais, aplicadas com arte infinita, para alcançar sem inconvenientes uma ordem de coisas mais favorável. Seria preciso fazer como os viajantes que, percorrendo as regiões nórdicas, ficam com alguns membros congelados e que se preservam dos perigos de uma cura excessivamente brusca mediante graduações imperceptíveis, conseguindo, assim, devolver a vida e a saúde às partes enfermas do corpo.

Nem sempre os melhores princípios são aplicáveis. O essencial é conhecê-los. Deles, a seguir, utilizamos o que podemos ou desejamos. Não há dúvida de que uma nação jovem, em condições de consultar a cada instante esses princípios, rapidamente alcançaria grande esplendor. Qualquer nação, entretanto, pode atingir um nível de prosperidade satisfatório violando-os sob vários aspectos. A ação poderosa da força vital faz o corpo humano crescer e prosperar apesar dos excessos da juventude, dos acidentes e das próprias feridas que o obrigamos a suportar. Na prática, não existe perfeição absoluta, fora da qual tudo é mau e só produz o mal: em toda a parte, o mal encontra-se misturado com o bem. Quando o primeiro prevalece sobre o último, enfraquecemos; quando prevalece o bem, caminhamos mais ou menos rapidamente rumo à prosperidade e nada deve nos desencorajar dos esforços que empreendemos para conhecer e propagar os bons princípios. O menor passo feito em direção a eles já é um bem e traz consigo frutos positivos.

Devemos nos desencorajar ainda menos em Economia Política, pois nesta, como em tudo, são os conhecimentos elementares que mais servem na prática. Foram as teorias do calor, da alavanca e do plano inclinado que colocaram a Natureza à disposição do homem. É a teoria das trocas e dos mercados que mudará a política do mundo. Devemos, portanto, fazer com que se difundam as noções comprovadas em lugar de perseguir suas últimas conseqüências e procurar ampliar a base das ciências antes de construir sua cúpula. Essa tarefa, todavia, ainda é imensa e como ainda são ignorantes e bárbaras as nações ditas civilizadas! Percorrei províncias inteiras desta Europa tão orgulhosa de seu saber; indagai a cem pessoas, mil, dez mil: entre elas, encontrareis apenas duas, uma só talvez, que tenham algum verniz desses conhecimentos tão relevantes dos quais o século se vangloria. Não se ignoram apenas as grandes verdades, o que não seria de espantar, mas os elementos mais simples, os mais aplicáveis à situação de cada um. Que coisa mais rara é a própria faculdade de instruir-se! Quão poucas são as pessoas capazes de apenas observar aquilo que vêem diariamente e que saibam duvidar do que não conhecem!

Do tempo, entretanto, podemos esperar tudo. Da mesma forma como o calor só penetra por etapas uma massa considerável, conquistando sucessivamente as moléculas de que é formada, o saber também só se difunde gradualmente nessas massas de homens a que chamamos nações. Nada pode substituir a ação do tempo e sua influência é infalível. Parece-nos lenta porque vivemos apenas um instante, mas é rápida se considerarmos a vida das nações.

A física de Newton, unanimemente rejeitada na França durante cinquenta anos, é atualmente ensinada em todas as nossas escolas. Perceberemos, afinal, que existem estudos ainda mais importantes do que este se medirmos sua importância pela influência que exercem sobre o destino dos homens.

Hoje em dia, ensina-se a Economia Política em todos os lugares nos quais se reconhece a importância do saber. Já era lecionada nas universidades da Alemanha, da Escócia e da Itália; será ensinada, doravante, com muito mais proveito e

³⁹ Os principais inconvenientes provêm do fato de ser impossível, sem grandes perdas, modificar o emprego dos capitais e talentos que um mau sistema já comprometera numa direção lamentável.

com todas as características dos estudos mais seguros. Enquanto a universidade de Oxford atarda-se ainda sobre seus velhos erros, cria-se em Londres⁴⁰ uma nova universidade onde serão ensinados apenas os conhecimentos costumeiros, como para comprovar o extremo ridículo das instituições desse gênero, nas quais, em uma época notável pelos mais surpreendentes progressos do espírito humano, ainda se ensina somente o que era ensinado há já três séculos. Realizam-se cursos particulares de Economia Política em várias cidades, como Genebra, entre outras. O Governo francês dignificou-se ao ordenar o estabelecimento de uma cátedra para essa ciência na Faculdade de Direito de Paris, onde sua posição já era destacada; e, o que é mais importante ainda, nossos jovens homens públicos coroam seus estudos iniciando-se, através de trabalhos particulares, nas verdades que lhes desvendam o mecanismo das sociedades. Seu progresso nos surpreende quando comparamos a maioria das publicações da imprensa atual e as obras sobre política, história, viagens, finanças, comércio e artes produtivas com as publicações do mesmo gênero feitas há somente dez anos. Dentre essas obras, aquelas que revelam completa ignorância dos princípios da Economia Política não atraem por um instante sequer a atenção do público. Quando os jovens que ainda são alunos se espalham por todas as classes da sociedade e ascenderem aos principais cargos da administração, as operações públicas serão bem melhores do que no passado. Tanto os governantes como os governados tomarão por regra princípios mais uniformes, o que, muito naturalmente, conduzirá, por um lado, a uma diminuição da opressão, e, por outro, a um aumento de confiança.

Todavia, o que mais contribuiu para os progressos da Economia Política foram as graves circunstâncias em que o mundo civilizado, há quarenta anos, encontrou-se mergulhado. As despesas dos Governos aumentaram a níveis escandalosos; os sucessivos apelos que foram obrigados a fazer a seus súditos a fim de dar provimento a suas necessidades despertaram-nos para sua própria importância; a participação da vontade geral ou, pelo menos, daquilo que tem a aparência dessa vontade, foi exigida, se não estabelecida, quase por toda parte. Dado que as pesadas contribuições cobradas à população sob pretextos mais ou menos especiosos não foram suficientes, o recurso ao crédito tornou-se necessário. Para a obtenção do crédito, tornou-se necessário expor ao público tanto as necessidades quanto os recursos dos Estados. A publicidade de suas contas e a necessidade de justificar perante o público os atos da administração produziram na política uma revolução moral cuja marcha já não poderá ser detida.

Ao mesmo tempo, grandes convulsões e grandes desastres proporcionaram grandes experiências. O abuso do papel-moeda e das interrupções comerciais e muitos outros revelaram as últimas conseqüências de quase todos os excessos. De repente, romperam-se diques imponentes provocando inundações colossais, Governos foram destruídos e outros instalados, novos impérios se formaram em um outro hemisfério, colônias tomaram-se independentes, certo arrojo de espírito se generalizou e muito beneficiou o desenvolvimento das faculdades humanas, belas esperanças floresceram e grandes decepções propagaram-se — tudo isso seguramente serviu muito para ampliar o círculo das nossas idéias, inicialmente as dos homens que sabem observar e pensar e, em seguida, as de todo o mundo.

Assim é que as esperanças caminham lado a lado com os obstáculos e que o impulso que conduz as sociedades para um futuro melhor produzirá todos os seus efeitos.

⁴⁰ Isso foi escrito em 1826. (N. da Ed. Francesa.)

LIVRO PRIMEIRO

A Produção de Riquezas

O que se Deve Entender por Produção

Os homens usufruem de alguns bens que a natureza concede gratuitamente, tais como o ar, a água e a luz do sol. Não são esses, porém, os bens aos quais, na acepção corrente, chamam de *riquezas*. Reservam esse nome para aqueles bens que possuem um valor próprio e que se tornaram propriedade exclusiva de seus possuidores, tais como a terra, os metais, as moedas, os cereais, os tecidos e as mercadorias de todo tipo. Se os contratos de aluguel e os títulos negociáveis são também denominados *riquezas*, é evidente que isso se deve ao fato de incluírem o compromisso de negociar coisas que têm algum valor por si mesmas. A riqueza existe na proporção desse valor: ela é grande se é considerável a soma dos valores de que se compõe; é pequena se também o são os valores.

Segundo o uso habitual, só se denominam ricas as pessoas que possuem muitos desses bens. Quando se trata, porém, de estudar como as riquezas se formam, se distribuem e são consumidas, chamamos igualmente de riqueza a todas as coisas que merecem essa denominação, qualquer que seja a sua quantidade: um grão de trigo é trigo tanto quanto uma saca cheia desse gênero.

O valor de cada coisa é arbitrário e vago enquanto não for reconhecido. O possuidor dessa coisa poderá tê-la em alta estima sem que, nem por isso, seja mais rico. A partir do momento, entretanto, em que outras pessoas, para adquiri-la, concordam em dar em troca outras coisas dotadas de valor, a quantidade dessas últimas dadas em troca é a medida do valor da primeira, pois será dado em troca tanto mais quanto maior for o valor desta.¹

Entre as coisas que podem ser dadas em troca daquela que se deseja adquirir encontramos a *moeda*. A quantidade de moeda que concordamos em entregar pa-

¹ A propósito das riquezas e do valor das coisas, apresento aqui somente o indispensável para colocar o leitor em situação de compreender o fenômeno da produção das riquezas. Os demais aspectos, que completam a caracterização da riqueza e dos valores, serão apresentados ao leitor à medida em que ele avance. Alguns autores ingleses viram nisso a oportunidade para acusar minhas definições de vagas e incompletas. Prefiro, contudo, expor-me a tais acusações a apresentar definições que, para compreenderem todas as características da coisa definida, preencheriam várias páginas e só ofereciam abstrações incompreensíveis, até que se justificassem por fatos que só poderiam ser desenvolvidos subsequentemente. Basta-me que as características aqui assinaladas sejam as mais relevantes e, longe de serem esquecidas, sejam confirmadas por tudo o que se seguirá. Nesse momento, tudo poderá ser compreendido, pois, tendo chegado a esse ponto, o leitor terá visto sobre o que se fundamentam as características de cada coisa. No que se refere aos diferentes tipos de riquezas e às delicadas questões que surgem acerca do valor absoluto e do valor relativo das coisas, vejam-se os quatro primeiros capítulos do Livro Segundo desta obra.

ra obter uma coisa chama-se *preço*; é seu *preço corrente* em um dado lugar, numa época determinada, se o possuidor da coisa está seguro de, por ela, poder obter esse preço caso queira desfazer-se da coisa em questão.

Ora, o conhecimento da verdadeira natureza das riquezas assim entendidas, das dificuldades que é preciso superar para obtê-las, do caminho que elas percorrem em sua distribuição na sociedade, de seus possíveis usos, bem como das conseqüências resultantes desses diferentes fatos, constitui a ciência que atualmente convencionou-se chamar de *Economia Política*.

O valor que os homens atribuem às coisas tem seu primeiro fundamento no uso que delas podem fazer. Umas servem como alimento, outras como vestuário; algumas nos defendem dos rigores do clima, como as casas; outras, como os ornamentos, os produtos de beleza, satisfazem gostos que são uma espécie de necessidade. Seja como for, permanece sempre verdadeiro que os homens atribuem valor às coisas em virtude de seu uso: o que não serve para nada não tem preço nenhum.²

A essa faculdade que possuem certas coisas de poderem satisfazer as diferentes necessidades humanas, permitam-me chamá-la de *utilidade*.

Direi que criar objetos dotados de uma utilidade qualquer é criar riquezas, visto que a utilidade desses objetos constitui o primeiro fundamento de seu valor e que seu valor é riqueza.³

Mas não se criam objetos: a massa de matéria de que o mundo se compõe não poderia aumentar nem diminuir. Tudo o que podemos fazer é reproduzir essas matérias sob uma outra forma que as torna apropriadas a um uso qualquer que não possuíam anteriormente ou que simplesmente aumenta-lhes a utilidade que antes já podiam ter. Nessas circunstâncias, há criação de utilidade, não de matéria, e, visto que essa utilidade lhes confere valor, há *produção de riquezas*.

É nesse sentido que devemos entender a palavra *produção* em Economia Política e em todo o curso desta obra. A produção não é em absoluto uma criação de matéria, mas uma criação de utilidade. A produção não se mede, de maneira alguma, pelo comprimento, volume ou peso do produto, mas pela utilidade que lhe foi dada.

Do fato de ser o preço a medida do valor das coisas e do fato de seu valor ser a medida da utilidade que lhes foi dada, não se deve tirar a conseqüência absurda de que, elevando-se seu preço por meio da violência, aumenta-se sua utilidade. O

² Este não é o lugar para examinar se o valor que os homens atribuem a uma coisa é ou não proporcional à sua utilidade real. A correta apreciação das coisas depende da capacidade de juízo, da instrução, dos hábitos e dos preconceitos daqueles que as apreciam. Uma moral sadia e noções precisas sobre seus verdadeiros interesses levam os homens a uma apreciação correta dos verdadeiros bens. A Economia Política considera essa apreciação como um fato e deixa à ciência do homem moral e do homem na sociedade o cuidado de esclarecê-los e orientá-los quanto a esse ponto e sobre os demais atos da vida.

³ O tradutor inglês desta obra (M. Prinsep) critica-me nessa passagem e em várias outras por não ter introduzido, entre os elementos da produção das riquezas, as dificuldades de elaboração dos produtos (*the difficulties of attainment*). Não percebe que o que ele chama por esse nome é a mesma coisa que denomino, mais adiante, de *custos de produção*. Esses custos, com efeito, não são mais do que o preço que é preciso pagar para superar as dificuldades da elaboração.

É bem verdade que o preço corrente de um produto não poderia, de maneira contínua, cair abaixo dos custos de sua produção: em tal caso, ninguém desejaria contribuir para sua criação. Não são, porém, os custos realizados para produzi-lo que determinam o preço que o consumidor consente em pagar pelo produto: tal determinação resulta exclusivamente de sua utilidade. Com efeito, superaríamos em vão imensas dificuldades para produzir um objeto inútil: ninguém concordaria em pagá-las. Quando colocamos um vaso diante de uma fonte de água, não são as bordas do vaso que conduzem a água que o enche, embora sejam essas mesmas bordas que impedem o nível do líquido de baixar aquém de certa altura.

Veremos mais tarde que é essa mesma concepção falsa da origem dos valores que serve de fundamento à doutrina de David Ricardo sobre a renda da terra (*the rent of land*). Ele pretende que são os custos que somos obrigados a fazer no cultivo das piores terras que fazem com que se pague pelo arrendamento das melhores; no entanto, são as necessidades da sociedade que dão origem à demanda dos produtos agrícolas e que elevam seu preço a uma altura suficiente para que os arrendatários encontrem vantagem em pagar ao proprietário pelo direito de cultivar sua terra.

valor de troca, ou preço, é uma indicação da utilidade que os homens reconhecem numa coisa apenas enquanto a operação entre vendedor e comprador não é submetida a nenhuma influência estranha a essa mesma utilidade, da mesma forma como um barômetro só indica o peso da atmosfera enquanto não estiver submetido a nenhuma outra ação além da do peso da atmosfera.

Com efeito, quando um indivíduo vende a outro um produto qualquer, vende-lhe a utilidade contida nesse produto: o comprador só o compra em virtude de sua utilidade, do uso que dele pode fazer. Se, por uma razão qualquer, o comprador for obrigado a pagar por ele além do que essa utilidade vale para ele, estará pagando por um valor que não existe e que, em consequência, não lhe é entregue.⁴

É o que acontece, por exemplo, quando a autoridade outorga a certa classe de negociantes o privilégio exclusivo de exercer determinado comércio, o das mercadorias da Índia, por exemplo. Em razão disso, o preço dessas mercadorias torna-se mais elevado sem que sua utilidade, seu valor intrínseco, seja maior. Esse excedente de preço é dinheiro que passa da bolsa dos consumidores para a dos negociantes privilegiados e que só enriquece a uns, empobrecendo inutilmente a outros exatamente na mesma quantia.

Do mesmo modo, quando o Governo impõe sobre o vinho um imposto que obriga a vender a 15 soldos a garrafa que, sem o imposto, seria vendida a 10 soldos, o que faz ele a não ser transferir, para cada garrafa, 5 vinténs das mãos dos produtores ou dos consumidores de vinho⁵ para aquelas do coletor de impostos? A mercadoria, nesse caso, não passa de um meio mais ou menos cômodo de atingir o contribuinte e seu valor corrente passa a compor-se de dois elementos, a saber: em primeiro lugar, seu valor real fundado em sua utilidade e, a seguir, o valor do imposto, cujo pagamento o Governo julga oportuno impor a fim de permitir sua fabricação, transporte ou consumo.

Só há, portanto, verdadeira produção de riqueza onde existe criação ou aumento de utilidade.

Vejamos como se produz essa utilidade.

⁴ Essa questão terá novos desenvolvimentos mais adiante. Pelo momento, basta-nos saber que, seja qual for a situação em que se encontre a sociedade, quanto mais completa for a liberdade de produzir e de contratar, tanto mais os preços correntes se aproximam do valor real das coisas.

⁵ No Livro Terceiro desta obra, ver-se-á qual parcela desse imposto é paga pelo produtor e qual pelo consumidor.

Os Diferentes Tipos de Indústria e como Eles Concorrem para a Produção

Os objetos que a natureza não nos dá já aptos à satisfação de nossas necessidades podem tornar-se apropriados para tanto, por meio de nossa indústria.

Quando essa indústria se limita a colhê-los das mãos da natureza, chamamos de *indústria agrícola* ou simplesmente de *agricultura*.

Quando ela separa, mistura e modela os produtos da natureza para adaptá-los a nossas necessidades, denomina-se *indústria manufatureira*.¹

Quando coloca à nossa disposição os objetos de que necessitamos e que, não fosse ela, estariam fora de alcance, é chamada de *indústria comercial* ou simplesmente de *comércio*.

Só por meio da indústria os homens podem ser providos, com alguma abundância, das coisas que lhes são necessárias e dessa multiplicidade de outros objetos cujo uso, sem ser indispensavelmente necessário, assinala, entretanto, a diferença entre uma sociedade civilizada e uma horda de selvagens. Deixada a si mesma, a natureza só asseguraria de maneira imperfeita a existência de um reduzido número de homens. Há regiões férteis mas desabitadas que são incapazes de alimentar alguns desafortunados nelas atirados pelo acaso de uma tempestade, ao passo que, graças à indústria, encontramos outras regiões nas quais uma população numerosa subsiste comodamente no solo mais ingrato.

Dá-se o nome de *produtos* às coisas que a indústria foi capaz de criar. Seus criadores tomam-se, desse modo, possuidores de uma nova parcela de riquezas da qual podem usufruir, quer imediatamente, quer após trocá-la por qualquer outro objeto de valor equivalente.

É raro que um produto seja o resultado de um único tipo de indústria. Uma mesa é um produto da indústria agrícola, que abateu a árvore de que ela é feita, e da indústria manufatureira que lhe deu forma. O café é, para a Europa, um produto da agricultura, que plantou e colheu essa semente na Arábia ou em outra região qualquer, e da indústria comercial, que a coloca ao alcance do consumidor.

Esses três tipos de indústria (que, se quisermos, podemos dividir em um gran-

¹ Dado que só é possível transformar, misturar e separar matérias por meios mecânicos ou por meios físico-químicos, todas as artes manufatureiras podem ser agrupadas em duas classes: as artes mecânicas e as artes físico-químicas, conforme um ou outro desses processos predomine em suas preparações.

de número de ramificações) contribuem exatamente da mesma maneira para a produção. Todos eles conferem uma utilidade ao que não tinha nenhuma ou aumentam a utilidade que uma coisa já possuía. Ao semear um grão de trigo, o lavrador faz germinar vinte outros. Não os tira do nada: serve-se de um instrumento poderoso que é a terra e dirige uma operação pela qual diferentes substâncias, antes espalhadas no solo, na água e no ar, transformam-se em grãos de trigo.

A noz-de-galha, o sulfato de ferro e a goma arábica são substâncias dispersas na natureza. A indústria do negociante e do manufator reúne-as, e sua mistura dá esse licor negro que fixa nossos pensamentos no papel. Essas operações do negociante e do manufator são análogas às do agricultor; este último propõe-se um objetivo: utiliza meios da mesma espécie que os utilizados pelos outros dois.

Ninguém tem o dom de criar matéria; a própria natureza não é capaz disso. Qualquer homem, porém, pode servir-se dos agentes que a natureza lhe oferece para conferir utilidade às coisas; na realidade, toda indústria consiste apenas no uso que se faz dos agentes fornecidos pela natureza. O produto do trabalho mais perfeito, aquele em que quase todo o valor se encontra na mão-de-obra, não é, em geral, o resultado da ação do aço, cujas propriedades são um dom da natureza, exercida sobre uma matéria qualquer, outro dom da natureza?²

É por terem desconhecido esse princípio que os Economistas do século XVIII, entre os quais encontravam-se, aliás, vários autores bastante esclarecidos, incidiram em graves erros. Só concediam o nome de produtiva àquela indústria que nos proporciona novas matérias, isto é, à indústria do agricultor, do pescador e do mineiro. Não atentavam para o fato de que essas matérias só são riquezas em virtude de seu valor, pois a matéria sem valor não é riqueza. Disso dão testemunho a água, o cascalho e a poeira. Ora, se é exclusivamente o valor da matéria que constitui a riqueza, para criar novas riquezas não é de modo nenhum necessário extrair novas matérias do seio da natureza: basta conferir um novo valor às matérias que já se têm, como ocorre quando se transforma a lã em tecido.

A esse argumento respondiam os economistas que o valor adicional distribuído pelo produto por um manufator ou seus operários é contrabalançado pelo valor que o mesmo manufator consumiu durante sua fabricação. Afirmavam que a concorrência existente entre os manufatores não lhes permite aumentar o preço além do que é necessário para indenizá-los de seus próprios consumos. Assim, visto que suas necessidades destroem, por um lado, o que seu trabalho produz pelo outro, desse mesmo trabalho não resulta nenhum crescimento de riquezas para a sociedade.³

Seria necessário que os Economistas demonstrassem, em primeiro lugar, que a produção dos artesãos e dos manufatores é necessariamente contrabalançada por seu próprio consumo. Ora, isso de modo algum é um fato. Num país de civili-

² Algarotti, em seus *Opúsculos*, cita como exemplo do prodigioso acréscimo de valor incorporado a um objetivo pela indústria as molas espirais que fazem oscilar o pêndulo dos relógios. Uma libra de ferro bruto custa à fábrica cerca de 5 soldos. Dele se faz o aço e, com esse aço, faz-se a pequena mola que move o pêndulo de um relógio. Cada uma dessas molas pesa apenas 5 miligramas e, quando perfeita, pode ser vendida por até 18 francos. Com uma libra de ferro, é possível fabricar, considerando-se algumas perdas, 80 mil dessas molas e fazer, por conseguinte, com que uma matéria que vale 5 soldos ascenda a um valor de 1,44 milhões de francos.

³ Mercier de la Rivière (*Ordre Naturel des Sociétés Politiques*. t. II, p. 255), procurando demonstrar que o trabalho das manufaturas é estéril e não produtivo, apresenta um argumento que creio ser útil refutar, já que foi reproduzido sob diferentes formas, algumas das quais bastante especiosas. Ele afirma que, se tomarmos por realidades os falsos produtos da indústria, deveremos, para ser conseqüentes, multiplicar inutilmente a mão-de-obra a fim de multiplicar as riquezas. Ora, do fato, porém, de que a mão-de-obra produz um valor quando tem um resultado útil não se segue que ela produza valor quando tem um resultado inútil ou nocivo. Nem todo trabalho é produtivo. Só o é quando acrescenta um valor real a uma coisa qualquer. E o que demonstra ainda melhor quão vazio de sentido é esse raciocínio dos Economistas de outrora é o fato de poder ser empregado tanto contra seu próprio sistema quanto contra o sistema oposto. Seria suficiente dizer-lhes: "Vocês concordam que a indústria do lavrador é produtiva; basta-lhe, então, trabalhar suas terras dez vezes por ano e semeá-las outras tantas vezes para duplicar seus produtos", o que é absurdo.

zação já antiga e bastante industrioso, o número e a importância das empresas comerciais e manufatureiras proporcionam uma soma de rendimentos superior à da agricultura, e as poupanças que anualmente derivam daquelas atividades provavelmente ultrapassam as que se fazem entre os proprietários de terras.

Em segundo lugar, os lucros resultantes da produção manufatureira não são menos reais nem menos adquiridos pelo fato de terem sido consumidos e por permitirem o sustento dos manufatores e suas famílias. Na realidade, só serviram para a sua manutenção porque eram riquezas reais, e tão reais quanto as dos proprietários fundiários e agricultores, as quais são igualmente consumidas na manutenção dessas classes.

A indústria comercial contribui para a produção da mesma forma que a indústria manufatureira, aumentando o valor de um produto mediante o transporte de um lugar para outro. Uma quinta de algodão do Brasil adquiriu a faculdade de poder ser comercializado, e vale mais em uma loja da Europa do que em uma de Pernambuco. O comerciante dá às mercadorias certa feição que as torna próprias para o uso e que, colocadas em outro lugar, não poderiam ser utilizadas: uma feição tão útil, complicada, e aleatória quanto as que as duas outras indústrias conferem às mercadorias. O comerciante serve-se também, e para resultados análogos, das propriedades naturais da madeira, dos metais com que são construídos os navios, do cânhamo que forma suas velas, do vento que as infla, de todos os agentes naturais que podem contribuir para seus propósitos, da mesma forma como um agricultor se serve da terra, da chuva e do ar.⁴

Assim, quando Raynal disse acerca do comércio, opondo-se à agricultura e às artes: *O comércio nada produz por si mesmo — ele não havia formado uma idéia completa do fenômeno da produção.* Raynal cometeu, nessa ocasião, a propósito do comércio, o mesmo erro cometido pelos Economistas em relação ao comércio e às manufaturas. Estes afirmavam: só a agricultura produz. Raynal pretende que só a agricultura e as artes industriais produzem. Raynal engana-se um pouco menos, mas ainda se engana.

Também Condillac incorre em erro quando pretende explicar a maneira como o comércio produz. Afirma que todas as mercadorias, já que valem menos para aquele que as vende do que para quem as compra, aumentam de valor pelo simples fato de passarem de uma mão para outra. É um erro, pois, sendo a venda uma troca na qual um indivíduo recebe uma mercadoria, dinheiro, por exemplo, como pagamento de outra, a perda que cada um dos contratantes teria em uma das duas compensaria o ganho obtido com a outra: não haveria na sociedade, portanto, *valor produzido pelo comércio.*⁵ Quando compramos em Paris o vinho da

⁴ Genovesi, que ocupava uma cátedra de Economia Política em Nápoles, define assim o comércio: *a troca do supérfluo pelo necessário.* Apóia-se no fato de que, em uma troca, a mercadoria que se deseja ter é, para ambos os contratantes, mais necessária do que aquela que se oferece. Trata-se, porém, de uma sutileza falaciosa; assinalo-a porque é freqüentemente reproduzida. Seria difícil provar que um pobre operário que, no domingo, vai ao cabaré, nele entrega seu supérfluo em troca de seu necessário. Em qualquer comércio que não haja uma trapaça, trocam-se uma pela outra, duas coisas que, no momento e no lugar da troca, valem tanto quanto a outra. A produção comercial, isto é, o valor acrescentado às mercadorias trocadas, não é realizada de modo algum pela troca, mas pelas operações comerciais que as colocaram em determinado lugar.

Que eu saiba, o conde de Verri foi o primeiro a dizer em que consistiam o princípio e o fundamento do comércio. Já em 1771, ele disse: "O comércio, na realidade, não é senão o transporte das mercadorias de um local para outro". (*Meditazioni sulla Economia Polittica.* § 4.) Mesmo o célebre Adama Smith não parece ter uma idéia bem clara da produção comercial. Limita-se apenas a excluir a idéia de que há produção de valor pelo mero fato da troca.

⁵ Sismondi não atentou para esse fato quando disse: "O comércio colocou-se entre o produtor e o consumidor para prestar serviços a um e a outro e para receber um pagamento por esses serviços de um e de outro." (*Novos Princípios de Economia Política* Livro Segundo. Cap. 8.) Pareceria que o comerciante vive apenas por valores produzidos pelo agricultor e pelo manufator, quando, na realidade, vive de um valor real adicionado por ele próprio às mercadorias ao lhes conferir nova feição, isto é, nova faculdade de servir. Esse preconceito é idêntico àquele que subleva o populacho contra os comerciantes de cereais.

Espanha, damos, na realidade, valor igual por valor igual: o dinheiro que pagamos e o vinho que recebemos valem tanto um quanto o outro. Contudo, o vinho não valia tanto, antes de partir de Alicante. Seu valor efetivamente aumentou nas mãos do comerciante pelo transporte e não no momento da troca. O vendedor não exerce um ofício de gatuno nem o comprador o papel de tolo. Condillac não tem razão ao afirmar que, *se se trocasse sempre valor igual por valor igual, não haveria nenhum ganho a ser obtido pelos contratantes*.⁶

Em certos casos, as outras indústrias produzem de maneira análoga à do comércio, conferindo valor a coisas às quais não acrescentam absolutamente nenhuma qualidade nova senão a de aproximá-las do consumidor. Tal é a indústria do mineiro. O metal e a hulha existem na terra da forma mais acabada possível e nela não têm valor. O mineiro os extrai, e essa operação, tornando-os apropriados ao uso, confere-lhes valor. O mesmo acontece com o arenque: no mar ou fora da água é sempre o mesmo peixe, mas, nessa segunda condição, adquiriu uma utilidade, um valor que não possuía antes.⁷

Os exemplos poderiam multiplicar-se ao infinito, e todos se fundiriam, com pequenas nuances, uns aos outros, como os seres naturais que o naturalista, apesar de tudo, separa em diferentes classes a fim de mais facilmente descrevê-los.

O erro fundamental em que caíram os Economistas, e que eu demonstro ter sido compartilhado mesmo por seus antagonistas, levou-os a estranhas conseqüências. Segundo eles, os fabricantes e os negociantes, nada podendo acrescentar à massa comum de riquezas, só vivem às expensas daqueles que são os únicos verdadeiros produtores, isto é, os proprietários e cultivadores de terras. Só acrescentam algum valor às coisas ao consumir outro valor equivalente que provém dos verdadeiros produtores. As nações manufatureiras e comerciantes vivem somente do salário que lhes pagam os países agrícolas. Como prova, os Economistas apresentam o fato de Colbert ter arruinado a França porque protegeu as manufaturas etc.

O fato é que, qualquer que seja a indústria exercida, os homens vivem dos lucros obtidos graças ao valor ou parcela de valor, seja ele qual for, que incorporam a produtos. O valor integral dos produtos serve, desse modo, para pagamento dos ganhos dos produtores. Não é apenas o *produto líquido* que satisfaz as necessidades humanas: é o *produto bruto*, a totalidade dos valores criados.⁸

Uma nação, uma classe no interior de uma nação, que exerce a indústria manufatureira ou comercial não é nem mais nem menos assalariada do que outras que praticam a indústria agrícola. Os valores criados por uma não são de natureza diferente da dos valores criados pelas outras. Dois valores iguais equivalem um ao outro, ainda que procedam de duas indústrias diferentes. Quando a Polônia troca

⁶ *O Comércio e o Governo Considerados em Relação Um ao Outro*. Parte Primeira. Cap. 6.

⁷ Pode-se considerar que exercem indústrias do mesmo gênero aquele que lavra a terra, aquele que cria animais, aquele que abate árvores e mesmo aquele que pesca peixes que ele próprio não fez nascer, ou quem retira das entranhas da terra os metais, as pedras e os combustíveis que só a natureza nelas depositou. Para não multiplicar as denominações, todas essas ocupações são designadas com a expressão *indústria agrícola*, visto que o cultivo dos campos é a mais importante de todas elas. Mas as palavras têm pouca importância quando as idéias são bem compreendidas. O vinhateiro que prensa sua uva executa uma operação mecânica, a qual se aproxima mais das artes manufatureiras do que das artes agrícolas. Pouco importa que seja chamado de manufator ou de agricultor, contanto que se conceba claramente a maneira como sua indústria aumenta o valor de um produto. Existe, se se quiser, uma multiplicidade de indústrias quando consideramos todas as maneiras de conferir valor às coisas. Se generalizarmos completamente, todavia, existe apenas uma, pois todas se reduzem à utilização das matérias e dos agentes fornecidos pela natureza para com eles formar produtos capazes de serem consumidos.

⁸ Objetou-se, nesse ponto, que são os próprios produtos e não seu valor, qualidade abstrata, que satisfazem as necessidades dos homens. Isto é óbvio. O autor da objeção, porém, deveria ressaltar aqui o valor, pois basta que este tenha sido produzido para que a troca proporcione o produto a ser consumido. Não é o trigo que cresceu em minha terra que eu consumo; é seu valor. Meu arrendatário trocou-o por dinheiro; entregou-me esse dinheiro que, em seguida, troquei pelos objetos que me eram necessários. Não foi o trigo produzido, portanto, que satisfaz minhas necessidades.

seu principal produto, o trigo, pelo principal produto da Holanda — as mercadorias das Duas-Índias —, a Polônia não paga um salário à Holanda nem essa última paga um salário à primeira.

Essa mesma Polônia, que exporta anualmente cerca de 10 milhões em trigo, faz exatamente aquilo que, segundo os Economistas, mais enriquece uma nação. No entanto, ela permanece pobre e despovoada. Isso se deve ao fato de limitar sua indústria à agricultura, ao passo que deveria ser simultaneamente manufatureira e comerciante. Ela não paga um salário à Holanda; pelo contrário, ela antes receberia um salário desta para, se assim posso me exprimir, fabricar anualmente 10 milhões em trigo. A Polônia não é menos dependente do que as nações que compram o seu trigo, pois tem tanta necessidade de vendê-lo quanto essas nações de comprá-lo.⁹

Por último, não é verdade que Colbert tenha arruinado a França. Ao contrário, o fato é que, sob a administração de Colbert, a França emergiu da miséria em que havia sido mergulhada por duas regências e um mau reinado. É verdade que ela foi, em seguida, novamente arruinada. Tal infelicidade, entretanto, deve ser imputada à ostentação e às guerras de Luís XIV, e as próprias despesas desse príncipe comprovam o grande volume de recursos que Colbert lhe havia proporcionado. Esses recursos, é verdade, teriam sido ainda maiores se Colbert tivesse protegido a agricultura tanto quanto as demais indústrias.

Vemos assim que os meios para ampliar e aumentar suas riquezas são, para cada nação, bem menos limitados do que imaginavam os Economistas. Uma nação, segundo eles, não poderia produzir anualmente outros valores além do produto líquido de suas terras e seria necessário que, no interior desse produto, se encontrassem não somente a manutenção dos proprietários e dos ociosos, mas também dos negociantes, dos manufatores, dos artesãos e os consumos governamentais. Bem ao contrário, acabamos de ver que o produto anual de uma nação se compõe não apenas do produto líquido de sua agricultura, mas do produto bruto de sua agricultura, de suas manufaturas e de seu comércio reunidos. Não deve ela, com efeito, consumir o valor total, isto é, o valor *bruto* de tudo o que produziu? Um valor produzido perde seu caráter de riqueza porque deve ser necessariamente consumido? Seu valor não provém exatamente do fato de que deve ser consumido?

O inglês Steuart, que pode ser considerado o principal adepto do sistema exclusivo — sistema que supõe que uns só enriquecem com o que os outros perdem —, não estava menos equivocado quando afirmou¹⁰ que, uma vez cessado o comércio exterior, a massa de riquezas internas não pode ser aumentada. Aparentemente, a riqueza só pode provir do exterior. Mas, no exterior, de onde proviria ela? Ainda do exterior. Por conseguinte, buscando-a de exterior em exterior, e supondo-se esgotadas as jazidas, seria necessário sair de nosso globo, o que é absurdo.

Foi baseado nesse princípio evidentemente falso que Forbonnais, igualmente, construiu seu sistema proibitivo¹¹ e, digamos francamente, é sobre esse mesmo princípio que se baseia o sistema exclusivo dos negociantes pouco esclarecidos, que é o de todos os Governos da Europa e do mundo. Todos acreditam que o que é ganho por um particular é necessariamente perdido por um outro, que aquilo que é ganho por um país é inevitavelmente perdido por um outro; como se as

⁹ Ver-se-á mais adiante que, se uma nação estivesse obrigada a receber um salário de uma outra, seria a mais dependente e que a mais dependente não é a que não tem terras, mas a que não tem capitais.

¹⁰ *Da Economia Política*. Livro Segundo. Cap. 26.

¹¹ *Elementos de Comércio*.

coisas não fossem suscetíveis de aumentar de valor e como se a propriedade de vários particulares e das nações não pudesse ser aumentada sem ser roubada a alguém. Se alguns só pudessem ser ricos às expensas dos demais, como todos os particulares de que se compõe um Estado poderiam ser simultaneamente mais ricos em uma época do que em outra, como evidentemente o são na França, na Inglaterra, na Holanda e na Alemanha, comparativamente ao que eram antes? Como todas as nações poderiam ser ao mesmo tempo mais opulentas hoje em dia e de tudo melhor providas do que eram no século VII? De onde teriam tirado as riquezas que hoje possuem e que então não se encontravam em nenhum lugar? Das minas do Novo Mundo? Mas essas nações já eram mais ricas antes do descobrimento da América. Aliás, que produziram as minas do Novo Mundo? Valores metálicos. Mas, e os outros valores que as nações possuem a mais do que na Idade Média, de onde os tiraram? É evidente que são riquezas criadas.

Devemos concluir, portanto, que as riquezas (as quais consistem no valor que a indústria humana, com o auxílio dos instrumentos por ela empregados, confere às coisas) são suscetíveis de ser criadas, destruídas, de aumentar e diminuir no interior mesmo de cada nação e independentemente de qualquer comunicação com o exterior, segundo o processo adotado para produzir tais efeitos. Verdade importante, pois coloca ao alcance dos homens os bens de que eles, com razão, estão ávidos, contanto que saibam e queiram empregar os verdadeiros meios para sua obtenção. O desenvolvimento desses meios constitui o objetivo desta obra.

O que É um Capital Produtivo e de que Maneira os Capitais Contribuem para a Produção

Prosseguindo na observação dos procedimentos da indústria, rapidamente nos apercebemos de que, sozinha, entregue a si mesma, ela não é suficiente para criar valor nas coisas. É necessário, além disso, que o homem industrioso possua produtos já existentes, sem os quais sua indústria, por mais engenhosa que a supo-
nhamos, permaneceria inativa. Essas coisas são:

1) os utensílios, os instrumentos das diferentes artes. O agricultor nada poderia fazer sem sua enxada ou sua picareta, o tecelão seu tear, o navegador sem seu navio;

2) os produtos que devem propiciar a manutenção do homem industrioso até que o mesmo tenha terminado sua parcela de trabalho na obra da produção. O produto de que ele se ocupa ou o preço que com ele obterá deve, na verdade, reembolsar tal manutenção; mas ele está obrigado a antecipá-la continuamente;

3) as matérias-primas que sua indústria deve transformar em produtos acabados. É certo que essas matérias, algumas vezes, lhe são fornecidas gratuitamente pela natureza. Em grande parte, entretanto, elas são produtos anteriormente criados pela indústria, como as sementes fornecidas pela agricultura, os metais devidos à indústria do mineiro ou do fundidor, as drogas trazidas pelo comerciante dos mais longínquos pontos do globo. O homem industrioso que as trabalha também se encontra obrigado a adiantar o correspondente a seu valor.

O valor de todas essas coisas compõe o que se chama de *capital produtivo*.

Deve-se ainda considerar como capital produtivo o valor de todas as construções, de todas as benfeitorias distribuídas em um bem de raiz e que aumentam seu produto anual — o valor dos animais e das usinas, as quais são uma espécie de máquinas apropriadas à indústria.

Também as moedas são um capital produtivo sempre que servem às trocas sem as quais a produção não poderia realizar-se. Semelhantes ao óleo que amacia os movimentos de uma máquina complexa, as moedas, disseminadas em todas as engrenagens da indústria humana, permitem movimentos que não seriam obtidos sem elas. Mas, assim como o óleo que se encontra nas engrenagens de uma má-

quina parada, o ouro e a prata já não são mais produtivos, a partir do momento em que a indústria deixa de empregá-los. O mesmo ocorre, aliás, com todos os outros utensílios de que ela se serve.

Vê-se que seria um grande erro acreditar que o capital da sociedade consiste apenas em sua moeda. Um comerciante, um manufator ou um agricultor só possuem, em geral, sob a forma de moeda, a menor parcela do valor que compõe seu capital. Aliás, quanto mais seu empreendimento é ativo, tanto mais a parcela de seu capital mantida em numerário é reduzida em relação ao restante. Se se trata de um comerciante, seus fundos estão em mercadorias que se encontram nas estradas, nos mares, nas lojas, espalhados por toda a parte. Se se trata de um fabricante, seus fundos encontram-se principalmente sob a forma de matérias-primas com diferentes graus de acabamento, sob a forma de utensílios, de instrumentos e de provisões para seus operários. Se se trata de um agricultor, seus fundos encontram-se sob a forma de celeiros, de animais e de cercas. Todos evitam guardar dinheiro além do que pode ser exigido por seus gastos habituais.

O que é verdadeiro para um indivíduo, para dois, três, quatro indivíduos, também o é para a sociedade inteira. O capital de uma nação se compõe de todos os capitais dos particulares e dos que pertencem em comum a toda a nação e a seu Governo. E quanto mais a nação é industriosa e próspera, tanto mais seu numerário é insignificante quando comparado com a totalidade de seus capitais. Necker avalia em 2,2 bilhões o valor do numerário circulante na França por volta de 1784, avaliação que parece exagerada por razões que não cabe discutir aqui. Estime-se, todavia, o valor de todas as construções, muros, animais, usinas, máquinas, embarcações, mercadorias e provisões de todo tipo, pertencentes a franceses ou a seu Governo em todas as partes do mundo; adicionem-se a isso os móveis e ornamentos, as jóias, a prataria e todos os objetos de luxo ou de adorno que os mesmos possuíam naquela mesma época e ver-se-á que os 2,2 bilhões de numerário não passam de uma porção bem reduzida de todos esses valores.¹

Beeke avaliava, em 1799, a totalidade dos capitais da Inglaterra, em 2,3 bilhões de libras esterlinas² (mais de 55 bilhões de nossos francos), e o valor total das moedas metálicas que circulavam na Inglaterra antes daquela data, segundo as pessoas que fizeram as estimativas mais elevadas, não ultrapassava 47 milhões de libras esterlinas,³ isto é, aproximadamente a 50.^a parte de seu capital. Smith avaliava-o em apenas 18 milhões: tal soma não atingiria a 127.^a parte de seu capital.

Mais adiante, veremos como os valores capitais consumidos nas operações produtivas perpetuam-se pela reprodução. Contentemo-nos, por enquanto, em saber que os capitais, nas mãos da indústria, são um instrumento indispensável, sem o qual ela não produziria. É preciso, por assim dizer, que eles trabalhem em combinação com ela. É a essa combinação ou concerto que chamo de o *serviço produtivo dos capitais*.

¹ Arthur Young, em sua *Viagem à França*, não obstante a imagem medíocre que transmite da agricultura francesa em 1789, avalia em mais de 11 bilhões a soma dos capitais empregados somente na agricultura desse país. Ele acredita que, na Inglaterra, ela ascende proporcionalmente ao dobro dessa quantia.

² *Observations on the Produce of the Income Tax*.

³ Pitt, que é suspeito de ter exagerado a quantidade de numerário, avalia-o em 44 milhões em ouro, e Price, em 3 milhões em prata, o que perfaz os 47 milhões.

Os Agentes Naturais que Servem para a Produção das Riquezas e, em Particular, dos Bens Fundiários

Independentemente do auxílio que a indústria obtém dos capitais, isto é, dos produtos que ela própria já criou, para criar outros, ela emprega o serviço e a força de vários agentes que não criou e que a natureza lhe oferece e extrai da ação desses agentes naturais uma parcela da utilidade que confere às coisas.

Assim, quando um campo é lavrado e semeado, além dos conhecimentos e do trabalho postos nessa operação, além dos valores já formados que são utilizados, tais como o valor do arado, da charrua, das sementes, das roupas e dos alimentos consumidos pelos trabalhadores enquanto se realiza a produção, além disso tudo, existe um trabalho executado pelo solo, pelo ar, pela água e pelo sol do qual o homem em nada participa e que contribui, no entanto, para a criação de um novo produto que será colhido no momento da colheita. É a esse trabalho que chamo de *serviço produtivo dos agentes naturais*.

Esta expressão *agentes naturais* é tomada aqui num sentido bem amplo, pois abrange não apenas os corpos inanimados cuja ação trabalha para criar valores, mas também as leis do mundo físico, como a gravitação que faz com que desça o peso do relógio, o magnetismo que orienta a agulha de uma bússola, a elasticidade do aço, o peso da atmosfera, o calor despreendido pela combustão etc.

Muitas vezes, a capacidade produtiva dos capitais associa-se tão intimamente à capacidade produtiva dos agentes naturais que se torna difícil e até impossível determinar exatamente a parcela que cada um desses agentes assume na produção. Uma estufa onde se cultivam vegetais preciosos, a terra em que irrigações apropriadas distribuíram a água fecundante, devem a maior parte de sua capacidade produtiva a trabalhos e a construções resultantes de uma produção anterior e que fazem parte dos capitais consagrados à produção atual. O mesmo ocorre com arroteamento, as construções agrícolas, as cercas e todas as benfeitorias espalhadas sobre um bem fundiário. Esses valores fazem parte de um capital ainda que seja impossível separá-los da propriedade da qual estão fixados¹.

Nos trabalhos das máquinas por meio das quais o homem aumenta de muito

¹ Cabe ao proprietário de terras e ao proprietário do capital, quando são pessoas diferentes, discutirem o valor e a influência de cada um desses agentes na produção. Quanto a nós, basta entender, sem precisar medir, o papel que cada um desses agentes desempenha na produção das riquezas.

ber do homem. Tem razão até certo ponto, pois o homem, ao se ocupar exclusivamente de uma arte ou de uma ciência, teve maiores possibilidades de promover seus progressos. Uma vez conhecido, todavia, o procedimento da Natureza, a produção dele resultante não é produto do trabalho do inventor. O primeiro homem a conseguir amolecer os metais mediante o fogo não é o criador atual da utilidade que tal procedimento acrescenta ao metal fundido. Essa utilidade é resultado da ação física do fogo unida à indústria e aos capitais daqueles que se utilizam do procedimento. Aliás, não é verdade que existem procedimentos que o homem deve ao acaso ou que são de tal maneira evidentes por si mesmos que não foi necessária nenhuma arte para descobri-los? Quando uma árvore, produto espontâneo da Natureza, é abatida, a sociedade não toma posse de um produto superior àquele que a indústria do lenhador sozinha é capaz de proporcionar-lhe?

Tenho, pois, razões de acreditar que, nesse ponto, Smith não apresentou uma idéia completa a respeito do fenômeno da produção. É isso o levou à falsa conclusão de que todos os valores produzidos representam um trabalho recente ou antigo do homem ou, em outros termos, que a riqueza não é senão trabalho acumulado. Donde, por uma segunda inferência que me parece igualmente contestável, a conclusão de que o trabalho é a única medida das riquezas ou dos valores produzidos.

Vê-se que esse sistema é o oposto do dos Economistas do século XVIII, que pretendiam, ao contrário, que o trabalho não produz nenhum valor sem consumir um outro valor equivalente; que, por conseguinte, o trabalho não deixa nenhum excedente, nenhum produto líquido, e que só a terra, fornecendo gratuitamente um valor, é a única capaz de criar um produto líquido. Há idéias preconcebidas em ambas as teses. Assinalo o fato apenas para que as pessoas se precavendam contra as perigosas conclusões que podem ser derivadas de um primeiro erro⁵ e a fim de trazer a ciência de volta à simples observação dos fatos. Ora, os fatos nos mostram que os valores produzidos são devidos à ação e ao concurso da indústria, dos capitais⁶ e dos agentes naturais — o mais importante dos quais (mas que está longe de ser o único) é a terra cultivável — mostrando também que nenhuma outra, além dessas três fontes, produz um valor, uma nova riqueza.

Entre os agentes naturais, uns são suscetíveis de apropriação, isto é, de se tornarem propriedade daqueles que deles se apoderam, como um pedaço de terra ou um curso d'água. Outros não podem ser apropriados e permanecem de uso comum, como o vento, o mar e os rios que servem de via de trânsito, a ação física ou química das matérias umas sobre as outras etc.

⁵ Sabe-se que, entre outras conclusões perigosas que os Economistas derivaram de seus sistemas, encontram-se a conveniência de substituir todos os impostos por um imposto único sobre as terras, tão seguros estavam eles de que esse imposto atingiria todos os valores produzidos. Por uma razão inversa e em consequência dessa parte dogmática de Smith, poder-se-ia — e de maneira igualmente injusta — desonerar de qualquer contribuição os lucros das propriedades rurais e dos capitais, na convicção de que em nada contribuem para a produção do valor.

⁶ Embora Smith tenha reconhecido a capacidade produtiva das propriedades rurais, ignorou a dos valores capitais que, no entanto, lhes são perfeitamente análogos. Uma máquina como, por exemplo, um moinho a óleo no qual se empregou um valor capital de 20 mil francos e que propicia um produto líquido anual de 1 000 francos, já pagos todos os demais custos, proporciona um produto tão exatamente real quanto o de um terreno de 20 mil francos que oferece 1 000 francos de produto líquido ou de arrendamento, já deduzidos todos os custos. Smith pretende que um moinho de 20 mil francos represente um trabalho de 20 mil francos distribuído em diferentes épocas sobre as peças de que se compõe o moinho e que, conseqüentemente, o produto anual da máquina é o produto desse trabalho anterior. Smith se engana: o produto desse trabalho anterior é, se se quiser, o valor do próprio moinho. Mas o valor diariamente produzido por este é um outro valor inteiramente novo, da mesma forma como o arrendamento de uma terra é um valor diferente do valor da terra, pois é um valor que se pode consumir sem alterar o da propriedade. Se um capital não tivesse em si mesmo uma faculdade produtiva independente do trabalho que o criou, como poderia ocorrer que um capital pudesse fornecer uma renda perpétua, independentemente do lucro da indústria que o emprega? O trabalho que criou o capital receberia, então, um salário mesmo depois de ter cessado, tendo assim um valor infinito, o que é absurdo. Verificar-se-á mais adiante que todas essas idéias não são simples especulações.

Teremos oportunidade de verificar que essa dupla propriedade de os agentes da produção serem ou não suscetíveis de apropriação é extremamente favorável à multiplicação das riquezas. Os agentes naturais suscetíveis de apropriação, como as terras, produziram bem menos se um proprietário não estivesse seguro de recolher seu fruto com exclusividade e se a elas não pudesse acrescentar com segurança valores capitais que aumentam singularmente seus produtos. E, por outro lado, a liberdade infinita permitida à indústria de apoderar-se de todos os demais agentes naturais permite-lhe estender indefinidamente seus progressos. Não é a Natureza que limita o poder produtivo da indústria; é a ignorância ou a preguiça dos produtores e a má administração dos Estados.

Os agentes naturais suscetíveis de serem possuídos tomam-se *fundos produtores de valores*, pois não cedem seu concurso sem retribuição, e esta faz parte, como veremos mais adiante, das *rendas* de seus possuidores. Contentemo-nos, por enquanto, em compreender a ação produtiva dos agentes naturais, quaisquer que sejam, já conhecidos ou ainda por descobrir.⁷

⁷ Objetar-se-á aqui que os agentes naturais não apropriados, como a pressão da atmosfera nas máquinas a vapor, não produzem valor. Sendo sua contribuição gratuita, diz a objeção, dela não resulta nenhum acréscimo no valor de troca dos produtos, única medida da riqueza. Veremos mais adiante, porém, que toda utilidade produzida que não é paga pelo consumidor equivale a uma doação que lhe é feita, a um aumento de sua renda.

***Como se Associam a Indústria, os Capitais
e os Agentes Naturais para Produzir***

Vimos de que maneira a indústria, os capitais e os agentes naturais contribuem, cada um no que lhe concerne, para a produção. Vimos que esses três elementos da produção são indispensáveis para que existam produtos criados; para tanto, contudo, não é necessário que pertençam à mesma pessoa.

Uma pessoa industriosa pode emprestar sua indústria a uma outra que possui somente um capital e um bem fundiário.

O possuidor de um capital pode emprestá-lo a uma pessoa que possui apenas uma área de terra e indústria.

O proprietário de um bem fundiário pode emprestá-lo à pessoa que apenas possui indústria e um capital.

Quer se empreste indústria, capital ou um bem fundiário, essas coisas contribuem para a criação de um valor, seu uso também tem um valor e habitualmente se paga pelo empréstimo.

O pagamento de uma indústria emprestada se chama *salário*.

O pagamento de um capital emprestado se chama *juro*.

O pagamento de um bem fundiário emprestado denomina-se *arrendamento* ou *aluguel*.

A terra, o capital e a indústria encontram-se, às vezes, reunidos nas mesmas mãos. Um homem que cultiva às suas próprias expensas o pomar que lhe pertence possui a terra, o capital e a indústria. Ganha sozinho os proveitos do proprietário, do capitalista e do homem industrioso.

O amolador de facas ambulante, que exerce uma atividade para a qual não necessita em absoluto de propriedade fundiária, carrega em suas costas todo o seu capital e traz toda a indústria na ponta dos dedos: é simultaneamente empresário, capitalista e operário.

É raro existirem empresários tão pobres a ponto de não possuírem como bens próprios nem mesmo uma parcela de seu capital. O próprio operário quase sempre fornece uma parte desse capital; o pedreiro não anda sem sua colher; o alfaiate se apresenta munido de seu dedal e de suas agulhas. Todos se vestem mais ou menos bem; é verdade que seu salário deve ser suficiente para a manutenção constante de suas roupas, mas, afinal de contas, eles próprios as confeccionam.

Quando o *recurso natural*, o *bem fundiário*, não é propriedade de ninguém, como certas pedreiras de onde se extraem pedras, como os rios, os mares, onde a

indústria vai buscar peixes, pérolas, coral etc., pode-se, nesse caso, obter produtos apenas com *indústria e capitais*.

A *indústria* e o *capital* são igualmente suficientes quando a indústria se exerce sobre os produtos de um bem fundiário estrangeiro que se pode conseguir exclusivamente com capitais. É o que ocorre quando ela fabrica em nosso país tecidos de algodão e muitas outras coisas. Assim, toda e qualquer espécie de manufatura proporciona produtos, contanto que nela se encontrem *indústria e capital*: o bem fundiário não é absolutamente necessário, a menos que assim se denomine o local em que estão instaladas as oficinas e que deve ser alugado, o que, a rigor, seria correto. Mas, se se denomina *bem fundiário* o local onde se exerce a indústria, será necessário convir pelo menos que, em um pequeno pedaço de terra, é possível exercer uma indústria bastante grande, contanto que se tenha um grande capital.

Desse fato podemos tirar a seguinte consequência: a indústria de uma nação não se encontra limitada pela extensão de seu território, mas pela extensão de seus capitais.

Um fabricante de meias, com um capital que suporei igual a 20 mil francos, pode ter em atividade contínua dez teares a produzirem meias. Se conseguir um capital de 40 mil francos, poderá colocar em atividade vinte teares, isto é, poderá comprar outros dez teares, pagar um duplo aluguel, adquirir uma dupla quantidade de seda ou algodão próprios para serem trabalhados, fazer os adiantamentos exigidos pela manutenção de uma quantidade dupla de operários, e assim por diante.

No entanto, a parte da indústria agrícola que se aplica ao cultivo das terras está necessariamente limitada pela extensão do território. Os particulares e as nações não podem tornar seu território nem mais extenso nem mais fecundo do que a Natureza quis. Podem, todavia, aumentar constantemente seus capitais e, conseqüentemente, ampliar quase indefinidamente sua indústria manufatureira e comercial, multiplicando, por esse meio, produtos que são também riquezas.

Há povos, como o genebrino, cujo território não produz a vigésima parte do necessário para sua subsistência e que, apesar disso, vivem na abundância. A abastança habita as gargantas infecundas do Jura, perto de Neufchâtel, porque ali se exercem numerosas artes mecânicas. No século XIII, a república de Veneza, sem ainda possuir uma só polegada de terra na Itália, tornou-se bastante rica por meio de seu comércio, a ponto de conquistar a Dalmácia, a maior parte das ilhas gregas e Constantinopla. A extensão e a fertilidade do território de uma nação provêm da boa fortuna de sua localização. Sua indústria e seus capitais dependem de sua conduta. Sempre depende dela aperfeiçoar aquela e aumentar esses.

As nações que têm poucos capitais apresentam uma desvantagem na venda de seus produtos, pois não podem conceder facilidade para o pagamento a seus compradores do interior ou do exterior que se encontrem a grandes distâncias. Aquelas que têm ainda menos capitais nem sempre têm condições de realizar o próprio adiantamento de suas matérias-primas e de seu trabalho. Essa é a razão pela qual somos obrigados, nas Índias e na Rússia, a remeter, algumas vezes, o pagamento do que compramos seis meses e até um ano antes do momento em que as encomendas podem ser executadas. É preciso que essas nações sejam muito favorecidas em outros aspectos para efetuarem vendas tão consideráveis, apesar dessa desvantagem.

Depois de termos visto de que maneira três grandes agentes da produção — a indústria humana, os capitais e os agentes proporcionados pela natureza — contribuem para a criação dos produtos, isto é, das coisas para o uso do homem, penetremos mais profundamente na ação de cada um deles em particular. Essa investigação é importante porque nos levará insensivelmente ao conhecimento daquilo que é mais ou menos favorável à produção, fonte da abastança dos particulares e do poder das nações.

Operações Comuns a Todas as Indústrias

Observando os procedimentos da indústria humana, em seu interior, seja qual for o objeto ao qual se aplique, percebe-se que ela se compõe de três operações distintas.

Para obter um produto qualquer, foi necessário, em primeiro lugar, estudar o curso e as leis da Natureza relativamente a esse produto. Como fabricar uma fechadura sem conhecer as propriedades do ferro e os meios pelos quais se pode extrair-lo da mina, purificá-lo, fundi-lo e moldá-lo?

A seguir, foi necessário aplicar esses conhecimentos de forma útil, perceber que, ao moldar o ferro de determinada maneira, cria-se um produto que terá determinado valor para os homens.

Foi necessário, finalmente, executar o trabalho manual indicado pelas duas operações precedentes, isto é, forjar e polir as diferentes peças que compõem uma fechadura.

Raramente essas três operações são executadas pela mesma pessoa.

No mais das vezes, um homem estuda o curso e as leis da Natureza. É o cientista.

Um outro aproveita esses conhecimentos para criar produtos úteis. É o agricultor, o manufator ou o comerciante. Ou, para designá-los por uma denominação comum aos três, é o empresário industrial, aquele que empreende a criação por conta própria, em seu benefício e a seus riscos, de um produto qualquer.¹

Um outro, por fim, trabalha seguindo as orientações dadas pelos dois primeiros. É o operário.

Se examinarmos sucessivamente todos os produtos, constataremos que sua existência só foi possível em consequência dessas três operações.

Trata-se de uma saca de trigo ou de um tonel de vinho? Foi necessário que o naturalista ou o agrônomo conhecessem o curso seguido pela natureza na produ-

¹ Os ingleses não têm palavra equivalente a *empresário industrial*. É isso, talvez, que os impediu de distinguir, nas operações industriais, entre, de um lado, o serviço que presta o capital e, de outro, o serviço que presta, por sua capacidade e talento, aquele que emprega o capital. Disso resulta, como se verá mais adiante, a obscuridade das demonstrações por meio das quais procuram chegar à origem dos lucros.

A língua italiana, sob esse aspecto muito mais rica do que a inglesa, possui quatro palavras para designar o que entendemos por empresário industrial: *imprenditore*, *impresario*, *intraprenditore*, *intraprensore*.

ção do trigo ou da uva, o tempo e o terreno propícios à sementeira ou ao plantio e os cuidados necessários para que essas plantas cheguem à maturidade. O arrendatário ou o proprietário aplicaram esses conhecimentos em suas atividades específicas, reuniram os meios para delas fazer brotar um produto útil e afastaram os obstáculos que poderiam se opor a isso. Finalmente, o trabalhador revolveu a terra, semeou-a, prendeu e podou a videira. Esses três tipos de operação foram necessários para que o trigo ou o vinho fossem integralmente produzidos.

Querem um exemplo fornecido pelo comércio exterior? Tomemos o anil. A ciência do geógrafo, a do navegador e a do astrônomo nos permitem conhecer a região onde se encontra anil e mostram os meios de atravessar os mares. O comerciante freta embarcações e as envia em busca da mercadoria. O marinheiro e o transportador trabalham mecanicamente nessa produção.

Ainda que se considere o anil somente como uma das matérias-primas de um outro produto, por exemplo, de um tecido azul, constata-se que o químico faz com que se conheça a natureza dessa substância, a maneira de dissolvê-la e os fixadores que a fazem penetrar no tecido. O manufator reúne os meios de realizar esse tingimento e o operário segue suas ordens.

Em qualquer lugar a indústria sempre se compõe da teoria, da aplicação e da execução. Uma nação é perfeitamente industriosa somente na medida em que é exímia nesses três tipos de operação. Se é inepta numa delas, não pode obter os produtos que, sejam quais forem, são resultado de todas as três. Percebe-se, por conseguinte, a utilidade das ciências que, à primeira vista, parecem destinadas exclusivamente à satisfação de uma curiosidade vã.²

Os negros da costa da África revelam grande destreza, pois são bem sucedidos em todos os exercícios físicos e no trabalho manual. Parecem, contudo, pouco capazes de executar as duas primeiras operações da indústria. Por isso, são obrigados a comprar dos europeus os tecidos, as armas e os adornos de que precisam. Seu país é tão pouco produtivo, não obstante sua fecundidade natural, que as embarcações que lá iam em busca de escravos não encontravam sequer as provisões necessárias para seu sustento durante a viagem, sendo obrigadas a se abastecerem previamente.³

Os modernos, mais do que os antigos, e os europeus, mais do que os outros habitantes do globo, possuíram as qualidades favoráveis à indústria. O mais medíocre habitante de nossas cidades desfruta de uma infinidade de comodidades das quais um monarca selvagem é obrigado a privar-se. As vidraças que deixam entrar a luz no quarto enquanto também o abrigam das intempéries do tempo são o resultado admirável de observações e conhecimentos que se acumularam e aperfeiçoaram durante muitos séculos. Foi necessário saber qual espécie de areia era capaz de transformar-se em matéria extensa, sólida e transparente; por meio de que composições e através de quais variações de calor se podia obter tal produto. Foi necessário conhecer a melhor forma a dar às fornalhas. Os simples andaimes que envolvem uma vidraria já são frutos dos conhecimentos mais avançados sobre a resistência das madeiras e sobre os modos de empregá-la com sucesso.

Esses conhecimentos, por si sós, não bastavam, pois poderiam existir somente na memória de algumas pessoas ou nos livros. Foi necessário que um manufator viesse com os meios de colocá-los em prática. Começou por informar-se acerca do

² O conhecimento não é indispensável ao sucesso da indústria somente pelo auxílio indireto que lhe empresta. O conhecimento lhe é benéfico também por diminuir o domínio dos preconceitos. A ciência ensina o homem a contar mais com suas próprias forças do que com as de um poder sobre-humano. A ignorância se atrela à rotina, inimiga de todo aperfeiçoamento; atribui a causas sobrenaturais uma epidemia ou um flagelo que seria facilmente prevenido ou evitado; entrega-se a práticas supersticiosas quando se deveria tomar precauções ou administrar remédios. Em geral, todas as ciências, assim como todas as verdades, se apóiam e se auxiliam mutuamente.

³ Ver as *Oeuvres de Poirve*. p. 77 e 78.

que se sabia sobre esse ramo industrial; a seguir, reuniu os capitais, os construtores e os operários e a cada um atribuiu sua função.

Por último, a habilidade dos operários (alguns dos quais construíram o prédio e as fornalhas, outros cuidaram do fogo, realizaram a mistura, sopraram o vidro, cortaram-no, dilataram-no, poliram-no e assentaram-no) completou a obra. A utilidade e a beleza do produto resultante ultrapassam tudo o que poderiam imaginar pessoas que ainda desconhecessem essa admirável dádiva da indústria humana.

Por meio da indústria, as matérias mais vis foram dotadas de imensa utilidade. Os trapos e nossos refugos domésticos foram transformados em folhas brancas e graciosas que levam aos confins do mundo as encomendas do comércio e os procedimentos das artes. Depositárias das concepções dos gênios, elas nos transmitem a experiência dos séculos e conservam os títulos de nossas propriedades. A elas confiamos os mais nobres e doces sentimentos do coração e através delas despertamos, na alma de nossos semelhantes, sentimentos idênticos. Facilitando incrivelmente todas as comunicações dos homens entre si, o papel deve ser considerado como um dos produtos que mais beneficiaram o destino da espécie humana. A espécie seria ainda mais feliz se tão poderoso meio de instrução jamais pudesse ser veículo da mentira e instrumento da tirania!

Convém observar que os conhecimentos do cientista, tão necessários ao desenvolvimento da indústria, circulam com grande facilidade de uma nação para as outras. Os próprios cientistas têm interesse em difundi-los, pois isso serve à sua fortuna e firma sua reputação, a qual lhes é mais cara do que a própria fortuna. Por conseguinte, uma nação em que as ciências estão pouco cultivadas, poderia, apesar disso, desenvolver bastante sua indústria aproveitando-se dos ensinamentos vindos de outros lugares. O mesmo não acontece com a arte de aplicar os conhecimentos do homem a suas necessidades, nem com o talento da execução. Essas qualidades só beneficiam aos que as possuem. Por isso, um país onde há muitos negociantes, manufatores e agricultores hábeis, possui mais meios de prosperidade do que aquele que se distingue principalmente pela cultura do espírito. Na época do renascimento das letras na Itália, as ciências encontravam-se em Bolonha e as riquezas estavam em Florença, Gênova e Veneza.

A Inglaterra, hoje em dia, deve suas imensas riquezas menos ao brilho de seus cientistas, embora os tenha dos mais notáveis, do que ao extraordinário talento de seus empresários para as aplicações úteis e de seus operários para a execução perfeita e rápida. O orgulho nacional que se censura aos ingleses não os impede de serem a mais flexível das nações quando se trata de curvar-se às necessidades dos consumidores. Fornecem chapéus para o Norte e o Sul porque sabem fazê-los leves para o Sul e quentes para o Norte. A nação que só sabe fazê-los de uma única maneira não consegue vendê-los além de suas próprias fronteiras.

O operário inglês acompanha de perto o empresário. Em geral, é operoso e paciente e não gosta que o objeto de seu trabalho saia de suas mãos antes de lhe ter conferido toda a precisão e perfeição que ele comporta. Mas isso não lhe exige mais tempo; ele é simplesmente mais atento, mais cuidadoso e mais diligente do que a maioria dos operários dos outros países.

De resto, nenhum povo deve perder a esperança de adquirir as qualidades que lhe faltam para ser perfeitamente industrial. Há cento e cinquenta anos atrás, a própria Inglaterra estava tão pouco adiantada que buscava na Bélgica quase todos os seus tecidos e, há menos de oitenta anos atrás, a Alemanha fornecia quilharias a uma nação que hoje em dia as fornece ao mundo inteiro.⁴

⁴ Essa passagem foi escrita em 1812. No século XVII, não se fabricavam tecidos de algodão na Inglaterra. Pelos registros das alfândegas inglesas, observa-se que, em 1705, a quantidade de algodão em lâ que se importava só atingia o

Afirmei acima que o agricultor, o manufator e o negociante beneficiavam-se dos conhecimentos adquiridos e os aplicavam às necessidades do homem. Para fazê-lo com sucesso, porém, precisam de alguns outros conhecimentos que dificilmente podem adquirir fora da prática de sua indústria e que poderíamos chamar de ciência de seu próprio ofício. O mais hábil naturalista, se ele mesmo pretendesse cultivar suas terras, seria provavelmente menos bem sucedido do que o agricultor que as arrenda, embora saiba muito mais sobre elas do que ele. Um mecânico competente, ainda que conhecesse bem o mecanismo das máquinas de fiação de algodão, faria provavelmente um fio de má qualidade antes de ter realizado seu aprendizado. Existe nas artes certa perfeição que nasce da experiência e de várias tentativas sucessivas, algumas das quais fracassaram e outras tiveram êxito. As ciências não bastam, portanto, para o progresso das artes. São necessárias, além disso, experiências mais ou menos aleatórias cujo sucesso nem sempre paga o que custaram. Quando são bem sucedidas, a concorrência não tarda em moderar os lucros do empresário. A sociedade, porém, fica de posse de um novo produto ou, o que dá exatamente no mesmo, de uma diminuição no preço de um produto antigo.

Em agricultura, além dos esforços e dos capitais que lhe são consagrados, as experiências custam a renda do terreno, geralmente durante um ano e, às vezes, por mais tempo.

Na indústria manufatureira, as experiências repousam sobre cálculos mais precisos e ocupam os capitais por menos tempo; quando bem sucedidas, já que os procedimentos estão menos expostos à curiosidade, o empresário tem por mais tempo a fruição de seu sucesso. Em certos lugares, seu emprego exclusivo é assegurado por uma patente de invenção. É por isso que os progressos da indústria manufatureira são, em geral, mais rápidos e diversificados do que os da agricultura.

Na indústria comercial, mais do que nas outras, os experimentos seriam muito arriscados se seus custos não tivessem ao mesmo tempo outros objetivos. É, todavia, no momento em que realiza um comércio já estabelecido que um negociante tenta transportar o produto de um determinado país para outro em que é desconhecido. Assim, por volta de meados do século XVII, os holandeses, que faziam o comércio da China, tentaram, sem esperar grande êxito, trazer daquele país uma pequena folha seca da qual os chineses extraíam uma infusão que usavam com grande frequência. Assim surgiu o comércio do chá; a quantidade de chá que hoje a Europa transporta anualmente pesa mais de 45 milhões de libras, as quais são vendidas em nosso continente por uma soma que ultrapassa 300 milhões.⁵

Com exceção dos casos extraordinários, a prudência talvez aconselhe sejam empregados nos experimentos industriais, não os capitais reservados para uma produção já consolidada, mas as rendas que cada um pode, sem alterar sua fortuna, gastar segundo sua própria fantasia. São louváveis as fantasias que orientam para um fim útil as rendas e lazeres que tantos homens consagram para sua diversão ou para coisas piores. Não creio que exista mais nobre emprego da riqueza e dos talentos. Um cidadão rico e filantropo pode, dessa maneira, oferecer à classe industriosa e à classe que consome, isto é, ao mundo inteiro, presentes que superam em muito o valor daquilo que dá e até o de sua fortuna, por maior que seja. Que alguém calcule, se puder, o valor do que foi dado às nações pelo desconhecido inventor do arado!⁶

peso de 1 170 880 libras. Em 1785, ainda atingia apenas 6 706 000; em 1790, porém, elevava-se a 25 941 000 e, em 1817, a 151 951 200 libras, tanto para o uso das fábricas inglesas como para a reexportação.

⁵ Ver a *Viagem Comercial e Política às Índias Orientais*, escrita por Félix Renouard de Sainte-Croix.

⁶ Graças à imprensa, doravante os nomes dos benfeitores da humanidade se perpetuam e, se não estou enganado, receberão mais honras do que aqueles nomes que só lembram os deploráveis feitos de guerra. Entre aqueles nomes,

Um Governo bem esclarecido acerca de seus próprios deveres e que dispõe de vastos recursos não deixa aos particulares toda a glória pelas descobertas industriais. As despesas provocadas pela experiência, quando é o Governo que as faz, não são tiradas dos capitais da nação, mas de suas rendas, pois os impostos só são ou, pelo menos, só deveriam ser tirados das rendas. É pouco perceptível a parcela das rendas que, por esse meio, se dissipa em experiências, já que ela se reparte entre grande número de contribuintes. Além disso, visto que as vantagens resultantes dos êxitos são benefícios gerais, não é contrário à equidade que o sacrifício a cujo preço foram alcançados seja suportado por todos.

serão guardados os de Olivier de Serres, pai da agricultura francesa, o primeiro a ter uma fazenda experimental; os de Duhamel e de Malesherbes, a quem a França deve tantos vegetais úteis que foram aclimatados aqui; o de Lavoisier, a quem se deve, na Química principalmente, uma revolução que produziu muitas revoluções importantes nas artes; e, finalmente, os nomes de muitos hábeis viajantes modernos, pois as viagens podem ser consideradas como experiências industriais.

tar-lhes a força; e, sob muitos aspectos, ambos constituem apenas meios de obter o concurso dos agentes naturais.¹ Seu resultado consiste evidentemente em dar menos trabalho para obter a mesma quantidade de utilidade², ou, o que dá no mesmo, obter mais utilidade pela mesma quantidade de trabalho humano. Os utensílios e as máquinas estendem o poder do homem pondo os corpos e as forças físicas a serviço de sua inteligência; os maiores progressos da indústria consistem no seu emprego.

A introdução das mais preciosas novidades vem sempre acompanhada de alguns inconvenientes; certos interesses sempre estão ligados ao emprego de um método viciado, sendo então contrariados pela adoção de um método melhor. Quando uma nova máquina ou, em geral, um processo expeditivo qualquer substitui um trabalho humano já em atividade, uma parte dos braços industriais cujo serviço é utilmente substituído fica momentaneamente sem emprego. Daí foram tirados argumentos bastante graves contra o emprego das máquinas; em vários lugares, elas foram repelidas pelo furor popular e até por atos da administração. Seria loucura, entretanto, recusar melhoramentos que, a partir de então, favorecerão sempre à humanidade por causa dos inconvenientes que poderiam apresentar na origem; inconvenientes, de resto, atenuados pelas circunstâncias que ordinariamente os acompanham.

1) É com lentidão que surgem as novas máquinas e seu uso se estende também lentamente, o que dá aos trabalhadores, cujos interesses podem ser por elas afetados, a oportunidade de tomarem suas precauções e, à administração, o tempo de preparar remédios.³

2) A instalação das máquinas requer muitos trabalhos, os quais fornecem emprego às pessoas laboriosas, cujas ocupações elas podem destruir. Se o trabalho dos carregadores de água empregados numa grande cidade for substituído por uma máquina hidráulica, será preciso, por exemplo, pelo menos durante certo tempo, dar ocupação aos operários carpinteiros, pedreiros, ferreiros, aos que fazem terraplenagem, os quais construirão os edifícios, depois instalarão os encanamentos, as ramificações etc.

3) A situação do consumidor e, por conseguinte, da classe operária que sofre, melhora com a queda do valor do próprio produto para o qual ela concorria.

Além disso, seria vão pretender evitar o mal passageiro que pode resultar da invenção de uma nova máquina pela proibição de seu uso. Se vantajosa, ela já está ou será instalada em algum lugar; seus produtos serão menos caros do que os que os operários continuarão a criar laboriosamente e, cedo ou tarde, o baixo preço terminará, necessariamente por tirar desses operários seus consumidores e seu

¹ Generalizando ainda mais, podemos, se quisermos, imaginar uma terra como uma grande máquina mediante a qual fabricamos trigo, máquina esta que reativamos pelo cultivo. Podemos também imaginar um rebanho como uma máquina para fazer carne ou lã. Mas, em tais casos, a máquina não pode ser substituída por nenhuma quantidade de trabalho humano.

² Não se deve perder de vista, ao longo deste livro, o sentido da palavra *utilidade*: é a faculdade, dada às coisas, de poder satisfazer qualquer uma dessas necessidades da humanidade.

³ Sem restringir, por algum tempo e em certos lugares, o emprego de novos processos e de novas máquinas, o que seria uma violação da propriedade adquirida pela invenção e construção das máquinas, uma administração cuidadosa pode, antecipadamente, assegurar ocupação para os braços desocupados, quer realizando, a seus próprios custos, empreendimentos de utilidade pública, como um canal, uma estrada, um grande edifício, quer provocando uma colonização, uma translação de população de um lugar para outro. O emprego dos braços que uma máquina deixa sem ocupação é bastante fácil, tanto mais que, de hábito, trata-se de braços acostumados ao trabalho.

trabalho. Se os que fiavam algodão em roca, que quebraram as máquinas de fiação introduzidas em 1789 na Normandia, tivessem mantido a mesma atitude, teria sido necessário renunciar a fabricar tecidos de algodão em nosso país. Todos eles deveriam vir de fora ou ser substituídos por outros tecidos; e os fiandeiros da Normandia, cuja maioria, contudo, terminou por ser ocupada nas grandes fiações, teriam ficado ainda mais privados de ocupação.

Isso quanto ao efeito próximo resultante da introdução das novas máquinas. Quanto ao efeito posterior, esse é totalmente favorável às máquinas.

Portanto, se, por meio delas, o homem realiza uma conquista sobre a natureza, obrigando as forças naturais, as diversas propriedades dos agentes naturais, a trabalharem para sua utilidade, o ganho é evidente. Sempre há aumento de produto ou diminuição de custos de produção. Se o preço venal do produto não baixa, essa conquista beneficia o produtor sem nada custar ao consumidor. Se o preço baixa, o consumidor tira proveito de todo o montante da baixa, sem que isso se faça às expensas do produtor.

Em geral, a multiplicação de produto faz baixar seu preço; o baixo preço amplia seu uso, e sua produção, embora tenha se tornado mais rápida, não demora a ocupar um número de trabalhadores maior do que anteriormente. Não há dúvida de que o trabalho nas fábricas de algodão ocupa hoje um maior número de braços na Inglaterra, na França e na Alemanha do que antes da introdução das máquinas, as quais abreviaram e aperfeiçoaram singularmente esse trabalho.

Um exemplo bem marcante ainda desse mesmo efeito é dado pela máquina que serve para multiplicar rapidamente as cópias de um mesmo texto; refiro-me à imprensa.

Não me refiro à influência que teve a imprensa no aperfeiçoamento dos conhecimentos humanos e sobre a civilização; quero considerá-la apenas como manufatura e sob seus aspectos econômicos. No momento em que foi empregada, um grande número de copistas viram-se desocupados, pois se pode estimar que um único operário gráfico faz um serviço igual ao de duzentos copistas. É forçoso então pensar que 199 entre duzentos operários ficaram sem emprego. Pois bem, a maior facilidade de ler as obras impressas, em comparação com as manuscritas, o reduzido preço alcançado pelos livros, o estímulo que essa invenção deu aos autores para redigirem livros em muito maior número, seja de instrução, seja de divertimento, todas essas causas fizeram com que, ao fim de muito pouco tempo, houvesse um maior número de operários gráficos empregados do que o número de copistas antes existente. E se atualmente fosse possível calcular com exatidão, não somente o número de gráficos, mas ainda dos industriais que a imprensa põe a trabalhar, tais como os que gravam caracteres, os que os fundem, os fabricantes de papel, os transportadores, os revisores, os encadernadores, os livreiros, constataríamos talvez que o número de pessoas ocupadas pela fabricação dos livros é cem vezes maior do que o que ela ocupava antes da invenção da imprensa.

Permitam-me acrescentar aqui se, ao compararmos globalmente o emprego de braços com o emprego de máquinas — e mesmo na hipótese extrema em que as máquinas viessem a substituir quase todo o trabalho manual — nem por isso o número de homens se reduziria, uma vez que a soma das produções não diminuiria e, além disso, a classe indigente e laboriosa teria, talvez, menos sofrimentos a temer. Nesse caso, com efeito, nas flutuações que, por momentos, fazem sofrer os diversos ramos da indústria, seriam principalmente as máquinas, isto é, os capitais, que, mais do que os braços, mais do que os homens, ficariam desempregados. Ora, máquinas não morrem de fome; elas deixam de trazer lucro a seus empresários que, em geral, estão menos perto da necessidade do que os simples operários.

Todavia, seja qual for a vantagem que, afinal de contas, o uso de uma nova

máquina presente para a classe dos empresários e mesmo para a dos operários, são os consumidores que dele tiram o principal proveito; e é sempre a classe essencial por ser a mais numerosa, visto que nela se enquadram os produtores de toda espécie, e que a felicidade dessa classe, composta de todas as outras, constitui o bem-estar geral, o estado de prosperidade de um país.⁴ Afirmei que são os consumidores que tiram o principal proveito das máquinas; com efeito, nada mais justo que os seus inventores gozem exclusivamente, durante alguns anos, do fruto da sua descoberta, mas não se tem notícia de um caso em que o segredo tenha podido ser guardado por muito tempo. Tudo acaba por se saber, principalmente aquilo que o interesse pessoal estimula a descobrir e aquilo que se é obrigado a confiar à discricção dos muitos indivíduos que constroem a máquina ou que dela se servem. Por conseguinte, a concorrência abate do valor do produto toda a economia que é feita sobre os custos de produção; é então que começa o lucro do consumidor. A moagem do trigo provavelmente não dá aos moleiros de hoje mais do que aos de ontem; mas custa bem menos aos consumidores.

O baixo preço não é a única vantagem que a introdução dos processos rápidos propicia aos consumidores: com isso, eles também ganham em geral mais perfeição nos produtos. Pintores podiam executar com o pincel os desenhos que ornamentam nossos tecidos indianos, nossos papéis de parede. As pranchas impressoras, porém, os rolos que empregamos nesse uso, dão aos desenhos uma regularidade e às cores uma uniformidade que nem mesmo o mais hábil artista poderia jamais atingir.

Continuando essa investigação em todas as artes industriais, veríamos que a maior parte das máquinas não se limita a substituir simplesmente o trabalho do homem mas que elas oferecem um produto realmente novo ao imprimirem-lhe perfeição. O balancim e o laminador realizam produtos que nem a arte nem os cuidados do mais hábil operário jamais realizariam sem essas máquinas poderosas.

As máquinas, enfim, fazem mais ainda: elas multiplicam até mesmo os produtos aos quais se aplicam. Talvez não acreditássemos, se não nos dêssemos ao trabalho de refletir sobre isso, que o arado cilíndrico, a charrua e outras máquinas desse tipo, cuja origem se perde na noite dos tempos, concorreram poderosamente para suprir o homem de grande parte não só das necessidades da vida, mas dos supérfluos dos quais ele agora frui e cuja idéia, provavelmente, sem esses instrumentos, ele sequer teria concebido. No entanto, se os diversos tratos reclamados pelo solo só pudessem ser oferecidos por meio da enxada, da pá e de outros instrumentos tão pouco rápidos quanto elas; se não pudéssemos trazer para esse trabalho o concurso dos animais que, considerados em Economia Política, são uma espécie de máquina, é provável que seria preciso, para obter os gêneros alimentícios que sustentam nossa população atual, empregar a totalidade dos braços atualmente aplicados nas artes industriais. O arado, portanto, permitiu que certo número de pessoas se dedicasse às artes, mesmo às mais fúteis, e, o que é melhor ainda, à cultura das faculdades do espírito.

Os antigos não conheciam os moinhos; no tempo deles, eram os homens que trituravam o trigo com que se fazia o pão. Estima-se que a queda d'água que faz funcionar um moinho equivale à força de cento e cinquenta homens. Ora, os 150 homens que os antigos eram forçados a empregar a mais do que nós em lugar de

⁴ Embora possa parecer paradoxal, não é menos verdade que, de todas, é a classe operária a mais interessada no sucesso dos progressos que poupam a mão-de-obra, pois é ela, a classe indigente, a que mais aproveita do baixo preço das mercadorias e a que mais sofre com a carestia. Se ainda fôssemos apenas capazes de transformar o trigo em farinha pela força das mãos, o operário certamente teria mais dificuldades em alcançar o preço do pão, e se não tivesse inventado o ofício de tricotar, ele não usaria meias.

cada um dos nossos moinhos⁵ podem, em nossos dias tanto quanto antigamente, encontrar um meio de subsistência, uma vez que o moinho não diminuiu os produtos da sociedade; e que, ao mesmo tempo, sua indústria pode aplicar-se a criar outros produtos que ela dá em troca do produto do moinho, multiplicando assim a massa das riquezas.⁶

⁵ No canto XX da *Odisséia*, vemos doze mulheres ocupadas diariamente na moagem do grão necessário ao consumo do palácio de Ulisses; e esse palácio não é apresentado como sendo maior do que a casa de um particular opulento de nossos dias.

⁶ Depois da 3.^a edição desta obra, De Sismondi publicou um livro intitulado *Novos Principios de Economia Política*, no qual insiste (Livro Sétimo. Cap. VII) sobre os inconvenientes apresentados pela introdução das máquinas que substituem o trabalho humano. Esse apreciado autor, excessivamente impressionado por inconvenientes passageiros, ignora as vantagens duradouras das máquinas, parecendo até ficar alheio aos princípios de Economia Política que estabelecem de maneira rigorosa essas mesmas vantagens.

Vantagens, Inconvenientes e Limites que se Encontram na Separação dos Trabalhos

Já observamos que, via de regra, não é a mesma pessoa que se encarrega das diferentes operações, cujo conjunto compõe uma mesma indústria: na maioria dos casos, essas operações exigem talentos diversos e, cada uma delas, trabalhos de tal monta que bastam para ocupar integralmente um homem. Há mesmo algumas dessas operações que se dividem em vários ramos, cada um dos quais basta para ocupar todo o tempo e toda a atenção de uma pessoa.

Assim, o estudo da Natureza se divide entre o químico, o botânico, o astrônomo e várias outras classes de cientistas.

É assim também que, quando se trata da aplicação dos conhecimentos do homem às suas necessidades, por exemplo, na indústria manufatureira, verificamos que os tecidos, as louças, os móveis, as quinquilharias etc., ocupam um número correspondente de diferentes classes de fabricantes.

Enfim, no trabalho manual de cada indústria, há muitas vezes tantas classes de operários quantas há de trabalhos diferentes. Para fazer o tecido de uma roupa, foi necessário ocupar fiandeiras, tecelões, operários que executam a fula, tosqueadores, tintureiros e vários outros tipos de operários, cada um deles executando sempre a mesma operação.

O célebre Adam Smith foi o primeiro a observar que é a essa separação dos diferentes trabalhos que se deve um prodigioso aumento na produção e uma maior perfeição nos produtos.¹ Ele cita como exemplo, entre muitos outros, a fabri-

¹ No artigo "Art" da *Encyclopédie*, Diderot dissera: "Para a rapidez do trabalho e a perfeição da obra, elas dependem totalmente do número de operários reunidos. Quando uma manufatura é numerosa, cada operação ocupa um homem diferente. Tal operário só fez e só fará, durante toda a sua vida, uma só e única coisa; tal outro, uma outra coisa: daí resulta que cada um trabalhe bem e rapidamente e que o produto mais bem feito é também o que se tem mais barato".

Beccaria, num curso público de Economia Política, que proferiu em Milão em 1769, havia observado, antes da publicação da obra de Smith, que a separação dos trabalhos favorecia a multiplicação dos produtos. Suas palavras foram as seguintes: "*Ciascuno prova coll' esperienza, che applicando la mano e l'ingegno sempre allo stesso genere di opere e di prodotti, egli più facile, più abbondante e miglior ne trova i risultati, di quello che se ciascuno isolatamente le cose tutte a se necessarie soltanto facesse. Onde altri pascono le pecore, altri ne cardano le lane, altri le tessono; chi coltiva biade, chi ne fa il pane, chi veste, chi fabbrica agli agricoltori e lavoranti, crescendo e concatenandosi le arti, e dividendosi in tal maniera per la commune e privata utilità gli uomini in varie classi e condizioni*". "Todos sabem, por experiência própria, que, aplicando suas mãos e seu espírito sempre ao mesmo tipo de trabalho e de produtos, obtêm-se resultados mais fáceis, mais abundantes e melhores do que se cada um fizesse sozinho as coisas de que necessita. É por

cação dos alfinetes. Cada um dos operários que se ocupa desse trabalho nunca faz mais do que uma parte do alfinete. Um passa o latão no laminador, um outro o corta e um terceiro aguça as pontas; só a cabeça do alfinete requer duas ou três operações distintas, executadas por um número correspondente de pessoas diferentes.

Por meio dessa separação de ocupações diversas, uma manufatura bastante mal montada e onde trabalhavam apenas dez operários era capaz de fabricar diariamente, segundo Smith, 48 mil alfinetes.

Se cada um desses dez operários fosse obrigado a fazer alfinetes um depois do outro, começando pela primeira operação e terminando pela última, não poderia terminar talvez mais do que vinte por dia, e os dez operários, em vez de 48 mil, fariam apenas 200.

Smith atribui esse prodigioso efeito a três causas.

Primeira causa — O espírito e o corpo adquirem uma singular habilidade nas ocupações simples e freqüentemente repetidas. Em várias fabricações, a rapidez com que certas operações são executadas ultrapassa tudo o que se poderia esperar da destreza humana.

Segunda causa — Evita-se perder tempo na passagem de uma ocupação a outra, na troca de lugar, de posição e de utensílios. A atenção, sempre preguiçosa, não se obriga a esse esforço sempre necessário de voltar-se para um novo objeto e dele se ocupar.

Terceira causa — Foi a separação das ocupações que levou a descobrir os processos mais rápidos; ela reduziu, de maneira natural, cada operação a uma tarefa bem simples e continuamente repetida; ora, são essas tarefas as que conseguimos mais facilmente fazer com que sejam executadas por utensílios ou máquinas.

De resto, os homens encontram bem mais facilmente as maneiras de atingir certo fim quando esse fim está próximo e quando sua atenção está sempre voltada para um mesmo ponto. A maioria das descobertas, mesmo as feitas pelos cientistas, devem ser originalmente atribuídas à subdivisão dos trabalhos, uma vez que é em consequência dessa subdivisão que alguns homens se ocuparam de alguns ramos do conhecimento, à exclusão de todos os demais, o que lhes permitiu levar bem mais adiante o seu estudo.²

Assim, os conhecimentos necessários para a prosperidade da indústria comercial, por exemplo, tomam-se bem mais aperfeiçoados quando são homens diferentes que estudam:

Um, a Geografia, para conhecer a situação dos Estados e seus produtos;

outro, a Política, para conhecer o que se refere às suas leis, aos seus costumes, e quais são os inconvenientes ou os benefícios que se devem esperar nas transações com eles;

essa razão que não são as mesmas pessoas que apascentam as ovelhas, que cardam a lã e que a tecem: uns cultivam trigo, outros fazem pão; outros ainda fazem roupas ou construções para os agricultores ou para os artesãos; e é assim que se coordenam e se multiplicam as artes e que os homens se separam em condições diversas para a utilidade pública e particular."

Apesar disso, eu atribuí a Smith o mérito da idéia sobre a separação das ocupações, pois é ele quem melhor explicou sua importância e as consequências que dela se pode tirar.

² Embora seja a separação dos trabalhos que se devem várias descobertas importantes nas artes, não é a ela que devemos os produtos que resultaram e que sempre resultarão dessas descobertas. Como foi estabelecido acima, a multiplicação desses produtos se deve ao poder produtivo dos agentes naturais, seja qual for a ocasião pela qual se chegou a saber empregá-los.

outro, a Geometria, a Mecânica, para determinar a melhor forma dos navios, dos carros, das máquinas;

outro, a Astronomia, a Física, para navegar com sucesso etc.

Quando se trata da parte da aplicação na mesma indústria comercial, sente-se que ela será mais perfeita quando são negociantes diferentes que fazem o comércio de uma província para outra, o comércio do Mediterrâneo, o das Índias Orientais, o da América, o comércio varejista etc.

Isso, em absoluto, não impede de cumular as operações que não são incompatíveis, sobretudo aquelas que se apóiam mutuamente. Não são dois negociantes diferentes que transportam para um mesmo país os produtos que esse país consome e que daí trazem os produtos que ele fornece, porque uma dessas operações não exclui a outra, ambas podendo, ao contrário, ser executadas apoiando-se mutuamente.

Multiplicando os produtos em relação aos custos de produção, a separação dos trabalhos pode oferecê-los mais baratos. Obrigado pela concorrência a abater de seu preço todo o montante da economia que resulta dessa separação, o produtor lucra muito menos do que o consumidor; e quando o consumidor põe obstáculos a essa divisão, é a si mesmo que está prejudicando.

Um alfaiate que pretendesse, além de suas roupas, fazer também seus sapatos, arruinar-se-ia com toda certeza.

Há pessoas que, no que lhes concerne, exercem as funções do comerciante a fim de evitar de pagar-lhes os lucros costumeiros de sua indústria; pretendem, dizem elas, embolsar esses benefícios. Calculam mal: a separação dos trabalhos permite ao comerciante executar esse trabalho para essas pessoas, a um custo mais baixo do que elas próprias podem fazê-lo. Calculem, eu lhes diria, o trabalho que tiveram, o tempo que perderam, os gastos inúteis, sempre mais consideráveis, proporcionalmente, nas pequenas operações do que nas grandes; e verifiquem se o que tudo isso custa não excede os 2 ou 3% que seriam poupados sobre um mediocre objeto de consumo; supondo-se ainda, é claro, que esse benefício não lhes tenha sido subtraído pela cupidez do agricultor ou do manufator com quem vocês trataram diretamente e que certamente se terão aproveitado de sua inexperiência.

A não ser em circunstâncias muito especiais, não convém nem mesmo ao agricultor e ao manufator competir com o comerciante, procurando vender sem intermediário seus produtos ao consumidor. Desviar-se-iam de seus cuidados costumeiros, perdendo um tempo que podem empregar mais utilmente em seu negócio principal; deveriam sustentar pessoas, cavalos, carroças, cujos custos ultrapassariam os benefícios do negociante, em geral muito reduzidos pela concorrência.

Só em certos produtos pode-se fruir das vantagens ligadas à subdivisão dos trabalhos e só quando o consumo dos produtos vai além de um determinado ponto.

Dez operários podem fabricar 48 mil alfinetes num dia, mas isso só pode ocorrer onde é consumido diariamente um tal número de alfinetes. Com efeito, para que a divisão vá até esse ponto, é preciso que um único operário se ocupe exclusivamente da tarefa de aguçar as pontas dos alfinetes enquanto cada um dos outros operários se ocupa de uma outra parte da fabricação. Se o país em questão só precisasse de 24 mil alfinetes por dia, seria então necessário que o operário perdesse uma parte de sua jornada ou que mudasse de ocupação. Nesse caso, a divisão do trabalho não mais seria tão grande.

Por essa razão, ela só pode ser levada às últimas conseqüências quando os produtos podem ser transportados para longe, a fim de aumentar o número dos seus consumidores, ou quando ela se realiza numa grande cidade que, sozinha, apresente um grande consumo. É pela mesma razão que vários tipos de trabalhos,

que devem ser consumidos ao mesmo tempo que produzidos, são executados por uma mesma mão nos lugares em que a população é limitada.

Numa pequena cidade, num vilarejo, é muitas vezes a mesma pessoa que faz o ofício de barbeiro, de cirurgião, de médico e de farmacêutico, ao passo que, numa cidade grande, não somente essas ocupações são exercidas por mãos diferentes, como também uma delas, a de cirurgião, por exemplo, subdivide-se em muitas outras, e é só aí que encontramos dentistas, oculistas, parteiros, os quais, exercendo uma única parte de uma ampla arte, nela se tornam muito mais hábeis do que jamais poderiam sê-lo sem essa circunstância.

O mesmo ocorre com a indústria comercial. Tomem um vendedor de especiarias num vilarejo: o limitado consumo de seus artigos obriga-o a ser ao mesmo tempo merceiro, vendedor de papel, dono de bar, talvez até escrivão público, quem sabe!; ao passo que, nas grandes cidades, não apenas a venda dessas especiarias, mas mesmo de um único artigo, basta para manter um comércio. Em Amsterdam, em Londres e em Paris há lojas em que não se vende outra coisa além de chá, ou óleos, ou vinagres; por isso, cada uma dessas lojas é muito melhor sortida desses diferentes artigos do que as lojas em que se vende, ao mesmo tempo, grande número de objetos diferentes.

Assim é que, num país rico e populoso, o transportador, o atacadista, o meio-atacadista e o varejista exercem diferentes partes da indústria comercial, trazendo-lhe maior perfeição e economia. Maior economia, embora todos ganhem; e, se não bastassem as explicações dadas, a experiência nos daria seu testemunho irrecusável, pois é nos lugares em que todos os ramos da indústria comercial estão divididos entre um maior número de mãos que o consumidor compra mais barato. Não se obtém num vilarejo um artigo da mesma qualidade e vindo da mesma distância por um preço tão bom quanto numa grande cidade ou numa feira.

O reduzido consumo dos burgos e vilarejos não somente obriga os comerciantes a acumularem várias ocupações, mas é até insuficiente para que certos artigos se encontrem permanentemente à venda. Alguns só se encontram nos dias de mercado ou de feira; nesse único dia, são comprados para o consumo de toda a semana ou mesmo de todo o ano. Nos outros dias, o comerciante vai fazer seu comércio em outros locais ou então se ocupa de outra coisa. Num país muito rico e populoso, os consumos são suficientemente grandes para que o escoamento de um tipo de mercadoria ocupe uma profissão durante todos os dias da semana. As feiras e mercados fazem parte de um estágio ainda pouco avançado de prosperidade pública, assim como o comércio por caravanas faz parte de um estágio ainda pouco avançado de relações comerciais, embora esse tipo de relação seja melhor do que nada.³

Do fato de que, necessariamente, é preciso um consumo considerável para que a separação das ocupações seja levada às suas últimas conseqüências, resulta que ela não pode ser introduzida na fabricação dos produtos que, pelo seu alto pre-

³ Nossos mercados do campo não somente indicam que o consumo de certos objetos se arrasta, mas basta percorrê-los para ver quão limitado é o número de produtos que aí se vendem e quão grosseira é sua qualidade. No que se refere a produtos diferentes dos produtos rurais da região, só encontramos nesses mercados alguns utensílios, tecidos, mercearias e quinquilharias das mais inferiores qualidades. Num estado de prosperidade mais avançada, encontraríamos aí algumas das coisas que contribuem para a satisfação das necessidades de uma vida um pouco mais refinada: móveis mais cômodos e menos desleigos; tecidos mais finos e mais variados; algumas iguarias um pouco mais caras, seja em razão de seu preparo, seja em razão da distância de onde seriam trazidas; alguns objetos de instrução ou de diversão mais delicados e outros livros que não apenas os livros de devoção ou os almanaques de feiticeiros etc. Num estado ainda mais avançado, o consumo de todas essas coisas seria suficientemente corriqueiro e extenso para que encontrássemos lojas permanentemente abertas e sortidas desses diferentes produtos. Em algumas partes da Europa, encontram-se exemplos desse grau de riqueza nos campos, particularmente em algumas regiões da Inglaterra, da Holanda e da Alemanha.

ço, encontram-se apenas ao alcance de um reduzido número de compradores. Essa separação se reduz a muito pouco na joalheria, sobretudo na joalheria sofisticada; e, como vimos que ela constitui uma das causas da descoberta e da aplicação de processos engenhosos, ocorre que é justamente nas produções de um trabalho mais fino que tais processos são mais raramente encontrados. Visitando a oficina de um lapidador, ficaremos surpresos com a riqueza dos materiais, com a paciência e a destreza do artífice; mas é nas oficinas em que se preparam em grande quantidade as coisas de uso comum que ficaremos surpreendidos com um método imaginado com felicidade para tornar a fabricação mais rápida e mais perfeita. Vendendo um colar feito de filetes, teremos uma idéia aproximada do instrumento no qual ele foi trançado, da paciência do operário, das pequenas pinças que ele usou; vendendo, porém, um cordão feito de fibras, poucas pessoas imaginam que ele tenha sido fabricado por um cavalo cego ou por uma corrente de água, o que no entanto acontece.

Das três, é a indústria agrícola a que menos admite divisão nos trabalhos. Um grande número de cultivadores não poderia reunir-se num mesmo lugar para, juntos, concorrerem para a fabricação de um mesmo produto. A terra que postulam se estende sobre todo o globo, forçando-os a se manterem a grandes distâncias uns dos outros. Além disso, a agricultura não admite a continuidade de uma mesma operação. Um mesmo homem não poderia lavrar o ano inteiro enquanto outro colhesse todo o tempo. Finalmente, é raro que alguém possa dedicar-se a uma mesma cultura em toda a superfície de sua terra e mantê-la durante muitos anos consecutivos; a terra não o suportaria; e, se a cultura fosse uniforme por toda a extensão de uma propriedade, os tratamentos a serem dados às terras e às colheitas cairiam nas mesmas épocas, ao passo que em outros momentos, os operários ficariam ociosos.⁴

A natureza dos trabalhos e dos produtos do campo faz ainda com que seja conveniente ao próprio cultivador produzir os legumes, as frutas, os animais e até uma parte dos instrumentos e das construções que servem ao consumo de sua casa, embora essas produções, por outro lado, sejam objeto dos trabalhos exclusivos de várias profissões.

Naqueles tipos de indústrias que se exercem em oficinas e nos quais o mesmo operário cuida de todas as etapas de um produto, não é possível, sem grandes capitais, subdividir muito suas operações. Essa subdivisão exige maiores adiantamentos em salários, em matérias-primas e em instrumentos. Se dezoito operários fizessem apenas 20 alfinetes cada um, isto é, 360 alfinetes de cada vez, não pesando mais do que 1 onça, bastaria para ocupá-los 1 onça de cobre sucessivamente renovada. Mas se, por meio da separação das ocupações, os dezoito operários fizerem por dia, como acabamos de ver, 86 400 alfinetes, a matéria-prima necessária para ocupar esses dezoito operários deverá ter sempre o peso de 240 onças; ela exigirá, portanto, um adiantamento maior. E se considerarmos que se passam talvez dois ou três meses desde o momento em que o manufator compra o cobre até aquele em que ele recobra esse adiantamento pela venda dos alfinetes, perceberemos que ele está obrigado, a fim de fornecer ocupação constante a seus operários, a ter

⁴ Na agricultura não se encontram, em geral, empresas tão consideráveis como no comércio e nas manufaturas. Via de regra, um arrendatário ou um proprietário não explora mais do que 400 ou 500 acres, exploração essa que, com relação à importância dos capitais e à grandeza dos produtos, não ultrapassa a de um manufator medíocre. Isso se deve a várias causas, principalmente à extensão do espaço que essa indústria exige; à acumulação dos produtos, que não podem vir de muito longe para a sede da empresa nem ir procurar mercados muito distantes; à natureza mesma da indústria, que não permite que o empresário fixe nenhuma ordem constante e uniforme, exigindo-lhe uma série de juízos parciais em razão da diferença das culturas, das rotações dos cultivos, dos adubos, da variedade das ocupações de um mesmo operário, diferença essa que depende das estações, das próprias vicissitudes do tempo etc.

60 ou 80 vezes 240 onças de cobre em diferentes estágios de fabricação e que a porção de seu capital, ocupada apenas por essa matéria-prima, deve, por conseguinte, ser igual ao valor do peso de 200 libras de metal de cobre. Enfim, a separação das ocupações só pode ocorrer mediante vários instrumentos e máquinas que constituem uma parte importante do capital. Por isso, freqüentemente constatamos, nos países pobres, que o mesmo trabalhador começa e termina todas as operações que um mesmo produto exige, por falta de um capital suficiente para separar convenientemente as operações.

Não se deve pensar, no entanto, que a separação dos trabalhos só possa ocorrer mediante os capitais de um único empresário e nos limites de um mesmo estabelecimento. Nem tudo o que é necessário para um par de botas é providenciado apenas pelo sapateiro, mas também pelos que alimentam o gado, pelo curtidor, pelos cordoeiros, por todos aqueles que, direta ou indiretamente, fornecem alguma matéria ou utensílio próprios à fabricação das botas; e, embora exista uma subdivisão de trabalho bastante grande na confecção desse produto, a maioria dos produtores concorre para isso com capitais bem reduzidos.

Depois de examinar as vantagens e os limites da subdivisão dos diferentes trabalhos da indústria, convém, para se ter uma visão completa da questão, assinalar os inconvenientes que ela traz como consequência.

Um homem que durante toda a sua vida executa uma única operação chega certamente a executá-la melhor e mais rapidamente que um outro; ao mesmo tempo, porém, torna-se menos apto a qualquer outra ocupação, quer física, quer moral; suas outras faculdades se apagam, daí resultando uma degenerescência do homem considerado individualmente. É triste dar-se conta de nunca ter feito mais do que a décima oitava parte de um alfinete; e não se deve pensar que o operário, aquele que durante toda sua vida maneja uma lima ou um martelo, é o único que vê assim degenerada a dignidade de sua natureza: o mesmo ocorre com quem, por profissão, exerce as mais puras faculdades do espírito. É certamente em consequência da separação das ocupações que, junto aos tribunais, há procuradores cuja única ocupação consiste em representar as partes e em seguir para elas todos os detalhes do processo. Em geral não se desconhece nesses causídicos nem a habilidade nem a presença de espírito nas coisas que dizem respeito ao seu ofício; apesar disso, mesmo entre os mais hábeis procuradores, há quem ignore os procedimentos mais simples das artes que ele emprega a cada instante: se precisar consertar um móvel dos mais simples, não saberá nem por onde começar; não saberá nem mesmo pregar um prego sem provocar risos no mais medíocre aprendiz; e, se se tratar de uma situação mais importante, por exemplo, salvar a vida de um amigo que se afoga, preservar sua cidade das emboscadas do inimigo, encontrará as maiores dificuldades, ao passo que um rude camponês, o habitante de um país quase selvagem sairá honrosamente dessa situação.

Na classe dos operários, essa incapacidade para mais de um emprego faz com que a condição dos trabalhadores se torne mais dura, mais fastidiosa e menos lucrativa. É menos fácil para eles reclamar uma parte equitativa no valor total do produto. O operário cujos braços realizam um ofício completo pode ir a qualquer lugar exercer sua indústria e encontrar meios de subsistir; o outro é apenas um acessório que, separado de seus confrades, não tem mais capacidade nem independência, vendo-se então forçado a aceitar a lei que julgam cabível lhe impor.

Em suma, pode-se dizer que a separação dos trabalhos constitui um hábil emprego das forças do homem; que ela aumenta, conseqüentemente, os produtos da sociedade, isto é, seu poder e suas fruições, mas que ela tira alguma coisa da capacidade de cada homem considerado individualmente.

Esse inconveniente, de resto, é amplamente compensado pelas facilidades

que uma civilização mais avançada propicia a todos os homens para o aperfeiçoamento de sua inteligência e de suas qualidades morais. A instrução da primeira infância posta ao alcance das famílias de operários, a instrução que eles podem encontrar em livros baratos e essa massa de luzes que circula permanentemente no interior de uma nação civilizada e industriosa, não permitem que nenhum de seus membros se embruteça somente pela natureza de seu trabalho. Um operário, aliás, não está permanentemente ocupado na sua profissão; necessariamente, ele passa uma parte de seus momentos em suas refeições e seus dias de repouso no seio da família. Se ele se entrega a vícios que embrutecem, deve-se atribuí-los mais às instituições sociais do que à natureza de seu trabalho.

Os Diferentes Modos de Exercer a Indústria Comercial e como Eles Concorrem para a Produção

Os artigos não surgem todos em qualquer lugar indiferentemente. Os que são produto do solo dependem das qualidades do solo e do clima, que variam de um lugar para outro. Os que são produto da indústria só surgem em certos locais mais favoráveis à sua fabricação.

Disso resulta que, em locais onde não *crecem* naturalmente (e não esqueçamos que eu aplico essa palavra tanto às produções da indústria quanto às produções do solo), para que esses artigos cheguem a esses locais, para que aí se encontrem inteiramente acabados, para que se encontrem no ponto de serem consumidos, falta-lhes ainda uma feitura e essa feitura consiste em serem transportados a esses lugares.

Ela é objeto da indústria que chamamos de comercial.

Os negociantes que vão buscar ou que fazem vir mercadorias¹ do estrangeiro e que transportam ou enviam mercadorias para o estrangeiro fazem o *comércio exterior*.

Os que compram mercadorias de seus próprios países para revendê-las nesses mesmos países fazem o *comércio interior*.

Aqueles que compram mercadorias em grandes quantidades para revendê-las aos pequenos comerciantes fazem o comércio atacadista. Os que as compram por atacado para revendê-las aos consumidores fazem o comércio varejista.

O banqueiro é aquele que recebe ou paga em lugar de outro ou então fornece letras de câmbio pagáveis em lugares diferentes daqueles em que está; isso leva ao comércio do ouro e do dinheiro.

O representante comercial é quem procura compradores para o vendedor e vendedores para os compradores.

Todos eles fazem o comércio, todos eles exercem uma indústria que tende a aproximar o produto do consumidor. O retalhista que vende pimenta por onça faz um comércio tão indispensável para o consumidor quanto o negociante que, para comprar pimenta, envia um navio às Molucas. Ora, se essas diversas funções não são exercidas pelo mesmo comerciante, é porque elas o são mais comodamente e

¹ Chama-se *mercadoria* um produto que se compra com o objetivo de revendê-lo, e *artigo*, um produto que se compra para consumir.

a custos mais baixos por vários. Desenvolver os processos de todas essas indústrias seria objeto de um *Tratado do Comércio*.² Na presente obra, devemos apenas investigar de que maneira e até que ponto elas influenciam a produção dos valores.

No Livro Segundo, veremos como a demanda de um produto, baseada na utilidade deste, acha-se limitada pela extensão dos custos de produção e sob que princípio seu valor se estabelece em cada local. Por enquanto, basta-nos, a fim de compreender o que se refere ao comércio, considerar o valor do produto como uma *quantidade dada*. Assim, sem examinar ainda por que o óleo de oliva custa 30 cêntimos a libra em Marselha e 40 cêntimos em Paris, direi apenas que quem o traz de Marselha a Paris aumenta 10 cêntimos o valor de cada libra de óleo.

Mas não devemos pensar que seu valor intrínseco não seja aumentado com isso; ele o é de maneira bem real, assim como o valor intrínseco do dinheiro é maior em Paris do que em Lima.

Com efeito, o transporte das mercadorias não pode se realizar sem o concurso de diversos meios que, todos eles, também têm seu valor intrínseco e entre os quais o transporte propriamente dito nem sempre é o mais dispendioso. Não é preciso um estabelecimento comercial no local onde se estoca a mercadoria, um outro no local onde ela chega, além de armazéns e embalagens? Não são precisos capitais para fazer o adiantamento do valor da mercadoria? Não é preciso pagar os comissários de comércio, os seguradores, os representantes comerciais? Ora, todos esses serviços são verdadeiramente produtivos visto que, sem eles, é impossível para o consumidor fruir o produto e que, se supomos que a concorrência os reduziu à sua taxa mais baixa, nenhum outro meio poderia tornar mais barata a sua fruição.

No comércio, assim como na indústria manufatureira, a descoberta de um processo rápido ou econômico, um melhor emprego dos agentes naturais, como o de um canal em lugar de uma grande estrada, a destruição de um obstáculo, ou de um encarecimento produzido pela Natureza ou pelos homens — tudo isso diminui os custos de produção, propiciando ao consumidor um ganho que não custa nada ao produtor. Este então baixa seu preço sem nenhuma perda, visto que, se ele faz com que se pague menos, é por que está obrigado a dispendir menos. É por essa razão que as estradas, os canais, as pontes, a abolição das aduanas internas, dos pedágios, das concessões que não passam de pedágios, tudo enfim que favorece as comunicações internas favorece a riqueza de um país.

Os mesmos princípios que se aplicam ao comércio interno se aplicam ao comércio com o estrangeiro. O negociante que envia sedas à Alemanha, à Rússia, e que vende em Petersburgo uma braça de tecido a 8 francos que valem 6 francos em Lyon, cria um valor de 2 francos por braça. Se o mesmo negociante, em troca, traz peles da Rússia e se vende no Havre por 1 200 francos o que lhe custou em Riga 1 000 francos ou um valor equivalente a 1 000 francos, um novo valor de 200 francos terá sido criado e dividido pelos diversos agentes dessa produção, sejam quais forem as nações a que pertença e seja qual for sua importância nas funções produtivas, desde o grande negociante até o simples carregador de fardos.³ A nação francesa se enriquece com o que ganham nisso os industriais e os capitais franceses; a nação russa, com o que ganham os industriais e os capitais russos.

Poderia ser até uma nação diferente da França e da Rússia que lucre com o comércio mútuo dessas duas nações; e estas nada perderiam com isso, se seus industriais tivessem, em suas nações respectivas, outros empregos igualmente lucrati-

² Esse trabalho, não obstante o de Melon e o de Forbonnais, está ainda por fazer, pois ainda não se conhece muito bem o princípio e o resultado do comércio.

³ As proporções em que se faz habitualmente essa divisão encontram-se no Livro Segundo. Cap. VII.

vos para seu tempo e seus capitais. Ora, o fato de um comércio exterior ativo, quaisquer que sejam seus agentes, é extremamente próprio à animação da indústria nacional. Os chineses, que permitem que outras nações façam todo o comércio exterior, nem por isso deixam de obter lucros consideráveis, pois estes são suficientes para manter, num território cuja superfície é igual à da Europa, o dobro do número de habitantes que a Europa contém. Um comerciante cuja loja tem muitos clientes faz negócios tão bons quanto o mascate que vai pelo interior do país oferecendo suas vendas.⁴ Os ciúmes no comércio não passam de preconceitos, frutos selvagens que cairão por terra ao atingirem a maturidade.

Em qualquer país, o comércio exterior que se faz é pouco considerável se comparado com o comércio interno. Para convencer-se disso, basta observar, seja um aglomerado considerável, seja mesmo nas mais suntuosas mesas, quão módico é o valor das coisas trazidas de fora que ali se podem ver em comparação com o valor das coisas de proveniência nacional, sobretudo se entre estas compreendemos, como se deve fazer, o valor dos edifícios e de outras construções em que as pessoas habitam e que certamente são um produto nacional.⁵

Existe um comércio chamado de especulação e que consiste em comprar mercadorias num determinado momento, a fim de revendê-las, no mesmo local e intactas, numa época em que se acredita que elas serão vendidas mais caro. Mesmo esse comércio é produtivo: sua utilidade consiste em empregar capitais, entrepostos, cuidados de conservação, uma indústria enfim, no propósito de retirar de circulação uma mercadoria quando sua superabundância aviltá-la-ia, fazendo com que seu preço caísse aquém de seus custos de produção desencorajando, por conseguinte, sua produção, a fim de revendê-la quando ela se tornar muito rara e quando seu preço sendo elevado acima de sua taxa natural (os custos de produção), ela causaria perda a seus consumidores. Como se percebe, esse comércio tende a transportar, por assim dizer, a mercadoria de um tempo para outro, em vez de transportá-la de um lugar para outro. Se não dá lucro, esse comércio dá perda, o que é uma prova de que era inútil, de que a mercadoria não era muito abundante no momento em que fora comprada e de que não era muito rara no momento em que fora vendida. As operações desse gênero também foram chamadas de *comércio de reserva* e é boa essa denominação. Quando tendem a açambarcar todos os gêneros de uma mesma espécie a fim de se reservar seu monopólio e sua revenda a preços exagerados, chama-se a isso de *açambarcamentos*. Felizmente, elas são tanto mais difíceis quanto maior for o comércio do país e, por conseguinte, maior o número de mercadorias de todo tipo em circulação.

O comércio de transporte propriamente dito, aquele que Smith assim denomina (*carrying trade*), consiste em comprar mercadorias fora de seu próprio país, a fim de revendê-las fora de seu país. Pelas razões que expus quando falei do comércio exterior, essa indústria favorece não somente o negociante que a exerce, como também as duas nações em que vai exercê-la. Esse comércio convém pouco às nações em que os capitais são raros e que deles precisam para exercerem sua indústria nacional, que é a que merece ser favorecida preferencialmente. Os holandeses,

⁴ A esse respeito, algumas pessoas perguntam: *Por que não acrescentar a produção comercial à produção agrícola e manufatureira?* Pela mesma razão que faz com que um fabricante de tecidos mande tingir seus tecidos num tintureiro e, se tem capitais e tempo de sobra, encontre mais vantagens em ampliar sua fábrica do que em estabelecer uma tinturaria embolsando os lucros do tintureiro.

⁵ É impossível fazer sua avaliação exata, mesmo nos países em que os cálculos desse gênero são objeto de grande veneração. Tal avaliação, de resto, seria supérflua; além disso, as avaliações estatísticas, ainda que exatas, jamais são permanentes e em geral têm pouca utilidade em si mesmas. O que é realmente útil é conhecer bem os fatos gerais, as leis gerais, isto é, a cadeia que liga os efeitos às causas. Só isso pode nos indicar a conduta a tomar em cada situação em que nos encontramos. A estatística pode apenas fornecer à Economia Política exemplos destinados a fazer compreender ou a confirmar princípios que devem ser demonstrados sem ela. Ela não poderia fundamentar os princípios. Estes só podem ser fundados na natureza das coisas. A melhor estatística só nos faz conhecer a quantidade das coisas.

em épocas normais, exercem-no vantajosamente, pois têm população e capital superabundantes. Em tempos de paz, os franceses o exerceram com sucesso de um porto a outro do Levante, pois seus armadores podiam obter capitais em melhores condições do que os levantinos, encontrando-se, além disso, menos expostos, talvez, às humilhações de seu abominável Governo; os franceses foram sucedidos por outros e esse comércio de transporte, bem longe de ser funesto aos súditos do Turco, contribui, ao contrário, para manter o pouco de indústria que há nessas regiões.

Certos Governos, menos sábios sob esse aspecto do que o da Turquia, proibiram aos armadores estrangeiros o comércio de transporte em seus países. Ora, se os armadores nacionais pudessem fazer mais barato esse transporte do que os estrangeiros, seria supérfluo excluir os últimos; se os estrangeiros, ao contrário, pudessem fazê-lo mais barato, estaríamos nos privando voluntariamente do proveito que se obtém ao empregá-los.

Tomemos esse ponto mais visível mediante um exemplo.

O transporte de cânhamo de Riga ao Havre custa, ao que se diz, para um navegador holandês, 35 francos por tonelada. Ninguém mais poderia transportá-lo de maneira tão econômica; suponhamos que o holandês possa fazê-lo. Ele propõe ao Governo francês, que é o consumidor do cânhamo da Rússia, encarregar-se desse transporte a 40 francos por tonelada. Como se vê, ele reserva para si um lucro de 5 francos. Suponhamos ainda que o Governo francês, querendo favorecer os armadores de sua nação, prefira empregar navios franceses para os quais o mesmo transporte custará 50 francos e que, para alcançarem o mesmo lucro, por ele cobrarão 55 francos. Qual será o resultado disso? O Governo, para fazer com que seus compatriotas ganhem 5 francos, fará um excedente de despesa de 15 francos por tonelada; ora, como também são compatriotas que pagam as contribuições sobre as quais se fazem as despesas públicas, essa operação custará 15 francos aos franceses para fazer com que outros franceses ganhem 5 francos.

Dados diferentes produzirão outros resultados; mas é esse, acredito, o método a seguir nesse cálculo.

Não é necessário advertir que, até este momento, considerei a indústria náutica exclusivamente nas suas relações com a riqueza pública; ela mantém outras relações com a segurança do Estado. A arte da navegação, que serve ao comércio, serve também à guerra. A manobra de uma construção marítima é uma evolução militar, de modo que uma nação que possui muitos operários navais é mais poderosa militarmente do que uma nação que possui poucos. Se necessário, ela pode encontrar maior número de marinheiros experimentados para manobrar os navios do Estado. Daí resultou que, no que se refere à navegação, sempre encontramos considerações militares e políticas confundidas com os pontos de vista industriais e comerciais. E quando a Inglaterra, por seu ato de navegação, proibiu que qualquer navio (cujos armadores e equipagem não fossem formados, pelos menos em 3/4, por ingleses) fizesse o comércio de transporte para ela, seu objetivo foi menos recolher o benefício que daí podia resultar do que aumentar suas forças navais e diminuir as das outras potências, em particular as da Holanda, que fazia então um grande comércio de transporte, sendo, nessa época, o principal objeto do ciúme anglicano.

Não se pode negar que seja esse o ponto de vista de uma administração hábil, na suposição, todavia, de que convém a uma nação ter predomínio sobre as outras.⁶ Toda essa velha política cairá por terra. A habilidade estará em merecer a

⁶ Nos Estados Unidos, o tradutor desta obra, Biddle, e, na Inglaterra, Homer e os autores da *Revista de Edinburgo* negam que o ato de navegação tenha contribuído com alguma coisa para o poderio marítimo da Inglaterra. Concordo

preferência e não em reclamá-la pela força. Os esforços feitos para assegurar-se da dominação nunca propiciam mais do que uma grandeza fictícia que, necessariamente, faz de todo estrangeiro um inimigo. Esse sistema produz dívidas, abusos, tiranos e revoluções, ao passo que a atração de uma conveniência recíproca traz amigos e amplia o círculo das relações úteis, além de ser durável, por ser natural, a prosperidade que daí resulta.

que, do ponto de vista dos interesses da Inglaterra, a medida era péssima; mas não concordo que não tenha contribuído em nada para sua preponderância marítima.

Transformações que Sofrem os Capitais no Curso da Produção

Vimos, no capítulo III, de que se compõem os capitais produtivos de uma nação e quais são os seus usos. Era necessário dizê-lo naquela ocasião, a fim de apreender globalmente o conjunto dos meios de produção. Passaremos agora a observar o que lhes acontece no curso da produção, como se conservam e como crescem.

Para não cansar o espírito do leitor com abstrações, começarei com exemplos que escolherei nos fatos mais comuns. Os princípios gerais, a seguir, deles destacar-se-ão por si mesmos e o leitor perceberá a possibilidade de aplicá-los a todos os outros casos sobre os quais quiser fazer um juízo sólido.

Quando um cultivador explora ele próprio suas terras, além do valor da terra, ele deve possuir um capital, isto é, um valor qualquer composto, em primeiro lugar, dos preparos da terra e das construções, que se podem considerar, se se quiser, como parte do valor fundiário, embora sejam produtos da indústria humana e um acréscimo do valor fundiário.¹ Essa porção do capital desgasta-se pouco; algumas reparações regularmente feitas bastam para conservar seu valor inteiro. Se, a cada ano, esse cultivador encontra, nos produtos do ano, o necessário para custear essas reparações, essa porção do capital encontrar-se-á, com isso, perpetuamente mantida.

Uma segunda parte do capital desse mesmo cultivador se compõe de arados, de utensílios e de animais, os quais se desgastam mais rapidamente, mas que são conservados e, quando necessário, renovados também às expensas dos produtos anuais da empresa, mantendo assim seu inteiro valor.

São necessárias, finalmente, provisões de vários tipos, sementes, alimentos, forragens, para a manutenção dos homens e dos animais, dinheiro para o salário dos trabalhadores etc.² Observe-se que essa porção do capital se modifica comple-

¹ Arthur Young, na sua *Revue de l'Agriculture Française*, não apresenta uma avaliação da porção permanente e fixa do capital empregado nas terras da antiga França; ele estima apenas que ela é inferior em aproximadamente 36 francos por acre inglês, à porção equivalente dos capitais empregados dessa maneira na Inglaterra. Assim, admitindo-se a suposição modesta de que os melhoramentos das terras na França ascendem somente à metade dos da Inglaterra, avaliaríamos o capital fixado dessa forma na antiga França em 36 francos por acre; contando 131 milhões de acres na França, isso daria 4,716 bilhões de francos somente para essa porção do capital francês.

² O mesmo autor que acabamos de citar estima que, na França, essas duas últimas porções do capital empregado na agricultura (refiro-me aos instrumentos, aos animais, às provisões de manutenção etc.) podem ser avaliadas em 48 francos por acre, ou seja, em 6,288 bilhões para toda a França, em média. Acrescentando essa porção do capital fran-

tamente no curso de um ano e até várias vezes por ano. O dinheiro, os grãos, as provisões de todo gênero dissipam-se totalmente; mas isso é preciso e não se perde nenhuma parte do capital se o cultivador — independentemente dos lucros que pagam o serviço produtivo do terreno (ou o arrendamento), o serviço produtivo do próprio capital (ou o juro) e o serviço produtivo da indústria que os utilizou — conseguiu, por meio de seus produtos do ano, restabelecer suas provisões em dinheiro, em grãos, em animais, até mesmo em estrume, até formar um valor igual àquele com que tinha começado o ano anterior.

Percebe-se claramente que, embora quase todas as partes do capital tenham sido atingidas, algumas tendo sido mesmo inteiramente aniquiladas, no entanto, o capital foi conservado. Um capital, com efeito, não consiste nesta ou naquela matéria, mas em um valor que não se altera sempre que reaparece em outras matérias de igual valor.

Pode-se mesmo imaginar facilmente, se essa terra foi suficientemente ampla e sua exploração conduzida com bastante ordem, economia e inteligência, que os lucros do cultivador, depois que seu capital foi restabelecido em seu valor integral e depois que foram pagas todas as suas despesas e as de sua família, lhe tenham prosciado um excedente que pode pôr de lado. São muito importantes as conseqüências que resultarão do emprego desse excedente; elas constituirão a matéria do próximo capítulo. No momento, basta compreender que o valor do capital, conquanto consumido, não se destrói, visto que foi consumido de modo a se reproduzir e que uma empresa pode perpetuar-se e fornecer todos os anos novos produtos com o mesmo capital, embora ele seja permanentemente consumido.

Depois de observar passo a passo as transformações que um capital sofre na indústria agrícola, poderemos facilmente observar as transformações que sofre nas manufaturas e no comércio.

Como na agricultura, há nas manufaturas porções do capital que duram vários anos, como os edifícios das usinas, as máquinas e certos utensílios, ao passo que outras porções mudam totalmente de forma; assim, os óleos e a soda consumidos pelos fabricantes de sabão deixam de ser óleo e soda para se tornarem sabão. É assim também que as drogas para tingir deixam de ser anil, pau-brasil, urucu e fazem parte dos tecidos que elas coloreem. Os salários e a manutenção dos operários encontram-se no mesmo caso.

No comércio, a quase totalidade dos capitais sofre, e freqüentemente várias vezes por ano, transformações completas. Um negociante compra tecidos e jóias em espécie: primeira transformação. Envia-os a Buenos Aires onde os vende: segunda transformação. Ordena que se empregue o montante da venda em peles de animais: terceira transformação. Essa mercadoria, chegada ao local de sua destinação, é vendida por sua vez; seu valor é posto em títulos de crédito descontáveis em Paris; e esses valores, trocados em espécie, reproduzem o capital — provavelmente com lucro — sob sua primeira forma, a de uma moeda francesa.

Constata-se que são inúmeras as coisas que fazem as vezes de capital; se quisessemos, em dado momento, saber de que se compõe o capital de uma nação, descobriríamos que ele consiste em um grande número de objetos, de artigos e de matérias, cujo valor total seria absolutamente impossível de determinar com alguma exatidão e alguns dos quais até se encontram a muitos milhares de léguas de suas fronteiras. Constata-se, ao mesmo tempo, que os artigos mais fugazes e mais vis não somente são parte desse capital, mas parte muitas vezes indispensável; que

cês à anterior, verificamos que se pode avaliar em 11 bilhões a porção do capital da antiga França que está empregada na indústria agrícola. O mesmo autor avalia em dobro esse mesmo capital na Inglaterra, guardando-se a proporção da extensão do território.

tais artigos, embora constantemente consumidos e destruídos, não supõem que o próprio capital seja consumido e destruído, desde que seu valor seja conservado; e, conseqüentemente, que a introdução e a importação desses artigos vis e fugazes podem ter a mesma vantagem que traz a introdução das mercadorias mais duráveis e mais preciosas, como o ouro e a prata; que eles trazem, presumivelmente, maior vantagem quando são preferidos; que os produtores são os únicos juizes competentes da transformação, da extração e da introdução desses diversos artigos e matérias e que qualquer autoridade que aí intervenha, qualquer sistema que pretenda influir sobre a produção, só pode ser prejudicial a ela.

Há empresas nas quais o capital se restabelece completamente e recomeça a fabricar novos produtos várias vezes por ano. Nas manufaturas em que três meses são suficientes para confeccionar e vender um produto acabado, o mesmo capital pode realizar o mesmo ofício quatro vezes por ano. O lucro que rende é em geral proporcional ao tempo em que ele está empregado. Compreende-se que um capital que retorne ao cabo de três meses não traga um lucro tão grande quanto aquele que só se restabelece ao cabo de um ano; se fosse assim, nesse ano o lucro seria quádruplo e atrairia para esse emprego de capital uma massa de capitais, cujos lucros a concorrência faria baixar.

Pela razão inversa, os produtos que exigem mais de um ano de confecção, como os couros, devem render lucros por mais de um ano, independentemente do restabelecimento do valor capital; caso contrário, quem quereria ocupar-se deles?

No comércio que a Europa faz com a Índia e a China, o capital é ocupado durante dois ou três anos antes de retornar. E, no comércio, nas manufaturas, assim como na empresa agrícola que tomamos como exemplo, não é necessário que um capital seja realizado e transformado em numerário para reaparecer em sua inteireza; a maioria dos negociantes e dos manufatores não *realizam* em espécie a totalidade de seu capital e no máximo o fazem quando deixam os negócios; e nem por isso deixam de saber, sempre que desejam, por meio de um inventário de todos os valores que possuem, se seu capital diminuiu ou aumentou.

O valor capital empregado numa produção é sempre um adiantamento destinado a pagar serviços produtivos e que é reembolsado pelo valor do produto que deles resulta.

Um mineiro extrai minério do seio da terra; o fundidor lhe paga. Assim, sua produção está terminada e paga por um adiantamento tomado do capital do fundidor.

Este funde o minério, purifica-o e o transforma no aço que um couteleiro lhe compra. O preço desse aço reembolsa ao fundidor o adiantamento que havia feito ao comprar a matéria, bem como o adiantamento dos custos do novo trato que ele lhe acrescentou.

O couteleiro, por sua vez, fabrica lâminas de barbear com esse aço e o preço que extrai daí lhe reembolsa seus adiantamentos e lhe paga o novo valor que acrescentou ao produto.

Constata-se que o valor das lâminas de barbear foi suficiente para reembolsar todos os capitais empregados na sua produção e para pagar a própria produção; ou melhor, os adiantamentos pagaram os serviços produtivos, e o preço do produto reembolsou os adiantamentos. É como se o valor inteiro do produto, seu valor bruto, tivesse diretamente pagado os custos de sua produção. É justamente assim que habitualmente se exprime o fato; mas era conveniente observar depois de quais quedas sucessivas esse resultado ocorre.

De que Maneira se Formam e se Multiplicam os Capitais

O capítulo anterior mostrou como os capitais produtivos, permanentemente ocupados, ameaçados, desgastados durante a produção, acabam por sair, quando ela termina, com seu valor inteiro. Ora, visto que é o valor da matéria e não a própria matéria que constitui a riqueza, compreendemos, espero, como o capital produtivo, embora tenha várias vezes mudado sua forma material, sempre permanece o mesmo capital.

Com a mesma facilidade, compreenderemos que, visto que é o valor produzido que substitui o valor consumido, esse valor produzido pode ser menor, igual ou superior ao valor consumido. Se foi igual, o capital foi simplesmente restabelecido e mantido, se foi menor, o capital foi atingido e, se foi superior, houve aumento ou acréscimo de capital. É essa a posição em que deixamos o empresário-cultivador que nos serviu como exemplo no capítulo anterior. Supomos que, depois de ter restabelecido seu capital em seu valor integral, e integral a ponto de poder recomeçar um outro ano com meios iguais, esse cultivador teve, em seus produtos em relação a seus consumos, um excedente de um valor qualquer, valor esse que, para fixar as idéias, consideraremos de 1 000 escudos.

Examinemos agora todos os empregos que ele pode fazer desse excedente de 1 000 escudos, sem menosprezar uma observação que parece muito simples: advirto que não existe nenhuma outra que exerça tão grande influência sobre a sorte dos homens e nenhuma cujos resultados sejam mais ignorados.

Sejam quais forem os produtos que compõem esse excedente cujo valor estimamos em 1 000 escudos, ele pode trocá-lo por moeda de ouro e de prata e enterrá-la para, quando necessário, retomá-la. Esse fato de enterrar retiraria 1 000 escudos da massa dos capitais da sociedade? Não, pois acabamos de ver que, antes, o valor de seu capital fora completamente restabelecido. Teria privado alguém dessa soma? Tampouco, pois não roubou nem enganou ninguém e jamais recebeu valor algum pelo qual não tenha dado em troca um valor igual. Dir-se-á talvez: *Ele deu trigo em troca dos 1 000 escudos enterrados; esse trigo não tardou em ser consumido e nem por isso os 1 000 escudos deixam de estar subtraídos ao capital da sociedade.* Mas o trigo vendido não mais fazia parte do capital do nosso cultivador, pois não era mais sua propriedade; era o dinheiro recebido em troca do trigo que ele fazia parte. O trigo, que se tornou propriedade de uma outra pessoa, pode, no máximo, fazer parte do capital de seu novo possuidor, se este o consome reproduzi-

vamente; sabe-se, com efeito, que matérias consumíveis e fugazes podem fazer parte de um capital exatamente como as mais duráveis, desde que sejam consumidas de maneira a que seu valor se reproduza.

Por conseguinte, a partir do momento em que o capital de nosso cultivador foi estabelecido em seu antigo valor e em que ele recomeça com os mesmos meios de antes, o capital social, ainda que os 1 000 escudos de excedente que poupou fossem jogados ao mar, não deixaria de ser igual ao que era antes.

Mas continuemos com o exame das suposições possíveis relativas ao emprego dos 1 000 escudos.

Vamos agora supor que não tenham sido enterrados; o cultivador serviu-se deles para dar uma bela festa. Esse valor foi destruído numa noite; um festim magnífico, os ornamentos de um baile e fogos de artifícios absorveram a soma. Assim destruído, esse valor não permaneceu na sociedade; não mais continuou a fazer parte da riqueza geral; com efeito, as pessoas para cujas mãos passaram os 1 000 escudos em espécie forneceram um valor equivalente em carnes, vinhos, refrigerantes, pólvora, e de todo esse valor não resta mais nada; a massa dos capitais, contudo, não diminuiu com esse emprego mais do que com o precedente. Havia um excedente de valor produzido e esse excedente foi destruído. As coisas permaneceram no mesmo ponto.

Passemos a uma terceira suposição: os 1 000 escudos serviram para comprar móveis, roupa de casa e prataria. Ainda não há nenhuma diminuição no capital produtivo da nação, mas também nenhum acréscimo. O que há a mais, nessa suposição, são apenas os prazeres adicionais que o suplemento de mobiliário adquirido propicia ao cultivador e à sua família.

Suponhamos, enfim, na quarta e última suposição, que o cultivador acrescente a seu capital produtivo os 1 000 escudos que poupou, isto é, que ele os reempregue produtivamente segundo as necessidades de sua fazenda, compre alguns animais, alimente um número maior de operários e disso resulte, no fim do ano, um produto que conservou ou restabeleceu com lucro o valor integral dos 1 000 escudos, de sorte que eles podem servir no ano seguinte, e permanentemente, para dar a cada ano um novo produto.

É então, e somente então, que o capital produtivo da sociedade verdadeiramente aumentou no valor dessa soma. A acumulação que forma um novo capital só começa depois que o antigo capital é inteiramente restabelecido.

É essencial observar que, de uma maneira ou de outra, quer se gaste improdutivamente uma poupança, quer se a gaste produtivamente, ela sempre é gasta e consumida. Isso destrói uma opinião falsa, embora disseminada com muita frequência, segundo a qual a poupança prejudica o consumo. Toda poupança, desde que se torne objeto de um investimento, não diminui em nada o consumo; ao contrário, ela dá lugar a um consumo que se reproduz e se renova perpetuamente, ao passo que um consumo improdutivo não se repete. Constata-se que a acumulação, apresentada sob seus verdadeiros traços, nada tem que deva torná-la odiosa; logo adiante, veremos, ao contrário, os bons efeitos que dela se seguem.

Peço também que se observe que a forma sob a qual o valor poupado é de fato poupado e reempregado não muda nada quanto ao fundo da questão; o valor é poupado com maior ou menor vantagem segundo a inteligência e a posição do empresário. Nada se opõe a que essa porção de capital tenha sido acumulada sem tê-lo sido, por um só instante, sob a forma de dinheiro. Um dos produtos poupados pode ter sido plantado ou semeado antes de ter sofrido qualquer troca; a madeira, que teria inutilmente aquecido apartamentos, pode apresentar-se em paliçadas, em andaimes e, de uma porção de renda que era no momento do corte, tornar-se um capital depois de empregada.

A natureza das necessidades de cada nação, sua posição geográfica e o gênio de seus habitantes determinam, geralmente, a forma sob a qual seus capitais se acumulam. A maior parte das acumulações de uma sociedade nascente consiste em construções, utensílios de agricultura, animais e em melhorias de seus bens fundiários; a maioria das acumulações de uma nação manufatureira consiste em matérias brutas ou que se encontram em estado mais ou menos trabalhado nas mãos de seus fabricantes. Seus capitais compõem-se ainda das usinas e das máquinas próprias à elaboração dos produtos.

Numa nação de caráter predominantemente comercial, a maior parte dos capitais acumulados está em mercadorias brutas ou manufaturadas que os negociantes compraram e que pretendem revender. Os navios e outras construções de comércio, os armazéns, os carros e os cavalos constituem também parte importante dos capitais de uma nação desse tipo.

Uma nação que cultive ao mesmo tempo a indústria agrícola, a indústria manufatureira e a indústria comercial tem seu capital composto de produtos de todos esses diferentes tipos, isto é, dessa massa de provisões de todo gênero que vemos atualmente nas mãos dos povos civilizados. E que, empregados com inteligência, se mantêm perpetuamente e até aumentam, não obstante o imenso consumo que deles se faz, desde que a indústria desses povos produza valores em maior número do que os destruídos pelo consumo.

Isso não significa que cada nação tenha exatamente produzido e posto de reserva as coisas que atualmente compõem seu capital; ela pode ter reservado valores quaisquer que, mediante transformações, tomaram a forma que melhor lhe convinha; um decalitre de trigo poupado pode alimentar igualmente um pedreiro e um bordador. No primeiro caso, o decalitre de trigo reaparecerá sob a forma de uma porção de construção, produto durável que faz parte de um capital; no segundo caso, reaparecerá numa roupa bordada que só durará certo tempo.

Todo empresário de indústria que ele mesmo faça seu capital trabalhar encontra com facilidade os meios de ocupar produtivamente suas poupanças. Se é cultivador compra pedaços de terra ou aumenta, por meio de benfeitorias, o poder produtivo das terras que tem. Se é negociante, compra e revende uma massa maior de mercadorias. Os capitalistas dispõem mais ou menos dos mesmos meios; aumentam seu capital já investido de todo o montante de suas poupanças, ou então procuram novos investimentos, o que é, para eles, bem mais fácil de encontrar, já que, conhecidos por terem fundos para investir, recebem, mais do que outros, propostas para o emprego de suas poupanças. Os proprietários de terras arrendadas, porém, e as pessoas que vivem de suas rendas ou do salário de seu trabalho não têm a mesma facilidade e só podem investir utilmente um capital quando ele ascende a uma certa quantia. Muitas poupanças, por essa razão, são consumidas improdutivamente, quando poderiam ter sido consumidas produtivamente, aumentando, assim, os capitais particulares e, conseqüentemente, a soma do capital nacional. As caixas e as associações que se encarregam de receber, reunir e valorizar as pequenas poupanças dos particulares são, por conseguinte (sempre que oferecem uma segurança perfeita), extremamente favoráveis à multiplicação dos capitais.

O crescimento dos capitais é lento por natureza, pois ele só ocorre onde há valores verdadeiramente produzidos, e valores não se criam sem que nisso se ponha, além de outros elementos, tempo e esforço.¹ Ora, visto que os produtores, ao mes-

¹ As poupanças feitas por um rico tratante, por um espoliador dos bens de outrem, por um favorito coberto de privilégios, de pensões e de cargos, constituem efetivamente acumulações autênticas e, às vezes, bastante fáceis. Esses valores, porém, acumulados por um reduzido número de privilegiados, são o produto bem real dos trabalhos, dos capitais e das terras de um grande número de produtores que, se a injustiça e a força não lhes tivessem arrancado, poderiam eles próprios poupá-los e acumulá-los em seu próprio proveito.

mo tempo que criam valores, são obrigados a consumi-los e jamais podem acumular, isto é, empregar reprodutivamente, a não ser a porção dos valores produzidos que exceda suas necessidades; é o montante desse excedente que constitui o enriquecimento dos particulares e das sociedades. Um país avança tanto mais rapidamente para a prosperidade quanto a cada ano nele existam mais valores poupados e empregados reprodutivamente. Seus capitais aumentam; a massa da indústria posta em movimento torna-se maior; e, por poderem ser criados novos produtos por essa adição de capitais e de indústria, novas poupanças tornam-se sempre mais fáceis.

Toda poupança, todo crescimento de capital, propicia um ganho anual e perpétuo, não somente para quem fez essa acumulação, mas para todas as pessoas cuja indústria é movimentada por essa porção do capital. A poupança propicia um juro anual ao capitalista que acumulou e lucros anuais aos industriais que ela faz surgir. É por isso que o célebre Adam Smith compara um homem frugal, que aumenta seus capitais produtivos, ainda que numa única ocasião, a um dos fundadores de um estabelecimento industrial no qual uma sociedade de homens laboriosos alimentar-se-ia perpetuamente dos frutos de seu trabalho; um pródigo, ao contrário, que devora uma parte de seu capital, é comparado por ele ao administrador infiel que dilapidasse os bens de uma fundação pia, deixando sem recursos não somente os que nela encontravam sua subsistência, mas todos os que mais tarde poderiam nela encontrá-la. Ele não hesita em chamar o dissipador de flagelo público e todo homem frugal e organizador, de benfeitor da sociedade.²

Felizmente, o interesse pessoal cuida permanentemente da conservação dos capitais dos particulares; felizmente, também, não se pode desviar um capital de um emprego produtivo sem com isso privar-se de uma renda proporcional.

Smith acredita que, em qualquer país, a prodigalidade ou a imperícia de certos particulares e dos administradores da fortuna pública é mais do que compensada pela frugalidade da maioria dos cidadãos e pelo cuidado com que tratam de seus interesses.³ Parece certo, pelo menos, que, em nossa época, quase todas as nações européias crescem em opulência; isso não pode acontecer sem que cada uma, tomada globalmente, consuma de forma improdutiva menos do que produz.⁴ Mesmo as revoluções modernas, não tendo sido seguidas por invasões duráveis, por devastações prolongadas, ao contrário das antigas, e, por outro lado, tendo destruído certos preconceitos, estimulado os espíritos e derrubado barreiras incômodas, parecem ter sido mais favoráveis do que contrárias aos progressos da opulência. Mas essa frugalidade, cujo mérito Smith atribui aos particulares, não é imposta, em razão de alguns vícios na organização política, à classe mais numerosa? É rigorosamente certo que sua parte nos produtos seja exatamente proporcional à parte que essa classe tem na produção? Nos países que consideramos como os mais ricos, quantos indivíduos vivem numa penúria perpétua! Quantos lares,

² *A Riqueza das Nações*. Livro Segundo. Cap. III. Num livro intitulado *Recherches sur la Nature et l'Origine de la Richesse Publique*, lord Lauderdale acredita ter demonstrado, contra Smith, que a acumulação dos capitais era prejudicial ao crescimento da riqueza. Ele se baseia no fato de que a acumulação tira da circulação valores que favoreceriam a indústria. É um erro. Nem o capital produtivo nem seus crescimentos são retirados da circulação. Não fosse assim, esse capital permaneceria ocioso e não traria nenhum lucro. Bem ao contrário, quando o utiliza, o empresário emprega-o, gasta-o, consome-o por inteiro; mas ele o faz de maneira a reproduzi-lo, e até com lucro. Chamo a atenção para esse erro do lord Lauderdale porque ele serve de base para outras obras de Economia Política, cujas deduções, por conseguinte, partindo de um princípio falso, são todas falsas.

³ *A Riqueza das Nações*. Livro Segundo. Cap. III.

⁴ Exceto, entretanto, nos momentos de guerras cruéis ou de dilapidações excessivas como as que ocorreram na França sob a dominação de Bonaparte. Não há dúvida de que, durante essa época desastrosa para o país, mesmo nos momentos de triunfos militares, houve muito mais capitais reduzidos do que capitais aumentados por poupanças. As aquisições, as destruições da guerra, juntamente com os gastos forçados dos particulares e com os impostos excessivos, destruíram indubitavelmente mais valores do que os que puderam ser produtivamente repostos pelas poupanças de alguns particulares. O príncipe, desejando que as necessidades de seus cortesãos lhe assegurassem sua submissão, estimulava-os a dissiparem as rendas enormes que obtinham por seus favores, temendo que suas poupanças lhes criassem uma fortuna que os tomasse independentes.

nas cidades como nos campos, cuja vida inteira se compõe de privações e que, cercados de tudo o que pode excitar os desejos, estão reduzidos a poderem satisfazer somente suas necessidades mais grosseiras, como se vivessem numa época de barbárie, em meio às nações mais indigentes! Não são os miseráveis que fazem poupança, pois quem não tem do que viver não põe de lado: é às suas expensas que se fazem as poupanças. Um rico sinecurista que se enriqueceu com os favores da corte faz acumulações tiradas dos impostos. Os impostos esmagam as empresas industriais que só podem sustentar-se diminuindo o salário dos operários.

Minha conclusão é que, embora existam incontestavelmente, em quase todos os Estados da Europa, produtos poupados a cada ano, essa poupança não incide, em geral, sobre os consumos inúteis, como o exigiram a Política e a Humanidade, mas sobre necessidades autênticas, fato que constitui uma acusação ao sistema político e econômico de muitos Governos.

Smith pensa também que as riquezas dos modernos se devem mais à extensão das economias do que ao crescimento da produção. Bem sei que certas prodigalidades loucas são talvez mais raras do que outrora.⁵ Se atentarmos, porém, para o reduzido número de pessoas a que eram permitidas tais profusões; se nos dermos ao trabalho de considerar o quanto se espalharam as fruições de um consumo mais abundante e mais variado, sobretudo entre a classe mediana da sociedade, descobriremos então, parece-me, que os consumos e as economias cresceram simultaneamente, o que não é contraditório: quantos empresários, em todos os tipos de indústria, nas épocas prósperas, produzem o bastante para aumentar ao mesmo tempo suas despesas e suas poupanças! O que é verdade para uma empresa particular pode também sê-lo para a maior parte das empresas de uma nação. As riquezas da França cresceram durante os quarenta primeiros anos do reinado de Luís XIV, não obstante as profusões do Governo e dos particulares, estimuladas pelo fausto da corte. O movimento que Colbert imprimiu à produção multiplicava os recursos ainda mais rapidamente do que a corte os dissipava. Algumas pessoas imaginam que os recursos se multiplicavam *pela razão* de que a corte os dissipava; é um erro grosseiro, e a prova está em que, depois da morte de Colbert, as profusões da corte prosseguindo no mesmo ritmo e a produção não podendo mais acompanhá-las, o reino caiu num terrível esgotamento. Nada foi mais triste do que o fim desse reino.

Desde a morte de Luís XIV, os gastos públicos e particulares aumentaram ainda⁶ e parece-me incontestável que as riquezas da França também aumentaram: o próprio Smith concorda com isso e o que é verdade na França também o é, em graus diferentes, na maioria dos outros Estados da Europa.

⁵ Não se deve imaginar, porém, que a diferença entre os sistemas econômicos dos Estados antigos e os dos Estados modernos seja tão grande quanto seríamos tentados a acreditar. São perceptíveis semelhanças notáveis entre os progressos e o declínio dos povos opulentos de Tiro, de Cartago, de Alexandria e das repúblicas de Veneza, de Florença, de Gênova e da Holanda. Em todos os lugares, as mesmas causas produziram os mesmos efeitos. Escutamos grandes histórias sobre as riquezas de Cresos, rei da Lídia, antes mesmo que esse rei conquistasse alguns Estados vizinhos; devemos concluir disso que a Lídia era uma nação industrial e econômica, pois seu rei só pôde tirar seus recursos de seu povo. O estudo da Economia Política seria suficiente para demonstrar essa opinião; mas encontramos sua confirmação formal em Justino. Ele diz que a Lídia é uma nação há muito tempo poderosa pela sua indústria (*gens industria quondam potens*) e, quanto à sua atividade, afirma que Ciro só conseguiu submetê-la completamente, quando acostumou-a à ociosidade dos cabarés, aos jogos e à libertinagem (*jussitque cauponias et ludicras artes et lenocinia exercere*). Ela possuía antes, portanto, as qualidades opostas. Se Cresos não tivesse abandonado ao fausto e à ambição das conquistas, teria provavelmente conservado um grande poder e não teria terminado seus dias no infortúnio. A arte de ligar os efeitos às causas e o estudo da Economia Política são tão importantes para a felicidade pessoal dos reis quanto para a dos seus povos. Foi a ignorância da Economia Política que levou Bonaparte a Santa Helena. Ele não percebeu que o resultado inevitável de seu sistema era a exaustão dos seus recursos e a alienação do afeto da maioria dos franceses.

⁶ Esse aumento nas despesas não é somente nominal e não resulta unicamente do fato de que a mesma quantidade de dinheiro tem por denominação um maior número de libras ou de francos. O aumento de despesas é real. Conso-me-se uma variedade maior de produtos e produtos mais finos e mais refinados; e, ainda que o dinheiro valha intrinsecamente mais ou menos tanto quanto valia sob Luís XIV (pois a mesma quantidade de dinheiro compra a mesma quantidade de trigo), gasta-se, nos mesmos níveis da sociedade, uma quantidade maior de prata, não apenas nominalmente, mas em peso.

Turgot tem a mesma opinião que Smith.⁷ Acredita que se poupa mais do que outrora, e ele fundamenta essa opinião no seguinte raciocínio: a taxa de juros, em tempos normais, é, na maioria dos países da Europa, mais baixa do que jamais foi; isso indica que há mais capitais do que jamais houve; portanto, poupou-se, para acumulá-los, mais do que se fez em nenhuma outra época.

Isso prova algo com que concordamos, isto é, que há mais capitais do que outrora; mas isso não prova nada sobre a maneira como foram adquiridos; ora, acabo de mostrar que podem tê-lo sido por uma produção superior assim como por uma economia maior.

Não nego, além disso, que, sob vários aspectos, a arte de poupar se tenha aperfeiçoado como a arte de produzir. As pessoas não gostam de obter menos prazeres do que outrora; mas há vários que hoje podemos obter a custos menores. Existe alguma coisa mais graciosa, por exemplo, do que os papéis de parede que enfeitam as paredes de nossos apartamentos? O frescor das nuances acrescentou um brilho novo à graça dos desenhos. Antigamente, nas classes da sociedade que hoje usam papéis pintados, encontrávamos apenas muros caiados ou tapeçarias em ponto da Hungria muito feios e de preço superior à maioria dos nossos atuais papéis de parede.

Nesses últimos anos, destruindo com o ácido sulfúrico a parte mucilaginosa dos óleos vegetais, chegamos a poder queimá-los nas lâmpadas de dupla corrente de ar, as quais, antes dessa descoberta, só podíamos alimentar com óleo de peixe, que custa duas ou três vezes mais. Só essa economia pôs, na França, essa bela iluminação ao alcance de quase todas as bolsas.⁸

Essa arte de poupar se deve aos progressos da indústria que, de um lado, descobriu grande número de processos econômicos e que, de outro, atraiu capitais em toda parte, oferecendo aos capitalistas, pequenos e grandes, condições melhores e oportunidades mais seguras.⁹ Nas épocas em que ainda só havia pouca indústria, um capital, já que não trazia nenhum lucro, quase nunca passava de um tesouro fechado num cofre-forte ou escondido na terra e que se guardava para o momento de necessidade; quer fosse considerável ou não, esse tesouro não dava um lucro nem maior nem menor, pois não dava nenhum; não era outra coisa que uma precaução mais ou menos grande. Quando o tesouro, porém, pôde dar um lucro proporcional à sua massa, as pessoas tomaram-se então duplamente interessadas em aumentá-lo. É isso não sucedeu em razão de um interesse distante, de um interesse de precaução, mas de um interesse atual, sensível a cada instante, pois o lucro dado pelo capital pôde, sem tirar nada do fundo de capital, ser consumido e propiciar novas fruições. Por conseguinte, pensou-se bem mais seriamente do que antes em criar para si um capital produtivo quando não se tinha e em aumentá-lo quando já se tinha um; e os fundos que dão lucro passaram a ser considerados como uma propriedade tão lucrativa e às vezes tão sólida quanto uma terra que dá arrendamento.

Se alguém pensasse em considerar a acumulação dos capitais como um mal por ela tender a aumentar a desigualdade das fortunas, pedir-lhe-ia que observas-

⁷ Ver *Réflexions sur la Formation et la Distribution des Richesses*. § 81.

⁸ É de se temer que o imposto venha a destruir o efeito, tão favorável ao consumidor, desses aperfeiçoamentos. A ampliação dos direitos acumulados, o aumento das patentes, as dificuldades, e os impostos que perturbam os transportes já aproximaram o preço desses óleos econômicos ao dos óleos que tinham sido tão oportunamente substituídos.

⁹ É desnecessário observar que, sejam quais forem as mãos em que se acumulam os capitais, as vantagens que tiram disso a indústria e a nação são as mesmas, desde que os capitais se acumulem em mãos que os valorizem colocando-os, assim, na classe dos capitais produtivos. O investimento com juros basta para garantir que estejam nessa classe, pois ninguém poderia, durante muito tempo, pagar o lucro de um capital se não o tivesse posto sob uma forma produtiva a fim de fazê-lo trabalhar, à exceção, porém, dos Governos, que, podendo tirar do bolso dos contribuintes o necessário para pagar os juros de seus empréstimos, não estão obrigados a produzir esse valor.

se que, se a acumulação tende permanentemente a aumentar as grandes fortunas, o curso da Natureza, ao contrário, tende permanentemente a dividi-las. Um homem que aumentou seu capital e o de seu país termina por morrer e é raro que uma sucessão não se divida entre vários herdeiros ou legatários, exceto nos países em que as leis reconhecem substituições ou direitos de primogenitura. À parte os países em que tais leis exercem sua influência funesta, em todos os lugares em que o curso benfazejo da Natureza não é contrariado, as riquezas se dividem naturalmente, penetrando em todas as ramificações da árvore social e levando vida e saúde até suas extremidades mais distantes.¹⁰ O capital total do país aumenta ao mesmo tempo que se dividem as fortunas particulares.

Devemos, portanto, não somente encarar sem ciúmes, mas considerar como uma fonte de prosperidade geral o enriquecimento de um homem sempre que seus bens, adquiridos legitimamente, são empregados de maneira produtiva. Digo *adquiridos legitimamente* porque uma fortuna que é o fruto da rapina não constitui um crescimento de fortuna para o Estado; é um bem que estava em uma mão e que passou para outra sem pôr em jogo mais indústria do que antes. Ao contrário, é até muito comum que um capital mal adquirido seja mal dispendido.

A faculdade de acumular capitais ou, se agora se preferir, de acumular valores é, parece-me, uma das causas da imensa superioridade do homem sobre os animais. Nas suas mãos, os capitais são instrumentos para multiplicar suas forças, ao passo que os alimentos que certos animais armazenam são, para eles, apenas provisionamentos para passar uma estação má. Assim, mesmo supondo que tenham um grau de inteligência que não têm, essa inteligência permaneceria praticamente sem efeito, pois faltam-lhes instrumentos suficientes para pô-la em prática.

Observe-se, além disso, que é impossível fixar um limite ao poder que, para o homem, resulta da faculdade de formar capitais; com efeito, os capitais que ele pode reunir com o tempo, com a poupança e com sua indústria não têm limites.

¹⁰ É lamentável que as pessoas não procurem com mais freqüência aumentar seus méritos mediante belas disposições testamentárias. O bem que uma pessoa rica faz a um legatário indigno sempre causa algum prejuízo à sua memória, ao passo que nada a honra mais do que legados ditados pela virtude e pelo interesse público. Um asilo fundado, uma instituição criada para a instrução da classe indigente, uma recompensa perpétua oferecida a boas ações, um legado endereçado a um cidadão recomendável, mesmo quando não é conhecido pessoalmente, revelam uma alma elevada e estendem a influência de um rico para além do túmulo.

O tradutor desta obra para o inglês, Prinsep, acrescenta o seguinte a esta nota: "Essa louvável ambição se manifesta com freqüência tanto maior quanto a nação tem mais liberdade e luzes. Não se passa ano na Inglaterra em que não tenhamos vários exemplos dessa útil munificência. As quantias deixadas por Pitt, pai, a Wilberforce e a outras pessoas de mérito, as numerosas fundações e dotações legadas a asilos ou a casas de ensino, honram tanto a nação quanto seus autores".

Capitais Improdutivos

Vimos que os valores produzidos podem ser destinados seja à satisfação daqueles que o adquiriram, seja a uma nova produção. Podem também, depois de subtraídos a um consumo improdutivo, não ser dedicados a um consumo reprodutivo, mas permanecer escondidos, enterrados.

O proprietário desses valores, tendo se privado, ao poupá-los, dos prazeres e da satisfação que esse consumo lhe teria propiciado, priva-se ainda dos lucros que poderia retirar do serviço produtivo de seu capital poupado. Ao mesmo tempo, priva a indústria dos lucros que ela poderia fazer ao pô-lo em uso.

Entre muitas outras causas da miséria e da fraqueza em que se encontram Estados submetidos à dominação otomana, é indubitável que uma das principais delas é a quantidade de capitais ali retidos na inação. A desconfiança e a incerteza de todos quanto à sua sorte futura obrigam as pessoas de todas as classes, desde o pa-xá até o camponês, a subtrair uma parte de sua propriedade aos olhares ávidos do poder; ora, só se pode tornar um valor invisível pela sua inação. É uma desgraça partilhada, em graus diferentes, por todos os países submetidos a um poder arbitrário, sobretudo quando é violento. Por isso, observa-se, nas vicissitudes que as tempestades políticas apresentam, certa diminuição dos capitais, estagnação da indústria, ausência de lucros, mal-estar universal, quando o medo se apodera dos espíritos, e, ao contrário, no momento em que renasce a confiança, observa-se um movimento e uma atividade altamente favoráveis à prosperidade pública.

As madonas, os santos dos países supersticiosos, os ídolos do Oriente ricamente enfeitados e pomposamente adorados não fecundam empresas agrícolas ou manufatureiras. Com as riquezas que os cobrem e com o tempo que se perde em venerá-los, poder-se-ia na realidade obter os bens que essas imagens não concedem a preces estêreis.

Há muitos capitais ociosos nos países em que os costumes obrigam a dispendar muito dinheiro em móveis, em roupas e em ornamentos. O vulgo, que, por sua tola admiração, encoraja os empregos improdutivos, prejudica-se a si mesmo, pois o rico que investe 100 mil francos em ouropéis, em baixelas, num imenso mobiliário, não pode mais investir com lucros essa soma, que não sustenta, por conseguinte, nenhuma indústria. A nação perde a renda anual desse capital e o lucro anual da indústria que esse capital teria animado.

Até este momento, consideramos a espécie de valor que se pode, por assim di-

zer, ligar à matéria e que, assim incorporado, é capaz de conservar-se por tempo mais ou menos longo. Mas nem todos os valores produzidos pela indústria humana têm essa propriedade. Há valores bem reais, pois são muito bem pagos, e em troca dos quais são dadas matérias preciosas e duráveis, mas que não são de natureza a poderem elas próprias durar além do momento de sua produção. São esses valores que serão definidos no próximo capítulo e a que daremos o nome de *produtos imateriais*.

***Produtos Imateriais ou Valores que São Consumidos
no Momento de sua Produção***

Um médico vem visitar um doente, observa os sintomas de seu mal, prescreve-lhe um remédio e sai sem deixar nenhum produto que o doente ou sua família possam dar a outras pessoas nem sequer conservar para consumo em outra ocasião.

O trabalho do médico foi improdutivo? Quem poderia pensar nisso? O doente foi salvo. Essa produção era incapaz de tornar-se a matéria de uma troca? Em absoluto, pois o conselho do médico foi trocado pelos seus honorários; mas a necessidade dessa recomendação cessou desde o instante em que foi dada. Sua produção consistia em dizê-la; seu consumo, em escutá-la; ela foi consumida no mesmo momento em que produzida.

É a isso que chamo de *produto imaterial*.¹

O trabalho de um músico ou de um ator fornece um produto do mesmo gênero; ele nos dá um divertimento, um prazer, que nos é impossível conservar ou reter para consumi-lo mais tarde ou para trocá-lo novamente por outros prazeres. Esse trabalho tem certamente seu preço, mas não subsiste mais, a não ser na lembrança e, passado o momento de sua produção, não tem mais nenhum valor que possa ser trocado.

Smith recusa o nome de *produtos* aos resultados dessas indústrias. Ao trabalho que elas realizam, ele dá o nome de *improdutivo*, o que é uma conseqüência do sentido que ele liga à palavra *riqueza*; em lugar de dar esse nome a todas as coisas que têm um valor trocável, confere-o apenas às coisas que têm um valor trocável *capaz de se conservar*, recusando-o, conseqüentemente, para os produtos cujo consumo ocorre no mesmo instante de sua criação. O trabalho de um médico, no entanto, e, se quisermos multiplicar os exemplos, o trabalho de um administrador da coisa pública, de um advogado, de um juiz, que são todos do mesmo gênero, satisfazem a exigências tão necessárias que, sem seus trabalhos, nenhuma sociedade poderia subsistir. Não são reais os frutos desses trabalhos? Ora, são tão reais que são adquiridos ao preço de um outro produto que é material, ao qual Smith

¹ Minha intenção era, inicialmente, de chamar esses produtos de *não-duráveis*, mas essa palavra poderia aplicar-se igualmente a produtos de forma material. *Intransmissíveis* não é a expressão apropriada, pois esses produtos se transmitem do produtor para o consumidor. *Transitório* significa passageiro, mas não exclui a idéia de qualquer espécie de duração. A mesma coisa pode-se dizer da palavra *momentâneo*.

concede o nome de riqueza; são tão reais que, por essas trocas repetidas, os produtores de produtos imateriais adquirem fortunas.²

Se passarmos às coisas puramente prazerosas, não se poderá negar que a representação de uma boa comédia propicie um prazer tão real quanto uma libra de bombons ou um fogo de artifício, os quais, na doutrina de Smith, levam o nome de *produtos*. Não acho razoável pretender que o talento do pintor seja produtivo e que o do músico não o seja.³

Smith combateu os Economistas que só davam o nome de *riqueza* àquilo que havia em cada produto de valor em matéria bruta; ele fez com que a Economia Política desse um grande passo ao demonstrar que a riqueza era essa matéria mais o valor que a indústria acrescentava a ela; ora, visto que elevou ao nível das riquezas uma coisa abstrata (o *valor*), por que a toma por nada, embora real e trocável, quando ela não está fixada em nenhuma matéria? Isso é tanto mais surpreendente que ele chega ao ponto de considerar o trabalho fazendo abstração da coisa trabalhada, e de examinar as causas que influem sobre seu valor, propondo esse valor como a medida mais segura e menos variável de todas as outras.⁴

Da natureza dos produtos imateriais resulta que não se poderia acumulá-los e que eles não servem para aumentar o capital nacional. Uma nação em que encontrássemos uma multidão de músicos, de sacerdotes e de empregados poderia ser uma nação muito divertida, bem doutrinada e admiravelmente bem administrada; mas seria tudo. Seu capital não receberia nenhum acréscimo direto de todo o trabalho dos homens industriais, porque seus produtos seriam consumidos à medida que fossem criados.

Por conseguinte, quando se descobre um meio de tomar mais necessário o trabalho de uma dessas profissões, nada se fez para a prosperidade pública; aumentando esse tipo de trabalho produtivo, aumenta-se ao mesmo tempo seu consumo. Quando esse consumo é um prazer, pode ser compensador, mas, quando ele próprio é um mal, é forçoso convir que tal sistema é deplorável.

É isso que ocorre sempre que se complica a legislação. O trabalho das pessoas da lei, tomando-se mais considerável e mais difícil, ocupa um número maior de pessoas e paga-se mais caro. Que se ganha com isso? Ter seus direitos mais bem defendidos? Certamente não: a complicação das leis favorece muito mais à má fé, oferecendo-lhe novos subterfúgios, ao passo que quase nunca acrescenta nada à solidez do bom Direito. Ganha-se com isso em demandar aos tribunais mais freqüentemente e mais demoradamente.

O mesmo raciocínio pode aplicar-se aos postos supérfluos instituídos na administração pública. Administrar aquilo que deveria ser deixado a si mesmo é prejudicar os administrados e fazê-los pagar o mal que lhes fazemos como se fosse um bem.⁵

É impossível, portanto, admitir a opinião de Garnier,⁶ que, do fato de que o trabalho dos médicos, das pessoas da lei e de outras pessoas semelhantes é produ-

² É erroneamente, portanto, que o conde de Verri pretende que os empregos de príncipe, magistrado, militar e padre não se situem imediatamente na esfera dos objetos com que se ocupa a Economia Política. (*Meditazioni sulla Economia Política*, § 24.)

³ Germain Garnier já assinalou esse erro nas notas que acrescentou à sua tradução de Smith.

⁴ Alguns autores, que talvez não tenham dado atenção suficiente a *essas* demonstrações, persistiram em chamar os produtores de produtos imateriais de trabalhadores improdutivos. Não se ganha nada, porém, em lutar contra a natureza das coisas. Os que compreendem um pouco de Economia Política são forçados, a contragosto, a prestar homenagem aos princípios. De Sismondi, por exemplo, depois de falar das despesas feitas em salários de *operários improdutivos*, acrescenta: São consumos rápidos que seguem imediatamente a produção. (*Nouveaux Principes d'Économie Politique*, t. II, p. 203.) Assim, temos aqui operários improdutivos que produzem!

⁵ Que pensar, depois disso, de tantas frases que ouvimos pronunciar, análogas a esta: *Tal formalidade ou tal imposto sempre produzem um bem, que consiste em fazer viver um bom número de empregados ou de coletores?*

⁶ Tradução de Smith, nota 20.

tivo, conclui que é tão vantajoso para uma nação multiplicá-lo quanto qualquer outro. Ficamos sem dúvida contentes em poder conseguir um bom médico quando não pudemos evitar uma doença; mas é melhor ainda não estar doente. Complicar as leis para fazê-las desembaraçar pelos legistas é infligir-se um mal a si mesmo para se ter o trabalho de curá-lo. Como os demais, os produtos imateriais só são produtos na medida em que a vantagem que deles resulta não pode ser adquirida a custos menores; ora, o caminho mais simples para estar livre de um inconveniente é não submeter-se deliberadamente a ele.

Os produtos imateriais são fruto da indústria humana, pois chamamos de indústria qualquer espécie de trabalho produtivo. Percebe-se menos claramente como eles são, ao mesmo tempo, fruto de um capital. Entretanto, a maioria desses produtos são o resultado de um talento; todo talento supõe um estudo prévio, e nenhum estudo pôde ocorrer sem adiantamentos.

Para que o conselho do médico fosse dado e recebido, foi necessário que o médico ou seus pais tenham, durante muitos anos, pagado as despesas de sua instrução; foi preciso que o estudante tenha sido mantido durante todo o tempo que duraram seus estudos; foi preciso comprar livros, fazer viagens, talvez: o que supõe o emprego de um capital anteriormente acumulado.⁷

Passa-se o mesmo com respeito à consulta do advogado, à canção do músico etc.: esses produtos não podem surgir sem o concurso de uma indústria e de um capital. O talento, mesmo de um funcionário público, é um capital acumulado. Os gastos necessários para formar um engenheiro civil ou militar são do mesmo tipo que os adiantamentos que foram necessários para formar um médico. É de se supor inclusive que são considerados bem investidos os fundos que capacitam um jovem a tomar-se funcionário público e bem pagos os trabalhos que compõem sua indústria, pois, em quase todos os setores da administração, há mais postulantes do que vagas, mesmo nos países onde as vagas se multiplicam mais do que deviam.

Na indústria que fornece produtos imateriais, reencontramos as mesmas operações que havíamos observado na análise (realizada no começo desta obra) das operações de qualquer tipo de indústria.⁸ Provemo-lo mediante um exemplo: para que uma simples canção seja executada, foi preciso que a arte do compositor e a do músico executante fossem artes ensinadas e conhecidas, assim como os métodos adequados para adquiri-las: isso é resultado dos trabalhos científicos. A aplicação dessa arte e desses métodos foi feita pelo compositor e pelo músico que julgaram, o primeiro ao compor sua ária, o segundo ao executá-la, que disso podia resultar um prazer a que os homens atribuíam um preço qualquer. A execução, finalmente, apresenta a última das operações da indústria.

Existem, no entanto, produções imateriais nas quais as duas primeiras operações desempenham um papel tão pequeno que podemos simplesmente não levá-las em conta. É o caso do serviço de um doméstico. A ciência do serviço não é nada ou quase nada, e a aplicação dos talentos do servidor, sendo feita por quem o emprega, acaba restando ao servidor apenas a execução servil, que, das operações da indústria, é a que tem menor relevo.

⁷ Para não antecipar o que deverei dizer quando tratar dos lucros da indústria e dos capitais, limitar-me-ei a observar, de passagem, que esse capital é investido a *fundo perdido* no cérebro do médico e que seus honorários não serão pagos de maneira equitativa se não compreenderem, além da recompensa de seu trabalho atual e a recompensa de seu talento (que é um agente com o qual a natureza o gratificou), um juro do capital que foi dedicado à sua instrução; esse juro, além disso, não deve ser simples, mas vitalício.

⁸ Ver supra Livro Primeiro. Cap. VI.

Nesse gênero de indústria — e em alguns outros, de que encontramos exemplos nas últimas classes da sociedade, como na indústria dos carregadores, das cortesãs etc. —, o aprendizado reduzindo-se a nada, os produtos podem, por uma consequência necessária, ser considerados não somente como os frutos de uma indústria muito grosseira, mas ainda como produções das quais os capitais não participam em nada; não creio, com efeito, que os adiantamentos necessários para sustentar a pessoa industriosa, desde sua primeira infância até o momento em que ela se desembaraça sozinha, devam ser considerados como um capital cujos juros sejam pagos pelos lucros que a pessoa em questão faz a seguir. Apresentarei minhas razões quando falar dos salários.⁹

Os prazeres que fruimos às expensas de um trabalho qualquer são produtos imateriais consumidos, no momento de sua produção, pela própria pessoa que os criou. São dessa espécie os prazeres propiciados pelas artes cultivadas apenas para o encantamento. Se aprendo música, consagro a esse estudo um pequeno capital, uma parte de meu tempo e algum trabalho; é ao preço de todas essas coisas que degusto o prazer de cantar uma ária nova ou de participar de um concerto.

O jogo, a dança e a caça são trabalhos desse mesmo gênero. O divertimento que deles resulta é consumido no mesmo instante pelas mesmas pessoas que os executaram. Quando um amador faz um quadro para seu divertimento ou quando executa um trabalho de carpintaria ou de serralheria, cria ao mesmo tempo um produto de valor durável e um produto imaterial que é o seu divertimento.¹⁰

Quando tratamos dos capitais, vimos que alguns contribuem para a criação de produtos materiais e que outros são absolutamente improdutos. Existem outros ainda que são produtores de utilidade ou de prazer e que não se pode, por conseguinte, nem situar na classe dos capitais que servem para a produção de objetos materiais, nem na dos capitais absolutamente inúteis. São desse tipo as casas de habitação, os móveis, os ornamentos, que servem apenas para aumentar os encantos da vida. A utilidade que deles se extrai é um produto imaterial.

Quando um jovem casal se estabelece, a prataria de que se dota não pode ser considerada como um capital absolutamente inútil, pois a família serve-se dela habitualmente; não pode tampouco ser considerada como um capital produtor de produtos materiais, pois daí não resulta nenhum objeto que se possa guardar para consumo em outra ocasião; tampouco se trata de um objeto de consumo anual, pois essa baixela pode durar toda a vida dos esposos e passar para seus filhos; trata-se de um capital produtor de utilidade e de aprazimento. São valores acumulados, isto é, apartados do consumo improdutivo e do consumo produtivo, que, a esse título, não dão lucro nem juros, mas que são produtores de um serviço, de uma utilidade que se consome pouco a pouco; utilidade essa que não deixa de ser um valor positivo, pois por ela se paga oportunamente, como testemunha o que custa o aluguel de uma casa ou de um móvel.

Se deixar a mínima parte de seu capital sob uma forma absolutamente improdutiva é compreender mal seus próprios interesses, já não é ignorá-los, ao contrário, investir uma parte de seu capital, proporcional à sua própria fortuna, sob uma

⁹ Os salários do simples operário manual limitam-se ao que lhe é necessário para viver, ao necessário para que seu trabalho continue e se renove. Não sobra nada para o juro de nenhum capital; mas, na manutenção do simples operário manual, acha-se compreendida a manutenção dos seus filhos até a idade em que passam a ganhar a vida. Sem isso, o trabalho desses operários não bastaria para manter sua classe.

¹⁰ Uma nação indolente e preguiçosa faz pouco uso dos divertimentos que são fruto do exercício das faculdades pessoais. O trabalho é para ela uma pena tão grande que há poucos prazeres capazes de compensá-la. Os turcos nos julgam loucos por nos agitarmos tanto a fim de ter prazer; não percebem que essa fadiga nos custa muito menos do que para eles. Eles preferem os prazeres que lhes são propiciados pela fadiga dos outros. Nesse país, há certamente uma quantidade igual de trabalho empregado para propiciar prazeres, mas esse trabalho é, em geral, feito por escravos que não participam em nada de seu produto.

forma produtora de utilidade ou de amenidade. Desde os móveis grosseiros de um casal indigente até os ornamentos sofisticados e as jóias maravilhosas do rico, há uma imensa variedade de graus na quantidade de capitais que cada um consagra a esse uso. Quando um país é rico, a família mais pobre possui um capital dessa espécie, não considerável, mas suficiente para satisfazer desejos modestos e necessidades pouco requintadas. Alguns móveis úteis e agradáveis que encontramos em todas as habitações comuns anunciam por todo o país uma massa bem maior de riqueza do que essa grande quantidade de mobiliários magníficos e de ornamentos faustuosos que só ocupam os palácios de alguns homens de grande fortuna, ou do que esses diamantes e enfeites que podem maravilhar quando os vemos acumulados numa grande cidade e às vezes reunidos, quase todos simultaneamente, no recinto de um espetáculo ou de uma festa, mas cujo valor é pequeno quando comparado ao mobiliário de toda uma grande nação.

As coisas que compõem o capital produtor de utilidade ou de amenidade, embora se deteriorem lentamente, deterioram-se apesar de tudo. Quando não se tira de sua rendas anuais o necessário para manter esse capital, ele se dissipa e a fortuna se altera.

Essa observação parece banal e, no entanto, quantas pessoas pensam estar gastando apenas suas rendas quando consomem ao mesmo tempo uma parte de seus fundos! Suponhamos, por exemplo, que uma família habite uma casa que construiu; se a construção da casa custou 100 mil francos e se ela deve durar cem anos, custa para essa família, além dos juros de 100 mil francos, uma soma de 1 000 francos por ano, já que, ao cabo de cem anos, não restará nada ou, no mínimo, restará muito pouca coisa desse capital de 100 mil francos.

Esse mesmo raciocínio pode ser aplicado a qualquer outra parte de um capital produtor de utilidade e de amenidade, a um móvel, a uma jóia, a tudo aquilo que o pensamento pode classificar sob essa denominação.

Pela razão inversa, quando se tira alguma coisa de suas rendas anuais, seja qual for a fonte destas, para aumentar seu capital útil ou agradável, aumentam-se seus capitais e sua fortuna, embora não se aumentem suas rendas.

Os capitais desse tipo se formam, como todos os outros sem exceção, pela acumulação de uma parte dos produtos anuais. Não há outra maneira de possuir capitais senão acumulando-os nós mesmos ou recebendo-os de alguém que os acumulou. A esse respeito, então, remeto o leitor ao capítulo XI, onde tratei da acumulação de capitais.

Um edifício público, uma ponte, uma grande estrada são rendas poupadas, acumuladas, que formam um capital cujo rendimento é um produto imaterial consumido pelo público. Se a construção de uma ponte ou de uma estrada, somada à aquisição da terra em que se fez essa construção, custou 1 milhão, pode-se avaliar em 50 mil francos o pagamento que o público faz pelo seu uso anual.¹¹

Há produtos imateriais cuja parte principal é constituída por um pedaço de terra. É desse tipo o prazer que se tira de um parque ou de um jardim de recreação. Esse prazer é fruto de um serviço diário fornecido pelo jardim de recreação e que se consome à medida que se produz.

Observa-se que não se deve confundir um terreno produtor de amenidade com terras absolutamente improdutivas, com terras incultas. Encontra-se aqui uma

¹¹ Se há, além disso, 1 000 francos de manutenção anual, pode-se então avaliar o consumo que o público faz dessa construção em 51 mil francos por ano. Deve-se necessariamente calcular dessa maneira quando se quer comparar o proveito que os contribuintes obtêm pelo uso com os sacrifícios que deles se exigiu. Esse uso, que, por suposição, custa nesse caso 51 mil francos, é barato para o público se lhe propicia anualmente, sobre seus custos de produção, uma poupança que ultrapassa essa soma ou, o que dá no mesmo, um aumento de produtos. Caso contrário, a administração fez com que o público fizesse um mal negócio.

nova analogia entre os fundos de terra e os capitais, pois acabamos de ver que, entre esses, encontram-se alguns que são igualmente produtores de produtos imateriais e outros que são absolutamente inativos.

Nos jardins e nos parques de recreação, sempre há alguma despesa feita com o embelezamento. Nesse caso, há um capital acrescido ao terreno para produzir um produto imaterial.

Há parques de recreação que produzem ao mesmo tempo madeira e pastagens. Estes dão produtos de ambos os tipos. Os antigos jardins franceses não davam nenhum produto material. Os jardins modernos são um pouco mais lucrativos. Seriam ainda mais se neles encontrássemos com mais frequência os produtos da horta e do pomar. Seria, sem dúvida, excesso de severidade censurar um proprietário de boa situação de fortuna pelas porções de sua herdade que ele consagra à pura amenidade. Os doces momentos que então passa aí cercado de sua família, o exercício salutar que realiza, a alegria que respira são bens também, e não os menos preciosos. Que disponha, portanto, de seu terreno segundo sua fantasia; que nele encontremos a marca de seu gosto e até de seu capricho. Mas, se, mesmo em seus caprichos, ele tem um propósito de utilidade, se, sem colher menos prazeres, recolhe também alguns frutos, então seu jardim tem um outro mérito; o filósofo e o estadista nele passearão com maior prazer.

Encontrei um pequeno número de jardins enriquecidos por essa dupla produção. A tília, o castanheiro, o sicômoro e as outras árvores de ornamentação encontravam-se neles, assim como as flores e os gramados; mas as árvores frutíferas, embelezadas de flores na primavera e de frutas no verão, contribuía para a variedade das cores e para a beleza do lugar. Buscando a exposição que lhes favorecia, essas árvores seguiam, ao mesmo tempo, as sinuosidades dos cercados e das aléias. As platibandas e os canteiros revestidos de legumes não eram invariavelmente retos, iguais e uniformes, ajustando-se, ao contrário, às ligeiras ondulações das plantações e do terreno; podia-se passear na maioria das veredas traçadas para a comodidade da cultura. Até o poço coroado de vinha, em que o jardineiro vinha encher seus regadores, era um enfeite. Tudo parecia ter sido posto ali para convencer de que o que é bonito pode ser útil, e que o prazer pode crescer ao mesmo tempo que a riqueza.

Um país inteiro, da mesma maneira, pode enriquecer-se com o que o ornamenta. Se se plantassem árvores em todos os lugares onde podem crescer sem prejudicar outros produtos,¹² não apenas o país ficaria fortemente embelezado, não somente se tornaria mais salubre,¹³ não somente essas árvores multiplicadas provocariam chuvas fecundantes; só o produto de sua madeira, numa região pouco extensa, ascenderia a valores consideráveis.

As árvores têm a vantagem de que seu crescimento se deve quase exclusivamente ao trabalho da Natureza, o trabalho do homem limitando-se ao ato da plantação. Mas plantar não basta: é preciso não ser atormentado pelo desejo de abater. Então, esse caule, magro e frágil na origem, alimenta-se pouco a pouco dos sucos preciosos da terra e da atmosfera; sem que a agricultura intervenha, seu tronco

¹² Em muitos países, acredita-se com excessiva facilidade que as árvores prejudicam os outros produtos. Ao contrário, certamente aumentam mais do que diminuem as rendas das terras, pois os países mais arborizados, como a Normandia, a Inglaterra, a Bélgica e a Lombardia, são, ao mesmo tempo, os mais produtivos.

¹³ Sob a influência da luz solar, as folhas das árvores absorvem o gás carbônico que a combustão e as fermentações orgânicas lançam constantemente na atmosfera. É esse gás deletério que, quando é muito abundante, asfixia e mata os seres animados. A experiência e a teoria tendem a provar que os vegetais aumentam diariamente a quantidade de gás oxigênio livre na atmosfera, o que a torna mais pura. Quando as outras condições permanecem idênticas, as cidades mais saudáveis são aquelas em que se encontram muitos espaços abertos e arborizados. Deveriam ser postas em todos os casos.

se expande e enrijece, seu porte cresce, seus vastos ramos balançam no ar. A árvore não pede ao homem mais do que ser esquecida durante alguns anos; em recompensa (mesmo quando não dá colheitas anuais), quando chega na força da idade, oferece à madeireira, à carpintaria, à fabricação de carroças, o tesouro de sua madeira.

Em todas as épocas, a plantação e o respeito pelas árvores foram fortemente recomendados pelos melhores espíritos. O historiador de Ciro conta, entre os títulos de glória desse príncipe, o de ter plantado toda a Ásia Menor. Em certos países, quando um cultivador se torna pai de uma menina, planta um pequeno bosque que cresce com a criança e que fornece seu dote quando ela se casa. Sully, que tinha tantos propósitos econômicos, plantou, em quase todas as províncias da França, um grande número de árvores; vi muitas a que a veneração pública ainda associava seu nome, lembrando-me das palavras de Addison que, cada vez que via uma plantação, exclamava: *Um homem útil passou por ali*.

Até aqui, tratamos dos agentes essenciais da produção, dos agentes sem os quais o homem não teria outros meios de existir e de fruir além daqueles que a Natureza lhe oferece espontaneamente, e que são bem raros e bem pouco variados. Depois de expor a maneira como esses agentes, cada um no que lhes concerne e todos em conjunto, concorrem para a produção, retomamos o exame da ação de cada um deles em particular, a fim de obter um conhecimento mais completo deles. Examinaremos agora as causas acidentais e estranhas à produção que favorecem ou contrariam a ação dos agentes produtivos.

O Direito de Propriedade

O filósofo especulativo pode ocupar-se em procurar os verdadeiros fundamentos do direito de propriedade; o juríconsulto pode estabelecer as regras que presidem à transmissão das coisas possuídas; a ciência política pode mostrar quais são as garantias mais seguras desse direito; quanto à Economia Política, ela considera a propriedade apenas como o mais poderoso encorajamento à multiplicação das riquezas. Ela pouco ocupar-se-á com o que a fundamenta e garante, desde que ela seja assegurada. Percebe-se, com efeito, que seria em vão que as leis consagrassem a propriedade se o Governo não pudesse fazer respeitar as leis, se a repressão do assalto estivesse acima de seu poder; se ele próprio o praticasse;¹ se a complexidade das disposições legislativas e as sutilezas da chicana tornassem todas inseguras em suas propriedades. Só se pode dizer que a propriedade existe quando ela existe não somente de direito, mas de fato. É só então que a indústria obtém sua recompensa natural e que tira o maior partido possível de seus instrumentos: os capitais e as terras.

Há verdades tão evidentes que parece totalmente supérfluo tentar prová-las. Essa é uma delas. Quem não sabe que a certeza de fruir do rendimento de suas terras, de seus capitais, de seu labor, é o mais poderoso encorajamento que se possa encontrar para valorizá-los? Quem não sabe que ninguém em geral sabe melhor do que o proprietário o partido que esse pode tirar de suas próprias coisas e que ninguém é mais diligente em conservá-las? Ao mesmo tempo, porém, quanto, na prática, as pessoas não se afastam desse respeito das propriedades que julgam tão vantajoso em teoria! Por quão frágeis motivos, muitas vezes, sua violação é proposta! E essa violação, que deveria naturalmente despertar alguma indignação, quão facilmente é escusada por aqueles que não são suas vítimas! É tão pequeno o número de pessoas que sente com alguma vivacidade aquilo que não as fere diretamente ou que, sentindo vivamente, sabe agir como sabe pensar!

Não há propriedade assegurada onde um déspota pode apoderar-se das propriedades de seus súditos sem seu consentimento. A propriedade não é muito mais segura quando o consentimento é meramente ilusório. Se, na Inglaterra, on-

¹ A força de um particular, comparada com a força de seu Governo, é tão pequena que os particulares só têm meios seguros de se garantirem contra as extorsões e abusos de autoridade nos países em que seus direitos são protegidos pela liberdade de imprensa que revela todos os abusos e por uma verdadeira representação nacional que os reprime.

de os impostos só podem ser estabelecidos pelos representantes da nação, o ministério dispusesse da maioria dos votos, seja por meio da influência que exerce sobre as eleições, seja em razão da multidão de cargos que lhe permitiram imprudentemente distribuir, então o imposto não seria realmente votado por representantes da nação; aqueles assim qualificados não passariam, de fato, de representantes do ministério, e o povo inglês faria, forçosamente, sacrifícios enormes para sustentar uma política que não lhe seria em nada favorável.²

Observarei que se pode violar o direito de propriedade não somente se apoderando dos produtos que um homem deve a suas terras, a seus capitais ou à sua indústria, mas ainda perturbando-o no livre emprego desses mesmos meios de produção; o direito de propriedade, com efeito, tal como o definem os jurisconsultos, é o direito de usar e até de abusar.

Assim, é violar a propriedade territorial prescrever a um proprietário o que deve semear ou plantar, proibir-lhe tal cultura ou tal modo de cultivo.

É violar a propriedade do capitalista proibir-lhe este ou aquele emprego de capitais, como quando não se lhe permite fazer depósitos de trigo ou quando ele é obrigado a levar sua prata para a Casa da Moeda ou ainda quando é impedido de construir em seu terreno ou quando lhe é prescrita a maneira de construir.

Viola-se ainda a propriedade do capitalista quando, depois de ele ter comprometido fundos numa indústria qualquer, proíbe-se esse tipo de indústria ou quando esse é sobrecarregado de direitos tão onerosos que são equivalentes a uma proibição. É isso que aconteceu sob o Governo de Bonaparte com respeito ao açúcar de cana, cujo consumo foi reduzido em 4/5. O mesmo Governo apoderou-se da fabricação exclusiva do tabaco, em total detrimento da cultura e das manufaturas que se ocupavam com esse produto.³

É violar a propriedade industrial de um homem proibir-lhe o uso de seus talentos e de suas faculdades, exceto quando atentam aos direitos de um outro homem.⁴

É também violar a propriedade industrial requisitar um homem para certos trabalhos quando ele julgou oportuno consagrar-se a outros; é o que ocorre quando se força um homem que estudou as artes ou o comércio a seguir o ofício militar ou simplesmente a fazer um serviço militar accidental.

Sei muito bem que a manutenção da ordem social, que garante a propriedade, vem antes da própria propriedade; é necessário, porém, que a conservação da

² Essa passagem foi escrita numa época em que o ouro do povo inglês contribuía para subjugar e degradar as nações da Europa. Posteriormente, seu gabinete passou a seguir os conselhos de uma política mais sábia, que não impede, todavia, que pesadíssimos abusos pesem sobre as classes mais numerosas da sociedade, expondo-as a privações ainda maiores que as experimentadas pelas mesmas classes em nações menos industriais e menos opulentas.

³ Cometeria um despropósito quem dissesse: empreguem suas construções e seus utensílios em outra manipulação. Tal localidade e tais utensílios eram apropriados para uma determinada exploração e não poderiam ser aplicados a uma outra sem uma grande perda.

⁴ Os talentos industriais são a mais incontestável das propriedades, pois são conservados pela Natureza e por nossos próprios cuidados. Estabelecem um direito superior ao dos proprietários de terra, que remonta a uma espoliação (não se pode, com efeito, supor que uma terra tenha sido sempre transmitida legitimamente, desde o primeiro ocupante até nossos dias); é também um direito superior ao do capitalista, pois, mesmo supondo que o capital não seja fruto de nenhuma espoliação, mas de uma acumulação lenta efetuada durante muitas gerações, é necessário ainda, exatamente como para a terra, o concurso da legislação para consagrar-lhe a hereditariedade, concurso esse que ela só pôde conceder sob determinadas condições. No entanto, por sagrada que seja a propriedade dos talentos industriais e das faculdades naturais e adquiridas, ela é ignorada não apenas na escravidão, que viola a mais indiscutível das propriedades, mas em muitos outros casos bem menos raros.

O Governo viola a propriedade e as faculdades de uma pessoa quando se apodera de certa indústria, como das indústrias dos agentes de câmbio e dos intermediários, e vende a certos privilegiados o direito exclusivo de exercer essas funções. Viola ainda mais a propriedade quando, sob pretexto de segurança pública ou apenas da segurança do próprio Governo, impede alguém de mudar de lugar ou quando autoriza um policial, um comissário de polícia ou um juiz a nos prender e a nos deter, de tal forma que ninguém tem completa certeza de poder dispor de seu tempo e de suas faculdades nem de concluir um negócio começado. A segurança pública seria mais violada por um assaltante que sempre se tende a reprimir e que sempre é tão prontamente reprimido?

ordem não possa servir de pretexto aos abusos do poder nem que a subordinação dê origem ao privilégio. A indústria precisa de garantias contra esses abusos e jamais a encontramos assumindo um verdadeiro desenvolvimento nos lugares onde comanda uma autoridade sem contrapeso.

As contribuições públicas, mesmo quando consentidas pela nação, são uma violação das propriedades, pois só se podem captar valores tomando-os daqueles que foram produzidos pelas terras, pelos capitais e pelo trabalho das pessoas particulares; por isso, sempre que essas contribuições ultrapassam a soma indispensável para a conservação da sociedade, pode-se considerá-las como uma espoliação.

Existem alguns outros casos, extraordinariamente raros, onde se pode intervir, com alguma vantagem, entre o particular e sua propriedade. É assim que, nos países em que é reconhecido esse infeliz direito do homem sobre o homem, direito que fere todos os outros, põem-se, contudo, alguns limites ao poder do senhor sobre o escravo; também é assim que o temor de provocar a secagem dos cursos d'água ou a necessidade de propiciar à sociedade madeiras de construção naval ou de edificação que são indispensáveis fazem tolerar regulamentos relativos ao corte de florestas particulares;⁵ assim como o temor de perder os minérios que o solo encerra impõe, às vezes, ao Governo a obrigação de intervir na exploração das minas. Percebe-se, com efeito, que, se a maneira de explorar permanecesse inteiramente livre, uma falta de inteligência, uma avidez excessivamente impaciente ou capitais insuficientes poderiam induzir um proprietário a escavações superficiais que esgotariam as porções mais aparentes e muitas vezes menos fecundas de um veio, fazendo também com que se percam os vestígios dos filões mais ricos. Às vezes um veio mineral passa sob o solo de vários proprietários, mas seu acesso só é praticável através de uma única propriedade; nesse caso, é certamente preciso vencer a vontade de um proprietário recalcitrante e determinar o modo de exploração.⁶ Mesmo assim, não ousaria afirmar que não seria preferível respeitar sua idiosincrasia e que a sociedade não ganharia mais em manter invioláveis os direitos de um proprietário do que em fruir de algumas minas a mais.

Por fim, a segurança pública às vezes exige imperiosamente o sacrifício da propriedade particular, e a indenização dada nesse caso não impede que tenha havido violação de propriedade: o direito de propriedade, com efeito, abrange a livre disposição do bem, mas o sacrifício do bem mediante uma indenização é uma disposição forçada.

Quando a autoridade pública não é ela própria espoliadora, fomenta às nações o maior dos benefícios: o de defendê-las dos espoliadores.⁷ Sem essa proteção, que traz o socorro de todos às necessidades de um só, é impossível conceber qualquer desenvolvimento importante das faculdades produtivas do homem, das terras e dos capitais; é impossível conceber a existência dos próprios capitais, pois eles são apenas valores acumulados e que trabalham sob a salvaguarda da autoridade pública. É por essa razão que jamais nação alguma chegou a um grau qualquer de opulência sem estar submetida a um Governo regular; é à segurança fornecida pe-

⁵ É possível, de resto, que, sem as guerras marítimas, algumas das quais têm por causa vaidades pueris ou interesses mal compreendidos; é possível, ainda, que o comércio fornecesse em muito boa conta as melhores madeiras de construção normal e que o abuso de regulamentar as florestas particulares seja apenas a consequência de um outro abuso mais cruel e menos desculpável. Pode-se fazer reflexões do mesmo tipo acerca dos excessos e do monopólio propiciados na França pela extração do salitre e pela fabricação da pólvora. Na Inglaterra, onde não existem esses abusos e onde o Governo compra sua pólvora dos particulares, ela jamais faltou, nem custa tão caro.

⁶ O tradutor americano desta obra observa nessa passagem, numa nota, que convém desconfiar bastante dos motivos alegados quando se trata de prejudicar uma exploração qualquer; motivos igualmente sedutores, com efeito, podem ser alegados para opor obstáculos a um vasto número de outros trabalhos.

⁷ Podemos ser espoliados pela fraude como pela força, por um julgamento iníquo, por uma venda ilusória, por temores religiosos, exatamente como pela rapacidade dos homens de guerra ou pela audácia dos assaltantes.

la organização política que os povos civilizados devem não somente as inúmeras e variadas produções que satisfazem suas necessidades, mas também as belas-artes, os lazeres, frutos de algumas acumulações, e sem os quais não poderiam cultivar os dons do espírito nem, por conseguinte, atingir toda a dignidade que a natureza do homem comporta.

Mesmo o pobre, o que não possui nada, não está menos interessado do que o rico no respeito dos direitos de propriedade. Ele só pode tirar partido de suas faculdades com auxílio das acumulações que foram feitas e protegidas; tudo o que se opõe a essas acumulações ou que as dissipa prejudica essencialmente seus meios de ganhar; ora, a miséria, a ruína das classes indigentes sempre acompanha a pilhagem e a ruína das classes ricas. É por um sentimento confuso dessa utilidade do direito de propriedade, tanto quanto por causa do interesse privado dos ricos, que, em todas as nações civilizadas, o atentado às propriedades é perseguido e punido como um crime. O estudo da Economia Política é muito adequado para justificar e fortalecer essa legislação e explica por que os felizes efeitos do direito de propriedade são tanto mais notáveis quanto está mais bem garantido pela constituição política.

Os Mercados

Os empresários dos diversos ramos da indústria costumam dizer que a dificuldade não é produzir, mas vender, e que as mercadorias sempre seriam produzidas em número suficiente, desde que pudessem encontrar facilmente seu mercado. Quando a colocação de seus produtos é lenta, penosa e pouco vantajosa, eles dizem que o *dinheiro é raro*; o objeto de seus desejos é um consumo ativo que multiplica as vendas e sustenta os preços. Se lhes perguntamos, porém, que circunstâncias e que causas favorecem a colocação de seus produtos, percebemos que a maioria só tem idéias confusas sobre essas questões, que observa mal os fatos, explicando-os pior ainda, que considera certo o que é duvidoso, que deseja algo diretamente contrário a seus interesses e que procura obter da autoridade uma proteção que é fecunda em maus resultados.

Para formar idéias mais seguras e de alta aplicação com relação ao que propicia mercados aos produtos da indústria, façamos a análise dos fatos mais conhecidos e mais constantes; aproximemo-nos daquilo que já aprendemos pela mesma via; dessa maneira, talvez venhamos a descobrir verdades novas e importantes, próprias a esclarecerem os desejos dos homens industriais e de natureza a assegurar o curso dos Governos ciosos de protegê-los.

O homem cuja indústria se aplica em conferir valor às coisas criando-lhes um uso qualquer só pode esperar que esse valor seja apreciado e pago onde outros homens têm os meios de adquiri-los. Em que consistem tais meios? Em outros valores, outros produtos, frutos de sua indústria, de seus capitais e de suas terras: daí resulta, embora à primeira vista pareça um paradoxo, que é a produção que propicia mercados aos produtos.

Se um negociante de tecidos se permitisse dizer: *Não são outros produtos que peço em troca do meu, é dinheiro*, seria fácil provar-lhe que seu comprador só está em condições de pagá-lo em dinheiro pelas mercadorias que vende, por sua vez. “Tal agricultor, podemos responder-lhe, comprará seus tecidos se suas colheitas forem boas e comprará tanto mais quanto mais tiver produzido. Não poderá comprar nada se não produzir nada.

“Você mesmo não estará em condições de comprar-lhe seus trigos e suas lãs senão na medida em que produzir tecidos. Você pretende que é dinheiro que precisa: afirmo que são outros produtos. Com efeito, para que deseja esse dinheiro? Não é com o propósito de comprar matérias-primas para sua indústria ou comestí-

veis para sua boca?¹ Veja que são produtos que você precisa e não dinheiro. A soma de dinheiro que for usada na venda de seus produtos e na compra que você fizer dos produtos de um outro servirá para o mesmo uso, pouco depois, entre dois outros contratantes; será em seguida usada por outros e por outros ainda, interminavelmente: exatamente como uma carroça que, depois de transportar o produto que você vender, transportará um outro e depois um outro. Quando você não vende com facilidade seus produtos, dirá que é porque os compradores não têm viaturas para levá-los? Pois bem, o dinheiro é apenas a viatura do valor dos produtos. Todo seu uso consiste em transportar até você o valor dos produtos que o comprador havia vendido para comprar os seus; da mesma maneira, ele transportará para aquele de quem você fizer uma compra o valor dos produtos que você vender a outros.

“É, portanto, com o valor de seus produtos, transformado momentaneamente em uma soma de dinheiro, que você compra e que todo o mundo compra as coisas de que precisa. Não fosse assim, como se faria para comprar hoje na França, em um ano, 6 ou 8 vezes mais coisas do que se comprava sob o reinado miserável de Carlos VI? É evidente que é porque aqui se produz 6 ou 8 vezes mais coisas e que se compram essas coisas umas com as outras.”

Quando, então, se diz: *As vendas vão mal porque o dinheiro está raro*, toma-se, dessa maneira, o meio pela causa; comete-se um erro proveniente do fato de que quase todos os produtos se convertem em dinheiro antes de serem trocados por outras mercadorias e do fato de que uma mercadoria que se mostra com tanta frequência parece ao vulgo ser a mercadoria por excelência, isto é, o termo de todas as transações de que ela é apenas o intermediário. Não se deveria dizer: as vendas vão mal porque o dinheiro está raro, mas, sim, porque os outros produtos estão raros. Sempre há dinheiro suficiente para servir à circulação e à troca recíproca dos outros valores quando esses valores existem realmente. Quando o dinheiro vem a faltar à massa dos negócios, isso é facilmente remediado, e a necessidade de remediar é a indicação de uma circunstância bem favorável: é prova de que há grande quantidade de valores produzidos com os quais se deseja obter grande quantidade de outros valores. A mercadoria intermediária que facilita todas as trocas (a moeda) é facilmente substituída nesse caso por meios conhecidos dos negociantes² e rapidamente a moeda aparece, pela razão de que a moeda é uma mercadoria e de que qualquer espécie de mercadoria vai aos lugares em que dela há necessidade. É um bom sinal quando falta dinheiro às transações, assim como é um bom sinal quando faltam mercadorias nos armazéns.

Quando uma mercadoria muito abundante não encontra compradores, não é a falta de dinheiro que paralisa sua venda, pois, do contrário, os vendedores dessa mercadoria considerar-se-iam felizes em receber seu valor nesses gêneros que servem para seu consumo, avaliados ao curso do dia; não procurariam numerário e não teriam nenhuma necessidade dele, pois só o desejavam para transformá-lo em artigos de seu consumo.³

O produtor que acreditasse que seus consumidores se compõem — além da-

¹ Ainda que fosse para esconder a soma, o fim último é sempre comprar alguma coisa com ela. Se não é quem esconde, é seu herdeiro ou alguém em cujas mãos cai a soma por um acidente qualquer; a moeda, com efeito, enquanto moeda, não pode servir para nenhum outro uso.

² Títulos ao portador, bilhetes de banco, créditos abertos, compensações de créditos, como em Amsterdam ou em Londres.

³ Por seu consumo entendo todo o consumo que fazem, seja qual for sua natureza; tanto o que é improdutivo e satisfaz suas necessidades e as de sua família, como o que é reprodutivo e alimenta sua indústria. Um fabricante de lã e um fabricante de algodão consomem ao mesmo tempo lã e algodão para seu uso e para uso de suas manufaturas; mas, seja qual for o objetivo do consumo, quer consumam para reproduzir, quer para fruir, procuram comprar o que consomem com o que produzem.

queles que produzem por seu lado — de muitas outras classes que não produzem materialmente, como funcionários públicos, médicos, autoridades, padres etc., e daí induzisse a existência de mercados outros que não aqueles apresentados pelas pessoas que também produzem; o produtor, dizia, que raciocinasse assim provaria que está ligado às aparências e que não penetra no fundo das coisas. Com efeito, um padre vai a um comerciante para comprar uma estola ou uma sobrepeliz. O valor que leva ao comerciante encontra-se sob forma de uma soma de dinheiro: de quem a recebeu? De um coletor que a tirou de um contribuinte. De quem a recebeu o contribuinte? Tinha sido produzida por ele. É esse valor produzido, inicialmente trocado por escudos, depois dado a um padre, que permitiu que este fosse fazer sua compra. O padre substituiu o produtor, e o produtor, não fosse isso, poderia ter comprado para si mesmo, com o valor de seu produto, não uma estola ou uma sobrepeliz, mas qualquer outro produto mais útil. O consumo que foi feito do produto chamado sobrepeliz ocorreu às expensas de outro consumo. De qualquer maneira, a compra de um produto só pode ser feita com o valor de um outro.⁴

A primeira conseqüência que se pode tirar dessa verdade importante é que, em qualquer Estado, quanto mais os produtores são numerosos e as produções multiplicadas, tanto mais os mercados são fáceis, variados e amplos.

Nos lugares que produzem muito, cria-se a única substância com a qual se compra: refiro-me ao *valor*. O dinheiro desempenha somente um ofício passageiro nessa troca dupla; e, terminadas as trocas, verifica-se sempre: produtos foram pagos com produtos.

É bom observar que um produto acabado oferece, a partir desse instante, um mercado para outros produtos equivalente a todo o montante de seu valor. Com efeito, quando o último produtor acabou um produto, seu maior desejo é vendê-lo para que o valor desse produto não fique ocioso em suas mãos. Por outro lado, porém, ele tem igual pressa em desfazer-se do dinheiro que sua venda lhe propicia, para que o valor do dinheiro tampouco fique ocioso. Ora, não é possível desfazer-se de seu dinheiro, senão procurando comprar um produto qualquer. Vê-se, portanto, que só o fato da criação de um produto abre, a partir desse mesmo instante, um mercado para outros produtos.

É por isso que uma boa colheita não favorece apenas os cultivadores, mas também, ao mesmo tempo, os vendedores de todos os outros produtos. Compra-se mais sempre que se colhe mais. Uma colheita má, ao contrário, prejudica todas as vendas. O mesmo acontece com respeito às colheitas feitas pelas artes e o comércio. Um ramo de comércio que prospera fornece com que comprar, propiciando, conseqüentemente, vendas a todos os demais comércios; por outro lado, quando uma parte das manufaturas ou dos tipos de comércio entra em declínio, a maior parte dos outros sofre com isso.

Sendo assim, de onde vem — perguntar-se-á — essa quantidade de mercadorias que, em determinadas épocas, obstruem a circulação, sem poder encontrar compradores? Por que essas mercadorias não se compram umas às outras?

⁴ O capitalista que gasta o juro que retira de seus capitais gasta sua parte dos produtos para os quais seus capitais concorreram. O Livro Segundo desenvolve as leis segundo as quais ele participa dos produtos: e, quando ele dissipa os próprios fundos de seus capitais, são sempre produtos que ele gasta, pois seus capitais não passam eles próprios de produtos, reservados, é verdade, para um consumo reprodutivo, mas extremamente capazes de serem gastos improduttivamente, como acontece sempre que são dissipados.

Quando se divide uma nação em produtores e consumidores, faz-se a mais tola das distinções. Todo o mundo, sem exceção, consome. Com raríssimas exceções, todo o mundo produz mais ou menos, uns por seus trabalhos pessoais, outros pelos trabalhos de seus capitais ou de suas terras e seria desejável que se produzisse de maneira ainda mais geral e mais ativa; nesse caso, consumir-se-ia com menos freqüência, em lugar de seus próprios produtos, o fruto dos trabalhos dos outros, que, eles próprios, teriam para gastar valores de que não estariam privados.

Minha resposta é que mercadorias que não se vendem ou que se vendem com perda ultrapassam a soma das necessidades que delas se tem, seja porque foram produzidas em quantidades excessivas, seja porque outras produções decaíram. Certos produtos se encontram em grande abundância porque outros vieram a faltar.

Em termos mais vulgares: muitas pessoas compraram menos porque ganharam menos;⁵ e ganharam menos porque encontraram dificuldades no emprego de seus meios de produção ou então porque esses meios lhe faltaram.

Por isso, pode-se observar que as épocas em que certos gêneros não se vendem bem são exatamente aquelas em que outros gêneros sobem a preços excessivos;⁶ ora, como esses preços elevados seriam motivo para favorecer sua produção, é preciso que causas maiores ou meios violentos, como desastres naturais ou políticos, a avidez ou a incapacidade dos Governos, mantenham por força essa penúria, de um lado, que causa uma obstrução, do outro. Quando cessa essa causa de doença política, os meios de produção se voltam para as estradas em que a produção permaneceu atrasada; avançando por esses caminhos, ela favorece o avanço da produção em todos os outros. Um tipo de produção raramente ultrapassaria os demais e seus produtos seriam raramente aviltados se sempre se deixassem todos à sua inteira liberdade.⁷

Uma segunda consequência do mesmo princípio é que cada um está interessado na prosperidade de todos e que a prosperidade de uma espécie de indústria favorece a prosperidade de todas as outras. Com efeito, sejam quais forem a indústria que se cultive e o talento que se exerça, encontra-se-lhes o emprego e tira-se-lhes um lucro tanto melhor quanto mais se está cercado de pessoas que também ganham. Um homem de talento, encontrado a vegetar tristemente numa região que declina, encontraria mil empregos para suas faculdades numa região produtiva em que se poderia empregá-lo e pagar sua capacidade. Um vendedor, situado numa cidade industriosa e rica, vende por somas bem mais consideráveis do que aquele que habita um cantão pobre onde dominam a indolência e a preguiça. Que

⁵ Em todos os Estados, os ganhos se compõem, desde o maior negociante até o mais simples operário manual, da parte que se obtém nos valores produzidos. As proporções segundo as quais se faz essa distribuição constituem a matéria do Livro Segundo desta obra.

⁶ É fácil para qualquer leitor aplicar essas observações gerais aos países e às épocas que conhece. Tivemos um exemplo bem marcante na França, nos anos 1811, 1812 e 1813, quando se viu o preço exorbitante dos gêneros coloniais, do trigo e de vários outros produtos aparecerem simultaneamente com o aviltamento de muitos gêneros que só encontravam mercados desvantajosos.

⁷ Essas considerações, que são fundamentais para qualquer Tratado ou Memória escritos sobre questões comerciais e para qualquer operação da administração relativa aos mesmos objetos, até o presente, permaneceram quase integralmente estranhas a elas. Parece que a verdade só foi encontrada por acaso e que o bom caminho só foi tomado (quando por felicidade o foi) por um confuso sentimento do que convinha, sem que se estivesse convencido e sem dispor dos meios de convencer os outros.

De Sismondi, que parece não ter entendido bem os princípios estabelecidos neste capítulo e nos três primeiros capítulos do Livro Segundo desta obra, cita, como prova de que se pode *produzir em excesso*, essa imensa quantidade de produtos manufaturados com os quais a Inglaterra sobrecarrega os mercados estrangeiros. (*Nouveaux Principes* etc. Livro Quarto. Cap. 4.) Essa superabundância prova apenas a insuficiência da produção nos lugares que são excessivamente abundantes os produtos ingleses. Se o Brasil produzisse o bastante para comprar os produtos ingleses que são levados a ele, esses produtos não ficariam travancados nesse país. Para isso, seria preciso que o Brasil fosse mais industrial, que possuísse mais capitais, que suas aduanas deixassem completa liberdade na escolha das mercadorias que se considerasse oportuno levar para lá, que as alfândegas inglesas não fossem mais um obstáculo à entrada das mercadorias do Brasil na Inglaterra e que deixassem toda a liberdade na escolha das mercadorias de retorno.

O sentido do presente capítulo não é que não se possa produzir uma determinada mercadoria *em excesso* em relação às necessidades, mas somente que o que favorece o consumo de uma mercadoria é a produção de outra.

O tradutor desta obra para o inglês, C. R. Prinsep, a essa nota acrescentou outra, a saber:

“As opiniões de Sismondi a esse respeito foram adotadas por Malthus e as de nosso autor, por Ricardo. Disso resultou uma discussão interessante entre nosso autor e Malthus. Se os argumentos contidos neste capítulo precisassem de confirmação, esta seria encontrada nas Cartas de J.-B. Say endereçadas a Malthus sobre essa questão e sobre alguns outros pontos da ciência. Sismondi, nos *Annales de Législation*, tentou em vão responder a Ricardo, silenciando sobre seu primeiro antagonista.

fariam um manufator ativo ou um hábil negociante numa cidade mal povoada e mal civilizada de certas regiões da Espanha ou da Polônia? Embora não encontrasse aí nenhum concorrente, venderia pouco porque aí se produz pouco; ao passo que, em Paris, Amsterdam ou Londres, apesar da concorrência de cem vendedores como ele, poderia fazer grandes negócios. A razão disso é simples: ele está cercado de pessoas que produzem muito e grande número de gêneros e que fazem compras com o que produziram, isto é, com o dinheiro proveniente da venda do que produziram.

Essa é a fonte dos lucros que os habitantes das cidades fazem em relação aos habitantes do campo, e estes fazem em relação aos primeiros: uns e outros têm tanto mais com que comprar quanto produzem. Uma cidade cercada de ricos campos encontra aí compradores numerosos e ricos, e, na vizinhança de uma cidade opulenta, os produtos do campo têm valor bem maior. É por uma distinção fútil que as nações se classificam em nações agrícolas, manufatureiras e comerciantes. Se uma nação é bem sucedida na agricultura, é razão para que prosperem suas manufaturas e seu comércio; se suas manufaturas e seu comércio são florescentes, sua agricultura irá melhor.⁸

Em relação à nação vizinha, uma nação está no mesmo caso que uma província em relação a outra e que uma cidade em relação ao campo: ela está interessada em vê-la prosperar e está segura de aproveitar de sua opulência. É com razão, por conseguinte, que os Estados Unidos sempre procuraram fornecer indústria às tribos selvagens de que estão cercados: quiseram que elas tivessem alguma coisa a dar em troca, pois não se ganha nada com povos que não têm nada a dar. É muito precioso, para a humanidade, que uma nação entre as demais se conduza, em todas as circunstâncias, de acordo com os princípios liberais. Os brilhantes resultados que ela alcançará com eles demonstrarão que os *vãos sistemas*, que as *funes-tas teorias* são as máximas exclusivas e ciumentas dos velhos Estados da Europa, que os enfeitam desavergonhadamente com o nome de *verdades práticas* porque as põem, infelizmente, em prática. A união americana terá a glória de provar pela experiência que a mais alta política está de acordo com a moderação e com a humanidade.⁹

Uma terceira consequência desse princípio fecundo é que a importação dos produtos estrangeiros favorece a venda dos produtos nativos. Só podemos, com efeito, comprar as mercadorias estrangeiras com os produtos de nossa indústria, de nossas terras e de nossos capitais, para os quais, conseqüentemente, esse comércio fornece um mercado. — É em dinheiro, dir-se-á, que pagamos as mercadorias estrangeiras. — Ainda que fosse assim, já que nosso solo não produz dinheiro, é preciso comprar esse dinheiro com produtos de nossa indústria; assim, então, quer

⁸ Qualquer grande estabelecimento produtivo vivifica toda a sua vizinhança. "No México, os campos mais bem cultivados, os que trazem ao espírito do viajante os mais belos campos da França, são as planícies que se estendem de Salamanca até a direção de Silao, Guanaxuato e Villa de Leon e que cercam as minas mais ricas do mundo conhecido. Em todos os lugares em que foram descobertos os filões metálicos, nas partes mais incultas das cordilheiras, em planaltos isolados e desertos, a exploração das minas, longe de frear a cultura do solo, favoreceu-a singularmente... A fundação de uma cidade segue imediatamente a descoberta de uma mina considerável... Fazendas se estabelecem em volta, e uma mina, que parecia de início isolada no meio das montanhas desertas e selvagens, liga-se em pouco tempo às terras lavradas antigamente." (HUMBOLDT. *Essai Politique sur la Nouvelle-Espagne*.)

⁹ Antes dos últimos progressos da Economia Política, essas verdades tão importantes eram desconhecidas, não somente do vulgo, mas dos espíritos mais judiciosos e mais esclarecidos. Lemos em Voltaire: "A condição humana é tal que desejar a grandeza de seu país é desejar algo de mau a seus vizinhos... É claro que um país não pode ganhar sem que outro perca." (*Dictionnaire Philosophique*. Artigo "Patrie".) Acrescenta que, para ser cidadão do universo, não se deve querer sua pátria nem maior nem menor nem mais rica nem mais pobre; é uma consequência do mesmo erro. O verdadeiro cosmopolita não deseja que sua pátria estenda sua dominação, porque ela compromete assim sua própria felicidade; mas deseja que ela se torne mais rica, pois a prosperidade de seu país favorece a todos os demais.

se paguem as compras feitas no estrangeiro em mercadorias quer em dinheiro, essas compras fornecem idênticos mercados à indústria nacional.

Por uma quarta conseqüência do mesmo princípio, o consumo puro e simples, o que tem por único objeto provocar novos produtos, não contribui em nada para a riqueza do país. Esse consumo destrói, de um lado, o que faz produzir, de outro. Para que o consumo seja favorável, é necessário que preencha seu objetivo essencial que é o de satisfazer as necessidades. Quando Napoleão exigia que se comparasse à sua corte com roupas bordadas, causava a seus cortesãos uma perda igual, no mínimo, aos ganhos que propiciava a seus bordadores. Era pior ainda quando autorizava, mediante licenças, um comércio clandestino com a Inglaterra, encarregado de exportar em mercadorias francesas um valor igual ao que se queria importar. Os negociantes que faziam uso dessas licenças carregavam seus navios com mercadorias que, não podendo ser admitidas do outro lado do canal, eram lançadas ao mar na saída do porto. O Governo, completamente ignorante de Economia Política, aplaudia essa manobra como se ela fosse favorável a nossas manufaturas. Qual era, contudo, seu efeito real? O negociante, obrigado a perder o valor total das mercadorias francesas que exportava, vendia, levando isso em conta, o açúcar e o café que trazia da Inglaterra, e o consumidor francês pagava o montante dos produtos que não havia fruído. Era como se, para encorajar as fábricas, comprássemos, às expensas dos contribuintes, os produtos manufaturados para jogá-los ao mar.¹⁰

Para estimular a indústria, não basta o consumo puro e simples: é preciso favorecer o desenvolvimento dos gostos e das necessidades que fazem nascer nas populações a vontade de consumir, assim como, para favorecer a venda, é preciso ajudar os consumidores a obter ganhos que os capacitem a comprar. São as necessidades gerais e constantes de uma nação que a estimulam a produzir a fim de alcançar o poder de comprar e que, dessa maneira, dão lugar a consumos permanentemente renovados e favoráveis ao bem-estar das famílias.¹¹

Depois de compreender que a demanda dos produtos em geral é tanto maior quanto mais ativa for a produção, verdade estabelecida não obstante seu aspecto paradoxal, não deve exigir muito esforço saber para que ramo da indústria é desejável que a produção se dirija. Os produtos criados fazem nascer demandas diversas, determinadas pelos costumes, necessidades, situação dos capitais, da indústria e dos agentes naturais do país; as mercadorias mais procuradas são aquelas que apresentam, pela concorrência dos que as procuram, os maiores lucros para os capitais a elas consagrados, os maiores lucros para os empresários e os melhores salários para os operários; e são essas as mercadorias preferencialmente produzidas.

Talvez se quisesse saber qual seria o termo de uma produção crescente e na qual os produtos, cada dia mais consideráveis, fossem permanentemente trocados uns pelos outros; pois, afinal, só há progressões infinitas nas quantidades abstratas e, na prática, a natureza das coisas põe limites a todos os excessos. Ora, é a Economia Política prática que estudamos aqui.

¹⁰ A Inglaterra desejava ardentemente vender barato seus gêneros coloniais à França. Embora em guerra, era conveniente permiti-lo. Nesse caso, os franceses, em lugar de gastarem 50 milhões em açúcar, gastariam apenas 25, sobrando-lhes, então, 25 milhões anualmente para comprar as mercadorias francesas que se lançavam ao mar; a mesma produção teria ocorrido e não haveria perda para ninguém.

¹¹ Uma nota acrescentada nesse lugar à tradução inglesa deste livro obriga-me a desenvolver um pouco mais minha idéia. O tradutor me acusava de desacreditar qualquer consumo que não seja produtivo; ora, se eu pude ser compreendido dessa forma, é que expressei mal meu pensamento. Sei muito bem que o objetivo essencial da produção é satisfazer as necessidades do homem; queria somente acrescentar que, quando é improdutivo, ele não é acompanhado de nenhuma outra vantagem e que, por conseguinte, se quisermos encontrar-lhe vantagens, é preciso, provavelmente, fazer nascer as necessidades. Há então maior desenvolvimento das faculdades do homem, maior capacidade para produzir e para fruir, mais civilização e, como seria bastante fácil prová-lo, mais faculdades morais e intelectuais.

A experiência ainda não nos ofereceu o exemplo de uma nação completamente dotada de todos os produtos que ela é capaz de criar e consumir. Podemos, contudo, teoricamente estender a todos os produtos, de forma sucessiva, o que observamos em alguns. Além de certo ponto, as dificuldades que acompanham a produção, e que são, em geral, superadas pelos serviços produtivos, crescem numa proporção mais rápida, não demorando em ultrapassar a satisfação que pode resultar do uso que se faz do produto. Nesse caso, pode-se com certeza criar uma coisa útil, mas sua utilidade não vale o que custa, e ela não preenche a condição essencial de um produto, que é de, pelo menos, igualar em valor seus custos de produção. Quando já se obtiveram de um território todos os gêneros alimentícios que dele se podem obter, se, então, se trouxerem de mais longe novos gêneros alimentícios, sua produção pode achar-se tão dispendiosa que a coisa obtida não valerá o que custa. Se o trabalho de trinta jornadas feito por alguns homens só pudesse alimentá-los por vinte dias, não seria possível adotar essa produção; ela não favoreceria o desenvolvimento de novos indivíduos, os quais, por conseguinte, não formariam a demanda de novas roupas, de novas habitações etc.

Na verdade, sendo o número de consumidores limitado pelos gêneros alimentícios, suas outras necessidades podem se multiplicar indefinidamente, e os produtos capazes de satisfazê-las podem multiplicar-se da mesma maneira e se trocarem entre si. Podem multiplicar-se também para formar acumulações e capitais. No entanto, tomando-se as necessidades cada vez menos prementes, imagina-se que os consumidores fariam gradualmente menos sacrifícios para satisfazê-los, isto é, seria cada vez mais difícil encontrar no preço dos produtos uma justa indenização dos seus custos de produção. Apesar disso, permanece verdadeiro que os produtos se vendem tanto melhor quanto mais necessidades têm as nações e quanto mais objetos podem oferecer em troca; isto é, são mais globalmente civilizadas.

Que Vantagens Resultam da Atividade de Circulação¹ do Dinheiro e das Mercadorias

Ouve-se muitas vezes elogiar as vantagens de uma circulação ativa, isto é, de vendas rápidas e multiplicadas. Trata-se apreciá-las em seu justo valor.

Os valores empregados no curso da produção só podem *realizar-se* em dinheiro e servir para uma nova produção quando chegam ao estado de produto acabado e são vendidos ao consumidor. Quanto mais cedo um produto é acabado e vendido, tanto mais cedo também essa porção de capital pode aplicar-se num novo uso produtivo. Esse capital, ocupado durante menos tempo, custa menos juros e há economia sobre os custos de produção; é vantajoso, portanto, que as transações que ocorrem no curso da produção se façam ativamente.

Examinemos, no exemplo de uma peça de tecido pintado, os efeitos dessa atividade de circulação.

Um negociante faz uma remessa de mercadorias da Europa para o Brasil e traz algodão desse país. É de sua conveniência que seus agentes na América façam rapidamente suas vendas, suas compras e suas remessas. Ao chegar o algodão, deve querer vendê-lo rapidamente a um negociante francês, a fim de recuperar mais cedo seus adiantamentos e poder recomeçar uma operação nova e igualmente lucrativa. Ora, se o negociante francês não guarda muito tempo em seu armazém esse mesmo algodão; se o vende rapidamente ao fiandeiro; se este, depois de tê-lo transformado em fio, o vende rapidamente ao tecelão; se este vende rapidamente seu tecido ao tintureiro; se este o vende sem muito tardar ao vendedor varejista e este ao consumidor, essa circulação ativa terá ocupado durante menos tempo a porção de capital empregada por esses diferentes produtores; menos lucros terão sido perdidos, e haverá, portanto, menos despesas, e o capital, mais rapidamente restituído a novas funções, poderá concorrer para algum produto novo.

Todas essas diferentes vendas, todas essas compras e muitas outras que suprimimos para abreviar² foram necessárias para que o algodão do Brasil seja usado em roupas de tecido pintado; trata-se de um número equivalente de operações produ-

¹ Essa palavra, como a maioria dos termos da Economia Política, é diariamente empregada de forma totalmente aleatória, mesmo por pessoas que atribuem algum valor à precisão: "Quanto mais a circulação é igualmente repartida, diz um acadêmico, tanto menos indigência há em uma nação." Peço desculpas a La Harpe, mas, nessa frase, extraída de um de seus livros, a palavra *circulação* não significa nem pode significar nada.

² Como, por exemplo, a compra das operações executadas pelos diferentes operários (pois o pagamento de um salário é, com efeito, a compra de uma operação aplicada num produto); a compra das matérias que serviram nos diversos

tivas a que se submete esse produto; e, quanto mais rápidas forem essas operações, mais vantajosa será essa produção. Mas, se numa mesma cidade a mesma mercadoria fosse comprada e vendida várias vezes durante um ano, sem que novas operações lhe fossem aplicadas, essa circulação seria funesta em vez de vantajosa e aumentaria os custos em vez de poupá-los. Não se pode comprar e revender sem nisso empregar um capital; ora, não se pode empregar um capital sem que custe um juro, independentemente da perda que a mercadoria possa sofrer.

É assim que a agiotagem sobre as mercadorias causa necessariamente uma perda, seja ao agiota, se a agiotagem não encarece o artigo, seja ao consumidor, se ela encarecê-lo.³

A circulação é tão ativa quanto possa sê-lo utilmente quando uma mercadoria, no momento em que se encontra apta a sofrer nova transformação, passa para as mãos de um novo agente de produção e quando, no momento em que sofreu todas as transformações, passa para as mãos daquele que deve consumi-la. Toda agitação, todo movimento que não se dirige para esse fim, longe de ser um crescimento de atividade na circulação, é um atraso na marcha do produto, um obstáculo à circulação, uma circunstância a ser evitada.

Quanto à rapidez que uma indústria mais perfeita pode introduzir na elaboração dos produtos, trata-se de um aumento de rapidez, não na circulação, mas nas operações produtivas. De resto, a vantagem daí resultante é do mesmo tipo: é um emprego menos prolongado dos capitais.

Não faço nenhuma diferença entre a circulação das mercadorias e a da moeda porque não há de fato nenhuma. Quando uma soma de dinheiro permanece algum tempo nos cofres de um negociante, é uma porção de seu capital que fica ociosa, exatamente como a parte do capital que está em seu armazém sob a forma de mercadoria em condições de ser vendida.

O melhor estímulo para a circulação útil é o desejo que cada um tem, sobretudo os produtores, de só perder o mínimo possível o juro dos fundos comprometidos no exercício de sua indústria. A circulação é penosa onde uma indústria imperfeita só pode criar produtos de pouco uso ou muito caros, onde impostos pesados e numerosos encarecem os produtos, obrigando a maioria dos consumidores a dispensá-los. Ela se reprime muito mais pelas contrariedades que experimenta do que por sofrer falta de incentivo. São as guerras, os embargos, os direitos de difícil quitação, o perigo ou a dificuldade das comunicações que a entram. Ela é lenta também nos momentos de temor e de incerteza, quando a ordem pública está ameaçada e quando qualquer espécie de empreendimento é arriscado. É lenta quando pensamos estar sujeitos às contribuições arbitrárias e quando cada um se esforça em esconder suas faculdades. É lenta numa época de agiotagem, quando as variações súbitas ocasionadas pelo jogo sobre as mercadorias fazem com que algumas pessoas esperem um benefício baseado numa simples variação nos preços; a mercadoria fica, então, à espreita de uma alta e o dinheiro à espreita de uma baixa: das duas partes, temos capitais ociosos, inúteis para a produção.

Em tais épocas, quase não existe circulação além daquela dos produtos que correriam o risco de se deteriorarem na espera, como as frutas, os legumes, os cereais, e tudo o que se estraga ao ser guardado. As pessoas preferem, então, passar por cima dos inconvenientes ligados à venda a arriscarem-se a perder uma parte

períodos da fabricação, como a compra das cores que o tintureiro imprime sobre o tecido e cuja revenda está compreendida na venda que se faz do produto etc.

³ O comércio de especulação é, às vezes, útil ao retirar da circulação uma mercadoria quando seu preço muito baixo desencoraja o produtor, para repô-la em circulação quando sua escassez aumentou-lhe excessivamente o preço às expensas do consumidor.

considerável, e, às vezes, a totalidade dos gêneros que possuem. E quando é a moeda que se deteriora, as pessoas procuram trocá-la, desfazendo-se dela por todos os meios. É esse motivo que causou, em parte, a prodigiosa circulação que ocorreu durante o período em que foi crescente o descrédito do papel-moeda emitido sob a Revolução. Todo o mundo empenhava-se em encontrar emprego para um papel-moeda cujo valor se evaporava de hora em hora: ele só era recebido para investir; parecia queimar quem o tocasse. Nesses tempos, pessoas que jamais haviam feito o comércio nele se imiscuíram; fundaram-se manufaturas, construiu-se, reformaram-se casas, mobiliaram-se apartamentos; as pessoas não lamentavam nenhum gasto, mesmo para seus prazeres, até que, finalmente, terminaram de consumir ou de investir ou de perder tudo o que tinham de valores sob a forma de papel-moeda.

Efeitos dos Regulamentos Administrativos que Têm por Objetivo Influir Sobre a Produção

Não existe, na verdade, nenhum ato do Governo que não exerça alguma influência sobre a produção. Neste capítulo, contentar-me-ei em falar daqueles que têm por objetivo especial influir sobre ela, reservando-me para desenvolver os efeitos do sistema monetário, dos empréstimos e dos impostos quando tratar dessas matérias diretamente.

O objetivo dos Governos, ao procurar influir sobre a produção, é determinar a produção de certos produtos que julgam mais dignos de serem favorecidos do que outros ou então prescrever maneiras de produzir que julgam preferíveis a outras. Os resultados dessa dupla pretensão no que respeita à riqueza nacional serão examinados nos dois primeiros parágrafos deste capítulo. Nos dois parágrafos seguintes, aplicarei os mesmos princípios a dois casos particulares: as companhias privilegiadas e o comércio de cereais, em razão de sua grande importância e com o fim de fornecer aos princípios novas provas e novos desenvolvimentos. Ao fazê-lo, veremos quais são as circunstâncias em que razões suficientes parecem impor alguns desvios aos rumos que os princípios gerais prescrevem. Em administração, os grandes males não vêm das exceções que acreditamos devam ser feitas às regras; vêm das falsas noções que se formam acerca da natureza das coisas e das falsas regras que, como consequência, nos impomos. É então que fazemos um grande mal, que agimos sistematicamente de maneira errada; é bom saber, com efeito, que ninguém tem mais sistemas do que as pessoas que se gabam de não terem nenhum.¹

§ I — Efeitos dos regulamentos que determinam a natureza dos produtos

A natureza das necessidades da sociedade determina, em cada época e segun-

¹ As pessoas que mais pretendem limitar-se a seguir noções práticas começam por fixar princípios gerais, dizendo, por exemplo: *Você deve convir que um particular só pode ganhar o que um outro particular perde, e um país só pode lucrar com o que é perdido por outro.* Ora, essa afirmação mesma já constitui um sistema. E, se é defendido, embora seja totalmente falso, é porque os que o defendem, longe de possuírem maiores conhecimentos práticos do que outros, ignoram completamente diversos fatos que se deveria levar em consideração para poder formar uma opinião correta. No exemplo acima, uma pessoa que soubesse o que é a produção e que novas riquezas podem ser e são criadas a cada dia, jamais proporia tamanho absurdo como princípio.

do as circunstâncias, uma demanda mais ou menos intensa de tais ou tais produtos. Daí resulta que, nesses tipos de produção, os serviços produtivos são um pouco mais bem pagos do que nos outros ramos da produção, isto é, que os lucros nelles feitos sobre o emprego da terra, dos capitais e do trabalho são um pouco melhores. Esses lucros atraem produtores para esses tipos de produção e, assim, a natureza dos produtos sempre se conforma naturalmente às necessidades da sociedade. Já vimos (capítulo XV) que essas necessidades são tanto mais extensas quanto maior é a produção e que a sociedade em geral compra tanto mais quanto mais tem com que comprar.

Quando, atravessando esse curso natural das coisas, a autoridade se mostra e diz: *O produto que se pretende criar, o que dá os melhores lucros e, por conseguinte, o que é o mais procurado, não é o que convém; é preciso ocupar-se de tal outro, ela dirige, evidentemente, uma parte dos meios de produção para um gênero cuja necessidade se faz sentir menos, em detrimento de outro cuja necessidade se faz sentir mais.*

Uma decisão do conselho do rei, tomada em 1737, obrigava os proprietários que pretendiam plantar um terreno com vinhas a obterem permissão para tanto do intendente da província, como se o proprietário não soubesse melhor do que o intendente o tipo de cultura em que seu terreno lhe renderia mais; e como se o produto que devesse render mais não fosse aquele cuja necessidade mais se fazia sentir.

Em 1794, pessoas na França foram perseguidas e até levadas ao cadafalso por terem transformado terras lavradas em pastagens artificiais. No entanto, no momento em que essas pessoas acharam mais vantajoso criar animais do que cultivar cereais, podemos estar certos de que as necessidades da sociedade reclamavam mais animais do que cereais e de que elas podiam produzir um valor maior no primeiro desses gêneros do que no segundo.

A administração dizia que o valor produzido importava menos do que a natureza dos produtos, preferindo que uma jeira de terra produzisse 20 francos de trigo a 30 francos de forragem. Calculava mal, pois, se o terreno produzia um hectolitro de trigo valendo 20 francos, essa mesma jeira cultivada como pastagem e dando um produto de 30 francos forneceria um hectolitro e meio de trigo em lugar de um só hectolitro. Por outro lado, se o trigo era muito raro e muito caro para que o hectolitro valesse mais do que a forragem, a ordenação era supérflua: o interesse do produtor bastava para fazê-lo cultivar trigo.²

Resta apenas, portanto, saber qual dos dois, a administração ou o cultivador, sabe melhor qual gênero de cultura renderá mais. Ora, pode-se supor que o cultivador, que vive no terreno, que o estuda, que o interroga, que, mais do que ninguém, está interessado em tirar dele o melhor partido, sabe a respeito mais do que a administração.

Se insistirmos, se dissermos que o cultivador conhece apenas o preço corrente do mercado, não sabendo prever, como a administração, as necessidades futuras do povo, pode-se responder que um dos talentos dos produtores, talento que seu interesse obriga-os a cultivar cuidadosamente, consiste não somente em conhecer, mas em prever as necessidades.³

² Na época em questão, o trigo não estava realmente faltando; o que acontecia é, simplesmente, que o cultivador resistia em vendê-lo contra papel-moeda. Em troca de um valor real, tinha-se trigo a um preço muito bom e, ainda que 100 mil cultivadores tivessem transformado seus campos em terras aráveis, mesmo assim não entregariam uma maior quantidade de cereais contra um papel-moeda que não lhes inspirava nenhuma confiança.

³ É fácil perceber, no caso de uma cidade sitiada ou de um país bloqueado e em todos os casos nos quais a administração possui meios que os particulares não têm de prever a que situações extremas podemos ser reduzidos, que não devemos nos conduzir segundo regras comuns. Às violências que perturbam o curso natural das coisas, devemos às ve-

Quando, numa outra ocasião, os particulares foram forçados a plantar beterrabas ou pastel-dos-tintureiros em terrenos que produzem trigo, causou-se um mal da mesma espécie. De passagem, observaria que é um péssimo cálculo querer obrigar uma zona temperada a fornecer produtos da zona tórrida. Nossas terras produzem penosamente, em quantidade pequena e com qualidade medíocre, matérias açucaradas e corantes que um outro clima dá em abundância,⁴ embora, ao contrário, produzam com facilidade frutas e cereais, cujos peso e volume não permitem sejam trazidos de muito longe. Quando condenamos nossas terras a nos dar o que produzem com desvantagem, em detrimento do que produzem facilmente; quando, conseqüentemente, compramos muito caro o que pagaríamos muito barato se o tirássemos dos lugares onde é produzido com vantagem, tornamo-nos vítimas de nossa própria loucura. O cúmulo da habilidade é tirar o partido mais vantajoso possível das forças da Natureza e o cúmulo da demência é lutar contra elas; nesse caso, com efeito, empregamos nossos esforços em destruir uma parte das forças que a Natureza pretendia nos emprestar.

Diz-se também que mais vale pagar um produto mais caro, quando seu preço não sai do país, do que pagá-lo mais barato quando é preciso importá-lo. Ora, reportemo-nos aos processos da produção que analisamos: veremos que os produtos só se obtêm pelo sacrifício, pelo consumo de certa quantidade de matérias e de serviços produtivos cujo valor, por isso mesmo, é completamente perdido para o país como se fosse enviado para fora.⁵

Presumo que nenhum Governo queira objetar aqui que o lucro resultante de uma melhor produção lhe é indiferente, visto que será repartido entre os particulares. Os piores Governos, os que separam seus interesses dos interesses da nação, sabem agora que as rendas dos particulares constituem a fonte de onde se tiram os tributos do fisco e que, mesmo nos países governados despótica ou militarmente e nos quais os impostos não passam de uma pilhagem organizada, os particulares só podem pagar com aquilo que ganham.

Os raciocínios que acabamos de aplicar à agricultura podem ser aplicados às manufaturas. Às vezes, um Governo imagina que a tecelagem feita com matéria-prima nativa é mais favorável à indústria nacional do que a de tecidos fabricados com matéria de origem estrangeira. Já vimos casos, em conformidade com esse sistema, em que os tecidos de lã e de linho são preferidos aos tecidos de algodão. É limitar em relação a nós mesmos os favores da Natureza: ela nos fornece, em diferentes climas, grande quantidade de matérias, cujas propriedades variadas se adaptam a nossas necessidades diversas. Cada vez que conseguimos conferir a essas matérias, quer mediante seu transporte para nosso meio, quer pelas modificações a que as submetemos, um valor que é resultado de sua utilidade, realizamos um ato lucrativo e que contribui para o crescimento da riqueza nacional. O sacrifício a

zes opor meios violentos, por mais deplorável que seja essa necessidade sob outros aspectos, exatamente como a medicina utiliza com sucesso os venenos como remédio. Em ambos os casos, porém, é preciso muita prudência e habilidade para administrá-los.

⁴ Humboldt observou que sete léguas quadradas de terra, nas regiões equinociais, fovecem todo o açúcar que a França jamais consumiu nos períodos de seu maior consumo.

⁵ Mais adiante neste mesmo capítulo, veremos também que a compra dos produtos externos dá à produção interna exatamente o mesmo estímulo que a compra dos produtos internos. No exemplo que estamos examinando, suponho que, se se tivesse plantado e colhido vinho em lugar de açúcar de beterraba e de índigo de pastel-dos-tintureiros, ter-se-ia com isso estimulado, da mesma maneira, a indústria agrícola interna; visto, porém, que produzir-se-ia um produto mais de acordo com o clima, com a quantidade de vinho produzida obter-se-ia, através do comércio, mesmo que fosse por intermédio do comércio dos inimigos, uma quantidade de açúcar ou de índigo das ilhas maior do que nossas terras produziriam. O resultado seria que o açúcar e o índigo das ilhas obtidos em troca de nossos vinhos teriam sido produzidos em nossas terras sob a forma de vinho; a única diferença seria que a mesma quantidade de terra os teria fovecido melhores e mais abundantes. Quanto ao mais, o estímulo à indústria interna teria sido o mesmo e até maior, pois um produto de valor superior paga mais amplamente o serviço das terras, dos capitais e da indústria empregados na sua produção.

cujo preço obtemos dos estrangeiros essa matéria-prima não é mais desagradável do que o sacrifício dos adiantamentos e dos consumos que fazemos em cada tipo de produção a fim de obter novo produto. O interesse pessoal é sempre quem melhor julga a extensão desse sacrifício e da indenização que dele se pode conseguir; e, embora o interesse pessoal se engane às vezes, ainda é, afinal de contas, o juiz menos perigoso e aquele cujos julgamentos custam menos.⁶

O interesse pessoal, entretanto, não oferece mais nenhuma indicação quando os interesses particulares não servem de contrapeso recíproco. No momento em que um particular ou uma classe de particulares podem apoiar-se na autoridade para libertar-se de uma concorrência, adquirem um privilégio às expensas da sociedade; podem conseguir lucros que não derivam inteiramente dos serviços produtivos que prestaram, parte dos quais, todavia, constitui um verdadeiro imposto em proveito próprio feito sobre os consumidores; imposto esse que, quase sempre, dividem em parte com a autoridade que lhes deu seu injusto apoio.

É bastante difícil para o legislador recusar-se a conceder esses tipos de privilégios, pois eles são vivamente solicitados pelos produtores que deles devem aproveitar e que podem apresentar, de maneira bem plausível, seus ganhos como um ganho para a classe industriosa e para a nação, visto que os trabalhadores e eles próprios fazem parte da classe industriosa e da nação.⁷

Quando começou a fabricação de tecidos de algodão na França, todo o comércio das cidades de Amiens, de Reims, de Beauvais etc. se pôs a reclamar, imaginando destruída toda a indústria dessas cidades. Não parecem, todavia, que sejam menos industriosas nem menos ricas do que eram há meio século; ao mesmo tempo, a opulência de Rouen e da Normandia recebeu um grande crescimento com as manufaturas de algodão.

Foi bem pior quando se introduziu a moda dos tecidos estampados: todas as câmaras de comércio se movimentaram; de todos os pontos vieram convocações, deliberações, memoriais, delegações, e muito dinheiro foi gasto. Rouen pintou, por sua vez, a miséria que iria rondar suas portas, *as crianças, as mulheres e os velhos na extrema aflição, as terras mais cultivadas do reino permanecendo abandonadas e essa bela e rica província se tornando um deserto.*

A cidade de Tours mostrou os deputados de todo o reino em gemidos e pediu *uma comoção que causará uma convulsão no Governo político...* Lyon não quis silenciar sobre um projeto *que espelhava o terror em todas as fábricas.*⁸ Paris jamais se apresentara ao pé do trono, *que o comércio inundava com suas lágrimas,* por um caso tão importante. Amiens considerou *a permissão desses tecidos como o túmulo em que deveriam sucumbir todas as manufaturas do reino.* Seu

⁶ A cada passo, sentimos a necessidade de combater objeções que não seriam feitas se os princípios de Economia Política fossem mais bem conhecidos. Na presente ocasião, por exemplo, alguém poderá dizer: *Estamos de acordo em que o sacrifício que um negociante faz para obter a matéria-prima para uma manufatura de linho representa, para ele, um sacrifício tão real quanto aquele que faz para obter a matéria-prima para uma manufatura de algodão; no primeiro caso, porém, o montante de seu sacrifício, despendido e consumido no país, redundando em proveito do próprio país, ao passo que, na segunda suposição, redundando em proveito do estrangeiro.* — Nos dois casos, o sacrifício do negociante resulta em benefício do país, pois só pode comprar do exterior a matéria-prima exótica (o algodão) empregando para tal compra um produto interno, exatamente como o linho que teria comprado. — *Mas, prosseguirá a objeção, e se ele enviar dinheiro para pagar seu algodão?* — Ele só poderá ter obtido esse dinheiro, isto é, comprado a moeda, por meio de um produto, de uma mercadoria que deverá ter obtido antes e que terá estimulado a indústria interna, exatamente como fazia a compra do linho. De qualquer maneira, sempre se volta necessariamente ao mesmo ponto. É sempre (salvo no caso de despojos obtidos pela força) de seus próprios fundos, isto é, de suas terras, de seus capitais e de sua indústria que uma nação tira TUDO o que consome, mesmo aquilo que traz do exterior.

⁷ Como em geral não se sabe quais são os que pagam por esses ganhos do monopólio, muitas vezes ninguém reclama. Os próprios consumidores que sofrem o monopólio sentem o mal sem poder identificar sua causa, sendo às vezes os primeiros a insultar as pessoas esclarecidas que levantam a voz em seu favor.

⁸ Quando Henrique IV favoreceu o estabelecimento das manufaturas de Lyon e de Tours, outras profissões apresentaram a esse príncipe, contra os tecidos de seda, as mesmas reclamações que, mais tarde, Tours e Lyon fizeram contra os tecidos estampados. (Ver as *Memórias de Sully*.)

memorial, deliberado na assembléa dos comerciantes das três corporações reunidas e assinado por todos os membros, terminava assim: *De resto, para proscrever para sempre o uso dos tecidos estampados, basta que todo o reino trem de horror quando ouve dizer que serão permitidos. VOX POPULI, VOX DEI.*

“Ora, existe hoje — diz a esse respeito Roland de la Platière que, como inspetor geral das manufaturas, havia recebido essas queixas —, existe uma só pessoa suficientemente insensata para dizer que as manufaturas de tecidos estampados não disseminaram na França uma mão-de-obra prodigiosa, pela preparação e fição das matérias-primas, pela tecelagem, alvejamento e estampania dos tecidos? Esses estabelecimentos deram em poucos anos um progresso às tinturas maior do que todas as outras manufaturas em um século.”

Detenhamo-nos um momento e consideremos o quanto é preciso de firmeza por parte de uma administração e quanta clareza autêntica é necessária sobre o que constitui a prosperidade do Estado para resistir a um clamor que parece tão geral e que, além disso, busca apoio, junto aos principais agentes da autoridade, por outros meios que não sejam os motivos de utilidade pública...

Embora os Governos, com demasiada freqüência, tenham presumido que podiam determinar, com utilidade para a riqueza geral, os produtos da agricultura e das manufaturas, imiscuíram-se bem menos, contudo, no que diz respeito aos produtos comerciais, sobretudo aos produtos comerciais estrangeiros. Isso é consequência de um sistema geral que se designa pelo nome de *sistema exclusivo* ou *mercantil*, sistema este que baseia os ganhos de uma nação sobre o que, nesse mesmo sistema, chama-se *balança comercial favorável*.

Antes de observar o verdadeiro efeito dos regulamentos que têm por objetivo assegurar para uma nação essa *balança favorável*, convém que formemos uma idéia do que ela seja na realidade e do fim a que ela se propõe. Será esse o objeto da digressão que segue.

DIGRESSÃO SOBRE O QUE SE DENOMINA BALANÇA COMERCIAL

A comparação que uma nação faz entre o valor das mercadorias que vende no exterior com o valor das mercadorias que compra no exterior forma o que se chama de *balança comercial*. Se enviou para fora mais mercadorias do que recebeu de fora, tem-se a idéia de que a nação possui um excedente a receber em ouro ou em prata. Diz-se, então, que a *balança comercial* lhe é favorável; caso contrário, diz-se que a *balança comercial* lhe é desfavorável.

O sistema exclusivo supõe, de um lado, que o comércio de uma nação é *tanto mais vantajoso* quanto mais mercadorias ela exporta, quanto menos importa e quanto maior é o excedente que tem a receber do exterior em numerário ou em metais preciosos; de outro lado, o sistema supõe que o Governo, por meio dos direitos de entrada, das proibições e dos incentivos, *pode* tornar sua *balança* mais favorável ou menos desfavorável à nação.

São essas duas suposições que devemos examinar. Para começar, é conveniente saber como se passam as coisas.

Quando um negociante envia mercadorias para o exterior e as vende aí, recebe do comprador, por intermédio de seus correspondentes, o montante da venda em moeda estrangeira. Se espera poder ganhar sobre o retomo dos produtos de sua venda, ele compra uma mercadoria no exterior e faz com que ela lhe seja enviada. A operação é mais ou menos a mesma quando começa pelo fim, isto é, quando um negociante faz inicialmente uma compra no exterior e paga por ela com as mercadorias que remete para lá.

Essas operações nem sempre são executadas pelo mesmo comerciante. Aquele que faz a remessa não deseja, às vezes, executar a operação de retorno; emite então títulos de crédito ou letras de câmbio em que o sacado é o correspondente que vendeu sua mercadoria; ele negocia ou vende esses títulos a uma pessoa que os envia para o exterior, onde servem para adquirir outras mercadorias que essa pessoa faz vir.⁹

Em ambos os casos, um valor é enviado e um outro volta em troca. Ainda não examinamos, porém, se uma parte dos valores enviados ou que retornaram se compunha de metais preciosos. Pode-se razoavelmente supor que, quando os negociantes têm liberdade de escolher as mercadorias sobre as quais fazem suas especulações, preferem as que lhes apresentam maiores vantagens, isto é, aquelas que, ao chegarem a seu destino, terão o maior valor. Assim, quando um negociante francês envia aguardente para a Inglaterra e que, como consequência dessa remessa, tem 1 000 libras esterlinas para trazer de lá, ele compara o que essas 1 000 libras produzirão na França se as trouxer em metais preciosos com o que produzirão se as trouxer em quinquilharias.¹⁰

Se esse negociante julga vantajoso trazer mercadorias em lugar de espécies e se ninguém pode duvidar de que ele compreende seus próprios interesses melhor

⁹ A mesma suposição que fizemos acerca de um comerciante podemos fazer acerca de dois, de três ou de todos os comerciantes de uma nação. Em relação à balança comercial, todas as suas operações se reduzem ao que acabo de dizer. Se alguns negócios fraudulentos ou bancarrotas causam perdas para alguns negociantes de ambos os países, pode-se presumir que sua soma não é considerável se comparada à massa dos negócios que se fazem. De resto, as perdas que, sob essa forma, um dos dois países suporta equilibram-se com as perdas do outro.

Pouco importa, para nossos objetivos, saber quais são os que arcam com os custos de transporte. Em geral, o negociante inglês que faz compras na França paga os custos de transporte de suas mercadorias e o negociante francês faz o mesmo para as mercadorias que compra na Inglaterra. Ambos são indenizados por esse adiantamento através do valor que as mercadorias adquirem por meio de seu transporte.

¹⁰ É conveniente evitar aqui um erro grosseiro cometido por alguns partidários do sistema exclusivo. Tais pessoas consideram como um benefício realizado por uma nação exclusivamente o saldo que ela recebe em espécies: é como se dissessem que um comerciante de chapéus que vende um chapéu a 24 francos ganha 24 francos sobre a venda porque foi pago em numerário. Mas as coisas não são assim: o dinheiro é uma mercadoria como qualquer outra. O negociante francês que remete para a Inglaterra 20 mil francos em aguardente remete uma mercadoria que, na França, representava uma quantia de 20 mil francos. Se vendê-la na Inglaterra por 1 000 libras esterlinas e se, trazendo-a para a França em prata ou em ouro, essas 1 000 libras valem 25 mil francos, o benefício realizado será apenas de 5 mil francos, embora a França tenha recebido 25 mil francos de metais preciosos. Caso o negociante francês comprasse quinquilharias com as 1 000 libras esterlinas de que pode dispor e, trazendo-as para a França, pudesse vendê-las por 28 mil francos, haveria, então, para o negociante e para a França, um benefício de 8 mil francos, embora não tivesse entrado nenhum numerário na França. Em suma, o benefício é simplesmente o excedente do valor recebido sobre o valor enviado, seja qual for, de resto, a forma sob a qual esses dois valores foram transportados.

O que importa observar é que, quanto mais lucrativo é o comércio que se faz com o exterior, tanto mais a soma das importações deve ultrapassar a soma das exportações e que o que se deve desejar é precisamente aquilo que os partidários do sistema exclusivo encaram como uma calamidade. Para ser mais claro: quando se exportam 10 milhões e se importam 11 milhões, passa a haver, no país, um valor de 1 milhão a mais do que antes. A despeito de todos os gráficos e tabelas da balança comercial, as coisas realmente se passam sempre assim: caso contrário, os negociantes que comerciam com o exterior não ganhariam nada. Como é possível, perguntar-se-á, que duas nações que mantêm relações comerciais recebam ambas mais valores do que exportam? Esse fato explica-se facilmente: só se pode avaliar as mercadorias exportadas segundo o valor que elas têm ao saírem; esse valor, porém, já é maior quando chegaram a seu destino; esse valor maior, por sua vez, compra uma mercadoria estrangeira, cujo valor também aumenta ao chegar em nosso país: ela é avaliada quando da sua entrada segundo seu novo valor adquirido. Temos, então, um valor exportado que trouxe um valor importado acrescido de todo o lucro obtido com a ida e a vinda. Dessa maneira, percebe-se que, num país que prospera, a soma de todas as mercadorias importadas deve ultrapassar a de todas as mercadorias exportadas. Que juízo devemos fazer, por conseguinte, de um relatório do ministro do interior da França, apresentado em 1813, segundo o qual a soma das exportações eleva-se a 383 milhões e a das importações, incluindo-se o numerário, a 350 milhões, e que apresenta esse resultado como o melhor que jamais se alcançou? Esse relatório, supondo-se que seja exato, registra, ao contrário, as perdas consideráveis que o comércio francês suportava nessa época como consequência dos erros de seu Governo.

Em Memorial sobre a província de Navarra na Espanha,* leio que, comparando-se o valor das importações e das exportações dessa província, a balança contra a província é de aproximadamente 600 mil francos por ano. O autor acrescenta: "Se há uma VERDADE INCONTESTÁVEL, é que todo país que se enriquece não poderia importar mais do que exporta, caso contrário seu CAPITAL DIMINUIRIA visivelmente. Ora, como Navarra encontra-se num estado de prosperidade crescente, demonstrado pelos progressos da população e das facilidades, é claro que..." Para ser consequente, o autor devia acrescentar aqui: *É claro que não entendo nada disso, pois menciono um fato demonstrado que desmente um princípio incontestável.* Lemos diariamente tolices desse calibre.

* *Annales des Voyages.* t. II, p. 312.

do que qualquer outro, resta apenas examinar a questão de saber se, no interesse do país, os retornos em espécie, embora menos favoráveis para esse negociante, seriam mais favoráveis para a França do que retornos de outro tipo; se é desejável para a França que, mais do que qualquer outra mercadoria, nela sejam abundantes os metais preciosos.

Quais são as funções dos metais preciosos na sociedade? Trabalhados como jóias ou como utensílios, servem para ornamento de nossas pessoas e de nossas casas e para diversos usos domésticos. As caixas de nossos relógios, nossas colheres, nossos garfos, nossos pratos, nossas cafeteiras são feitas desses metais; laminados em folhas delgadas, embelezam inúmeros tipos de molduras; dão relevo à encadernação de nossos livros etc. Sob essas formas variadas, eles fazem parte do capital da sociedade, dessa parte do capital que não dá juros, ou melhor, que é produtora de utilidade ou de prazer. É sem dúvida vantajoso para uma nação que sejam baratas e abundantes as matérias de que se compõe esse capital. Nesse caso, a fruição resultante se obtém por preços mais baratos e é mais disseminada. Muitos lares modestos que têm atualmente baixelas de prata não as possuiriam se a América não tivesse sido descoberta. Não se deve, entretanto, estimar essa vantagem acima de seu verdadeiro valor: há utilidades superiores a essas. O vidro das janelas que nos protege contra os rigores do inverno nos presta um serviço bem maior do que qualquer utensílio de prata. Apesar disso, jamais se pensou em favorecer sua importação ou sua produção por meio de favores especiais.

O outro uso dos metais preciosos consiste em servir para a fabricação das moedas, dessa porção do capital da sociedade empregada para facilitar as trocas que entre si os homens fazem dos valores que já possuem. É vantajoso, para esse uso, que seja abundante e pouco cara a matéria empregada? A nação em que essa matéria se encontra em abundância é mais rica do que a nação em que ela é rara?

Sou obrigado a considerar aqui, como já demonstrado, um fato que só será provado no capítulo XXIII, onde trato do valor das moedas. É que a soma das trocas que se efetuam num país exige certo valor determinado de mercadoria-moeda, seja esta qual for. Diariamente, vende-se na França certo valor de trigo, de animais, de combustíveis, de móveis e de imóveis. Todas essas vendas exigem o uso diário de determinado *valor em numerário*, pois é por essa soma de numerário, inicialmente, que cada coisa é trocada, trocando-se, a seguir, por outros objetos. Ora, seja qual for a abundância ou a escassez do numerário, visto que se necessita de certa soma para efetuar todas as trocas, o numerário aumenta de valor na medida em que sua quantidade diminui e diminui de valor na medida em que sua quantidade aumenta. Se há 2 bilhões de numerário na França e se um acontecimento qualquer reduzir essa quantidade de francos a 1,5 bilhão, esse 1,5 bilhão valerá tanto quanto podiam valer os 2 bilhões. As necessidades da circulação exigem um agente cujo valor seja igual ao que valem atualmente os 2 bilhões, isto é (supondo-se que a libra de açúcar esteja 20 cêntimos), um valor igual a 2 bilhões de libras de açúcar ou então (supondo-se que o hectolitro de trigo valha atualmente 20 francos) um valor igual ao valor de 100 milhões de hectolitros de trigo. O numerário, seja qual for sua massa, será sempre igual a esse valor. A matéria de que se compõe o numerário valerá, no segundo caso, 1/3 a mais do que no primeiro; 1 onça de prata, em vez de comprar 6 libras de açúcar, comprará 8. O mesmo ocorrerá com todas as outras mercadorias, e o 1,5 bilhão de numerário valerá tanto quanto os 2 bilhões valiam antes. A nação não ficará por isso nem mais rica nem mais pobre. Será preciso levar menos dinheiro ao mercado e o dinheiro que aí se levar comprará exatamente as mesmas coisas. Uma nação que, como agente de circulação, emprega moedas de ouro não é menos rica do que a que se serve de moeda de prata, embora leve ao mercado uma quantidade bem menor da merca-

doria que lhe serve de moeda. Se a prata entre nós se tomasse quinze vezes mais rara do que é, isto é, tão rara quanto o ouro, 1 onça de prata nos serviria, como numerário, tanto quanto 1 onça de ouro nos serve hoje e seríamos tão ricos em numerário quanto o somos hoje. Do mesmo modo, se a prata se tornasse tão abundante quanto o cobre, nem por isso seríamos mais ricos em numerário; simplesmente, seria necessário levar ao mercado um número bem maior de bolsas de moeda.

Em resumo, a abundância dos metais preciosos toma mais abundantes os utensílios que são feitos com eles e toma as nações mais ricas exclusivamente sob esse aspecto. No que conceme ao numerário, ela não as faz mais ricas.¹¹ O vulgo tem o hábito de julgar mais rico quem tem mais dinheiro e, dado que a nação se compõe de pessoas particulares, é levado a concluir que a nação é mais rica quando todas as pessoas particulares têm muito dinheiro. Ora, não é a matéria, todavia, que faz a riqueza; é o valor da matéria. Se muito dinheiro não vale mais do que pouco, pouco dinheiro vale tanto quanto muito. Um valor em mercadoria vale tanto quanto o mesmo valor em dinheiro.

Não, acrescentam alguns; dada a igualdade de valor, prefere-se o dinheiro à mercadoria. — Detenhamo-nos por um instante sobre esse ponto, pois ele requer uma explicação. Quando tratar das moedas, veremos qual é a razão que faz com que, em geral, dada a igualdade de valor, prefere-se o numerário às mercadorias. Veremos que, com o metal moeda, podemos obter as coisas de que precisamos mediante uma única troca em lugar de duas. Não é necessário, então, como acontece quando se possui qualquer outra espécie de mercadoria, vender primeiro sua mercadoria-moeda para depois comprar o que se quer ter: ao contrário, compra-se imediatamente. É isso que, com a facilidade que a moeda oferece pelas suas divisões, torna-a eminentemente apropriada para as trocas; ela tem, portanto, como seus consumidores que têm alguma troca a fazer, vale dizer todo o mundo. Essa é a razão pela qual, tendo um mesmo valor, todo o mundo se dispõe a receber moeda mais do que qualquer outra mercadoria.

Essa vantagem da moeda, porém, que se encontra nas relações entre pessoas particulares, deixa de ser vantagem no caso das relações entre nações. Nessas relações, com efeito, a moeda e mais ainda os metais não transformados em moeda perdem a vantagem que sua qualidade de moeda lhes confere aos olhos das pessoas particulares; eles entram na classe das outras mercadorias. O negociante que espera retomos do exterior considera exclusivamente o ganho que poderá fazer sobre eles e considera os metais preciosos que poderá receber do exterior apenas como uma mercadoria da qual vai se desfazer com maior ou menor benefício. Quanto ao negociante, ele não receia uma mercadoria pelo fato de ela exigir ainda uma troca, pois seu ofício, justamente, é fazer trocas, desde que lhe sejam lucrativas.

Um particular prefere receber dinheiro e não mercadoria porque, dessa maneira, sabe melhor qual é o valor daquilo que recebe. Um negociante, contudo, que conhece o preço corrente das mercadorias nas principais praças do mundo não se

¹¹ Do que precede resulta inclusive que uma nação se enriquece exportando numerário, já que o valor do numerário que lhe resta permanece igual ao que era, e a nação, além disso, recebe os retomos do numerário que exporta. De onde vem esse fenômeno? Da propriedade específica da moeda em nos servir, não por suas qualidades físicas, mas somente por seu valor. Se tenho menos trigo, tenho menos de que comer; se tenho menos numerário, ele me serve da mesma maneira, porque seu valor aumenta, e seu valor é suficiente para os usos que dele faço.

Essa verdade, que tão raramente se tem assinalado, teria como consequência que os Governos (admitindo-se que devam imiscuir-se nessas coisas) deveriam fazer exatamente o contrário do que fazem, isto é, encorajar a saída do numerário. Eles o farão quando forem mais esclarecidos, ou melhor, não farão nada então, pois é impossível que uma quantidade um pouco importante de numerário saia sem que seu valor aumente. Quando seu valor aumenta, é nesse momento que as mercadorias estão baratas e que convém ao comércio importar numerário e exportar mercadorias. É isso que, apesar de todos os regulamentos, mantém em cada país a quantidade aproximada de metais preciosos que suas necessidades exigem.

engana sobre o valor que lhe é pago, seja qual for a forma material sob a qual esse valor lhe é apresentado.

Um particular pode ver-se na contingência de liquidar sua fortuna a fim de impedir-lhe outro rumo, realizar partilhas etc: uma nação jamais se encontra nessa situação. Além disso, quanto às liquidações ou às vendas que os particulares estão obrigados a fazer, que lhes importa o valor da moeda? Se ela é rara e cara, eles a recebem em menor quantidade em troca do que têm a vender, mas também a dão em menor quantidade em troca do que têm a comprar.¹² Qualquer que tenha sido, numa compra ou numa liquidação, o valor da moeda empregada, ela é dada pelo mesmo valor com que foi recebida e, terminado o negócio, não se é nem mais pobre nem mais rico. A perda ou o ganho provêm do valor relativo das duas mercadorias vendidas e compradas e não do intermediário utilizado.

Seja como for, as vantagens que os particulares encontram em receber numerário em detrimento de mercadorias não significam nada para as nações. Quando uma nação não tem a quantidade de numerário de que necessita, o valor deste aumenta, e tanto os estrangeiros como os cidadãos do país estão interessados em fornecê-lo; quando, ao contrário, é superabundante, seu valor baixa em relação às demais mercadorias e é conveniente remetê-lo para fora, onde poderá obter valores superiores ao que pode obter no próprio país. Se se força a sua permanência no país, obriga-se a guardar matérias que trazem prejuízo a seus possuidores.¹³

Poderíamos talvez parar aqui o exame da balança comercial. Essas idéias, porém, são ainda tão pouco familiares, não direi que para o vulgo apenas, mas até para autores e administradores recomendáveis pela pureza de suas intenções e pela variedade de conhecimentos em outras matérias, que é talvez oportuno fazer com que o leitor possa observar o vício contido em certos raciocínios que, muitas vezes, se opõem aos princípios liberais e que servem, infelizmente, de base para a legislação dos principais Estados da Europa. No que segue, reduzirei sempre as ob-

¹² Constata-se, no entanto, que as vendas se fazem com maior facilidade, não quando o valor da moeda está baixo, mas durante o período em que declina, como quando se emite uma quantidade muito grande de papel-moeda. Essa vantagem, todavia, se é que de fato se trata de uma vantagem, não se consegue por meio do que se chama uma balança favorável; o comércio, com efeito, evita cuidadosamente de levar metais para um país em que seu valor declina.

Talvez o leitor não considere importuno encontrar aqui, como esclarecimento sobre esse ponto, uma nota do tradutor inglês desta obra. "Há", diz ele, "duas vantagens na abundância e no baixo preço relativo da moeda e, conseqüentemente, da matéria de que ela é feita. 1) — Uma nação sobre a qual pesa uma dívida deve desejar esse baixo preço da moeda, pois ele diminui o peso dos encargos que a oprimem, tomando mais fácil sua liberação. O caso oposto produz o efeito contrário. 2) — As classes produtivas têm interesse no declínio gradual do valor da moeda, pois ele diminui gradativamente o peso do arrendamento das terras e os juros dos capitais tomados de empréstimo, assim como o peso dos pagamentos; e isso constitui uma recompensa adquirida em proveito dos trabalhadores e às expensas dos proprietários ociosos. Na verdade, essa vantagem não pode durar muito: todo novo capital emprestado tem um valor reduzido, bem como o juro a que ele dá direito, e todo contrato novo de arrendamento é mais elevado em razão da depreciação da moeda. Mas a indústria, entretanto, aproveita da circunstância e a produção fica sempre estimulada pela alta dos preços em dinheiro, desestimulando-se muito, em caso contrário; disso é testemunho o atual infortúnio (em 1821, época na qual, ao reduzir-se a soma do papel-moeda, seu valor ascendeu ao nível do valor do ouro). Essas vantagens da depreciação da moeda, todavia, não constituem motivo para que um Governo a provoque por meios forçados: 1) — porque os inconvenientes que daí resultam para a produção são maiores do que as vantagens assinaladas aqui; 2) — porque medidas forçadas não poderiam ser acompanhadas pelo efeito prometido, pelas razões que nosso autor demonstrou com tanta força e clareza nesta digressão. Pode-se, contudo, aprovar um Governo quando se encaminha para essas mesmas vantagens empregando outros meios, seja favorecendo a descoberta de novas minas, seja encorajando os progressos que se podem fazer na sua exploração e no tratamento dos metais, seja, enfim, adotando substitutos para a moeda metálica."

Não terá passado despercebido ao leitor, entretanto, que as duas vantagens assinaladas aqui por Prinsep não passam, no fundo, de duas bancarotas bem atenuadas, quer do Estado, quer dos particulares, em relação a seus credores. (Ver, sobre esse ponto, a opinião de Th. Tooke, mencionada mais adiante, no capítulo XXVI.)

¹³ Só pessoas completamente alheias a esse tipo de conhecimentos poderiam objetar aqui que o dinheiro não é jamais um encargo e que é sempre fácil desvencilhar-se dele. Não há nada mais fácil, de fato, quando se admite perder seu valor ou, pelo menos, trocá-lo com desvantagem. Um confeitiro pode, da mesma maneira, comer ou dar seus bombons quando não os vende; nesse caso, porém, ele perde seu valor. Deve-se observar que a abundância do numerário pode ir de par com a miséria pública, pois é com produtos que se compra o dinheiro necessário para comprar pão. Em circunstâncias desfavoráveis para a produção, o dinheiro falta, não porque esteja mais raro, mas porque os produtos que servem para consegui-lo são criados de maneira desvantajosa.

jeções aos seus termos mais simples e mais claros a fim de que sua importância se avalie mais facilmente.

Dizem alguns que, ao aumentar, mediante uma balança comercial favorável, a massa do numerário, aumenta-se a massa de capitais do país e que, ao permitir que o numerário saia do país, diminui-se aquela. É preciso então repetir aqui, em primeiro lugar, que a totalidade do numerário de um país não faz parte de seus capitais: o dinheiro que um cultivador recebe pelo preço de seus produtos e que é levado a seguir ao coletor de impostos, chegando assim ao tesouro público, empregado, a seguir, para pagar um militar ou um juiz que o gastam para a satisfação de suas necessidades, não faz parte de nenhum capital. Em segundo lugar e mesmo supondo que todo o numerário de um país fizesse parte de seus capitais, ele constituiria apenas a sua menor parte. O leitor já viu que os capitais consistem no valor deste conjunto de materiais, de utensílios e de mercadorias que servem para a reprodução. Quando alguém pretende empregar um capital num empreendimento qualquer ou quando quer emprestá-lo, ele começa, é verdade, por realizar o capital, transformando em dinheiro líquido os diferentes valores de que pode dispor. O valor desse capital, que se encontra assim passageiramente sob a forma de uma soma de dinheiro, não demora em transformar-se, por meio de trocas, em diversas construções e em matérias consumíveis necessárias para o empreendimento projetado. O dinheiro líquido que foi momentaneamente empregado sai novamente desse negócio e vai servir para outras trocas depois de ter desempenhado seu ofício passageiro, exatamente como muitas outras matérias sob cujas formas esse valor capital sucessivamente se encontrou. Não se perde, portanto, nem se altera um capital ao dispor de seu valor, seja qual for a forma material sob a qual ele se encontra, desde que o utilizemos de maneira a assegurar a substituição desse valor.

Suponhamos que um francês que negocia mercadorias de ultramar envie ao exterior um capital de 100 mil francos em espécie para comprar algodão: quando seu algodão chega, ele possui 100 mil francos em algodão em lugar de 100 mil francos em espécie (sem falar do lucro). Alguém perdeu essa soma de numerário? Certamente não; o especulador a tinha legitimamente adquirido. Um fabricante de tecidos de algodão compra essa mercadoria e a paga em numerário: é ele quem perde a soma? Tampouco. Ao contrário, esse valor de 100 mil francos ascenderá a 200 mil francos em suas mãos; uma vez pagos seus adiantamentos, ele ainda lucrará. Se nenhum dos capitalistas perdeu os 100 mil francos do numerário exportado, quem pode dizer que o Estado os perdeu? Alguém dirá, talvez, que é o consumidor quem os perderá. Com efeito, os consumidores perderão o valor dos tecidos que irão comprar e consumir. Mas, se os 100 mil francos de numerário não tivessem sido exportados, os consumidores, em lugar deles, teriam consumido tecidos de linho e de lã por um valor equivalente, de sorte que sempre haveria um valor de 100 mil francos destruído, perdido, sem que um cêntimo tivesse saído do país. A perda de valor de que se trata aqui não resulta da exportação mas do consumo que, de qualquer maneira, teria ocorrido. Tenho razão, portanto, ao dizer que a exportação do numerário não fez com que o Estado perdesse nada.¹⁴

¹⁴ Um particular que faz seu inventário em dois anos seguidos pode encontrar-se mais rico no segundo ano do que no primeiro, ainda que, quando de seu segundo inventário, encontre-se na posse de menos numerário. Suponhamos que o primeiro contenha os seguintes itens:

Em terrenos e construções	40 000	francos
Em máquinas e móveis	20 000	
Em mercadorias à cotação do dia	15 000	
Em créditos sólidos, deduzidas as dívidas	5 000	
E, finalmente, em espécie	20 000	

O montante de sua propriedade será de 100 000 francos

Mas os que se opõem insistem, pretendendo que, se não tivesse ocorrido a exportação de 100 mil francos de numerário, a França possuiria esse valor a mais. Acredita, então, que a nação perdeu duas vezes 100 mil francos: o dinheiro exportado, em primeiro lugar, e a mercadoria consumida, em segundo; ao passo que, ao consumir tecidos de produção totalmente nacional, ela só perderia 100 mil francos uma única vez. — Repito que a exportação de dinheiro em espécie não foi uma perda, ela foi equilibrada por um valor importado e é tão certo que só houve os 100 mil francos de mercadorias consumidas que foram perdidos, que desafio a encontrar outros perdedores além dos consumidores da mercadoria consumida. Se não houve perdedor, não houve perda.

Os opositores afirmam querer impedir a saída dos capitais. Mas aprisionar o numerário não vai impedi-la. Quem deseja enviar seus capitais para o exterior conseguirá a mesma coisa enviando mercadorias cuja exportação seja permitida.¹⁵ Tanto melhor, dirá o opositor; essas mercadorias farão com que nossos fabricantes ganhem. Sim, mas o valor dessas mercadorias exportadas representa para o país uma perda de capital, já que ele não traz retorno. Ele fecunda a indústria estrangeira em lugar da nossa. Eis aqui um autêntico motivo de temor. Os capitais procuram os lugares onde encontram segurança e empregos lucrativos, abandonando pouco a pouco os locais onde não se sabe oferecer-lhes essas vantagens. Para desertar, entretanto, eles não têm nenhuma necessidade de se transformar em numerário.

Se a exportação do numerário não significa nenhuma perda para os capitais da nação, desde que traga retornos, sua importação, por outro lado, não lhes acarreta nenhum ganho. Não se pode, com efeito, fazer com que entre numerário sem tê-lo comprado por um valor equivalente, e foi necessário exportar este último para importar o primeiro.

A esse respeito, dizem alguns que, se se remetem ao exterior mercadorias em lugar de numerário, obtém-se, com isso, um mercado para essas mercadorias, fazendo com que seus produtores ganhem os lucros dessa produção. Minha resposta é que, quando se envia numerário ao exterior, é exatamente como se remetêssemos para lá produtos de nossa indústria. Com efeito, os metais preciosos que comerciamos não nos são dados gratuitamente, sendo sempre, ao contrário, adquiridos em troca de nossos produtos, quer em adiantamento, quer após a transação. Em geral, uma nação só pode pagar outra nação com seus produtos e isso por uma razão bem clara: é que ela não tem outra coisa a dar.

Mais vale, insistem alguns ainda, enviar ao exterior artigos que se consomem, como produtos manufaturados, e guardar os produtos que não se consomem ou que se consomem lentamente, como o numerário. Ora, os produtos que se consomem rapidamente, se são os mais procurados, são mais lucrativos do que os produtos que se consomem lentamente. Forçar um produtor a substituir uma parte de seu capital submetida a um consumo rápido por um outro valor de consumo mais

Suponhamos ainda que, no inventário seguinte, os mesmos itens apresentem as seguintes somas:		
Em terrenos e construções	40 000	francos
Em máquinas e móveis	25 000	
Em mercadorias ao preço do dia	30 000	
Em créditos sólidos, deduzidas as dívidas	10 000	
E, finalmente, em espécie	5 000	

Sua propriedade, cujo montante ascende a 110 000 francos,

ver-se-á aumentada de 10 000 francos, embora possua em numerário apenas 1/4 do que possuía antes.

Se imaginarmos que essa suposição, em proporções diferentes, se estende a todas as pessoas particulares de um país, esta encontrar-se-á evidentemente mais rica, embora possuindo menos numerário.

¹⁵ A situação é exatamente a mesma quando se fazem sair capitais tomando-se, ao mesmo tempo, letras de câmbio sobre o exterior. Isso equivale simplesmente a tomar o lugar daquele que faz remessas de mercadorias para o exterior. O remetente nos dá o direito de receber o valor da remessa e esse valor permanece no exterior.

lento seria, muitas vezes, prestar-lhe um péssimo serviço. Se um ferreiro tivesse feito um negócio para que, em determinada época, lhe entregassem carvão e se, expirado o prazo e na impossibilidade de entregar-lhe o carvão, dessem a ele o valor deste em dinheiro, seria muito mal recebido quem viesse provar-lhe que lhe prestaram serviço pelo fato de que o dinheiro que lhe é oferecido é de consumo mais lento do que o carvão.

Se um tintureiro tivesse feito uma encomenda de cochonilha no exterior, seria realmente prejudicado se lhe enviassem ouro sob pretexto de tratar-se de uma mercadoria mais durável, dada a igualdade de valor. Ele não precisa de uma mercadoria durável, mas, ao contrário, daquela mercadoria que, morrendo na cuba, deverá reaparecer dentro em breve na tintura de seus tecidos.¹⁶

Se só se devesse importar a parte mais durável dos capitais produtivos, outros objetos de grande duração, como o ferro e as pedras, deveriam partilhar esse favor com a prata e o ouro.

O que é importante ver permanecer não é nenhuma matéria em particular: é o valor do capital. Ora, o valor do capital se perpetua apesar da freqüente modificação das formas materiais nas quais reside esse valor. Ele só pode, aliás, trazer lucro ou juros quando essas formas mudam constantemente. Pretender conservá-lo em dinheiro seria condená-lo a ser improdutivo.

Depois de ter mostrado que não há nenhuma vantagem em importar ouro e prata em detrimento de qualquer outra mercadoria, vou ainda mais longe, afirmando que, mesmo supondo-se que fosse desejável conseguir sempre uma balança comercial em numerário, seria impossível chegar a isso.

O ouro e a prata, como todas as demais matérias cujo conjunto constitui as riquezas de uma nação, só são úteis para essa nação até o ponto em que não ultrapassem as necessidades que delas se têm. O excedente, ocasionando um maior número de ofertas dessa mercadoria do que de demandas, tanto mais avilta seu valor quanto maior é a oferta, daí resultando um poderoso estímulo para, no exterior, tirar partido com lucro dessa situação.

Tornemos a situação mais clara mediante um exemplo.

Suponhamos, por um momento, que as comunicações internas de um país e o estado de suas riquezas sejam tais que exijam o emprego permanente de 1 000 veículos de toda espécie. Suponhamos, além disso, que, por um sistema comercial qualquer, se consiga fazer entrar no país um número de veículos maior do que os que são destruídos anualmente, de sorte que, ao cabo de um ano, nele se encontrem 1 500 em vez de 1 000. Não é óbvio que haverá, então, 500 veículos desocupados e parados em diferentes abrigos, e que seus proprietários, em vez de deixar ocioso seu valor, tratariam de deles desfazer-se vendendo-os com abatimento e que, se o contrabando no país for um pouquinho fácil, levá-los-iam para o exterior para deles tirar melhor partido? Em vão se fariam acordos de comércio para assegurar maior importação de veículos, em vão se forneceria, com grandes custos, a exportação de muitas mercadorias para fazer retornar seu valor sob a forma de veículos, pois, quanto mais veículos a legislação tentasse fazer entrar no país, tanto mais os particulares procurariam fazer sair.

Esses veículos são o numerário. Só se tem necessidade dele até um certo ponto; necessariamente, ele só pode constituir uma parte das riquezas sociais. Não po-

¹⁶ No Livro Terceiro, no qual trata de consumos, poderemos ver que, no caso dos consumos improdutivos, os mais lentos são, em geral, mais bem compreendidos do que os mais rápidos. Mas isso não se aplica aos consumidores reprodutivos. Nesse caso, os mais rápidos são os melhores, porque, quanto mais cedo o capital se reproduz, menos se perde em juros, e com maior freqüência se recomeça a produção com o mesmo capital. A rapidez dos consumos, de resto, não afeta de maneira particular as mercadorias de importação: sob esse aspecto, com efeito, a vantagem ou o inconveniente dos consumos rápidos são os mesmos, quer os produtos venham de dentro do país, quer venham do exterior.

de compor toda a riqueza social porque se tem necessidade de outra coisa além do numerário. Ele é necessário em maior ou menor quantidade, segundo a situação das riquezas gerais, assim como uma nação rica precisa de mais veículos do que uma nação pobre. Sejam quais forem as qualidades brilhantes ou sólidas dessa mercadoria, ela só vale de acordo com seus usos e estes são limitados. Assim como os veículos, ela tem um valor que lhe é próprio, valor este que diminui se é abundante em relação aos objetos pelos quais ela é trocada e aumenta se se torna rara em relação a esses mesmos objetos.

Dizem que, com ouro e prata, podemos obter tudo. É verdade. Mas sob que condições? Essas condições são menos boas quando, por meios forçados, se multiplica esse artigo além das necessidades; daí os esforços que são feitos para aplicá-lo no exterior. Quando era proibido fazer sair prata da Espanha, a Espanha fornecia para toda a Europa. Quando o papel-moeda da Inglaterra, em 1812, havia tornado supérfluo todo o ouro que servia de moeda e quando as matérias de ouro em geral se tinham, por conseguinte, tornado superabundantes em relação aos empregos que ainda restavam para essa mercadoria, seu valor relativo havia baixado naquele país. Os guinéus passavam da Inglaterra para a França, apesar da facilidade de guardar as fronteiras de uma ilha e apesar da pena de morte infringida aos contrabandistas.

Para que servem, então, todos esses cuidados que os Governos tomam a fim de fazer com que se incline em favor de seu país a balança comercial? Praticamente para nada, exceto para construir belos gráficos desmentidos pelos fatos.¹⁷

Como é possível que noções tão claras, tão conformes ao simples bom senso e a fatos constatados por todos aqueles que se ocupam do comércio tenham, apesar disso, sua aplicação recusada por todos os Governos da Europa¹⁸ e sejam combatidas por vários autores que, em outras questões, demonstraram ser esclarecidos e perspicazes? É, podemos dizer, porque os primeiros princípios da Economia Política ainda são quase universalmente ignorados; é porque se edificam sobre bases falsas, raciocínios engenhosos de que facilmente se aproveitam, de um lado, as paixões dos Governos (que utilizam as proibições como arma ofensiva ou como recurso fiscal) e, de outro lado, a avidez de muitas classes de negociantes e de fabricantes que encontram nos privilégios uma vantagem particular, pouco se importando em saber se seus lucros resultam de uma produção real ou de uma perda suportada por outras classes da nação.

Querer pôr a balança comercial a seu próprio favor, isto é, pretender dar mercadorias e fazê-las pagar em ouro é não querer nenhum comércio, pois o país com que se faz comércio só pode dar em troca o que tem. Se lhe pedimos exclusivamente metais preciosos, ele tem todo o direito de nos pedir também o mesmo; ora, no momento em que ambas as partes pretendem exatamente a mesma merca-

¹⁷ As tabelas e quadros da balança comercial inglesa, desde o início do século XVIII até o papel-moeda de 1798, apresentam, a cada ano, excedentes mais ou menos consideráveis, que a Inglaterra recebeu em numerário, e cuja totalidade ascende à soma imensa de 317 milhões de libras esterlinas (mais de 8 bilhões de francos). Acrescentando a essa soma o numerário que já se encontrava no país quando o século começou, veremos que a Inglaterra, segundo esse raciocínio, deve possuir um numerário bem perto de 400 milhões de libras esterlinas. Como é possível, então, que as avaliações ministeriais mais exageradas só tenham conseguido encontrar na Inglaterra 47 milhões de numerário na mesma época em que lá havia o máximo? (Ver *supra*, capítulo III.)

¹⁸ Todos os Governos se conduziram segundo a firme convicção, em primeiro lugar, de que os metais preciosos são a única riqueza desejável, embora desempenhem, na realidade, papel apenas secundário na produção das riquezas; e, em segundo lugar, que podiam fazê-los entrar de maneira regular e constante por meio de meios forçados. Vimos, no exemplo da Inglaterra (na nota anterior) quão pouco êxito tiveram. O espetáculo impressionante da opulência dessa nação não se deve, portanto, à balança vantajosa de seu comércio. A que, então deve-se atribuí-los? A quantidade imensa de suas produções, responderão alguns. E a que se devem elas? Repito: à poupança que aumentou os capitais das pessoas particulares, ao gênio nacional, eminentemente voltado para a indústria e para as aplicações úteis; à segurança das pessoas e das propriedades, à facilidade da circulação interna e a uma liberdade industrial que, malgrado seus entraves, é, levando-se em conta todos os aspectos, superior à dos demais Estados da Europa.

doria, a troca torna-se impossível. Se fosse exequível apoderar-se com exclusividade dos metais preciosos, isso tornaria inteiramente impossível as relações comerciais com a maioria dos Estados do mundo.

Quando um país nos dá em troca aquilo que nos convém, que mais se pode pedir? O que mais pode o ouro além disso? Por que quereríamos ter ouro se é para depois comprar o que nos convém?

Tempo virá em que as pessoas ficarão surpresas ao perceberem que foi preciso tanto esforço para demonstrar a tolice de um sistema tão vazio e pelo qual tantas guerras foram feitas.

Fim da digressão sobre a balança comercial

Acabamos de ver que são absolutamente ilusórias as vantagens que se buscam por meio de uma balança comercial favorável e que, ainda que fossem reais, nenhuma nação poderia obtê-las de maneira permanente. Qual é o efeito, então, que realmente produzem os regulamentos feitos com esse propósito? É essa questão que nos resta examinar.

O Governo que proíbe de maneira absoluta a importação de certas mercadorias estrangeiras estabelece um monopólio *em favor daqueles* que produzem essa mercadoria dentro do país e *contra aqueles* que a consomem. Isto é, os produtos nacionais que a produzem, tendo o privilégio exclusivo de vendê-la, podem aumentar seu preço acima da taxa natural, e os consumidores nacionais, podendo comprá-la somente deles, são obrigados a pagá-la mais caro.¹⁹

Quando, em lugar de uma proibição absoluta, obriga-se apenas o importador a pagar certo direito, concede-se então ao produtor do interior o privilégio de aumentar os preços dos produtos análogos de todo o montante do direito, fazendo-se, assim, com que o consumidor pague esse incentivo. Desse modo, quando, por ocasião da introdução de uma dúzia de pratos de faiança que vale 3 francos, impõe-se o pagamento de franco à duana, o negociante que a importa, seja de que país for, é forçado a exigir 4 francos do consumidor; isso permite ao fabricante nacional a fazer com que se pague até 4 francos pela dúzia de pratos da mesma qualidade. Ora, não poderia fazê-lo se não existissem os direitos alfandegários, pois o consumidor encontraria similares por 3 francos. Dá-se, portanto, ao fabricante um incentivo igual ao direito exigido, incentivo esse que é pago pelo consumidor.

Objetar-se-á que é bom que a nação suporte o inconveniente de pagar mais caro pela maioria dos artigos a fim de fruir da vantagem de produzi-los e que, nesse caso, pelo menos nossos operários e nossos capitais estão empregados nessas produções, sendo nossos concidadãos que delas extraem os lucros.

Minha resposta é que os produtos estrangeiros que compraríamos não poderiam sê-lo gratuitamente; nós os pagaríamos com valores criados por nós mesmos,

¹⁹ Num livro que publicou em 1817 sob o título de *Princípios da Economia Política do Imposto*, David Ricardo observa com razão, a propósito dessa passagem, que o Governo não poderia, por meio de uma proibição, elevar um produto acima de sua taxa natural; nesse caso, com efeito, os produtores internos, entregando-se a esse tipo de produção, reduziriam rapidamente, por sua concorrência, os seus lucros ao nível de todos os demais tipos. Para tornar meu pensamento mais claro, devo dizer, então, que considero que a taxa natural de uma mercadoria é o preço mais baixo pelo qual se pode obtê-la, seja por meio do comércio, seja por qualquer outra indústria. Se a indústria comercial pode oferecê-la mais barato do que as manufaturas e se o Governo obriga a produzi-la pelas manufaturas, estará, então, forçando a preferir uma maneira mais dispendiosa de obtê-la. Dessa maneira, causa um prejuízo aos que a consomem, sem que disso resulte para o fabricante interno um lucro equivalente àquilo que o consumidor paga a mais, pois a concorrência interna obriga o fabricante a reduzir seus lucros à taxa geral dos lucros que se podem fazer sobre esse tipo de manufatura. Ele não desfruta de nenhum monopólio. É sob esse ponto de vista que a crítica de Ricardo é fundada, o que faz, porém, com que a medida que ataco seja ainda pior. Ela aumenta, em detrimento dos consumidores, a dificuldade natural que se opõe à satisfação de nossas necessidades sem que isso traga lucro para ninguém.

os- quais empregariam igualmente nossos operários e nossos capitais; não se deve perder de vista que, afinal de contas, sempre compramos produtos com produtos. O que melhor nos convém é empregar nossos produtores, não em produções em que o estrangeiro tem mais sucesso do que nós, mas naquelas em que temos maior êxito do que eles e, com estas, comprar aquelas. Esse caso é idêntico ao do particular que pretendesse fazer, ele próprio, seus sapatos e suas roupas. Que diríamos se, na porta de cada casa, se estabelecesse um direito de entrada sobre os sapatos e as roupas a fim de impor ao proprietário a feliz necessidade de fabricá-los ele próprio? Não teria ele razão em dizer: Deixem-me fazer meu comércio e comprar o que me é necessário com meus produtos ou, o que dá no mesmo, com o dinheiro de meus produtos? — Teríamos nesse caso exatamente o mesmo sistema, apenas levado um pouco mais longe.

É de surpreender que todo país seja tão pressuroso em pedir proibições se elas não lhe trazem na verdade nenhum proveito. Assim, baseando-se no fato de que o proprietário de uma casa não se preocupa em pedir um favor semelhante para sua casa, alguém pretenderá, talvez, concluir que os dois casos não são perfeitamente semelhantes.

A única diferença provém do fato de que o proprietário é um ser único que não poderia ter duas vontades, além de ter um interesse ainda maior, como consumidor de suas roupas, em comprá-las barato fora de casa do que em gozar, na qualidade de produtor, de um monopólio cujo peso só recai sobre ele mesmo.

Quem é que, num Estado, solicita proibições ou pesados direitos de entrada? São os produtores do artigo cuja concorrência trata-se de proibir e não seus consumidores. Embora afirmem que é no interesse do Estado, é óbvio, porém, que é unicamente em seu próprio interesse. — Mas não é a mesma coisa?, perguntam eles, e o que ganhamos não é um ganho equivalente para o país? — Absolutamente; o que ganham dessa maneira é tirado do bolso do vizinho, de um habitante do mesmo país; além disso, se pudéssemos somar o excedente de despesa feito pelos consumidores em consequência do monopólio, descobriríamos que ele ultrapassa o ganho que esse mesmo monopólio permitiu.

O interesse particular opõe-se aqui ao interesse geral e este só é corretamente compreendido pelas pessoas de grande instrução. É de surpreender, então, que o sistema proibitivo seja defendido de forma veemente e apenas frouxamente combatido?

Em geral, não se dá a devida atenção ao grave inconveniente que é fazer com que os consumidores paguem muito caro pelos artigos. Esse mal não chama muito a atenção porque se faz sentir em minúcias e em pequenas doses sempre que se compra alguma coisa. Torna-se, contudo, bastante importante pela repetição frequente e pelo fato de pesar universalmente. A fortuna de cada consumidor está em perpétua rivalidade com tudo o que ele compra. Quanto mais rico, tanto mais barato compra e, quanto mais pobre, tanto mais caro paga. Ainda que um único artigo encarecesse, estaria mais pobre em relação a ele. Se todos os artigos encarecessem, estaria mais pobre em relação a todos eles. Ora, visto que a classe dos consumidores abarca toda a nação, é a nação inteira, nesses casos, que se encontra mais pobre. Além disso, ela é privada da vantagem de variar seus consumos e fruições e de receber os produtos ou os tipos de produtos que lhe faltam em troca daqueles com os quais poderia pagá-los.

E que não se venha dizer que, no encarecimento dos produtos, o que um perde outro ganha: isso só é verdade nos monopólios (e, mesmo nesses casos, só é verdade em parte, pois os detentores dos monopólios jamais lucram a totalidade do que é pago pelos consumidores). Quando é o direito alfandegário ou o impos-

to, sob qualquer forma que seja, que encarece o artigo, o produtor que vende mais caro não tira lucro disso (como veremos adiante,²⁰ é o contrário que se passa), de sorte que, na qualidade de produtor, não se tornou mais rico e, na qualidade de consumidor, está mais pobre.

Essa é uma das causas mais generalizadas do empobrecimento das nações ou, pelo menos, uma das causas que se opõem da maneira mais fundamental aos progressos que fazem sob outros aspectos.

Pela mesma razão, verificaremos que, assim como não se deve ter repugnância em trazer do exterior os objetos que servem de matéria-prima para nossas manufaturas, tampouco se deve repugnar em buscar no exterior os objetos que servem a nossos consumos estéreis. Quer consumamos produtos nacionais ou estrangeiros, sempre destruimos uma parte de riquezas; é uma brecha que causamos na riqueza nacional. Essa perda, porém, resulta de nosso consumo e não de nossa compra no exterior. E, quanto ao estímulo que daí resulta para a produção nacional, ainda é o mesmo nos dois casos. Com efeito, com que comprei o produto estrangeiro? Com o produto de nosso solo ou com dinheiro que, por sua vez, só pode ser adquirido com produtos de nosso solo. Quando compro no exterior tudo o que faço, na realidade, é enviar para o exterior um produto interno em lugar de consumi-lo e consumir em meu país o produto que o exterior me envia em troca. Se não sou eu quem executa essa operação, é o comércio. Nosso país não pode comprar nada dos outros países senão com seus próprios produtos.

Insistindo em continuar defendendo os direitos de entrada, alguns afirmam: “O juro do dinheiro é muito alto entre nós e é baixo no exterior; é preciso, então, equilibrar mediante um direito alfandegário a vantagem dos produtores estrangeiros sobre nossos produtores.” Ora, o juro baixo é, para o produtor estrangeiro, uma vantagem semelhante à de um solo mais fecundo. Se daí resulta um bom preço para os produtos com os quais trabalha, nada mais apropriado do que fazer com que nossos consumidores disso se aproveitem. Podemos aplicar aqui o raciocínio que deve fazer-nos preferir trazer o açúcar e o anil de regiões tropicais a produzi-los em nosso solo.

“Mas, visto que os capitais são necessários para todos os tipos de produção, o estrangeiro que encontra capitais a juros baixos tem sobre nós vantagem com relação a todos os produtos; ora, se nós permitirmos sua livre entrada, ele terá preferência sobre todos os nossos produtores.” — Com que pagaremos então seus produtos? — “Com dinheiro, e esse é o mal.” — E com que conseguiremos o dinheiro com o qual pagaremos ao estrangeiro? — “Nós o pagaremos com o dinheiro que temos, o qual esgotar-se-á e, assim, cairemos na mais completa miséria.” — A mais completa miséria não consiste em não ter dinheiro, mas em não ter as coisas que se obtêm com dinheiro. De 1798 a 1814, a Inglaterra havia exportado todo seu ouro transformado em moedas e jamais foi tão rica. Seus bilhetes de banco faziam-lhe as vezes de moeda. Ora, quando se tem uma moeda metálica, nunca se tem falta de dinheiro, pois, por menores que sejam os pagamentos ao exterior em numerário, este aumenta de preço em relação às mercadorias, vale dizer, as mercadorias baixam de preço em relação ao dinheiro; por conseguinte, todo o mundo tem interesse em exportar mercadorias e em importar dinheiro.

O medo que se tem em pagar as mercadorias estrangeiras com metais preciosos é infundado. Os metais preciosos jamais vão de um país para outro para comprar pretensos saldos, mas, na realidade, para procurar o mercado em que são vendidos pelo mais alto preço. É sempre conveniente para nós consumir os produtos

²⁰ Livro Terceiro. Cap. VII.

que o estrangeiro fornece melhores ou mais em conta do que nós, na certeza que temos de que o estrangeiro encontrará seu pagamento nas coisas que produzimos mais barato do que ele. Afirmando que *ele encontrará seu pagamento desse modo* porque as coisas *não podem se passar de outra maneira*.

Já se disse (e o que não se disse para obscurecer todas essas questões?) que, dado serem a maioria dos consumidores ao mesmo tempo produtores, as proibições e os monopólios fazem-nos ganhar como produtores o que perdemos como consumidores; além disso, que o produtor que tem um ganho-monopólio sobre o objeto de sua indústria é vítima de um ganho da mesma espécie feito sobre os artigos que são objeto de seu consumo, e assim uma nação se compõe de enganadores e de enganados que não têm mais nada de que se acusar. Ora, é importante observar que cada um se acredita enganador e não enganado. Com efeito, embora cada um seja consumidor ao mesmo tempo que produtor, os lucros excessivos obtidos sobre uma só espécie de artigo (aquele que se produz) são muito mais sensíveis do que as perdas múltiplas, mas pequenas, feitas sobre os mil artigos diferentes que se consomem. Suponhamos que se imponha um direito de alfândega sobre os tecidos de algodão: para um cidadão de fortuna medíocre, trata-se de um aumento de despesa de, no máximo, 12 a 15 francos por ano. Ora, esse aumento de despesa não lhe aparece ao espírito com muita clareza ou certeza e pouco o impressiona, embora se repita em maior ou menor quantidade em todos os objetos de seu consumo. Ao contrário, se o particular em questão é fabricante de chapéus e se for imposto um direito alfandegário sobre os chapéus estrangeiros, ele saberá muito bem que esse direito encarecerá os chapéus de sua manufatura, aumentando seus lucros anuais, talvez em muitos milhares de francos.

Assim é que o interesse pessoal, quando pouco esclarecido (mesmo na suposição de que todos sejam mais atingidos em seu consumo do que favorecidos em sua produção), declara-se a favor das proibições.

Mesmo sob esse ponto de vista, entretanto, o sistema proibitivo é fecundo em injustiças. Nem todos os produtores estão em condições de aproveitar do sistema de proibição, que supus ser geral embora não o seja e que, ainda que o fosse pelas leis, não o seria de fato. Quaisquer que fossem os direitos de entrada impostos sobre a introdução na França dos vinhos de Champanha ou de Bordéus, tais direitos não fariam com que os proprietários desses vinhos conseguissem vendê-los melhor, pois eles já possuem seu monopólio. Inúmeros outros produtores, como os pedreiros, os carpinteiros, os vendedores de loja etc., não têm absolutamente nada a ganhar com a exclusão imposta às mercadorias estrangeiras e, ao mesmo tempo, sofrem com tal exclusão. Encontram-se no mesmo caso os produtores de produtos imateriais, os funcionários públicos e os que vivem de renda.²¹

Em segundo lugar, os ganhos do monopólio não são equitativamente divididos entre todos os que concorrem para a produção favorecida pelo monopólio. Os chefes de empresas, quer agrícolas, quer manufatureiras, quer comerciais, não somente exercem um monopólio em relação aos consumidores, mas também, e por

²¹ Talvez seja picante observar a esse respeito que as pessoas que estabelecem as proibições encontram-se entre aquelas sobre as quais recai o principal peso. Muitas vezes, só encontram indenização para esse fato por meio de uma outra injustiça e, quando têm a autoridade nas mãos, aumentam suas remunerações próprias. Em outras ocasiões, quando percebem que o monopólio pesa especificamente sobre eles, fazem-no abolir. Em 1599 os fabricantes de Tours pediram a Henrique IV que proibisse a entrada dos tecidos de seda, a entrada de ouro e de prata que, até aquela época, eram inteiramente trazidos do exterior. Lisonjeavam e iludiam o Governo, afirmando que forneceriam para todo o consumo que se fazia desses tecidos na França. Henrique IV, extraordinariamente fácil de iludir quanto a esse ponto, como em tantos outros, concedeu-lhes tudo o que quiseram. Os consumidores, porém, que eram principalmente a alta sociedade e as pessoas da corte, puseram-se a protestar em altos brados. Passaram a ser obrigados a pagar mais caro por tecidos que antes compravam mais barato. O édito foi revogado ao cabo de seis meses. (Ver as *Mémoires de Sully*. Livro Segundo.)

outras causas, em relação aos operários e a vários agentes da produção, como veremos no Livro Segundo. É possível que nossos cuteleiros ganhem um pouco mais em razão da proibição das facas inglesas, mas seus operários e muitos outros agentes dessa indústria em nada aproveitam dessa proibição; dessa maneira, participam, com todos os demais consumidores, da desvantagem de pagar mais caro pelos artigos de cutelaria sem participarem dos ganhos forçados dos chefes de empresa.

Às vezes, as proibições não se limitam a ferir os interesses pecuniários dos consumidores, submetendo-os, ademais, a penosas privações. Envergonha-me dizê-lo, mas fabricantes de chapéus de Marselha já solicitaram a proibição de entrada de chapéus de palha provenientes do exterior sob pretexto de que prejudicavam a venda de seus chapéus de feltro.²² Pretendia-se assim privar as pessoas do campo (os que cultivam a terra sob o ardor do sol) de um abrigo leve, fresco e barato que os protegia adequadamente, quando, ao contrário, seria desejável que seu uso se propagasse e se estendesse a todas as regiões.

Às vezes, pretendendo satisfazer a opiniões que considera profundas ou a paixões que acredita legítimas, a administração proíbe ou altera o curso normal de um comércio, atingindo irreparavelmente a produção. O que aconteceu quando Felipe II, tendo se tomado senhor de Portugal, proibiu a seus novos súditos qualquer comunicação com os holandeses que detestava? Os holandeses, que, até então, procuravam em Lisboa as mercadorias da Índia, para as quais asseguravam grande consumo, vendo a falta que esses recursos faziam para suas indústrias, passaram a procurar diretamente essas mercadorias nas próprias Índias, de onde terminaram expulsando os portugueses. Assim, a maldade feita com a intenção de prejudicá-los foi a origem de sua grandeza. O comércio, segundo uma expressão de Fénelon, é semelhante às fontes naturais que muitas vezes secam quando se pretende mudar seu curso.²³

São esses os principais inconvenientes dos obstáculos impostos à importação; as proibições absolutas elevam-nos ao mais alto grau. Quando encontramos nações que prosperam, mesmo adotando esse sistema, é porque nelas as causas de prosperidade são mais fortes do que as causas de debilitação. As nações se assemelham ao corpo humano: há em nós um princípio de vida que permanentemente restaura nossa saúde, a qual nossos excessos tendem permanentemente a alterar. A natureza cicatriza as feridas e cura os males provocados pela nossa imprudência e intemperança. É assim que os Estados caminham e muitas vezes até prosperam, a despeito dos flagelos de todo tipo que devem suportar por parte de seus inimigos. Observe-se que são as nações mais industriosas que mais recebem esses ataques, pois são as únicas capazes de suportá-los. Alguns dizem, então: “Nosso sistema é bom, pois a prosperidade cresce.” No entanto, quando se observam com olhos esclarecidos as circunstâncias que, há três séculos, promoveram o desenvolvimento das faculdades humanas; quando se avaliam com os olhos do espírito os progressos da navegação, as descobertas e as importantes invenções que ocorreram nas artes; a quantidade de vegetais e de animais úteis espalhados de um hemisfério a outro; quando vemos as ciências e suas aplicações estendendo-se e consolidando-se a cada dia, mediante métodos sempre mais seguros, convence-

²² *Bulletin de la Société d'Encouragement pour l'Industrie Nationale*. n.º 4.

²³ A convenção nacional da França proibiu a entrada de couros brutos provenientes da Espanha sob o pretexto de que prejudicavam o comércio dos couros franceses, não atentando para o fato de que a França reenviava esses mesmos couros para a Espanha depois de tê-los curtido. Obrigados a consumir, eles mesmos, seus couros crus, os espanhóis puseram-se a curti-los, e essa indústria passou para a Espanha com boa parte dos capitais e operários franceses. É quase impossível que um Governo possa, não digo imiscuir-se de maneira útil na indústria, mas evitar, quando se imiscui, de prejudicá-la.

mo-nos, ao contrário, de que nossa prosperidade é pouca coisa comparada ao que poderia ser; que ela se debate nos laços e sob os pesos com que a sufocam, e que os homens, mesmo nas regiões do globo em que se acreditam esclarecidos, passam grande parte do seu tempo e empregam grande parte de suas faculdades a destruírem parte de seus recursos em lugar de multiplicá-los e a saquearem uns aos outros em lugar de se ajudarem mutuamente. E tudo isso acontece por falta de esclarecimento e por ignorarem em que consistem seus verdadeiros interesses.²⁴

Voltemos agora ao nosso problema. Acabamos de ver que espécie de prejuízo um país sofre dos entraves que impedem os produtos estrangeiros de penetrarem em seu território. É um prejuízo do mesmo tipo que se causa a um país cujas mercadorias são proibidas: o país fica privado da faculdade de tirar o melhor partido possível de seus capitais e de sua indústria. Não se deve, contudo, imaginar que isso o arruinará, privando-o de quaisquer recursos, como Bonaparte acreditava fazê-lo ao fechar o continente aos produtos da Inglaterra. Além do fato de que o bloqueio real e completo de um país é um empreendimento impossível, pois todos têm interesse em violar tal restrição, o máximo a que um país jamais está exposto é mudar a natureza de seus produtos. O próprio país sempre poderá comprá-los todos, pois os produtos, como foi demonstrado, sempre se compram uns pelos outros. Suponhamos que se reduza a Inglaterra a não mais exportar o valor de 1 milhão em tecidos de lã. Quem acreditar que isso irá impedi-la de produzir um valor de 1 milhão estará completamente enganado. Ela empregará os mesmos capitais e mão-de-obra equivalente na fabricação, em lugar de casimiras talvez, de aguardentes com seus cereais e suas batatas, deixando, por conseguinte, de comprar as aguardentes da França com suas casimiras. De qualquer maneira, um país sempre consome os valores que produz, seja diretamente, seja após uma troca, e não poderia consumir outra coisa. Suponhamos que a troca seja impossibilitada; será preciso, então, que o país produza valores tais que possa consumi-los diretamente. Este é o resultado das proibições: ambas as partes são prejudicadas e nenhuma delas se torna mais rica.

Napoleão certamente prejudicou a Inglaterra e o continente ao impor embaraços, no que dele dependia, às relações recíprocas entre ambos. Por outro lado, entretanto, beneficiou involuntariamente o continente europeu ao facilitar, com a reunião de Estados continentais — fruto de sua ambição —, uma comunicação mais estreita entre esses diferentes Estados. Não havia mais barreiras entre Holanda, Bélgica, parte da Alemanha, Itália e França, e eram frágeis as barreiras que, à exceção da Inglaterra, permaneciam entre os outros Estados. Avalio o bem que resultou dessas comunicações pelo estado de descontentamento e de depressão do comércio que resultou do regime seguinte, onde cada Estado refugiou-se sob uma tripla barreira aduaneira. Cada um certamente preservou os mesmos meios de produção, mas de uma produção menos vantajosa.

Ninguém nega que a França tenha ganho muito com a supressão, operada pela Revolução, das barreiras que separavam suas províncias. A Europa já havia ganho com a supressão pelo menos parcial das barreiras que separavam os Estados da república continental. Ora, o mundo ganharia ainda muito mais com a supressão das barreiras que tendem a separar os Estados que compõem a república universal.

²⁴ Não se pretende afirmar aqui que seja desejável que todos os tipos de conhecimentos se propaguem em todos os espíritos, mas que cada um só tenha idéias justas acerca das coisas de que é chamado a se ocupar. Não é nem mesmo necessário, para que se obtenham ótimos resultados dos conhecimentos, que se propaguem de maneira ampla e completa. O bem que deles se extrai é proporcional à extensão que assumem, e as nações fruem a felicidade em graus diferentes, na proporção das noções justas que adquirem acerca das coisas que mais lhes importam.

Passo em silêncio inúmeros outros inconvenientes muito graves, como o de criar um crime a mais: o contrabando, isto é, de tornar criminosa pelas leis uma ação que é, em si mesma, inocente, e de impor punições a pessoas que, na realidade, trabalham para a prosperidade geral.

Smith admite duas circunstâncias que podem determinar um Governo sábio a recorrer aos direitos alfandegários de entrada.

A primeira é aquela em que se trata de possuir um ramo industrial necessário para a defesa do país e para o qual não seria prudente poder contar apenas com aprovisionamentos provenientes do exterior. Assim, um Governo poderá proibir a importação de pólvora para canhões se isso for necessário para a implantação de indústrias nacionais de pólvora. Mais vale, com efeito, pagar bem caro por esse artigo do que ariscar-se à sua privação em momento de necessidade.²⁵

A segunda circunstância ocorre quando um produto interno, de consumo análogo, já está gravado de algum tributo. Percebe-se que, nesse caso, um produto externo pelo qual aquele poderia ser substituído e que não fosse gravado de nenhum tributo, teria um verdadeiro privilégio sobre o primeiro. Fazer com que se pague um tributo nesse caso não significa destruir as relações naturais que existem entre os diferentes ramos de produção: ao contrário, significa restabelecê-las.

Não há, com efeito, motivo para que a produção de valor que se opera através do comércio exterior deva ser aliviada do fardo dos impostos suportados pela produção que se opera por meio da agricultura ou das manufaturas. É um mal ser obrigado a pagar um imposto, e é de toda a conveniência diminuir esse mal tanto quanto possível. Mas, quando se reconhece que certa soma de contribuições é necessária, não passa de justiça fazer com que ela seja paga proporcionalmente por todos os tipos de produção. O erro que assinalo aqui consiste em querer nos fazer pensar que essa espécie de imposto favorece a riqueza pública. O imposto só é favorável ao público pelo bom emprego que se faz de seu produto.

Essas são as considerações que jamais se deveria perder de vista ao fazer acordos de comércio. Os tratados comerciais só são bons para proteger uma indústria e capitais que, pelo efeito de más leis, enveredaram por maus caminhos. Trata-se de um mal que é preciso tentar sanar e não perpetuar. O estado de saúde com respeito à indústria e à riqueza é o estado de liberdade, é a situação em que os próprios interesses se autoprotegem. A autoridade pública só os protege utilmente contra a violência. Com seus obstáculos e impostos, ela não pode, contudo, fazer nenhum bem à nação. Tais entraves e impostos podem ser um inconveniente necessário; apesar disso, supor que sejam úteis para os interesses dos administrados é ignorar os fundamentos da prosperidade dos Estados e a própria Economia Política.

Considera-se, muitas vezes, que os direitos alfandegários e as proibições são uma represália: *Teu país põe obstáculos à introdução dos nossos produtos; isso não nos autoriza a gravar com os mesmos entraves os produtos do teu? Esse é o argumento mais freqüentemente empregado e que serve de base à maioria dos acordos de comércio. Ora, comete-se um engano quanto ao objeto que está em questão. Pretende-se que as nações estejam autorizadas a se prejudicarem tanto quanto puderem: embora não esteja convencido disso, concedo para argumentar. A questão é que não se trata aqui dos direitos das nações, mas de seus interesses.*

Uma nação que nos prive da possibilidade de comerciar com ela nos causa um prejuízo incontestável: priva-nos das vantagens do comércio exterior em relação a ela. Se, fazendo-a temer um prejuízo análogo para si mesma, podemos deter-

²⁵ Esse motivo não tem por si só muita força; já se demonstrou que o salitre se acumula melhor num país para os momentos de necessidade quando é habitualmente trazido do exterior. Mas isso não impediu a legislatura francesa de infligir pesados tributos a esse produto.

miná-la a derrubar as barreiras que nos opõe, podemos, por conseguinte, aprovar esse expediente como medida puramente política. Essa represália, todavia, que é prejudicial para nosso rival, também é, ao mesmo tempo, prejudicial para nós. Não é uma defesa de nossos próprios interesses que estejamos opondo a uma precaução tomada por nossos rivais e de seu próprio interesse; ao contrário, é um prejuízo que infligimos a nós mesmos a fim de infligir-lhes outro. Privamo-nos de relações úteis a fim de privá-los também de relações úteis. Trata-se apenas de saber até que ponto queremos levar a vingança e quanto permitimos que ela nos custe.²⁶

Não tentarei assinalar aqui todos os inconvenientes que acompanham os acordos comerciais; para tanto, seria necessário comparar as cláusulas que, com mais freqüência, a eles se consagram com os princípios estabelecidos em todo o presente trabalho. Limitar-me-ei a observar que quase todos os acordos comerciais realizados entre os modernos baseiam-se nas pretensas vantagem e possibilidade de saldar em espécie a balança comercial. Se essa vantagem e essa possibilidade não passam de quimeras, os benefícios obtidos com os tratados comerciais só puderam vir do aumento de liberdade e da facilidade de comunicação que delas resultaram para as nações e não das cláusulas e das estipulações neles contidas; exceto no caso em que, como a Inglaterra fez com Portugal, uma das potências se tenha valido de sua preponderância para estipular a seu favor certas vantagens que não passam de tributos disfarçados. Trata-se, nesse caso, de uma extorsão como outra qualquer.

Observarei ainda que os tratados comerciais que oferecem favores especiais a uma nação estrangeira são atos, senão hostis, pelo menos odiosos para todos os demais países. Só se pode permitir uma concessão feita a uns recusando-a a outros. Daí as causas de inimizades e os germes sempre lamentáveis da guerra. É muito mais simples — e mostrei que seria bem mais proveitoso — tratar todos os povos como amigos, impondo apenas, sobre a introdução das mercadorias estrangeiras, restrições análogas àquelas que gravam a produção interna.

Apesar dos inconvenientes que assinalarei nas proibições de produtos estrangeiros, seria sem dúvida temerário aboli-las bruscamente. Não se cura um doente num dia. Um país deseja ser tratado com cuidados análogos, mesmo no bem que se lhe faz. Quantos capitais, quantos braços industriais empregados em fabricações — monopólios a ponto de ser necessário, portanto, tratar com todo o cuidado, embora sejam abusos! Só pouco a pouco esses capitais e essa mão-de-obra podem encontrar empregos mais vantajosamente produtivos para a nação. Talvez nem mesmo toda a habilidade de um grande estadista seja demasiada para cicatrizar as feridas provocadas pela extirpação desse lobo devorador que é o sistema regulamentar exclusivo. E, quando pesamos maduramente o prejuízo que esse sistema causa e os males a que sua abolição poderá nos expor, somos naturalmente levados a fazer esta reflexão: se já é tão difícil devolver a liberdade à indústria, o quanto não devemos ser reservados quando se trata de tirá-las!

Os Governos não se contentaram em impor obstáculos à introdução dos produtos estrangeiros. Convencidos sempre de que era preciso que seu país vendesse sem comprar (como se isso fosse possível, submetendo, ao mesmo tempo, a uma espécie de multa aqueles que compravam do exterior), muitas vezes ofereceram

²⁶ As repúblicas da América que, felizmente para elas e para a Europa, sacudiram o jugo de suas metrópoles, abriram as portas para o estrangeiro; embora não tenham exigido reciprocidade, são hoje mais ricas e mais prósperas do que jamais o foram sob o regime de proibições. O comércio e os lucros de Havana duplicaram, ao que se diz, desde que essa colônia espanhola, pela força das coisas e contra o sistema de sua metrópole, passou a admitir todas as bandeiras mercantes. Os velhos Estados europeus assemelham-se a esses camponeses teimosos que persistem em sua rotina e em seus preconceitos mesmo quando constatarem em volta de si os bons efeitos de um regime mais inteligente.

gratificações, sob o nome de *prêmio de incentivo*, a quem vendia para o exterior.

O Governo inglês sobretudo, ainda mais zeloso do que os outros em favorecer o escoamento dos produtos do comércio e das manufaturas da Grã-Bretanha, fez uso abundante desse meio de incentivo. Compreende-se que o negociante que recebe uma gratificação na exportação pode, sem perda própria, oferecer sua mercadoria no exterior por preço inferior ao que lhe custa quando é exportada.

“Não podemos, diz Smith a esse respeito, forçar os estrangeiros a nos comprarem com exclusividade os objetos de seu consumo; por conseguinte, pagamos a eles para que nos concedam esse favor.”

Com efeito, se uma determinada mercadoria enviada à França por um negociante inglês lhe custa aí, compreendendo-se no preço o lucro de sua indústria, 100 francos, e se esse preço não estiver abaixo daquele pelo qual se pode obter a mesma mercadoria na França, não haverá nenhuma razão para que ele venda a sua com exclusividade sobre qualquer outra. Mas, se o Governo inglês, no momento da exportação, concede um prêmio de incentivo de 10 francos e se, por meio desse prêmio, a mercadoria é oferecida por 90 francos em lugar dos 100 que valeria, ela ganha, nesse caso, a preferência. Ora, não é um presente de 10 francos que o Governo inglês faz ao consumidor francês?

Percebe-se facilmente que o negociante possa ganhar com esse estado de coisas. Ele obtém o mesmo lucro que alcançaria se a nação francesa pagasse o objeto por seu valor inteiro; no negócio, porém, a nação inglesa perde 10% para a nação francesa. Esta envia somente um retorno no valor de 90 francos em troca da mercadoria a que lhe foi enviada e que, na realidade, vale 100.

Quando se concede um prêmio de incentivo, não no momento da exportação, mas desde a origem da produção, o produto podendo ser indiferentemente vendido aos cidadãos do país e aos estrangeiros, trata-se de um presente que é aproveitável tanto aos consumidores nacionais quanto aos do estrangeiro. Se o produtor, como às vezes acontece, embolsa o prêmio, mantendo, ao mesmo tempo, a mercadoria a seu preço natural, trata-se então de um presente que o Governo faz ao produtor, o qual recebe, além disso, o lucro normal de sua indústria.

Quando um prêmio de incentivo obriga a criar, seja para uso interno, seja para uso do estrangeiro, um produto que não seria produzido sem isso, resulta daí uma produção deplorável, pois ela custa mais do que vale.

Suponhamos uma mercadoria que, acabada, possa ser vendida a 24 francos e nada mais; suponhamos ainda que, em custos de produção (sempre compreendendo-se aí o lucro da indústria que a produz), custe 27 francos. É claro que ninguém quererá encarregar-se de sua fabricação, a fim de não suportar uma perda de 3 francos. Ora, se o Governo, *para incentivar esse ramo de indústria*, consente em suportar essa perda, isto é, se concede à fabricação desse produto um prêmio de incentivo de 3 francos, sua fabricação certamente ocorrerá e o tesouro público, isto é, a nação, suportará uma perda de 3 francos.

Esse exemplo nos mostra o tipo de vantagem que resulta de um estímulo dado a um ramo qualquer da indústria que não é capaz de se manter por si só. É querer que as pessoas se ocupem de uma produção desvantajosa e na qual os adiantamentos são desfavoravelmente trocados pelos produtos.

Ora, se existe algum benefício a tirar de uma indústria, ela não precisa de estímulos; se dela não há benefício a tirar, não merece ser estimulada. Seria inútil dizer que o Estado pode obter lucro com uma indústria que não dê nenhum benefício aos particulares: com efeito, como o Estado pode ter lucro senão através dos particulares?

Objetar-se-ia, talvez, que o Governo consegue em impostos sobre tal produto mais do que esse lhe custa em incentivos. Nesse caso, porém, ele paga com uma mão para receber com a outra. Se abater do imposto todo o montante do prêmio de incentivo, o efeito permanecerá o mesmo para a produção, poupando-se, além disso, as despesas da administração dos prêmios de incentivo e parte dos custos da administração dos impostos.

Embora os incentivos constituam uma despesa que diminui a massa das riquezas que uma nação possui, há casos, no entanto, em que lhe convém fazer esse sacrifício, como, por exemplo, quando deseja assegurar-se dos produtos necessários à segurança do Estado, ainda que custem mais do que seu valor. Luís XIV, desejando reforçar a marinha francesa, concedeu 5 francos por tonelada²⁷ a todos aqueles que equipassem navios. Desejava criar marinheiros.

Isso também ocorre quando o incentivo é simplesmente o reembolso de um imposto anteriormente pago. Assim, na Inglaterra e na França, atribui-se à exportação do açúcar refinado um prêmio de incentivo que não passa, no fundo, de um reembolso dos direitos de entrada pagos pelo açúcar mascavo e pelo açúcar bruto.

Talvez se possa ainda dizer que o Governo faz bem em conceder alguns incentivos a uma produção que, embora provocando perda no início, deva, porém, dar lucros evidentes ao cabo de poucos anos. Smith não é dessa opinião.

“Não há nenhum incentivo, diz ele, que possa levar a indústria de uma nação além daquilo que o capital dessa nação pode ativar. O incentivo pode apenas desviar uma parte de capital de uma determinada produção e orientá-lo para outra e não há razão para supor que essa produção forçada seja mais vantajosa para a sociedade do que aquela que seria naturalmente preferida... O estadista que pretendesse dirigir as vontades das pessoas particulares no que diz respeito à sua indústria e a seus capitais, não somente estaria se incumbindo de um encargo inútil, mas também de um encargo que seria muito arriscado ver confiado a uma única pessoa ou a um conselho, por mais sábio que se queira supô-los; encargo este, sobretudo, que não poderia estar em mãos piores do que nas de administradores tão insensatos ao ponto de pensarem que são capazes de assumi-lo... Mesmo que a nação, por falta de tais regulamentos, jamais pudesse adquirir um determinado ramo de indústria, nem por isso seria mais pobre no futuro, pois ela pôde empregar seus capitais de maneira mais vantajosa.”²⁸

Smith tem certamente razão quanto ao fundo da questão. Há circunstâncias, todavia, que podem modificar a proposição em geral verdadeira segundo a qual cada um é o melhor juiz do emprego de sua indústria e de seus capitais.

Smith escreveu numa época e num país onde as pessoas eram e ainda são extremamente esclarecidas quanto a seus próprios interesses e muito pouco inclinadas a negligenciar os lucros que podem resultar dos empregos (sejam quais forem) de capitais e de indústria. Nem todas as nações, porém, já atingiram esse estágio. Quantas não há em que, por preconceitos que só o Governo pode vencer, as pessoas se afastam de vários excelentes empregos de capitais! Quantas cidades e províncias em que ainda se seguem rotineiramente os mesmos hábitos para investir dinheiro! Nesta, sabe-se apenas investir em rendas de hipotecas sobre terras; naquela, somente em casas; naquela outra, apenas nos títulos e empréstimos públicos. Nesses lugares, qualquer aplicação nova do poder de um capital é objeto de desconfiança ou desprezo. Nesse caso, a proteção concedida a um emprego realmente proveitoso de trabalho e de dinheiro pode tornar-se um benefício para a região.

²⁷ Na linguagem dos navegadores, um tonel é um peso equivalente a 1 000 quilogramas.

²⁸ *A Riqueza das Nações*. Livro Quarto. Cap. II.

Finalmente, há certas indústrias que podem dar perdas ao empresário que implantá-las sem auxílio, mas que estão destinados a fornecer grandes benefícios quando os operários a elas se adaptarem e quando forem superados os primeiros obstáculos.

A França possui atualmente as mais belas manufaturas de seda e de tecidos de lã que existem no mundo. Talvez sejam devidas aos incentivos inteligentes de Colbert. Adiantou 2 000 francos aos fabricantes por cada máquina têxtil em atividade. Ora (observemo-lo de passagem), essa espécie de incentivo apresentava uma vantagem muito peculiar: habitualmente, o Governo retira, sobre os produtos da indústria privada, contribuições cujo montante fica perdido para a reprodução. Nesse caso, ao contrário, uma parte das contribuições era reempregada de maneira produtiva. Era parte da renda dos particulares que ia aumentar os capitais produtivos do reino. Dificilmente poder-se-ia esperar tanto por parte da inteligência e do interesse pessoal dos próprios particulares.²⁹

Não cabe examinar aqui como e quanto os incentivos, em geral, abrem as portas ao esbanjamento, aos favores injustos e a todos os abusos que se introduzem nos negócios dos Governos. Um estadista hábil, depois de conceber o plano que se evidencia o melhor, é freqüentemente impedido pelos vícios que devem necessariamente insinuar-se em sua execução. Um desses inconvenientes consiste em conceder (como quase sempre acontece) incentivos e demais favores de que os Governos dispõem, não aos que são hábeis para merecê-los, mas aos que são hábeis em pedi-los.

Não tenho a menor intenção, de resto, de censurar as distinções nem mesmo as recompensas pecuniárias concedidas publicamente a artistas ou a artesãos como prêmio por um esforço extraordinário de seu gênio ou destreza. Os incentivos desse gênero estimulam a emulação e aumentam a soma de instrução geral sem, contudo, desviar a indústria e os capitais de seus empregos mais vantajosos. Aliás, as despesas que acarretam são pouco consideráveis se comparadas ao que custam, em geral, os outros incentivos. Segundo Smith, o prêmio de incentivo à exportação de trigo custou para a Inglaterra, em certos anos, mais de 7 milhões de francos franceses. Não acredito que o Governo inglês, ou qualquer outro, alguma vez tenha gasto num ano a quinquagésima parte dessa soma em algum prêmio de agricultura.

§ II — Efeitos dos regulamentos que determinam o modo de produção

Quando os Governos se ocuparam dos processos da indústria agrícola, sua intervenção foi quase sempre benéfica. A impossibilidade de dirigir os processos variados da agricultura, a multiplicidade de pessoas que ela ocupa, muitas vezes dispersas por toda a extensão de um território e num grande número de empresas separadas, desde as grandes fazendas até os canteiros do mais humilde aldeão, o reduzido valor de seus produtos em comparação com seu volume, todas essas circunstâncias, devidas à própria natureza das coisas, tomaram felizmente impossível os regulamentos que poderiam embaraçar os industriais. Animados pelo amor ao bem público, os Governos foram obrigados, em consequência, a limitar-se a distribuir prêmios e incentivos e a propagar ensinamentos que, com freqüência, contribuíram com muita eficiência para os progressos dessa arte. A escola veterinária de

²⁹ Longe de mim a idéia de aprovar indistintamente todos os estímulos concedidos pelo mesmo ministério, sobretudo as despesas feitas em favor de vários estabelecimentos puramente fastuosos e que, como a manufatura dos Gobelins, sempre custaram mais do que produziram.

Alfort, a fazenda experimental de Rambouillet e a introdução do carneiro merino constituem benefícios autênticos para a agricultura francesa, cuja extensão e aperfeiçoamento ela deve à solicitude das diferentes administrações que governaram a França em meio às tempestades políticas.

Quando a administração cuida da manutenção das comunicações, quando protege as colheitas, quando pune as negligências culposas, como quando não se limpam as árvores dos parasitas, ela produz um bem comparável ao que realiza ao assegurar a tranquilidade e as propriedades, o que é extremamente benéfico, ou melhor, indispensável para a produção.³⁰

Os regulamentos sobre a exploração e tratamento das florestas na França, que são, pelo menos em várias de suas regiões, talvez indispensáveis para a manutenção dessa espécie de produto, parecem, sob outros aspectos, introduzir obstáculos que desencorajam esse tipo de cultura; essa cultura, particularmente conveniente para determinados terrenos, para locais muito povoados, e necessária para que se tenha chuvas suficientes, apesar disso, diminui diariamente.

Nenhuma indústria, todavia, foi, quanto a seus processos, vítima de mania regulamentar em grau tão elevado quanto a que se ocupa das manufaturas.

O objetivo de vários regulamentos foi reduzir o número de produtores, seja fixando-o arbitrariamente, seja exigindo dos produtores certas condições para exercerem sua indústria. É a partir daí que nasceram as *guildas*, as *corporações de mestres* e as *corporações de artes e ofícios*. Seja qual for o meio utilizado, o efeito é sempre o mesmo: o estabelecimento, às expensas do consumidor, de uma espécie de monopólio ou privilégio exclusivo cujos benefícios são divididos entre os produtores privilegiados. Eles podem acertar entre si medidas favoráveis a seus interesses com tanto mais facilidade quanto dispõem de assembleias legais, síndicos e outros oficiais. Nas organizações desse tipo, chama-se de *prosperidade do comércio* e de *vantagem do Estado* o que é, na realidade, a prosperidade e a vantagem da corporação. O que menos as preocupa é saber se os benefícios prometidos são resultado de uma verdadeira produção ou apenas um imposto abusivo tirado dos consumidores e que só aproveita a alguns em detrimento de outros.

É por isso que as pessoas que exercem uma profissão qualquer são, de hábito, levadas a pedir regulamentos por parte da autoridade pública. A autoridade pública, por sua vez, encontrando sempre nisso a ocasião para tirar dinheiro, tem a melhor disposição em concedê-los.

Os regulamentos, aliás, excitam o amor próprio dos que dispõem do poder, pois dão a estes um ar de sabedoria e de prudência, além de confirmarem sua autoridade, a qual parece tanto mais indispensável quanto mais frequentemente se exerce. É por isso que não existe talvez um só país da Europa em que se permita a um homem dispor de sua indústria e de seus capitais segundo suas próprias conveniências; na maior parte deles, não se pode mudar à vontade de lugar e de profissão. Não basta ter a vontade e o talento necessários para ser fabricante e negociante de tecidos de lã ou de seda, de miudezas ou de licores; é preciso ter ainda obtido a qualificação e a permissão ou fazer parte de uma corporação de ofícios.³¹

³⁰ No antigo cantão de Berna, cada proprietário, na estação dos gafanhotos, era obrigado a fornecer certo número de decalitros desses insetos, proporcional à extensão de suas propriedades. Os ricos proprietários compravam esses decalitros de gafanhotos de pessoas pobres cujo ofício era aprisioná-los; a tarefa era executada com tanto sucesso, que a região não mais se encontrava exposta a suas devastações. Asseguraram-me, todavia, que esse cuidado paternal estimulou uma espécie singular de contrabando e que, pelo lago Léman, transportavam-se sacos de gafanhotos da Savóia para o cantão de Vaud. Isso prova como é difícil, mesmo para os bons Governos, conseguir fazer o bem imiscuindo-se na produção.

³¹ Quando a indústria começava a nascer na Idade Média e quando os negociantes encontravam-se expostos às humilhações de uma nobreza ávida e pouco esclarecida, as corporações de artes e ofícios tiveram grande utilidade para propiciar à indústria o apoio que resulta de uma associação. Esse tipo de utilidade desapareceu completamente depois,

As qualificações outorgadas constituem, além disso, um meio de policiamento. Não, certamente, dessa polícia que favorece a segurança dos particulares e do público e que sempre pode ser exercida com poucas despesas e sem abusos, mas dessa polícia que os maus Governos empregam, embora custe muito, para conservar a autoridade em suas mãos e ampliá-la. Mediante favores honoríficos ou pecuniários, a autoridade passa a dispor dos chefes que impõe à corporação dos mestres. Esses chefes ou síndicos, envaidecidos com o poder e as distinções conferidos por seus cargos, procuram merecê-los por complacência para com a autoridade. Tornam-se, assim, o intérprete desta junto aos homens de sua profissão; apontam-lhe os que devem ser temidos pela firmeza e os que, por sua flexibilidade, podem ser usados. E tudo isso é envolto, a seguir, em motivos de bem público. Nos discursos oficiais ou feitos em público, os oradores introduzem razões bem sólidas para manter restrições contrárias à liberdade ou para estabelecer novas restrições, pois não existe uma causa ruim em cujo favor não se possa invocar alguma boa razão.

A principal vantagem, aquela sobre a qual se insiste com maior freqüência, está em propiciar ao consumidor produtos de execução mais perfeita, garantia que favorece o comércio nacional e que assegura a continuidade do favor dos estrangeiros.

Mas, alcança-se essa vantagem por meio das qualificações corporativas de mestre? Constituem elas uma garantia suficiente de que a corporação de ofício se compõe, não digo exclusivamente de pessoas honestas, mas apenas de pessoas bem educadas, como deveriam sê-lo para jamais enganarem nem seus concidadãos nem os estrangeiros?

Dizem alguns que as qualificações corporativas facilitam a execução dos regulamentos que verificam e atestam a boa qualidade dos produtos. Ora, mesmo com tais qualificações, não são ilusórias essas verificações e atestações e, nos casos em que são absolutamente necessárias, não existe um meio mais simples de obtê-las?

A longa duração do aprendizado não é melhor garantia da perfeição da obra: só a capacidade do operário e um salário proporcionado ao mérito de seu trabalho é que asseguram eficazmente essa perfeição.

“Não há profissão mecânica, diz Smith, cujos processos não possam ser ensinados em algumas semanas, e para algumas profissões mais comuns bastam alguns dias. A destreza da mão, é verdade, só pode ser adquirida por meio de muita prática. Essa prática, porém, não seria adquirida mais rapidamente se um jovem, em vez de trabalhar como aprendiz, isto é, forçado, com negligência e sem interesse, fosse pago segundo o mérito e a quantidade de seu trabalho, devendo ele próprio reembolsar o mestre pelos materiais desperdiçados por sua inexperiência ou inabilidade?”³²

Se começasse um ano mais tarde e se consagrasse esse ano às escolas de ensino mútuo, custa-me muito acreditar que os produtos seriam menos perfeitos; por outro lado, a classe operária seria com certeza menos grosseira.

Se os aprendizados fossem um meio de obter produtos mais perfeitos, os produtos da Espanha seriam equivalentes aos da Inglaterra. E não foi depois da abolição das qualificações de mestre e dos aprendizados obrigatórios que a França conseguiu atingir aperfeiçoamentos de que estava bem longe antes dessa época?

De todas as artes mecânicas, a mais difícil talvez é a do jardineiro e do lavrador. Ora, é a única cujo exercício é, em todos os lugares, permitido sem aprendizado. Os frutos que ela recolhe são, por isso, menos belos e os legumes menos abun-

porque os Governos, em nossos dias, ou são muito esclarecidos para alterar as fontes que alimentam suas finanças, ou muito poderosos para ser obrigados a respeitar tais associações.

³² *A Riqueza das Nações*. Livro Primeiro. Cap. X.

dantes? Se existisse um meio de formar uma corporação de cultivadores, logo nos persuadiriam de que é impossível ter alfices bem desenvolvidas e pêssegos saborosos sem inúmeros regulamentos compostos por várias centenas de artigos.

Esses regulamentos, enfim, mesmo supondo que sejam úteis, são ilusórios quando podem ser evitados. Ora, não há cidade manufatureira em que não se possa, com dinheiro, obter dispensa de todas as provas. Estas se tornam, desse modo, não somente uma garantia inútil, mas uma ocasião de favores ilícitos e de injustiças, o que é abominável.

Os que defendem o sistema regulamentar mencionam, para apoiar seu ponto de vista, a prosperidade das manufaturas da Inglaterra onde sabidamente existem vários obstáculos ao exercício da indústria manufatureira. Ora, esses defensores ignoram as verdadeiras causas dessa prosperidade.

“As causas da prosperidade da indústria na Grã-Bretanha, diz Smith,³³ são essa liberdade de comércio que, não obstante nossas restrições, é, contudo, idêntica e talvez superior à liberdade de que se goza em qualquer outro país do mundo; essa faculdade de exportar, sem direitos aduaneiros, quase todos os produtos da indústria doméstica, seja qual for sua destinação: e, o que é mais importante ainda, essa liberdade ilimitada de transportá-los para qualquer canto do reino, sem ser obrigado a dar nenhuma explicação, sem estar exposto, em nenhum gabinete, à menor visita, à mais simples pergunta etc.”

Se acrescentarmos a isso o respeito inviolável por todas as propriedades, — seja por parte de todos os agentes do Governo, sem nenhuma exceção, seja por parte dos particulares —, os imensos capitais acumulados pelo trabalho e pela economia, o hábito, enfim, inculcado desde a infância, de fazer tudo judiciosamente e com cuidado, teremos, então, uma explicação suficiente para a prosperidade manufatureira da Inglaterra.

As pessoas que mencionam a Inglaterra para justificar os grilhões que gostariam de impor à indústria ignoram que as cidades da Grã-Bretanha onde mais floresce a indústria e que levaram as manufaturas desse país a um altíssimo grau de esplendor, são precisamente as cidades onde não existem corporações de ofícios,³⁴ como Manchester, Birmingham, Liverpool e Glasgow. Essas cidades, há dois séculos atrás, não passavam de vilarejos, situando-se agora, com respeito à população e às riquezas, imediatamente depois de Londres e muito adiante de York e Canterbury e até de Bristol, cidades antigas, favorecidas, e capitais das principais províncias, mas nas quais a indústria estava submetida a góticos entraves.

“A cidade e a paróquia de Halifax”, diz um autor reputado por conhecer bem a Inglaterra, “a partir de quarenta anos atrás, viram quadruplicar o número de seus habitantes, enquanto várias cidades sujeitas às corporações sofreram sensíveis diminuições. As casas situadas nos limites da City, em Londres, se alugam mal, ao passo que Westminster, Southwark e os outros bairros apresentam crescimento contínuo. Eles são livres, ao passo que a City tem noventa e duas companhias exclusivas e de todos os tipos, cujos membros vemos enfeitar, todos os anos, o desfile triunfal do lorde-prefeito.”³⁵

É bem conhecida a prodigiosa atividade das manufaturas de alguns bairros de

³³ *A Riqueza das Nações*. Livro Quarto. Cap. VII.

³⁴ BAERT. *Tableau de la Grande-Bretagne*. t. I, p. 107.

³⁵ *Remarques sur les Avantages et les Désavantages de la France et de la Grande-Bretagne*. O nome de John Nickols que essa obra traz parece ser fictício. Barbier, em seu *Dictionnaire des Anonymes et des Pseudonymes*, acredita que se trata de um empregado de grande instrução do ministério das Relações Exteriores.

Paris, principalmente do bairro de Saint-Antoine, no qual a indústria gozava de vários privilégios. Há determinados produtos que só se podia fazer lá. Como acontecia, então, que as pessoas nesse bairro fossem, sem aprendizado e sem companheirismo forçado, mais hábeis do que no resto da cidade, onde estavam submetidas a essas regras que nos procuram fazer encarar como essencial? É que o interesse privado é o mais hábil dos mestres.

Alguns exemplos, melhor do que argumentos, permitirão compreender o que as corporações e as qualificações de mestre têm de desfavorável aos desenvolvimentos da indústria.

Argand — a quem devemos as lâmpadas de dupla corrente de ar, descoberta que mais do que triplicou a quantidade de luz que podemos fruir pelo mesmo preço, na ausência de sol — foi atacado perante o parlamento pela comunidade dos *latoeiros, serralheiros, cuteleiros e ferreiros* que reclamavam o direito exclusivo de fabricarem lampiões.³⁶

Um hábil construtor de instrumentos de física e de matemática de Paris, Lenoir, tinha um pequeno forno para modelar os metais que utilizava. Os síndicos da comunidade dos fundidores foram em pessoa demoli-lo. Ele foi obrigado a dirigir-se ao rei para conservar o forno; mais uma vez o talento precisou de favor.

A fabricação de toldos envernizados esteve proscrita na França até a Revolução porque exige operários e instrumentos que pertencem a profissões diferentes e porque não se podia exercê-la sem estar ligado a diversas comunidades. Poderíamos encher um volume com os abusos que desanimam os esforços pessoais, abusos perpetrados na cidade de Paris como efeitos do sistema regulamentar. Poderíamos também encher um outro volume com os sucessos obtidos depois que esses entraves foram removidos pela Revolução.

Assim como um bairro prospera ao lado de uma cidade com corporações, assim como uma cidade livre de entraves prospera em meio a um país em que a autoridade se imiscui em tudo, assim também uma nação em que a indústria estivesse livre de todos os laços que a prendem prosperaria em meio a outras nações submetidas a regulamentos. Sempre que as nações estiveram garantidas contra os abusos dos grandes, contra as chicanas da justiça e as iniciativas dos ladrões, as prósperas sempre foram aquelas onde era menor o número de formalidades a observar. Sully, que passava a vida a estudar e a pôr em prática os instrumentos de prosperidade da França, era da mesma opinião. Nas suas *Memórias*,³⁷ considera a multiplicidade dos éditos e das ordenações como um obstáculo direto à prosperidade do Estado.³⁸

Poder-se-ia objetar que, *se todas as profissões fossem livres, um grande número dos que as abraçassem, esmagados pela concorrência, arruinar-se-ia*. Isso poderia acontecer às vezes, embora fosse pouco provável que um grande número de concorrentes se precipitasse numa carreira em que houvesse pouco a ganhar. No entanto, ainda que esse mal vez por outra ocorresse, seria mesmo assim menor do

³⁶ *Quanto não recebia ele da comunidade?* — indagaram certas pessoas sempre prontas a justificar automaticamente o mal que se faz. Ora, latoeiros, que julgavam as admissões, estavam interessados em afastar um concorrente perigoso. Aliás, é muito estimulante para um inventor gastar, em solicitações a autoridades superiores, o tempo que gostaria de consagrar exclusivamente à sua arte?

³⁷ SULLY. *Mémoires*. Livro Décimo Nono.

³⁸ Colbert, que, quando jovem, foi educado na loja dos Mascrani, ricos comerciantes de Lyon, desde cedo imbuu-se ali dos princípios dos manufatores. Trouxe um grande benefício para o comércio e as manufaturas ao lhes conceder uma proteção poderosa e esclarecida. Apesar disso, embora liberando-os de inúmeras opressões, não foi suficientemente econômico em ordenações, pois fez com que pesasse sobre a agricultura os estímulos que concedeu às fábricas, fazendo com que os lucros brilhantes de certos monopólios fossem pagos pelo povo.

Não nos enganemos: é, em grande parte, esse sistema, mais ou menos adotado desde Colbert até nossos dias, que propiciou à França imensas fortunas e vasta miséria; manufaturas florescentes em alguns pontos do território e choupanas miseráveis em mil outros. E não se trata aqui de abstrações; são fatos cuja explicação se encontra no estudo dos princípios.

que manter, de maneira permanente, o preço dos produtos a uma taxa que prejudique seu consumo e empobreça, relativamente a esses produtos, a massa inteira dos consumidores.

Se os princípios de uma política sã condenam os atos da administração que limitam a faculdade que todos devem ter de dispor livremente de seus talentos e de seus capitais, torna-se ainda mais difícil justificar tais medidas a partir dos princípios do direito natural.

“O patrimônio do pobre”, diz o autor de *A Riqueza das Nações*, “está inteiramente na força e na destreza dos seus dedos; não permitir-lhe a livre disposição dessa força e dessa destreza, sempre que não a emprega em prejuízo dos outros homens, é atentar contra a mais indispensável das propriedades.”

Entretanto, visto que também é de direito natural submeter a regras uma indústria que, sem elas, poderia tornar-se prejudicial aos outros cidadãos, é muito justo que se submetam os médicos, os cirurgiões e os farmacêuticos a provas que garantam sua habilidade. A vida de seus concidadãos depende de seus conhecimentos: pode-se então exigir que seus conhecimentos sejam verificados. Não parece, todavia, que seja necessário fixar o número de praticantes dessas profissões nem a maneira como deverão se instruir. A sociedade tem interesse em constatar sua capacidade e nada mais.

Pela mesma razão, são bons e úteis os regulamentos quando, em vez de determinar a natureza dos produtos e os processos de sua fabricação, limitam-se a prevenir uma fraude ou uma prática que prejudica de maneira evidente outras produções ou a segurança do público.

Não se deve permitir que um fabricante anuncie na etiqueta de seu produto uma qualidade superior àquela que fabricou; a fidelidade do anúncio interessa ao consumidor interno a quem o Governo deve proteger; interessa também ao comércio que a nação faz no exterior, pois o estrangeiro deixa rapidamente de dirigir-se a uma nação que o engana.

Observe-se que não é o caso de aplicar-se aqui o interesse pessoal do fabricante como a melhor garantia. Nas vésperas de deixar sua profissão, ele pode querer forçar seus lucros às custas da boa fé e sacrificar o futuro de que não precisa mais, ao presente que ainda frui. Foi assim que, desde o ano de 1783, os fabricantes franceses de tecidos perderam todos os privilégios no comércio com o Levante, sendo suplantados pelos fabricantes de tecidos alemães e ingleses.³⁹

Mas não é só isso. O simples nome de um tecido ou o simples nome da cidade onde é fabricado já são muitas vezes uma etiqueta. Sabe-se, por longa experiência, que os tecidos que vêm de tal lugar têm tal largura, que os fios da trama são em tal número. Fabricar, na mesma cidade, um tecido com o mesmo nome afastando-se dos costumes habituais é conferir-lhe uma etiqueta falsa.

Creio que isso basta para indicar até onde pode estender-se a intervenção útil do Governo. Deve apenas certificar a verdade da etiqueta e, quanto ao resto, não imiscuir-se em nada na produção. Gostaria inclusive que jamais se perdesse de vista que, ainda que útil, essa intervenção sempre é um mal.⁴⁰ É um mal, em primeiro lugar, porque prejudica e atormenta os particulares e, em segundo lugar, porque é dispendiosa, quer para o contribuinte, quando a intervenção do Governo é gratuita, isto é, quando ocorre às expensas do tesouro público; quer para o consumidor,

³⁹ Atribuiu-se falsamente esse efeito à liberdade introduzida pela Revolução. Constata-se, no *Tableau du Commerce de la Grèce*, escrito por Félix Beaujour, que ele remonta muito mais longe no tempo, apesar dos regulamentos.

⁴⁰ “Cada movimento que o legislador faz para restringir a liberdade de ação dos homens sempre atinge parte da atividade do corpo político e prejudica a reprodução natural.” VERRI. *Reflexions sur l'Economie Politique*. Cap. XII.

quando seus custos são pagos por uma taxa sobre a mercadoria. Essa taxa tem por efeito encarecê-la; ora, para o consumidor interno, o encarecimento é um encargo a mais e, para o consumidor estrangeiro, um motivo para excluir a mercadoria.

Se a intervenção do Governo é um mal, um bom Governo tratará de torná-la tão rara quanto possível. Não garantirá, por exemplo, a qualidade daquelas mercadorias sobre as quais será mais fácil enganar o Governo do que o comprador; não garantirá as mercadorias cuja qualidade não pode ser verificada por seus agentes, pois todo Governo tem a infelicidade de sempre estar obrigado a levar em conta a negligência, a incapacidade e as condescendências culposas de seus agentes. Mas admitirá, por exemplo, o controle do ouro e da prata. A qualidade desses metais só poderia ser averiguada mediante uma operação química muito complicada que a maioria dos compradores não é capaz de executar e que, ainda que o fosse, custar-lhes-ia mais do que pagam ao Governo para executá-la em seu lugar.

Na Inglaterra, quando um particular inventa um produto novo ou descobre um processo desconhecido, obtém um privilégio exclusivo de fabricar esse produto ou de utilizar esse processo, privilégio este que chamamos de *patente de invenção*.

Visto que o inventor, então, não tem concorrentes nesse tipo de produção, poderá, durante a duração de sua patente, elevar seu preço muito acima do que seria necessário para reembolsá-lo de seus adiantamentos com os juros e para pagar os lucros de sua indústria. Trata-se de uma recompensa que o Governo concede às expensas dos consumidores do novo produto. Num país tão prodigiosamente produtivo como a Inglaterra, no qual, por conseguinte, há muitas pessoas com grandes rendas e sempre à espreita de tudo aquilo que lhes pode proporcionar alguma nova fruição, essa recompensa é muitas vezes bem considerável.

Uma patente de invenção (*patent*) a favor de Arkwright, o inventor das máquinas de fiar algodão bruto, propiciou-lhe, por volta de 1778, uma fortuna imensa. Há poucos anos atrás, um homem inventou uma mola em espiral que, colocada entre as correias dos eixos dos veículos, amortece consideravelmente seus solavancos. Um privilégio exclusivo por um objeto tão minúsculo como esse fez a fortuna desse homem.

Mas quem poderia razoavelmente queixar-se de tal privilégio? Ele não destrói nem prejudica nenhum ramo de indústria anteriormente conhecido. Seus custos são pagos apenas por aqueles que querem e, quanto aos que não julgam oportuno pagá-los, suas necessidades, indispensáveis ou de prazer, não deixam de ser tão completamente satisfeitas quanto antes.

No entanto, visto que todo Governo deve permanentemente tentar melhorar a sorte de seu país, ele não pode privar definitivamente os outros produtores da possibilidade de consagrarem uma parte de seus capitais e de sua indústria a essa produção que, mais tarde, poderia ser inventada por eles; tampouco pode privar durante muito tempo os consumidores de a conseguirem ao preço a que a concorrência puder reduzi-la. As nações estrangeiras, sobre as quais o Governo não tem nenhum poder, admitiriam sem restrições esse ramo de indústria, sendo, dessa maneira, mais beneficiadas do que a nação em que tivesse surgido a indústria em questão.

Os ingleses, nisso imitados pela França,⁴¹ estabeleceram, portanto, de maneira muito oportuna, que tais privilégios não podem durar além de um certo número de anos, ao fim dos quais se põe à disposição de todos a fabricação da mercadoria que é objeto desses privilégios.

⁴¹ Ver as leis de 7 de janeiro e 25 de maio de 1791, de 20 de setembro de 1792 e o decreto do Governo de 5 vindimário do ano IX.

Quando o processo privilegiado é de natureza a poder permanecer secreto, o mesmo ato determina que, expirado o termo do privilégio, ele deverá tornar-se público. O produtor privilegiado (que, nesse caso, não precisaria, aparentemente, de nenhum privilégio) tem a vantagem de que, se alguma outra pessoa vier a descobrir o processo secreto, não poderá, todavia, utilizá-lo antes da expiração do privilégio.

Não é necessário que a autoridade pública examine a utilidade do processo ou sua novidade. Se não for útil, tanto pior para o inventor. Se não for novo, todos poderão demonstrar que já era conhecido e que todos, portanto, têm o direito de empregá-lo; também nesse caso, tanto pior para o inventor, que pagou inutilmente os custos da patente de invenção.

Ao que parece, as patentes de invenção, na Inglaterra, foram um estímulo mais eficiente do que na França, onde já encontrei quem duvidasse de que alguma vez tenham propiciado a um inventor vantagens que não conseguiria sem elas. As patentes foram causa de inúmeros processos judiciais, apresentando-se, às vezes, como um obstáculo aos aperfeiçoamentos. O privilégio é nulo se o processo já era conhecido antes. Como, porém, provar que um processo já era ou não conhecido antes? Como sequer estabelecer a identidade de um método com outro? Uma ligeira diferença constitui um método diferente? Sim, se a diferença for essencial. Às vezes, contudo, uma diferença aparentemente considerável não impede que duas fabricações sejam, no fundo, idênticas.

Na França, concedem-se também patentes de importação. Casos sucederam em que fabricantes que tinham introduzido em sua fabricação métodos imitados com sucesso do estrangeiro, mas que não haviam requerido patente porque não pretendiam nenhum monopólio, foram atacados na justiça por agiotas em patentes de importação, os quais, depois de se munirem de um privilégio, pretendiam que o método lhes pertencesse. Essas últimas patentes são inequivocamente perniciosas. Assim como os livros, os usos dos estrangeiros são uma fonte de instrução aberta para todos e é vantajoso que o maior número possível de pessoas possa recorrer a todas as fontes de instrução.

As considerações acima sobre os regulamentos concernentes quer à natureza dos produtos, quer aos meios empregados para produzir, não puderam abranger todas as medidas desse tipo adotadas em todos os países civilizados. Mesmo que conseguisse examinar todas essas medidas, tal exame seria incompleto já no dia seguinte, pois novos regulamentos nascem a cada dia. O essencial era estabelecer os princípios segundo os quais podemos prever seus efeitos.

Penso, entretanto, que é importante deter-me ainda em dois tipos de comércio que foram objeto de vários regulamentos: será essa a matéria de dois parágrafos específicos.

§ III — As companhias privilegiadas

O Governo às vezes concede a particulares, mas com maior freqüência a companhias de comércio, o direito exclusivo de comprar e vender certos artigos, como o tabaco, por exemplo, ou de negociar com uma determinada região, como a Índia.

Já que os concorrentes se encontram afastados pela força do Governo, os comerciantes privilegiados elevam seus preços acima da taxa que seria estabelecida pelo comércio livre. Essa taxa é por vezes determinada pelo próprio Governo, que impõe, dessa maneira, limites ao favor que concede aos produtores e à injustiça que exerce em relação aos consumidores. Em outros casos, a companhia privilegia-

da só limita a elevação de seus preços quando a redução na sua quota de vendas causa-lhe prejuízos maiores do que os lucros que obtém com o preço alto das mercadorias. De qualquer modo, o consumidor sempre paga o artigo mais caro do que vale e o Governo, em geral, reserva-se uma parte nos lucros desse monopólio.

Como não existe medida deplorável que não possa ser e que não tenha sido apoiada por meio de argumentos plausíveis, algumas pessoas afirmam que, para comerciar com alguns povos, deve-se tomar certas precauções que só podem ser adequadamente tomadas por companhias. Ora, são fortalezas ou frotas de guerra que devem ser mantidas; como se se devesse manter um comércio que só pode ser feito à mão armada! Como se precisássemos de exército quando queremos ser justos e como se o Estado já não mantivesse, com grandes despesas, forças para a proteção dos seus súditos! Ora, são cuidados diplomáticos a serem tomados. Os chineses, por exemplo, são um povo tão preso a certas formas, tão desconfiados, tão independentes das outras nações pela distância, pela imensidão de seu império e pela natureza de suas necessidades, que só se pode negociar com eles por um favor especial que se pode facilmente perder. Devemos renunciar a seu chá, às suas sedas e às suas tintas e tecidos nanquim ou então tomar todas as precauções que, só elas, podem continuar a não-los propiciar. Ora, importações de pessoas particulares poderiam perturbar a harmonia necessária ao comércio que se faz entre as duas nações.

É absolutamente certo, porém, que os agentes de uma companhia, muitas vezes bastante altivos e que se sentem protegidos pelas forças militares, seja de seu país, seja de sua companhia, é absolutamente certo, insisto, que sejam mais aptos a manter relações de boa amizade do que particulares necessariamente mais submissos às leis dos povos que os recebem? Que sejam mais aptos que particulares a quem o interesse pessoal impede qualquer conduta imprópria que acarretaria, como consequência, possíveis ameaças para seus bens e talvez para suas próprias pessoas?⁴² Enfim, mesmo na pior hipótese, supondo-se que, sem uma companhia privilegiada, o comércio com a China fosse impossível, ficaríamos por isso privados dos produtos dessa região? Certamente não. O comércio convém tanto aos chineses como à nação que o fizer. Pagaremos, então, um preço exorbitante por esses artigos? Não é uma suposição que se deva necessariamente fazer quando observamos que 3/4 das nações da Europa não enviam um só navio de guerra para a China e que nem por isso são menos providas de chá, de sedas e de nanquim a preços bem razoáveis.

Um outro argumento, de aplicação mais geral e que foi mais explorado, é o seguinte: quando uma única companhia compra no país com o qual tem comércio exclusivo, nele não estabelece concorrência de compradores e, por conseguinte, consegue os artigos mais barato.

Em primeiro lugar, não é correto dizer que o privilégio afasta toda a concorrência. Afasta, é verdade, a concorrência dos compatriotas, a qual seria muito útil para a nação, mas não exclui do mesmo comércio nem as companhias privilegiadas nem os negociantes livres dos outros Estados.

Em segundo lugar, há muitos artigos cujos preços não aumentariam em razão da concorrência que se pretende temer, a qual, no fundo, não é grande coisa.

Se partissem navios de Marselha, de Bordéus e de Liont para ir comprar

⁴² Isso foi demonstrado pelas relações comerciais dos Estados Unidos com a China. Os negociantes dos Estados Unidos se comportam em Cantão de maneira mais discreta e são mais bem vistos pelo Governo do que os agentes da companhia inglesa. Durante mais de um século, os portugueses, sem nenhuma companhia, fizeram o comércio da Ásia com mais sucesso do que qualquer outra nação na mesma época.

chá-na China, não se deve pensar que os armadores de todos esses navios reunidos comprariam chá em quantidade maior do que a França pudesse consumir ou vender; teriam muito medo, com efeito, de não poder desfazer-se dele. Ora, se só compram para nós a quantidade que nos é comprada por outros negociantes, não haverá aumento do consumo de chá na China: esse artigo não se tornará mais raro nesse país. Para que nossos negociantes pagassem mais caro por ele, seria preciso que ele encarecesse para os próprios chineses. Mas, num país onde se vende chá em quantidades cem vezes maiores do que a consumida por todos os europeus juntos, não seria a oferta de um preço maior por parte de alguns negociantes franceses que faria com que seu preço aumentasse sensivelmente.

Mas mesmo que fosse verdade que no Oriente havia tipos de mercadoria que a concorrência européia poderia fazer mais abundantes, por que isso seria motivo para obstaculizar, apenas com relação a esses países, a aplicação das regras que se seguem em toda parte? Para pagar menos caro aos alemães as quinilharias e artigos de armarinho que deles compramos, dá-se a uma companhia o privilégio exclusivo de ir comprá-los na Alemanha e revendê-los entre nós?

Se adotássemos com o Oriente o mesmo caminho que seguimos com todos os demais países estrangeiros, o preço de certas mercadorias não permaneceria durante muito tempo acima da taxa a que são naturalmente levadas, na Ásia, pelos custos de sua produção. Com efeito, esse preço excessivamente elevado estimularia sua produção e a concorrência dos vendedores atingiria rapidamente o mesmo nível que a dos compradores.

Suponhamos, porém, que a vantagem de comprar barato fosse tão real quanto se imagina. Nesse caso, seria necessário, pelo menos, que a nação participasse desse preço baixo e que os consumidores nacionais também pagassem menos caro pelo que a companhia paga menos caro. Ora, é exatamente o contrário que acontece, e por uma razão bem simples: embora a companhia não esteja realmente livre da concorrência em suas compras, pois tem todas as outras nações por concorrentes, está efetivamente livre da concorrência em suas vendas, já que seus compatriotas podem comprar somente dela as mercadorias que são objeto de seu comércio, por estarem excluídas por uma proibição as mercadorias de mesmo tipo que poderiam ser trazidas por negociantes estrangeiros. A companhia é senhora absoluta dos preços, sobretudo quando tem o cuidado, como é de seu interesse, em manter o mercado incompletamente abastecido, *understocked*, como dizem os ingleses, de sorte que, encontrando-se a demanda um pouco acima do abastecimento, a concorrência dos compradores sustente o preço da mercadoria.⁴³

Assim, não somente as companhias realizam um ganho usurário sobre o consumidor, mas ainda o obrigam a pagar os desgastes e prejuízos inevitáveis num mecanismo tão vasto, governado por um sem-número de diretores e de agentes espalhados nas duas extremidades da terra. Só o comércio clandestino⁴⁴ e o contrabando podem impor limites aos abusos imensos cometidos por companhias privilegiadas. Sob esse aspecto, o comércio clandestino e o contrabando não deixam de ter sua utilidade.

Ora, esse ganho, tal como foi analisado, é um ganho para a nação que possui uma companhia privilegiada? Em absoluto; é, ao contrário, inteiramente tirado *dessa nação*. Todo o valor que o consumidor paga além do preço que custam os serviços produtivos de uma mercadoria não é mais um valor produzido; é um valor com o qual o Governo gratifica o comerciante às expensas do consumidor.

⁴³ Sabe-se que os holandeses, que dominavam o comércio das Molucas, queimavam uma parte das especiarias que se colhiam nessas ilhas a fim de manter seu preço na Europa.

⁴⁴ Um comércio *clandestino* é um comércio não permitido.

Objetar-se-á, talvez, que esse ganho permanece, pelo menos, no seio da nação e que aí é gasto. — Muito bem; mas quem é que o gasta? Vale a pena fazer essa pergunta. Se um dos membros de uma família se apoderasse da principal renda, encomendando as mais belas roupas e comendo as mais finas iguarias, seria bem recebido se dissesse aos outros membros da mesma família: *Que lhes importa se são vocês ou eu quem gasta? Não se gasta a mesma renda num caso e noutra? Tudo isso dá no mesmo...*

Se seus negócios pudessem ser bem administrados, esse ganho, ao mesmo tempo exclusivo e usurário, propiciaria riquezas imensas às companhias privilegiadas. A cupidez dos agentes, contudo, a demora dos empreendimentos, o distanciamento dos contabilistas e a incapacidade dos interessados são, para essas companhias, causas constantes de ruína. A diligência e a clarividência do interesse pessoal são ainda mais necessárias nos negócios longos e delicados do que em todos os demais. Ora, que vigilância ativa e clarividente podem exercer acionistas que se contam, às vezes, por várias centenas e que têm a zelar, quase todos, por interesses mais preciosos?⁴⁵

São essas as conseqüências dos privilégios concedidos às companhias comerciantes. Deve-se ainda observar que tais conseqüências são necessárias e resultantes da natureza da própria coisa, de sorte que certas circunstâncias podem modificá-las, mas não destruí-las. Assim, a companhia inglesa das Índias não foi tão ruim quanto as 3 ou 4 companhias francesas que, em épocas diferentes,⁴⁶ tentaram se estabelecer. Ao mesmo tempo, ela é soberana, e mesmo as soberanias mais detestáveis podem durar muitos séculos, como o testemunha a dos mamelucos sobre o Egito.

Outros inconvenientes de ordem menor vêm na esteira das indústrias privilegiadas. Frequentemente, um privilégio exclusivo faz com que capitais e uma indústria, que desejavam apenas fixar-se no país, fujam e vão para o exterior. Nos últimos tempos do reinado de Luís XIV, a companhia das Índias, vendo-se incapaz de sustentar-se, apesar de seu privilégio exclusivo, cedeu seu exercício a alguns armadores de Saint-Malo mediante uma pequena participação em seus benefícios. Esse comércio começava a reanimar-se sob a influência da liberdade, e o ano de 1714, época em que expirava totalmente o privilégio da companhia, ainda iria lhe trazer toda a ativação que a triste situação da França ainda comportava. A companhia, porém, solicitou e obteve uma prorrogação do privilégio, enquanto alguns negociantes já haviam começado expedições por conta própria. Um navio mercante de Saint-Malo, comandado por um bretão chamado Lamerville, chegou às costas da França de volta da Índia. Quis entrar no porto e foi-lhe dito que não tinha esse direito e que esse comércio não era mais livre. Foi obrigado a prosseguir caminho até o primeiro porto da Bélgica. Entrou no porto de Ostende onde vendeu sua carga. O governante da Bélgica, ciente do lucro imenso que havia conseguido, propôs ao mesmo capitão que retornasse à Índia com navios que seriam previamente equipados. Lamerville, em conseqüência, realizou várias viagens para diferentes indivíduos, sendo essa a origem da companhia de Ostende.⁴⁷

Vimos que os consumidores franceses só podiam perder com esse monopólio e é certo que perderam com ele. Mas os interessados, pelo menos, deveriam ga-

⁴⁵ Todos recordam que um dos diretores da companhia das Índias, ao perguntar a La Bourdonnais como havia gerido seus negócios melhor do que os da companhia, recebeu como resposta: *É que eu determino a parte que me toca segundo meus próprios critérios, ao passo que sou obrigado a seguir as instruções de vocês em tudo o que se refere à companhia.*

⁴⁶ Foi sob o reinado de Henrique IV, em 1604, que se estabeleceu na França a primeira companhia para o comércio das Índias Orientais. Ela foi fundada por um flamengo chamado Gérard-Leroi e não teve êxito.

⁴⁷ TAYLOR. *Lettres sur l'Inde.*

nhar. Ora, também eles perderam, apesar do monopólio do tabaco, do das loterias e de outros ainda que o Governo lhes concedeu.⁴⁸

“Enfim”, diz Voltaire, “aos franceses restou apenas, na Índia, o arrependimento de durante mais de quarenta anos terem gasto somas imensas para manter uma companhia que nunca deu o menor lucro, que jamais pagou, nem aos acionistas nem a seus credores, nada do produto de seu negócio e que só viveu, em sua administração indiana, de uma pilhagem disfarçada.”⁴⁹

O privilégio exclusivo de uma companhia torna-se justificável quando é o único meio de iniciar um comércio inteiramente novo com povos distantes ou bárbaros. Torna-se, então, uma espécie de *patente de invenção*, cujas vantagens cobrem os riscos de um empreendimento aventuroso e os custos de uma primeira tentativa; os consumidores não podem queixar-se do preço caro dos produtos, que seriam bem mais caros sem isso, já que simplesmente não os teriam. Assim como as patentes de invenção, todavia, esse privilégio deve durar apenas o tempo necessário para indenizar integralmente os adiantamentos e o risco dos empresários. Além desse período, tal privilégio não passaria de uma doação que lhes seria feita gratuitamente às expensas de seus concidadãos, os quais, porém, receberam da Natureza o direito de conseguirem os artigos que desejam, onde puderem e ao preço mais baixo possível.

Poderíamos, a respeito das manufaturas privilegiadas, fazer considerações praticamente idênticas às que tecemos anteriormente, sobre os privilégios relativos ao comércio. O que faz com que os Governos se deixem levar com tanta facilidade a esses gêneros de concessão é, de um lado, o fato de que o ganho lhes é apresentado sem o cuidado de investigar como e por quem ele é pago e, de outro lado, o fato de que esses pretensos ganhos podem, bem ou mal, com ou sem razão, ser estimados através de cálculos numéricos; ao passo que o inconveniente e a perda, afetando várias partes do corpo social e atingindo-o de maneira apenas indireta, complexa e geral, escapam completamente ao cálculo. Já se disse que, em Economia Política, devemos nos fiar apenas nas cifras; ora, quando constato que não há operação detestável que não se tenha defendido e imposto por meio de cálculos aritméticos, sou levado antes a crer que são as cifras que matam os Estados.

§ IV — *Regulamentos relativos ao comércio de cereais*

Tudo indica, aparentemente, que princípios que se aplicam com tanta generalidade devem ser para os cereais o que são para todas as outras mercadorias. Entretanto, o trigo ou seja qual for o alimento que constitui a base da alimentação de um povo merece algumas considerações específicas.

Em qualquer país, os habitantes multiplicam-se proporcionalmente aos meios de subsistência. Víveres abundantes e baratos favorecem a população e a penúria produz o efeito contrário.⁵⁰ Nenhum desses efeitos, porém, poderia ser tão rápido quanto a sucessão das colheitas. Uma colheita pode ultrapassar em 1/5 ou talvez em 1/4 a colheita média ou ser-lhe inferior na mesma proporção, mas um país como a França, que, neste ano, tem 30 milhões de habitantes, não poderia ter 36 mi-

⁴⁸ RAYNAL. *Hist. des Étab. des Européens dans les Deux-Indes*. Livro Quarto. § 19.

⁴⁹ *Siècle de Louis XV*.

⁵⁰ Ver adiante o capítulo XI do Livro Segundo.

lhões no próximo ano; por outro lado, aquele número só poderia cair para 24 milhões no espaço de um ano mediante terríveis calamidades. Por uma fatalidade que reside na própria natureza das coisas, é necessário, portanto, que um país se abasteça com superabundância nos anos bons e que experimente uma escassez mais ou menos severa nos anos ruins.

Esse inconveniente, de resto, se faz sentir em todos os objetos de consumo. Visto, porém, que a maioria não é objeto de uma necessidade indispensável, a privação que sofremos durante certo tempo não equivale à privação da própria vida. O alto preço de um produto que vem a faltar estimula fortemente o comércio a trazê-lo de mais longe e a custos maiores. Quando, porém, um produto é indispensável, como o trigo; quando um atraso de alguns dias em sua chegada configura uma calamidade; quando o consumo desse produto é de tal monta que os meios comerciais ordinários são incapazes de assegurá-lo; quando seu peso e seu volume são tais que não se pode submetê-lo a um trajeto um pouco mais longo, sobretudo por terra, sem triplicar ou quadruplicar seu preço médio — quando isso ocorre, não se pode, então, confiar inteiramente aos particulares o cuidado desse abastecimento. Se for preciso trazer o trigo de fora, pode acontecer que seja raro e caro mesmo nos países de onde se costuma trazê-lo; o Governo desses países pode proibir sua saída, uma guerra marítima pode impedir sua chegada. Ora, não se trata de um artigo que se possa dispensar, que se possa esperar pelo menos por alguns dias: o menor atraso significa a morte, pelo menos para uma parte da população.

Para que a quantidade média de provisões fosse como a colheita média, seria preciso que cada família fizesse, nos anos de abundância, um aprovisionamento ou uma reserva igual ao que pode faltar às suas necessidades num ano de penúria. Ora, só se pode esperar uma precaução como esta por parte de um número bem reduzido de pessoas particulares. Sem falar de sua imprevidência, a maioria não dispõe de meios suficientes para adiantar, às vezes durante vários anos, o valor de seu próprio abastecimento, não teria locais para conservá-lo, além de ser prejudicada em seus deslocamentos.

Podemos nos fiar nos especuladores quanto ao cuidado de fazerem reservas? À primeira vista, seu interesse deveria, aparentemente, bastar para determiná-los a isso. Há tanta diferença entre o preço a que se pode comprar trigo num ano de abundância e aquele a que se pode vendê-lo quando sobrevém a penúria! Esses momentos, todavia, estão às vezes separados por longos intervalos; tais operações não se repetem à vontade nem dão margem a um ritmo regular de negócios. O número e o tamanho dos armazéns, bem como a compra dos cereais, impõem grandes adiantamentos que custam juros polpudos; as manipulações do trigo são inúmeras, a conservação é incerta; as infidelidades fáceis e as violências populares sempre possíveis. Tudo isso deverá ser pago por benefícios que raramente se repetem. É possível, então, que não bastem para determinar às pessoas particulares um tipo de especulação que seria, sem dúvida, a mais útil de todas, visto que se baseia em compras que se fazem no momento em que o produtor precisa vender e em vendas que se realizam no momento em que o consumidor dificilmente encontra o que comprar.

Na ausência de reservas feitas pelos próprios consumidores ou por especuladores, com as quais, como vimos, seria imprudente contar, não poderia a administração pública, que representa os interesses gerais, fazê-lo com êxito? Bem sei que, em alguns países de extensão reduzida e sob Governos econômicos, como na Suíça, silos de abundância prestaram todos os serviços que deles se podia esperar. Não creio, contudo, que sejam exequíveis nos grandes Estados e quando se trata de abastecer populações numerosas. O adiantamento do capital e os juros que custa constituem um obstáculo tanto para os Governos como para os especuladores;

um obstáculo até maior para os Governos, pois a maioria deles não consegue empréstimos em condições tão boas quanto um particular solvente. Além disso, os Governos têm uma desvantagem ainda maior na gerência de um negócio que, por sua natureza, é comercial, negócio no qual é preciso comprar, estocar e vender mercadorias. Nas suas Cartas sobre o comércio de cereais, Turgot demonstrou muito bem que um Governo, nesse tipo de negócio, jamais poderia receber barato, já que todos estão interessados em aumentar suas despesas e ninguém em diminuí-las. Quem pode garantir que tal operação será conduzida como convém, uma vez que deverá ser dirigida por uma autoridade que não admite controle e que as decisões serão, em geral, tomadas por ministros, isto é, por pessoas investidas de altos títulos e, conseqüentemente, estranhas à prática dos negócios desse gênero? Quem pode garantir que um terror pânico não fará com que as provisões sejam utilizadas antes do momento fixado ou que um empreendimento político, uma guerra, por exemplo, não fará com que se mude sua destinação?

Num país vasto e populoso como a França, em que ainda há grande escassez de portos marítimos, de rios e canais navegáveis e onde, por conseguinte, os custos de produção no comércio de cereais podem facilmente, em determinados anos, elevar seu preço bem acima das possibilidades da maioria da população, outros meios que não o comércio ordinário são também necessários para subvencionar as más colheitas. Não se deve jamais agir contra ele; mas ele necessita de auxiliares. Só se pode, penso eu, contar com reservas suficientes feitas nos anos de abundância para os anos de penúria, quando elas são feitas e conduzidas por companhias de negociantes que desfrutam de grande solidez e que dispõem de todos os meios habituais do comércio e queiram encarregar-se da compra, da conservação e da renovação dos cereais segundo regras combinadas e mediante vantagens que compensem, para eles, os inconvenientes da operação. A operação, nesse caso, seria segura e eficaz, pois os contratantes dariam garantias, além de custar bem menos para o público do que se executada sob outra forma qualquer. Poder-se-ia tratar com diversas companhias para as cidades principais; e estando as cidades dessa maneira abastecidas de reservas nos períodos de escassez, deixariam de fazer compras nos campos que, com isso, encontrar-se-iam elas próprias melhor abastecidas.

De resto, as reservas, os celeiros da época de abundância não são mais do que meios subsidiários de abastecimento e somente para os períodos de penúria. Os melhores e mais consideráveis aprovisionamentos são sempre os do comércio mais livre. Este consiste principalmente em levar os cereais das fazendas até os principais mercados; além disso, mas para quantidades bem menores, consiste em transportá-los das províncias onde são abundantes para aquelas onde faltam, bem como exportá-los quando estão baratos e importá-los quando estão caros.

A ignorância popular quase sempre execrou os que fazem o comércio de cereais e os Governos, com demasiada freqüência, partilharam dos preconceitos e terrores populares. As principais acusações feitas aos comerciantes de trigo foram as de que açambarcam esse gênero para fazer com que seu preço aumente ou, pelo menos, de realizarem, sobre a compra e a venda, lucros que não passam de uma contribuição gratuita imposta ao produtor e ao consumidor.

Em primeiro lugar, os que fazem tais acusações compreendem corretamente o que se entende por açambarcamento de cereais? Trata-se de reservas feitas nos anos de abundância e quando o cereal está barato? Nesse caso, vimos que nenhuma outra operação é mais benéfica do que essa, sendo mesmo o único modo de adaptar uma produção necessariamente desigual a necessidades constantes. Os grandes depósitos de cereais comprados a baixo preço constituem a segurança do público, merecendo não somente a proteção, mas os estímulos da autoridade.

Entende-se por açambarcamento os armazéns formados quando o trigo come-

ça a se tornar raro e caro e que o tornam ainda mais raro e mais caro? Tal açambarcamento, com efeito, já que não aumenta os recursos de um ano às expensas de outro que apresentava um excedente, não possui a mesma utilidade, obrigando a pagar por um serviço que ele não dá. Não acredito, porém, que essa manobra, quando executada sobre os cereais, tenha algum dia produzido efeitos muito funestos. O trigo é um dos artigos de mais generalizada produção; para apoderar-se de seu preço, seria necessário tirar de um grande número de pessoas a possibilidade de vender, estabelecer certas práticas sobre uma área demasiado vasta e empregar um número excessivo de agentes. Além disso, trata-se de um artigo dos mais pesados e volumosos em comparação com seu preço, sendo, por conseguinte, um gênero cujo transporte e armazenamento são dos mais difíceis e dispendiosos. Um monte de trigo de um valor qualquer não pode ser reunido num determinado lugar sem que todo o mundo fique sabendo.⁵¹ Trata-se, enfim, de um artigo sujeito a alterações, que não se pode guardar pelo prazo que bem se queira e que, nas vendas que se é obrigado a dele fazer, expõe a perdas enormes quando se especula sobre grandes quantidades.

Os açambarcamentos por especulação são, portanto, difíceis e, por conseguinte, não há por que temê-los muito. Os açambarcamentos mais deploráveis e inevitáveis compõem-se desse imenso número de reservas de precaução que cada um faz em casa quando se aproxima um período de escassez. Uns, por excesso de precaução, guardam um pouco além do que seria necessário para seu consumo. Os arrendatários, os proprietários-cultivadores, os moleiros e os padeiros, pessoas que, por profissão, estão autorizadas a terem algumas provisões, guardam esse excedente um pouco acima do que é de costume. Assim, esse vasto número de pequenos açambarcamentos formam, por sua multiplicidade, um açambarcamento superior a todos aqueles que os especuladores seriam capazes de reunir.

Mas, que dizer se esses cálculos, por mais censuráveis que fossem, também tivessem sua utilidade? Quando o trigo não está caro, as pessoas consomem-no mais, esbarjam-no, oferecem-no aos animais. O temor de um período de escassez ainda distante, um encarecimento que ainda não é considerável não impedem de imediato essa prodigalidade. Se, então, os detentores de cereais passam a guardá-los, essa carestia antecipada faz com que todos fiquem alertas. Os pequenos consumidores, sobretudo, que, reunidos, fazem o maior consumo, encontram, nesse fato, motivos de poupança e frugalidade. Não permitem que nada se perca de um alimento que está encarecendo e tentam substituí-lo por outros alimentos. Assim, a cupidez de alguns substitui a prudência que falta a outros. E, finalmente, quando os cereais guardados são postos à venda, sua oferta modera a favor do consumidor o preço geral do artigo.

Quanto ao tributo que, pretensamente, o negociante de trigo impõe ao produtor e ao consumidor, trata-se de uma acusação que às vezes se faz, sem nenhuma justiça, ao comércio em geral, seja qual for sua natureza. A acusação teria razão se os produtos pudessem ser postos ao alcance dos consumidores sem nenhum adiantamento de fundos de capital, sem armazenamentos, sem cuidados, sem combinações e sem dificuldades. Ora, se essas dificuldades existem, ninguém pode superá-las a custos menores do que quem faz disso profissão. Suponhamos que um legislador considere, a partir de um certo distanciamento, os comerciantes grandes e pequenos. Ele os verá atarefados correndo em todas as direções pelo território de um país, à espreita de bons negócios, à espreita de necessidades, restabelecendo, por

⁵¹ Grande partidário dos regulamentos administrativos, o próprio Lamare, que foi nomeado pelo Governo, durante as penúrias de 1699 e de 1709, para fazer buscas de cereais e descobrir os açambarcadores, admite, em seu *Traité de Police*, suplemento ao tomo II, que não conseguiu encontrar 25 moios de trigo para apreender.

meio de sua concorrência, os preços onde são muito baixos para a produção e onde são muito altos para a comodidade do consumidor. Poderíamos esperar que essa atividade útil fosse desempenhada por parte do cultivador, do consumidor, da administração?

Que se abram comunicações fáceis, sobretudo canais de navegação, que são as únicas comunicações que podem convir aos gêneros pesados e volumosos; que se dêem toda a segurança e liberdade aos comerciantes. Eles não tornarão copiosa uma colheita deficiente, mas sempre repartirão o que puder ser repartido da maneira mais favorável às necessidades e à produção. É isso, sem dúvida, que levou Smith a dizer que, depois da indústria do cultivador, nenhuma favorece mais a produção de trigo do que a dos comerciantes de cereais.

Das falsas concepções sobre a produção e o comércio dos meios de subsistência originou-se um vasto número de leis, de regulamentos, de ordenações lamentáveis e contraditórias que foram baixadas em todos os países segundo as exigências do momento e solicitadas, muitas vezes, pelo clamor público. O desprezo e o perigo que essas medidas trouxeram para os especuladores de trigo entregaram esse comércio aos traficantes que, seja pelos sentimentos, seja pelas faculdades, são da pior espécie. E disso resultou o que sempre acontece: o mesmo comércio continuou a ser feito, embora obscuramente e muito mais caro, pois era preciso, apesar de tudo, que as pessoas, a quem fora abandonado, fossem pagas pelos inconvenientes e pelos riscos de sua indústria.

Quando o preço dos cereais foi taxado, isso fez com que desaparecessem ou com que se escondessem. A seguir, ordenava-se aos arrendatários que os levassem ao mercado; proibía-se toda venda realizada nas casas. Ora, todas essas violações da propriedade, acompanhadas, como se pode pensar, de buscas inquisitoriais, de violências e de injustiças, nunca propiciavam mais do que recursos mingua-dos. Em administração como em moral, a habilidade não consiste em *querer que se faça*, mas a fazer de modo a que *se queira*. Os mercados jamais são providos de gêneros por policiais e por esbirros.⁵²

Quando a própria administração pretende fazer provisões por meio de suas compras, jamais consegue prover as necessidades do país, suprimindo, ao mesmo tempo, as provisões que o livre comércio teria propiciado. Nenhum negociante se dispõe a fazer, como ela, o comércio para nele perder.

Durante a escassez que, em 1775, assolou diversas regiões da França, a municipalidade de Lyon e algumas outras, para proverem as necessidades de seus administrados, compravam trigo nos campos e o revendiam com perda na cidade. Ao mesmo tempo, para pagar os custos dessa operação, obtiveram um acréscimo sobre os impostos e os direitos que os gêneros pagavam ao entrarem nas portas das cidades. A escassez só aumentou, e por boas razões: aos comerciantes oferecia-se apenas um mercado no qual se vendiam os artigos abaixo de seu preço e eram obrigados, além disso, a pagarem uma multa quando os traziam ao mercado!⁵³

Quanto mais um artigo é necessário, tanto menos convém fazer com que seu

⁵² Num relatório feito em dezembro de 1817, o ministro do interior admite que nunca os mercados estiveram mais desprovidos do que depois de um decreto de 4 de maio de 1812 que proibía qualquer venda feita fora dos mercados. Só podendo se abastecer no mercado, os consumidores a ele se precipitavam em massa, ao passo que os granjeiros, forçados a vender abaixo do custo, pretendiam unanimemente nada ter para vender.

⁵³ Esses mesmos efeitos ocorrem em todos os lugares como em todas as épocas. Quando o imperador Juliano, no ano de 362 da nossa era, fez com que se vendesse em Antioquia, por baixo preço, 420 mil medidas (*modii*) de trigo que trouxe de Cálcis e do Egito, essa distribuição fez com que terminassem os aprovisionamentos do comércio e com que aumentasse a escassez. (Ver GIBBON. Cap. XXIV.) Os princípios da Economia Política não mudaram nem mudarão; em certas épocas, porém, são desconhecidos, ao passo que, em outras, são conhecidos.

Sempre faltavam gêneros de subsistência na capital do Império Romano quando os príncipes interrompiam suas distribuições gratuitas que faziam às expensas do mundo inteiro; e era pela mesma razão que se faziam distribuições gratuitas que lá também faltavam cereais.

preço caia abaixo de sua taxa natural. Um encarecimento accidental do trigo constituiu, sem dúvida, uma circunstância lamentável; isso se deve, contudo, a causas que o homem, via de regra, não tem o poder de remover.⁵⁴ A esse mal não se deve acrescentar outro nem fazer más leis porque houve uma estação má.

O Governo, no comércio de importação, não consegue maior êxito do que no comércio interno. A despeito dos imensos sacrifícios que o Governo e a comuna de Paris fizeram em 1816 e 1817 para abastecer a capital através de compras feitas no exterior, o consumidor pagou o pão a uma taxa exorbitante; jamais se declarou seu peso, a qualidade era detestável e o pão, finalmente, veio a faltar.⁵⁵

Nada direi acerca dos incentivos à importação. O melhor incentivo é o alto preço oferecido pelos cereais e pelas farinhas nos países em que há escassez. Se esse incentivo de 200 ou 300% não for suficiente para importá-los, não acredito que nenhum Governo possa oferecer incentivos capazes de tentar os importadores.

Os povos estariam menos expostos às penúrias se introduzissem maior variedade em seus alimentos. Quando um único produto constitui a base da alimentação de todo um povo, este enfrenta a miséria no momento em que o produto vem a faltar. É isso que ocorre quanto o trigo se torna raro na França ou o arroz, no Indostão. Quando, ao contrário, diversas substâncias têm um papel entre os alimentos, como as carnes de açougue, os animais domésticos, as raízes, os legumes, os frutos e os peixes, a subsistência do povo está mais bem assegurada, pois é difícil que todos esses gêneros venham a faltar ao mesmo tempo.⁵⁶

As penúrias seriam mais raras se se ampliasse e aperfeiçoasse a arte de conservar, sem muitas despesas, os alimentos que, como os peixes, são abundantes em determinadas estações e em determinados lugares: o que se encontra em excesso nessas ocasiões serviria para aquelas em que há falta. Uma ampla liberdade nas relações marítimas entre as nações propiciaria, sem custos elevados às que ocupam latitudes temperadas, os frutos que a Natureza dá com tanta profusão à zona tórrida.⁵⁷ Não sei até que ponto poderíamos conseguir conservar e transportar as bananas. É um fato, porém, que se descobriu um meio desse tipo para o açúcar que, sob tantas formas, apresenta um alimento agradável e sadio e que se produz com

⁵⁴ A guerra é uma grande causa da fome porque prejudica a produção e desperdiça os produtos. Dependia apenas dos homens eliminar esse flagelo. Mas os povos só poderão gabar-se de ver as guerras mais raras na medida em que os governantes se tomarem bem mais esclarecidos sobre os seus verdadeiros interesses e sobre os do público e quando os próprios povos não mais cometerem a estupidez de atribuírem glória a perigos corridos sem necessidade.

⁵⁵ Não me causam nenhuma impressão palavras grandiloquentes como: *Cuidados paternos, solicitude, generosidade do Governo*, as quais nunca acrescentam nada aos meios da administração nem ao alívio dos povos. A solicitude do governo jamais pode ser posta em dúvida; mais do que ninguém, é ele que está interessado na permanência de uma ordem social de que colhe os principais frutos; quanto às suas generosidades, é impossível elogiá-las sem cometer tolice: que generosidade pode propagar a administração a não ser às expensas dos administrados?

⁵⁶ A rotina, onipotente sobre os espíritos medíocres que constituem a maioria, sobretudo nas classes baixas, dificulta muito a introdução de novos alimentos. Em certas províncias da França, observei acentuada repugnância em comer massas à maneira italiana, que constituem, entretanto, uma excelente alimentação, oferecendo, ao mesmo tempo, um ótimo meio de conservar as farinhas. Além disso, sem as penúrias que acompanharam nossos percalços políticos, a cultura e o uso das batatas para a alimentação dos homens ainda não teriam penetrado em várias regiões onde hoje constituem um grande recurso. Teriam um sucesso mais generalizado ainda se sua cultura fosse objeto de cuidados mais constantes que as impedissem de apodrecer e, sobretudo, se se impusesse uma lei que obrigasse a renovar suas mudas.

⁵⁷ Lemos em Humboldt (*Ensaio Político Sobre a Nova-Espanha*. Cap. IX) que a mesma extensão de terra produz:

Em bananas, um peso de 106 000 quilogramas,	
Em batatas	2 400 quilogramas,
Em trigo	800 quilogramas.

As bananeiras, portanto, fornecem um produto 133 vezes maior do que o trigo e 44 vezes maior do que a batata, excetuada, porém, a parte aquosa de terra.

Num país fértil como o México, 1/2 hectare cultivado de bananas da espécie grande pode alimentar mais de cinquenta pessoas, ao passo que a mesma terra na Europa, supondo-se que se trate da oitava semente, só dá por ano 576 quilogramas de farinha de trigo, quantidade insuficiente para a alimentação de duas pessoas. Por isso, nada impressiona mais o europeu que acaba de chegar à zona tórrida do que a extensão extremamente limitada de terras cultivadas em volta de uma cabana que contém uma numerosa família de indígenas.

tanta abundância por toda a terra até o 38º grau de latitude; e, não fosse por nossas péssimas leis, poderíamos obtê-lo habitualmente, não obstante os custos de comércio, por um preço bem inferior ao da carne e equivalente ao de vários de nossos frutos e legumes.⁵⁸

Voltando, no entanto ao comércio dos cereais, não gostaria que alguém se prevalecesse do que disse sobre as vantagens da liberdade para aplicá-lo sem discernimento a todos os casos. Nada é mais perigoso do que um sistema absoluto e que nunca se adapta, sobretudo quando se trata de aplicá-lo às necessidades e erros humanos. O melhor é nos dirigirmos sempre para os princípios que reconhecemos serem bons e voltar a eles por meios cuja ação seja insensível e, por isso mesmo, mais infalível. Quando o preço dos cereais ultrapassa determinada taxa fixada de antemão, é oportuno proibir sua exportação ou, pelo menos, submetê-la a um imposto um pouco salgado. Mais vale, com efeito, que os que estão decididos a fazer contrabando paguem por sua apólice de seguro ao Estado do que aos seguradores.

Até o momento, considerou-se, neste parágrafo, que o único inconveniente a temer é o preço excessivo dos cereais. Em 1815, a Inglaterra receava que, com a introdução de cereais estrangeiros, seu preço baixasse em demasia. A produção dos cereais, como todas as outras, é muito mais dispendiosa entre os ingleses do que entre seus vizinhos. Isso depende de várias causas que é inútil examinar aqui; diga-se apenas que a principal é a enormidade dos impostos. Os cereais estrangeiros podiam ser vendidos pelo comércio na Inglaterra por 2/3 do preço que custavam ao cultivador-produtor. Dever-se-ia deixar livre a importação e, ao arriscar-se o cultivador a perder para sustentar a concorrência dos importadores de trigo, colocá-lo na impossibilidade de pagar seu arrendamento e seus impostos e afastá-lo da cultura do trigo, deixando, assim, a subsistência da Inglaterra à mercê dos estrangeiros e talvez dos seus inimigos? Ou, ao contrário, dever-se-ia, proibindo os cereais estrangeiros, conceder aos arrendatários um incentivo às expensas dos consumidores, aumentar para o operário a dificuldade de subsistir e, pelo elevado preço dos gêneros de primeira necessidade, encarecer ainda todos os produtos manufaturados da Inglaterra, tirando-lhes, então, a possibilidade de sustentar a concorrência com os do estrangeiro?

Essa questão deu margem aos mais vivos debates, tanto nas assembléias deliberativas como na imprensa. Diga-se entre parênteses que esses debates, no qual os dois partidos em confronto tinham razão, demonstram que o vício principal encontrava-se fora da própria questão: refiro-me à influência desmedida que a Inglaterra pretende exercer sobre a política do globo, influência que obrigou-a a esforços desmesurados em relação à extensão de seu território. Foi preciso que tais esforços repousassem, por conseguinte, sobre empréstimos enormes, cujos juros constituem a maior parte de seus encargos anuais. Os impostos, por sua vez, sobrecarregam a agricultura com custos de produção exagerados. Se a Inglaterra, por meio de fortes economias, pagasse gradualmente sua dívida, se suprimisse, também de maneira gradativa, o dízimo e a taxa dos pobres, deixando a cada culto a tarefa de pagar seus sacerdotes, ela não teria necessidade de recusar, através de proibições, o cereal estrangeiro.

Seja como for, apoiadas por ambas as partes em litígio, em grandes conheci-

⁵⁸ O mesmo autor nos informa que, em São Domingos, o produto de um pedaço de terra medindo 3 403 toesas quadradas se avalia em 4 milhares de açúcar e que todo o açúcar que se consumia na França, se o avaliarmos em 20 milhões de quilogramas, poderia ser produzido numa extensão de terra medindo sete léguas quadradas. Hoje em dia, seria necessário um terreno mais extenso, já que o consumo da França mais do que dobrou. De qualquer maneira, para prover a Europa de produtos equinociais, que grande recurso não seriam, se utilizadas com habilidade, as costas da África que estão tão perto de nós!

mentos e muita capacidade, essas discussões contribuíram para trazer novos esclarecimentos sobre os efeitos da intervenção da autoridade na questão do abastecimento, tendo talvez favorecido o sistema da liberdade.

Qual era, com efeito, o argumento mais forte dos partidários da proibição dos cereais estrangeiros?

Afirmavam que era preciso, mesmo às expensas dos consumidores, estimular a cultura do país a fim de que não pudesse ser esfaimado pelos estrangeiros. Assinalavam dois casos principais em que se poderia temer por esse risco: o caso de uma guerra em que uma potência influente poderia impedir uma importação que se tornara indispensável e o caso em que a escassez assolasse os próprios países produtores de trigo, levando-os a guardarem as próprias colheitas para sua subsistência.⁵⁹

A isso respondia-se dizendo que, se a Inglaterra se tornasse um país importador regular e constante de trigo, vários países do mundo adquiriam o hábito de vender-lho e isso beneficiaria e ampliaria a cultura desse cereal em certas regiões da Polônia, da Espanha, da África do Norte ou da América setentrional. Essas regiões, prosseguia a resposta, não poderiam, em conseqüência, privar-se de vender, exatamente como a Inglaterra não poderia privar-se de comprar; o próprio Bonaparte, o mais encarniçado inimigo da Inglaterra, no ápice das hostilidades, fez com que lhe fosse enviado trigo a fim de receber dinheiro dela; a colheita nunca falta simultaneamente em vários países distantes uns dos outros; e, finalmente, um grande comércio de trigo, solidamente estabelecido, obriga a aprovisionamentos realizados de antemão e a depósitos de monta que, mais do que qualquer outra causa, afastariam a possibilidade da penúria; de tal sorte, conclui a resposta, que se pode afirmar, a partir das considerações e da experiência da Holanda e de alguns outros Estados, que são precisamente os países em que não se colhe trigo que jamais estão sujeitos a penúrias nem mesmo a carestias de grandes proporções.⁶⁰

Não se pode, contudo, esconder que há graves inconvenientes em arruinar a cultura dos cereais num país (mesmo naquele em que são fáceis os aprovisionamentos feitos através do comércio). A alimentação é a primeira necessidade dos povos e não é prudente colocar-se na situação em que é necessário trazê-la de muito longe. Admito que as leis que proíbem a entrada do trigo para proteger os interesses do cultivador às expensas dos manufatores são leis que devem ser deploradas; mas impostos excessivos, empréstimos, diplomacia, corte e exércitos ruinosos são também circunstâncias a serem deploradas e que pesam bem mais sobre o cultivador do que sobre o manufator. É forçoso, então, restabelecer, por meio de um abuso, o equilíbrio natural que foi rompido por outros abusos; caso contrário, os que trabalham a terra transformar-se-iam todos em artesãos, fazendo, assim, com que a existência do corpo social se tornasse demasiado precária.

⁵⁹ MALTHUS. *An Inquiry into the Nature and Progress of Rent. The Ground of an Opinion etc., on Foreign Corn.*

⁶⁰ RICARDO. *An Essay on the Influence of the Low Price of Corn etc.*

Se o Governo Aumenta a Riqueza Nacional ao se Tornar Produtor

Qualquer empresa industrial causa perda quando os valores consumidos para a produção excedem o valor dos produtos.¹ Quer sejam os particulares, quer seja o Governo que ocasionem essa perda, ela não é menos real para a nação; é um valor que se encontra a menos no país.

Seria inútil pretender que, embora o Governo tenha perdido, ganharam, contudo, os agentes, os homens industriais e os operários que ele emprega. Se a empresa não se sustenta por si mesma, se não paga seus custos, o déficit resultante é necessariamente pago por aqueles que custeiam as despesas dos Governos: pelos contribuintes. É conveniente que os produtores sejam pagos por seus produtos e não sustentados por uma contribuição gratuita.²

A manufatura das tapeçarias dos Gobelins, mantida pelo Governo da França, consome lã, sedas e tinturas; além disso, consome a renda do local em que está instalada e a manutenção de seus operários. Todas essas coisas, que deveriam ser reembolsadas por seus produtos, estão longe de sê-lo. A manufatura dos Gobelins, longe de ser uma fonte de riquezas, não digo somente para o Governo, que bem sabe o quanto perde com ela, mas para a nação inteira, constitui para a França uma causa sempre permanente de perda. A nação perde anualmente todo o valor dos consumos dessa manufatura — incluindo-se os salários, que são um de seus consumos — que ultrapassa seus produtos. Pode-se dizer a mesma coisa da manufatura de porcelanas de Sèvres. Aliás, receio que se possa dizer o mesmo de todas as manufaturas exploradas por conta dos Governos.³

Alguns asseguram que esse sacrifício é necessário para fornecer ao príncipe meios de oferecer presentes e ornar seus palácios. Não é aqui o lugar de investigar

¹ Não se deve perder de vista que o consumo do valor dos serviços produtivos que se faz na produção é tão real quanto o consumo que se faz das matérias-primas. Os serviços produtivos compreendem os serviços prestados pelos capitais, assim como os que são prestados pela indústria.

² Se o Governo consagra às suas empresas rendas que lhe são próprias, como o produto dos domínios, isso não significa que a perda deixe de existir ou que deixe de recair sobre as pessoas. Com efeito, se uma parte do produto dos domínios não estivesse reservada para esse uso, seria outro tanto a menos que se deveria tirar dos contribuintes.

³ Passa-se o mesmo com as empresas comerciais dirigidas pelo Governo. Na penúria sofrida em 1816 e 1817, o Governo fez compras de trigo no exterior; o trigo subiu a um preço excessivo no país e, embora o Governo vendesse seu trigo um pouco abaixo da cotação, ainda assim vendia-o a um preço muito elevado. Parece que alguns particulares tiveram lucros consideráveis nessas circunstâncias. O Governo perdeu nisso mais de 21 milhões. (*Relatório ao Rei, de 24 de dezembro de 1818.*)

até que ponto uma nação é melhor governada quando oferece presentes e ornamenta palácios. Já que se quer assim, admitirei que esses ornamentos e presentes são necessários; nesse caso, não é conveniente para uma nação acrescentar aos sacrifícios exigidos por sua magnificência e liberalidade as perdas ocasionadas por um emprego inadequado de seus meios. É de sua conveniência comprar, simplesmente, o que julga apropriado oferecer; com menos sacrifício de dinheiro, provavelmente conseguirá um produto igualmente valioso, pois os particulares fabricam a custos menores do que o Governo.

Os esforços do Estado para criar produtos apresentam um outro inconveniente, pois prejudicam a indústria dos particulares; não dos particulares que tratam como o Estado e que sempre se arranjam de maneira a não perder nada, mas a indústria daqueles particulares que são seus concorrentes. O Estado é um agricultor, um manufatureiro e um negociante que tem excesso de dinheiro à sua disposição sem estar suficientemente interessado no êxito de seus empreendimentos industriais. Pode consentir em vender um produto abaixo de seu preço de custo e recomeçar no mesmo ponto, pois a perda daí resultante não sai do bolso daquele que dirige a operação. Pode consumir, produzir e monopolizar em pouco tempo uma quantidade tal de produtos, a ponto de perturbar de forma violenta o equilíbrio que naturalmente se estabelece entre os preços das coisas. Ora, qualquer mudança brusca no preço das coisas é nociva. O produtor baseia seus cálculos sobre o valor presumível que terão os produtos no momento em que estiverem acabados. Nada o desencoraja tanto como uma variação que escapa a todos os cálculos. As perdas que tiver serão tão pouco merecidas quanto os lucros extraordinários que tais variações podem lhe propiciar; além disso, seus lucros, se os tiver, serão um peso a mais para os consumidores.

Alguns autores pretendem que há empresas que o Governo não pode, sem imprudência, confiar a outras pessoas que não seus agentes, tais como a construção de navios de guerra, a fabricação de pólvora de canhão etc. O Governo inglês, no entanto, sem nenhum inconveniente, confia esses trabalhos a empresários particulares. E até na França são particulares, em grande parte, que fornecem os canhões, os fuzis, os carros de transporte e as caixas militares de que precisa a administração de guerra. Dever-se-ia, talvez, estender esse mesmo sistema a todos os objetos necessários para o serviço do Estado. Um Governo só pode agir por meio de procuradores, isto é, por intermédio de pessoas que têm um interesse particular diferente do seu e que lhes é muito mais caro. Se, em consequência de sua posição desvantajosa, ele é quase sempre vítima nos negócios que conclui, não deve multiplicar as ocasiões de sê-lo tornando-se ele próprio empresário, isto é, abraçando uma profissão que multiplica ao infinito as ocasiões de tratar com particulares. É de sua conveniência estabelecer entre estes uma concorrência aberta a todos que o servirem melhor e nas condições mais moderadas.

Se o Governo é, por si mesmo, um mau produtor, pode, pelo menos, beneficiar poderosamente a produção dos particulares por meio de estabelecimentos públicos bem planejados, bem executados e bem mantidos, em particular por meio das estradas, pontes, canais e portos.

Os meios de comunicação favorecem a produção exatamente da mesma maneira como as máquinas que multiplicam os produtos de nossas manufaturas e que tornam mais rápida sua produção. Propiciam o mesmo produto a custos menores, o que é exatamente equivalente a um produto maior obtido pelos mesmos custos. Esse cálculo, aplicado à imensa quantidade de mercadorias que cobrem as estradas de um império populoso e rico, desde os legumes levados ao mercado até os produtos de todos os cantos do globo, que, depois de desembarcarem nos portos, espalham-se em seguida pela superfície de um continente; esse cálculo, dizia,

se fosse possível fazê-lo, teria como resultado uma economia quase inestimável nos custos de produção. A facilidade das comunicações equivale à riqueza natural e gratuita que se encontra num produto, riqueza esta que se perderia sem tal facilidade. Suponhamos que se encontrem meios de transportar, da montanha até a planície, árvores magníficas que hoje se perdem em regiões escarpadas dos Alpes e dos Pírneus. Nessas condições, adquirir-se-ia a utilidade integral das madeiras que, atualmente, apodrecem nos lugares onde caem e formar-se-ia um aumento da renda, seja para o proprietário do terreno (cuja renda aumenta do montante global do preço pelo qual suas árvores se vendem), seja para os consumidores de madeira, cuja renda aumenta com a baixa que, por esse meio, resulta no preço desse objeto de consumo.⁴

As academias, as bibliotecas, as escolas públicas e os museus, fundados por governantes esclarecidos, contribuem para a produção das riquezas mediante a descoberta de novas verdades e pela propagação das que já são conhecidas; dessa maneira, indicam aos empresários industriais as aplicações. Pode-se dizer o mesmo das viagens realizadas com recursos do público e cujos resultados são tão mais brilhantes quando, hoje em dia, geralmente são homens de mérito ilustre que se dedicam a esse tipo de investigação.

É importante observar que os sacrifícios feitos para recuar as fronteiras dos conhecimentos humanos ou simplesmente para manter seu registro não devem ser condenados, mesmo quando ligados a conhecimentos cuja utilidade imediata não se percebe. Todos os conhecimentos estão ligados uns aos outros. É necessário que faça progressos uma ciência puramente especulativa para que também possa progredir uma outra que propiciou as mais fecundas aplicações. De resto, é impossível prever em que momento pode tornar-se útil um fenômeno que parece simplesmente curioso. Quando o holandês Otto Guericke produziu as primeiras fagulhas elétricas, poder-se-ia suspeitar de que elas possibilitariam a Franklin controlar os raios e deles proteger nossas edificações? E esse empreendimento parecia superar de muito a todos os esforços da capacidade humana!

No entanto, de todos os meios com que contam os Governos para favorecer a produção, o mais poderoso consiste em garantir a segurança das pessoas e das propriedades, sobretudo quando as garantem até contra os ataques do poder arbitrário.⁶ Sozinha, essa proteção beneficia a prosperidade geral mais do que a prejudicaram todos os obstáculos inventados até hoje. Os obstáculos restringem o florescimento pleno da produção; a falta de segurança a suprime por completo.

Para convencer-se disso, basta comparar os Estados submetidos à dominação otomana com os de nossa Europa ocidental. Observe-se a África em sua quase totalidade, a Arábia, a Pérsia, a Asia Menor, outrora coberta de tão prósperas cidades, cujos últimos vestígios, na expressão de Montesquieu, só se encontram hoje em Estrabão: lá somos assaltados por bandidos e paxás; a riqueza e a população fugiram e falta tudo aos raros indivíduos que lá ainda restam. Observemos, ao contrário, a Europa, embora ainda se encontre muito longe de ser tão próspera quan-

⁴ Os custos de transporte das árvores não constituem uma renda nova acrescentada às do país. Com efeito, os capitais e as facilidades industriais que servem a esse transporte são fundos produtivos que existem independentemente da estrada construída e que teriam obtido lucros em outro lugar se não tivessem sido aplicados no transporte de que se trata aqui.

⁵ Ver o capítulo VI, *Operações da Indústria...*

⁶ Smith, ao passar em revista as verdadeiras causas da prosperidade da Grã-Bretanha (*A Riqueza das Nações*. Cap. VII), situa em primeiro plano "esta pronta e imparcial administração da justiça que toma os direitos do último cidadão respeitáveis para o mais poderoso, e que, assegurando a cada um o fruto de seu trabalho, oferece o mais efetivo de todos os estímulos a toda espécie de indústria". Poivre, que tanto viajou, assegura jamais ter visto países verdadeiramente prósperos que não fossem aqueles em que a liberdade de indústria está associada à segurança.

to ainda irá tomar-se: conquanto se encontrem sob o peso de um vasto número de regulamentos e de impostos, a maioria dos seus Estados prospera, pelo simples fato de estarmos aqui, em geral, ao abrigo das ameaças pessoais e das espoliações arbitrárias. A prosperidade das repúblicas americanas é bem mais acentuada ainda, visto que, à segurança, lá se associa uma liberdade maior, e as leis, sobretudo as leis fiscais, são feitas, não no interesse da parte que governa as nações, mas no interesse de todos.

Esqueci de mencionar outro meio pelo qual um Governo pode contribuir para aumentar momentaneamente as riquezas de seu país. Esse meio consiste em despojar as outras nações de suas propriedades mobiliárias, trazendo-as para seu próprio país, e em impor-lhes tributos imensos para despojá-las dos bens ainda por nascer. Foi isso que fizeram os romanos por volta do fim da república e sob os primeiros imperadores. Esse sistema é análogo ao adotado pelas pessoas que, para enriquecer, abusam de seu poder e de sua habilidade. Tais pessoas não produzem; tiram os produtos dos outros.

Só mencionei esse meio de aumentar as riquezas de uma nação para abranger a todos, sem pretender, todavia, que seja o mais honroso ou sequer o mais seguro. Se os romanos tivessem seguido com a mesma perseverança um outro sistema, se tivessem procurado difundir a civilização entre os bárbaros e se com eles tivessem estabelecido relações de que resultassem necessidades recíprocas, é bem provável que a potência romana subsistisse ainda hoje.

As Colônias e seus Produtos

As colônias são estabelecimentos formados em países longínquos por uma nação mais antiga chamada de metrópole. Quando essa nação pretende ampliar suas relações num país populoso já civilizado e cujo território não lhe conviria invadir, limita-se a nele estabelecer um escritório comercial, um local de negócio, em que seus representantes negociam em conformidade com as leis do país, como fizeram os europeus na China e no Japão. Quando as colônias se libertam da autoridade do Governo da metrópole, perdem o nome de colônia e tornam-se Estados independentes.

Em geral, uma nação funda colônias quando sua numerosa população encontra-se comprimida em seu antigo território e quando a perseguição expulsa certas classes de habitantes. Aparentemente, esses foram os únicos motivos que levaram os povos antigos a fundar colônias: os povos modernos tiveram ainda outros. Aperfeiçoada em suas mãos, a arte da navegação abriu-lhes novas rotas e descobriu-lhes países desconhecidos. Foram até o outro hemisfério, sob climas inóspitos, não para lá se fixarem, eles e sua posteridade, mas para colher artigos preciosos e trazer para sua pátria os frutos de uma produção rápida e abundante.

É conveniente assinalar esses motivos diversos, pois acarretam dois sistemas coloniais bem diferentes em seus efeitos. Estaria inclinado a chamar o primeiro de *sistema colonial dos antigos* e o segundo de *sistema colonial dos modernos*, embora entre os modernos tenha havido colônias fundadas sobre os mesmos princípios que as dos antigos, em particular na América setentrional.

Nas colônias formadas segundo o sistema dos antigos, a produção não é inicialmente muito grande, embora cresça com rapidez. Em geral, só se escolhe uma pátria adotiva onde o solo é fértil, o clima favorável ou a situação conveniente para o comércio. Via de regra, trata-se de um país inteiramente novo, seja porque antes fosse completamente desabitado, seja porque só tem por habitantes povos grosseiros e, por conseguinte, pouco numerosos e sem condições de exaurir as capacidades produtivas do solo.

Famílias criadas num país civilizado que vão se estabelecer num país novo, levam para ele os conhecimentos teóricos e práticos que são um dos principais elementos da indústria. Levam para lá o hábito do trabalho, mediante o qual essas faculdades são postas em prática, e o hábito da subordinação, tão necessário à manutenção da ordem social; levam também alguns capitais, não em dinheiro, mas

em utensílios e provisões variadas; essas famílias, finalmente, não dividem com nenhum proprietário os frutos de uma terra virgem cuja extensão ultrapassa, durante muito tempo, o que são capazes de cultivar. A essas causas de prosperidade, deve-se acrescentar aquela que é, talvez, a maior de todas, isto é, o desejo que todos os homens têm de melhorar sua condição e de tornar o mais feliz possível o destino que abraçaram definitivamente.

Por mais rápido que tenha sido em todas as colônias fundadas sobre esse princípio, o crescimento dos produtos teria sido ainda mais notável se os colonos tivessem levado vastos capitais consigo. Mas, como já observamos, não são as famílias favorecidas pela fortuna que se expatriam. É raro que os homens que estão em condições de dispor de um capital suficiente para viver com alguma comodidade no país em que nasceram e onde passaram os anos de sua infância que o faz tão belo a seus olhos, renunciem a seus hábitos, a seus amigos e parentes, para correr riscos sempre incertos e suportar os rigores sempre inevitáveis de uma nova fixação. É por isso que, em seus começos, as colônias carecem de capitais e é também por isso, em parte, que o juro do dinheiro é nelas tão elevado.

Na verdade, os capitais se formam mais rapidamente nas colônias do que nos Estados desde há muito civilizados. Aparentemente, ao deixar seu país natal, os colonos nele deixam parte de seus vícios. Renunciam ao luxo, a esse fausto que custa tão caro na Europa e que é de tão escassa utilidade. Lá para onde vão, é-se obrigado a só apreciar as qualidades úteis, consumindo-se apenas o exigido pelas necessidades razoáveis, as quais são menos insaciáveis do que as artificiais. Os colonos têm poucas cidades e, acima de tudo, não têm cidades grandes. A vida agrícola que, em geral, são obrigados a levar é a mais econômica de todas. Por último, sua indústria é, proporcionalmente, a mais produtiva e a que exige menos capitais.

O Governo da colônia partilha das qualidades que distinguem as pessoas particulares. Ocupa-se de seus negócios, dissipa muito pouco e não traz problemas para ninguém. Assim, as contribuições são moderadas na colônia e às vezes nulas; desse modo, tirando pouco ou nada das rendas dos administrados, permitem-lhes aumentar proporcionalmente suas economias, que se tornam capitais produtivos.

Dessa maneira, mesmo com reduzidos capitais iniciais, os produtos anuais das colônias ultrapassam rapidamente seus consumos. Disso provém esse crescimento rápido de riquezas e de população que nelas se observa, pois, na medida em que os capitais se formam, o trabalho industrial do homem torna-se procurado e é sabido que os homens nascem em todos os lugares em que deles se precisa.¹

Pode-se agora explicar por que não são tão rápidos os progressos dessas colônias. Entre os antigos, Éfeso e Mileto na Ásia Menor, Tarento e Crotona na Itália, Siracusa e Agrigento na Sicília, parecem ter ultrapassado em pouco tempo suas metrópoles. As colônias inglesas da América setentrional, que, em nossos tempos modernos, são as que mais se assemelham às colônias gregas, ofereceram um espetáculo de prosperidade talvez menos brilhante, mas não menos digno de nota, e que ainda não terminou.

É da essência das colônias fundadas sobre esse princípio, isto é, sem projeto de volta à antiga pátria, instituir um Governo independente de sua metrópole. Quando a metrópole guarda a pretensão de impor-lhes leis, cedo ou tarde a força das coisas acaba por vencer, realizando o que a justiça e o interesse bem compreendido aconselhavam fazer desde o início.

Passo agora ao exame das colônias formadas segundo o sistema colonial moderno.

¹ Ver mais adiante as observações sobre a população.

Em sua maioria, seus fundadores foram aventureiros que buscavam, não uma pátria adotiva, mas uma fortuna que pudessem trazer para seu antigo país onde desejavam usufruí-la.²

Os primeiros deles encontraram, de um lado, nas Antilhas, no México, no Peru e, mais tarde, no Brasil, e, de outro, nas Índias orientais, com que satisfazer sua cupidez, embora esta fosse imensa. Depois de esgotarem os recursos anteriormente reunidos pelos indígenas, viram-se obrigados a recorrer à indústria para explorar as minas desses países novos e as riquezas, bem mais preciosas, de sua agricultura. Foram substituídos por novos colonos, a maioria dos quais conservou mais ou menos o espírito da volta e o desejo, não de viver folgado em suas terras, deixando, ao morrer, uma família feliz e uma reputação sem manchas, mas o desejo de ganhar muito nessas terras para usufruir alhures a fortuna adquirida. Esse motivo introduziu nas colônias meios violentos de exploração. Entre os principais, devemos situar a escravidão.

Autores filantropos acreditaram que o melhor meio de afastar os homens dessa prática odiosa estava em demonstrar que ela é contrária a seus próprios interesses. Steuart, Turgot e Smith concordam na crença de que o trabalho do escravo custa mais caro e produz menos do que o do homem livre. Seus argumentos se reduzem ao seguinte: um homem que não trabalha e não consome por conta própria trabalha o mínimo e consome o máximo que pode; não tem nenhum interesse em dedicar a seus trabalhos a inteligência e o cuidado capazes de assegurar seu sucesso; o trabalho excessivo com que é sobrecarregado diminui sua vida, obrigando seu senhor a onerosas substituições. Por último, é o servidor livre que administra sua própria manutenção, ao passo que cabe ao senhor a administração da manutenção de seu escravo; ora, visto ser impossível que o senhor administre com tanta economia quanto o servidor livre, o serviço do escravo deverá custar-lhe mais caro.³

Os que pensam que o trabalho do escravo é menos dispendioso do que o do servidor livre fazem um cálculo semelhante ao seguinte: a manutenção anual de um negro das Antilhas, nas habitações em que são mantidos com mais humanidade, não custa mais de 300 francos. Acrescentamos a isso juro de seu preço de compra e estimemo-lo em 10%, pois se trata de um juro perpétuo. O preço de um negro comum sendo de 2 mil francos, mais ou menos, o juro será de 200 francos, calculado por cima. Assim, pode-se estimar que cada negro custa, por ano, 500 francos a seu senhor. Ora, num mesmo país, o trabalho de um homem livre custa mais do que isso. Pode cobrar por sua jornada de trabalho uma base de 5, 6 ou 7 francos e às vezes até mais. Tomemos 6 francos como média e só contemos trezentos dias de trabalho por ano. Isso dá, como soma de seus salários anuais, 1 800 em vez de 500 francos.⁴

Basta raciocinar para perceber que o consumo do escravo deve ser menor

² Sempre faço exceção para os fundadores de vários Estados na América setentrional e para alguns outros. As colônias espanholas e portuguesas do continente americano participaram dos dois sistemas. Alguns europeus foram para lá com a intenção de voltar, outros, porém, para se fixar com seus descendentes. Essas combinações, entretanto, sofreram grandes mudanças a partir da independência dessas colônias e, doravante, é provável que as pessoas só venham a se estabelecer lá para se fixar.

³ STEUART. *Inquiry into the Principles of Political Economy*. Livro Segundo. Cap. VI.

TURGOT. *Reflexões Sobre a Formação e a Distribuição das Riquezas*. § 28.

SMITH. *A Riqueza das Nações*. Livro Primeiro. Cap. VIII; e Livro Terceiro. Cap. II.

Um dos tradutores alemães da presente obra, Jacob, observa, a propósito de Steuart, que, se ele acha mais caro o trabalho dos escravos nas manufaturas, considera-o menos dispendioso quando se ocupam os escravos como simples mão-de-obra.

⁴ Convém observar aqui que o operário livre, cuja jornada custa mais caro do que a do escravo, executa um trabalho que, não obstante menos penoso, é quase sempre mais precioso pela inteligência e, muitas vezes, pelo talento adquirido que supõe. Os relojoeiros e os alfaiates são, geralmente, operários livres.

que o do operário livre. A seu senhor pouco importa que ele usufrua da vida; basta-lhe que a conserve. Uma calça e um colete compõem todo o guarda-roupa de um negro; seu alojamento é uma cabana sem nenhum móvel; sua alimentação se reduz à mandioca, à qual, nas casas de senhores bondosos, se acrescenta de tempos em tempos um pouco de bacalhau seco. Tomada globalmente, uma população de operários livres está obrigada a sustentar mulheres, crianças e doentes: os laços de parentesco, de amizade, de amor e de reconhecimento multiplicam seus consumos. Entre os escravos, é muito freqüente que as fadigas do homem adulto os liberem do sustento dos velhos. As mulheres e crianças quase não gozam dos privilégios de sua fragilidade e a doce atração que une os sexos está submetida aos cálculos de um senhor.

Qual é o motivo que, em cada pessoa, modera o desejo que a leva a satisfazer suas necessidades e seus gostos? É, sem dúvida, o cuidado em poupar seus recursos. As necessidades convidam a ampliar o consumo, a economia tende a reduzi-lo. Ora, quando esses dois motivos atuam no mesmo indivíduo, é concebível que um possa servir de contrapeso ao outro. Entre o senhor e o escravo, porém, a balança deve necessariamente inclinar-se para o lado da economia: as necessidades e os desejos estão do lado do mais fraco e as razões de economia estão do lado do mais forte. Foi provavelmente por isso que os lucros de um engenho de açúcar eram a tal ponto exagerados que se afirmava, em São Domingos, que uma plantação, em seis anos, devia reembolsar ao proprietário o preço de compra, e que os colonos das ilhas inglesas, segundo o próprio Smith, concordavam que o rum e o melão bastavam para cobrir os custos do engenho, todo o açúcar sendo puro lucro.⁵

Seja como for, tudo mudou. E, para tratar aqui apenas das Antilhas francesas: quer porque as instituições e o modo de cultivo lá sejam maus, quer porque o regime de escravidão lá tenha deprimido, em dois sentidos diferentes, tanto o senhor como o escravo, alterando as qualidades que constituem a verdadeira indústria, isto é, a inteligência, a atividade e a economia — o fato é que não se pode mais, na Martinica e em Guadalupe, enfrentar a concorrência de vários outros países, que podem abastecer a Europa de açúcar a preços muito menores. É somente graças aos impostos estabelecidos na França sobre o açúcar estrangeiro (impostos equivalentes a uma proibição), que essas duas ilhas ainda podem vender seu açúcar em nosso país, pois, ao preço em que está, não poderia ser vendido em nenhum outro lugar. E, não obstante o monopólio do mercado da França que, para grande prejuízo dos franceses, essa proibição lhes assegura, os colonos da Martinica e de Guadalupe não podem sustentar seus estabelecimentos: diariamente solicitam novos favores da metrópole, isto é, de se arruinarem.

As Antilhas inglesas parecem ressentir-se de parte desses mesmos inconvenientes, como testemunham suas queixas e pedidos. A libertação gradual dos negros tornaria melhor a situação dos plantadores? É duvidoso. Alguns proprietários, cujos propósitos filantrópicos são louváveis (Steel, Nottingham), tentaram realizá-la com discutível êxito e suas tentativas não se repetiram. Na Europa, ao contrário, tornou-se generalizado o cultivo das terras por servos livres, a quem os proprietários passaram a pagar como operários. Nas Antilhas, entretanto, as circunstâncias foram muito diferentes. O sol lá é ardente e o cultivo do açúcar, penoso. O operário europeu não resiste. O negro tem pouca ambição e poucas necessidades. Uma ou duas horas de trabalho por dia lhe fornecem o bastante para o sustento de sua família. Quando liberto, nenhuma vantagem compensa para ele a fadiga de um tra-

⁵ Na língua inglesa, a palavra *profit* significa ao mesmo tempo o lucro do capital e o lucro da indústria dos empresários.

balho. Além disso, se seu trabalho não é contínuo, a terra e o capital, desocupados durante parte do tempo, tornam a produção onerosa.

É bem verdade que o Haiti prospera desde a abolição da escravatura. Não se deve pensar, porém, que lá o trabalho seja completamente voluntário. Todo negro sem prosperidade, sob pena de ser tratado como vagabundo, deve ter um patrão ou trabalhar numa exploração agrícola qualquer. Em cada povoado, está submetido a regulamentos que infligem penas severas por um trabalho mal feito ou por uma ociosidade voluntária. Apesar disso, o cultivo do açúcar custa, no Haiti, mais caro do que nas ilhas vizinhas⁶ e é duvidoso que lá possa ser mantido com sucesso. Felizmente, essa ilha pode compensar os prejuízos dessa cultura por meio de várias outras, mais adequadas a seu clima e mais ainda à sua situação política e moral, tais como o café, o algodão, o anil e talvez o cacau e a cochonilha-do-carmim. Poucas regiões do globo são tão favorecidas pela Natureza para produzir tudo o que é próprio ao consumo de seus habitantes e ao seu comércio.

De resto, não se trata unicamente de saber a que preço pode-se fazer um homem trabalhar, mas a que preço pode-se fazê-lo trabalhar sem ferir a justiça e a humanidade. São calculadores medíocres os que consideram que a força é tudo e a equidade, nada. Isso leva ao sistema de exploração dos árabes beduínos, que assaltam uma caravana e se apoderam das mercadorias que ela transporta, sem que isso lhes custe, dizem eles, mais do que alguns dias de emboscada e algumas libras de pólvora. A única maneira durável e segura de produzir é aquela que é legítima e a única maneira legítima é aquela em que as vantagens de um não são adquiridas às expensas do outro. Essa maneira de prosperar é a única que não apresenta o perigo de lamentáveis conseqüências. Os próprios eventos ocorridos me dariam razões de sobra, se eu quisesse comparar o declínio e os desastres dos países cuja indústria baseia-se na escravatura com a prosperidade daqueles em que reinam princípios mais liberais. Tais princípios ganham terreno a cada dia e logo, para aprendizagem do Velho Mundo, atingirão as nações florescentes do Novo.

Essa consideração tornará em breve supérflua qualquer controvérsia sobre o trabalho dos escravos comparado ao dos operários livres. A escravatura não pode sobreviver com as novas formas sob as quais, em seu progresso, a civilização se apresenta. Já não se ouve mais falar, sem um movimento de repulsa, do tráfico de negros. É tão vergonhoso ter como ofício o roubo ou o aprisionamento de seres humanos e basear seu próprio ganho em sofrimento que ninguém tem coragem de defender esse tráfico infame, com medo de passar por seu cúmplice. As potências marítimas dominantes não querem mais tolerá-lo. E, se alguns Governos europeus deixam-se ainda dirigir por hábitos e preconceitos que não ousam confessar, são Governos sem influência e tão mais fracos quanto são desaprovados pela parte esclarecida e virtuosa de suas próprias nações. A escravidão não pode sobreviver por muito tempo na proximidade de nações negras libertas ou mesmo de cidadãos negros, como existem nos Estados Unidos. Essa instituição contrasta com todas as outras e terminará por desaparecer gradualmente. Nas colônias européias, ela só pode durar com o amparo das forças da metrópole e essa, tomando-se esclarecida, terminará por retirar-lhe seu apoio.

É impossível que os povos europeus não venham rapidamente a compreender o quanto lhes pesam suas colônias. Suportam uma parte do custo de sua administração militar, civil e judiciária, parte da manutenção de seus estabelecimentos

⁶ Numa proclamação de 20 de março de 1823, o presidente Boyer queixa-se dos cabotadores haitianos que vão às outras ilhas (Cuba, Jamaica) para se carregarem de açúcar, cachaça e rum e, atraídos por um ganho ilícito, introduzem-nos em nosso território, diz o presidente, contra a vontade das nossas leis. Ora, o contrabando não introduziria esses produtos no Haiti se não custassem mais barato nas outras ilhas.

públicos, em particular, de suas fortificações; para conservá-las, mantêm aparelhada uma marinha dispendiosa incapaz de impedir que, à primeira guerra naval, as colônias se tornem independentes ou sejam conquistadas. Além disso — e isso ainda os prejudica bem mais —, esses povos concedem a elas, às suas próprias expensas, privilégios comerciais que são verdadeiro logro.

A França consome anualmente 50 milhões de quilos ou 100 milhões de libras de açúcar.⁷ Paga-os à Martinica e a Guadalupe na base de 50 francos por 100 libras, sem contar os direitos, e poderia obtê-los em Havana por 35 francos, também sem contar os direitos. Assim, se submetesse todos aos mesmos direitos, a França, abastecendo-se de açúcar em Havana, gastaria por ano 15 milhões a menos do que atualmente gasta, levando-se em conta somente esse artigo. Outras regiões fornecer-lhe-iam açúcar ainda mais barato.⁸ O mesmo ocorre com outros produtos coloniais, de sorte que, se não tivéssemos colônias, poderíamos poupar, além dos custos de sua administração⁹ e das condições militares exigidas pela sua preservação, 20 milhões de francos pelo menos, provavelmente mais ainda, sem que isso alterasse as receitas do fisco. Ao contrário, é provável que elas melhorassem, pois uma diminuição tão grande no preço dos artigos equinociais tornaria bem mais consideráveis seu consumo e seu comércio.

Os partidários do sistema colonial exaltam o fato de que as colônias francesas propiciam à França mercado para seus produtos. Não conseguem compreender, todavia, que, sejam quais forem os países que nos abasteçam de artigos coloniais,¹⁰ é impossível para nós pagar seu preço senão mediante a exportação dos produtos do solo, dos capitais e da indústria da França.¹¹ Assim, quer tiremos açúcar da Martinica, de Havana ou da Cochinchina, quer forneçamos seu valor diretamente, pela remessa de nossos produtos, quer indiretamente, enviando dinheiro que adquirimos por meio de nossos produtos — seja como for, nosso consumo de açúcar é pago pelos produtos de nossa indústria e, de qualquer maneira, o movimento comercial e de nossos portos permanece o mesmo.

Escutei inúmeras vezes quem deplorasse a perda do rico comércio de nossas colônias e o antigo esplendor das cidades de Nantes e de Bordéus. Essas lamentações são absolutamente desprovidas de razão. A indústria e a riqueza da França cresceram globalmente desde que ela perdeu suas principais colônias e apesar das circunstâncias extremamente desfavoráveis em que se encontrou. Nossa navegação mercante interrompeu-se quase totalmente, mas foi por causa da guerra, em que o inimigo permanecia senhor dos mares e que pelo menos nos valeu ficarmos, por algum tempo, livres dos custos de nossas colônias. Desde que a paz voltou, retomou-se o movimento de nossos portos e, aparentemente, o comércio de Nantes e de Bordéus não diminuiu, pois sua população não é menor do que outrora. Ain-

⁷ Isso foi escrito em 1826. As grandes modificações sobrevindas durante o primeiro quartel do século XIX, nas produções e no comércio dos países de ultramar, exigiram consideráveis modificações, não nos princípios, mas nos exemplos e desenvolvimentos dessa parte do *Tratado de Economia Política*.

⁸ Um viajante louvável por sua instrução e probidade, Poivre, afirma que o açúcar branco de primeira qualidade é vendido na Cochinchina à razão de 3 piastras (ou 16 francos em nossa moeda) pelo quintal cochinchinês, o qual equivale a 150 das nossas libras, cada uma a 8 onças, o que faz com que a libra custe praticamente 2 soldos franceses. A China tira, por esse preço, mais de 80 milhões de libras de açúcar anualmente. Acrescentando a esse preço 300% para os custos e benefícios do comércio — o que é certamente bastante honesto —, esse açúcar branco nos custaria na França, se o comércio fosse livre, apenas 8 ou 9 soldos por libra.

Os ingleses já vão buscar na Ásia boa quantidade de açúcar e de anil, que lhes custam bem menos do que nas Antilhas. Se os Estados europeus constituíssem Estados independentes e industriais nas costas da África, a cultura dos produtos equinociais se difundiria rapidamente por lá e abasteceria a Europa com mais abundância e a preços ainda mais baixos.

⁹ Segundo um relatório feito pelo ministro da Marinha em 1820, as duas Antilhas que nos restam custam anualmente, para suas despesas internas, 11,86 milhões, dos quais as receitas locais forneciam 5,79 milhões. Sobrava, portanto, uma despesa de mais de 6 milhões a ser paga pela França.

¹⁰ Seria mais apropriado chamá-los de *mercadorias ou artigos equinociais*, pois eles crescem na zona tórrida e na vizinhança dos trópicos.

¹¹ Ver *supra* o que foi dito a respeito no capítulo XVII.

da que fosse, todavia, não seria de surpreender que mudanças tão grandes, ocorridas em nossas relações com todas as partes do mundo, tivessem alterado os rumos de nosso comércio marítimo e que o porto de Havre-de-Grâce tivesse alcançado a importância que portos localizados com menor felicidade poderiam ter perdido. Não há dúvida de que a marinha mercante da França não é o que deve ser; mas ela nunca o foi. Talvez se deva responsabilizar por isso o temperamento nacional, menos apto do que muitos outros para esse tipo de indústria; à falta de capitais para as grandes empresas marítimas, porque muito raramente são coroadas de sucesso; a responsabilidade principal, entretanto, cabe sobretudo a uma política estreita e fiscal, que dificulta para os navegadores franceses o acesso aos países de ultramar, e a uma legislação marítima que se opõe a qualquer desenvolvimento.¹²

A marinha mercante cujos progressos são mais surpreendentes é a dos Estados Unidos, que, porém, não têm Colônias. As verdadeiras colônias de um povo comerciante são os povos independentes de todos os cantos do mundo. Todo povo comerciante deve desejar que todos sejam independentes para que todos se tornem mais industriais e mais ricos; com efeito, quanto mais numerosos e produtivos forem, tanto maiores oportunidades e facilidades para as trocas apresentarão. Tais povos tornam-se, então, amigos úteis para nós, pois não nos obrigam a conceder-lhes monopólios onerosos nem a sustentar, com grandes gastos, administrações, marinha e estabelecimentos militares nos confins do mundo. Tempo virá em que as pessoas terão vergonha de tanta tolice, e em que as colônias só terão como defensores aquelas a quem ofereçam, às expensas dos povos,¹³ locais em que sempre lucrem, dando ou recebendo.

Quando Poivre foi nomeado intendente de Île-de-France, essa colônia fora fundada havia somente cinquenta anos, e ele convenceu-se de que sua conservação já custara à França 60 milhões, continuando a causar-lhe grandes despesas sem lhe trazer absolutamente nenhum lucro.¹⁴

É bem verdade que os sacrifícios feitos na época e também depois para conservar a Île-de-France tinham também por objetivo conservar os estabelecimentos das Índias orientais. Quando se sabe, porém, que essas custaram muito mais ainda, seja ao Governo, seja aos acionistas da antiga e da nova companhia, somos obrigados a concluir que pagamos muito caro a Île-de-France pela vantagem de ter grandes perdas em Bengala e em Coromandel.

Podemos aplicar o mesmo raciocínio às posições puramente militares que foram tomadas nas três outras partes do mundo. Se se pretendesse, com efeito, que um determinado estabelecimento fosse conservado com grandes custos, não para dele extrair lucro, mas para estender e assegurar o poder da metrópole, poder-se-ia responder da mesma maneira: exercido de longe, esse poder só é útil para garantir a posse das colônias; ora, se as próprias colônias não são vantajosas, por que comprar tão caro sua conservação?¹⁵

¹² Principalmente por causa da preponderância exclusiva atribuída à marinha militar, por causa dos obstáculos que as alfândegas opõem à cabotagem; por causa das formalidades exigidas para ser capitão de longo curso, comandante, piloto etc. A cabotagem mais livre é a fonte dos verdadeiros progressos marítimos. Quanto às formalidades, os americanos dos Estados Unidos, que são os melhores marinheiros do mundo, não as conhecem.

¹³ Em 1789, Arthur Young (*Voyage en France*, t. I, p. 436) fez um cálculo que prova que, se a França tivesse, há vinte e cinco anos atrás, consagrado os milhões que empregou para conservar suas colônias das Antilhas na fertilização das províncias não cultivadas da França capazes de dar ricos produtos, como a de Bourbonnais e a de Sologne, conseguiria tirar delas um produto anual dez vezes maior do que o fornecido por suas ilhas. Sua conclusão é a de que seria um grande amigo dos franceses quem os desembaraçasse de suas colônias; do mesmo modo, acrescenta ele, como seria uma grande felicidade para a Inglaterra que os negros se tomassem independentes na Jamaica e nas outras ilhas inglesas.

¹⁴ Ver as *oeuvres de Poivre*, p. 209. Seu cálculo não incluía a manutenção das forças marítimas e militares da própria França; ora, pelo menos uma parte dessa manutenção se fazia por conta dessa colônia.

¹⁵ Ver nas *oeuvres de Franklin* (t. II, p. 50), a opinião desse homem célebre, de grande instrução nessas questões. Num livro intitulado *Viagem de Lorde Valentia*, leio que o estabelecimento do Cabo da Boa Esperança, em 1802, custava anualmente aos ingleses de 6 a 7 milhões de francos a mais do que dava em troca.

Quando a Inglaterra perdeu suas colônias da América setentrional, isso foi um ganho para ela. Esse é um fato que jamais vi contestado.¹⁶ Ora, para tentar conservá-las, a Inglaterra suportou, durante a guerra da América, um gasto extraordinário e inútil de mais de 1,8 milhão de francos. Que lamentável cálculo! Poderia obter o mesmo resultado, isto é, tornar suas colônias independentes, sem gastar um vintém para isso, poupando o sangue de seus bravos e ganhando, aos olhos da Europa e da história, as honras da generosidade.¹⁷

Os erros cometidos pelo Governo de Jorge III durante toda a guerra da revolução da América, apoiados, infelizmente, por um parlamento venal e uma nação orgulhosa, foram imitados por Bonaparte quando quis submeter São Domingos a seu jugo. Só a distância e o mar impediram que essa guerra se tornasse tão desastrosa quanto a guerra da Espanha. Ora, guardadas as proporções, a independência de São Domingos, reconhecida abertamente, poderia ser comercialmente tão proveitosa para a França quanto foi para a Inglaterra a independência dos Estados Unidos.

Suponhamos que alguém insista dizendo: as colônias fornecem certos produtos que só crescem lá. Se não possuímos nenhum pedaço desse território privilegiado pela natureza, estaremos à mercê da nação que dele se apoderar, pois, tendo a exclusividade da venda dos produtos coloniais, ela nos obrigará a pagar o que bem quiser.

Está demonstrado hoje em dia que os artigos que chamamos inadequadamente de *coloniais* crescem entre os trópicos em todas as localidades que se prestam à sua cultura, mesmo as especiarias das Molucas, cultivadas com êxito em Caiena e, provavelmente, em muitos outros lugares também. O mais exclusivo, talvez, de todos os comércios era o dessas especiarias, feito pelos holandeses. Só eles possuíam as únicas ilhas que as produziam e não permitiam que ninguém se aproximasse delas. A Europa sentiu falta desses produtos? Pagou-os a preço de ouro? Devemos lamentar não ter comprado ao preço de duzentos anos de guerras, de vinte batalhas navais, de algumas centenas de milhões e do sangue de 200 mil homens a vantagem de pagar alguns soldos a menos pela pimenta e pelo cravo?

É oportuno observar que, de todos, é esse o exemplo que mais favorece o sistema colonial. É difícil supor que o fornecimento de açúcar, produto cultivado na maior parte da Ásia, da África e da América, pudesse ser monopolizado como o

¹⁶ "Bristol era o principal entreposto do comércio com a América do Norte. Os negociantes e os principais habitantes reuniram-se para declarar ao parlamento, da maneira mais enérgica, que sua cidade ficaria arruinada para sempre se a independência dos Estados Unidos fosse reconhecida, acrescentando que não mais entraria em seu porto um número de navios suficiente para que valesse a pena mantê-lo. Apesar dessas comunicações, a necessidade forçou a conclusão da paz e a aceitar essa separação tão temida. Dez anos ainda não se tinham passado e os mesmos negociantes de Bristol dirigiam-se ao parlamento para pedir um *bill* que os autorizasse a aprofundar e aumentar esse porto, o qual, longe de se ter tornado deserto como temiam, não era mais suficientemente grande para comportar todos os navios que a extensão do comércio com a América independente trazia ali." DE LÉVIS. *Cartas Chinesas*.

¹⁷ O que afirmo aqui acerca das colônias deve ser aplicado, com certas restrições, às colônias inglesas na Índia, pois os ingleses lá não são simples colonos: são soberanos de 60 milhões de hindus, lucrando com os tributos que esses pagam como súditos. Esses lucros, todavia, não são tão grandes como se pensa, pois é preciso deduzir-lhes os custos de administração e de defesa desses vastos Estados. Colquhoun (*A Treatise on the Wealth of the British Empire*), que, geralmente, exagera os recursos da Inglaterra, fornece um quadro que avalia as contribuições pagas ao governo da companhia

em	18 051 478 libras esterlinas
e suas despesas em	16 984 271 libras esterlinas
Excedente das receitas sobre as despesas	1 067 207 libras esterlinas

Gozando de paz e de uma prosperidade crescente sob o despotismo esclarecido dos ingleses, a Índia não poderia tomar-se independente sem recair sob o jugo de um grande número de príncipes do país, os quais estariam continuamente em guerra, pilhando e massacrando seus súditos como outrora. Não há nada a ganhar com essa libertação, nem para os hindus nem para os ingleses.

das especiarias. Mesmo esse último, de resto, foi arrebatado da avidez dos possuidores das Molucas sem nenhuma batalha.

Por meio de suas colônias, os antigos faziam amigos em todo o mundo conhecido na época. Os povos modernos, ao contrário, só souberam fazer súditos, isto é, inimigos. Os governadores enviados pela metrópole, não considerando o país que administram como aquele em que devem passar a vida inteira, gozar de repouso e usufruir da consideração pública, não têm o menor interesse em fazer ali germinar a felicidade e a verdadeira riqueza. Sabem que a consideração que receberão na metrópole é proporcional à fortuna que para ela levarem e não em razão da conduta que adotaram na colônia. Se a isso acrescentarmos o poder quase discricionário que se é obrigado a conceder a quem vai governar a grandes distâncias, encontraremos todos os princípios que, em geral, formam as piores administrações.

Ora, visto que dificilmente se pode contar com a moderação dos governantes, pois são homens; visto que participam com lentidão dos progressos das luzes, pois grande número de agentes civis, de militares, de financistas e de negociantes tem extraordinário interesse em tornar mais espessas as névoas que os cercam e em complicar questões que, sem eles, seriam bem simples — dadas essas condições, só se pode esperar que a própria força das coisas provoque a queda de um sistema que, durante trezentos ou quatrocentos anos, diminuiu muito as imensas vantagens que os homens das cinco partes do mundo retiraram ou devem ainda retirar de suas grandes descobertas e do extraordinário desenvolvimento de sua indústria desde o século XVI.

As Viagens e a Emigração em Relação à Riqueza Nacional

Quando um viajante estrangeiro chega à França, onde gasta 10 mil francos, não se deve pensar que o país ganha essa quantia. A França dá produtos ao estrangeiro em troca da soma que dele recebe. Faz com ele uma troca que pode lhe ser vantajosa; trata-se de um comércio em que ela é paga à vista e onde recobra seus adiantamentos talvez mais rapidamente do que de qualquer outra maneira. Mas, não é nada mais do que um comércio, mesmo quando lhe dão ouro.

Até o presente, não se considerou a questão sob esse ponto de vista. Partindo sempre do princípio segundo o qual o único valor real é o que se apresenta sob a forma de um metal, via-se na chegada de um viajante um valor de 10 mil francos trazido em ouro ou prata e chamava-se a isso de ganho de 10 mil francos, como se o alfaiate que vestia o estrangeiro, o joalheiro que o enfeitava e o dono de restaurante que o alimentava não lhe fornecessem nenhum valor em troca de seu dinheiro, tendo um lucro igual ao montante de suas notas.

A vantagem que um estrangeiro oferece é a mesma que se tem em qualquer espécie de troca, isto é, a de produzir os valores que se recebe de volta por meio de procedimentos mais vantajosos do que se fossem diretamente produzidos. Embora a vantagem não seja desprezível,¹ é importante reduzi-la a seu justo valor, a fim de que nos guardemos dos esbanjamentos descontrolados a cujo preço imaginamos dever comprá-la. Um dos autores mais elogiados no que respeita a questões comerciais afirma:

“os espetáculos jamais poderiam ser excessivamente grandiosos, magníficos e numerosos, pois é um comércio no qual a França sempre recebe sem dar nada em troca”.

Ora, isso é praticamente o oposto da verdade, pois a França dá alguma coisa, isto é, perde a totalidade dos custos do espetáculo, custos esses cuja única vantagem é o prazer que propiciam e que não fornecem, em substituição aos valores que consomem, nenhum outro valor. Os espetáculos podem ser coisas muito agradáveis co-

¹ O país para o qual um estrangeiro viaja encontra-se, em relação a ele, numa situação favorável, e esse tipo de comércio pode ser considerado lucrativo, já que o estrangeiro, pouco familiarizado com a língua e os valores, freqüentemente dominado pela vaidade, paga, em inúmeros casos, pelos objetos mais do que valem e, além disso, porque os espetáculos e as curiosidades que paga para ver são custos que já foram feitos sem ele e que sua presença não aumenta. Embora bem reais, no entanto, esses benefícios são limitados e não se deve exagerar sua importância.

mo divertimento, mas são, com certeza, combinações bem ridículas como cálculo. Que pensaríamos de um comerciante que abrisse um baile em sua loja, contratasse acrobatas e distribuisse refrigerantes para estimular seu comércio?

De resto, é bem certo que uma festa ou um espetáculo, por mais magníficos que os imaginemos, atraíam muitos estrangeiros de fora? Os estrangeiros não seriam, ao contrário, atraídos pelo comércio, por ricos tesouros da antiguidade, pelas inúmeras obras-primas artísticas que não se encontram em nenhum outro lugar, por um clima ou águas singularmente benéficas para a saúde, ou então pelo desejo de visitar locais célebres pelos grandes acontecimentos ou de aprender uma língua muito difundida? De minha parte, estaria fortemente inclinado a pensar que a fruição de alguns prazeres fúteis nunca atraiu muita gente de muito longe. Um espetáculo ou uma festa fazem percorrer algumas léguas, mas raramente fazem com que se empreenda uma viagem. Não é verossímil que a vontade de ver a Ópera de Paris seja o motivo pelo qual tantos alemães, russos, ingleses e italianos venham visitar, em tempos de paz, essa grande capital; felizmente, ela possui direitos bem mais justos à curiosidade geral. Os espanhóis consideram extraordinariamente interessantes seus combates de touros; não creio, porém, que muitos franceses tenham viajado a Madri para ter essa diversão. Jogos desse tipo são freqüentados pelos estrangeiros que foram atraídos ao país por outras causas, mas não é aquela que determina seu deslocamento.

As decantadas festas de Luís XIV tinham um efeito ainda mais lamentável. Não era o dinheiro dos estrangeiros que faziam gastar, era o dos franceses que chegavam das províncias para dissipar em alguns dias o que teria permitido a subsistência de sua família durante um ano. Dessa maneira, os franceses perdiam nessas festas o que nelas fora gasto pelas mãos do rei — cujo valor fora obtido por meio dos impostos — e pelas mãos das pessoas particulares. Perdia-se, nessas festas, o *principal* das coisas consumidas para fazer com que alguns comerciantes ganhassem seus *lucros* sobre esse principal; lucros, aliás, que ganhariam da mesma maneira se imprimissem rumo mais útil a seus capitais e à sua indústria.

Uma aquisição realmente lucrativa para uma nação ocorre quando um estrangeiro vem se fixar nela trazendo consigo sua fortuna. Isso lhe propicia duas fontes de riqueza ao mesmo tempo: indústria e capitais. Isso é equivalente a campos acrescentados a seu território, sem mencionar um precioso aumento de população quando o fato traz, ao mesmo tempo, afeto e virtudes.

“Quando Frederico Guilherme subiu à regência — diz o rei da Prússia na sua *História de Brandemburgo*² — não se fabricavam nesse país nem chapéus, meias, sarjas, ou qualquer tecido de lã. A indústria dos franceses nos enriqueceu com todas essas manufaturas. Estabeleceram fábricas de tecidos, de estamenhas, de pequenas peças de tecido, de toucas e de meias confeccionadas em tear; de chapéus de pele de castor, de coelho e de lebre e de tinturas de toda espécie. Alguns desses refugiados tornaram-se comerciantes, vendendo no varejo a indústria dos outros. Berlim passou a ter ourives, joalheiros, relojoeiros e escultores. Os franceses que se estabeleceram no país cultivaram fumo e plantaram sementes excelentes em regiões arenosas que, mediante seus cuidados, tornaram-se pomares admiráveis.”

Se a expatriação, todavia, quando acompanhada de indústria, de capitais e de bons sentimentos, constitui puro ganho para a pátria adotiva, nenhuma outra perda é mais deplorável para a pátria abandonada. A rainha Cristina da Suécia estava

² *Histoire de Brandemburg*. t. II, p. 311.

certa ao dizer, por ocasião da revogação do édito de Nantes, que Luís XIV cortara seu braço esquerdo com seu braço direito.

E que não se pense que leis coercitivas possam impedir essa infelicidade. Não se pode reter um cidadão à força, a menos que seja posto na prisão; nem sua fortuna, a menos que seja confiscada. Sem falar da fraude que é muitas vezes impossível impedir, não pode ele converter suas propriedades em mercadorias cuja saída é tolerada ou até estimulada e enviá-las ou fazê-las enviar para fora? Essa exportação não constitui uma perda real do valor? Que meios possui o Governo para adivinhar que a exportação não terá retorno?³

A melhor maneira de manter as pessoas e de atraí-las é ser justo e bom para com elas e assegurar a todas a fruição dos direitos que consideram os mais preciosos, a saber: a livre disposição de si mesmas e de seus bens, a capacidade de exercer sua indústria, de ir, vir, ficar, de falar, ler e escrever com total segurança.

Depois de ter examinado nossos meios de produção e indicado as circunstâncias em que eles atuam com maiores ou menores frutos, seria uma tarefa imensa, que escaparia de meu objetivo aqui, passar em revista todos os diferentes tipos de produtos que compõem as riquezas do homem. Isso pode ser objeto de muitos tratados específicos. Entre esses produtos, porém, existe um cuja natureza e uso não são muito bem conhecidos, embora permitam muitos esclarecimentos sobre o objeto que nos ocupa nesta obra. É isso que me leva, antes de terminar a primeira parte deste tratado, a falar das moedas, as quais, de resto, desempenham grande papel no fenômeno da produção, já que são o principal agente de nossas trocas.

³ Quando, em 1790, os titulares de todos os cargos suprimidos pelo novo Governo da França foram reembolsados em papel-moeda, quase todos eles trocaram-no por metais preciosos ou por outras mercadorias de valor real, que levaram ou fizeram levar para o exterior. A perda daí resultante para a França foi quase tão grande quanto teria sido se fossem reembolsados em valor efetivo, pois o papel-moeda ainda não havia sofrido uma depreciação muito grande. Mesmo quando um cidadão não emigra, é impossível impedir a expatriação de sua fortuna se estiver firmemente decidido a fazer com que vá para o exterior.

A Natureza e o Uso das Moedas

Numa sociedade pouco civilizada, uma pessoa não produz tudo o que é necessário para suas necessidades. É raro, inclusive, que uma única pessoa crie um produto completo. Mesmo, porém, que cada produtor realizasse sozinho todas as operações produtivas necessárias para completar um produto, suas necessidades não se limitariam a uma só coisa, sendo, ao contrário, extremamente variadas. Cada produto, por conseguinte, é obrigado a obter todos os outros objetos de seu consumo trocando as coisas de uma só espécie, que produz além do que necessita, pelos outros produtos que lhe são necessários.

Podemos, de passagem, observar aqui que, visto que cada pessoa só guarda para seu uso a menor parte do que produz, o jardineiro, a menor parte dos legumes que cultiva, o padeiro, a menor parte do pão que cozinha, o sapateiro, a menor parte dos calçados que fabrica, e assim por diante, podemos observar, dizia, que a maior parte ou quase a totalidade dos produtos da sociedade só é consumida em consequência de uma troca.

É por essa razão que alguns acreditaram, erroneamente, que as trocas constituíam o fundamento essencial da produção das riquezas. Ora, as trocas só figuram acessoriamente na produção. Basta ver que, se cada família (como há exemplos em certas localidades do oeste dos Estados Unidos) produzisse a totalidade dos objetos de seu consumo, a sociedade poderia funcionar dessa maneira, embora não se fizesse nenhum tipo de troca.

Faço essa observação, aliás, exclusivamente para que voltemos a idéias corretas acerca dos primeiros princípios. Avalio o quanto as trocas favorecem a extensão da produção e, de resto, comecei, justamente, por afirmar que elas são indispensáveis num estágio avançado das sociedades.

Depois de ter estabelecido a necessidade das trocas, detenhamo-nos por um momento e consideremos quão difícil seria para os diferentes membros de que nossas sociedades se compõem e que, na maioria dos casos, são produtores num único tipo de produção ou, pelo menos, num número reduzido de tipos, ao passo que todos, mesmo os mais indigentes, são consumidores de vasto número de produtos diferentes — quão difícil seria, dizia, se, para trocarem o que produzem pelas coisas de que precisam, fosse necessário que as trocas se fizessem *in natura* [sem intermediação monetária].

O cuteleiro, para ter pão, iria ao padeiro a quem ofereceria facas. Ora, o pa-

deiro já possui facas; o que ele pede é uma roupa. Para tê-la, daria de bom grado pão ao alfaiate. Mas este não precisa desse produto; ele gostaria de ter carne; e assim por diante, ao infinito.

Para suprimir essa dificuldade, o couteleiro, já que não pode fazer com que o padeiro aceite uma mercadoria de que não necessita, procurará, pelo menos, oferecer-lhe uma mercadoria que o padeiro possa, por sua vez, trocar facilmente por todos os artigos de que possa vir a precisar. Se existir na sociedade uma mercadoria procurada, não em razão dos serviços que, em si mesma, dela possamos tirar, mas em razão da facilidade encontrada em trocá-la por todos os produtos necessários ao consumo, uma mercadoria tal que possamos adequar exatamente à quantidade que entregamos dela ao valor do que se deseja ter — será somente essa mercadoria que nosso couteleiro procurará obter em troca de suas facas, porque a experiência lhe ensinou que, com ela, obterá facilmente, mediante outra troca, pão ou qualquer outro artigo de que possa precisar.

Essa mercadoria é a *moeda*.¹

As duas qualidades que, dada a igualdade de valor, levam, em geral, a preferir a moeda corrente no país a qualquer outra espécie de mercadoria, são, portanto:

1) De poder (sendo autorizada pelo uso e pelas leis a servir de intermediário nas trocas) convir a todos aqueles que têm alguma troca ou compra a realizar, isto é, a todo o mundo. Estando cada um certo, ao oferecer moeda, de oferecer uma mercadoria que convirá a todo o mundo, está por isso mesmo certo de poder obter, mediante uma única troca — que se chama *compra* — todos os objetos de que poderá precisar. Ao contrário, se estiver bem provido de qualquer outro produto, não estará seguro de que seu produto convenha ao possuidor do produto que deseja. Para obtê-lo, será obrigado a realizar duas trocas: primeiro, uma *venda* e, depois, uma *troca*, mesmo supondo todos esses valores exatamente iguais.

2) A segunda qualidade que leva a preferir a moeda é que ela pode subdividir-se de maneira a formar um valor exatamente igual ao valor que se quer comprar, de tal maneira que ela convém a todos aqueles que têm compras a fazer, seja qual for o valor da compra. As pessoas procuram, então, trocar o produto que têm em excesso (que é, em geral, aquele que fabricam) por numerário, porque, além do motivo acima, estão certas de poder obter, com o valor do produto vendido, um outro produto idêntico apenas a uma fração ou a um múltiplo do valor do objeto vendido; e ainda, porque podem comprar à vontade, várias vezes e em diversos lugares, os objetos que desejam ter em troca do objeto que venderam.

Numa sociedade bem avançada, em que as necessidades de cada um são variadas e numerosas e onde as operações produtivas estão repartidas entre muitas mãos, torna-se ainda maior a necessidade das trocas; essas tornam-se mais complicadas, sendo, por conseguinte, mais difícil executá-las *in natura*. Se um homem, por exemplo, em lugar de fazer uma faca inteira, não faz mais do que cabos de faca, como acontece nas cidades em que a fábrica de cutelaria tem grandes dimensões, esse indivíduo não produz uma só coisa que lhe possa ser útil. Que faria ele, com efeito, com um cabo de faca sem lâmina? Não poderia consumir a mínima parte do que produz. É absolutamente necessário que troque a totalidade do que

¹ Segundo o uso costumeiro, muitas vezes chamamos a moeda, quando é feita de metais preciosos, de *numerário*, *dinheiro* ou *espécie*. Pretendo tratar aqui exclusivamente das moedas em geral, sem me ocupar ainda da matéria de que são feitas.

produz pelas coisas que lhe são necessárias: por pão, carne, tecidos etc. Ora, nem o padeiro, nem o açougueiro, nem o tecelão precisam, de modo nenhum, de um produto que só poderia convir ao manufator de cutelaria, e este, por sua vez, não poderia dar em troca carne ou pão, pois não os produz. É preciso, por conseguinte, que ofereça uma mercadoria que, segundo o costume do país, possa ser facilmente trocada pela maioria dos outros produtos.

Assim, a moeda é tanto mais necessária quanto mais civilizado é o país e quanto mais adiantada nele for a separação das ocupações. A história, contudo, dá exemplos de nações consideravelmente avançadas em que se ignorava o uso de uma mercadoria-moeda, como foi o caso dos mexicanos.² Apesar disso, na época em que foram subjugados por aventureiros espanhóis, já começavam a utilizar grãos de cacau como moeda nas pequenas operações comerciais.

Afirmo acima que é o costume e não a autoridade governamental que faz com que determinada mercadoria e não outra seja moeda. Com efeito, ainda que a moeda seja cunhada em forma de escudos, o Governo (pelo menos nos períodos em que a propriedade é respeitada) não obriga ninguém a dar sua mercadoria em troca de escudos. Se, ao fazer um negócio, concordamos em receber escudos em troca de outro artigo, não é por consideração ao cunho. Damos e recebemos moedas com tanta liberdade quanto qualquer outra mercadoria e, sempre que julgamos preferível, trocamos um produto por outro ou então por um lingote de ouro ou prata que não foi cunhado em moeda. Por conseguinte, é exclusivamente porque sabemos, por experiência, que os escudos convirão aos proprietários das mercadorias de que poderemos necessitar, que nós mesmos aceitamos escudos em detrimento de qualquer outra mercadoria. Essa livre preferência é a única autoridade que confere aos escudos o uso de moeda. Se tivéssemos razões para acreditar que, com uma mercadoria diferente dos escudos, com trigo, por exemplo, poderíamos comprar mais facilmente as coisas que julgamos poder precisar, recusaríamos entregar nossa mercadoria por escudos; pediríamos trigo em troca.³

A mesma liberdade que tem todo homem de dar ou não sua mercadoria em troca de moeda, exceto no caso de espoliação arbitrária ou de roubo, faz com que seja impossível que o valor da moeda seja fixado por meio de leis. Ele é determinado pelo livre acordo que se estabelece entre o vendedor e o comprador. Esse valor é maior quando o vendedor concorda em entregar maior quantidade de uma mercadoria qualquer pela mesma soma de moeda ou então em receber uma soma menor pela mesma quantidade de mercadoria. Caso contrário, o valor é menor. No entanto, aos motivos que temos de receber moeda e de atribuir-lhe valor, a lei acrescenta outro, especificando certos casos em que impõe a obrigação de pagar em moeda, em especial no pagamento das contribuições públicas.

É esse o fundamento da moeda. Não se deve ver nessas considerações simples especulações curiosas. Para serem bons, todos os raciocínios, todas as leis e todos os regulamentos devem levar em conta a natureza das coisas às quais se aplicam. Ora, assim me parece ser a natureza das moedas.

² RAYNAL. *História Filosófica e Política*. Livro Sexto.

³ Quando os negros das margens do Gâmbia começaram a tratar com os europeus, a coisa que mais valorizavam era o ferro, pois servia-lhes para fabricar instrumentos de guerra e de cultivo. O ferro tornou-se o valor com o qual passaram a comparar todos os demais. Rapidamente, passou a só figurar como referência nos negócios e, nessas paragens, trocava-se uma barra de fumo, composta de 20 ou 30 folhas, por uma barra de rum, composta de 4 ou 5 pintes,* dependendo da maior ou menor abundância da mercadoria. Nesse país, todas as mercadorias desempenham o papel de moeda em relação umas às outras. Isso não impede, entretanto, nenhum dos inconvenientes das trocas *in natura*, que são, principalmente, o de não poder oferecer uma mercadoria de que é sempre fácil desfazer-se e, ao mesmo tempo, capaz de equiparar-se, em quantidade e valor, ao valor de todos os produtos. (Ver a *Viagem de Mungo Park à África*, t. I, cap. II.)

* Pinte — Medida francesa equivalente a 0,93 litros. (N. do E.)

Para esclarecer as qualidades essenciais da moeda, bem como os principais acidentes que podem ter relações com ela, tomarei essas questões como objeto de capítulos específicos. Apesar dessa divisão, farei todo o esforço para que o espírito do leitor que me conceder alguma atenção possa seguir facilmente o fio que as liga, podendo, a seguir, agrupá-las de modo a compreender todo o jogo desse mecanismo e a natureza das perturbações que, às vezes, nele introduzem as tolices dos homens ou o acaso dos acontecimentos.

A Matéria de que São Feitas as Moedas

Se, como vimos, o uso das moedas limita-se a servir de intermediário na troca de mercadoria que se quer vender pela mercadoria que se quer comprar, a escolha da matéria das moedas tem pouca importância. Essa mercadoria não é um objeto de consumo. Não a procuramos para utilizá-la como alimento, móvel ou abrigo. Procuramo-la para revendê-la, por assim dizer, para dá-la novamente em troca de um objeto útil, assim como a recebemos em troca de um objeto útil. Ora, visto que a devolvemos sem alterações sensíveis, visto que basta que outra pessoa consinta em recebê-la nas mesmas condições em que a recebemos, ela poderia ser, indiferentemente, de ouro, de prata, de couro ou de papel e preencher igualmente bem sua função.

Existem, porém, matérias mais apropriadas do que outras às funções de moeda. Qualquer substância que não reúna as qualidades desejadas para isso será de uso incômodo; nesse caso, não se pode esperar que esse uso se estenda até bem longe e dure bastante tempo.

Homero conta que a armadura de Diomedes custara nove bois. Se um guerreiro quisesse comprar uma armadura que valesse apenas a metade desta, como faria para pagar quatro bois e meio?¹ É necessário, portanto, que a mercadoria que serve de moeda possa, sem alteração, equiparar-se aos diversos produtos que se possam querer adquirir em troca, dividindo-se em frações suficientemente pequenas para que o valor que se dá possa ser igual ao valor do que se compra.

Dizem que o sal serve de moeda na Abissínia. Se o mesmo uso existisse na França, ir ao mercado exigiria que levássemos conosco uma montanha de sal para pagarmos nossas provisões. É preciso, por conseguinte, que a mercadoria que serve de moeda não seja tão comum que só se possa trocá-la carregando massas enormes dessa mercadoria.

¹ Encontrei esse exemplo em Adam Smith. A esse respeito, porém, Garnier observa, em minha opinião com muita razão, que Homero pretende falar aqui, não de bois reais, mas de peças de moeda que trazem a marca de um boi. Segundo Plutarco, Teseu fez cunhar em Atenas peças de prata com essa marca. Chamava-se *talento ático* ou *talento eubóico* (do bom boi) o talento que era pago nessa moeda porque sua proporção de prata era excelente. Ainda hoje, nos museus numismáticos, temos peças de cobre dos primeiros tempos de Roma que trazem o cunho do boi. Geralmente, o uso faz com que se dê à peça um nome tirado de seu cunho. Assim, tivemos, sob São Luís, *agneis* de ouro, nome tirado da imagem de um cordeiro (*agneau*) impressa nessas moedas; sob Luís XII, tivemos *testons*, assim chamados por causa da cabeça (*tête*) do rei; *florins*, nome derivado do cunho de uma flor; *escudos*, denominação tirada da representação de um escudo armoado etc.

Dizem que, na Terra Nova, usam-se bacalhaus secos à guisa de moeda, e Smith menciona um vilarejo da Escócia onde se utilizam pregos para esse uso.² Além dos vários inconvenientes a que estão sujeitas essas matérias, sua massa pode ser rapidamente aumentada quase à vontade, o que levaria, em pouco tempo, a uma grande variação em seu valor. Ora, as pessoas não estão dispostas a receber habitualmente uma mercadoria que, de um momento para outro, pode perder a metade ou 3/4 de seu valor. Assim, é necessário que a mercadoria que serve de moeda seja de extração suficientemente difícil para que os que a recebem não temam vê-la aviltada em muito pouco tempo.

Nas Maldivias e em certas partes da Índia e da África, usa-se como moeda uma concha chamada *cauri*, sem nenhum valor intrínseco, exceto entre esses povos, que as utilizam como enfeite. Essa moeda não seria adequada para nações que comerciassem com grande parte do globo, pois achariam muito incômoda uma mercadoria-moeda que, fora dos limites de determinado território, não teria mais valor. As pessoas encontram-se tão mais dispostas a receber uma mercadoria em troca quanto maior é o número de lugares em que essa mesma mercadoria é aceita do mesmo modo.

Não é de surpreender, portanto, que quase todas as nações comerciantes do mundo tenham escolhido os metais para lhes servir de moeda. Ora, basta que as mais industriosas e mais comerciantes dentre elas tenham feito essa escolha para que fosse conveniente às outras fazer o mesmo.

Nas épocas em que eram raros os metais mais comuns hoje em dia, as pessoas contentavam-se em usá-los. A moeda dos lacedemônios era de ferro e a dos primeiros romanos era de cobre. À medida que se extraiu da terra uma quantidade maior de ferro ou de cobre, essas moedas passaram a apresentar os inconvenientes ligados aos produtos de valor muito reduzido³ e, assim, desde muito tempo, os metais preciosos, isto é, o ouro e a prata, passaram a ser a moeda mais geralmente adotada.

Os dois são particularmente apropriados para esse uso: dividem-se em quantas parcelas pequenas forem necessárias e podem ser novamente reunidas sem perder sensivelmente nem seu peso nem seu valor. Podemos, portanto, equiparar sua quantidade ao valor da coisa que compramos.

Em segundo lugar, os metais preciosos apresentam qualidade uniforme por toda a terra. Um grama de ouro puro, quer extraído das minas da América ou da Europa, quer dos rios da África, é exatamente igual a outro grama de ouro puro. O tempo, o ar e a umidade não alteram essa qualidade e o peso de cada parcela de metal constitui, por conseguinte, uma medida exata de sua quantidade e de seu valor comparada com qualquer outra parcela: dois gramas de ouro têm um valor que é o dobro exato de um grama do mesmo metal.

A dureza do ouro e da prata, sobretudo por meio das ligas que ambos comportam, torna-os resistentes a um atrito bastante considerável; isso torna-os adequados para uma circulação rápida, embora, sob esse aspecto, sejam inferiores a muitas pedras preciosas.

Não são nem muito raros nem, por conseguinte, muito caros, de maneira que a quantidade de ouro ou de prata, equivalente à maioria das mercadorias, seja imperceptível por sua pequenez. Ao mesmo tempo, ainda não são suficientemente banais a ponto de ser necessário transportar uma quantidade imensa deles a fim

² *A Riqueza das Nações*. Livro Primeiro. Cap. IV.

³ As leis da Lacedemônia oferecem uma prova do que disse, a saber, que a autoridade da lei não pode bastar para estabelecer o curso da moeda. Licurgo quis que a moeda fosse de ferro, precisamente para que não fosse possível reunir nem transportar com facilidade uma grande quantidade. Ora, como precisamente isso contrariava um dos principais usos da moeda, sua lei foi violada. No entanto, Licurgo foi o mais obedecido dos legisladores.

de transportar um grande valor. Essas vantagens reunidas são tais que os homens que têm mercadorias a vender recebem de bom grado metais preciosos em troca, persuadidos de que estes, a seguir, serão aceitos de preferência a qualquer outro valor em troca das mercadorias que quiserem comprar.

Essa preferência aumenta fortemente por causa da marca com a qual a maioria dos Governos reveste as peças para facilitar-lhes a circulação, marca esta que dá ao vendedor certa segurança com respeito ao peso e ao grau de pureza dos pedaços de metal. Se fosse necessário pesá-los, surgiriam inúmeras dificuldades em razão da inabilidade das pessoas e da imperfeição de seus instrumentos. Além disso, essas operações seriam insuficientes. Ao serem misturados com outros metais, o ouro e a prata sofrem uma alteração imperceptível a um simples exame superficial. Para reconhecê-la, é necessário fazer com que sofram uma delicada e complicada operação química. A arte do moedeiro, que reduz os metais a um título conhecido e que os divide em peças cujo peso é igualmente conhecido, acrescenta, portanto, uma qualidade nova àquelas que tornam os metais preciosos eminentemente apropriados para servirem de moeda. São essas qualidades que os fazem procurados para esse uso e não, como já observamos, a autoridade das leis e do Governo.

Essas qualidades, no entanto, seriam insuficientes para assegurar a circulação das moedas se não tivessem, por si mesmas, um valor próprio, valor este que todos os que as recebem supõem conservar-se pelo menos até o momento em que deverão utilizá-las para uma compra. A origem desse valor e as causas que o fazem variar dão margem a considerações cuja importância exige um outro capítulo.

Origem do Valor das Moedas¹

Sendo a moeda apenas um instrumento que serve para facilitar nossas trocas, a quantidade de moeda de que um país precisa é determinada pela soma das trocas que as riquezas do país e a atividade de sua indústria acarretam necessariamente. No curso habitual das coisas, não se trocam mercadorias umas pelas outras sem nenhum motivo e simplesmente por trocar, mas para fazer com que as mercadorias trocadas sirvam à produção ou ao consumo do país. Quando a produção é mais ativa ou quando o consumo é mais amplo, há mais trocas a fazer, tornando-se necessária uma soma maior de moeda. Em outros termos, não é a soma das moedas que determina o número e a importância das trocas; ao contrário, é o número e a importância das trocas que determinam a soma de moeda necessária.

Dessa natureza das coisas resulta que, se tudo o mais permanece inalterado nas condições do país, o valor da moeda diminui na proporção da maior quantidade de moeda posta em circulação. Com efeito, admitindo-se que o numerário que atualmente circula na França eleve-se a 2 bilhões de francos, se, por uma causa qualquer, esse número de francos ascendesse de repente a 4 bilhões, a quantidade de produtos e mercadorias posta à venda permanecendo a mesma, torna-se evidente que a oferta de mercadorias à venda não aumentaria, ao passo que, para cada objeto à venda, oferecer-se-ia o dobro de francos atualmente oferecidos. Os 4 bilhões não valeriam mais do que os 2 bilhões, valor atual, e cada franco valeria apenas 50 centimos. Visivelmente, essa suposição é extrema e inadmissível. Mas não o é um aumento ou diminuição menos considerável e mais gradual da soma das unidades monetárias e um efeito proporcional em relação ao valor de cada unidade.

Em consequência do mesmo princípio, se a população do país se tornasse mais numerosa, sua produção e consumo mais consideráveis e se, por conseguinte, o país passasse a ter maior número de transações a concluir e de trocas a realizar, sem que tivesse aumentado o número das unidades monetárias, sendo estas mais procuradas e não sendo oferecidas em maior quantidade — em tal situação, o valor de cada unidade monetária cresceria na medida em que se acentuasse essa

¹ As variações ocorridas no sistema monetário da Inglaterra e os bons escritos por elas provocados tornaram necessárias modificações muito grandes nessa parte do *Tratado de Economia Política*, obra que o autor sempre procurou situar no nível dos progressos da ciência.

disparidade. Desses dois efeitos contrários pode surgir um número infinito das mais variadas combinações.

Apliquemos essas verdades fundamentais às moedas que podem ser feitas de diferentes matérias e, em primeiro lugar, às moedas de prata. As observações que obteremos a partir delas poderão, fazendo-se as correções necessárias, esclarecer-nos sobre as outras moedas.

Uma peça de 5 francos, de um lado, e um pequeno lingote do mesmo metal e do mesmo peso, de outro, são duas mercadorias um pouco diferentes entre si; ambas diferem como um produto fabricado difere da matéria-prima de que é feito. Se essa fabricação fosse livre para todos, limitando-se a autoridade pública a fixar o título, o peso e a marca que cada peça deve receber, construir-se-iam manufaturas de moeda até que fossem satisfeitas as necessidades que temos desse instrumento. A matéria-prima, a prata, possui, em cada país, um certo valor, determinado pelas mesmas causas que atuam sobre as outras mercadorias; a concorrência dos fabricantes reduziria os custos de fabricação à taxa mais baixa; e, a essa taxa, as necessidades de circulação determinariam o número de peças que se poderiam fabricar com lucro. Se os manufatores produzissem um número maior, aviltariam sua mercadoria e perderiam; se fabricassem uma quantidade muito pequena, o valor das moedas aumentaria acima dos custos de produção, provocando uma fabricação mais volumosa. A fabricação de moedas, porém, não está entregue a uma livre concorrência. Sabe-se, ao contrário, que a autoridade pública, em todos os países, reservou-se o exercício exclusivo desse tipo de manufatura; seja porque queira, em razão do monopólio, conseguir lucro extraordinário, como o que tira, em certos lugares, do monopólio do fumo; seja, ao contrário, porque deseja oferecer a seus súditos uma garantia mais digna de sua confiança do que lhes daria uma manufatura pertencente a particulares. Com efeito, por mais fraudulenta que muitas vezes tenha sido, a garantia dos governos convém mais ao povos do que uma garantia privada, tanto em razão da uniformidade que uma fabricação homogênea permite conferir às peças, como porque seria talvez ainda mais difícil, se a fabricação fosse efetuada por particulares, reconhecer a fraude.

Seja como for, essa circunstância introduz uma relação até certo ponto arbitrária entre o preço do lingote e o preço das peças. Às vezes, o governo julga apropriado fabricá-las gratuitamente, como na Inglaterra e na Rússia, onde se dá, aos que carregam lingotes à guisa de moeda, um peso igual em peças de moeda, sem nada guardar pela troca. Por isso, nesses países, as peças de moeda não valeriam mais do que o lingote, não fosse por uma circunstância que faz com que a moedagem, que não dá nada ao Governo, não seja inteiramente livre para o particular. Com efeito, este perde os juros de sua matéria-prima a partir do instante em que confia sua prata às oficinas monetárias até aquele em que a recebe de volta. Não fosse a perda daí resultante, é evidente que utilizariam a casa da moeda, não somente para terem moedas, mas, principalmente, para conseguirem, sem despesas, um metal dotado de um título uniforme e com uma etiqueta digna de confiança, o que facilitaria muito seu emprego, ainda que não se quisesse usá-lo como moeda. Mesmo apesar dessa perda de juros que se tem na casa de moedas da Inglaterra, interessou muitas vezes aos especuladores levarem moedas inglesas para o exterior, onde não desempenhavam o papel de moeda, mas o de lingotes dotados de um título uniforme e conhecido. Antes da Revolução Francesa, era freqüente encontrar quinêus no comércio de metais preciosos que se realizava na França. Em consequência disso, o Governo inglês obrigava seus contribuintes a suportar os custos de fabricação sem que usufríssem da totalidade da moeda que resultava desses custos, parte dos quais era lucro dos negociantes estrangeiros. O mesmo resultado surgiu novamente quando os ingleses fizeram nova moeda de ouro chamada

soberano. Sob esse aspecto, os ingleses são vítimas de seu respeito bizantino pelos seus próprios costumes antigos.

Até certo ponto, o mesmo inconveniente se manifesta na França; não que a moedagem seja inteiramente gratuita entre nós, mas porque seu lucro é deixado, em cada casa de moedas, a um empresário, impropriamente chamado de *diretor*. O Governo, porém, permanece encarregado pelos custos de administração e de vigilância, de manutenção das construções e das grandes máquinas, bem como dos juros do capital que essas coisas representam.

Nos casos que acabo de mencionar, o valor da moeda não é tão alto quanto seria se fosse fabricada por particulares, pois nenhum deles dispor-se-ia a sofrer as perdas que os Governos consentem em suportar. Na França, a diferença em valor entre a prata em lingote e a prata em moeda não ultrapassa, em geral, 1% em favor da prata em moeda, diferença que é muito pequena para cobrir os custos de fabricação.

Em outras épocas e em outros países, os Governos pensavam poder reter, sobre os metais levados às suas oficinas, além de seus custos de fabricação, um direito regalista que chamaram de *direito de senhoriagem*. No caso de que estamos tratando, entretanto, o Governo não é mais do que um manufator. A origem de seu lucro só pode encontrar-se na diferença de valor que se manifesta entre a matéria-prima e o produto fabricado. Esse valor, no entanto, não depende das leis do Governo nem de uma fixação de valor que independe dele, mas da situação da sociedade, da vontade livre dos contratantes e do preço corrente das mercadorias. Vê-se, assim, que os direitos de fabricação, os direitos de senhoriagem, dos quais tanto se falou, são absolutamente ilusórios e que os Governos não podem, mediante decretos, determinar os lucros que obterão com as moedas.

O Governo pode, sem dúvida, decidir não mais cunhar nenhuma moeda, a menos que o particular que lhe traga metal para ser transformado em moeda lhe entregue 5 onças de prata a cada 100 que passarem por suas balanças. Deve-se observar, entretanto, que, se, na cotação do mercado, as 100 onças fabricadas não valerem, para seu possuidor, tanto quanto 105 onças em lingotes, ele os guardará e as oficinas de moeda permanecerão paradas. Por outro lado, se o Governo, a fim de ocupar suas balanças, compra suas próprias matérias e se descobre, depois de cunhar essas 100 onças, que elas só podem, em moeda, comprar 102 onças em lingotes, ele ganhará apenas 2% em sua fabricação, seja qual for a lei.²

O único meio que têm os Governos de aumentar seus lucros sobre a moedagem consiste em prevalecer-se do privilégio de fabricar com exclusividade, diminuindo o abastecimento do mercado e suspendendo a fabricação até que as moedas, tornando-se mais raras, tenham adquirido mais valor em relação às outras mercadorias. Dessa maneira, a necessidade de moeda, fazendo com que seja mais intensamente procurada, seu valor aumenta e a quantidade que passa a ser oferecida por um quilograma de prata é menor, exatamente como acontece com qualquer outra mercadoria. É possível, então, que se consiga, por 190 francos em escudos, por 180 e até por menos, um quilograma de prata que poderia alcançar

² Se se objetasse aqui o direito de 11,5%, que o Governo espanhol, como o afirma Humboldt, fazia-se pagar no México pela fabricação das piastras, direito esse que excedia de muito os custos de moedagem, propiciando grande renda à coroa da Espanha, pediria que se observasse que não se trata, nesse exemplo, apenas de um direito de moedagem, mas de um direito de extração. Sendo as minas numerosas e quase todas exploradas por particulares, o Governo, desconhecendo qualquer meio de impedir que grande quantidade de metal de prata fosse subtraída aos direitos que se pretendia impor sobre sua extração, achara mais simples proscrever completamente seu comércio, a menos que o metal fosse transformado em piastras. Toda a prata em lingote era considerada contrabando. Era forçoso, então, fazê-la cunhar em piastras nas casas de moeda para não encontrar-se em situação de fraude. Era uma lei fiscal como aquela que sujeita os jomais a um selo e não uma lei monetária.

200 francos em escudos. Seja como for, o lucro sempre consistirá apenas na diferença que se manifestar entre o preço do lingote e o da moeda.

Aparentemente, no entanto, os Governos não se prevalecem desse privilégio que eles têm de abastecer imperfeitamente com espécie a circulação do país. Isso não pode acontecer sem provocar certa escassez de moeda, o que ocasiona no público o emprego de signos representativos de que mais adiante trataremos. Os empregados das moedas sempre estão, quanto a eles, pressurosos em fabricar, seja para parecerem úteis, seja para aproveitarem de um *tanto por cento* que é dado a muitos deles sobre os metais que passam pelos cadinhos ou pelas balanças. Talvez os Governos, por outro lado, sejam muito maus negociantes para avaliarem completamente seus custos de produção e, em particular, o valor capital das casas de moedas. Assim, depois de considerarem como perdas as somas que a elas consagraram e, talvez também, os numerosos salários de seus empregados, passam a correr atrás do benefício que resulta da fabricação corrente, embora seja completamente insuficiente para reembolsar os salários e o juro dos capitais aplicados na empresa. Na realidade, o valor da prata em moeda, ao que parece, não ultrapassa, em nenhum país, o valor da prata em lingote, de maneira a ultrapassar os custos de fabricação.

Se o Governo recebesse completa indenização pelos custos de fabricação e se a moedagem não custasse absolutamente nada para os contribuintes, jamais haveria por que queixar-se da exportação de espécie. Seria, inclusive, tão benéfica para a riqueza nacional quanto a exportação de qualquer outro produto manufaturado. Trata-se de um ramo da ourivesaria e não há dúvida de que uma moeda bem cunhada a ponto de não poder ser facilmente falsificada, além de ser submetida a cuidadosas experiências e pesada com precisão, poderia tornar-se de uso corrente em vários lugares do mundo. Assim, o Estado que a fabricasse obteria com ela um lucro que não é de modo algum desprezível. Os ducados da Holanda são procurados em todo o Norte por um valor superior ao seu valor intrínseco e as piastras da Espanha foram fabricadas de maneira tão regular e fiel que passaram a ter cotação de moeda, não somente em toda a América, mas também na república dos Estados Unidos e numa parte considerável da Europa, da África e da Ásia.³

As piastras, aliás, oferecem um exemplo curioso do valor que o cunho confere ao metal. Quando os americanos dos Estados Unidos quiseram fabricar seus dólares, que não são outra coisa que piastras, contentaram-se em fazer com que as piastras passassem por suas balanças, isto é, sem mudar nada em seu peso e em seu título, apagaram a marca espanhola para imprimir a sua. A partir desse momento, os chineses e outros povos da Ásia não mais quiseram recebê-las pelo mesmo valor: 100 dólares não compravam mais a mesma quantidade de mercadoria que se obtinha por 100 piastras. Embora bastante esclarecido sob outros aspectos, o Governo americano, que ainda estava imbuído do preconceito do balanço comercial, prevaleceu-se desse fato para interromper a exportação de espécie para a Ásia. Ordenou que só fossem exportados os dólares dos Estados Unidos. Dessa maneira, depois de fazer despesas para diminuir o valor de uma parte das piastras espanholas, pretendeu que elas fossem empregadas justamente naquele uso para

³ Se a moedagem, na França, não custasse mais do que rende, a França poderia orgulhar-se de ver os escudos de 5 francos que cunhou a partir da Revolução, graças à sua regularidade, circular como moeda corrente em vários países estrangeiros. A boa acolhida que recebem seria ainda mais acentuada se as diversas revoluções que sobrevieram na França não tivessem freqüentemente modificado a efígie desses escudos. Um cunho diferente faz com que os povos que não conhecem nossas leis temam que alguma coisa tenha mudado no peso ou no título das peças. Um país que, sobre essa questão, consultasse mais os interesses gerais do que a vaidade do monarca, imprimiria marcas em suas moedas, sem necessidade de mudá-las tais como emblemas tirados do comércio.

o qual o próprio Governo impediu que fossem utilizadas, a saber, o de usá-las nas relações comerciais com os povos que não as valorizavam.

Era necessário permitir que se levasse o valor para o exterior, qualquer que fosse a forma desse valor, capaz de trazer de volta os maiores retornos. E, para isso, podia-se confiar no interesse privado.

E que dizer do Governo espanhol, cuja fidelidade na impressão de suas piastras dava-lhes, no exterior, um valor bem superior a seu valor intrínseco, que, em virtude da espécie de monopólio de que seus Estados da América usufruíam em relação a essa mercadoria, podia impor pesados impostos sobre sua extração e que, apesar disso, proibia uma exportação tão lucrativa para seus povos e para si próprio?

Embora fabricando moeda e não sendo obrigado a fabricá-la gratuitamente, o Governo, contudo, não pode, com justiça, deduzir os custos de fabricação das somas que paga ao executar seus compromissos. Suponhamos que esteja comprometido a pagar, por determinados fornecimentos que lhe foram feitos, uma quantia de 1 milhão; nesse caso, não pode, com equidade, dizer ao fornecedor: “Comprometi-me a pagar-lhe 1 milhão, mas vou pagar em moeda que sai debaixo da balança e vou deduzir dessa soma 20 mil francos, mais ou menos, pelos custos de fabricação”.

O sentido de todos os compromissos assumidos pelo Governo ou pelos particulares é o seguinte: *Comprometo-me a pagar tal soma em moeda fabricada e não tal soma em lingotes.* A troca que serve de base desse negócio foi feita em razão de que um dos contratantes dava, por seu lado, um artigo um pouco mais caro do que a prata, isto é, prata cunhada em escudos. O Governo deve, portanto, prata em moeda; foi obrigado a comprar tendo isso em conta, isto é, a obter maior quantidade de mercadoria do que se se tivesse comprometido a pagar em prata-lingotes. Nesse caso, beneficia-se dos custos de fabricação no momento em que conclui o negócio, no momento em que obtém uma quantidade de mercadoria maior do que se tivesse feito seus pagamentos em lingotes. Só deve fazer pagar ou reter em prata os custos de fabricação no momento em que lhe trazem metal para a fabricação de moeda.

Vimos de que maneira e até que ponto os Governos, em virtude do privilégio que se atribuíram a si mesmos — creio que com razão — de fabricar com exclusividade as moedas, podem fazer disso um objeto de lucro. Vimos, ao mesmo tempo, que praticamente não se prevalecem disso e que, por todo o país, o valor de uma peça de moeda ultrapassa de pouco o de um pequeno lingote do mesmo peso e qualidade. Podemos nos convencer disso verificando qual é o preço corrente do lingote pago em peças de moeda. Por outro lado, podemos considerar como um fato constatado que jamais as peças de moeda caem abaixo do valor de sua matéria-prima. A razão disso é simples. Se, em razão de uma superabundância de espécie, um escudo de 5 francos diminuísse de valor até valer um pouco menos do que um pequeno lingote com o mesmo peso e a mesma qualidade, os especuladores transformariam, através da fundição, o escudo em lingote. Isso diminuiria o número dos escudos até o momento em que, tendo se tornado mais raros e mais preciosos, não haveria mais vantagem em fundi-los.

Se o valor de uma moeda de prata jamais cai abaixo do valor de um lingote do mesmo peso e qualidade e se, por motivos que tivemos oportunidade de examinar, tampouco se eleva muito acima, podemos concluir que o valor do metal regula e governa o valor da moeda e que as causas que determinam o valor do metal determinam, conseqüentemente, o valor das peças de moeda que com ele são feitas. É por isso que muitas vezes se confunde a variação dos valores monetários com a variação dos valores metálicos. Uma alteração no peso e no título das moedas sempre causa uma alteração em seu valor.

Ora, quais são as causas do valor do metal? As mesmas que determinam o valor de todos os outros produtos: a necessidade que deles se tem, limitada pelos custos de produção. A utilidade do metal de prata, que é o primeiro fundamento de sua demanda, consiste nos serviços que pode prestar, quer como moeda, quer como metal próprio para fazer utensílios e ornamentos. As vantagens que foram reconhecidas em seu emprego como moeda fizeram com que fosse adotado para esse fim por todas as nações comerciantes um pouco ricas. Mesmo as nações cuja moeda é predominantemente em ouro ou em papel servem-se da prata para as outras que são instrumento de suas trocas. Esse uso duplo do metal de prata determina a extensão da demanda que dele se faz ao preço a que o elevam seus custos de produção. Todas as circunstâncias que tendem a diminuir a demanda tendem a diminuir seu valor, como, por exemplo, um declínio na indústria e na população do mundo. A sociedade humana, nesse caso, exigiria uma quantidade menor desse metal e não poderia mais fazer os mesmos sacrifícios para obtê-lo: as minas mais onerosas deixariam de ser exploradas. Por outro lado, se se descobrissem outras minas mais ricas do que as atualmente exploradas, se os processos de exploração se aperfeiçoassem e se tornassem menos dispendiosos, o valor do metal baixaria. Ora, visto que essa circunstância ampliaria seu uso, permitindo a maior número de famílias empregar utensílios de prata ou, pelo menos, empregá-los em maior número e visto que, tornando-se menos preciosas, as moedas seriam multiplicadas para responder às necessidades da circulação, conseqüentemente a demanda do metal de prata aumentaria à medida que seu preço se tornasse mais baixo. Sua baixa seria combatida por essa demanda, parando no ponto em que viesse a encontrar os custos de produção necessários à obtenção dessa quantidade de metal.⁴

Podemos aplicar às moedas feitas de outras matérias, com exceção da prata, os mesmos raciocínios que utilizei ao falar dela. Seu valor é sempre proporcional à quantidade de moeda que se põe em circulação, comparada com a quantidade que a circulação requer. Se as necessidades da circulação não aumentam e se aumenta o número das unidades monetárias, seu valor diminui. Se seu valor baixa aquém do valor de seus custos de produção, a matéria-prima incluída, o fabricante perde na sua fabricação. Quando a matéria-prima é de valor nulo, como quando se faz moeda de papel, o valor da moeda pode cair excessivamente, pois se pode então fabricá-la sem muitos custos de produção. Visto, porém, que o papel-moeda dá margem a considerações específicas, embora seu valor derive dos mesmos princípios, dedicarei a ele um capítulo à parte. No momento, basta-me assinalar que as moedas feitas de uma determinada matéria influem sobre as que são feitas de outro modo e que, ao multiplicar a quantidade das unidades monetárias que são de ouro, fazemos diminuir o valor daquelas que são de prata ou de cobre. Pode-se dizer o mesmo dos signos representativos da moeda, que, sem serem eles próprios moedas, produzem um efeito semelhante ao da multiplicação das unidades monetárias, já que satisfazem às mesmas necessidades.

⁴ Ricardo, Garnier e alguns outros autores sustentam que só os custos de extração determinam o preço dos metais, isto é, a maior ou menor quantidade de metais que se oferece em troca de qualquer outra coisa. Desconhecem, por conseguinte, a influência da necessidade sobre o valor do metal. Ora, isso equivale a contradizer a experiência mais solidamente constatada de todas, a que nos mostra diariamente que o valor das coisas aumenta pela demanda. O valor de um produto, é bem verdade, não ultrapassa os custos de sua produção. Mas, quando o público experimenta a necessidade de consumir uma quantidade maior de um produto, consente em pagar mais caro os serviços produtivos que o propiciam e, assim, os custos de produção tomam-se maiores. Não há dúvida de que, se, por circunstâncias quaisquer, aumentasse a necessidade que se tem de prata, seu preço aumentaria em relação ao de todas as demais mercadorias; procurar-se-ia explorar minas que não são atualmente exploradas porque seu produto não cobre os custos de extração. Esses custos tomar-se-iam maiores; os proprietários das minas atuais, os empresários de todas e seus fornecedores ganhariam mais, e esse encarecimento seria devido ao aumento da demanda. A necessidade que se teria dessa mercadoria faria com que se consentisse em pagar maiores custos de produção.

No caso das moedas metálicas, o metal mais precioso é o único que se considera como tendo valor intrínseco. A liga não guarda nenhum valor, pois, se quiséssemos decompô-la, não valeria os custos da operação.⁵

A moeda em circulação num país, seja qual for sua matéria, já que tem um valor que lhe é próprio e que nasce de seus usos, faz parte das riquezas desse país, exatamente como o açúcar, o anil, o trigo e todas as mercadorias que possui.⁶ Seu valor varia como o das demais mercadorias e consome-se como elas, embora mais lentamente do que a maioria. Não se pode, portanto, aceitar a maneira como Germain Garnier a representa quando afirma que,

“enquanto a prata permanece sob a forma de moeda, ela não é propriamente uma riqueza no sentido estrito da palavra, pois ela não pode *satisfazer a uma necessidade* ou a uma fruição de maneira direta e imediata”.

Um grande número de valores não são suscetíveis de satisfazer a uma necessidade ou a uma fruição sob sua forma atual. Um negociante possui uma loja inteira cheia de anil que não pode servir em seu estado natural nem para alimentar nem para vestir, sem por isso deixar de ser riqueza, que o negociante transformará, no momento em que desejar, em outro valor imediatamente próprio para o uso. A prata em escudos é, por conseguinte, uma riqueza exatamente como o anil em caixotes. De resto, a moeda, pelos seus usos, não satisfaz a uma das necessidades das nações civilizadas?

Na verdade, o mesmo autor, em outra passagem, confessa que,

“nos cofres de um particular, o numerário é uma verdadeira riqueza, uma parte integrante dos bens que possui e que pode consagrar às suas fruições; mas que, do ponto de vista da economia pública, esse numerário não passa de um instrumento de troca, inteiramente distinto das riquezas que ele serve para fazer circular”.⁷

Creio que o que disse basta para demonstrar, ao contrário, a analogia completa que existe entre o numerário e todas as demais riquezas. O que é riqueza para um particular também o é para uma nação, que não é mais do que a reunião das pessoas particulares, e o é igualmente aos olhos da Economia Política, que não deve raciocinar sobre valores imaginários, mas sobre aquilo que cada pessoa particular, ou todas elas reunidas, considera, não em seus discursos, mas em suas ações, como valores.

É uma prova adicional de que não há duas ordens de verdades nessa ciência, como tampouco nas outras: o que é verdadeiro para um indivíduo também o é para um Governo e para uma sociedade. A verdade é uma e uma só; só suas aplicações diferem.

⁵ Em nossa atual moeda de prata, há 1/10 de cobre por 9/10 de prata fina. O valor do cobre está para o da prata aproximadamente como 1 está para 80. O valor do cobre contido em nossa moeda de prata constitui, portanto, mais ou menos 8/100 do valor total de nossas peças de prata: 5/8 de centimo em 5 francos. Supondo-se que se desejasse separar o cobre da moeda, ele não pagaria os custos iniciais, sem falar do preço do acabamento da moeda que se perderia. Não é levado em conta, portanto, na avaliação da moeda. Numa peça de 5 francos, consideram-se apenas os 22 1/2 gramas de prata fina que nela se encontram, embora seu peso total seja de 25 gramas, incluindo-se o cobre.

⁶ Trata-se aqui do valor real da moeda determinado pela quantidade de coisas que ela pode comprar. Quando as unidades monetárias são em dobro, essa parcela de riquezas não é dupla se o valor das unidades monetárias caiu.

⁷ *Sinopse dos Principios de Economia Política*. Parte Primeira. Cap. IV, e na Advertência ao Leitor.

As Moedas Feitas de Diferentes Metais Não Podem Conservar uma Relação Fixa em seu Valor

As causas que influem sobre o valor das coisas e, em especial, a quantidade delas que é procurada pelo preço a que as levam seus custos de produção, não influem em mesmo grau sobre mercadorias diferentes nem em diferentes épocas, sobre a mesma mercadoria. Ora, metais diferentes são mercadorias diferentes; suas propriedades, seus usos são diversos. Não se pode empregar ouro em todos os casos em que se emprega prata. O ouro tem um peso e uma ductilidade que lhe são próprios. Sua raridade e os custos de sua extração levam-no a um preço que ultrapassa a despesa que muitas famílias podem consagrar a prover-se de colheres, garfos e vários outros utensílios de prata. A prata é, por conseguinte, muito mais procurada do que o ouro em relação à quantidade de ambos fornecida pelas minas. Humboldt pretende que a quantidade de prata fornecida tanto pelas minas da Europa como pelas da América esteja para a quantidade de ouro extraída como 45 está para 1.¹ O valor da prata, entretanto, não é 45 vezes menor do que o do ouro, mas apenas 15 vezes, aproximadamente. Unido a suas outras qualidades, esse preço melhor basta para levar a demanda de prata até um preço que permite aos empresários das minas menos fecundas serem indenizados, por esse preço, de seus custos de produção.

Circunstâncias diferentes acarretariam outras relações. Por exemplo, a descoberta de novas minas de ouro, mais abundantes e de exploração menos dispendiosa, poderia fazer com que o valor do ouro baixasse muito em relação a todas as outras mercadorias e, por conseguinte, em relação à prata.

Essas considerações não detiveram os Governos quando fabricaram suas moedas com vários metais diferentes. Declararam constante um fato variável e afirmaram: certa quantidade de prata, sempre a mesma, valerá 20 francos e certa quantidade de ouro, sempre a mesma, valerá também 20 francos. A natureza das coisas, porém, é mais forte do que as leis. Sob o Antigo Regime, a peça de ouro a que as leis atribuíam um valor de 24 libras *tournois*² era vendida correntemente a 25 libras e 8 soldos.³ Por isso, tinha-se o cuidado, na França, de não fazer em ouro os pagamentos com os quais se estava comprometido.

¹ *Essai Politique sur la Nouvelle-Espagne*. Edição in-octavo, t. IV, p. 222.

² *Tournois* — Diz-se da moeda cunhada, até o século XIII, em Tours (donde o nome), e, mais tarde, da moeda real francesa cunhada sobre o modelo da de Tours.

³ O decreto de 30 de outubro de 1785 ordenou que fossem refundidos os luíses de ouro e isso, diminuindo a quantidade de ouro fino que continham, reduziu seu valor, aproximadamente, ao valor de 24 libras *tournois* em prata.

Na Inglaterra, uma fixação diferente produziu efeitos contrários. Em 1728, a cotação natural das trocas havia estabelecido o valor relativo da prata fina e do ouro fino na proporção de 1 para 15 $\frac{9}{124}$ (ou, para fazer uma fração mais simples, para 15 $\frac{1}{14}$). Com 1 onça de ouro, compravam-se 15 $\frac{1}{14}$ onças de prata e vice-versa. A relação das moedas de ouro e de prata foi fixada nessa taxa; isto é, 1 onça de ouro em moeda chamava-se 3 libras 10 soldos e 17 $\frac{1}{2}$ dinheiros esterlinos e 15 $\frac{1}{14}$ onças de prata em moeda chamavam-se igualmente 3 libras 10 soldos e 17 $\frac{1}{2}$ dinheiros esterlinos. Isso equivalia, porém, a fixar uma proporção que, por natureza, é variável. A prata experimentou, sucessivamente, maiores demandas do que o ouro: difundiu-se o gosto pelas baixelas e pelos utensílios de prata; o comércio da Índia teve um impulso maior, levando prata em detrimento do ouro, porque, no Oriente, ela vale mais, em relação ao ouro, do que na Europa.⁴ Finalmente, o valor relativo da prata, no final do século passado, adquirira, em relação ao ouro, a proporção de 1 para 14 $\frac{3}{4}$ apenas. A tal ponto que a quantidade de moeda de prata que, cunhada em espécie, valia 3 libras 17 soldos e 10 $\frac{1}{2}$ dinheiros esterlinos podia, quando fundida em lingotes, ser vendida por 4 libras esterlinas contra moeda de ouro. Podia-se ganhar, portanto, ao fundi-la em lingotes e perdia-se ao efetuar pagamentos em espécies de prata. É por essa razão que, até o momento em que o Banco da Inglaterra, em 1797, foi autorizado a suspender seus pagamentos em espécies, todos os pagamentos eram feitos em ouro.

Posteriormente, passou-se a pagar somente em papel-moeda, pois uma libra esterlina de papel valia ainda menos do que uma libra esterlina de ouro, tal como as leis a fixavam.

O que acabamos de dizer acerca do ouro e da prata pode também ser dito a respeito da prata e do cobre e, em geral, do valor relativo de todos os demais metais. Dizer que a quantidade de cobre contida em 100 cêntimos vale tanto quanto a prata contida em 1 franco é tão pouco sensato quanto dizer que a quantidade de prata contida em 4 escudos de 5 francos vale tanto quanto o ouro contido numa peça de 20 francos.

No entanto, a proporção fixada pela lei entre o cobre e os metais preciosos não apresentou inconvenientes muito grandes, já que a lei não autorizou a pagar indiferentemente em cobre ou em metais preciosos as somas estipuladas em *libras esterlinas* ou em *francos*, de sorte que a prata ou o ouro são a única moeda com a qual se pode legalmente pagar as somas que ultrapassam o valor das peças de prata. Pode-se dizer que esses dois metais são as únicas moedas legais. As peças de cobre ou de *billon*⁵ são consideradas apenas como notas, espécie de bilhetes fiduciários, signos que representam uma peça de prata pequena demais para ser cunhada em moeda. Só conheço a China em que a moeda legal é de cobre e onde a prata utilizada representa cobre.

O Governo, que põe em circulação notas, as quais não passam de bilhetes fiduciários, sempre deveria trocá-las por prata, em estabelecimentos livremente abertos ao público, e sem nenhum entrave, desde que lhe trouxessem um número de bilhetes equivalente a uma peça de prata. Esse é o único meio de garantir que não permanecerão bilhetes nas mãos do público, além do que exigem as pequenas trocas e a exatidão do troco. Se permanecesse entre o público uma quantidade maior, dado que as peças de cobre não podem apresentar, para seu possuidor, as mesmas vantagens que o ouro ou a prata (que tais peças representam sem, contu-

⁴ Os viajantes pretendem que, na China, o valor do ouro, em relação ao da prata, está na proporção de 12 a 13 para 1 e, no Japão, de 8 a 9 para 1. Essas proporções, entretanto, certamente mudaram e, de qualquer maneira, aproximam-se das proporções da Europa e da América, em consequência dos volumosos transportes de metal de prata que se fazem na Ásia.

⁵ Chama-se *billon* uma liga na qual entra um quarto ou metade de prata fina e em que o resto é de cobre.

do, ter o mesmo valor que eles), as pessoas procurariam desfazer-se delas, quer vendendo-as com perda, quer pagando com essa moeda, de preferência, os pequenos produtos (que, por isso mesmo, encareceriam), quer, enfim, pondo essas peças nos pagamentos que devem fazer em proporção maior do que a exigida pela exatidão do troco.

O Governo, interessado em que não sejam vendidas com perda, visto que, caso contrário, disponha menos vantajosamente das que põe em circulação, permite, em geral, a terceira alternativa. Antes de 1808, por exemplo, era permitido, em Paris, pagar em moeda de cobre 1/40 das somas que eram devidas, o que produzia efeito semelhante a uma alteração no título das moedas. Visto que uma soma de moeda valia um pouco menos em razão dessa circunstância, os vendedores de todo tipo de mercadoria, que, embora sem conhecer as causas que influem sobre o valor das moedas, sabem muito bem o que elas valem, faziam seus preços levando tal fato em conta.

Um vendedor não se detém, armado de uma balança e de um cadinho, em verificar o título e o peso das moedas. Todavia, as pessoas que exercem o comércio de matérias de ouro e de prata ou outros ofícios análogos estão permanentemente ocupadas em comparar o valor dos metais preciosos contidos nas moedas com o valor corrente das mesmas, a fim de conseguir os benefícios que sua diferença pode propiciar; e as operações mesmas que executam a fim de obter esse benefício tendem sempre a fixar o valor corrente das moedas no nível de seu valor real.

A quantidade de cobre que se é obrigado a receber também influi sobre o câmbio com o exterior. Uma letra de câmbio resgatável em francos, em Paris, é certamente vendida menos cara em Amsterdam quando parte de seu valor deve ser paga em cobre, assim como valeria menos se o franco contivesse uma quantidade menor de prata fina e maior de liga.

É necessário observar, entretanto, que esse fato não faz baixar o valor da moeda em geral tanto quanto a liga, que não tem nenhum valor próprio, ao passo que a moeda de cobre que entrava em nossos pagamentos na proporção de 1/40 possuía um pequeno valor intrínseco, embora inferior à quadragésima parte da soma em prata; caso contrário, o Governo não teria sido obrigado a promulgar um decreto obrigando a recebê-la.

Se o Governo reembolsasse em prata, em estabelecimentos livres e abertos ao público, as peças de cobre que lhe fossem apresentadas, poderia, quase sem nenhum inconveniente, atribuir-lhes um valor intrínseco extremamente reduzido. As necessidades de circulação sempre absorveriam grande quantidade dessas peças, que conservariam seu valor integralmente como se valessem a fração de moeda que representam; exatamente como um bilhete de banco que, embora sem valor intrínseco, contudo circula, até mesmo durante vários anos seguidos, como se valesse intrinsecamente o que diz seu valor nominal. Para o Governo, essa operação valeria mais do que aquilo que pode pôr à força na circulação, sem que, com isso, fosse alterado o valor das moedas.

A única coisa a temer seriam os falsários, cuja culpabilidade seria tanto mais estimulada quanto maior fosse a diferença entre o valor intrínseco e o valor corrente. O penúltimo rei da Sardenha, quando quis retirar uma moeda de cobre que seu pai fabricara em tempos desafortunados, retirou uma quantidade três vezes maior do que a que o Governo jamais fabricara. O rei da Prússia sofreu uma perda similar por uma causa semelhante, quando, nos tempos de infortúnio a que o reduziu a guerra dos Sete Anos, fez retirar de circulação, sob o nome fictício do judeu *Efracim*, o baixo cobre que havia obrigado os saxões a receber.⁶

⁶ MONGEZ. *Considérations sur les Monnaies*. p. 31

A Alteração das Moedas

Do direito exclusivo atribuído ao Governo de fabricar moeda faz-se derivar o direito de determinar seu valor. Vimos a inutilidade de tal pretensão, pois o valor da unidade monetária é determinado unicamente pela compra e a venda, as quais são necessariamente livres. Era impossível não perceber que uma peça de moeda comprava uma quantidade ora maior, ora menor de mercadoria. Mas, como o valor de todas as mercadorias é, por sua vez, variável, alguns acreditavam que era a mercadoria que variava e não a moeda, mesmo nas circunstâncias mais próprias a fazê-la variar, como, por exemplo, as mudanças ocorridas em sua composição, ou sua multiplicação mais ou menos considerável.

Assim, quando Felipe I, rei da França, misturou 1/3 de liga na libra de prata de Carlos Magno — a qual pesava 12 onças de prata,¹ chamando pelo mesmo nome de *libra* um peso de apenas 8 onças de prata fina —, continuou a pensar, apesar disso, que a libra valia tanto quanto a de seus predecessores. Só valia, porém, 2/3 da libra de Carlos Magno. Com 1 libra de moeda, passou-se a comprar somente 2/3 da quantidade de mercadoria que antes se comprava com 1 libra. Os credores do rei e dos particulares só conseguiam tirar de seus créditos 2/3 do que deviam tirar; os aluguéis passaram a render aos proprietários fundiários apenas 2/3 de suas rendas anteriores, até que novos contratos restabelecessem uma situação mais equitativa.

Como se vê, muitas injustiças foram cometidas e permitidas. Não se conseguiu fazer, todavia, com que uma libra de 8 onças de prata valesse tanto quanto 1 libra de 12 onças.²

No ano de 1113, o que se chamava *libra* não continha mais do que 6 onças de prata fina e, no início do reinado de Luís VII, ela já não continha mais do que 4 onças. São Luís deu o nome de *libra* a uma quantidade de prata que pesava 2 onças 6 gros e 6 grãos.³ Finalmente, na época da Revolução Francesa, o que se cha-

¹ Na época de Carlos Magno, a libra de peso era de 12 onças.

² Segundo o que foi dito no capítulo XXIII, teríamos razões para acreditar que o valor da libra contendo 8 onças de prata fina deveria guardar o mesmo valor, desde que não se aumentasse a *quantidade* de moeda cunhada. Visto, porém, que a elevação do preço das mercadorias seguia à degradação das espécies, pode-se presumir que o Governo, a fim de beneficiar-se de suas operações monetárias, ordenasse que as moedas fossem refundidas, fazendo com 8 peças de prata 12 peças, mediante aumento da liga. O acréscimo na quantidade seguia à diminuição do título; caso contrário, o Governo não ganharia nada com a alteração do título.

³ Nos *Prolegômenos* de Le Blanc, verificamos, na página 25, que o soldo de prata de São Luís pesava 1 gros e 7 1/2 grãos, o que, multiplicado por 20, dava, pela libra, 2 onças 6 gros e 6 grãos.

mava por esse nome não era mais que a sexta parte de uma onça, de tal modo que a libra *toumois* não tinha mais do que a 72.^a parte da quantidade de prata fina que continha na época de Carlos Magno.

Não estou interessado, neste momento, na diminuição que ocorreu no valor da prata fina, que, com um mesmo peso, não vale mais, trocada por coisas úteis, do que 1/6 do que valia então. Essa questão escapa ao tema deste capítulo e dela tratarei em outra parte.

Vê-se, então, que o nome de *libra* foi sucessivamente aplicado a quantidades bem distintas de prata fina. Essa mudança operou-se, ora diminuindo o tamanho e o peso das peças de prata de mesma denominação, ora alterando seu título, isto é, pondo-se sob o mesmo peso mais liga e menos prata fina; ora aumentando a denominação de uma mesma peça e chamando, por exemplo, de 4 libras *toumois* uma peça que, antes, só era de 3 libras. Como se trata aqui somente da prata fina, já que é a única mercadoria que tem algum valor na moeda de prata, todas essas diferentes alterações produziram o mesmo efeito, pois todas diminuíram a quantidade de prata a que se deu o nome de *libra toumois*. E a isso nossos escrivães, seguindo os decretos, chamam, de maneira bem ridícula, de *aumento das moedas*, pois tal operação aumenta o valor nominal das espécies. Seria mais razoável, porém, chamá-la de *diminuição das moedas*, pois essa operação diminui a quantidade do único metal que constitui a moeda.

Embora essa quantidade tenha diminuído desde Carlos Magno até nossos dias, vários reis, entretanto, aumentaram-na em diferentes épocas, notadamente depois de São Luís. As razões que tinham para diminuí-la são bastante evidentes: é mais cômodo pagar o que se deve com uma quantidade menor de prata. Mas os reis não são apenas devedores; em muitos casos, também são credores. Em relação aos contribuintes, encontram-se na situação do proprietário em relação ao arrendatário. Ora, quando todo o mundo estava autorizado a pagar suas dívidas com uma quantidade menor de prata, o contribuinte pagava suas contribuições, assim como o arrendatário seu arrendamento, com uma menor quantidade desse metal.

Embora recebesse menos prata, o rei gastava tanto quanto antes, pois o preço nominal das mercadorias aumentava proporcionalmente à diminuição da quantidade de prata contida na libra. Quando se chamava de 4 libras a quantidade de prata chamada anteriormente de 3 libras, o Governo pagava 4 libras por algo que antes teria por 3. Via-se, então, obrigado a aumentar os impostos ou a fixar novos impostos, isto é, para obter a mesma quantidade de prata fina, pedia-se aos contribuintes um número maior de libras. Esse expediente, porém, sempre odioso, mesmo quando não faz realmente com que se pague mais, era às vezes impraticável. Volta-se, então, ao que se chamava de *moeda forte*. Já que a libra continha um peso maior de prata, as pessoas, ao pagarem o mesmo número de libras, davam na realidade mais prata.⁴ Por isso, verificamos que os aumentos de metal fino contido nas moedas datam aproximadamente da mesma época da imposição dos impostos permanentes. Antes, os reis não tinham interesse em aumentar o valor intrínseco das peças que cunhavam.

Cometeríamos um engano ao supor que, na prática, essas inúmeras variações na quantidade de metal fino contido nas moedas foram tão simples e tão claras como as apresento aqui para a comodidade do leitor. Às vezes, a alteração não era declarada, sendo dissimulada pelo máximo de tempo possível; daí o surgimento

⁴ O imperador Heliogábalos, conhecido na história por seus terríveis esbanjamentos, já havia feito a mesma coisa em Roma. Já que os cidadãos romanos deviam pagar, não um determinado peso em ouro, mas certo número de peças de ouro (*aurei*), o imperador, para receber maior quantidade, fez com que se fabricassem peças que pesavam até 2 libras (24 onças). Animado por motivos opostos, o virtuoso Alexandre Severo reduziu-as consideravelmente.

do jargão bárbaro adotado nesse tipo de manufatura.⁵ Em outras ocasiões, alterava-se uma espécie de moeda sem nada mudar nas outras; numa mesma época, a libra representada por certas peças de moeda continha mais prata fina do que a libra representada por outras peças. Por último, para tornar as coisas mais obscuras, quase sempre obrigavam-se os particulares a contar ora em libras, ora em soldos, ora em escudos, e a pagar em peças que não eram nem libras, nem soldos, nem escudos, mas apenas frações ou múltiplos dessas moedas de cálculo. É impossível deixar de considerar esses príncipes que recorreram a tão miseráveis expedientes como outra coisa, a não ser como falsários armados de poder público.

É fácil perceber o mal que daí devia resultar para a boa fé, para a indústria e para todas as fontes de prosperidade. O mal produzido foi de tal ordem que, em várias épocas de nossa história, as operações monetárias afugentaram completamente qualquer espécie de comércio. Felipe, o Belo, fez com que todos os negociantes estrangeiros abandonassem nossas feiras ao obrigá-los a receberem em pagamento sua moeda desmoralizada e ao proibi-los de fazer seus negócios com uma moeda que lhes inspirasse mais confiança.⁶ Felipe de Valois fez a mesma coisa em relação às moedas de ouro e o resultado foi semelhante. Um historiador de sua época⁷ conta que quase todos os comerciantes estrangeiros deixaram de vir negociar no reino e que os próprios franceses, arruinados por essas freqüentes mudanças nas moedas, bem como pela incerteza de seus valores, retiraram-se para outros países. E, além disso, acrescenta o historiador, que os outros súditos do rei, nobres e burgueses, encontraram-se tão empobrecidos quanto os negociantes, o que fazia com que o rei não fosse nada amado.

Tomei como exemplos as moedas francesas, embora as mesmas alterações tenham ocorrido em quase todos os povos antigos e modernos. Os Governos populares não agiram melhor do que os outros. Os romanos, nos mais belos períodos de sua liberdade, entraram em bancarrota ao alterarem o valor intrínseco de suas moedas. Na primeira guerra púnica, o asse que devia ter 12 onças de cobre, não pesava mais do que 2 e, na segunda, pesava apenas 1 onça.⁸

A Pensilvânia, que, embora ainda antes da revolução americana, agia nessa questão como um Estado independente, ordenou, em 1722, que 1 libra esterlina contasse por 1 libra e 5 xelins esterlinos.⁹ Os Estados Unidos e a própria França, depois de se proclamarem repúblicas, fizeram, posteriormente, coisas ainda piores.

“Se quiséssemos — diz Stuart — investigar os detalhes de todos os artifícios inventados para confundir as idéias das nações em relação às moedas, com o propósito de camuflar ou de fazer parecerem úteis, justas ou razoáveis as alterações nas moedas que quase todos os príncipes fizeram, escreveríamos um alentado volume.”¹⁰

Stuart poderia acrescentar que esse grosso volume teria pouca utilidade, pois não impediria que um novo artifício fosse praticado no dia seguinte. O que é preciso esclarecer é o lodaçal em cujo seio germinam esses abusos; se conseguirmos transformá-lo em água clara, qualquer abuso poderá, no instante de seu nascimento, ser descoberto e desfeito.

⁵ Na instrução que, em 1350, endereça aos oficiais das moedas, Felipe de Valois ordena-lhes segredo sobre o enfraquecimento das moedas, fazendo-os jurar sobre o Evangelho a fim de enganar os negociantes. “Faça-se saber aos comerciantes — diz ele — a cotação do marco de ouro da maneira correta, de modo a que não percebam que há mudança de título.” Sob o rei João, encontram-se vários exemplos semelhantes. (LE BLANC. *Traité Historique des Monnaies*. p. 251.)

⁶ LE BLANC. *Traité Historique des Monnaies*. p. 27.

⁷ Mathieu Villani.

⁸ MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. Livro Vigésimo Segundo. Cap. XI.

⁹ SMITH. *A Riquezas das Nações*. Livro Segundo. Cap. II.

¹⁰ STEUART. t. 1, p. 553.

Não se deve pensar que os Governos percam um benefício precioso ao perderem o prazer de enganar. A astúcia só lhes serve por um tempo bem curto, terminando por causar-lhes prejuízos maiores do que o lucro que lhes trouxe. Nenhum sentimento no homem mantém sua inteligência tão vigilante quanto o interesse pessoal; esse interesse dá argúcia às pessoas mais simples. Por conseguinte, de todos os atos da administração, os que menos iludem são os que afetam o interesse pessoal. Se tais atos tendem, por meio da astúcia, a propiciar recursos à autoridade, as pessoas particulares não se deixarão enganar; se causam um mal contra o qual os particulares não podem se proteger, como quando os atos encerram abuso de confiança, cedo serão descobertos, por mais arditosamente dissimulados que forem. Na opinião que se terá de tal Governo, a idéia de engodo juntar-se-á à de infidelidade, e ele perderá a confiança — confiança com a qual se fazem coisas bem maiores do que com um pouco de dinheiro adquirido pela fraude. Frequentemente, só os agentes do Governo se aproveitam da injustiça cometida contra o povo. O Governo perde a confiança e são seus agentes que lucram, recolhendo o fruto da vergonha que fizeram recair sobre a autoridade.

O que melhor convém aos Governos não é conseguir recursos factícios e prejudiciais, mas recursos realmente fecundos e inesgotáveis. Será servir-lhes bem, por conseguinte, afastá-los dos primeiros e mostrar-lhes os últimos.

O efeito imediato da alteração das moedas é uma redução das dívidas e das obrigações pagáveis em moeda, das rendas perpétuas ou reembolsáveis, pagáveis pelo Estado ou pelas pessoas particulares, dos salários e pensões, dos aluguéis e arrendamentos, de todos os valores, enfim, que se exprimem em moeda. Tal redução faz com que o devedor ganhe o que faz com que o credor perca. É uma autorização dada a qualquer devedor, cuja dívida se exprime numa determinada quantidade de moeda, de deixar fraudulentamente de pagar o montante da diminuição do metal fino empregado sob essa mesma denominação.

Assim, um Governo que recorre a essa operação não se limita a obter um ganho ilegítimo; estimula, também, todos os devedores que se encontram sob sua jurisdição a realizarem o mesmo ganho.

Nossos reis, entretanto, quando diminuíram ou aumentaram a quantidade de metal fino contida sob uma mesma denominação, nem sempre quiseram que seus súditos, nas relações que mantêm entre si, se aproveitassem dessa situação para seu lucro particular. O Governo, certamente, sempre pretendeu pagar ou receber prata fina em quantidade menor ou maior do que deveria pagar ou receber. Às vezes, porém, obrigou os particulares, no entanto, no momento de uma modificação, a pagarem e a receberem em moeda antiga ou, então, em moeda nova pela cotação que se estabelecia entre a antiga e a nova.¹¹

Os romanos davam o exemplo quando, na segunda guerra púnica, reduziram a 1 onça de cobre o asse que até então pesava 2. A república pagava em asse, isto é, a metade do que devia, ao passo que, quanto aos particulares, suas obrigações eram estipuladas em *denários*. Até então, o denário valia apenas 10 asses; o decreto fez com que passasse a valer 16. Tornou-se necessário pagar 16 asses ou 16 onças de cobre por 1 denário, quando, antes, pagar-se-iam 20, isto é, por cada denário, 10 asses e 2 onças cada um. A república fez bancarrota de metade, mas só permitiu que os particulares a fizessem em 1/5.

Uma bancarrota feita mediante alteração das moedas é considerada, às vezes, como bancarrota simples e honesta, trazendo redução da dívida. Alguns autores acreditam que seria menos duro para um credor do Estado receber uma moeda al-

¹¹ Ver a ordenação de Felipe, o Belo, de 1302; as de Felipe de Valois, de 1329 e de 1343; a do rei João, de 1354, e a de Carlos VI, de 1421.

terada — que poderá dar pelo mesmo valor pelo qual a recebeu —, do que ver seu crédito reduzido de 1/4, de metade etc. Ora, é necessário distinguir aqui. Em ambos os casos, o credor suportará a perda quanto às compras que fizer depois da bancarrota. Que suas rendas diminuam de metade ou que pague tudo duas vezes mais caro, para ele dá exatamente no mesmo.

Quanto aos credores que tem, paga-os, é verdade, do mesmo modo como ele próprio é pago pelo tesouro público. Mas por que razão pensar que os credores do Estado sempre são devedores em relação aos demais cidadãos? Suas relações privadas são idênticas às das outras pessoas e tudo leva a crer que, quanto à soma total, os outros particulares devem tanto aos credores do Estado quanto esses devem àqueles. Assim, a injustiça cujo exercício lhes é permitido compensa-se pela injustiça a que ficam sujeitos, e a bancarrota proveniente da alteração das moedas lhes é tão perniciosa quanto outra qualquer.

Além disso, ela apresenta outros inconvenientes gravíssimos. Provoca grande perturbação nos preços dos gêneros, o que ocorre de mil maneiras, segundo as circunstâncias particulares, e isso perturba as especulações mais úteis e mais planejadas. Destrói também a confiança em emprestar e tomar emprestado. Não se empresta de bom grado quando se está sujeito a receber menos do que se emprestou e dificilmente se toma emprestado quando se está sujeito a devolver mais do que se recebeu. Os capitais não conseguem, por conseguinte, encontrar empregos produtivos. Os preços máximos e as taxas dos artigos, que muitas vezes se seguem às degradações das moedas, desferem, por sua vez, golpes fatais na produção.

Também a moral do povo se vê afetada pelas variações monetárias. Durante certo tempo, essas operações sempre confundem as idéias das pessoas com respeito aos valores e, em todos os negócios, beneficiam o escroque astuto em detrimento do honesto cidadão simples. Por último, permitem, através dos exemplos e dos fatos, o roubo e a espoliação, pondo em conflito o interesse pessoal com a probidade, e a autoridade das leis com as determinações da consciência.

Os Papéis-Moeda

Não se tratará aqui dos compromissos, contraídos pelo Estado ou pelos particulares, de pagar em numerário determinada soma e que são efetivamente saldados na apresentação do título ou em seu vencimento. Dá-se o nome de papel-moeda a uma verdadeira moeda de papel que não estipula seu reembolso ou que só estipula um reembolso fictício que não se efetiva. O Governo autoriza, então, a saldar em papel-moeda os compromissos contraídos em espécie, o que significa permitir uma violação de confiança. Sob esse aspecto, pode-se considerar uma moeda de papel como o último termo na alteração das moedas.

Aparentemente, uma moeda dessa espécie, não tirando nenhum valor da matéria de que é feita nem de um reembolso cuja época é indefinida e, por conseguinte, que não envolve nenhum compromisso, não deveria ter nenhum valor; à primeira vista, portanto, não se deveria poder comprar nada com tal papel, seja qual for a soma que nele se encontre especificada. A experiência, contudo, prova o contrário, e a questão é explicar esse efeito por meio dos conhecimentos que podem ser adquiridos acerca da natureza e do uso das moedas.

Ao autorizar os devedores a pagar seus débitos com papel e ao receber, ele próprio, esse papel das mãos de seus devedores e de seus contribuintes, o Governo já lhe confere certo valor, pois lhe atribui usos que dependem da autoridade pública, faça ela ou não uso legítimo da força. Mas isso não é tudo. O número das unidades monetárias torna-se, desse modo, necessariamente maior. Com efeito, ao lançar em circulação um papel não reembolsável, ao lado das espécies que já se encontravam em circulação, a massa das moedas dessa mercadoria — papel ou metal — própria para servir de intermediário nas trocas, aumentou. E, por uma lei constante que tentei explicar no capítulo XXIII, o valor de cada peça diminui na mesma proporção até o ponto em que as peças de moeda metálica caem a uma taxa inferior à da mesma quantidade de metal em lingotes; disso resulta a fusão ou a exportação das moedas metálicas.¹ Só fica o papel-moeda. Ora, visto que, numa

¹ A diferença que se estabelece entre o valor do papel-moeda dentro do país, onde tem seus usos, e seu valor no exterior, onde não serve para nada, é o fundamento das especulações que foram feitas e das fortunas que foram adquiridas em todas as épocas nas quais houve um papel-moeda.

Em 1811, com 100 guinéus em ouro, podia-se comprar em Paris uma letra de câmbio de 140 libras esterlinas, resgatável em Londres, isto é, podia-se comprar em Londres 140 libras esterlinas de papel-moeda inglês, pois as letras de

sociedade de civilização avançada, em que a produção está em plena atividade e o consumo é considerável, tal instrumento é de uso indispensável e a necessidade que dele se tem faz com que se receba o papel-moeda na falta de outra moeda.

Observe-se que não é a confiança no reembolso de um papel-moeda que faz com que seja aceito em pagamento; sabe-se, com efeito, que não há nenhuma repartição pública aberta para reembolsá-lo. Seu valor (e ele o tem, pois as pessoas aceitam dar valores bem reais em troca de um papel-moeda) provém exclusivamente da possibilidade que todos acreditam ter de dá-lo em pagamento nas compras que se propõem a fazer. Ora, esse valor que lhe é próprio, oriundo da função que desempenha, faz dele uma verdadeira moeda e não mero signo representativo de uma moeda sem poder aquisitivo. As pessoas que têm compras a fazer não têm melhor moeda a oferecer e as pessoas que têm necessidade de vender em vão pediriam outra. Suas necessidades recíprocas bastam para fazer essa moeda circular, sob a condição de que cada um possa estar seguro de devolvê-la pela mesma taxa aproximada à qual a recebeu. Em vista disso, guarda-se pouco essa moeda; não se hesita em fazer compras, seja para satisfazer as necessidades das famílias, seja para trabalhar em nova produção. Por isso já se observou, na origem de todos os papéis-moeda, uma certa atividade na circulação que favorece muito os progressos da indústria. Os inícios do sistema de Law, sob a regência, foram brilhantes e pode-se dizer o mesmo acerca dos primeiros tempos dos papéis na Revolução Francesa. A agricultura, as manufaturas e o comércio da Grã-Bretanha tiveram grande impulso nos anos posteriores à suspensão dos pagamentos em espécie do Banco da Inglaterra.²

O defeito da moeda de papel não está na matéria de que é feita. Já que a moeda, com efeito, não nos serve em virtude de suas qualidades físicas, mas em razão de uma qualidade moral que é seu valor, ela pode ser indiferentemente feita de qualquer espécie de matéria, desde que se consiga conferir-lhe valor. É essa sua qualidade essencial, pois ela se destina exclusivamente a fazer com que um valor passe de uma mão para outra. Ora, já vimos que é possível conferir valor a uma moeda de papel. Se esse valor se altera rapidamente, é por causa da facilidade em abusar de uma mercadoria que quase não tem custos de produção e que se pode, por conseguinte, multiplicar a ponto de aviltá-la por completo.

Os Governos que puseram papéis-moeda em circulação deram-se conta disso. Por essa razão, sempre apresentaram tais papéis como bilhetes fiduciários, pu-

câmbio eram saldadas em papel-moeda (*bank notes*). Ora, esses mesmos 100 guinéus ou um lingote equivalente haviam custado em Londres apenas 120 libras esterlinas em papel-moeda. É nesse sentido que se deve entender a afirmação segundo a qual o papel-moeda inglês tinha mais valor na Inglaterra do que no exterior.

Por essa razão, segundo anotações feitas em Dunquerque, durante os anos de 1810, 1811, 1812 e 1813, entraram fraudulentamente, somente através dos portos de Dunquerque e Gravelines, guinéus ou lingotes de ouro que perfaziam uma quantia de 182 124 444 francos.

Fazia-se a mesma especulação com todas as espécies de mercadorias, embora menos facilmente do que com o ouro, pois, embora a saída dessas mercadorias da Inglaterra fosse estimulada, sua introdução fraudulenta no continente era muito difícil.

Seja como for, a demanda de letras de câmbio resgatáveis em Londres, provocada no continente por essa situação, teria rapidamente feito com que seu valor subisse ao par do que valiam em Londres se os agentes encarregados de pagar os subsídios ingleses a seus aliados no continente não contassem, permanentemente, com letras resgatáveis para fornecimento em Londres.

² Um hábil economista inglês, Th. Tooke, fez a mesma observação na sua obra intitulada: *On the State of Currency*, p. 23. Eis um resumo da explicação que nos dá. Quando se aumenta a massa das moedas por meio de bilhetes fiduciários ou de um papel qualquer, em geral se faz mediante adiantamentos feitos ao Governo ou aos particulares. Isso aumenta a soma dos capitais em circulação, faz baixar a taxa de juro e torna a produção menos dispendiosa. É bem verdade que o aumento da massa das moedas faz com que seu valor diminua e também é verdade que, quando esse declínio se revela pelo preço elevado a que ascendem as mercadorias e os serviços produtivos, capitais que são nominalmente mais consideráveis deixam rapidamente de sê-lo na realidade. Este último efeito, porém, é posterior ao outro: os juros baixaram antes da alta do preço das mercadorias e, antes que aqueles que tomaram emprestado fizessem suas compras. Segue-se daí que uma moeda cuja massa aumenta e cujo valor diminui gradualmente favorece a indústria.

ros papéis comerciais, fingindo considerá-los como signos representativos de uma matéria dotada de valor intrínseco. Foram desse tipo os bilhetes do banco que o escocês Law, em 1716, constituiu sob a autoridade do regente. Esses bilhetes se apresentavam da seguinte maneira:

“O banco promete pagar à vista ao portador..... libras, em moeda DE MESMO PESO E COM O MESMO TÍTULO que a moeda atual, valor recebido, em Paris etc.”.

O banco, que ainda era apenas uma empresa particular, pagava regularmente seus bilhetes sempre que lhe eram apresentados. Tais bilhetes ainda não eram um papel-moeda. As coisas continuaram assim até 1719 e tudo ia bem.³ Nessa época, o rei, ou melhor, o regente, reembolsou os acionistas, tomou o estabelecimento nas mãos, denominou-o de *Banco Real* e os bilhetes passaram a se exprimir assim:

“O banco promete pagar à vista ao portador..... libras, EM ESPÉCIES DE PRATA, valor recebido, em Paris etc.”.

Essa mudança, aparentemente pequena, era fundamental. Os primeiros bilhetes estipulavam uma quantidade fixa de prata, a que era conhecida, no momento da data, sob a denominação de uma libra. Os segundos bilhetes, limitando-se a estipular *libras*, admitiam todas as variações que ao poder arbitrário aprovesse introduzir na forma e na matéria do que sempre chamaria pelo nome de *libras*. Chamou-se a isso de tornar o papel-moeda *fixo*: ao contrário, significava torná-lo uma moeda infinitamente mais variável e que, de fato, muitas vezes variou de maneira lamentável. Law se opôs vigorosamente a essa modificação: os princípios foram obrigados a curvar-se ao poder e os erros do poder, quando suas conseqüências fatais se fizeram sentir, foram atribuídos à falsidade dos princípios.

Os *assignats*⁴ criados durante a Revolução Francesa valiam ainda menos do que o papel-moeda da regência. Este pelo menos prometia um pagamento em prata. A alteração das moedas poderia, é verdade, reduzir consideravelmente esse pagamento. Mas, afinal, se o Governo tivesse sido mais moderado na emissão de seu papel-moeda e mais escrupuloso no cumprimento de seus compromissos, esse papel poderia ter sido reembolsado mais cedo ou mais tarde. Os *assignats* da Revolução, ao contrário, não davam nenhum direito ao reembolso em prata, mas apenas a uma compra de bens nacionais. Vejamos o que valia tal direito.

Nos primeiros *assignats* da Revolução constava que eram pagáveis à vista numa caixa de extraordinários, onde, na realidade, não eram pagos. Na verdade, eram recebidos como pagamento dos bens nacionais que os particulares compravam em leilão. O valor desses bens, contudo, não era suficiente para determinar o dos *assignats*, pois seu preço nominal aumentava na mesma proporção em que diminuía o do *assignat*. O Governo sequer se perturbava com o aumento nominal do preço dos bens, pois via nisso um meio de retirar uma quantidade maior de *assignats* e, por conseguinte, um meio de emitir outros sem aumentar sua soma. Não percebia, assim, que não era o preço dos bens nacionais que aumentava, mas o dos *assignats* que diminuía. E, quanto mais diminuía este, mais o Governo era obrigado a emitir *assignats* para comprar os mesmos artigos.

Nos últimos *assignats* da Revolução, não mais constava que eram pagáveis à vista. Essa mudança passou praticamente despercebida, pois esses últimos *assignats* não eram mais bem pagos do que os anteriores, os quais simplesmente não o eram.

O vício de sua instituição, todavia, era mais evidente. Com efeito, lia-se sobre

³ Ver em Dutot, v. II, p. 200, os excelentes efeitos do Sistema no seu início.

⁴ *Assignat* — Bilhete emitido na França de 1789 a 1796, inconversível em espécie, mas reembolsável com o produto da venda dos bens do clero, bens estes “postos à disposição da nação” em 02-11-1789. (N. do Ed.)

uma folha de papel: *Domínios nacionais, assignat de 100 francos etc.* Ora, o que queriam dizer essas palavras: 100 francos? Davam idéia de que valor? Da quantidade de prata que antes se chamava *100 francos*? Não, pois era impossível conseguir essa quantidade de prata com um *assignat* de 100 francos. Davam idéia de uma extensão de terra igual à que valeria 100 francos em prata? Tampouco, já que, em resultado dos leilões, essa quantidade de terra não podia ser obtida com um *assignat* de 100 francos, mesmo das mãos do Governo, exatamente como também não se podiam obter 100 francos em espécie. Era preciso, com os *assignats* na mão, comprar em leilão os domínios nacionais, mas o valor do *assignat* caíra a ponto de um *assignat* de 100 francos não poder, no leilão, conseguir uma polegada quadrada de terra.

Dessa maneira, deixando-se de lado o descrédito, uma soma em *assignat* não apresentava a idéia de nenhum valor e, ainda que o Governo gozasse de toda a confiança que não tinha, era inevitável que os *assignats* caíssem a zero.

Esse erro foi posteriormente percebido, quando não foi mais possível comprar o menor produto por nenhuma soma em *assignats* que se oferecesse. Criaram-se, então, os *mandatos*, isto é, um papel com o qual era possível receber, sem leilão, determinada quantidade de bens nacionais. Tal prática, porém, era mal executada e, de resto, já era tarde demais.

O papel-moeda que a Inglaterra pôs em circulação de 1798 a 1818 (*bank notes*) não sofreu depreciação tão acentuada porque foi emitido com certa moderação. Tal moderação deveu-se a várias causas, principalmente ao freio imposto pela opinião pública e ao concurso, necessário para essa operação, dos diretores do Banco da Inglaterra e da administração do Estado; esses dois interesses diversos foram diferentemente comprometidos pelas emissões sucessivas. Apesar disso, as emissões ultrapassaram as necessidades da circulação, a ponto de fazer com que o valor da unidade monetária caísse a mais ou menos $\frac{2}{3}$ do valor da mesma unidade em ouro.⁵ Quando os diretores do banco, de comum acordo com o Governo, quiseram diminuir o valor das notas até o nível do ouro, bastou-lhes diminuir sua massa. O Governo reembolsou ao banco parte dos adiantamentos que dele havia recebido, fazendo com que uma parte das notas saísse de circulação. O banco, por sua vez, parou de receber títulos com desconto, ao mesmo tempo que resgatava os títulos de sua carteira, cujo vencimento ocorria diariamente, o que fez com que mais notas ainda saíssem de circulação. Tendo se tornado mais raro no mercado, o agente de câmbio reassumiu seu valor; os especuladores, por sua vez, obrigados a pagar o ouro tão caro em libras esterlinas de papel quanto em libras esterlinas de ouro, não tiveram mais nada a ganhar em exigir que os bilhetes que possuíam fossem reembolsados em espécie.

Essa circunstância prejudicou fortemente a indústria inglesa. Vários compromissos tinham sido contratados em uma moeda depreciada, em especial os aluguéis cujo prazo era muito longo. Os arrendatários, em consequência da depreciação, tinham-se obrigado a pagar somas nominais maiores e saldavam-nas facilmente, pois os gêneros, pagos em uma moeda de menor valor, eram pagos nominalmente mais caro. Quando o valor da moeda foi restaurado, os preços baixaram proporcionalmente e as pessoas foram obrigadas a pagar, em valores reais, obrigações que foram contratadas em valores nominais. Também os impostos, que tinham aumentado em razão da depreciação das moedas, foram obrigados a ser pa-

⁵ O valor da unidade monetária estaria longe de cair tanto não fossem as emissões de bilhetes dos bancos provinciais. Embora esses bilhetes não tivessem um curso obrigatório e embora os bancos provinciais fossem obrigados a saldá-los, contra simples apresentação, em moeda legal (*bank notes*), eles contribuíam, apesar disso, para tomar o instrumento das trocas mais abundante em relação às necessidades da circulação; os signos representativos da moeda, com efeito, servem exatamente aos mesmos usos.

gos em valores reais e os encargos do Estado, notadamente a dívida pública, que tinham diminuído quando seus juros foram pagos em moeda depreciada, tornaram-se mais pesados do que antes. Foi preciso pagar em uma moeda que valia ouro os juros de empréstimos públicos contraídos durante 12 a 15 anos e cujos fundos haviam sido fornecidos em uma moeda que valia 1/4 ou 1/3 a menos. Os salários dos empregos públicos e, o que é pior, as pensões e sinecuras, nominalmente aumentados durante a depreciação, passaram a ser pagos em valores reais depois da restauração do valor. As bancarrotas sucederam-se umas às outras, pois também é violar seus próprios compromissos obrigar os contribuintes a pagarem mais do que devem e não pagar aos credores tudo o que lhes é devido.

Em 1800, visto que os bilhetes de banco encontravam-se ao par, podia-se obter 1 onça de ouro com 3 libras 17 xelins e 10 1/2 pence esterlinos. Em 1814, era-se obrigado a pagar por ela 5 libras 6 xelins e 4 pence.⁶ 100 libras esterlinas em papel não valiam mais do que 73 libras 4 xelins e 9 pence em ouro, e essa depreciação foi acompanhada de grande prosperidade. O valor dos bilhetes voltou a subir nos anos que passaram, até 1821, quando novamente se encontraram ao par, e essa restauração acompanhou-se de grande infortúnio. Entre outros expedientes, propôs-se a redução da libra esterlina à quantidade de metal que os bilhetes de banco pudessem efetivamente comprar.⁷ Se essa medida tivesse sido adotada, tomando-se precauções para que o banco não aumentasse a soma de bilhetes em circulação, ele poderia tê-los pago sem nenhuma restrição; é provável que as mercadorias não teriam baixado de preço; as mesmas facilidades seriam oferecidas à indústria; os compromissos do contrato teriam sido saldados nas mesmas bases em que foram contratados e o Estado não teria sido obrigado a pagar, por sua dívida, pensões e salários, como fez mais tarde, 1/3 a mais do que pagava na ocasião. Os interesses privilegiados opuseram-se a essa medida e o conjunto da nação, além das agruras que então sofreram as classes laboriosas, ver-se-á, por muito tempo ainda, sob o peso de uma dívida da qual três quartas partes podem ser atribuídas a uma luta que o orgulho nacional bem pode chamar de gloriosa, mas que custa caro à nação sem lhe trazer nenhum proveito.⁸

A possibilidade de utilizar uma moeda desprovida de qualquer propriedade física, desde que facilmente transmissível, e que se encontrem meios de manter seu valor a uma taxa, se não invariável, pelo menos de variação difícil e lenta, levou autores argutos a presumir que fosse possível, sem inconvenientes, empregar nas moedas uma matéria muito menos preciosa do que o ouro e a prata, as quais poderiam ser vantajosamente substituídas para esse uso. David Ricardo propôs, para esse fim, um meio bem engenhoso, que consiste em obrigar o banco, ou qualquer outra corporação autorizada a pôr moeda de papel em circulação, a reembolsá-la irrestritamente por lingotes. Uma nota estipulando determinado lingote de ouro ou de prata que estaríamos autorizados a receber segundo nossa exclusiva vontade não poderia cair aquém do valor desse lingote. Por outro lado, se a quantidade de bilhetes emitida não ultrapassasse as necessidades da circulação, os portadores de bilhetes não exigiriam sua conversão em metal, pois lingotes não se prestam às ne-

⁶ Ver MUSHET, Robert. *A Series of Tables Exhibiting the Gain and Loss of the Fundholder*. 1821. Tabela 1.

⁷ Ver PRINSEP, C. R. *A Letter to the Earl of Liverpool on the Present Distresses of the Country, and the Efficacy of Reducing the Standard of our Silver Currency*. 1816. O autor propõe que se reduza a libra esterlina à quantidade de prata presente em 16 xelins em lugar da prata necessária para fazer 20 xelins.

⁸ O alto preço dos objetos de consumo equivale à redução das rendas dos particulares, o que, nas classes pobres e laboriosas, constitui a miséria. Se fossem menos pesados os encargos da Inglaterra, o trigo poderia ser produzido naquele país a preços mais próximos dos do trigo estrangeiro; poder-se-ia, então, permitir a livre importação desse último, para grande alívio das classes dos manufatores. A envergadura da dívida, os gordos salários e a impossibilidade de reprimir os abusos com uma representação demissória tornam mais difícil um remédio eficaz. A Inglaterra ainda sofrerá durante muito tempo pela guerra pouco política que fez contra a Revolução Francesa. A França também sofrerá, mas sob outros aspectos. Cada um sofre por seus erros.

cessidades da circulação. Se as pessoas, por desconfiança, trocassem um número excessivo de bilhetes de banco por lingotes, visto que não haveria outra moeda, os bilhetes aumentariam de valor e certamente conviria então ao público levar lingotes ao banco para trocá-los por bilhetes.⁹

É possível que, em uma nação razoavelmente esclarecida, sob um Governo que oferecesse todas as garantias desejáveis e por meio de um banco independente, cujos interesses concorressem com os do Governo a fim de assegurar os direitos do público — é possível, dizia eu, que se pudesse estabelecer tal moeda com grandes vantagens. Um nefasto cortejo, porém, sempre acompanhará qualquer espécie de papel-moeda. Refiro-me ao perigo das falsificações, as quais, independentemente da inquietação que sempre deixam no espírito dos possuidores de bilhetes, custaram a vida na Inglaterra, durante o espaço de 25 anos, a muitos condenados e a deportação a várias pessoas.

De resto, não se pode negar que a substituição da moeda metálica pelo papel sempre vem acompanhada de certos riscos, que Smith representa por meio de uma imagem audaciosa e engenhosa. O solo de um vasto país representa, segundo ele, os capitais que nele se encontram. As terras cultivadas são os capitais produtivos; as grandes estradas são o agente da circulação, isto é, a moeda, por intermédio da qual os produtos se distribuem na sociedade. Em determinado momento, inventa-se uma grande máquina que transporta os produtos do solo através dos ares; são os bilhetes fiduciários. A partir desse momento, pode-se cultivar as grandes estradas.

“No entanto” — continua Smith — “o comércio e a indústria de uma nação, assim suspensos às asas de Ícaro dos bilhetes de banco, não caminham de maneira tão segura quanto sobre o terreno sólido do ouro e da prata. Além dos acidentes a que os expõem a imprudência ou a inabilidade dos diretores de um banco, existem outros que nem toda a habilidade humana seria capaz de prever e prevenir. Uma guerra infeliz, por exemplo, que fizesse passar para as mãos do inimigo o lastro que sustenta o crédito dos bilhetes, produziria uma confusão bem maior do que se a circulação do país estivesse baseada sobre o ouro e a prata. Tendo o instrumento das trocas perdido, nesse caso, todo seu valor, as trocas não mais poderiam ser outra coisa a não ser difíceis trocas [*in natura*]. Todos os impostos tendo sido, até então, pagos em bilhetes, o príncipe não encontraria mais nada em seus cofres para pagar suas tropas e para abastecer seus armazéns. Um Governo cioso da defesa, a qualquer momento e sempre vantajosamente, de seu próprio território, deve, portanto, estar sempre atento contra uma multiplicação de bilhetes que tendesse (...) a substituir, em seus domínios, uma parte excessivamente grande do agente natural das trocas.”

Th. Tooke, que, ao contrário de muitos compatriotas seus, não transformou a Economia Política numa metafísica obscura (a qual é incapaz de servir de guia na prática), tendo, além disso, permanecido fiel ao método experimental de Adam Smith, depois de observar as flutuações sobrevindas na Inglaterra no preço das coisas e no juro dos capitais, bem como as convulsões de fortuna e as bancarrotas de que esse país foi palco a partir do ano de 1797, reconhece

“que um sistema monetário no qual o papel desempenha uma função tão grande está sujeito a inconvenientes de tal gravidade que superam a vantagem de utilizar um agente de circulação pouco dispendioso”.¹⁰

Quando postos em prática, princípios muito absolutos expõem aos mesmos inconvenientes de uma máquina que fosse construída segundo as leis da mecânica, mas sem levar em conta as fricções e a qualidade dos materiais.

⁹ Ver Ricardo's *Proposals for an Economical and Secure Currency*. 1816.

¹⁰ *Considerations on the State of the Currency*, p. 85.

A Moeda Não É nem Signo nem Medida

Um signo representativo só tem como valor o próprio valor do objeto que representa e que se é obrigado a entregar à apresentação do título. A moeda tira o valor de seu uso e ninguém é obrigado a entregar sua mercadoria quando lhe oferecem moeda. A pessoa troca-a livremente e discute o valor de sua mercadoria, o que é a mesma coisa que discutir o valor da moeda que lhe é oferecida; tal valor, de resto, não é estipulado de antemão, fazendo da moeda uma mercadoria de mesma natureza que quaisquer instrumentos de que os homens se servem.

Um signo é um bilhete de banco pagável à primeira requisição; o bilhete é o signo da prata que se pode receber no momento em que se quiser, mediante simples apresentação desse título. Ele só tem valor em virtude de dar direito a receber a prata e que não se pode recusar a pagar. Mas, quanto à moeda de prata que se recebe no caixa, essa não é o signo: é a coisa significada.

Quando vendemos nossa mercadoria, não a trocamos, portanto, por um signo, mas por outra mercadoria chamada *moeda*, na qual supomos existir um valor idêntico ao que vendemos.

Quando compramos, não damos somente um signo: damos mercadoria que tem um valor real igual ao que recebemos.

Esse primeiro erro forneceu a base de um outro que se reproduz com frequência. Pelo fato de a moeda ser o signo de todos os valores, concluiu-se que as moedas representam todas as mercadorias e que seu valor total é, em cada país, idêntico ao valor total de todos os outros bens. Tal opinião ganha aparente verossimilhança pelo fato de que o valor relativo da moeda diminui quando sua massa aumenta e de que aumenta quando sua massa diminui.

Quem não percebe, entretanto, que essa mesma variação ocorre para todas aquelas mercadorias que evidentemente não são signos? Quando a colheita de vinho dobrou num determinado ano, seu preço se reduziu à metade do que era no ano anterior. Pela mesma razão, podemos supor que, se a massa das espécies que circulam viesse a dobrar, o preço de todas as coisas dobraria, isto é, seria necessário dar o dobro de dinheiro para ter o mesmo objeto. Ora, esse fato não mostra que o valor total do dinheiro é sempre idêntico ao valor total das demais riquezas, exatamente como tampouco mostra que o valor total dos vinhos é igual a todos os outros valores reunidos. A variação que, nos dois exemplos, sobreveio no valor do dinheiro e do vinho é uma consequência das relações internas desses artigos com eles mesmos e não de sua relação com o conjunto dos demais artigos.

Já vimos que o valor total da moeda de um país, mesmo acrescentando-lhe o valor de todos os metais preciosos que nele se encontram, é pouca coisa se comparado com toda a massa de seus valores. O valor representado seria, portanto, superior ao signo que o representa e o signo não seria suficiente para obter a coisa significada.¹

É sobre uma base igualmente precária que Montesquieu pretende que o preço das coisas depende da relação existente entre a quantidade total dos artigos e a quantidade total das moedas.² Um vendedor e um comprador sabem qual é a quantidade existente de um artigo que não se põe à venda? E ainda que soubessem, isso mudaria alguma coisa, em relação a esse mesmo artigo, na quantidade oferecida e na quantidade demandada? É evidente que todas essas opiniões originam-se da ignorância, que se prolongou até nossos dias, acerca da natureza das coisas e do curso dos fatos no que diz respeito à Economia Política.

Aparentemente foi com um pouco mais de razão, mas não com melhor fundamento, que se chamou o numerário ou a moeda de uma *medida dos valores*. Podemos apreciar o valor das coisas; não podemos medi-lo, isto é, compará-lo com um tipo invariável e conhecido, pois não existe tal tipo.

É um empreendimento insensato por parte da autoridade pretender fixar uma unidade de valor a fim de determinar o valor das coisas. A autoridade pode ordenar que *Charles*, que possui um saco de trigo, entregue-o a *Martial* por 24 francos; mas pode ordenar também que *Charles* entregue-o por nada. Com tal ordem, a autoridade talvez prejudique *Charles* em benefício de *Martial*; mas não terá, com isso, estabelecido que 24 francos são a medida do valor de um saco de trigo, exatamente como tampouco estabelecerá que um saco de trigo não tem valor ao forçar seu possuidor a entregá-lo por nada.

Uma toesa ou um metro são autênticas medidas porque sempre trazem à mente a idéia de uma mesma grandeza. Ainda que me encontrasse no fim do mundo, estou certo de que um homem de 5 pés e 6 polegadas (medida da França) tem a mesma altura que um homem de 5 pés e 6 polegadas na França. Se me asseguraram que a grande pirâmide de Gizé tem 100 toesas de largura na base, posso medir, em Paris, uma área de 100 toesas e formar uma idéia exata dessa base. Se me informam, porém, que um camelo vale 50 cequins no Cairo, que perfazem mais ou menos 2 500 gramas de prata ou 500 francos, não tenho uma idéia precisa do valor desse camelo, pois os 500 francos de prata indubitavelmente valem menos em Paris do que no Cairo, sem que eu possa dizer o quanto são inferiores em valor.

Tudo o que se pode fazer se reduz, portanto, a comparar entre si os valores de diferentes coisas, isto é, a declarar que uma vale tanto, mais ou menos do que a outra no momento e no lugar em que estamos, sem que se possa, contudo, determinar qual é, em termos absolutos, o valor delas. Diz-se que uma casa vale 20 mil francos. Mas, que idéia de valor me dá uma soma de 20 mil francos? Ora, a idéia de tudo aquilo que posso comprar por esse preço. E que idéia de valor me dão todas as coisas compradas por esse preço? A idéia de um valor igual ao dessa casa, mas não a idéia de alguma grandeza de valor fixa que seja independente do valor comparado dessas coisas.

Quando se comparam duas coisas de valor desigual com diversas frações de

¹ Não há nenhuma vantagem em acrescentar o valor dos papéis de crédito ao da moeda. Quer sob forma de espécie, quer sob forma de papel de crédito, o agente da circulação jamais ultrapassa em valor as necessidades da circulação. Quando aumenta a massa de moeda, de metal ou de papel, seu valor diminui de maneira a sempre comprar somente a mesma quantidade de mercadoria, e o valor que a circulação emprega como agente de circulação é sempre reduzido em comparação com o conjunto dos valores de um país. Ver adiante as considerações sobre os bilhetes de banco.

um produto de mesma natureza, o que se faz é apenas avaliar a relação de valor entre ambas. Quando se diz: *Esta casa vale 20 mil francos e aquela vale 10 mil francos*, essa frase, no fundo, não diz outra coisa senão: *Esta casa vale duas vezes tanto quanto aquela*. Visto que ambas são comparadas a um produto divisível em diversas parcelas iguais (a uma soma de dinheiro), pode-se mais facilmente, é bem verdade, adquirir uma idéia da relação de valor das duas casas, pois o espírito apreende com facilidade a relação que há entre 20 mil unidades e 10 mil unidades. Não é possível, entretanto, sem cair num círculo vicioso, dizer o que vale cada uma dessas unidades.

Admito que se chame a isso de *medir*. Observarei, todavia, que a mesma propriedade está presente em qualquer outra mercadoria divisível, embora não execute o papel da moeda. Teremos a mesma idéia da relação que existe entre o valor das duas casas se dissermos: uma vale 1 000 hectolitros de trigo, a outra vale apenas 500.

Uma vez compreendida essa questão, observo ainda que a medida com de dois valores (se quisermos atribuir-lhe esse nome) não dá nenhuma idéia da relação desses dois valores quando ambos estão separados por alguma distância ou por algum espaço de tempo. 20 mil francos ou 1 000 hectolitros de trigo não podem me servir para comparar o valor de uma casa de outrora com o de uma casa atual, pois o valor dos escudos e do trigo, hoje em dia, não é mais rigorosamente o que era outrora.

Uma casa em Paris, de 10 mil escudos, na época de Henrique IV, valia bem mais que uma casa que valesse hoje 10 mil escudos. Uma casa de 20 mil francos na Baixa-Bretanha tem mais valor que uma casa de 20 mil em Paris, assim como uma renda de 10 mil francos na Baixa-Bretanha é bem mais considerável que uma renda de mesma quantia em Paris.

É isso que torna impossível a comparação que por vezes se tentou fazer entre as riquezas de duas épocas ou de duas nações diferentes. Esse paralelo é a quadratura do círculo da Economia Política, pois não há medida comum capaz de estabelecê-lo.

O dinheiro e mesmo a moeda, seja qual for a matéria de que se componha, não passam de uma mercadoria cujo valor é variável, como o de todas as mercadorias, o qual se regula em cada negócio realizado, por meio de um acordo entre o vendedor e o comprador. O dinheiro vale mais quando compra muitas mercadorias do que quando compra poucas. É incapaz, por conseguinte, de fazer as funções de uma medida, a qual consiste em guardar a idéia de uma grandeza. Assim, quando Montesquieu afirmou, ao falar das moedas:

“Nada deve estar tão imune a variações quanto aquilo que deve ser a medida comum de tudo”,³

condensou três erros em duas linhas. Em primeiro lugar, não se pode pretender que a moeda seja a medida de tudo, mas, sim, de todos os valores; em segundo lugar, ela não é sequer a medida dos valores; e, por último, é impossível tornar seu valor invariável. Se Montesquieu quisesse levar os Governos a não alterar as moedas, deveria utilizar sólidas razões, que existem, e não frases brilhantes que enganam e tornam acreditáveis idéias falsas.

Apesar disso, seria muitas vezes curioso e, em certos casos, útil poder compa-

² *Do Espírito das Leis*. Livro Vigésimo Segundo. Cap. VII.

³ *Do Espírito das Leis*. Livro Vigésimo Segundo. Cap. III.

rar dois valores separados pelo tempo e pelos lugares, como naqueles casos em que se trata de estipular um pagamento a efetuar a distância ou uma renda destinada a durar longos anos.

Smith propõe o valor do trabalho como menos variável e, em consequência, como mais apropriado para dar a medida dos valores de que se está distante. São estas as razões nas quais se baseia:

“Duas quantidades de trabalho” — diz ele —, “sejam quais forem o tempo e o lugar, são de igual valor para aquele que trabalha. No estado habitual de sua saúde e de sua coragem, de sua aptidão e de sua destreza, o dispêndio que, em ambos os casos, faz de seu esforço deve ser o mesmo para ele. O preço que paga, portanto, é o mesmo, seja qual for a quantidade de coisas que recebe de volta. Se recebe uma quantidade maior ou menor, é o valor dessas coisas que varia e não o valor do trabalho com o qual as compra. Em todos os lugares e em todas as épocas, aquilo que só se obtém com muito esforço e trabalho é caro; aquilo que custa pouco esforço e trabalho está barato. Dado que jamais varia em seu valor, o trabalho é, portanto, a única medida real com a qual pode ser comparado, em todas as épocas e em todos os lugares, o valor de todas as mercadorias.”⁴

Queira Smith ou não, do fato de que uma determinada quantidade de trabalho sempre tem o mesmo valor para aquele que o fornece, não se segue que tal quantidade sempre tenha o mesmo valor de troca. Como qualquer outra mercadoria, a oferta de trabalho pode ser maior ou menor, ele pode ser mais ou menos procurado. E seu valor, que, assim como todo valor, é fixado pelo debate contraditório que se estabelece entre o vendedor e o comprador, varia de acordo com as circunstâncias.

A qualidade do trabalho também influi sobre seu valor. O trabalho de um homem forte e inteligente vale mais do que o de um homem fraco e estúpido. O trabalho vale mais em um país que prospera e onde faltam trabalhadores do que num país com excesso de população. A jornada de um trabalhador não especializado nos Estados Unidos⁵ recebe em dinheiro três vezes o que recebe na França; é possível acreditar que o dinheiro lá valha três vezes menos? Uma prova de que o operário não especializado dos Estados Unidos é realmente mais bem pago é que ele se alimenta melhor, veste-se melhor e habita melhor. O trabalho é, talvez, um dos artigos cujo valor mais varie porque é, em determinados casos, extraordinariamente procurado e, em outros casos, oferecido com uma insistência que dá pena, como numa cidade cuja indústria decaiu.

Seu valor não pode, por conseguinte, ser mais adequado do que o valor de qualquer outro artigo para medir dois valores separados por grandes distâncias ou por um longo espaço de tempo. Realmente não existe medida dos valores, pois, para isso, seria preciso haver um valor invariável, e este não existe.

Já que não há medida exata, é necessário contentar-se com avaliações aproximativas. Nesse caso, o valor de várias mercadorias, quando bem conhecido, pode dar uma idéia mais ou menos aproximada do valor de outra mercadoria. Para sa-

⁴ A *Riqueza das Nações*. Livro Primeiro. Cap. V. Sobre essa questão, Smith escreve que “o trabalho é o preço original pago por todas as coisas; que não é com ouro ou prata, mas com trabalho, que foi adquirida toda a riqueza do mundo”. Smith alinha-se aqui com aqueles que sustentam que o trabalho é a fonte de todos os valores, opinião que considero impossível aceitar. A faculdade de poder nos servir é conferida às coisas pelo serviço de um pedaço de terra e de um capital, ao mesmo tempo que pelo serviço dos industriais ou pelo trabalho. O produto e, conseqüentemente, o valor, só existem na medida em que o consumidor nele encontra utilidade suficiente para querer pagar todos esses custos de produção. O valor do produto compreende, portanto, o preço do serviço dos capitais e das terras tanto quanto o preço do trabalho.

⁵ Humboldt (*Essai Politique sur la Nouvelle-Espagne*. t. III, in-octavo, p. 105) estima-o em 3,5 ou 4 francos em nossa moeda.

ber, aproximadamente, o que uma coisa valia entre os antigos, seria preciso saber que mercadoria, na mesma época, devia valer mais ou menos o mesmo que vale entre nós e saber também que quantidade desse artigo se dava em troca daquele cujo preço se quer saber. Não deveríamos tomar como objeto de comparação a seda, por exemplo, porque essa mercadoria, que, na época de César, era preciso trazer da China com elevados custos, já que não era produzida na Europa, devia ser muito mais cara do que para nós. Não existe nenhuma mercadoria que tenha variado menos desde essa época até a nossa? Quanto se dava dessa mercadoria para conseguir 1 onça de seda? É isso que seria preciso saber. Se fosse um artigo cuja produção fosse igualmente aperfeiçoada nas duas épocas, um artigo cujo consumo fosse de natureza a ampliar-se à medida que fosse mais abundante, esse artigo, provavelmente, teria variado pouco em seu valor, o qual poderia, por conseguinte, tornar-se um aceitável termo médio de comparação dos demais valores.

Desde os primeiros tempos históricos, o trigo, para todos os povos da Europa, é a alimentação da maioria. A população dos Estados foi obrigada, por conseguinte, a adaptar-se à sua escassez e à sua abundância e não à quantidade de qualquer outro gênero alimentício: a demanda desse artigo em relação à quantidade de sua oferta deve, portanto, ter sido, em todas as épocas, mais ou menos a mesma. Não consigo, além disso, ver outro artigo cujos custos de produção devam ter variado tão pouco. Os processos de cultivo dos antigos em matéria de agricultura equivaliam aos nossos, sob vários aspectos e, talvez, os superassem em alguns pontos. É bem verdade que o emprego dos capitais era mais caro. Essa diferença, no entanto, é pouco sensível, pois, entre os antigos, os proprietários cultivavam muito por conta própria e com seus próprios capitais. Esses capitais, engajados em empresas agrícolas, podiam exigir lucros menores do que em outros empregos; tanto mais que, dado que os antigos atribuíam maior honra ao exercício da indústria agrícola do que ao das duas outras, os capitais, bem como os trabalhos, deviam dirigir-se para essa indústria com maior freqüência do que para as fábricas e o comércio.

Na Idade Média, em que todas as artes tanto degeneraram, a cultura do trigo se manteve num ponto alto de perfeição que não está muito abaixo daquele em que a encontramos atualmente.

A partir dessas considerações, concluo que o valor de uma mesma quantidade de trigo deve ter sido mais ou menos o mesmo entre os antigos, na Idade Média e em nossos dias. No entanto, visto que a abundância das colheitas sempre variou prodigiosamente de um ano para outro, que ocorreram fomes em certas épocas e que os cereais foram dados por preços vis em outras, só se deve avaliar o trigo sobre seu valor médio sempre que o tomarmos por base de um cálculo qualquer.

Essas são as observações pertinentes no que se refere à avaliação dos valores em épocas diferentes.

Quanto à sua avaliação em dois locais distanciados entre si, ela é igualmente difícil. A alimentação mais geral e, por conseguinte, aquela cuja demanda e quantidade permanecem mais freqüentemente em uma mesma proporção relativa variam de um clima a outro. Na Europa, é o trigo; na Ásia, é o arroz. O valor de um desses gêneros não tem nenhuma relação na Ásia e na Europa; aliás, o valor do arroz na Ásia não tem nenhuma relação com o valor do trigo na Europa. O arroz tem indiscutivelmente menos valor nas Índias do que o trigo entre nós: sua cultura é menos dispendiosa e suas colheitas são em dobro. É em parte por isso que a mão-de-obra é tão barata nas Índias e na China.

O gênero alimentício de uso mais geral constitui, portanto, uma medida inadequada dos valores a grandes distâncias. Os metais preciosos não constituem, tampouco, uma medida perfeita: valem incontestavelmente menos na América do que

na Europa e incontestavelmente mais em toda a Ásia, pois para lá vão constantemente. Apesar disso, a grande comunicação existente entre essas partes do mundo e a facilidade de transportá-los podem levar a supor que ainda se trata da mercadoria que menos varia em seu valor ao passar de um clima para outro.

Felizmente, não é necessário, para as operações comerciais, comprar o valor das mercadorias e dos metais em dois climas diferentes, bastando apenas conhecer sua relação com os outros artigos em cada clima. Um negociante envia para a China 1/2 onça de prata: que lhe importa se essa 1/2 onça valha mais ou menos do que 1 onça na Europa? A única coisa que lhe interessa é saber que, com essa prata, poderá comprar em Cantão uma libra de chá de determinada qualidade, a qual, trazida para a Europa, será vendida por 1 1/2 onça de prata. Segundo esses dados, sabendo que, quando a operação terminar, terá sobre esse objeto um ganho de 1 onça de prata, o negociante calcula se esse lucro, depois de cobrir os custos e os riscos da viagem de ida e volta, propicia-lhe ainda um benefício suficiente. Nada mais lhe interessa.

Se envia mercadorias em lugar de dinheiro, basta-lhe saber qual é a relação existente entre o valor dessas mercadorias e o do dinheiro na Europa, isto é, *o que custam*; qual é a relação existente entre seu valor e o dos artigos chineses na China, isto é, *o que se obterá em troca*; e, finalmente, saber qual é a relação existente entre essas últimas e o dinheiro na Europa ou *por quanto serão vendidas* quando aqui chegarem. Como se vê, a única coisa que entra em questão é comparar os valores relativos de dois ou de vários objetos, no mesmo tempo e no mesmo lugar, em cada ocasião diferente.

Nas situações comuns da vida, isto é, quando se trata apenas de comparar o valor de duas coisas que não estão separadas nem por um longo espaço de tempo nem por uma grande distância, quase todos os artigos que têm algum valor podem servir de medida. E se, para designar o valor de uma coisa, mesmo quando não se trata nem de venda nem de compra, emprega-se com mais freqüência, para tal apreciação, o valor dos metais preciosos ou da moeda, é porque o valor de uma determinada quantidade de moeda é geralmente mais conhecido do que qualquer outro.⁶ Quando se estipula, contudo, para épocas afastadas, como quando se reserva uma renda perpétua, é melhor estipular em trigo, pois a descoberta de uma única mina poderia fazer com que o valor da prata caísse muito aquém de seu valor atual, ao passo que o cultivo de toda a América setentrional não acarretaria uma queda sensível no valor do trigo na Europa. Nesse caso, com efeito, a América ver-se-ia povoada de consumidores, ao mesmo tempo que coberta de trigais maduros. De qualquer maneira, a estipulação de valores para um prazo distante é necessariamente vaga e não pode oferecer nenhuma segurança quanto ao valor que será recebido.

A pior de todas as estipulações seria aquela que estipulasse em moeda nominal. Já que esse nome, com efeito, pode aplicar-se a valores diversos, seria estipular uma palavra e não um valor e sujeitar-se a pagar ou a ser pago em palavras.

Se me detive em combater expressões inexatas, é porque me parecem excessivamente difundidas e porque elas bastam, às vezes, para estabelecer idéias falsas. Ora, as idéias falsas tornam-se, freqüentemente, a base de um falso sistema e é de um sistema desse tipo que nascem, finalmente, as operações errôneas.

⁶ Para apreciar os diferentes valores das coisas, comparo-os, na presente obra, ao preço a que podem ser vendidas em troca de moeda, já que não tenho nenhuma necessidade, em meus exemplos, de uma exatidão rigorosa. O próprio geômetra só traça linhas para tornar suas demonstrações sensíveis, só necessitando de exatidão rigorosa em seus raciocínios e em suas conclusões.

***Atenção que se Deve Ter ao Avaliar Somas
Mencionadas na História***

Os autores mais esclarecidos, quando avaliam em moedas de nossa época as somas mencionadas na História, contentam-se em reduzir a moeda corrente à quantidade de ouro ou de prata contida na soma antiga. Isso dá ao leitor uma idéia completamente falsa sobre o valor dessa soma, pois o ouro e a prata perderam muito de seu valor.

Visto que, segundo as observações que se encontram no capítulo anterior, há razões para acreditar que o valor do trigo, num ano comum, variou menos do que o de qualquer outra mercadoria e, certamente muito menos do que o dos metais preciosos, os autores transmitiriam uma idéia bem mais correta de um valor antigo se nos dissessem o que ele podia comprar de trigo. Se essa quantidade de trigo não nos trouxesse à mente uma idéia suficientemente clara do valor antigo, poder-se-ia traduzi-lo em moeda corrente ao preço médio do trigo na época em que estamos.

Alguns exemplos tornarão mais perceptível a necessidade desse meio de redução.

Quando Demócetes, médico de Crotona, retirou-se para Egina, revelou ali tamanha habilidade em sua profissão que os eginetas, para fixá-lo em sua cidade, atribuíram-lhe, por conta do tesouro público, uma pensão anual de um talento. Se quisermos saber qual foi o alcance dessa munificência e, ao mesmo tempo, qual era o valor da soma que tinha o nome de *talento*, a primeira coisa a fazer é procurar saber quanto trigo um talento podia comprar. Até Demóstenes, não possuímos documentos sobre o preço do trigo. No discurso de Demóstenes contra Formion, porém, encontramos a seguinte passagem:

“Sendo o trigo muito caro, vendendo-se até por 16 dracmas, fizemos importar mais de 100 mil medimnos ao preço habitual da taxa, isto é, a 5 dracmas.”

Aí está, portanto, o preço habitual do trigo em Atenas: 5 dracmas por medida. O talento ático continha 6 mil dracmas. A 5 por medimno, o talento podia, por conseguinte, comprar 1 200 medimnos de trigo. Trata-se, agora, de transformar 200 medimnos em medidas de nossa época. Ora, sabemos, através de outras fontes, que cada medimno equivalia a 52 de nossos litros ou a praticamente meio hec-

tolitro. 1 200 medimnos fariam, portanto, 600 hectolitros que, ao preço médio atual (que não está muito longe de 19 francos o hectolitro), valeriam, em nossos dias, 11 400 francos. Essas questões não comportam exatidão completa. Por meio desse método, no entanto, estaremos certos de chegar muito mais perto da verdade do que o padre Barthélemy que, em sua obra *Viagem de Anárcarse*, avalia o talento ático em apenas 5 400 francos.

Se quisermos fazer alguma idéia sobre os valores no período mais célebre da história romana, isto é, na época de César, procuraremos saber quanto trigo cada soma podia comprar, avaliando, a seguir, quanto pode valer atualmente a mesma quantidade de trigo. O *modius* era uma medida que se vendia, habitualmente, por 3 sestércios.¹ Os especialistas em História antiga não diferem muito quanto à capacidade do *modius*. Alguns afirmam ser ele igual a 8 58/100 litros e outros a 8 82/100. Tomemos como média 8 7/10; nessa base, um sestércio valeria tanto quanto 1/3 de 8 7/10 litros, isto é, 2 9/10 litros. Ora, a 19 francos o hectolitro, essa quantidade de trigo equivale a 55 centimos.² Essa estimativa ultrapassa em mais da metade as avaliações que, até o momento, foram feitas do sestércio e isso nos dá uma idéia mais correta das quantias mencionadas pelos autores daquela época.³

É ainda maior a incerteza na avaliação das somas históricas depois do colapso do Império Romano, seja por causa da diversidade das moedas e de suas freqüentes alterações, seja em razão de nossa ignorância acerca da verdadeira capacidade das medidas dos cereais. Para estimar aproximadamente uma quantia sob a primeira dinastia dos reis da França; para saber, por exemplo, o que valiam os 400 escudos de ouro que o papa São Gregório conseguiu tirar do reino da França desde o ano 593, seria preciso saber quanto trigo 400 escudos de ouro podiam comprar. Mesmo supondo, todavia, que possuíssemos alguma informação aceitável sobre o preço do trigo por volta do final do século VI, esse preço não seria, provavelmente, fixado em escudos de ouro. Seria necessário, por conseguinte, saber, ao mesmo tempo, qual era a relação da moeda na qual a estimativa seria feita com os escudos de ouro. Além disso, seria também preciso conhecer a capacidade da medida de trigo cujo preço nos seria dado, a fim de conhecer sua relação com nossas medidas atuais de capacidade. Mas, apesar disso tudo, ainda assim seria muito fácil cometer um erro de até o dobro em todas essas reduções.

Dupré de Saint-Maur⁴ acredita que, a partir do reinado de Felipe Augusto, isto é, a partir mais ou menos do ano 1200 de nossa era, a capacidade do sesteiro de Paris permaneceu mais ou menos a mesma. Ora, essa quantidade de trigo é bem próxima de 1 1/2 hectolitro. Tomando, então, 19 francos como o preço médio atual do hectolitro de trigo, o preço médio do sesteiro seria de 28,50 francos. Por conseguinte, cada vez que constatamos, na história da França a partir de Felipe Augusto, que o sesteiro de trigo está a um determinado preço, podemos traduzi-lo, qualquer que ele seja, por 28,20 francos em valor de hoje.

¹ Ver GARNIER. *Histoire des Monnaies*. t. II, p. 334.

² Nas edições anteriores desta obra, o sestércio romano foi avaliado acima desse valor. Prefiro a presente avaliação porque suas bases me parecem mais sólidas.

³ Horácio (Ep. 2. Livro Segundo) menciona uma extensão considerável de terra (o sentido de suas afirmações exige que o seja), atribuindo-lhe o valor de 300 mil sestércios. Segundo a avaliação acima, essa terra devia valer, na época, 165 mil francos. Dacier, tradutor pouco filosófico do poeta-filósofo, avalia-a em 22 500 francos, o que constitui verdadeiro contra-senso.

Alguns autores pretendem que Calígula exauriu, em menos de um ano, os tesouros acumulados por Tibério, os quais ascendiam a 2,7 bilhões de sestércios. La Harpe traduz essa soma em 546 de nossos milhões. De acordo, porém, com a avaliação de 55 centimos por sestércio, essa quantia equivale, aproximadamente, a 1,5 bilhão de nossos francos. E, de fato, não se percebe muito bem como Calígula poderia realizar com menos suas caríssimas loucuras.

⁴ *Ensaio sobre as Moedas*.

Assim, sabemos que, em 1514, sob Luís XII, o sesteiro de trigo valia, em ano comum, 26 soldos. Portanto, 26 soldos valiam na época tanto quanto 28,50 francos hoje em dia. Desse modo, quando os historiadores afirmam que, durante o reinado desse príncipe, o montante das contribuições públicas elevava-se a 7,65 milhões de libras *tournois*, devemos estimá-las iguais a mais de 167 milhões de francos em valor atual. Raynal apresenta, portanto, uma idéia bastante incorreta a esse respeito quando as avalia em apenas 36 milhões de nossos francos. A origem de seu erro, repito, está em ter-se limitado a procurar o que essa soma continha de metal de prata, reduzindo essa prata à moeda atual, sem atentar para o fato de que o valor desse metal caiu muito depois daquela época.

Em suas *Memórias*, Sully conta ter acumulado, nos subterrâneos da Bastilha, até 36 milhões de libras *tournois*, destinadas a servirem à realização dos grandes desígnios de Henrique IV contra a casa da Áustria. Como houve forte degradação no valor do ouro e da prata precisamente no período de duração desse reinado, esses metais perdiam gradualmente seu preço, ao mesmo tempo em que o ecônomo superintendente os acumulava na Bastilha. Seja como for, podemos saber que valor tinha ainda esse tesouro no ano em que morreu esse príncipe. Em 1610, 1 sesteiro de Paris, que vale atualmente 28,50 francos, era vendido por 8 libras, 1 soldo e 9 dinheiros e é nessa moeda que são avaliados os 36 milhões de que fala Sully. Ora, considerando-se que 8 libras, 1 soldo e 9 dinheiros equivalem a 28,50 francos, os 36 milhões valeriam hoje mais do que 126 milhões. Essa quantia constituía um recurso importante, sobretudo se levarmos em conta que a guerra, na época, era muito diferente do que é hoje. Com 50 mil homens e com munições de guerra e provisões de boca proporcionais, Henrique IV teria feito coisas que, hoje, só poderiam ser realizadas com 300 mil homens e 1 bilhão de francos. Sully teve o desgosto de ver, ainda em vida, essas poderosas economias dissipadas por vis cortesãos.

Podemos ter a curiosidade de comparar a dívida pública de Luís XIV, nos desastres que assinalaram o final de seu reinado, com nossas atuais dívidas públicas. O inspetor geral Desmarets entregou ao duque de Orléans, que era o regente, um relatório que nos apresenta a situação da dívida móvel em 1708.⁵ O principal ascendia, na época, a 685 milhões. O inspetor não fornece o montante das rendas pagas pela administração municipal. Um pouco mais adiante em seu relatório, porém, percebe-se que a elas consagrava-se a totalidade do produto dos estabelecimentos agrícolas do reino, os quais produziram 31 milhões em 1709, e que esse produto não permitiu pagar mais de seis meses num ano. Podemos supor, conseqüentemente, que a dívida constituída elevava-se a 62 milhões de rendimentos pagos sobre o principal de 1,24 bilhão.⁶ Adicionando-os aos 685 milhões dos compromissos a termo, teremos 1,925 bilhão que, com o auxílio do trigo, devemos agora transformar em valor atual.

O preço médio do trigo alcançado nos anos de 1685 a 1716, excluindo-se os anos extraordinários de maior e menor preço, era de 17 libras e 16 soldos por sesteiro de Paris. Traduzindo por 28,50 francos cada soma de 17 libras e 16 soldos que se encontra na dívida de Luís XIV, teríamos um total de 3,82 bilhões de francos. Triste resultado da mesquinha glória militar do príncipe e dos inúmeros abusos de sua corte.

⁵ Ver os *Annales Politiques* do Padre de Saint-Pierre, do ano de 1716.

⁶ O rei certamente não havia recebido esse principal das mãos dos emprestadores, pois a situação do crédito na época não permitia tomar emprestado a 5%. Era necessário tomar emprestado a doze, isto é, recebia-se como principal somente doze vezes o rendimento que se comprometia a pagar. Apesar disso, o público continuava onerado por um rendimento perpétuo que equivalia a um principal ao vinte.

O que as Moedas Deveriam Ser

O que disse até o momento acerca das moedas deixa pressentir, talvez, o que elas deveriam ser.

A extrema conveniência dos metais preciosos para servirem de moeda fez com que fossem quase universalmente preferidos para esse uso. Nenhuma outra matéria é mais apropriada para tal fim. Portanto, nenhuma mudança a esse respeito é desejável.¹

Pode-se dizer o mesmo sobre a divisão dos metais preciosos em parcelas iguais e de fácil manuseio. Convém cunhá-los, por conseguinte, como a maioria dos povos civilizados fez até o presente, em peças com peso e título regulares.

É preferível que tragam uma marca que seja a garantia desse peso e desse título e que a faculdade de conferir essa garantia e, conseqüentemente, de fabricar as peças de moeda, seja reservada exclusivamente aos Governos. Com efeito, grande número de manufatores que as fabricassem em concorrência não ofereceria a mesma garantia.

Deveria deter-se aqui a ação da autoridade pública sobre as moedas.

O valor de um fragmento de prata se estabelece pelo acordo realizado nas transações que se fazem entre os particulares ou entre o Governo e os particulares: convém abandonar a tola pretensão de fixar antecipadamente esse valor e de atribuir-lhe arbitrariamente um nome. O que é uma piastra, um ducado, um florim, uma libra esterlina, um franco? Pode-se ver em tudo isso mais do que fragmentos de ouro ou de prata com determinado peso e um certo título? Se a resposta deve ser negativa, por que dar a esses lingotes outro nome que não o seu, a não ser aquele que designa sua natureza e seu peso?

Alguns poderão dizer que *5 gramas de prata valerão 5 francos*. Ora, essa frase não tem nenhum outro sentido além do seguinte: *5 gramas de prata valerão 5 gramas de prata*, pois a idéia que temos de 1 franco tem sua única origem nos 5 gramas de prata que o compõem. O trigo, o chocolate ou a cera adquirem nomes dife-

¹ A adoção de um papel-moeda, como propôs Ricardo (ver o capítulo XXVI), teria a vantagem de substituir um instrumento caro por um instrumento econômico. Essa economia, porém, acarreta riscos e inconvenientes que talvez superem suas vantagens. De resto, um bom sistema de moedas metálicas toma mais seguro o emprego de bilhetes fiduciários, os quais oferecem, em parte, as vantagens do papel-moeda.

rentes quando são divididos segundo seu peso? Uma libra de pão, de chocolate ou de cera tem, por acaso, outro nome que não uma libra de pão, de chocolate ou de cera? Por que, então, não chamar uma peça de prata pesando 5 gramas por seu verdadeiro nome? Por que não chamá-la simplesmente de *5 gramas de prata*?

Essa pequena retificação, que consiste, aparentemente, numa palavra, em quase nada, tem conseqüências imensas. Uma vez admitida, não é mais possível negociar em valor nominal. Em cada negócio, é preciso contrapor uma mercadoria real a outra igualmente real, uma determinada quantidade de prata a certa quantidade de cereais, de carne ou de tecido. Uma vez assumido um compromisso a termo, não é mais possível dissimular sua violação: se alguém se compromete a me pagar tantas onças de prata fina e, se meu devedor é solvente, estou seguro da quantidade de prata fina que receberei quando expirar o prazo.

Cai por terra, portanto, todo o antigo sistema monetário. Esse sistema é tão complicado, que nunca é completamente entendido, nem mesmo pela maioria dos que dele se ocupam profissionalmente. Além disso, varia de um país para outro e dele permanentemente decorrem a má fé, a injustiça e a espoliação. Nessas circunstâncias, torna-se impossível realizar uma falsa operação sobre as moedas sem fabricar moeda falsa, esquivar seus compromissos sem fazer bancarrota. A fabricação das moedas, ao mesmo tempo, torna-se a coisa mais simples do mundo: um ramo da ourivesaria.

Até a introdução do sistema métrico na França, os pesos empregados, isto é, as onças, os gros² e grãos, tinham a vantagem de apresentar quantidades ponderáveis, fixas há muitos séculos e aplicáveis a todas as mercadorias, de sorte que não se podia trocar a onça pelos metais preciosos sem trocá-la pelo açúcar, pelo mel e por todos os gêneros que se medem por peso. Sob esse aspecto, todavia, quantas vantagens adicionais não possuem ainda os pesos do novo sistema métrico? Baseiam-se em uma quantidade dada pela própria natureza, que não pode, portanto, variar enquanto nosso globo subsistir. O grama é o peso de um centímetro cúbico de água; o centímetro é a centésima parte do metro e este é a décima milionésima parte do arco que constitui a circunferência da terra do pólo ao equador. Pode-se mudar o nome de grama, mas os homens não têm o poder de alterar a quantidade que pesa aquilo que atualmente se entende por grama. Por isso, quem se compromettesse a pagar, numa data futura, uma quantidade de dinheiro igual a *100 gramas de prata*, não poderia, seja qual for a operação arbitrária que pudesse praticar, pagar menos dinheiro sem violar de maneira evidente sua promessa.

A facilidade que o Governo pode oferecer para a execução das trocas e dos contratos em que se emprega a mercadoria-moeda consiste em dividir o metal em diferentes peças, de um ou vários gramas, de um ou de vários centigramas, de modo a se poder contar, sem auxílio de balança, 15, 20 ou 30 gramas de ouro ou prata, segundo os pagamentos que se queira fazer.

Experiências realizadas pela Academia de Ciências provam que o ouro e a prata puros são menos resistentes à fricção do que quando contêm um pouco de liga. Além disso, os moedeiros afirmam que, para purificá-los por completo, seriam necessárias manipulações dispendiosas que encareceriam consideravelmente a fabricação de moedas. É por isso que se mistura certa quantidade de liga ao ouro e à prata. É necessário, porém, que essa quantidade seja claramente anunciada pelo cunho, o qual não deve ser mais do que uma etiqueta que certifica o peso e a qualidade do metal.

Observe-se que não se trata aqui, de modo nenhum, de francos, de décimos

² Gros — Subdivisão da libra francesa, igual a 1/8 de 1 onça, ou seja, 3,824 gramas. (N. do Ed.)

ou de *cêntimos*. Tais nomes, com efeito, simplesmente não deveriam existir, já que não são o nome de absolutamente nada. Nossas leis determinam que se cunhem peças de 1 franco, as quais devem pesar 5 gramas de prata. Na realidade, deveriam simplesmente determinar que se cunhassem peças de 5 gramas.

Assim, em lugar de fazer um bilhete ou uma letra de câmbio de 400 francos, por exemplo, deveríamos fazê-los de 2 mil gramas de prata com o título de 9/10 de pureza ou, se se preferisse, de 130 gramas de ouro com o título de 9/10 de pureza. Nada seria mais fácil de pagar, pois as peças de moeda, quer em ouro, quer em prata, seriam, todas, múltiplos ou frações de grama com o título de 9/10 de metal fino misturado com 1/10 de liga.

Na verdade, seria necessário que uma lei determinasse que qualquer convenção que estipulasse certo número de gramas de prata ou ouro só poderia ser paga em peças cunhadas (salvo estipulação expressa em sentido contrário), a fim de que o devedor não pudesse saldar sua dívida com lingotes, cujo valor fosse um pouco menor do que o das peças cunhadas. Tal estipulação poderia ser objeto de uma lei definitiva, a qual poderia prescrever, além disso, que as palavras *de ouro* ou *de prata*, sem outra qualificação, designariam ouro e prata a 9/10 de pureza. Essa lei, de mera precaução, teria por único fim evitar, em cada novo ato ou contrato, a estipulação de várias cláusulas, que passariam a ser sempre subentendidas.

O Governo só cunharia os lingotes dos particulares na medida em que lhe pagassem os custos e até os lucros da fabricação. Tais lucros poderiam ser bastante elevados, dado o privilégio exclusivo de fabricação. Nada impedia que, ao cunho anunciando o peso e o título, se acrescentassem todos os signos considerados adequados para prevenir a contratação.

Até aqui, não fiz nenhuma menção à proporção ou relação entre o ouro e a prata, pela simples razão de que não me era necessário mencioná-la. Já que não me concerne enunciar o valor dos metais numa denominação específica, as variações recíprocas desse valor tampouco me concernem, assim como não me concernem as variações de seu valor em relação a todas as demais mercadorias. Deve-se deixar que tal valor se estabeleça por si mesmo, pois seria vão tentar fixá-lo. Quanto às obrigações, elas seriam pagas segundo foram contratadas. Um compromisso de dar 100 gramas de prata seria saldado por meio de 100 gramas de prata, a menos que, por consentimento mútuo, as partes contratantes, na época do pagamento, preferissem saldá-lo com outro metal ou com outra mercadoria, segundo uma avaliação sobre a qual estivessem de acordo.

Uma moeda que fosse simplesmente prata ou ouro etiquetado, sem nenhum valor nominal, escapando, conseqüentemente, ao capricho de qualquer lei, seria tão vantajosa para todos e para todos os tipos de comércio que não tenho a menor dúvida de que tornar-se-ia corrente mesmo entre os estrangeiros. A nação que a cunhasse tornar-se-ia, então, manufatora de moeda para o consumo externo, podendo obter ótimos lucros com esse ramo industrial. No *Tratado Histórico das Moedas da França de Le Blanc* ("Prolegômenos", p. 4), vemos que determinada moeda, que São Luís fez cunhar, cujas peças chamavam-se *agnels d'or* (assim chamadas em razão da figura de um cordeiro — *agneau* — nelas impressa), era procurada até pelos estrangeiros, *que gostavam muito de fazer contratos nessa moeda* simplesmente porque, desde São Luís até Carlos VI, ela sempre conteve a mesma quantidade de ouro.

Supondo-se que fosse a França a nação que fizesse esse excelente negócio, não creio que nenhum dos que me fazem a honra de ler esta obra lamentasse ver *fugir nosso numerário*, segundo a expressão de certas pessoas que não entendem nem querem entender nada dessas questões. A prata e o ouro certamente não saíam do país sem serem muito bem pagos e sem que fossem igualmente pagas to-

das as elaborações que recebessem. As fábricas e o comércio de bijuterias não são considerados muito lucrativos, embora enviem ouro e prata para o exterior? Na verdade, a beleza dos desenhos e das formas acrescenta grande valor aos metais que tal indústria remete para fora. No entanto, a exatidão dos testes e das pesagens e, sobretudo, a permanência dos mesmos pesos e dos mesmos títulos nas moedas são qualidades que não deixariam de ser igualmente apreciadas.

Se alguém objetasse que tal sistema foi adotado por Carlos Magno, que deu o nome de *libra* a 1 libra de prata, sem que isso, entretanto, impedisse a degradação das moedas nem que se desse, posteriormente, o nome de libra a algo que, na realidade, só pesava 96 grãos, a esse objeto eu responderia:

1. que jamais houve, nem na época de Carlos Magno nem posteriormente, peças de prata de 1 libra; a libra sempre foi uma moeda de cálculo para servir como unidade, uma medida ideal. As peças de prata eram, naquele tempo, *soldos de prata (solidi)* e o soldo não era uma fração da libra de peso;

2. nenhuma moeda trazia em seu cunho o peso do metal de que era feita. Os museus de numismática guardam várias peças da época de Carlos Magno. Nelas vemos apenas o nome do príncipe e, às vezes, o das cidades em que a peça fora cunhada, escritos em letras grosseiras, o que não é de surpreender num reino cujo monarca, ainda que protetor das letras, não sabia escrever;

3. as moedas tampouco traziam o título ou o grau de pureza do metal e foi essa a primeira causa de sua degradação. Sob Felipe I, com efeito, os soldos de prata que constituíam 1 libra de conta ainda pesavam 1 libra de peso. Essa libra de peso, porém, era composta de 8 onças de prata em liga com 4 onças de cobre, em lugar de conter, como ocorria na segunda geração, 12 onças de prata fina, peso da libra de então;

4. a própria libra de peso, finalmente, era uma grandeza arbitrária que podia ser modificada pelo legislador, ao passo que uma medida baseada no tamanho da terra constitui uma quantidade invariável.

O desgaste das peças de moeda é proporcional à extensão de sua superfície. Entre dois pedaços de metal de mesmo peso, desgastar-se-á menos aquele que apresentar a menor superfície de fricção. A forma esférica ou de uma bola seria, portanto, a que mesmos desgaste sofreria. Foi recusada, porém, por ser muito incômoda.

Depois da forma esférica, a que menor superfície oferece é a de um cilindro cujos comprimento e largura são idênticos. Tal forma, entretanto, seria quase tão incômoda quanto a anterior. Por isso, a forma geralmente adotada foi a de um cilindro bem achatado. Do que acaba de ser dito, porém, depreende-se que o mais conveniente é que a moeda seja achatada o mínimo possível compatível com seu uso, isto é, que o melhor é fazer as peças antes espessas do que extensas.

Quanto ao cunho, suas principais qualidades são as seguintes. A primeira delas é atestar o peso da peça e seu título. É preciso, então, que o cunho seja bem visível e inteligível, a fim de que mesmo os mais ignorantes possam compreender seu significado. É necessário, além disso, que o cunho resista, tanto quanto possível, à alteração da peça, isto é, é conveniente que a circulação normal ou a desonestidade não possam alterar o peso da peça sem alterar, ao mesmo tempo, seu cunho. Ranhuras entalhadas na espessura das bordas, sem ocupá-las por inteiro e sem demasiada profundidade, impedem, embora não pareça, o desgaste das peças.

Quando saliente, o cunho deve sê-lo bem pouco, a fim de que as peças possam se empilhar facilmente e, sobretudo, para estarem menos expostas à ação da fricção. Pela mesma razão, os traços da marca cunhada devem estar ligados entre si; caso contrário, a fricção apagá-los-ia com grande facilidade. Com essa finalidade, já se propôs que os cunhos fossem feitos em baixo-relevo. Teriam o inconveniente, porém, de se encherem de sujeira. Poder-se-ia, contudo, experimentá-lo.

Os mesmos motivos que levam, em geral, a fazer as peças de moeda com o mínimo de superfície possível devem, também, levar a fazê-las tão grandes quanto a comodidade permitir; quanto mais, com efeito, são divididas, tanto maior é a superfície que apresentam. Não se deve fabricar pequenas peças de metal precioso, a não ser as que forem absolutamente necessárias para as pequenas trocas e para os trocos, reservando peças grandes para todos os grandes pagamentos.

Constitui um problema saber quem deve arcar com a perda resultante do desgaste das peças de moeda. Em estrita justiça, essa usura deveria, como em qualquer outro tipo de mercadoria, ser suportada por quem utilizou a moeda. Uma pessoa que revende uma roupa depois de tê-la usado revende-a mais barato do que a comprou. Uma pessoa que vende um escudo por mercadoria deveria vendê-lo mais barato do que o comprou, isto é, deveria receber em troca menos mercadoria do que deu por ele.

Ocorre, porém, que a parte do escudo que é gasta ao passar pelas mãos de uma única pessoa honesta é tão pequena que é quase impossível avaliá-la. Só depois de ter circulado durante muitos anos é que seu peso diminui de maneira perceptível, sem que se possa dizer com exatidão nas mãos de quem ocorreu tal diminuição. Sei muito bem que cada um daqueles por cujas mãos o escudo passou suportou, sem dar-se conta, a degradação em seu valor de troca ocasionada pelo desgaste. Sei também que essa diminuição, que não pode ser percebida de um dia para outro, torna-se perceptível ao cabo de certo número de anos e que uma moeda desgastada compra menos mercadoria do que uma moeda nova. Minha opinião, em consequência, é a de que, se uma espécie inteira de peças de moeda se degradasse sucessivamente, a ponto de exigir uma refundição, os possuidores dessas peças não poderiam, com razão, no momento da refundição, exigir que sua moeda degradada fosse trocada, peça por peça, soldo por soldo, por uma moeda nova. Suas peças só deveriam ser aceitas, mesmo pelo Governo, pelo que realmente valem. Embora contenham agora menos prata do que originalmente, seus possuidores conseguiram-nas mais barato, visto que, para tê-las, deram uma quantidade de mercadoria inferior à que teriam dado originalmente.

Tal é, com efeito, o rigor do princípio. Duas considerações, entretanto, devem impedir sua adoção irrestrita.

1) As peças de moeda não são uma mercadoria individual, se posso assim me exprimir. Seu valor nas trocas se estabelece não exatamente na base do peso e da qualidade das peças atualmente oferecidas, mas na base do peso e da qualidade que, por experiência, sabe-se existir na moeda do país tomada ao acaso e em grandes quantidades. Um escudo um pouco mais antigo e desgastado é tão bem aceito quanto um mais íntegro, pois um compensa o outro. A cada ano, as casas das moedas cunham novas peças que contêm todo o metal puro que devem possuir. Dessa maneira, o valor da moeda, mesmo ao cabo de grande número de anos, não sofre, pelo menos não por causa do desgaste, uma diminuição em seu valor.

Isso podia ser facilmente observado em nossas peças de 12 e de 24 soldos, as quais, pela facilidade que tinham de circular junto com os escudos de 6 libras, conservavam valor igual aos escudos, embora houvesse, na mesma soma nominal, aproximadamente 1/4 a menos de prata nas peças usadas de 12 e 24 soldos do que nos escudos.

A lei que interveio nessa situação, autorizando os caixas públicos e particulares a recebê-los por apenas 10 e 20 soldos, não os avaliou aquém do que intrinsecamente valiam, mas abaixo do valor pelo qual seu último possuidor os tinha recebido. Esse valor, com efeito, sustentado, por assim dizer, pelo dos escudos, permanecera, até esse possuidor, de 12 e de 24 soldos, como se as peças não tivessem perdido nada pela fricção. Essa lei, portanto, fez com que só o último detentor perdesse o desgaste produzido pelos milhares de mãos pelas quais as peças haviam passado.

2) O cunho, a marca da peça, serve exatamente da mesma maneira até o último instante, embora, no final, mal seja visível ou até completamente invisível, como nos antigos xelins da Inglaterra. Vimos que a peça de moeda tem um certo valor em razão desse cunho. Esse valor foi reconhecido até a troca que a fez passar para as mãos de seu último possuidor: por essa razão, este último a recebeu por uma taxa pouco superior a de um pequeno lingote de mesmo peso. Só essa pessoa, portanto, perderia o valor do cunho, embora talvez seja a centésima milésima pessoa a utilizar a peça.

Essas considerações me levam a pensar que deveria incumbir à sociedade inteira, isto é, ao tesouro público, arcar, nesses casos, com a perda do desgaste e do cunho. É a sociedade inteira que usou a moeda e, ao mesmo tempo, é impossível fazer com que essa perda seja suportada por cada particular na proporção dos benefícios que extraiu da moeda.

Assim, pode-se fazer com que toda pessoa que leve lingotes à casa da moeda para serem cunhados pague os custos de fabricação e até, se se quiser, os benefícios do monopólio. Não há nenhum inconveniente nisso: a moedagem acrescenta ao valor de seu lingote todo o preço que a pessoa paga pela moeda. De resto, se a cunhagem não acrescentasse tal valor, a pessoa com certeza não cuidaria de levar seu lingote à moedagem. Ao mesmo tempo, porém, sou da opinião de que as casas da moeda deveriam, sempre que solicitadas, trocar uma peça velha por uma peça nova, sem que isso impedisse, é claro, que fossem tomadas todas as precauções possíveis contra aqueles que raspam as moedas. A casa da moeda, assim, só receberia na base de lingotes aquelas peças a que faltariam certas partes do cunho que não foram tiradas pelo desgaste natural. A perda, nesse caso, incidiria sobre o particular negligente o bastante para receber peças destituídas de sinais de fácil reconhecimento. A rapidez com a qual as pessoas cuidassem de levar à casa da moeda uma peça alterada forneceria ao ministério público meios de identificar mais facilmente a fonte das alterações fraudulentas.

Sob uma administração eficiente, a perda que essa causa ocasionaria para o tesouro público reduzir-se-ia a bem pouca coisa. O Estado poderia facilmente indenizar-se por ela por meio dos benefícios da fabricação. Ademais, o sistema geral das moedas, assim como o câmbio com o exterior, ficaria, desse modo, sensivelmente melhorado.

Os Signos Representativos da Moeda

§ 1 — Notas promissórias e letras de câmbio

Uma nota promissória e uma letra de câmbio são obrigações contratuais de pagar ou de fazer pagar determinada soma, quer em outro momento, quer em outro lugar.

O direito vinculado a essa ordem (embora seu valor não seja exigível no instante e no lugar em que se está) confere-lhe, entretanto, um valor atual mais ou menos forte. Assim, um título comercial de 100 francos, pagável em Paris dentro de dois meses, é negociado ou, se se preferir, é vendido pelo preço de 99 francos. Uma letra de câmbio da mesma quantia, pagável em Marselha ao cabo do mesmo espaço de tempo, talvez valha atualmente em Paris 98 francos.

Dado que uma letra de câmbio ou uma nota promissória, em virtude de seu valor futuro, possuem um valor atual, ambas podem ser empregadas à guisa de moeda em qualquer tipo de compra. É por isso que a maior parte das transações comerciais se realiza por meio de letras de câmbio.

Às vezes, a propriedade que tem uma letra de câmbio de ser pagável em outro lugar, longe de diminuir seu valor, aumenta-o. Isso resulta das conveniências e da situação do comércio. Se o comércio de Paris tem muitos pagamentos a fazer em Londres, as pessoas concordarão em dar em Paris, por uma letra de câmbio resgatável em Londres, mais dinheiro do que será recebido em Londres por meio desse papel. — Por essa razão, embora 1 libra esterlina contenha a mesma quantidade de prata fina que a que se encontra em 24 74/100 de nossos francos, as pessoas certamente poderão pagar 25 francos, mais ou menos, por cada libra esterlina pagável em Londres que adquirirem.¹

É a isso que se chama de *cotação do câmbio*, a qual nada mais é do que a quantidade de metal precioso que concordamos em dar a fim de adquirir o direito de receber determinada quantidade do mesmo metal em outro lugar. A qualidade que possui o metal de existir em tal lugar confere-lhe ou tira-lhe valor, comparando-se com o mesmo metal que existe em outro lugar.

¹ Se a letra de câmbio contra Londres deverá ser paga nessa cidade, não em espécie, mas em papel-moeda, sua cotação em Paris, cairá a 21 francos, a 18 francos e talvez a menos ainda por cada libra esterlina, proporcionalmente ao descrédito em que se encontrar o papel-moeda da Inglaterra.

Um país, a França, por exemplo, tem o câmbio a seu favor quando na França se dá uma quantidade de metal precioso pouco menor do que a que será recebida no exterior com a letra de câmbio que for adquirida; ou quando se dá no exterior uma quantidade de metal pouco maior do que a que será recebida na França por meio de uma letra de câmbio resgatável na França. A diferença nunca é muito grande, não podendo ultrapassar os custos de transporte dos metais preciosos. Com efeito, se o estrangeiro que necessita de certa quantia em Paris para fazer um pagamento nessa cidade pudesse fazer com que a mesma ali chegasse *in natura* por custos menores do que a perda que lhe causa a cotação do câmbio, ele certamente remeteria a soma *in natura*.²

Certas pessoas acreditam ser possível pagar tudo o que se deve aos estrangeiros com letras de câmbio. Em consequência dessa crença, foram adotadas ou provocadas medidas destinadas a favorecer essa pretensa maneira de resgatar as dívidas. Ora, trata-se de rematada loucura. Uma letra de câmbio não tem nenhum valor intrínseco. Só se emite uma letra de câmbio resgatável numa determinada cidade na medida em que a soma nos é devida nessa mesma cidade. Ora, ela só nos é devida ali, na medida em que fizemos chegar à cidade em questão um valor real equivalente. Assim, as importações de um Estado só podem ser saldadas por meio de exportações e vice-versa. As letras de câmbio não passam de um signo daquilo que é devido, isto é, os negociantes de determinado país só podem emitir letras de câmbio pagáveis pelos negociantes de outro pelo montante das mercadorias (ouro e prata inclusive) que remeteram, direta ou indiretamente, para o país em questão. Se um país, a França, por exemplo enviou para outro, a Alemanha, por exemplo, mercadorias no valor de 10 milhões, e se a Alemanha nos enviou mercadorias no valor de 12 milhões, podemos saldar nosso débito até 10 milhões com letras de câmbio representando o valor daquilo que enviamos. Não poderíamos, entretanto, pagar dessa mesma forma os 2 milhões restantes, a menos que o façamos por meio de letras de câmbio resgatáveis num terceiro país, na Itália, por exemplo, para o qual teríamos remetido mercadorias num valor equivalente.

Na realidade, existem certas letras, que os banqueiros chamam de *papel de circulação*, cujo montante não representa nenhum valor real. Um negociante de Paris entra em acordo com um negociante de Hamburgo e contra ele emite certas letras de câmbio; este último as paga vendendo, por sua vez, em Hamburgo, letras de câmbio contra seu correspondente de Paris. Durante todo o tempo em que essas letras se encontraram nas mãos de um terceiro, este fez o adiantamento de seu valor. Negociar letras de câmbio de circulação é, na realidade, uma maneira de tomar emprestado, maneira esta que é bastante cara. Com efeito, ela obriga a pagar, além do desconto, isto é, da perda que o papel sofre em razão da distância de seu prazo de resgate, uma outra perda resultante da comissão do banqueiro, da corretagem e dos outros custos dessa operação. Letras de câmbio desse tipo não podem, de maneira nenhuma, saldar as dívidas que um país tem com outro: as letras são recíprocas e se equilibram mutuamente. As de Hamburgo devem ser iguais às de Paris, pois devem servir para pagá-las; as segundas destroem as primeiras e o resultado é nulo.

Constata-se que o único meio de um país saldar suas dívidas para com outro é enviar-lhe valores reais, isto é, mercadorias (e, sob essa denominação, incluem sempre os metais preciosos) cujo valor é igual ao que dele recebeu. Se não envia diretamente valores efetivos em quantidade suficiente para saldar o que comprou,

² Incluo nos custos o transporte, os riscos deste e, se há proibição, os custos de contrabando. Esses últimos serão tanto maiores quanto mais difícil for a comunicação. Todos esses riscos são avaliados pelos seguros.

envia-os para uma terceira nação, a qual os transfere para a primeira sob a forma de produtos de sua indústria. Como pagamos pelo cânhamo e madeiras de construção que trazemos da Rússia? Remetendo vinhos, aguardentes e tecidos de seda, não somente para a Rússia, mas também para Amsterdam e Hamburgo, que, por sua vez, enviam para a Rússia artigos coloniais e outros produtos de seu comércio.

A ambição costumeira dos governos é a de que os metais preciosos entrem na maior quantidade possível nas remessas de mercadorias feitas pelos estrangeiros e na menor quantidade possível nas remessas feitas para o exterior. Já tive oportunidade de observar, ao tratar do que é inadequadamente chamado de *balança comercial*, que, se é de fato conveniente para o negociante de nosso país enviar metais preciosos para o estrangeiro em detrimento de qualquer outra mercadoria, também é do interesse de nosso país que esse negociante o faça, pois o Estado só ganha e só perde por intermédio de seus cidadãos. Assim, em relação ao exterior, o que melhor convém ao cidadão é, por conseguinte, o que melhor convém à nação.³ Dessa maneira, quando se impõem obstáculos à exportação de metais preciosos que os particulares desejariam fazer, não se faz outra coisa senão forçá-los a substituir essa remessa por outra menos lucrativa para eles e para o Estado.

§ II — Bancos de depósito

As freqüentes comunicações de um pequeno país com os países próximos trazem constantemente para ele moedas cunhadas por todos os seus vizinhos. Não que o país pequeno não possua sua própria moeda, mas a necessidade de freqüentemente receber em pagamento peças estrangeiras faz com que se determine, para cada uma delas, certa taxa baseada nas vantagens que acarretam para o comércio e segundo a qual são habitualmente recebidas.

O uso dessas moedas estrangeiras vem acompanhado de vários inconvenientes: há, com efeito, grande variedade em seu peso e qualidade. Às vezes, são muito antigas, usadas e desgastadas, nem sempre tendo participado das refundições realizadas em seus países de origem; algumas vezes, inclusive, já não mais circulam em seus países de origem. Assim, embora essas circunstâncias sejam levadas em conta no valor corrente que lhes é atribuído, essas moedas são bastante depreciadas.

As letras de câmbio emitidas no exterior contra tal país, já que deverão ser pagas com essa moeda que se tornou corrente, são, em conseqüência, negociadas no exterior com certas desvantagens. Por outro lado, as letras emitidas contra o exterior e, por conseguinte, pagáveis em moeda cujo valor é mais estável e conhecido são negociadas no país por um preço maior, visto que a pessoa que as adquire só pode dar em troca uma moeda corrente degradada. Em suma, a moeda corrente sempre se compara e se troca pela moeda estrangeira com desvantagens.

Ora, os pequenos Estados imaginaram o seguinte remédio, objeto da presente seção.⁴

Instituíram bancos nos quais cada negociante depositou, seja em moeda do Estado boa e válida, seja em lingotes, seja em peças estrangeiras aceitas como lin-

³ Observe-se que digo apenas: *no que se refere ao comércio com o exterior*. Com efeito, os ganhos que os negociantes, através de um monopólio, obtêm de seus compatriotas não constituem, em sua totalidade, ganhos para o Estado. No comércio entre compatriotas, só constitui ganho para todos o valor de uma utilidade produzida.

⁴ Estabelecimentos desse tipo existiram em Veneza, Gênova, Amsterdam e Hamburgo. A guerra, que abalou tantos Estados, não deixou subsistir nenhum deles. Apesar disso, talvez seja útil dar a conhecer a natureza de tais estabelecimentos, pois podem ressurgir. De resto, isso permitirá compreender melhor a história dos países que admitiram sua existência, e a história do comércio em geral. Além disso, é necessário abarcar todos os meios utilizados pelos homens para preencher os vários usos da moeda.

gotes, um valor qualquer expresso em moeda nacional com o título e o peso exigidos pela lei. O banco, ao mesmo tempo, abriu uma conta para cada depositante e passou para o crédito dessa soma assim depositada. Quando um negociante, posteriormente, pretendia realizar um pagamento, bastava, sem tocar no depósito, transportar o montante da soma, ou de uma parcela desta, da conta de um credor do banco para a de outra pessoa. Dessa maneira, tornou-se possível realizar continuamente os transportes de valor, mediante simples transferência efetuada nos livros do banco. Observe-se que, uma vez que nenhuma moeda, em toda essa operação, é materialmente transferida de uma mão para outra — a moeda originalmente depositada, a moeda que possuía então o valor intrínseco que devia possuir, a moeda que servia de garantia do crédito que era transportado de um para outro —, essa moeda não pôde sofrer nenhuma alteração, quer pelo desgaste, quer pela falcatura, quer até pela mobilidade das leis.

A moeda que permaneceu em circulação deve, portanto, quando trocada pela moeda de banco, isto é, quando trocada por inscrições no banco, perder proporcionalmente à depreciação que sofreu. Daí o surgimento do ágio ou diferença de valor que se estabelecia em Amsterdam, por exemplo, entre o dinheiro de banco e o dinheiro corrente. Este último, trocado por dinheiro bancário, perdia, em geral, de 3 a 4%.

Compreende-se que letras de câmbio pagáveis em uma moeda tão segura e invariável devam negociar-se em melhores condições do que as demais. É por essa razão que se podia constatar, em geral, que a cotação do câmbio era favorável aos países que pagavam em moeda de banco e desfavorável aos que só tinham moeda corrente a oferecer em pagamento.

O depósito realizado dessa maneira num banco nele permanece definitivamente, pois sua retirada acarretaria grandes perdas. Com efeito, a moeda retirada seria boa e integral, tendo seu pleno valor de origem. Quando fosse dada em pagamento, entretanto, só seria aceita como moeda corrente e depreciada. A peça mais nova e mais íntegra, com efeito, lançada com outras em circulação, é aceita pelo seu valor numérico e não pelo seu peso. Não se pode, nos pagamentos, fazer com que seja aceita por um valor superior ao das peças correntes. Tirar moeda do banco para pô-la em circulação seria, portanto, perder gratuitamente o acréscimo de valor que essa moeda tem em relação à outra.

É esse o objetivo da instituição dos bancos de depósito. A maioria deles acrescentou outras operações às decorrentes do objetivo principal de sua instituição: não é aqui, entretanto, o lugar apropriado para tratar delas.

O benefício dos bancos de depósito deriva de uma taxa que lhes é paga sobre cada transferência e de certas operações compatíveis com sua instituição, como empréstimos sobre depósitos de lingotes.

Podemos perceber que uma das condições essenciais à realização do fim a que tais bancos se propõem é a inviolabilidade do depósito que lhes é confiado. Em Amsterdam, os quatro burgomestres, principais funcionários municipais, eram responsáveis por ele. Cada ano, ao término do exercício de suas funções, entregavam-no a seus sucessores que, após tê-lo verificado, comparando-o com os registros do banco, comprometiam-se sob juramento a entregá-lo intato aos magistrados que deveriam substituí-lo. Esse depósito foi respeitado desde a instituição do banco, em 1609, até 1672, época em que o exército de Luís XIV penetrou até Utrecht. Nessa ocasião, foi devolvido aos depositantes. Parece que, posteriormente, o depósito do banco não foi tão religiosamente guardado. Com efeito, quando os franceses se apoderaram de Amsterdam, em 1794, ocasião em que foi preciso declarar a situação das caixas, verificou-se que, sobre esse depósito, havia-se emprestado, quer à cidade de Amsterdam, quer à companhia das Índias, quer às pro-

víncias da Holanda e da Frísia Ocidental, uma soma de 10 624 793 florins que essas corporações não tinham condições de restituir.

Seria de temer que um depósito desse tipo fosse ainda menos respeitado num país em que a autoridade pública se exercesse sem responsabilidade nem controle.

§ III — Bancos de desconto e bilhetes ao portador

Existem outros bancos que se baseiam em princípios completamente diferentes: são associações de capitalistas que, através de ações, fornecem fundos com os quais efetuam diversos serviços úteis ao público e com os quais obtêm algum lucro. Sua principal operação consiste em descontar letras de câmbio, isto é, em pagar antecipadamente seu montante, guardando um desconto ou juro proporcional ao intervalo de tempo até a data de vencimento das letras.

Se os bancos de desconto se limitassem a descontar letras de câmbio a prazo fixo exclusivamente por meio do capital de seus acionistas, os adiantamentos que poderiam fazer limitar-se-iam ao volume desse capital. Via de regra, porém, aumentam a soma desse capital pondo em circulação bilhetes ao portador, pagáveis à vista, os quais fazem as vezes de moeda enquanto o público lhes concede sua confiança, recebendo-os como dinheiro líquido. Nesse expediente, o público encontra adiantamentos para somas mais elevadas, e o banco ganha com isso, além do juro dos capitais fornecidos por seus acionistas, os juros de seus bilhetes em circulação. Trata-se de saber quais são os limites dessa dupla vantagem e os abusos a que está sujeita. É nesse ponto que encontramos uma das mais belas demonstrações de Smith, a qual não foi, todavia, compreendida por todos. Tentemos torná-la mais simples e difundida.

Que causa faz com que o público deposite sua confiança nos bilhetes de um banco e os receba em pagamento em condições de igualdade com a moeda? É a convicção que cada um tem de poder, a qualquer momento e sem dificuldade, trocá-los, se quiser, por moeda. Disse: *sem dificuldade, a qualquer momento*, pois, caso contrário, a moeda seria preferida, visto que sempre tem, para quem a possui, sem que encontre nenhuma dificuldade e a qualquer momento, valor de moeda. Para que o possuidor de bilhetes possa desfrutar das mesmas vantagens, é necessário que a caixa em que poderá, caso necessário, receber o dinheiro correspondente aos bilhetes em seu poder se encontre ao seu alcance e que ela tenha meios de resgatá-los à simples apresentação. Para resgatá-los desse modo, é preciso que o banco tenha à sua disposição não somente valores de inteira solidez, mas valores sempre disponíveis, capazes de se transformarem imediatamente em dinheiro. Com efeito, um portador de bilhetes que se julgasse sujeito a ser reembolsado em terras ou em prédios não consentiria em aceitar bilhetes como dinheiro líquido.

Ora, quando um banco já fez adiantamentos iguais a seu capital e quando faz, a seguir, novos adiantamentos em seus bilhetes, que garantia tem em seu poder que lhe propicie os meios de reembolsar, à apresentação, os bilhetes cujo pagamento é exigido? O banco possui as letras de câmbio que tomou para serem descontadas e que suponho aqui terem sido subscritas por pessoas solventes. Essas letras, porém, exatamente porque as tomou para serem descontadas, tendo adiantado seu pagamento antes do termo de seu vencimento, o banco não pode convertê-las no mesmo instante em dinheiro. Como superar tal dificuldade? Um banco bem administrado sempre tem em seu poder determinada soma de numerário de reserva, igual, por exemplo, à terça parte de seus bilhetes em circulação. É essa reserva que o capacita a enfrentar as primeiras demandas de reembolso que lhe são apresentadas. Enquanto satisfaz, por meio dessa soma, os primeiros reembolsos,

as letras de câmbio de sua carteira expiram sucessivamente seus prazos de vencimento, fornecendo-lhe os meios de satisfazer os portadores de bilhetes que se apresentam a seguir.⁵ É exatamente para assegurar a possibilidade de satisfazer a tais reembolsos que os diretores de um banco prudentemente administrado jamais assumem compromissos a serem descontados a longo prazo e, menos ainda, assumem compromissos não reembolsáveis em prazos fixos.

De tudo o que precede, resulta uma conseqüência fatal para muitos sistemas e projetos. É que os bilhetes fiduciários só podem substituir, e, mesmo assim, apenas parcialmente, aquela parcela do capital nacional que faz o papel de moeda, circulando de um bolso a outro a fim de servir para a troca dos demais bens. Por conseguinte, um banco de desconto, ou qualquer outro que põe em circulação bilhetes ao portador, não poderia fornecer às empresas agrícolas, manufatureiras ou comerciais, nenhum fundo para a construção de edifícios e usinas, para cavar minas e canais, desbravar terras incultas ou empreender especulações longínquas. Numa palavra, não pode fornecer nenhum fundo destinado a ser empregado como *capital comprometido*, incapaz de ser convertido em moeda no momento em que bem se deseje. A natureza dos bilhetes ao portador é a de serem exigíveis permanentemente. Quando a totalidade de seu valor não se encontra em dinheiro nos cofres do banco, deve, por conseguinte, ali encontrar-se pelo menos em bilhetes, cujo vencimento seja bem próximo. Ora, uma empresa que aplica os fundos que toma emprestado num emprego do qual não se pode retirá-los à vontade seria incapaz de atender a tais compromissos.

Esse aspecto da questão pode tornar-se mais claro por meio de um exemplo.

Suponhamos que um banco de circulação empreste a um proprietário de terras, em bilhetes fiduciários valendo dinheiro, a soma de 30 mil francos hipotecados sobre suas terras. A garantia é de total solidez. Com esses fundos, o proprietário faz construir um prédio de exploração de que tem necessidade. Para esse fim, contrata um empreiteiro de construções, pagando-lhe os 30 mil francos em bilhetes de banco. Suponhamos, agora, que esse empreiteiro queira receber, ao cabo de algum tempo, o montante dos bilhetes: é evidente que o banco, nesse caso, não pode servir-se da garantia que possui para pagá-los. Como garantia dessa soma de bilhetes, o banco tem apenas uma obrigação, que, embora seja, na realidade, bastante sólida, não é, contudo, exigível.

Deve-se observar que as obrigações que um banco possui, desde que subscritas por pessoas solventes e desde que seu vencimento não seja muito distante, devem constituir, aos olhos do público, garantia suficiente de todos os bilhetes emitidos pelo banco em questão. Para poder resgatá-los todos, basta-lhe não mais emitir bilhetes novos, isto é, basta-lhe cessar seus descontos e deixar vencerem os bilhetes comerciais que detém em suas carteiras. Esses bilhetes, com efeito, serão pagos ou com dinheiro, ou com bilhetes de banco. No primeiro caso, o banco recebe algo com o qual pode pagar seus bilhetes; no segundo, fica dispensado desse pagamento.

Compreende-se, agora, por que razão inúmeros projetos de bancos agrícolas, que pretendiam poder basear em sólidas hipotecas territoriais bilhetes que desempenhassem o papel de moeda, assim como outros projetos de mesma natureza, invariavelmente fracassaram em pouco tempo, acarretando maiores ou menores perdas para seus acionistas ou para o público.⁶ A moeda equivale a um bilhete de soli-

⁵ Um banco que toma diariamente letras de câmbio para serem descontadas, possui esses títulos em carteira com os mais variados vencimentos, aquém do termo que determinou para seus adiantamentos. Cada dia, portanto, encontra vencidos um certo número de títulos, cujo pagamento faz com que o banco recupere parte de seus adiantamentos.

⁶ Em 1803, o banco territorial estabelecido em Paris foi obrigado, por essa causa, a suspender o pagamento em numerário de seus bilhetes e a declarar que só os reembolsaria à medida que conseguisse vender os imóveis sobre os quais estavam hipotecados.

dez total e pagável no mesmo instante. Só se pode, por conseguinte, substituí-la por um bilhete, não somente de perfeita solidez, mas pagável à vista. Ora, mesmo a melhor de todas as hipotecas não pode servir para pagar tais bilhetes.

Pela mesma razão, as letras de câmbio denominadas *papel de circulação* não constituem uma garantia suficiente para bilhetes fiduciários. Essas letras de câmbio, quando de seu vencimento, são pagas com outras letras de câmbio pagáveis num prazo mais afastado e que são negociadas fazendo-se o sacrifício do desconto. Quando chega o vencimento dessas últimas, são pagas com outras, pagáveis ainda mais tarde, as quais também sofrem desconto. Verifica-se que tal operação, quando é um banco que toma esse papel a ser descontado, não passa de um meio de fazer um empréstimo perpétuo nesse mesmo banco, visto que o primeiro empréstimo só é pago com um segundo, esse com um terceiro, e assim por diante. Um compromisso a que o compromissário só pode satisfazer, renovando-o indefinidamente, equivale a um título não reembolsável; seu autor não pode oferecer nenhum valor real, cuja venda possa fornecer recursos ao banco para que este pague os bilhetes que emitiu mediante desconto de tais letras de câmbio.⁷

O mesmo inconveniente se apresenta quando um banco faz adiantamentos perpétuos ou mesmo a longo prazo ao Governo. O banco pode muito bem emprestar ao Governo o capital de seus acionistas: ninguém tem direito de exigir seu reembolso, exceto os próprios acionistas, os quais, nesse caso, aceitaram a destinação que lhes foi atribuída pelos diretores do banco. No entanto, no momento em que emprestam ao Governo bilhetes ao portador e que o Governo os passa ao público através de suas despesas, os portadores desses bilhetes podem apresentar-se aos caixas do banco a fim de serem reembolsados. No presente caso, o banco não terá fundo para pagá-los. Foi o que aconteceu com a antiga caixa de descontos de Paris em 1785, e foi isso que causou, posteriormente, a bancarrota do Banco da Inglaterra. Visto que seu crédito junto ao Governo não era exigível, o banco não pôde saldar os bilhetes que haviam servido para fazer esse adiantamento. Seus bilhetes não eram mais bilhetes fiduciários e passaram a ter um curso forçado. Incapaz de fornecer-lhe os meios de pagá-los, o Governo terminou por dispensá-lo desse pagamento.⁸

Se um banco não pode, sem inconvenientes graves, fazer empréstimos em seus bilhetes contra obrigações não exigíveis a curto prazo, pode, todavia, aplicar em tais empréstimos, com grandes benefícios para o público, os capitais de seus acionistas quando os empresta para serem empregados em usos reprodutivos. Se o Banco de França da época, em lugar de emprestar ao Governo de então seu capital de 90 milhões (que foi dissipado em conquistas desastrosas), o tivesse emprestado, sobre sólidas hipotecas, a proprietários fundiários para a melhora de suas terras, teria sucessivamente recuperado seus adiantamentos, teria feito empréstimos análogos a outros proprietários, fecundando, assim, regiões inteiras sem compro-

⁷ Para inspirar confiança, uma letra de câmbio sempre deve ser signo de um valor real do qual o autor da letra tem o direito de dispor mais tarde ou num outro lugar. Quando um manufator apresenta uma letra sobre um comerciante que lhe comprou alguns tecidos, é porque tem direito ao valor dos tecidos e porque o comerciante tem meios de resgatar a letra através da venda dessa mercadoria. Não precisa, portanto, receber de um banco novos adiantamentos para reembolsar os primeiros.

⁸ Num texto cujo propósito é justificar essa suspensão dos pagamentos do Banco da Inglaterra, Thornton ataca os princípios de Smith. Afirma que a excessiva demanda de reembolso de bilhetes, que determinou a suspensão, não foi provocada por uma emissão exagerada, mas, ao contrário, pela retirada de uma parte dos bilhetes. "Uma redução na quantidade dos bilhetes em circulação — diz esse autor — produz falências; as falências espalham a consternação e esta, por sua vez, provoca uma corrida aos bancos para conseguir guinéus." Tais conseqüências são exageradas, apresentadas apenas para sustentar um paradoxo. Quando um papel fiduciário, por sua multiplicação, depreciou o agente de circulação, fazendo, em conseqüência, desaparecer o numerário metálico, é loucura imaginar que o agente de circulação será menos depreciado se se multiplicar ainda mais. Ao contrário, os bilhetes do Banco da Inglaterra conservaram valor porque sua multiplicação foi interrompida no momento em que passavam a desempenhar sozinhos o papel de moeda.

meter os capitais de seus acionistas, que, em lugar disso, como garantia de seus fundos, contavam apenas com a boa vontade do Governo.

Qualquer banco que emite bilhetes fiduciários, se bem administrado e fora do alcance do poder, não apresenta praticamente nenhum risco para os portadores desses bilhetes. A maior infelicidade que lhes possa suceder, supondo-se que uma absoluta falta de confiança faça com que todos os bilhetes do banco se apresentem simultaneamente para reembolso, está em serem pagos em boas letras de câmbio a prazo curto, com a bonificação do desconto, isto é, está em serem pagos com essas mesmas letras de câmbio que o banco comprou por meio de seus bilhetes. Se o banco possui capital próprio, é uma garantia a mais. Entretanto, num país submetido a um poder sem controle ou a um controle meramente ilusório, nem essa garantia nem a das letras de câmbio guardadas nas carteiras do banco possuem o menor valor. Nesses países, não há garantia alguma além da política do gabinete dirigente; em tais circunstâncias, confiar é sempre uma imprudência.

Através dos adiantamentos que faz ao comércio e das facilidades que propicia à circulação, um banco de desconto oferece vantagens incontestáveis. A ignorância ou o interesse pessoal, contudo, exagerou-as. O leitor teve oportunidade de ver no capítulo XXVI, sobre o papel-moeda, que, mesmo supondo que o instrumento das trocas fosse integralmente em papel, permitindo que se dispusesse de outro modo de todos os valores metálicos, um país ganharia com isso somente um aumento de capital igual à soma das moedas, a qual está limitada pelas necessidades da circulação, formando apenas uma parcela reduzida dos capitais produtivos de uma nação. Quanto à soma que um país pode admitir em bilhetes fiduciários, longe de igualar-se à das moedas, pode apenas substituir uma pequena parte dela. Sua circulação está baseada exclusivamente na confiança que o público tem na solvabilidade dos bancos. Ora, essa confiança se abala com facilidade. Os bancos precisam multiplicar suas agências para poderem aproximar as caixas de reembolso de todos os portadores de bilhetes. Na Inglaterra, os bilhetes dos bancos de províncias não têm concorrência fora da província, cuja extensão nunca é considerável.⁹ Na França, sucursais do Banco de França encontraram dificuldades para colocar bilhetes ao portador em circulação nas cidades maiores, nos centros de grande comércio, como Lyon e Rouen. As reservas em moeda metálica que a prudência os obriga a guardar em caixa, ascendendo, às vezes, a um terço ou metade de seus bilhetes em circulação, constituem capital paralisado, que limita proporcionalmente a soma dos capitais que fornecem para a indústria. Por último, o valor de um bilhete ao portador só pode ser mantido na medida em que permanecem em circulação quantidades importantes de moedas, guardando um valor próprio superior ao valor do metal de que são feitas. Ora, bilhetes ao portador em número excessivo depreciam as moedas em geral. Basta que o valor de uma letra de 1 000 francos caia um pouco abaixo do metal a que dá direito de receber para que o público já se precipite ao banco para trocar um signo, que perdeu em seu valor, por peças de metal que conservaram intato o seu.¹⁰

São esses os limites que a natureza das coisas impõe aos capitais suplementares fornecidos pelos bancos. Os bancos que realizam operações artificiais arriscam-

⁹ Os bilhetes do Banco da Inglaterra, cuja sede encontra-se em Londres, tiveram curso em todas as Ilhas Britânicas, mas não na qualidade de bilhetes fiduciários e, sim, como papel-moeda. (Ver as razões disso no cap. XXVI.)

¹⁰ Foi o que aconteceu na Inglaterra em 1825, quando, após bancos multiplicados em agências terem levado seus descontos longe demais e lançado em circulação uma quantidade excessiva de bilhetes, estes voltaram para reembolso em todas as agências. Isso deixou a todos os bancos na impossibilidade de continuar seus descontos e de sustentar as numerosas e vastas empresas que funcionavam com o auxílio desses descontos. Tanto mais que várias empresas haviam exagerado as necessidades da sociedade quanto a diversos produtos e abusado das facilidades oferecidas para a produção.

se a perdas e a fazer com que percam as pessoas cuja confiança conseguiram conquistar sem merecê-la. Os bilhetes que emitem além da soma compatível com as necessidades do comércio e com a medida de confiança que lhes é dada estão constantemente retornando para serem reembolsados, obrigando os bancos a fazerem despesas destinadas a trazer para seus cofres um dinheiro que deles sai sem parar. Os bancos da Escócia — que foram, contudo, de grande utilidade — nem sempre souberam acautelarem-se nesse caminho tão perigoso, sendo obrigados, em determinadas épocas, a manter em Londres agentes, cuja única função consistia em captar dinheiro para eles, o qual lhes custava até 2% por operação e se evaporava em poucos instantes. Em circunstâncias parecidas, o Banco da Inglaterra foi obrigado a comprar lingotes de ouro e a fazê-los cunhar em moeda que era fundida à medida que os dava em pagamento, em razão do elevado preço que o próprio banco foi obrigado a conferir aos lingotes, a fim de poder fazer frente ao grande número de reembolsos que dele eram exigidos. Em cada ano, perdia desse modo de 2,5 a 3% sobre cerca de 850 mil libras esterlinas (mais de 20 milhões de francos franceses).¹¹

Uma multiplicação excessiva de bilhetes ao portador apresenta ainda outros inconvenientes. Os signos representativos da moeda, substituindo-a completamente até o limite de suas somas que são postas em circulação, aumentam efetivamente o número das unidades monetárias e depreciam seu valor. Essa depreciação pode chegar ao ponto de impedir que o Governo seja indenizado por seus custos de fabricação. Pode-se levantar a questão de saber até que ponto é possível permitir que pessoas ou empresas particulares tenham o poder de fazer variar, a seu arbítrio, o valor de uma mercadoria como esta, na qual todas as obrigações entre os particulares são estimuladas.

Por outro lado, tem um governo o direito de impedir que estabelecimentos particulares emitam tantos bilhetes quantos o público aceite receber, mesmo se esses estabelecimentos cumpram rigorosamente suas promessas? Pode um governo violar assim a liberdade das transações que é chamado a defender ou, pelo menos, pode impor-lhe restrições ditadas pela prudência? Talvez sim, exatamente como está autorizado a condenar a construção de um prédio privado que ameace a segurança pública.

¹¹ SMITH. Livro Segundo. Cap. II. O mesmo resultado se reproduziu em 1825 e 1826.

LIVRO SEGUNDO

A Distribuição de Riquezas

Os Fundamentos do Valor das Coisas

No Livro anterior, apresentei os principais fenômenos da produção. Vimos que é à indústria humana, auxiliada pelos capitais e pelos bens fundiários, que devemos todas as utilidades criadas, primeiros fundamentos dos valores. Ainda nesse primeiro Livro, vimos também em que e como as circunstâncias sociais e a ação do Governo favorecem ou prejudicam a produção.

No presente Livro, cujo objeto é a distribuição das riquezas, depois de fixar nossas idéias acerca das causas que determinam a taxa do valor produzido, procuraremos conhecer a maneira e a proporção segundo as quais esse valor se distribui na sociedade e forma as rendas das pessoas que a compõem. No início, serei obrigado a retomar alguns princípios elementares sobre os quais, no começo desta obra, disse apenas o absolutamente necessário para que se pudesse compreender o mecanismo da produção. Longe de ameaçá-los, os esclarecimentos que acrescento aqui confirmarão esses princípios.

Avaliar uma coisa é declarar que ela deve ser estimada no mesmo valor de uma quantidade determinada de outra coisa que identificamos. Desde que possua algum valor, qualquer outra coisa pode servir de termo de comparação. Assim, uma casa pode ser avaliada tanto em trigo como em dinheiro. Se, ao avaliar uma casa em *20 mil francos* em dinheiro, temos uma idéia de seu valor um pouco mais precisa do que quando a avaliamos em *1 000 hectolitros* de trigo, isso se deve exclusivamente ao fato de o hábito de avaliar toda e qualquer coisa em numerário nos permitir fazer uma idéia bastante exata do que podem valer *20 mil francos*, isto é, a idéia das coisas que podemos obter por *20 mil francos*. Podemos formar essa idéia com maior rapidez e exatidão do que uma idéia das coisas que podemos obter em troca de *1 000 hectolitros* de trigo. Apesar disso, supondo-se que o preço de cada hectolitro de trigo seja de *20 francos*, as duas avaliações são equivalentes.

Em toda avaliação, a coisa que se avalia é uma quantidade dada, na qual nenhuma modificação pode ser introduzida. Uma casa identificada é uma quantidade dada; é a quantidade de *uma* coisa chamada *casa*, situada em tal lugar e que se encontra em tais condições. O outro termo da comparação pode variar em sua quantidade, pois a avaliação pode aumentar ou diminuir. Quando se avalia uma casa em *20 mil francos*, elevamos a *20 mil* a quantidade de francos que supomos que ela valha, cada um deles pesando *5 gramas* de prata misturados a *1/10* de liga. Se julgamos apropriado subir a avaliação para *22 mil francos* ou reduzi-la a *18 mil*, fa-

zemos variar a *quantidade* da coisa que serve como avaliação. O mesmo aconteceria se o mesmo objeto fosse avaliado em trigo. Nesse caso, seria a quantidade de trigo que determinaria o montante da avaliação.

Uma avaliação é vaga e arbitrária enquanto não demonstrar que a coisa avaliada é geralmente estimada no mesmo valor de tal quantidade determinada de uma outra coisa. O proprietário de uma casa avalia-a em 22 mil francos e um desinteressado em 18 mil francos: qual dessas duas avaliações é a boa? Talvez nenhuma das duas. Mas, quando outra pessoa, quando dez pessoas se dispõem a dar em troca da casa certa quantidade de outras coisas — 20 mil francos, por exemplo, ou 1 000 hectolitros de trigo —, então podemos dizer que a avaliação é justa. Uma casa que, se quisermos, podemos vender por 20 mil francos *vale* 20 mil francos.¹ Se uma única pessoa está disposta a comprá-la por esse preço e se lhe é impossível, depois de tê-la adquirido, revendê-la pelo que lhe custou, então a pessoa pagou-a acima de seu valor. É uma verdade invariável que um valor incontestável é a *quantidade de qualquer outra coisa que se pode obter, no momento em que se quiser, em troca da coisa de que se deseja desfazer.*

Vejamos agora quais são as leis que determinam, para cada coisa, seu valor corrente ou seu preço corrente quando esse valor é indicado em moeda corrente.

As necessidades que sentimos nos fazem desejar possuir as coisas capazes de satisfazê-las. Como já observei anteriormente, essas necessidades são bem diversificadas. Dependem da natureza física e moral do homem, da região e clima onde habita, dos costumes e da legislação de seu país. O homem tem necessidades corporais, espirituais e da alma; tem necessidades para si mesmo, outras para sua família e outras ainda como membro da sociedade. Uma pele de urso e uma rena são objetos de primeira necessidade para um lapão, ao passo que até seu nome é desconhecido pelo carregador de Nápoles. Do mesmo modo, as cortes judiciais são consideradas, na Europa, como um dos mais fortes laços do corpo social, ao passo que os indígenas da América, os tártaros e os árabes passam muito bem sem elas. Só consideraremos essas necessidades como *quantidades dadas*, sem investigar suas causas.

Algumas dessas necessidades são satisfeitas pelo uso que fazemos de certas coisas que a Natureza nos fornece gratuitamente, como o ar, a água e a luz do sol. Podemos chamar essas coisas de *riquezas naturais*, pois a Natureza sozinha se encarrega delas. Visto que ela as dá indiferentemente a TODOS, ninguém está obrigado a adquiri-las a custo de um sacrifício qualquer. Essas coisas não têm, portanto, nenhum valor de troca.

Outras necessidades só podem ser satisfeitas pelo uso de várias coisas que não se obtêm gratuitamente e que são fruto da produção. Como se trata de autênticos bens, e visto que a troca que constata seu valor, assim como as convenções mediante as quais elas se tornam propriedades exclusivas só poderiam existir no estado de sociedade, podemos denominá-las *riquezas sociais*.

As riquezas sociais são as únicas que podem tornar-se objeto de um estudo científico, pois são as únicas cujo valor não é arbitrário e as únicas que se formam, distribuem e destroem segundo leis que podemos identificar.²

¹ Meu irmão Louis Say, de Nantes, atacou esse princípio num pequeno trabalho intitulado *Principales Causes de la Richesse et de la Misère des Peuples et des Particuliers*. Um volume in-octavo de 156 páginas. Sustenta que as coisas só são riquezas em razão da utilidade que possuem e não em razão da que o público lhes reconhece ao pagá-las mais ou menos caro. É bem verdade que os homens deveriam sempre considerá-las dessa maneira. Em Economia Política, contudo, não se trata de ensinar o que deve ser, mas o que é; de constatar um fato, identificar-lhe as causas e mostrar suas conseqüências.

² Os objetos de que as riquezas se compõem, estudados pelo economista sob o aspecto de sua utilidade e valor, são estudados por outros cientistas sob o aspecto de suas propriedades físicas ou do ponto de vista da arte que os criou. O economista considera um animal doméstico como um produto capaz de tomar-se um fundo produtivo; aos olhos do naturalista, trata-se de um objeto de História Natural.

Conhece-se o valor relativo de dois produtos pela quantidade de cada um deles que pode ser obtida pelo mesmo preço. Se posso, por uma quantia de 4 francos, comprar 15 quilos de trigo e 1 quilo de café, direi que o café é 15 vezes mais caro do que o trigo ou que o valor de um e outro está em razão inversa da quantidade de cada um que as pessoas concordam em dar e em receber. Essas duas quantidades, todavia, são um efeito do valor que as coisas têm e não sua causa. O motivo que leva os homens a fazerem um sacrifício qualquer para se tornarem possuidores de um produto é a necessidade que este pode satisfazer, o prazer que pode nascer de seu uso.³ Ora, a ação dessa causa primeira sofre várias modificações importantes.

As capacidades dos consumidores são muito variadas. Só podem adquirir os produtos que desejam oferecendo outros produtos de sua própria criação, ou melhor, da criação de seus fundos produtivos, que, como o leitor deve lembrar-se, compõem-se da capacidade industrial humana e das qualidades produtivas de suas terras e de seus capitais. O conjunto desses fundos constitui sua fortuna. Os produtos resultantes do serviço que eles podem prestar são limitados, e cada consumidor só pode comprar uma quantidade de produtos proporcional ao que ele próprio pode produzir. Dessas capacidades individuais decorre uma capacidade ou possibilidade geral em cada nação de comprar as coisas que são próprias a satisfazerem as necessidades dessa mesma nação. Em outros termos, cada nação só pode consumir na proporção do que produz.

O que uma nação pode produzir não depende unicamente da extensão de seus fundos produtivos, mas também de suas preferências. Para uma nação apática e preguiçosa, os prazeres que nascem do desenvolvimento de nossas faculdades físicas e intelectuais e aqueles que as riquezas proporcionam são menores do que a felicidade de não fazer nada. Nesses países, os homens não produzem tanto quanto uma nação mais desenvolvida. Seja como for, cada indivíduo ou família (pois, em Economia Política, pode-se considerar as famílias como indivíduos, já que elas têm preferências, recursos e interesses comuns) é obrigado a fazer uma espécie de classificação de suas necessidades, a fim de satisfazer as que são mais importantes a seus olhos, de preferência àquelas a que atribuem menos importância. Essa classificação exerce grande influência sobre a felicidade das famílias e da humanidade em geral. A moral mais útil talvez seja aquela que forneça aos homens noções para fazerem judiciosamente tal classificação. Não é essa questão, porém, que deve nos ocupar aqui, pois só examinaremos essa classificação como coisa de fato e ao alcance da observação. Ora, é um fato que cada pessoa, seja em virtude de um plano previamente fixado, seja para obedecer aos hábitos adquiridos ou aos impulsos do momento, por intermédio da renda de que dispõe (e seja qual for a origem desta), faz tal despesa de preferência a tal outra. Quando atinge, dessa maneira, os limites de suas possibilidades, pára e não gasta mais nada, a menos que gaste a renda de outra pessoa; nesse último caso, essa outra pessoa, como consequência inevitável, gasta proporcionalmente menos.

Daí nasce, para cada produto, determinada quantidade procurada e demandada em cada lugar, quantidade esta que se modifica pelo preço a que o produto pode ser fornecido. Quanto mais caro, com efeito, custar ao produtor, em razão dos custos da produção de que resulta, tanto mais recuará na classificação feita pelos consumidores, preferindo-se todos os produtos capazes de propiciar, pelo mesmo preço, uma satisfação maior.

³ Convém observar, incidentalmente, que é sempre com algum sentimento penoso que experimentamos necessidades e com um sentimento prazeroso correspondente que conseguimos satisfazê-las. Essa é a razão pela qual as expressões *prover às nossas necessidades, multiplicar nossas fruições e, mesmo, contentar nossos gostos sempre evocam idéias do mesmo gênero, sendo a diferença entre elas apenas de nuance.*

Ao mesmo tempo que a quantidade demandada de cada produto é alterada pelos custos de produção, também o é pelo número de seus consumidores, isto é, pelo número de pessoas que sentem necessidade de consumi-lo e que têm, ao mesmo tempo, meios de satisfazer-se. Em qualquer país, as fortunas se escalonam por gradações imperceptíveis, desde as menores, que são as mais numerosas, até a maior, que é única. Disso decorre que os produtos, embora sejam todos desejáveis para a maioria das pessoas, só são, contudo, realmente demandados, e com capacidade para adqui-los, por certo número delas; e, mesmo por essas últimas, em maior ou menor abundância. Disso também resulta que o mesmo produto ou vários produtos, sem que sua utilidade intrínseca tenha se tornado maior, são mais demandados na medida em que seu preço está mais baixo, porque, nessa circunstância, disseminam-se numa região em que a pirâmide das fortunas é mais larga, encontrando-se ao alcance de maior número de consumidores. As classes que demandam são, ao contrário, tanto menos numerosas quanto mais sobe o produto.

Se, num inverno rigoroso, consegue-se fazer coletes de lã tricotados custando somente 6 francos, é provável que os comprarão todas as pessoas para as quais sobram 6 francos, depois de satisfazerem a todas as necessidades que são, ou que consideram, mais indispensáveis do que um colete de lã. Não poderão comprá-los, entretanto, aquelas para quem sobram apenas 5 francos depois de satisfeitas todas as suas necessidades mais indispensáveis. Se se conseguir fabricar os mesmos coletes por 5 francos, aumentará o número dos consumidores. Esse número aumentará ainda mais se se conseguir fornecê-los por 4 francos. É assim que certos produtos, que, outrora, eram apenas para o uso das maiores fortunas, como as meias, encontram-se hoje espalhados por quase todas as classes.

Sucedo o efeito contrário quando uma mercadoria aumenta de preço, seja por causa do imposto, seja por qualquer outro motivo. A mercadoria deixa de ter o mesmo número de consumidores, pois só se pode, em geral, adquirir aquilo que se pode pagar, e as causas que aumentam o preço das coisas não são as mesmas que aumentam as possibilidades dos compradores. Assim é que, em quase todos os lugares, o povo mais humilde, pela necessidade que tem de obter outros produtos mais essenciais à sua existência, é obrigado a dispensar grande número de produtos que convêm a uma sociedade civilizada.

Em tal caso, não é somente o número de consumidores que diminui, mas cada consumidor reduz seu próprio consumo. Um consumidor de café, por exemplo, quando esse gênero aumenta de preço, pode não ser forçado a renunciar inteiramente aos prazeres dessa bebida; simplesmente reduzirá sua provisão costumeira. Nesse caso, deveremos considerá-lo como constituindo dois indivíduos: um que está disposto a pagar o preço pedido e o outro que desiste de sua demanda.

Nas especulações comerciais, em que não se faz abastecimento para consumo próprio, o comprador dimensiona suas compras ao que espera poder vender. Ora, dado que a quantidade de mercadorias que poderá vender é proporcional ao preço a que puder fixá-las, ele comprará tanto menos quanto maior for o preço e tanto mais quanto menor for este.

Num país pobre, coisas de utilidade bem comum e de preço pouco elevado ultrapassam, com frequência, as possibilidades de grande parte da população. Há regiões em que os sapatos estão acima do alcance da maioria dos habitantes. O preço desse artigo não desce ao nível das possibilidades do povo, pois esse nível encontra-se aquém dos custos de produção dos sapatos. Como estes, entretanto, não são a rigor indispensáveis para viver, as pessoas sem condições de comprá-los usam tamancos ou andam descalças. Quando isso infelizmente acontece com um gênero de primeira necessidade, parte da população perece ou, quando menos, deixa de renovar-se. São essas as causas gerais que limitam a quantidade de cada coisa que pode ser demandada. Ora, como tal quantidade varia segundo o preço a

que pode ser oferecida, percebe-se que nunca se deve falar de *quantidade demandada* sem explicitar ou supor admitida a seguinte restrição: ao preço a que se pode obtê-la.

Quanto à quantidade oferecida, não se trata apenas da quantidade cuja oferta é formalmente expressa. É a quantidade de uma mercadoria que seus atuais possuidores estão dispostos a ceder em troca de outra ou, se se preferir, a vender pela cotação. Diz-se também dessa mercadoria que ela está *em circulação*.

Se tomarmos essas últimas palavras em seu sentido rigoroso, uma mercadoria só estaria em circulação no momento em que passa das mãos do vendedor para as do comprador. Esse tempo não passa de um instante ou, pelo menos, pode ser considerado instantâneo. Ele não muda nada nas condições de troca, pois é posterior à conclusão do negócio. É um mero detalhe de execução. O essencial é a disposição do possuidor da mercadoria de vendê-la. Uma mercadoria está em circulação sempre que procura um comprador, e isso ela faz, freqüentemente com muita atividade, sem mudar de lugar.

Assim, estão em circulação todos os artigos que ocupam as lojas de venda e os bazares.

Por essa razão, quando se diz que terras, rendas e casas estão em circulação, essa expressão não tem nada de surpreendente. Mesmo determinada quantidade de indústria pode estar em circulação e outra não, quando uma procura onde empregar-se e a outra já o encontrou.

Pela mesma razão, uma coisa sai de circulação no momento que é vendida, quer para consumo, quer para ser transportada para outro lugar, ou quando é destruída por acidente. Também sai de circulação quando seu possuidor muda de idéia e a retira de circulação ou quando a mantém a um preço que equivale a recusar vendê-la.

Como só é realmente oferecida a mercadoria que é oferecida à cotação ao preço corrente, aquela que, por seus custos de produção, custar mais caro do que a cotação não será produzida nem oferecida. Já que esses produtos não podem entrar em circulação, não há por que temer que concorram com os já existentes.

Independentemente dessas causas gerais e permanentes que limitam as quantidades oferecidas e procuradas, existem causas passageiras e acidentais, cuja ação sempre se combina, em maior ou menor grau, com a das causas gerais.

Quando o ano se anuncia bom e fértil em vinhos, os das colheitas anteriores, mesmo antes de uma só gota da colheita nova poder ser entregue ao consumo, baixam de preço, pois sua oferta é maior e a demanda menor. Os negociantes, temendo a concorrência dos vinhos novos, apressam-se em pôr aqueles à venda. Os consumidores, pela razão inversa, esgotam suas provisões sem renová-las, na certeza de poder renová-las mais tarde a preços menores. Quando vários navios chegam ao mesmo tempo de países distantes, pondo à venda carregamentos importantes, a oferta das mesmas mercadorias passa a ser mais considerável em relação à demanda e seu preço torna-se mais baixo.

Pela razão inversa, quando há motivos para temer uma colheita ruim ou quando naufragaram navios que eram aguardados, os preços dos produtos existentes elevam-se acima dos seus custos.

A esperança, o temor, a malícia, a moda e o desejo de agradar, em suma, todas as paixões e virtudes podem influir sobre os preços oferecidos ou aceitos. Só uma estimativa puramente moral permite avaliar as perturbações que disso resultam nas leis gerais, as únicas que nos concernem neste momento.

Também não trataremos aqui das causas puramente políticas que fazem com que um produto seja pago acima de sua utilidade real. Essa questão é semelhante à do roubo e da espoliação, que, embora desempenhem um papel na distribuição das riquezas, são matérias que pertencem ao domínio da legislação criminal. Do

mesmo modo, a administração pública, que é um trabalho cujo produto é pouco a pouco consumido pelos administrados, pode ser paga muito cara quando dela se apoderam a tirania e a usurpação, obrigando o povo a contribuir com uma soma maior do que a necessária para manter uma boa administração. Cabe à Ciência Política, e não à Economia Política, ensinar os meios de prevenir essa desgraça.

Da mesma forma, embora caiba à Ciência Moral, à ciência do homem moral, ensinar os meios que asseguram a boa conduta dos homens nas suas relações recíprocas, quando parece necessária a intervenção de um poder sobrenatural para atingir esse fim, paga-se aos homens que se apresentam como intérpretes desse poder. Se seu trabalho é útil, essa utilidade constitui um produto imaterial que não é sem valor. Se os homens, contudo, não melhoram por meio dele, uma vez que esse trabalho não é produtor de utilidade, torna-se pura perda a parcela de suas rendas que a sociedade sacrifica para sustentar o sacerdócio. É uma troca que a sociedade faz sem receber nenhum retorno.

Afirmo que o preço dos produtos se fixa, em cada lugar, no nível a que são elevados pelos seus custos de produção, desde que a utilidade que lhes é conferida dê origem ao desejo de adquiri-los. Essa concepção nos permite conhecer parte das leis que determinam a quantidade dos produtos que é dada a fim de se obter um outro. Resta-nos conhecer as bases que determinam seus custos de produção, isto é, que determinam o preço dos serviços produtivos.⁴

Se todos os produtos fossem resultado apenas do trabalho do homem e, ademais, de um trabalho de mesmo valor, como, por exemplo, de certo número de jornadas de trabalho valendo cada uma 3 francos, seus custos de produção estariam em relação uns aos outros, como o número de jornadas exigidas pela sua produção. Acontece, porém, que não somente os produtos resultam do concurso dos capitais e das terras, bem como do trabalho humano, mas que esses diferentes serviços possuem qualidades muito distintas, encontrando-se, além disso, em condições de poder fazer com que seu concurso seja pago por preços muito diferentes. Um empresário de indústria é obrigado a pagar mais caro o tempo e o trabalho de um colaborador eminente por seu talento do que quando seu colaborador fornecer apenas um trabalho medíocre. O proprietário do bem fundiário e o do capital, que concorrem para a produção exclusivamente por meio de seus instrumentos, retiram dessa produção, de acordo com as circunstâncias, contribuições muito diversas. Com efeito, um terreno situado nos limites de uma cidade e as construções que nele se edificam rendem muito mais do que a mesma extensão de terreno e as mesmas construções quando situadas em local menos favorável. Um produto será mais caro, portanto, dependendo de sua produção exigir não somente mais serviços produtivos, mas serviços produtivos cuja retribuição é maior. Para que tal produto possa ser criado, será preciso que seus consumidores tenham a vontade e o poder de pagar caro por ele. Caso contrário, não será produzido.

Esse preço será tanto maior quanto mais intensamente os consumidores sentirem necessidade de usufruir do produto, quanto maior for o número de meios que tiverem para pagá-lo e quanto mais estiverem os negociantes de serviços produtivos em situação de exigir retribuição maior. O preço do produto será, por conseguinte, a soma necessária para pagar os serviços indispensáveis à sua criação. Assim, quando alguns autores, como David Ricardo, afirmam que são os custos de produção que decidem o valor dos produtos, têm razão no sentido de que os produtos nunca são vendidos durante muito tempo por um preço inferior a seus cus-

⁴ As pessoas que acreditam, como David Ricardo e outros, que o trabalho (e não o concurso do trabalho, dos capitais e das terras) é o único elemento componente dos valores podem substituir, nessa demonstração, a expressão *serviços produtivos* pela palavra *trabalho*: ela permanecerá igualmente conclusiva.

tos de produção. Quando, porém, afirmam que a demanda dos produtos não influi em seu valor, estão, ao que me parece, cometendo um erro, pois a demanda influi sobre o valor dos serviços produtivos e, aumentando os custos de produção, eleva o valor dos produtos, sem, por isso, ultrapassar os custos de produção.⁵

Certos economistas não somente acreditam que o valor dos produtos não ultrapassa o preço do trabalho a eles consagrado, mas que, em todos os lugares onde não há monopólio, o trabalho é pago igualmente. Com efeito, afirmam eles, se fosse mais bem pago num emprego do que em outro, os trabalhadores iriam preferencialmente para o primeiro, estabelecendo, assim, o equilíbrio. Na opinião desses autores, uma retribuição maior sempre supõe quantidade maior ou maior intensidade de trabalho.

“Um homem” — escreve McCulloch — “que executa uma tarefa difícil perde não somente todo o tempo que foi obrigado a passar em seu aprendizado, como também a alimentação e o vestuário que consumiu nesse espaço de tempo.”⁶

Daí conclui que o salário de seu trabalho não é apenas o salário de seu trabalho atual, mas o de todos os trabalhos que o capacitaram a executar seu trabalho atual, concluindo também que os salários ganhos em diferentes empregos são, tudo somado, descontado e compensado, perfeitamente iguais. Outros economistas que defendem a mesma doutrina, embora de maneira menos radical, consideram como exceções os fenômenos que a contrariam. Essas supostas exceções, entretanto, provêm de causas que é preciso identificar. Se classificamos como exceções as vantagens que um produtor tira da superioridade de sua capacidade de julgar, de seu talento ou das circunstâncias mais ou menos favoráveis em que atuam suas terras e seus capitais, então as exceções superam a regra. Esta ver-se-á contraditada ora num ponto ora noutro; suas hipóteses jamais representarão um fato real; ela jamais será aplicável; não terá nenhuma utilidade.⁷

As retribuições obtidas pelos serviços produtivos compõem as rendas dos produtores. Entre os produtores, incluo as pessoas que concorrem para a produção por meio de seus capitais e de suas terras, exatamente como os que para ela contribuem através de seus trabalhos. As circunstâncias diversas que influem sobre as rendas determinam as proporções em que as riquezas produzidas se distribuem na sociedade. Elas serão objeto de nosso estudo neste segundo Livro.

Antes de passar a esse exame, farei algumas considerações sobre a maneira como essa distribuição se efetua, examinando, a seguir, a influência que exerce sobre a população dos Estados.

Quanto às riquezas que os homens adquirem sem terem concorrido, nem direta nem indiretamente, para qualquer produção, uma pessoa só pode delas desfrutar em detrimento de outra, exatamente quando frui dos ganhos do jogo e de todos aqueles bens obtidos às expensas de outrem pela fraude ou destreza. Aquisições dessa espécie em nada contribuem para a manutenção da sociedade, pois tiram tantos recursos de um lado quantos fornecem de outro. Aliás, fornecem meios do que tiram, assim como já tivemos oportunidade de ver e como veremos novamente em várias passagens desta obra.

⁵ Ver as notas que acrescentei à tradução francesa, feita por M. Constancio, da obra de David Ricardo, t. II, p. 294.

⁶ *Encyclopedia Britannica*. Suplemento, artigo *Économie Politique*.

⁷ A Economia Política só é ciência na medida em que permite conhecer as leis gerais que se observam na economia das sociedades. As leis gerais são a expressão comum que se aplica a vários fatos particulares; conseqüentemente, só podem ser deduzidas da observação dos fatos particulares. Para fazer com que a ciência progrida, torna-se necessário, portanto, observar fatos novos ou caracterizar melhor os fatos já conhecidos; é preciso vincular as conseqüências naturais a causas reais ou remontar a uma causa natural de um fenômeno bem observado. Todavia, basear um princípio absoluto sobre um raciocínio abstrato não é algo que faça com que a ciência avance. Pode-se discutir durante séculos sobre tais princípios, como foi feito a respeito da graça, sem estabelecer uma única verdade.

Variações de Preço Relativas e Reais

As variações relativas no valor dos produtos são as variações que eles experimentam em relação uns aos outros. As variações reais são as que atingem seus custos de produção.¹ As variações relativas influem consideravelmente sobre as riquezas das pessoas particulares, mas em nada alteram a riqueza nacional. Se a mesma qualidade de tecido, que antes era vendida a 40 francos a vara, hoje não se vende por mais de 30, a riqueza de todos os possuidores dessa espécie de tecido diminuiu de 10 francos para cada vara que têm para vender. Ao mesmo tempo, porém, a riqueza dos consumidores do mesmo tecido aumentou de 10 francos para cada vara que deverão comprar.

O mesmo não ocorre quando o que diminui é o preço original de um produto. Se os custos de produção necessários para produzir uma vara de tecido, que antes ascendiam a 40 francos, hoje somam apenas 30 e, se, por exemplo, essa vara, que antes requeria vinte jornadas de trabalho a 40 soldos, hoje, através de processos mais rápidos, não exige mais do que 15, o produtor vê sua riqueza aumentada de 10 francos em cada vara que vende, embora ninguém empobreça com isso. Com efeito, embora compre cinco jornadas de trabalho a menos, deixa ao operário a disposição de seu tempo. Esse operário simplesmente vende seu trabalho a um outro produtor em lugar de vendê-lo ao primeiro. Quando a concorrência dos produtores obriga-os a baixar seu preço até o nível dos custos de produção, são os consumidores do produto, pois, que lucram com essa diminuição. Ganham 10 francos em cada vara que devem comprar. Essa soma deve ser aplicada por eles na satisfação de outra necessidade qualquer, não resultando da situação, portanto, nenhuma perda para ninguém.

Essa variação de preço é absoluta, não acarretando um encarecimento equivalente no objeto com o qual se realiza a troca. Podemos concebê-la — e ela efetivamente ocorre — sem que nem os serviços produtivos, nem os produtos com os quais são comprados, nem os produtos com os quais se compra o produto que variou de preço tenham, eles próprios, mudado de preço.

Se perguntassem pela origem desse aumento de comodidades e riquezas que não custa nada a ninguém, eu responderia que é uma conquista que a inteligência

¹ É o que Adam Smith chama de *preço natural*, em oposição ao preço corrente (*market price*).

humana realiza sobre as faculdades produtivas e gratuitas da Natureza. Ora se trata do emprego de uma força que antes se deixava ociosa, como nos moinhos a água ou a vento e nas máquinas a vapor; ora se trata do emprego mais inteligente de forças de que já dispúnhamos, como nos casos em que uma mecânica aperfeiçoada nos permite obter melhor rendimento dos homens e dos animais. Um negociante que, com o mesmo capital, descobre meios de multiplicar seus negócios assemelha-se a um engenheiro que simplifica uma máquina ou que a torna mais produtiva.

Constituem conquistas desse mesmo tipo a descoberta de uma mina, de um animal ou de uma planta que nos propiciam uma utilidade nova ou que substituem, vantajosamente, produções mais caras ou menos perfeitas. Quando a tintura de pastel foi substituída pelo índigo, o mel pelo açúcar e a púrpura pela cochonilha, isso representou um aperfeiçoamento dos meios de produção, e produtos superiores passaram a ser obtidos sem aumento de custos, obtendo-se, por conseguinte, uma dose maior de utilidade.

Em todos esses aperfeiçoamentos e em todos os que o futuro vier a sugerir, devemos observar que, visto que os meios de que o homem dispõe para produzir tornam-se realmente mais poderosos, a coisa produzida sempre aumenta em quantidade à medida que diminui de valor. Veremos mais adiante as conseqüências que decorrem desse fato.²

A baixa real tanto pode ser geral, afetando todos os produtos ao mesmo tempo, quanto parcial, afetando apenas determinadas coisas. Tentarei tornar isso mais claro por meio de exemplos.

Suponhamos que, na época em que se era obrigado a fazer meias a mão, um par de meias de linho de determinada qualidade custasse o preço que hoje designamos por 6 francos. Para nós, isso seria a prova de que as rendas da terra em que o linho era colhido, os lucros da indústria e dos capitais dos que o cultivavam, os lucros dos que o preparavam e fiavam, os lucros, enfim, da pessoa que tricotava as meias atingiam, na soma total, 6 francos em cada par de meias.

Inventa-se o tear de meias. Suponhamos, então, que, com 6 francos, consigam-se dois pares de meias em lugar de um só. Como a concorrência faz com que o preço corrente baixe ao nível dos custos de produção, esse preço é uma indicação de que os custos causados pelo emprego da terra, dos capitais e da indústria necessários para fazer dois pares de meias ainda são de apenas 6 francos. Com os mesmos meios de produção, portanto, foram obtidas duas coisas em lugar de uma.

O que demonstra que essa baixa é real é que qualquer pessoa, seja qual for sua profissão, pode comprar um par de meias dando metade de seus serviços produtivos. Com efeito, um capitalista que tivesse um capital aplicado a 5% era obrigado antes, quando desejava comprar um par de meias, a entregar a renda anual de 120 francos; agora, só será obrigado a entregar a renda de 60 francos. Um comerciante para quem a libra de açúcar custava 2 francos era obrigado a vender 3 libras para comprar um par de meias; agora, vê-se obrigado a vender somente 1 1/2 libra. Ambos, por conseguinte, passaram a sacrificar apenas a metade dos

² A partir de uma centena de anos, mais ou menos, os progressos da indústria, devidos ao progresso do espírito humano e, principalmente, a um conhecimento mais exato da Natureza, proporcionaram aos homens economias imensas na arte de produzir. Ao mesmo tempo, porém, os homens permaneceram muito atrasados nas Ciências Morais e Políticas, sobretudo na arte de organização das sociedades, o que os impediu de extrair todos os benefícios dessas descobertas. Seria um erro, contudo, pensar que as nações não tiveram nenhum proveito. É bem verdade que pagam contribuições duplas, triplas e até quádruplas em relação ao que pagavam. Apesar disso, a população de todos os Estados da Europa aumentou, o que prova que pelo menos uma parte desse crescimento de produto redundou em benefício dos povos. Além disso, a população não se limitou a crescer, encontrando-se, hoje, mais bem abastecida, mais bem abrigada, mais bem vestida, e, acredito, menos frugalmente alimentada do que há um século.

meios de produção que anteriormente consagravam à compra de um par de meias.

Até aqui, o par de meias é o único produto que, em nossa hipótese, baixou. Fazemos uma suposição análoga para o açúcar. Aperfeiçoaram-se as relações comerciais e 1 libra de açúcar passa a custar somente 1 franco em vez de 2. Afirmando que todos os compradores de açúcar, incluindo-se o fabricante de meias, cujos produtos também baixaram, doravante só serão obrigados a consagrar à compra de 1 libra de açúcar a metade dos serviços produtivos por meio dos quais compravam antes o açúcar.

É fácil convencer-se disso. Quando o açúcar estava a 2 francos a libra e as meias a 6 francos, o fabricante de meias era obrigado a vender um par para comprar 3 libras de açúcar. Ora, visto que os custos de produção desse par de meias tinham um valor de 6 francos, comprava, na realidade, 3 libras de açúcar ao preço de 6 francos de serviços produtivos, exatamente como o negociante comprava um par de meias ao preço de 3 libras de açúcar, isto é, também 6 francos de serviços produtivos. Mas, quando ambos os artigos baixaram a metade, tomou-se necessário apenas um par, isto é, um gasto em custos de produção igual a 3 francos para comprar 3 libras de açúcar, assim como também tornaram-se necessárias somente 3 libras de açúcar, isto é, custos de produção iguais a 3 francos, para comprar um par de meias.

Ora, se dois produtos, que opusemos entre si e que fizemos fossem comprados um pelo outro, puderam baixar de preço ao mesmo tempo, não estaremos autorizados a concluir que essa baixa é real, que não é relativa ao preço recíproco das coisas, que as coisas podem baixar todas ao mesmo tempo, umas mais, outras menos, e que o que se paga menos, nesse caso, não custa nada para ninguém?

Essa é a razão pela qual as classes pobres da população, embora os salários, comparados ao valor do trigo, tenham permanecido praticamente os mesmos, contam, hoje em dia, com várias utilidades de que não usufruíam há 400 ou 500 anos atrás, bem como com várias peças de seu vestuário e mobiliário que realmente baixaram de preço. Também é essa a razão pela qual essas classes estão menos bem providas de certas outras coisas que sofreram uma alta real, como carne de açougue e caça.³

Uma economia nos custos de produção sempre indica que há menos serviços produtivos empregados na obtenção do mesmo produto, o que equivale a mais produtos pelos mesmos serviços produtivos. O resultado é sempre um aumento na quantidade de coisa produzida. Dado que esse aumento de quantidade pode não ser acompanhado de um aumento de necessidade por parte dos consumidores, poderia, aparentemente, decorrer um aviltamento do produto que faria seu preço cair abaixo dos custos de produção, por mais que estes tenham diminuído. Medo quimérico! A menor baixa de um produto amplia de tal modo a classe de seus consumidores que a demanda, por tudo que eu saiba, sempre ultrapassou o que o mesmos fundos produtivos, mesmo aperfeiçoados, podiam produzir. Além disso, sempre foi preciso, em consequência dos aperfeiçoamentos que aumentaram o poder dos serviços produtivos, dedicar novos serviços à confecção dos produtos, cujo preço havia baixado.

³ Leio, nas *Investigações* de Dupré de Saint-Maur, que um boi, em 1342, era vendido por 10 ou 11 libras *tournois*. Essa quantia continha, na época, 7 onças de prata fina, que tinham mais ou menos o mesmo valor que 42 de nossas onças atuais. Ora, expressas em nossa moeda, 42 onças valem 245 francos, preço inferior ao que hoje vale um boi comum. Um boi comprado magro, em Poitou, por 300 francos, depois de engordar na Baixa-Normandia, é vendido em Paris por 450 a 500 francos. A carne de açougue, portanto, aumentou de preço a partir do século XIV e, provavelmente, também aumentaram vários outros gêneros alimentícios. Não é provável, todavia, que tenham aumentado os gêneros que constituem a base da alimentação popular, pois a população cresceu.

A invenção da imprensa já nos deu um exemplo desse fenômeno. Depois que se descobriu essa maneira rápida de multiplicar as cópias de um mesmo manuscrito, cada uma delas passou a custar vinte vezes menos do que custava uma cópia manuscrita. Para que o valor da demanda atingisse a mesma soma, bastaria que o número de livros demandados fosse apenas vinte vezes mais do que era antes. Ora, creio que ainda estaria muito longe da verdade se dissesse que esse número, na realidade, centuplicou.

Desse modo, onde antes havia um volume valendo 60 francos (valor atual), hoje há 100 que, embora sendo vinte vezes menos caros, valem, contudo, 300 francos. A baixa dos preços, que propicia um enriquecimento real, não ocasiona, portanto, nenhuma diminuição, *nem mesmo nominal*, das riquezas.⁴

Pela razão inversa, um encarecimento real, proveniente sempre de uma menor quantidade de coisas produzidas por meio dos mesmos custos de produção (além de tornar os objetos de consumo mais caros em relação às rendas dos consumidores, tornando, por conseguinte, os consumidores mais pobres), não compensa, pelo aumento de preço das coisas produzidas, a diminuição de sua quantidade.

Suponhamos que, em consequência de uma epizootia ou de maus cuidados veterinários, um tipo de gado, as ovelhas, por exemplo, torne-se cada vez mais raro. Seu preço aumentará, mas não proporcionalmente à redução de seu número, pois, na medida em que encarecer, diminuirá a demanda desse produto. Se houvesse cinco vezes menos ovelhas do que atualmente, talvez as pagássemos somente duas vezes mais caro: ora, lá onde atualmente existem cinco ovelhas produzidas que, juntas, podem valer 100 francos (a 20 francos cada uma), haveria apenas uma, que valeria 40 francos. A diminuição das riquezas em ovelhas, apesar do aumento do preço, teria, nesse caso, diminuído na proporção de 100 para 40, isto é, em mais da metade, não obstante o encarecimento.⁵

Vou ainda mais longe e afirmo que a baixa real dos preços, mesmo supondo que não acarrete nenhum aumento nas quantidades produzidas e consumidas, é um acréscimo de riquezas para o país e que esse aumento pode ser avaliado em valor de troca, em dinheiro, se se quiser. Retomemos o mesmo exemplo. Uma vez que o preço das ovelhas, por força de causas não especificadas, estabilizou-se em 40 francos, suponhamos que sejam introduzidas raças mais fecundas ou que sejam cuidadas com mais habilidade ou, ainda, que sejam alimentadas com menores despesas; suponhamos que, em razão da diminuição de seu valor, se possa adquirir cada ovelha ao preço de 20 francos sem que seu consumo aumente (por mais inverossímil que seja essa última suposição). Qual é o resultado disso? Onde antes se vendiam 100 ovelhas por 4 mil francos, vender-se-á, sem perda, o mesmo número por 2 mil francos. Não é evidente que os consumidores (isto é, a nação), gastando 2 mil francos a menos para esse consumo, terão 2 mil francos para dedicar a outro? Ora, o que significa ter mais dinheiro para gastar senão ser mais rico?⁶

Seja um erro, por outro lado, pensar que uma baixa real, isto é, serviços produtivos menos caros, diminui os benefícios dos produtores na exata proporção em

⁴ Os dados de que dispomos sobre a quantidade de mercadorias produzidas nas épocas anteriores são muito escassos para nos permitirem inferir um resultado preciso. Os que têm algumas noções sobre a questão sabem, entretanto, que os resultados só podem diferir em grau. Por meio das investigações estatísticas de nosso século, nossos descendentes poderão apresentar alguns resultados mais positivos, que não tomarão, porém, os princípios mais sólidos.

⁵ Esse é o tipo de mal que os impostos (sobretudo quando são um pouco excessivos) causam à riqueza geral, independentemente do prejuízo que acarretam para o contribuinte. Aumentando os custos de produção e, conseqüentemente, o preço real das coisas, eles diminuem seu valor total.

⁶ Já encontrei pessoas que acreditam aumentar as riquezas nacionais favorecendo preferencialmente a produção de coisas caras. Segundo elas, mais vale fazer uma vara de tecido de seda ricamente bordada do que uma vara de simples tafetá. Tais pessoas esquecem que, se o tecido bordado custa quatro vezes mais do que o tafetá, é porque exigiu quatro vezes mais serviços produtivos, os quais fariam quatro varas simples em lugar de uma vara bordada. Esquecem também que o que se paga a mais para um determinado consumo é tirado de outro.

que aumenta os dos consumidores. A baixa real das coisas produzidas redundando em proveito dos consumidores sem alterar as rendas dos produtores. O fabricante de meias que fornece dois pares em lugar de um por 6 francos obtém tanto lucro sobre essa quantia quanto teria se 6 francos fossem o preço de um só par. O proprietário fundiário recebe o mesmo arrendamento quando uma melhor rotação das culturas multiplica os produtos de sua terra, fazendo seu preço baixar. Do mesmo modo, quando se descobre, sem aumentar as fadigas de um operário não especializado, um meio de dobrar a quantidade de tarefa por ele executada, o operário continua ganhando a mesma jornada, embora o produto se torne menos caro.

Encontramos aqui a explicação e a prova de uma verdade apenas confusamente pressentida, contestada, inclusive, por várias escolas e por muitos autores, a saber: um país é tanto mais rico e mais bem provido quanto mais nele baixa o preço dos artigos.⁷

Suponhamos, porém, que os contestadores insistam e que, para testar a adequação do princípio, levem a suposição ao extremo. *Se os custos de produção — argumentariam eles —, de economia em economia, se reduzissem a zero, é evidente que não haveria mais nem renda para as terras, nem juros para os capitais, nem lucros para a indústria: não haveria, portanto, mais rendas para os produtores.* Nessa suposição, todavia, posso afirmar que não mais haveria sequer produtores. Estaríamos, em relação a todos os objetos de nossas necessidades, como estamos em relação ao ar e à água, que consumimos sem que ninguém seja obrigado a produzi-los e sem sermos obrigados a comprá-los. Todo o mundo é rico o bastante para pagar o que o ar custa; todo mundo seria rico bastante para pagar o que custariam todos os produtos imagináveis. Seria o cúmulo da riqueza. Não haveria mais Economia Política; não haveria mais necessidade de aprender por que meios se formam as riquezas, pois já as teríamos inteiramente constituídas.

Embora não exista produto cujo preço tenha baixado a zero e que não valha mais do que a água comum, existem alguns, entretanto, cujo preço sofreu baixas prodigiosas, como o combustível nos lugares onde se descobriram hulheiras. Qualquer baixa análoga é um passo na direção do estado de abundância completa que acabo de mencionar.

Se diversas coisas baixaram diferentemente, umas mais, outras menos, é evidente que obrigatoriamente variaram em seus valores recíprocos. A que baixou, como as meias, mudou de valor em relação à que não baixou, como a carne; as que baixaram igualmente, como as meias e o açúcar na suposição anterior, embora tenham modificado seu valor *real*, não alteraram seu valor *relativo*.

Essa é a diferença existente entre as variações reais e as variações relativas. As primeiras são aquelas em que o valor das coisas muda com os custos de sua produção. As segundas são aquelas em que o valor das coisas muda em relação ao valor das outras mercadorias.

As baixas reais são favoráveis aos compradores sem serem prejudiciais aos

⁷ Dupont de Nemours (*Physiocratie*, p. 117) afirma: "Não se deve acreditar que o baixo preço dos artigos beneficie o povo humilde. O baixo preço dos artigos, com efeito, faz baixar o salário das pessoas do povo, diminui seu bem-estar e proporciona menos trabalho e ocupações lucrativas". O raciocínio e os fatos provam exatamente o contrário. Uma baixa nos salários, proveniente apenas de uma baixa nos artigos, em nada diminui o bem-estar dos operários. Tal baixa, além disso, permitindo ao empresário produzir a custos menores, favorece consideravelmente o consumo dos produtos do trabalho.

Melou, Forbonnais e todos os autores partidários do sistema exclusivo ou da balança comercial estão de acordo com os economistas sobre esse mesmo erro.

De Sismondi reproduziu os mesmos equívocos em seus *Nouveaux Principes de Économie Politique* (Livro Quarto, Cap. VIII), onde considera a baixa do preço dos produtos como um lucro que o consumidor obtém sobre o produtor. Esquece o fato de que o produtor, inclusive o operário, não perde nada em oferecer mais barato quando tem menos despesas a fazer.

vendedores e as altas reais produzem o efeito oposto. Nas variações relativas, porém, o que o vendedor ganha é perdido pelo comprador e vice-versa. Um negociante que possui em suas lojas 100 mil libras de lã a 1 franco a libra possui 100 mil francos. Se as lãs, em consequência de uma procura extraordinária, sobem para 2 francos a libra, essa parcela de sua fortuna dobrará; ao mesmo tempo, porém, todas as mercadorias que poderão ser trocadas pela lã perderão, em seu valor relativo, tanto quanto a lã ganhar no seu. Com efeito, aquele que necessita de 100 libras de lã e que poderia obtê-las vendendo 4 tonéis de trigo por 100 francos será doravante obrigado a vender 8. Ele perderá os 100 francos que o negociante de lã ganhará; a nação não estará nem mais rica nem mais pobre.⁸

Quando tais vendas ocorrem entre nações, a que vende a mercadoria que subiu ganha o montante do aumento e a nação que compra perde exatamente o mesmo tanto. Não há, em virtude de uma alta desse tipo, aumento de riqueza no mundo. Para isso, seria preciso que houvesse uma nova utilidade produzida a que se atribuísse algum preço. É inevitável, por conseguinte, que um perca o que o outro ganha. É também o que acontece em toda espécie de agiotagem baseada na variação dos valores entre si.

Dia virá, provavelmente, em que os Estados europeus, melhor esclarecidos sobre seus verdadeiros interesses, renunciarão a todas as suas colônias súditas e submissas, fundando colônias independentes nas regiões equinociais mais próximas da Europa, como na África. Lá encontraremos vastas culturas dos artigos que chamamos de *coloniais*, oferecendo-os à Europa com extraordinária abundância e, provavelmente, a preços bem módicos. Os negociantes que tiverem abastecimentos feitos aos preços antigos sofrerão perdas com suas mercadorias. Tudo o que perderem, contudo, será ganho pelos consumidores; estes, durante certo tempo, desfrutarão desses produtos a um preço inferior a seus custos de produção. Pouco a pouco, porém, os negociantes substituirão as mercadorias produzidas a custos elevados por mercadorias similares provenientes de uma produção mais inteligente. Os consumidores usufruirão, então, de uma modicidade de preços e de uma multiplicação de comodidades que não mais custará nada a ninguém, pois as mercadorias custarão menos caro para os negociantes e estes vendê-las-ão a preço mais baixo. Ao contrário, o resultado será um grande desenvolvimento da indústria e a abertura de novas possibilidades de fortuna.⁹

⁸ Em 1807, o conde de Lauderdale publicou um livro intitulado *Investigações Sobre a Natureza e a Origem da Riqueza Pública e Sobre as Causas que Contribuem para o seu Crescimento*. Lauderdale baseia-se inteiramente numa afirmação errônea, segundo a qual a escassez de um artigo, que diminui os recursos da sociedade tomada globalmente, aumenta os dos particulares ao aumentar o valor desse mesmo artigo nas mãos dos que o possuem. O autor tira daí a falsa consequência de que os princípios da riqueza geral são diferentes dos princípios da riqueza dos particulares. Não se apercebe de que, cada vez que um comprador, para adquirir uma coisa, é obrigado a sacrificar um valor maior, perde tanto quanto o vendedor ganha e de que toda operação tendente a propiciar ganhos desse tipo faz com que uns percam o que faz com que outros ganhem.

O mesmo autor também baseia essa pretensa diversidade entre a riqueza pública e as riquezas particulares na idéia de que a acumulação dos capitais, que favorece as riquezas dos particulares, é nefasta para a riqueza nacional, prejudicando o consumo que estimula a indústria. Seu erro provém de acreditar falsamente, com muitos outros autores, que um capital acumulado se subtrai ao consumo, quando, ao contrário, é consumido, mas reprodutivamente, proporcionando, assim, os meios de recomeçar perpetuamente compras que, se fosse consumido improdutivamente, só se realizariam uma única vez. (Ver o Livro Terceiro do presente Tratado.) Dessa maneira, o estabelecimento de um só princípio faz um livro inteiro cair por terra. Aquele a que me refiro nesta nota repousa em bases falsas, confundindo as idéias em vez de esclarecê-las.

⁹ Bonaparte poderia ter realizado isso com os vastos meios à sua disposição. Teria civilizado, enriquecido e povoado o mundo em vez de devastá-lo. Para lograr êxito, porém, um empreendimento como esse deveria ser concebido sem espírito de conquista e de dominação. Ele será realizado mais tarde. Uma política mais esclarecida abster-se-á de impor obstáculos ao estabelecimento de Estados independentes de origem européia na parte habitável da África. Tais estabelecimentos, com efeito, interessam a todas as nações. Terão a felicidade de encontrar nas costas da Barbaria, em lugar de povos ferozes, inimigos natos dos europeus e vivendo de pilhagens, nações essencialmente pacíficas e comerciantes, como os Estados Unidos, mas muito mais próximas de nós e sob um clima mais rico. O Mediterrâneo, então, não será mais do que um vasto lago sulcado, em todas as direções, pelos industriais habitantes que povoarão suas margens.

Preço em Prata e Preço Nominal

Quando se pagam 20 francos por um objeto, seu preço *em prata* é 100 gramas a 9/10 de pureza ou 90 gramas de prata pura.

Seu preço *nominal* é 20 francos; este é o nome que se dá a essa quantidade de prata cunhada em moeda.

Como o valor da moeda não está no nome, mas na coisa que serve de moeda, quando o nome vem a mudar, muda também o preço nominal, embora o preço em prata não mude. Em determinada época, 3 libras *tourmois* continham 1 onça de prata; tempos depois, eram necessárias 6 libras *tourmois* de nossa moeda para perfazer 1 onça. Um objeto que custava 3 libras naquela época e 6 libras depois, custava o mesmo preço em prata: nominalmente, seu preço havia dobrado.

O preço em prata de uma coisa depende da relação existente entre os custos de produção da prata e os da coisa. Se 5 hectolitros de trigo custam 100 gramas de prata é, provavelmente, porque a produção de 100 gramas de prata custa tanto quanto a de 100 hectolitros de trigo. Com efeito, se custasse menos, ao comprar o trigo com a prata, obtê-lo-íamos a custos menores do que os do cultivador ao produzi-lo. O cultivador perderia nesse negócio e não continuaria um ofício no qual daria mais para receber menos.

Por essa razão, na medida em que o metal de prata tornou-se mais abundante e que diminuíram os custos de sua produção, foi preciso oferecer maior quantidade de prata para obter a mesma quantidade de trigo.

E se o trigo (como temos razões de acreditar) sempre teve mais ou menos os mesmos custos de produção (ver o Livro Primeiro. Capítulo XXVII), a maior quantidade de prata que, em diferentes épocas, foi necessário oferecer para obter uma mesma quantidade de trigo constitui para nós uma indicação da depreciação da prata, daquilo que perdeu em valor real.

Visto que a depreciação da prata e do ouro, desde a antiguidade até nossos dias, desempenhou papel muito grande na economia das nações, convém adquirir algumas noções a respeito, tomando como indicação a quantidade (que, em cada época, esses metais podiam comprar) de um artigo cujo valor real provavelmente variou menos do que a maioria dos demais. Seguindo esse método, procurei anteriormente apresentar idéias mais exatas sobre o valor de algumas somas históricas. Nesse capítulo, o mesmo método nos servirá para avaliar a perda de valor que os metais preciosos sofreram até nossos dias.

A medida grega chamada *medimno* é, segundo os especialistas, igual a 52 litros. Numa oração de Demóstenes que já citei anteriormente (Livro Primeiro. Capítulo XXVIII), verificamos que o preço habitual do trigo era de 5 dracmas por medimno. Ora, segundo as moedas atenienses que ainda hoje guardamos, 5 dracmas continham 157 1/2 grãos de prata pura. Por conseguinte, 52 de nossos litros custavam 157 1/2 grãos de prata e nosso hectolitro, que contém 100 litros, custava 303 grãos.

Em Roma, na época de César, a medida de trigo chamada *módio* valia comumente 3 sestércios e, segundo os especialistas, 3 sestércios continham 23 5/8 grãos de prata fina.¹ O trigo contido em um módio pesava 14 de nossas libras de 16 onças; em Roma, portanto, 14 libras trocavam-se geralmente por 23 5/8 grãos de prata. Por conseguinte, nosso hectolitro de trigo, que pesa 160 libras, custava em prata 270 grãos, cerca de 1/7 a menos do que custava em Atenas, fato este que pode ser explicado pelas circunstâncias particulares das duas capitais.

Visto que, nessa matéria, só é possível apresentar aproximações, para obter o preço do trigo em prata na antiguidade, tomaremos o preço médio entre os dois acima, que é de 289 grãos.

Passemos agora à Idade Média.

Carlos Magno fez um decreto proibindo que o módio de trigo jamais fosse vendido acima de 4 dinheiros. Ora, esse dinheiro de Carlos Magno era uma moeda de prata pesando 28 4/5 grãos de prata, peso *marc*² com uma proporção de 1/24 de liga.³ Qual era, porém, a capacidade do módio? Não sabemos. Não era o módio dos romanos, o qual pesava apenas 14 de nossas libras e que, cotado a 4 dinheiros ou 115 1/5 grãos de prata fina, faria com que o preço de nosso hectolitro chegasse a mais de 1 200 grãos de prata pura. Também não era nosso antigo *muid* de 12 sesteiros, que pesava 2 880 libras, o que reduziria o preço em prata de nosso hectolitro a 60 grãos.

Tentemos determinar por outro caminho a capacidade desse módio de Carlos Magno.

Nesse mesmo decreto, verificamos que o pão de trigo é taxado à razão de 1 dinheiro por doze pães de 2 libras cada um. Isso dá 1 dinheiro por 24 libras de pão. A experiência nos ensina que o peso da unidade introduzida no pão compensa os custos de panificação e os restos da moagem. 1 libra de pão e 1 de trigo têm, em geral, o preço equivalente. Ora, ao mesmo tempo em que o preço do pão era fixado em 1 dinheiro por 24 libras, fixava-se o preço do trigo a 4 dinheiros pelo módio. O módio devia pesar, portanto, aproximadamente quatro vezes 24 libras ou 96 libras de peso na época de Carlos Magno, que equivalem a 72 libras, peso *marc*. Essa é a quantidade de trigo fixada em 4 dinheiros.

O dinheiro de Carlos Magno pesava 28 4/5 grãos, dos quais devemos deduzir 1/24 de liga; restam, portanto, 27 3/5 grãos de prata fina. 4 dinheiros continham, por conseguinte, 110 2/5 grãos. Esse era, então, o preço em prata de 72 libras de trigo, peso *marc*. A esse preço, nosso hectolitro, que pesa 160 dessas libras, custaria 245 1/3 grãos de prata fina.

Na antiguidade, nosso hectolitro valia 289 grãos; sob Carlos Magno, valia 245: dava-se, portanto, menos prata pela mesma quantidade de trigo. Tudo indica, então, que a prata tornou-se menos preciosa. Não posso assegurar que essa diferença não resulte, em parte, da imperfeição das bases em que, por falta de me-

¹ A prova disso será encontrada nas obras especialmente consagradas a esse gênero de erudição, em particular em GARNIER. *Histoire des Monnaies*. t. II, p. 333 e p. 341.

² *Marc* — Antiga medida francesa de massa, equivalente a 244,75 gramas. (N. do Ed.)

³ GARNIER. *Histoire des Monnaies*. t. II, p. 342.

lhores, nos apoiamos. De qualquer forma, depois de todas as pilhagens que se seguiram à invasão do Império Romano e das destruições resultantes; depois do provável abandono, durante 600 ou 700 anos, das minas da Ática e da Espanha; depois das espoliações cometidas pelos normandos, de um lado, e pelos árabes, de outro, com a perda constante sofrida pelos utensílios de prata, a prata perdida nos rios e no mar, a que foi escondida sem jamais ser encontrada etc. — depois de tudo isso, é de surpreender que o metal de prata tenha se tornado mais raro e mais precioso em aproximadamente 1/6?

Quase 700 anos mais tarde, sob Carlos VII, o preço médio do trigo, segundo Dupré de Saint-Maur, era de 12 soldos e 10 dinheiros por sesteiro. Ora, como essa soma contém 328 grãos de prata fina, o hectolitro custava 219 grãos, o que significa 26 grãos a menos do que sob Carlos Magno, quando o mesmo hectolitro valia 245 grãos. Parece, então, que a prata tornou-se ainda um pouco mais rara e mais preciosa. Vem um momento, entretanto, em que ela se apresenta com uma abundância que nada podia fazer prever, produzindo efeitos que surpreenderam os Governos e o povo, sem que nem uns nem outro fossem capazes de explicá-los.

A América foi descoberta em 1492. Os primeiros despojos dos povos do México e do Peru que chegaram à Europa fizeram surgir quantidades de ouro e de prata ainda muito pouco consideráveis para afetarem sensivelmente seu valor durante alguns anos, mas, por isso mesmo, extremamente lucrativas para os aventureiros espanhóis e seu Governo, pois delas tiraram partido no máximo de seu valor. Em pouco tempo, as entranhas das Cordilheiras foram rasgadas pelos infelizes peruanos e, a cada ano, novos galeões, lastreados com os tesouros do Novo Mundo, chegavam aos portos espanhóis, sem contar a disseminação de metais preciosos através do contrabando.

Foi o fato de os conquistadores gastarem esses tesouros que eles se espalharam pela Europa e pelo mundo.

Já em 1514, o sesteiro de trigo estando a 26 soldos e o marco de prata fina a 12 libras *toumois*, davam-se 333 grãos de prata pela quantidade de trigo contida no que hoje chamamos de um hectolitro.⁴

Em 1536, sob Francisco I, estando o preço do sesteiro em 3 libras 1 soldo e 11 dinheiros e o marco de prata fina em 13 libras *toumois*, o hectolitro de trigo custava 731 grãos de prata pura.

Em 1610, ano da morte de Henrique IV, o preço comum do trigo era de 8 libras 1 soldo e 9 dinheiros e o marco de prata fina valia 22 libras *toumois*; o hectolitro de trigo, nessa época, valia tanto quanto 1 130 grãos de prata.

Em 1640, o preço do sesteiro era 12 libras e 10 soldos e o marco de prata fina continha 30 libras *toumois*; o hectolitro valia, então, 1 280 grãos de prata.

Em 1789, o preço comum do sesteiro de trigo estava, segundo Lavoisier, em 24 libras *toumois* e o marco de prata fina, em 54 libras e 19 soldos, o hectolitro valendo, então, 1 342 grãos de prata.

Finalmente, em 1820, supondo-se o preço comum do trigo a 19 francos o hectolitro,⁵ constatamos que um hectolitro vale tanto quanto 1 610 grãos de prata fina.

⁴ Considera-se aqui que o sesteiro de trigo pesa 240 libras e o hectolitro, 160 libras. A relação entre essas duas medidas é, com grande aproximação, de 3 para 2.

⁵ O preço médio do hectolitro de trigo, extraído dos quadros oficiais de preço dos gêneros do mercado de Roye na Picardia, desde o ano de 1796 até 1816, descontando-se os dois anos de maior carestia e de maior abundância, era de 16,20 francos.

O preço médio do mesmo hectolitro no mercado de Paris, de 1801 a 1819, descontando-se igualmente os dois anos mais fortes e mais fracos, é de 19,79 francos.

O preço médio do mesmo hectolitro para toda a França, durante os anos que vão de 1799 a 1810, segundo um relatório do ministro do Interior datado de 25 de julho de 1811, é de 19,82 francos.

O mercado de Roye, situado no centro de uma região de trigo, registrando seu preço antes de ser transportado (o

Tudo indica, portanto, que a prata, a partir da época de Alexandre, aumentou gradualmente de valor até a época de Carlos VII e da donzela de Orléans. Foi nesse período que se deu a menor quantidade de grãos de prata fina por uma mesma quantidade de trigo. A partir dessa época, começou-se progressivamente a dar uma quantidade maior. E, deixando de lado as prováveis oscilações que nos escapam em virtude da escassa exatidão com que registraram para nós o preço corrente do trigo, bem como as diferenças de preço de um lugar para outro, a quantidade de prata oferecida para comprar trigo aumentou constantemente até nossos dias.

Corrigindo uns pelos outros os dados mais ou menos imperfeitos que foi possível colher sobre o preço (em prata) do trigo, até o final do século XV, teremos, para todas as épocas anteriores à descoberta do Novo Mundo, um preço médio de 268 grãos de prata fina por hectolitro de trigo. Ora, hoje em dia é necessário dar seis vezes mais, o que nos permite concluir que o valor próprio da prata caiu na proporção de 6 para 1.⁶

Se é verdade que, em consequência da depreciação da prata, seu valor em relação ao trigo tornou-se seis vezes menor, não devemos pensar por isso que esse valor tenha se alterado na mesma medida em relação a todas as demais mercadorias. Se existiam mercadorias que, como a prata, tornaram-se seis vezes menos caras, o valor relativo da prata e dessas mercadorias teria permanecido o mesmo. É o que aconteceu com o metal ouro. Ao que parece, com efeito, davam-se, outrora como hoje, aproximadamente 15 partes de prata pura por uma de ouro puro:⁷ esse fato basta para demonstrar que a depreciação do ouro foi idêntica à da prata e que tudo o que afirmei acerca deste último metal pode aplicar-se também ao primeiro.

É bem provável que algo semelhante tenha acontecido com as especiarias, que hoje trazemos das ilhas da Ásia muito mais baratas do que o conseguíamos os antigos. Supondo-se que ainda hoje se dê, para obter determinada quantidade de pimenta, a mesma quantidade de prata que se dava antigamente, a pimenta está agora seis vezes menos cara do que antes, pois a mesma quantidade de prata vale seis vezes menos.

O preço da seda baixou muito mais do que o do ouro e o da prata. Outrora, dizem os historiadores, ela valia tanto quanto seu peso em ouro. Podemos presumir que essa afirmação se aplicava à seda em tecido que os romanos traziam do Oriente, pois eles não possuíam manufaturas de tecidos de seda. Hoje em dia, por um quilograma de ouro valendo 3 400 francos, teríamos 27 quilogramas de tecidos lisos de seda. Ora, como o próprio ouro baixou para 1/6 de seu antigo valor, a

que, em quase todos os lugares, constitui parte de seu valor), dá um preço médio excessivamente baixo. Os outros mercados, abrangendo regiões onde se fizeram provisões para os exércitos, dão um preço provavelmente um pouco alto demais. Não creio afastar-me muito da verdade ao fixar o preço ordinário do trigo a 19 francos. A esse preço, a libra de pão custa 3 1/4 soldos.

⁶ Gamier, que empreendeu extensas investigações sobre as moedas dos antigos, chega ao mesmo resultado, através de cálculos diferentes. Mostra-nos que a prata, entre os antigos, comprava 6 mil vezes seu preço em trigo, ao passo que, entre nós, só compra aproximadamente 1 000 vezes seu peso. (Ver sua *Histoire des Monnaies*, t. II, p. 328 e p. 355.)

Nas primeiras edições deste Tratado, pensei poder demonstrar que a prata havia baixado apenas na proporção de 4 para 1. O novo resultado que agora apresento decorre, em primeiro lugar, da escolha dos novos dados que tomei por base e que me parecem melhores e, em segundo lugar, da grande depreciação sofrida pela prata a partir de 1789. Nas edições anteriores, havia-me fixado nessa época para o preço do trigo nos tempos modernos, pois não dispunha, na ocasião, de dados para fixar um preço médio mais atualizado.

⁷ Nas primeiras edições desta obra, eu admitira, seguindo Adam Smith, o padre Barthélemy e outros autores, que a relação entre o ouro e a prata, entre os antigos, era de 12 para 1. Posteriormente, em sua *Histoire des Monnaies*, (t. I, p. 114 e t. II, p. 82 et seqs.), Gamier criticou Barthélemy e os outros especialistas, que parecem não ter levado suficientemente em conta a liga presente no ouro que lhes servia como ponto de comparação. As razões de Gamier me pareceram decisivas e elas estabelecem a proporção de 15 para 1. Esse mesmo autor reproduziu as mesmas provas e seus longos desdobramentos nas notas pessoais que acrescentou à tradução de Smith, na segunda edição, 1822, t. V, p. 632-649.

multiplicação de 27 por 6 nos mostra que as sedas, entre nós, valem 162 vezes menos do que valiam entre os romanos. De onde se pode concluir o luxo das pessoas que, em Roma, se exibiam em roupas de seda.

Locke e, depois dele, os autores da primeira Enciclopédia, avaliaram diferentemente a baixa que os metais preciosos sofreram. Presumindo que, na época em que escreviam, havia em circulação dez vezes mais prata do que antes do século XVI, acreditaram que fosse preciso, necessariamente, dar dez vezes mais prata para comprar as mesmas mercadorias e que uma família que tivesse conservado a mesma quantidade de baixela de prata só possuía, em baixela, 1/10 do valor que antes possuía. Esse ponto de vista está em desacordo com os fatos desses autores ignorarem a origem do valor. Ao contrário do que pensavam, tal origem não se encontra na relação existente entre as diversas quantidades de prata que se possui em diferentes épocas, mas na relação entre a quantidade de prata que foi possível, em épocas diferentes, absorver a um determinado preço, e a quantidade de prata que foi possível, nas mesmas épocas, trazer ao mercado por aquele mesmo preço.⁸

Com que as pessoas pagam os produtores de prata? Com outros produtos. Se houve mais metal de prata oferecido de um lado, houve também mais produtos oferecidos de outro. A descoberta das minas e os grandes desenvolvimentos da indústria datam da mesma época, sem que se possa dizer que um desses eventos tenha dependido do outro. Ainda que a cadeia das Cordilheiras só contivesse pedras brutas, os mesmos progressos teriam provavelmente ocorrido na indústria do globo. A única diferença é que, nesse caso, dar-se-ia, em troca da mesma quantidade de metais preciosos, uma quantidade muito maior de qualquer outra espécie de mercadoria. Os produtos da indústria ter-se-iam tornado menos caros em prata ou, o que dá no mesmo, a prata ter-se-ia tornado mais cara, mais preciosa ao ser paga em produtos.

A abundância das minas permitiu a extração dos metais preciosos com custos iguais a 1/6 apenas do que custavam antes. Por conseguinte, com uma mesma quantidade de trigo, cujos custos atuais de produção supomos idênticos aos de outrora, foi possível obter seis vezes mais metais preciosos do que se obtinha antes. Com efeito, se, oferecendo-se trigo em troca, não se tivesse obtido essa quantidade, ela teria sido obtida aplicando-se, para trazer prata, parte dos adiantamentos dedicados à produção do trigo. Admitindo-se esse dado (a saber, que os custos de produção da prata tornaram-se seis vezes menores), ainda que a quantidade de prata fosse dez ou até vinte vezes maior do que era, seu valor não deveria cair a 1/10 ou 1/20 de seu valor antigo, mas apenas a 1/6.⁹

Acabamos de ver que o valor próprio dos metais preciosos veio sempre decrescendo, desde a descoberta da América até o começo deste século. É provável que continue a diminuir diariamente: o preço em prata de qualquer coisa, pelo menos na França, não pára de aumentar, exceto quando uma causa accidental, como o término de uma guerra, uma diminuição de impostos ou um processo de produção mais rápido, vem alterar esse curso, fazendo com que o preço *real* de certos objetos em particular baixe mais do que aumenta seu preço em prata.

⁸ Trata-se aqui, em outras palavras, da causa que foi atribuída ao valor da prata no início deste capítulo.

⁹ Locke estimava que a descoberta da América havia decuplicado a quantidade de metais preciosos que se encontravam nas mãos dos homens. Se isso fosse verdade em sua época (por volta de 1700), essa quantidade seria hoje não 10, mas 20 vezes maior. Segundo Humboldt, com efeito, pode-se avaliar a quantidade de metais preciosos extraídos das minas da América até o ano de 1700 em 2 458 milhões de piastras. Se, antes da descoberta da América, já existia no mundo antigo 1/9 dessa soma, já havia, então, uma quantidade igual a 273 milhões de piastras. Ora, no ano em que Humboldt escrevia (1804), até então, segundo ele, já tinham sido extraídos das minas da América 5 731 milhões de piastras, aos quais se deveriam adicionar os 273 milhões já existentes antes da descoberta; isso elevaria a quantidade total a 6,004 bilhões, dos quais 273 milhões não são mais do que 1/22. Na base de que dados, entretanto, Locke podia presumir que, no mundo antigo, só havia 1/9 dos metais preciosos que circulavam em sua época?

Bem sei que o aumento do aluguel das terras que geralmente se observa, depende também dos progressos que alcançam os processos de cultivo. O arrendatário que consegue extrair mais produtos do terreno pode pagar por ele um arrendamento maior; além disso, o preço do próprio bem fundiário aumenta. Visto, porém, que o preço em prata da maioria dos outros objetos vai aumentando, é de se presumir que, pelo menos uma parte dos aluguéis, se deva à depreciação da própria prata. Ora, como atualmente se conserva, pelo menos na França, Inglaterra, Espanha e em outros países, a mesma denominação para a mesma quantidade de prata, as variações no preço nominal das coisas dão, com bastante fidelidade, a medida das variações de seus preços em prata.

Não seria inteiramente inútil poder antecipar as revoluções futuras que o valor dos metais preciosos deverá sofrer. Infelizmente, boa parte dos acontecimentos destinados a influir sobre esse valor ultrapassam qualquer capacidade humana de previsão. Que novos filões metálicos, que novas minas serão ainda descobertas? Humboldt afirma¹⁰ que a abundância de prata na Cordilheira dos Andes é de tal ordem que, refletindo no número de jazidas de minério que permaneceram intatas ou que só foram exploradas superficialmente, estaríamos tentados a pensar que os europeus mal começaram a desfrutar de seus ricos produtos. Acasos afortunados e progressos na arte de sondagens poderão trazer descobertas capazes de produzir uma revolução comparável à do século XVI. Os prováveis progressos na arte de exploração das minas poderão, por si sós, diminuir consideravelmente os custos de produção. Consta, segundo o mesmo autor, que, nas minas mais ricas, exércitos de mineiros ainda são ocupados a transportar nas costas o minério, isto é, uma matéria que não contém sequer 1/4 de metal¹¹. Se os poços e galerias fossem adequadamente localizados, esse transporte poderia ser feito por meio de carros puxados por animais ou até por motores inanimados. Economias análogas poderiam ser feitas em quase todos os demais setores dessa exploração, permitindo uma diminuição considerável nos seus custos de produção.

Não se deve pensar, todavia, que o valor do produto diminua tanto quanto os custos de produção, sobretudo se estes diminuem em razão da descoberta de novos filões de capacidade extraordinária. Na medida em que a prata baixasse de preço, tornando-se possível obtê-la em maior quantidade em troca de menos trabalho e de menor quantidade de qualquer outro produto, sua demanda tornar-se-ia bem mais considerável; seria mais consumida em utensílios, e maior quantidade de prata seria necessária para constituir somas de moeda de mesmo valor.

Mas isso não é tudo. As nações que se crêem completamente civilizadas podem tornar-se ainda mais civilizadas. Uma população mais numerosa e uma produção mais ativa tornam necessária uma quantidade maior de metais preciosos. Regiões desertas ver-se-ão povoadas de habitantes; hordas selvagens tornar-se-ão nações policiadas; e o mercado que absorve o ouro e a prata, já tão grande, ampliar-se-á a cada ano, a cada século.

No entanto, esses progressos, facilmente previsíveis, podem não caminhar com a mesma rapidez que a produção das minas. Humboldt¹² estima que, juntas, as minas da América, da Europa e da Ásia fornecem, anualmente, 19 126 quilos de ouro puro e 869 960 quilos de prata pura. Convertidas em nossa moeda, essas duas quantidades dariam uma soma de 259 202 888 francos. Dela convém descontar o que é anualmente destruído pelo consumo e pelo desgaste. Ao contrário, no que concerne aos metais preciosos utilizados na confecção de utensílios, a des-

¹⁰ *Essai Politique sur la Nouvelle-Espagne*. In-octavo. t. IV, p. 149.

¹¹ *Ibid.*, t. III, p. 366.

¹² *Ibid.*, t. IV, p. 220.

truição não os atinge, pois a matéria de que é feito um prato de prata pode servir para a fabricação de outro, e mesmo o ouro dos bordados e galões pode ser, em parte, recuperado pela fundição. Se considerarmos o quanto as matérias de ouro e prata são duráveis por natureza e quão grande interesse têm os homens, seja qual for a maneira pela qual se encontrem na posse de tais matérias, em cuidar e zelar por tão preciosos objetos, acharemos, talvez, que é concessão excessiva avaliar seu desperdício anual em 59 milhões. Mantendo-se essa estimativa, entretanto, cada ano veria crescer em mais de 200 milhões de francos a quantidade de metais preciosos espalhados pela grande sociedade do gênero humano, quantidade esta que os progressos das diferentes nações do globo deveriam absorver anualmente, a fim de que não diminuísse o preço desses metais.

Ora, isso, aparentemente, não aconteceu, pois seu preço diminuiu. Já no decorrer dos séculos precedentes, o Governo espanhol, quando ainda dominava o México e o Peru, viu-se forçado a baixar sucessivamente os impostos que retirava sobre os metais preciosos. Quando não diminuía os impostos, abandonava-se ora uma mina, ora outra. Isso prova que a circulação era incapaz de absorver os suplementos que lhe eram oferecidos pelo preço a que o imposto os elevava. Depois de reduzir ainda mais os impostos, depois de suprimi-los por completo, se os consumidores não se dispusessem a pagar os custos de produção necessários, veríamos sucessivamente abandonadas as explorações mais dispendiosas, conservando-se aquelas cujos custos de produção fossem menores.

Aliás, seja qual for o Governo que neles vier a se estabelecer, o México e o Peru continuarão, provavelmente, a nos fornecer nossas principais provisões de metais preciosos. Nessas nações, o ouro e a prata são produtos nativos; seus povos têm interesse em oferecê-los e nós em recebê-los em troca de muitos outros produtos que podemos oferecer-lhes. Quanto mais numerosos, livres e civilizados forem os peruanos e mexicanos, tanto mais ouro e prata nos fornecerão, porque os processos de exploração das minas estarão, pois, mais aperfeiçoados entre eles e, também, porque precisarão de uma quantidade maior de nossos produtos. É uma feliz circunstância que essas duas nações não mais obedeçam ao mesmo Governo, pois sua concorrência beneficia as demais nações da Terra. Se perturbações políticas vierem ainda a ameaçar o exercício da indústria e as comunicações do comércio, elas serão apenas temporárias. As nações sempre recaem sob o império de seus próprios interesses, tanto mais rapidamente quanto mais esclarecidas forem e melhor os compreenderem.

A Importância de Nossas Rendas

No Livro Primeiro desta obra, mostrei como os produtos se originam dos fundos produtivos que possuímos, isto é, de nossas capacidades industriais, de nossos capitais e de nossas terras. Esses produtos constituem a renda dos proprietários dos fundos, proporcionando-lhes as coisas necessárias à sua existência que não lhes são dadas gratuitamente pela Natureza ou por seus semelhantes.

O direito exclusivo de dispor de uma renda nasce do direito exclusivo que se tem sobre o fundo. O dono do fundo, com efeito, pode deixá-lo ocioso e, assim, destruir antecipadamente a renda que dele pode provir. Onde não existe direito exclusivo sobre o fundo, não há nem fundos nem renda. Não há riquezas, pois as riquezas sociais são os bens de que se tem a posse exclusiva. Ora, *não se tem nada* quando a posse não é reconhecida e garantida, quando a propriedade não existe de fato.

Não é necessário, para estudar a Natureza e o curso das riquezas sociais, conhecer a origem das propriedades ou sua legitimidade. Que o possuidor atual de um bem fundiário ou quem lhe transmitiu esse bem o tenham obtido a título de primeiro ocupante, ou por meio de uma violência ou de uma fraude, o resultado é o mesmo com respeito à renda dele proveniente.

Podemos apenas observar que a propriedade do fundo a que chamamos de capacidade industrial, bem como a propriedade dos fundos que compõem nossos capitais, têm algo de mais incontestável e mais sagrado do que a propriedade dos bens fundiários. As capacidades industriais de uma pessoa, sua inteligência, sua força muscular e sua destreza, são dons que a Natureza, indubitavelmente, fez a ela e a nenhuma outra. Quanto aos capitais e às suas acumulações, são valores que a pessoa poupou sobre seus consumos. Se tivesse consumido e destruído tais valores, jamais seriam propriedade de ninguém. Ninguém, portanto, pode ter direitos sobre eles. A poupança equivale a uma criação e a criação confere um direito indiscutível.

Alguns fundos produtivos são alienáveis, como as terras e os instrumentos das artes e ofícios. Outros não, como as capacidades naturais. Alguns podem ser consumidos, como os capitais mobiliários; outros não, como os bens de raiz. Outros ainda, estritamente falando, não são alienáveis nem consumíveis, embora possam ser destruídos, como os talentos que morrem com a pessoa.

Os valores mobiliários que servem na produção são permanentemente consu-

midos, só permanecendo produtivos e perpetuando-se mediante a reprodução. O consumo que deles se faz nas operações de produção é um mero adiantamento.

Embora as riquezas de uma pessoa particular se componham tanto de suas rendas como de seus fundos produtivos, não consideramos que altere sua fortuna quando consome suas rendas deixando seus fundos intatos. A razão disso é que as rendas consumidas podem ser sucessivamente substituídas, pois os fundos guardam permanentemente, enquanto existem, a capacidade de engendrar novos produtos.

O valor corrente dos fundos produtivos suscetíveis de alienação é estabelecido segundo os mesmos princípios que determinam o valor de todas as outras coisas, quer dizer, na proporção da oferta e da procura. Convém assinalar apenas que a quantidade demandada não pode ter por motivo a satisfação que pode ser obtida com o uso de um fundo: um campo ou uma usina não propiciam diretamente nenhuma satisfação apreciável a seu possuidor. Seu valor, portanto, provém do valor do produto que dele pode ser obtido, o qual se baseia, por sua vez, no uso que se pode fazer desse produto, na satisfação que é capaz de proporcionar.

Quanto aos fundos inalienáveis, como as faculdades pessoais, dado que não podem tornar-se objeto de troca, seu valor também só pode ser estimado pelo valor que podem produzir. Assim, o fundo constituído pelas capacidades industriais com as quais um operário pode obter um salário de 3 francos por dia ou 1 000 francos por ano, aproximadamente, pode ser avaliado como um capital aplicado a fundo perdido que produz uma renda equivalente.

Depois de adquirir noções gerais e, por assim dizer, superficiais e exteriores acerca dos fundos e das rendas, se quisermos conhecer mais profundamente sua natureza, deveremos enfrentar e superar algumas das principais dificuldades que a Economia Política nos apresenta.

O primeiro produto de um fundo produtivo não constitui um produto propriamente dito: trata-se somente de um *serviço produtivo* com o qual compramos um produto. Os produtos, portanto, só devem ser considerados como frutos de uma troca na qual *damos* serviços produtivos a fim de *obter* produtos. Só então a renda primitiva aparece sob a forma de produtos. Se trocamos novamente esses primeiros produtos por outros, a mesma renda se manifesta sob a forma de novos produtos que a nova troca nos proporciona.

Assim, para fixar as idéias por meio de imagens sensíveis: quando um cultivador extrai de sua terra, de seu capital e de seu trabalho 100 sesteiros de trigo, sua primeira renda é composta pelos serviços prestados por esses fundos produtivos, e sua produção equivale a uma troca na qual *dado* os serviços prestados por esses fundos produtivos e *obtido* os produtos deles resultantes. Se transformar esses mesmos produtos em dinheiro, tratar-se-á sempre da mesma renda, embora sob outra forma.

Essa análise foi necessária para que pudéssemos conhecer o verdadeiro valor da renda. Em que consiste, com efeito, o valor segundo as definições já apresentadas? Consiste na *quantidade de qualquer outra coisa* que se pode obter em troca da *coisa da qual desejamos nos desfazer*. Nessa troca que chamamos de produção, qual é a coisa que damos? Nossos serviços produtivos. Em que consiste sua importância? O que lhes dá valor? É a quantidade dos produtos que recebemos em troca, isto é, a quantidade dos produtos que eles nos proporcionam. De acordo com os princípios que determinam o valor das coisas, nossos serviços têm, portanto, valor tanto maior quanto nos propiciam, não produtos mais caros, mas produtos em maior quantidade. Ora, produtos recebidos em maior quantidade são exatamente equivalentes a produtos que são mais baratos em relação aos serviços dos quais são resultado. Para apresentar esse ponto na sua maior simplicidade pos-

sível, imaginemos o seguinte: se, possuidor de um terreno rural que cultivo com meus próprios capitais, recolho anualmente para meu consumo uma colheita dupla, não sou mais rico do que seria se, extraísse, do mesmo terreno, apenas a metade desse produto? Ora, dado que é a importância da renda que faz a importância do fundo, meu fundo ou o conjunto de meus fundos produtivos, isto é, minha terra, meu capital e meu trabalho, não cresceram, por assim dizer, com minha renda, e não é um fato que me tornei mais rico?

Assim, os princípios relativos às rendas dos particulares ligam-se à máxima segundo a qual as rendas das nações são tanto mais consideráveis quanto mais baratos forem os produtos. Essa proposição, à primeira vista, parece, mas na realidade não está, em contradição com a afirmação segundo a qual a riqueza consiste no valor das coisas que se possui. A base de nossa fortuna é constituída por nossos fundos produtivos; a primeira renda desses fundos são os serviços produtivos. Quando poucos serviços bastam para proporcionar muitos produtos, estes são mais baratos, não somente em relação aos serviços que os criaram, como também em relação às rendas dos demais particulares. Ora, produtos menos caros em relação a todas as rendas tomam todas elas maiores, pois somos tanto mais ricos quanto mais coisas podemos comprar.

Esses mesmos princípios nos permitem constatar que adquirimos idéias muito pouco adequadas acerca da riqueza respectiva de duas nações quando nos contentamos em comparar a soma de suas rendas. A mais rica é aquela cujas rendas podem comprar mais coisas. Sua riqueza depende da relação entre duas quantidades que se encontram na própria nação e não entre duas quantidades das quais uma se encontra nela e a outra, fora. Para fazer, não digo uma comparação exata da riqueza de duas nações (comparação essa que julgo impossível), mas uma avaliação aproximativa de sua riqueza respectiva, seria preciso poder comparar a quantidade de produtos que, numa e noutra, se pode obter a partir da mesma quantidade de serviços produtivos.

Numa sociedade pouco avançada, cada particular consome muito menos os produtos que ele próprio criou do que os que compra com aqueles que criou. O mais importante para cada produtor é, portanto, a quantidade dos produtos que não são de sua criação e que ele poderá obter com os que criou. Se minhas terras, meus capitais e minhas capacidades estão engajados, por exemplo, na cultura do açafraão e se meu consumo desse produto é nulo, minha renda compõe-se da quantidade de coisas que poderei comprar com minha colheita de açafraão. Essa quantidade de coisas será maior se o açafraão encarecer e, ao mesmo tempo, a renda dos compradores de açafraão diminuirá de todo o excedente de preço que eu conseguir fazer com que paguem.

Ocorrerá o efeito contrário se for obrigado a vender meus produtos por um preço baixo. Nesse caso, a renda dos compradores torna-se maior, mas às expensas da minha.

Não se deve perder de vista que, quando menciono aqui preço baixo e preço elevado, pretendo me referir apenas à relação existente entre os produtos que se vendem e os que se compram, e não, em absoluto, ao preço em moeda, o qual serve exclusivamente como meio de avaliar uns e outros, não tendo nenhuma influência sobre a importância das rendas. Se a prata é preciosa e cara, receberei menos pelo produto que é de minha criação. Mas, ao mesmo tempo, não serei obrigado a dar muita prata pelo produto que deverá satisfazer minhas necessidades. Ao contrário, se sou obrigado a entregar grande quantidade do produto que faço para receber uma pequena quantidade dos que consumo, seja qual for o valor da prata, minha renda é menos considerável.

É exclusivamente sob esse aspecto que o valor relativo dos produtos afeta as

rendas dos particulares. O ganho que uma mudança acidental, que atinge esse valor, proporciona a uns é compensado pela perda que acarreta para outros. Quanto à renda geral da nação, ela só é afetada por uma mudança na quantidade de serviços que forneço em relação à quantidade de serviços que obtenho. Quando faço economias em meus custos de produção, quando descubro meios, por exemplo, de fazer crescer em uma jeira o que antes exigia duas, de terminar em dois dias algo que antes só podia ser executado em quatro etc., a partir desse momento, a renda da sociedade aumentou de tudo o que poupei. Em proveito de quem resulta esse crescimento de renda? Em meu proveito próprio enquanto conseguir manter meus processos em segredo; em proveito do consumidor quando a publicidade dos processos me força, pela concorrência que ela estabelece, a baixar meu preço ao nível dos custos de produção.

Quaisquer que sejam as transformações que as trocas imponham ao valor dos serviços produtivos que compõem primitivamente toda renda, esta permanece sempre existindo até ser destruída pelo consumo. Se minha renda é o serviço produtivo de uma terra, ela continua existindo depois de se ter transformado, pela produção, em sacos de trigo; continua ainda a existir quando esses sacos se transformarem em escudos, embora o comprador de meu trigo o tenha consumido. Quando, porém, comprei alguma coisa com esses escudos, tendo-a consumido, ou feito com que fosse consumida, a partir desse instante o valor que compunha a minha renda deixou de existir. Minha renda foi consumida e destruída, embora subsistam ainda os escudos em que ela se transformou passageiramente. Não se deve, porém, pensar que a renda esteja perdida só para mim, continuando a existir para aqueles em cujas mãos passaram os escudos. Ela está perdida para todos. O possuidor desses mesmos escudos só conseguiu obtê-los ao preço de uma outra renda ou de um fundo que gastou.

Quando a um capital acrescentamos valores provenientes de uma renda, eles deixam de existir como renda e não podem mais servir à satisfação das necessidades de seu possuidor. Tais valores existem agora como capital, sendo consumidos à maneira dos capitais, consumo este que é apenas uma espécie de adiantamento pelo qual somos reembolsados mediante o valor dos produtos.

Quando alugamos nosso capital, nossa terra ou nosso tempo, entregamos ao locatário ou empresário os serviços desses fundos produtivos, mediante uma soma ou quantidade de produtos previamente estipulada. É uma espécie de negócio a taxa fixa em que o locatário pode perder ou ganhar, dependendo do fato de a renda real (os produtos que obtêm por meio dos fundos cujo uso lhe foi permitido) valer mais ou menos do que o preço que paga por eles. Isso não faz, porém, que exista uma dupla renda produzida. Ainda que um capital, emprestado a um empresário, lhe dê como lucro 10% ao ano, em vez de 5% que paga talvez a quem o emprestou, mesmo assim a renda proveniente do serviço prestado pelo capital não seria de 10%. Essa renda, com efeito, compreende ao mesmo tempo, uma retribuição pelo serviço produtivo do capital e outra pelo serviço produtivo da indústria que o põe em atividade.

Para resumir: a renda real de um particular é proporcional à quantidade de produtos de que pode dispor, seja diretamente por seus fundos produtivos, seja depois de ter realizado as trocas que põem sua renda primitiva sob forma consumível. Essa quantidade de produtos ou, se se preferir, a utilidade que neles reside, só poderá ser avaliada pelo preço corrente que os homens a ela conferem. É nesse sentido que a renda de uma pessoa é igual ao valor que tira de seus fundos produtivos. Esse valor, no entanto, é tanto maior em relação aos objetos de seu consumo quanto mais baratos forem estes pois, nesse caso, esse mesmo valor torna a pessoa em questão dona de uma quantidade maior de produtos.

Pela mesma razão, a renda de uma nação será tanto maior quanto maior for o valor que constitui a renda, isto é (o valor de todos os seus serviços produtivos), e quanto menor for o valor dos objetos que a renda é destinada a comprar. O valor dos serviços produtivos, inclusive, é necessariamente considerável quando é reduzido o dos produtos. Com efeito, dado que o valor se compõe da *quantidade* de coisas que se pode obter numa troca, as rendas (os serviços dos fundos produtivos da nação) valerão tanto mais quanto mais abundantes e baratos forem os produtos por elas obtidos.

Depois das considerações contidas neste capítulo e nos três anteriores, necessárias para fixar nossas idéias acerca dos valores produzidos, resta-nos compreender a maneira e as proporções segundo as quais eles se distribuem na sociedade.

Como se Distribuem as Rendas na Sociedade

As razões que determinam o valor das coisas, operando da maneira indicada nos capítulos anteriores, aplicam-se indistintamente a todas as coisas que têm algum valor, mesmo às mais efêmeras. Por conseguinte, aplicam-se aos serviços produtivos que a indústria, os capitais e as terras prestam no ato da produção. Os que dispõem de uma dessas três fontes de produção são negociantes do artigo que chamamos aqui de *serviços produtivos*; seus compradores são consumidores dos produtos. Os empresários de indústria não passam, por assim dizer, de intermediários que buscam os serviços produtivos necessários para tal produto determinado na proporção da demanda do mesmo.¹ O cultivador, o manufator e o negociante estão sempre comparando o preço que o consumidor quer ou pode pagar por tal ou tal mercadoria com os custos que serão necessários para sua produção. Se se decidem por sua produção, estabelecem uma demanda de todos os serviços produtivos que para ela deverão contribuir, fornecendo, assim, uma das bases do valor desses serviços.

De outra parte, os agentes da produção, homens e coisas, terras, capitais ou pessoas industriais, oferecem-se em maior ou menor quantidade (segundo motivos diversos que examinaremos nos capítulos subsequentes), constituindo assim a outra base do valor estabelecido para esses mesmos serviços.²

Cada produto acabado paga, pelo valor que adquiriu, a totalidade dos serviços que contribuíram para sua criação. Muitos desses serviços foram pagos antes do acabamento do produto, tendo sido necessário que alguém fizesse seu adiantamento; outros foram pagos depois do acabamento e da venda do produto. Em todos os casos, foram pagos com o valor do produto.

Querem um exemplo da maneira como o valor de um produto se distribui entre todos os que contribuíram para sua produção? Observemos um relógio, investi-

¹ Já vimos que a demanda será tanto maior para cada produto quanto maior for sua utilidade e a quantidade de outros produtos que os consumidores possuem para dar em troca. Em outros termos, é a utilidade de uma coisa e a riqueza dos compradores que determinam a extensão da demanda.

² Durante muito tempo, hesitei quanto a desenvolver, no plano desta obra, as coisas referentes ao *valor* antes das coisas concernentes à *produção*, isto é, se a apresentação da natureza da qualidade produzida deveria preceder a exposição da maneira como produzi-la. Minha opinião foi a de que era preciso, para bem conhecer os fundamentos do valor, saber em que podem consistir os custos de produção e, para tanto, adquirir previamente idéias amplas e adequadas acerca dos agentes da produção e dos serviços que deles podemos esperar.

gando, desde o início, a maneira como foram obtidas suas menores partes e examinando como seu valor foi distribuído entre as mãos de vários produtores.

Veremos em primeiro lugar, que o ouro, o cobre e o aço que entram em sua composição foram comprados de exploradores de minas, os quais encontraram nesse produto o salário de sua indústria, o juro de seus capitais e a renda fundiária de sua mina.

Os negociantes de metais, que os obtiveram desses primeiros produtores, venderam-nos a operários de relojoaria, sendo, desse modo, reembolsados por seus adiantamentos e recebendo o pagamento dos lucros de seu comércio.

Os operários que preparam as diferentes peças que compõem um relógio venderam-nas a um relojoeiro que, ao pagar-lhes, reembolsou os adiantamentos feitos sobre o valor das peças, bem como os juros desses adiantamentos, pagando, também, os lucros do trabalho executado até então. Uma única soma igual a esses valores reunidos bastou para realizar esse pagamento complexo. O relojoeiro fez a mesma coisa em relação aos fabricantes que lhe forneceram o mostrador, o cristal etc.; e, se há ornamentos, também em relação aos que forneceram os diamantes, esmaltes e tudo o que se queira imaginar.

Por último, o particular que compra o relógio para seu uso reembolsa o relojoeiro por todos os adiantamentos que fez, juntamente com seus juros, e, além disso, o lucro de seu talento e de seus trabalhos industriais.

Como se vê, o valor integral do relógio, antes mesmo de terminado, disseminou-se entre todos os seus produtores, que são bem mais numerosos do que no meu exemplo e do que, em geral, se imagina; entre eles, aliás, pode estar, sem dar-se conta disso, a própria pessoa que comprou o relógio e que o usa no bolso do colete. Esse particular, com efeito, não poderia ter aplicado seus capitais nas mãos de um explorador de minas, de um comerciante que compra os metais, de um empresário que dá trabalho a um grande número de operários ou, enfim, de alguém que não é nada disso, mas que reemprestou a uma dessas pessoas parte dos fundos que tomara emprestado a juros do consumidor do relógio?

Assinalamos que não é de modo algum necessário que o produto esteja acabado para que vários de seus produtores tenham podido retirar o equivalente à parcela de valor que lhe acrescentaram. Em muitos casos, aliás, consumiram tal parcela muito antes do produto chegar ao seu termo. Cada produtor fez, para aquele que o precedeu, o adiantamento do valor do produto, a elaboração integral que lhe foi conferida até então. Seu sucessor na escala de produção, reembolsou-o, por sua vez, pelo que pagou, mais o valor que a mercadoria recebeu ao passar por suas mãos. O último produtor, finalmente, que é, em geral, um comerciante varejista, é reembolsado pelo consumidor pela totalidade de seus adiantamentos, mais a última elaboração que ele próprio conferiu ao produto.

Todas as rendas da sociedade se distribuem dessa mesma forma.

A parcela do valor produzido que é retirada pelo proprietário fundiário chama-se *lucro do bem fundiário*. Às vezes ele entrega esse lucro a um arrendatário mediante um arrendamento.

A parcela retirada pelo capitalista ou por quem fez adiantamentos, por mais diminutos e breves que tenham sido, chama-se *lucro do capital*. Quando não o explora diretamente por conta própria, o capitalista retira, sob o nome de juro, o lucro que seu capital pode render.

A parcela retirada pelas pessoas industriais chama-se *lucro da indústria*. Algumas pessoas industriais são simples assalariados que, a cada dia, a cada semana ou a cada ano, segundo uma convenção estipulada previamente, recebem a parte que conseguiram obter dos valores produzidos. Os demais são empresários que compram e consomem os serviços produtivos, sendo reembolsados pela venda

dos produtos ou de partes de produtos cuja criação empreenderam à sua própria custa e para proveito próprio.³

Um empresário, habitualmente, possui ele próprio o capital ou, pelo menos, parte do capital que serve para seus adiantamentos. É por isso que os economistas ingleses confundem quase sempre, sob o nome de *lucro*, a renda que o empresário obtém de sua indústria e talento com a renda que obtém de seu instrumento, do capital. Essa análise imperfeita freqüentemente introduz confusão em seus escritos, impedindo-os de apresentar uma imagem fiel dos fatos.⁴

Cada um retira, assim, sua parte dos valores produzidos e essa parte constitui sua renda. Alguns recebem a renda parceladamente, consumindo-a à medida que a recebem. São a maioria; quase toda a classe operária se encontra nesse caso. O proprietário fundiário e o capitalista que não exploram diretamente seus bens por conta própria, recebem sua renda de uma só vez, em 2 ou 4 vezes ao ano, segundo os acordos que estabeleceram com o empresário ao qual emprestaram sua terra ou seu capital. Seja qual for a maneira como a renda é percebida, sua natureza é sempre a mesma e sua origem é sempre um valor produzido. Se aquele que recebe valores quaisquer com os quais provê às suas necessidades não concorreu, nem direta nem indiretamente, para uma produção, os valores que consome são um dom gratuito que recebeu ou então uma espoliação pela qual é culpado: não há situação intermediária.

É dessa maneira que o valor integral dos produtos se distribui na sociedade. Observe-se que escrevo: seu valor *integral*. Se meu lucro, com efeito, atinge apenas uma parcela do produto para o qual contribuí, o excedente compõe o lucro de meus coprodutores. Um fabricante de tecidos compra lã de um arrendatário; paga diversas categorias de operários e vende o tecido resultante a um preço que lhe reembolse por seus adiantamentos, deixando-lhe, ainda, algum lucro. Só considera como lucro, como algo que serve para constituir a renda de sua indústria, aquilo que lhe sobra *líquido*, já descontados os pagamentos que fez. Tais pagamentos, porém, foram apenas o adiantamento de diversas parcelas de rendas que fez a outros produtores, pelo qual é reembolsado sobre o valor *bruto* do tecido. Aquilo que pagou pela lã ao arrendatário era a renda do cultivador, de seus pastores e do proprietário da terra. O arrendatário, por sua vez, só considera como *produto líquido* o que lhe sobra depois de pagos seus trabalhadores e seu proprietário. Ora, o que lhes pagou foi uma parcela das rendas deles mesmos: foi um salário para o trabalhador e um arrendamento para o proprietário, isto é, para o primeiro, a renda que obtinha de seu trabalho e, para o segundo, a renda que obtinha de sua terra. Tudo isso foi reembolsado pelo valor do tecido. Não se pode conceber nenhuma par-

³ No exemplo do relógio, muitos operários são, eles mesmos, os empresários de sua própria indústria; nesse caso, ganham um lucro e não um salário. Por exemplo, aquele que só faz os cabelos do movimento dos relógios, compra o aço bruto, trabalha-o e vende seu produto. É empresário dos cabelos de relógio. Outro é fabricante de caixas de relógio.

Uma fiandeira de linho compra alguns soldos de filaça, fia-a e transforma seu fio em dinheiro. Com uma parte dele, compra nova filaça; é seu capital. Com outra, compra os gêneros que satisfazem às suas necessidades; são os lucros de sua indústria e de seu pequeno capital: é essa parte que constitui sua renda.

⁴ Suponhamos que duas manufaturas, numa mesma cidade, se ocupem da mesma espécie de produtos, ambas dispondo de um capital parecido. Se uma delas, dirigida com muito mais ordem, inteligência e diligência do que a outra, rende 20% de seu capital, ao passo que a segunda mal atinge 5%, não é evidente que a superioridade de um desses lucros sobre a outra se deve à superioridade dos talentos industriais do empresário e não a seu capital?

Adam Smith (Livro Primeiro. Cap. VIII) e, depois dele, a maioria dos economistas ingleses viram-se em grandes embaraços ao querer explicar os lucros da indústria confundindo-os com os lucros do fundo capital. É essencial distingui-los quando se remonta às origens das rendas. Thomas Tooke, o autor inglês que analisou com mais sagacidade as causas da variação dos preços, percebeu isso muito bem. "Say" — escreve ele numa publicação recente — "distingue o que ele chama de *lucros industriais* dos *lucros dos capitais*. Nossos economistas ganhariam muito se adotassem essa distinção." (*Considerations on the State of the Currency*. 1826. p. 15.) O leitor encontrará outra nota sobre a mesma questão no Livro Segundo. Cap. VIII, § 2.

cela do valor desse tecido que não tenha servido para pagar uma renda.⁵ Todo o seu valor foi empregado nisso.

Isso nos permite perceber que a expressão *produto líquido* só pode aplicar-se às rendas de cada empresário particular, ao passo que a renda de todos os particulares tomados em conjunto, ou seja, a renda da sociedade, é igual ao *produto bruto* resultante das terras, dos capitais e da indústria da nação. Isso lança por terra a doutrina dos economistas do século XVIII, que consideravam como renda da sociedade apenas o *produto líquido* das terras, concluindo que ela só tinha para consumo um valor igual a esse produto líquido, como se a sociedade, ao contrário, não tivesse para consumo integral todo o valor que criou integralmente.⁶

Por outro lado, não se deve pensar que uma renda, fruto de um valor produzido, não é renda porque foi consumida, porque cumpriu seu destino de prover às necessidades da sociedade. Se as únicas rendas existentes em uma nação fossem o excedente dos valores produzidos sobre os valores consumidos, teríamos como resultado uma consequência verdadeiramente absurda, a saber: uma nação que, durante um ano, tivesse consumido tantos valores quantos produziu, não teria tido renda. Ora, considera-se que um homem que possui 10 mil francos de renda não tem renda quando consome a totalidade delas?

Chama-se de *renda anual* tudo o que um particular recebe de rendas de suas terras, de seus capitais e de sua indústria no curso de um ano.

A soma das rendas de todos os particulares que compõem uma nação forma a *renda* dessa nação.⁷ Ela equivale ao *valor bruto* de todos os seus produtos. Só se pode incluir nela, entretanto, o produto líquido de seu comércio com o exterior, pois uma nação, em relação a outra, está na mesma situação de um particular em relação a seu vizinho. Um negociante não ganha o valor integral do artigo que vende, mas somente o excedente de suas vendas sobre suas compras. Do mesmo modo, quando a França envia 10 mil francos de seda para o Brasil e dele recebe 12 mil francos de algodão, não poderíamos contar entre as produções da França, ao mesmo tempo, os 10 mil francos de seda e os 12 mil de algodão. A seda faz parte de sua produção manufatureira. Uma vez enviada para o exterior, entretanto, deixa de existir para ela. Sua produção comercial, portanto, consiste unicamente nos 2 mil francos que constituem o excedente de seus retornos sobre suas remessas. O que pagou pelo algodão faz parte das rendas da nação brasileira.

Se todos os povos da Terra constituíssem uma só nação, o que acabo de dizer acerca da produção interna de uma única nação aplicar-se-ia a essa república universal: suas rendas seriam iguais ao valor bruto de todos seus produtos. Entretanto, já que consideramos separadamente os interesses de cada povo, é conveniente admitir a restrição que acabo de indicar. Essa restrição nos ensina que um povo que importa mercadorias em um valor maior do que exporta aumenta suas rendas de todo o excedente, pois este compõe os lucros de seu comércio com o exterior. Quando uma nação exporta 100 milhões em mercadorias, importando 120 mi-

⁵ Inclui-se a parcela desse valor que serviu para restabelecer o capital imobilizado do fabricante. Podemos supor que suas máquinas se tenham desgastado e que tenha mandado repará-las por um mecânico. O preço dessa reparação faz parte da renda do mecânico, sendo, para o fabricante, um adiantamento como os demais, o qual lhe será reembolsado pelo valor do produto acabado.

⁶ É certo que os agentes naturais, entre os quais se devem incluir os bens de raiz, criam parte desse valor. Como foi dito no Livro Primeiro, entretanto, considero esse agente como um utensílio, cuja ação faz do proprietário do instrumento que produz um produtor indireto, exatamente como o capitalista é considerado como produtor da parcela de valor produzida por seu capital. Não se devem combater minhas palavras, pois, a partir do momento em que as expliquei, são as idéias que se devem atacar quando não representam fielmente o curso dos fatos.

⁷ Algumas vezes já se denominou renda de uma nação o montante de suas contribuições. Essa expressão não é exata. Embora os particulares paguem suas contribuições com sua renda, as contribuições não são renda. São um tributo imposto sobre as rendas e, às vezes, infelizmente também sobre os capitais.

lhões (o que pode muito bem acontecer sem que haja, nem de parte de uma nem de outra, nenhuma remessa de numerário), ela obtém — contrariamente ao que pensam os que ainda acreditam na balança comercial — um lucro de 20 milhões.⁸

Embora muitos produtos não sejam de longa duração, sendo consumidos antes de passado um ano ou, mais ainda, no instante mesmo de sua produção (como acontece com os produtos imateriais), seu valor, todavia, nem por isso deixa de fazer parte da renda anual de um país. Não se trata de valores produzidos que foram consumidos para satisfazer algumas de nossas necessidades? Que outra condição além desta seria necessária para que sejam rendas?

Para avaliar as rendas de um particular ou de uma nação, servimo-nos do mesmo artifício mediante o qual avaliamos qualquer outra soma de valores que nos aparecem sucessivamente sob formas diversas. Mas cada produto é separadamente avaliado em escudos. Quando se diz, por exemplo, que as rendas da França ascendem a 8 bilhões de francos, isso não significa que, através de seu comércio, ela produza escudos que somam 8 bilhões.

Talvez não tenha importado em dinheiro nem mesmo 1 milhão, talvez sequer 1 único franco. O que se quer dizer, apenas, é que todos os produtos da França, cada um separadamente avaliado em dinheiro, equivaleriam, no curso de um ano, à soma de 8 bilhões de francos. Só utilizamos a moeda para essa avaliação porque estamos habituados a ter uma idéia aproximativa de seu valor, isto é, daquilo que se pode obter com determinada soma de dinheiro. Não fosse por isso, poderíamos igualmente avaliar as rendas da França em 400 milhões de hectolitros de trigo, o que daria no mesmo se o trigo estivesse a 20 francos o hectolitro.

A moeda serve para fazer circular, de uma mão para outra, valores que são, ou parcelas de rendas, ou parcelas de capital. Em si mesma, porém, ela não constitui uma renda do ano, pois não é um produto do ano. Trata-se, ao contrário, do produto de um comércio mais ou menos antigo. Esse dinheiro circulou no ano passado, no anterior, até no século passado; durante esse tempo, não adquiriu nada; aliás, se o valor do metal diminuiu, a nação perdeu, inclusive, sobre essa parte de seu capital, exatamente como um negociante, cujos armazéns estivessem cheios de uma mercadoria cujo preço caísse, que veria essa parcela de sua fortuna diminuir e não aumentar.

Assim, embora a maioria das rendas, isto é, dos valores produzidos, se transformem, durante determinado momento, em moeda, embora possam ser avaliadas em moeda, o que constitui a renda não é essa moeda, não é de modo algum uma soma de dinheiro. Ao contrário, a renda é o valor com o qual foi comprada a soma de dinheiro. Ora, como esse valor se encontra muito passageiramente sob forma de moeda, os mesmos escudos servirão, muitas vezes no mesmo ano, para pagar ou receber rendas diferentes.

Existem, inclusive, parcelas de renda que jamais assumem a forma de uma soma de dinheiro. Um manufator, ao alimentar seus operários, paga-lhes em alimento uma parte de seu salário. Esse salário, que constitui a principal renda do operário, é pago, ganho e consumido sem se ter, por um só instante, transformado em moeda.

Há cultivadores, nos Estados Unidos e em outros países, que encontram, no produto de sua fazenda, a alimentação, o abrigo e roupa para toda a família. Recebe toda sua renda *in natura* e é assim que a consome, sem tê-la transformado em dinheiro.

⁸ Esse lucro nasce do aumento de valor que as mercadorias nacionais experimentam quando chegam ao exterior, bem como do mesmo aumento que as estrangeiras, compradas em troca, experimentam quando são trazidas para nosso país.

Creio que isso é suficiente para alertar contra a confusão que poderia surgir entre o dinheiro que se tira da renda e a própria renda. Está amplamente estabelecido que a renda de um particular ou de uma nação não é o dinheiro que recebem em troca dos produtos criados por eles mas, ao contrário, esses mesmos produtos ou seu valor, o qual pode ser posto, por intermédio das trocas, tanto sob a forma de sacos de escudos, como também sob qualquer outra forma.

Qualquer valor recebido, em dinheiro ou sob outra forma, que não é o preço de um produto criado num ano determinado, não faz parte da renda desse ano. Trata-se de um capital, de uma propriedade que passa de uma mão para outra mediante troca, doação ou herança. Uma parcela de capital, uma parcela de renda podem ser transmitidas ou pagas em valores mobiliários, em terras, em casas, em mercadorias ou em dinheiro. Não é a matéria que nos interessa e não é ela que constitui a diferença entre um fundo produtivo e uma renda. O que constitui a renda é o fato de ser o resultado, o produto de um fundo de raiz, de um fundo de capital ou de um trabalho industrial.

Pergunta-se, às vezes, se o mesmo valor recebido como lucro ou como renda de suas terras, seus capitais ou sua indústria, pode servir para formar a renda de outra pessoa. Quando alguém toma 100 escudos de sua renda e, com esse valor adquirindo, compra livros, por exemplo, como é possível que esse valor-renda, transformado em livros e consumido sob essa forma, sirva, contudo, para compor a renda do impressor, do livreiro e de todos os que contribuíram para a produção dos livros, renda essa que por sua vez cada um deles consumirá?

Eis a solução para essa dificuldade.

O valor-renda, fruto de minhas terras, de meus capitais ou de minha indústria e que consumi sob forma de livros, não é o mesmo que o dos livros. Há nesse caso, dois valores produzidos: 1) aquele que saiu de minhas terras, produzido sob forma de trigo pelos cuidados de meu arrendatário e que este trocou pelos escudos que me entregou; 2) aquele que, resultando da indústria e dos capitais do livreiro, foi produzido sob forma de livros. O que o livreiro e eu fizemos foi trocar esses dois valores-rendas e consumi-los cada um por seu lado, depois de tê-los submetido às transformações que convinham às nossas respectivas necessidades.

Quanto ao produtor que cria um produto imaterial, como o médico e o advogado, o valor que dão, os conselhos de cada um, é produto de seus conhecimentos e de seus talentos, os quais são, ambos, fundos produtivos. Se é um negociante que compra esse conselho, dará em troca um dos produtos de seu comércio transformado em dinheiro. Tanto um quanto outro, a seguir consumirão, cada um por sua vez, sua própria renda, mas transformada da maneira que melhor lhes conveio.

Tipos de Produção que Melhor Pagam os Serviços Produtivos

O valor dos produtos, que, como acabamos de ver, reembolsa os diferentes produtores pelo montante de seus adiantamentos, acrescentando, em geral, lucros que compõem suas rendas, não proporciona lucros iguais em todos os tipos de produção. Uma determinada produção propiciará uma renda pequena ao bem fundiário, ao capital e à indústria que a ela se consagraram. Outras darão lucros proporcionalmente maiores.

É bem verdade que os produtores sempre procuram aplicar seus serviços produtivos nos empregos em que os lucros são melhores, fazendo, assim, baixar, pela concorrência, os preços que a demanda tende a elevar. Seus esforços, no entanto, nem sempre podem adequar os serviços às necessidades de tal sorte que, em todos os casos, sejam igualmente recompensados. Certa indústria, por exemplo, será sempre rara em um país cujo povo não é aseado; muitos capitais encontram-se comprometidos de maneira a nunca poderem contribuir para nenhuma outra produção além daquela para a qual foram originalmente consagrados; a terra, finalmente, pode recusar-se a um gênero de cultura para cujos produtos há grande procura.

É impossível examinar as variações dos lucros em todos os casos particulares. Podem sofrer variações extremas, em razão de uma descoberta importante, de uma invasão ou de um assédio. A influência dessas circunstâncias específicas combina-se com a das coisas gerais, sem ser, contudo, anulada. Por mais volumoso que se pretenda, um tratado não seria capaz de prever todos os casos particulares que podem influir sobre o valor das coisas. Pode, entretanto, identificar as causas gerais e aquelas cuja ação é constante. Cada um poderá, a seguir, de acordo com os casos que se apresentarem, apreciar as modificações que resultaram ou que deverão resultar das circunstâncias acidentais.

Pode parecer extraordinário à primeira vista, mas um exame atento revela que, em geral, os melhores lucros não se obtêm sobre os artigos mais caros e os que podem ser facilmente dispensados, mas ao contrário, sobre os mais comuns e indispensáveis. A demanda destes últimos, com efeito, sempre se mantém necessariamente. Ela é determinada pela necessidade e amplia-se, inclusive, na medida em que se ampliam os meios de produção, pois é sobretudo a produção dos artigos de primeira necessidade que mais favorece a população. Ao contrário, a demanda dos supérfluos não cresce à medida que se ampliam os meios de produção

desses mesmos supérfluos. Se uma voga extraordinária faz com que seu preço corrente aumente muito acima do preço natural, isto é, do total dos custos de produção, uma voga em sentido inverso o faz baixar bem aquém. Mesmo para os ricos, os supérfluos não passam de uma necessidade secundária, sua demanda estando limitada pelo número reduzido de pessoas para cujo uso são feitos. Por último, quando uma causa accidental qualquer obriga as pessoas a diminuir suas despesas, quando depredações, impostos ou carestias vêm a diminuir as rendas de todos, quais são os gastos que suprimimos em primeiro lugar? Eliminam-se, antes de mais nada, os consumos que podem ser facilmente dispensados. Isso basta para explicar por que os serviços produtivos consagrados à produção de supérfluos são, em geral, menos bem pagos do que os outros.

Note-se que escrevi *em geral*. Numa grande metrópole, com efeito, em que as necessidades de luxo se fazem sentir mais intensamente do que em qualquer outro lugar, em que as pessoas, às vezes, são mais submissas na obediência aos ditames ridículos da moda do que às leis eternas da natureza, em que certas pessoas privam-se de jantar para poder exibir punhos bordados — nesses casos, compreende-se que o preço dos adereços de luxo possa, às vezes, recompensar com grande generosidade as mãos e os capitais que se aplicam em sua produção. Exceto em casos particulares, porém, e sempre equilibrando os lucros de um ano com os de outro e com os não-valores, constata-se que os dirigentes de empresas que produzem supérfluos têm os menores lucros e que seus operários são os menos bem pagos. Na Normandia e no Flandres, as rendas mais belas são confeccionadas por pessoas miseráveis e, em Lyon, os operários que fabricam brocados de ouro vestem-se muitas vezes de farrapos. Não que, ocasionalmente, não se consigam benefícios consideráveis sobre tais objetos: há fabricantes que enriqueceram fabricando chapéus de fantasia. Entretanto, se juntarmos todos os lucros alcançados com supérfluos, deduzindo o valor das mercadorias não vendidas e das que, apesar de vendidas, alcançaram preços muito baixos, verificaremos que esse tipo de produto é o que, no total, proporciona os lucros mais medíocres. Até os modistas mais em voga, muitas vezes entraram em bancarrota.

As mercadorias de uso geral convêm a um número maior de pessoas, circulando, além disso, na maioria das situações e circunstâncias da sociedade. Um lustre suntuoso só encontra lugar em grandes mansões, ao passo que encontramos candelários nos lares mais humildes. É por isso que a demanda de candelários está sempre aberta e é sempre mais ativa do que a de lustres. Além disso, mesmo no mais opulento país, a produção de candelários atinge um valor bem maior do que a de lustres.

É fora de contestação que os produtos cujo uso é o mais indispensável de todos são os gêneros que nos servem de alimento. A necessidade que deles temos renasce a cada dia e não há profissão com emprego mais constante do que as que se ocupam de nossa alimentação. Por essa razão, não obstante a concorrência, é nessas profissões que se realizam os lucros mais seguros.¹ Os açougueiros, padeiros e salsicheiros de Paris que têm algum espírito de iniciativa aposentam-se todos, mais ou menos rapidamente, com uma fortuna feita. Já ouvi dizer, por um homem de negócios muito ativo, que a metade dos terrenos e casas vendidas em Paris e nos arredores são compradas por eles.

¹ Refiro-me aqui exclusivamente a empresários de indústria. O simples operário, com efeito, participa apenas indiretamente das vantagens de uma profissão. Quanto ao arrendatário, que é empresário de indústria e que produz gêneros alimentícios, seus lucros são limitados pelas desvantagens de sua posição. Sua dependência em relação ao proprietário, à autoridade pública, quase sempre fiscal e opressora, e às vicissitudes do clima é demasiado grande para que seu ofício possa ser muito vantajoso.

Por conseguinte, os particulares e as nações que compreendem corretamente seus próprios interesses, preferem (a menos que tenham razões muito fortes para conduzir-se de outra maneira) consagrar-se à produção daquilo que os negociantes chamam de artigos correntes. Êden, que, em 1786, negociou para a Inglaterra o tratado comercial concluído por De Vergennes, orientou-se por esse princípio ao exigir a livre introdução na França da faiança comum da Inglaterra.

“As míseras dúzias de pratos que vos venderemos — dizia o agente inglês — serão uma pífia compensação pelos magníficos serviços de porcelana de Sèvres que vós vendeis para nós”.

A vaidade dos ministros franceses aceitou a exigência. Rapidamente, começaram a chegar as faianças inglesas. Eram leves, baratas e de forma agradável e simples. As mais modestas famílias as adquiriram. Vários milhões foram trazidos em faiança, e essa importação repetiu-se e aumentou a cada ano até a guerra. Em comparação, foram irrisórias as remessas de porcelana de Sèvres.

O consumo dos artigos correntes não é somente o mais volumoso, é também o mais certo. Jamais um comerciante viu encalhar por muito tempo uma provisão de tecidos destinados à confecção de lençóis ou camisas.

Os exemplos que escolhi na indústria manufatureira encontraram equivalentes nas indústrias agrícolas e comerciais. O valor que, na Europa, atinge a produção e o consumo de couve é bem maior do que o do consumo de abacaxi. Os magníficos xales de Cachemira são, na França, objeto de um comércio bastante estreito em comparação com os tecidos de lã que todos os anos são trazidos de além-mar.

Calcula mal, por conseguinte, a nação que se torna comerciante de objetos de luxo recebendo em troca coisas de utilidade comum. A França envia para a Alemanha toaletes e adereços para uso de poucas pessoas, ao passo que a Alemanha lhe fornece carretéis de linha e outros artigos de armarinho, limas, foices, pás, tenazes e outras quinquilharias de uso generalizado, para as quais sempre há, mesmo em nossos vilarejos, consumidores obrigatórios e um mercado permanentemente aberto. Por isso, não fossem os vinhos e óleos franceses, não fossem os produtos sempre renovados de um solo favorecido pela Natureza e alguns outros objetos de uma indústria mais inteligente, a França teria menos lucros com a Alemanha do que esta com ela. Pode-se dizer a mesma coisa do comércio francês realizado com os Países Nórdicos.

Os Rendimentos Industriais

§ I — Os lucros da indústria em geral

No capítulo XV do Livro Primeiro, vimos as razões que favorecem a demanda dos produtos em geral. São o número e a riqueza dos consumidores. Ao mesmo tempo em que multiplica as necessidades dos consumidores, a civilização amplia suas capacidades. Desejam com maior intensidade e pagam mais pelos serviços produtivos mediante os quais os produtos podem ser obtidos.

Vimos também, no capítulo anterior, que a demanda de certos produtos é sempre mais constante do que a de outros. A partir daí, concluímos que os serviços que se consagram a esses tipos de produção, quando todos os demais fatores permanecem idênticos, são mais bem recompensados do que os outros.

Continuando ainda na direção de particularizar cada vez mais, examinaremos, no presente capítulo e nos seguintes, os casos em que os lucros da indústria são mais ou menos grandes em relação aos dos capitais ou das terras, e vice-versa. Examinaremos igualmente as razões que fazem com que os lucros de tal emprego da indústria, dos capitais ou das terras sejam mais ou menos consideráveis do que os lucros de outro emprego.

E, para começar, ao comparar os lucros da indústria com os dos capitais e das terras, descobriremos que são maiores nas situações em que capitais abundantes exigem uma grande quantidade de qualidades industriais, como era o caso na Holanda antes da Revolução. Os serviços industriais eram pagos muito caro naquele país. Ainda o são nos países, como os Estados Unidos, em que a população e, conseqüentemente, os agentes da indústria, apesar de sua rápida multiplicação, permanecem aquém do que exigem terras sem limites e capitais diariamente aumentados por uma poupança fácil.

A situação desses países é, em geral, aquela em que as condições do homem são as melhores, pois as pessoas que vivem dos lucros de seus capitais e de suas terras podem suportar a modicidade dos lucros melhor do que as que vivem exclusivamente de sua indústria. Os primeiros, além de contarem com o recurso de consumir seus fundos se for necessário, contam também com o de acrescentar alguns lucros industriais às suas outras rendas. Ao passo que não está ao alcance de um homem industrial, que é somente industrial, agregar à sua renda industrial a renda dos capitais e das terras que não possui.

Passando, a seguir, a comparar entre si os serviços de indústria, independentemente do nível particular em que alguém se acha situado, observaremos que as causas que limitam a quantidade de serviços industriais postos em circulação em cada tipo de indústria podem classificar-se em uma das categorias seguintes:

- 1) ou os trabalhos dessa indústria trazem perigo ou simplesmente incômodos;
- 2) ou não fornecem uma ocupação constante;
- 3) ou, então, exigem um talento ou habilidade que não são comuns.

Cada uma dessas causas tende a diminuir a quantidade de trabalho posto em circulação, em cada gênero de indústria, em relação à quantidade demandada e, conseqüentemente, a aumentar a taxa natural de seus lucros. Não é preciso nenhum esforço para encontrar exemplos que ilustram proposições tão evidentes.

Entre as atrações ou incômodos de uma profissão, devemos incluir a consideração ou o menosprezo que a acompanha. A consideração é uma espécie de salário que faz parte dos lucros de determinadas ocupações. Num prêmio conferido, quanto mais abundante for essa moeda, mais a outra pode ser escassa, sem, contudo, que isso diminua o prêmio. Smith observa que o literato, o poeta e o filósofo recebem seu pagamento quase integralmente em consideração. Com razão ou por preconceito, as coisas não são exatamente assim no que concerne às profissões de ator, de dançarino e muitas outras. É inevitável dar-lhes em dinheiro o que lhes é recusado em consideração.

“À primeira vista, parece absurdo” — acrescenta Smith — “desdenhar suas pessoas e, ao mesmo tempo, recompensar muitas vezes seus talentos com a mais suntuosa liberalidade. Uma coisa, porém, é simplesmente a conseqüência necessária da outra. Se a opinião ou o preconceito públicos viessem a mudar em relação a essas ocupações, seu tratamento pecuniário cairia no mesmo instante. Um maior número de pessoas passaria a devotar-se a esse tipo de indústria e sua concorrência faria com que seu preço baixasse. Até certo ponto, esses talentos, sem serem comuns, não são tão raros quanto se pensa: muitas pessoas que os possuem julgam, porém, indigno torná-los objeto de lucro. Mas um número ainda maior de pessoas seria capaz de adquiri-los se proporcionassem tanta consideração quanto dinheiro”.¹

Objetar-se-á, quem sabe, que certas funções públicas propiciam, ao mesmo tempo, muitas honrarias e muito dinheiro. É evidente, todavia, que os interesses dos homens, em tais casos, não são deixados simplesmente a seu curso natural. É o público que arca com as despesas desses cargos, mas não é o público que estabelece seu número e seus emolumentos. Na maioria das vezes, é um poder bem mais cioso de distribuir favores e aumentar sua clientela do que de respeitar os interesses do contribuinte. Nos países que gozam de organização política mais aperfeiçoada, em que os empregos são atribuídos em razão de mérito constatado por um concurso imparcial e onde os emolumentos não passam de uma justa recompensa por serviços prestados, o público é mais bem servido por custos bem menores.

Todo trabalho que não é constante recebe necessariamente um pagamento melhor, pois é preciso que seja pago ao mesmo tempo pelo momento em que está em exercício e pelo momento em que aguarda que se precise dele. Quem aluga carruagens se faz pagar pelos dias em que trabalha bem mais do que pareciam

¹ *A Riqueza das Nações*. Livro Primeiro. Cap. XX.

exigir o esforço que despende e o juro do capital que emprega; é porque é necessário que os dias em que trabalha ganhem pelos dias em que não trabalha. Tal pessoa não poderia cobrar outro preço sem arruinar-se. É pela mesma razão que é muito caro o aluguel de fantasias: o carnaval paga pelo ano todo.

Um mau repasto custa muito caro quando viajamos numa estrada pouco frequentada porque é preciso que o estalajadeiro ganhe pela véspera e pelo dia seguinte.

Quando a habilidade necessária para exercer uma indústria, quer como chefe, quer como subordinado, só pode ser fruto de um estudo demorado e dispendioso, tal estudo só pode realizar-se na medida em que anualmente lhe foram consagrados alguns adiantamentos, cujo total constitui um capital acumulado. Nesse caso, o salário do trabalho não é mais apenas um salário: trata-se de um salário acrescido do juro dos adiantamentos exigidos pelo estudo. O juro em questão, inclusive, é superior ao juro ordinário, pois o capital de que se trata aqui é aplicado a fundo perdido, não perdurando além da vida da pessoa: trata-se de um juro vitalício.²

É por essa razão que todos os empregos de tempo e de faculdades, que exigem a obtenção prévia de uma educação liberal, são mais bem recompensados do que aqueles em que a boa educação não é indispensável. Essa qualificação constitui um capital que deve render juros independentemente dos juros habituais da indústria.

Podemos explicar com facilidade os fatos que parecem contrariar esses princípios. Os sacerdotes recebem pagamentos reduzidos.³ No entanto, quando uma religião repousa sobre dogmas muito complicados, sobre histórias muito obscuras, o ministério religioso não pode ser exercido sem estudos demorados e múltiplos exercícios. Ora, esses estudos e exercícios só podem realizar-se com o adiantamento de certo capital. Aparentemente, portanto, seria necessário, para que a profissão clerical pudesse se manter, que os vencimentos do sacerdote pagassem o juro do capital independentemente do salário de seus trabalhos; contudo, os lucros do clero humilde, sobretudo nos países católicos, parecem limitar-se a esse último. Devemos observar, entretanto, que é a sociedade que faz o adiantamento desse capital, mantendo e doutrinando às suas próprias custas os estudantes de Teologia, tirados da classe dos camponeses e das famílias sem condições de educar seus filhos às próprias expensas. Assim, o povo, que pagou o capital, encontra pessoas para exercer essa indústria, mediante o simples salário de seu trabalho ou o necessário para sua manutenção, e esta não inclui a manutenção de uma família.

Essas considerações diversas levaram muitos autores de mérito⁴ a pensar que, adicionando-se às retribuições pecuniárias, que os trabalhos das indústrias obtêm, as demais vantagens que eles podem proporcionar e descontando-se dessas retribuições o valor dos inconvenientes que os mesmos acarretam, os lucros que neles se podem obter permanecem idênticos entre si. Baseiam-se no fato de que o inte-

² Trata-se até de mais do que um juro vitalício sobre as somas consagradas à educação da pessoa que recebeu o salário. A rigor, trata-se do juro vitalício sobre todas as somas consagradas ao mesmo tipo de estudo, quer os talentos tenham ou não chegado à maturidade. Assim, o total dos honorários dos médicos deve pagar, além do juro sobre as somas consagradas a seus estudos, o das somas dedicadas à instrução dos estudantes mortos durante sua educação ou que não corresponderam aos cuidados recebidos. Com efeito, a massa dos trabalhos medicinais atualmente em circulação não poderia existir sem que se perdesse uma parte dos adiantamentos consagrados à instrução dos médicos. Além disso, uma exatidão demasiado minuciosa nas avaliações feitas em Economia Política não tem nenhuma utilidade, encontrando-se freqüentemente desmentida pelos fatos por causa das influências das considerações morais sobre os fatos dessa espécie, considerações estas que não comportam precisão matemática. É por isso que a aplicação de fórmulas algébricas a essa ciência é totalmente supérflua, servindo apenas para enchê-la de dificuldades sem objeto. Adam Smith não as utilizou nem uma única vez.

³ Não estou me referindo aos titulares de grandes privilégios eclesiásticos cujo salário é altíssimo por razões de estrita ordem política.

⁴ Notadamente MCCULLOCH. Suplemento à *Encyclopedia Britannica*. Terceira Parte. Seção 2.

resse pessoal estimula todas as pessoas a abraçarem aquelas profissões que, no total, apresentam as maiores vantagens. Sustentam, também, que, se houvesse profissões que parecessem mais favorecidas do que outras, elas seriam preferencialmente adotadas e que a concorrência terminaria por reduzi-las à taxa comum. Na prática, porém, as coisas não se dispõem dessa maneira. Os homens raramente fazem o que desejam. Há profissões que põem em risco constante a vida dos que as exercem, como a de talhador de pedra, a de afiador de alfinetes e a de envernizador de faiança. Aparentemente, seria preciso um imenso salário para tão grande sacrifício. No entanto, essas profissões são intimamente mais lucrativas do que as outras.

A maioria das pessoas abraça uma profissão por razões circunstanciais, de acordo com as conjunturas, sem que tenham podido comparar as vantagens e os inconvenientes que ela apresenta, ou então para seguir as opiniões ou até os preconceitos das pessoas de quem depende sua sorte. São seduzidas por êxitos brilhantes sem terem podido examinar as circunstâncias particulares a que se deveriam. O homem é tão inclinado a se auto-exaltar, a acreditar que, se houver oportunidade favorável, ela lhe será reservada, que determinadas profissões invariavelmente atraem mais trabalhos do que os lucros por elas permitidos deveriam, aparentemente, convidar.

“Numa loteria honesta” — diz o autor de *A Riqueza das Nações* —, “os bilhetes premiados devem ganhar tudo o que os bilhetes em branco perdem; numa profissão em que vinte pessoas se arruinam para que uma só seja bem-sucedida, a que tem êxito deveria ganhar sozinha os lucros das vinte outras”.⁵

Ora, em muitos empregos, as pessoas estão muito longe de serem pagas segundo essa proporção. O mesmo autor acredita que, por mais bem pagos que sejam os advogados de nomeada de uma grande cidade, se computássemos tudo o que ganham e tudo o que gastam, encontraríamos a soma do ganho muito inferior à do gasto. Por conseguinte, se os trabalhadores subsistem nessa profissão, isso se dá às expensas de algum outro rendimento que eles obtêm de outra fonte.

Pode-se dizer a mesma coisa das profissões literárias. Os incentivos que a maioria dos Governos dá aos estudos clássicos — em detrimento da aquisição de conhecimentos mais úteis, como seriam os princípios elementares da Física, da Química e da Mecânica, ou as línguas vivas — lançam nos trabalhos literários e na carreira do ensino muito mais pessoas do que esse gênero de ocupação permite deles viver comodamente.

É desviar-se, portanto, das noções da experiência mais comum pretender que, por meio das compensações, os lucros industriais são os mesmos em todos os casos. Desqualificar como exceção os exemplos que contrariam esse sistema equivale a deduzir em abstrato a lei que se pretende estabelecer. Esses exemplos, com efeito, desmentem a lei com muito mais freqüência do que a confirmam; a regra torna-se, então, exceção. Ora, algo que é absolutamente incapaz de acomodar-se ao sistema das compensações são as imensas disparidades que a diferença de talentos adquiridos estabelece nos lucros industriais e em carreiras similares. A raridade de certos talentos em proporção com as necessidades que tem a sociedade faz com que os serviços produtivos que deles emanam sejam pagos incomparavelmente mais caro do que outros. Num povo numeroso, mal encontramos duas ou três pessoas capazes de fazer um quadro magnífico ou uma estátua de grande beleza. Por isso, quando a demanda é um pouco alta, conseguem receber em pagamento praticamente o que querem. E, embora exista uma parcela de seus lucros que re-

⁵ *A Riqueza das Nações*. Livro Primeiro. Cap. XX.

presenta incontestavelmente o juro dos adiantamentos empregados na aquisição de sua arte, ela é pequena em relação à parcela de lucros que seu talento consegue obter. Um pintor, um médico ou um advogado célebre gastaram, eles mesmos ou seus pais, 30 ou 40 mil francos, no máximo, para adquirir o talento em que se baseia sua renda. O juro vitalício dessa quantia é de 4 mil francos, no máximo. Se com ela ganham 30, suas qualidades industriais, sozinhas, têm como pagamento 26 mil francos por ano. Se chamamos de *bens* ou *fortuna* tudo o que dá rendimentos podemos avaliar sua fortuna em 300 mil francos, a 10%, mesmo quando não possuem um soldo de patrimônio.

§ II — Os lucros do cientista

O cientista, o homem que sabe como tirar partido das leis da Natureza para a utilidade dos homens, recebe uma ínfima parte dos produtos da indústria, embora os conhecimentos de que é depositário e cujos limites faz recuar contribuam poderosamente para ela. Quando procuramos a razão disso, descobrimos (em termos de Economia Política) que o cientista, em poucos instantes, põe em circulação uma quantidade imensa de mercadoria, a qual, além disso, gasta-se pouco pelo uso. Assim, não somos obrigados a recorrer novamente a ele a fim de fazer novas provisões.

Os conhecimentos que servem de fundamento a grande número de procedimentos nas artes devem-se, muitas vezes, aos estudos laboriosos, às reflexões profundas e às engenhosas e delicadas experiências dos mais eminentes químicos, físicos e matemáticos. Ora, esses conhecimentos estão contidos num reduzido número de páginas que, pronunciadas em conferências públicas ou divulgadas por via impressa, encontram-se lançadas em circulação em quantidade muito superior ao que se pode consumir. Ou melhor, tais conhecimentos difundem-se à vontade sem se consumirem, sem que sejamos obrigados, para obtê-los, a recorrer novamente às pessoas de quem originariamente emanaram.

Segundo as leis naturais que determinam o preço dos serviços produtivos, as orientações e diretivas científicas serão, conseqüentemente, mal pagas, isto é, retirarão uma débil quota-parte do valor dos produtos para os quais contribuíram. É por isso que todos os povos esclarecidos o bastante para compreender a real utilidade dos trabalhos científicos sempre compensaram os cientistas, por meio de favores especiais e de distinções honoríficas, pelos poucos lucros ligados ao exercício de sua indústria e ao emprego de seus talentos naturais ou adquiridos.

Um manufator descobre, às vezes, um processo para confeccionar produtos mais bonitos ou para produzir mais economicamente coisas já conhecidas. Mantendo segredo disso, consegue, durante muitos anos, talvez durante toda a sua vida e até legando o processo a seus filhos, obter benefícios que ultrapassam a taxa comum dos lucros de sua arte. Esse manufator executa, nesse caso particular, dois tipos de operação industrial: a do cientista, cujas vantagens guarda só para si, e a do empresário. Existem poucas artes, contudo, em que tais processos podem permanecer secretos por muito tempo. De resto, isso é uma felicidade para o público, pois, quando a concorrência dos produtores faz baixar o preço de um produto, a renda dos que o consomem aumentou, tendo em vista o quanto pagam a menos para obtê-lo. Aplicam esse excedente em novos consumos; a demanda dos produtos em geral torna-se maior e a situação dos produtores melhora.

Convém observar que só pretendi tratar aqui das rendas que alguém tem como cientista. Nada impede que um cientista seja ao mesmo tempo proprietário de

um bem de raiz, capitalista ou dirigente de indústria, recebendo outras rendas a esses títulos diversos.

§ III — Os lucros do empresário industrial

Dado que é impossível conduzir uma empresa industrial sem empregar determinado capital, os lucros que sobre ela faz o empresário compreendem, via de regra, os lucros de sua indústria e os do capital. Quase sempre, uma parte desse capital lhe pertence; outra parte é, muitas vezes, emprestada. Seja como for, quer o capital seja emprestado ou não, o lucro resultante do serviço que dele se consegue é ganho pelo empresário, já que foi ele quem assumiu todos os riscos, favoráveis e desfavoráveis, da produção. Neste parágrafo, entretanto, trataremos unicamente da parcela de seus lucros devida a suas faculdades industriais, vale dizer, ao seu tino, a seus talentos naturais ou adquiridos, à sua atividade e a seu espírito de ordem e de organização. Veremos mais tarde qual parcela de seus lucros podemos atribuir aos serviços produtivos prestados por seu capital.

Embora bastante delicada, essa distinção é, contudo, bem real, pois, nas empresas em que há muitas pessoas interessadas, algumas por seu trabalho, outras por seus capitais, cada uma faz valer as vantagens que sua contribuição traz para a empresa. Mesmo quando não discriminam seus direitos em todos os detalhes, os homens sabem muito bem exigí-los em toda sua extensão.⁶

Podemos lembrar que o emprego de um empresário de indústria refere-se à segunda das operações que reconhecemos como necessárias para o exercício de toda e qualquer indústria. Essa operação consiste em aplicar conhecimentos adquiridos na criação de um produto para nosso uso.⁷ Lembramos ainda que essa aplicação é necessária tanto na indústria agrícola como na manufatureira e na comercial, e que é nisso que consiste o trabalho do arrendatário ou cultivador, do manufator e do negociante. É, portanto, a natureza dos lucros dessas três classes de pessoas que pretendemos examinar.

O preço de seu trabalho é regulado pela relação existente entre, de um lado, a *quantidade demandada* desse tipo de trabalho e, de outro, a *quantidade dele que é posta em circulação*, isto é, a *quantidade oferecida*.

Três causas principais limitam essa última quantidade, mantendo, em consequência, o preço dessa espécie de trabalho a uma taxa elevada.

Em primeiro lugar, geralmente é o empresário de uma empresa industrial que tem necessidade de encontrar os fundos cujo emprego ele requer. Isso não me leva a concluir que é preciso que ele seja rico, pois poderá exercer sua indústria com fundos emprestados. Mas é preciso, pelo menos, que seja pessoa solvente, conhecida por sua inteligência e prudência, metódica e proba, e que, pela natureza de suas relações, tenha condições de conseguir o uso dos capitais que não possui por si mesma.

Essas condições excluem várias pessoas do número de concorrentes.

Em segundo lugar, esse tipo de trabalho exige qualidades morais cuja reunião é pouco comum. Requer tino, constância e conhecimento dos homens e das coisas. Trata-se de avaliar adequadamente a importância de determinado produto, a necessidade que dele haverá e os seus meios de produção; trata-se, às vezes, de pôr em jogo um grande número de indivíduos. É preciso comprar ou fazer com-

⁶ Segundo as leis inglesas, o capitalista que não é um mero prestador a juros fixos, mas que tem uma parte proporcional nos lucros e perdas de uma empresa, é considerado sócio gerente. Isso explica a confusão que quase todos os economistas ingleses cometem entre o lucro do empresário e o lucro do capital.

⁷ Ver Livro Primeiro. Cap. VI desta obra.

prar matérias-primas, reunir operários, procurar consumidores, ter espírito de ordem e de economia; numa palavra, é preciso ter o talento de administrar. É necessário ter uma cabeça acostumada ao cálculo, capaz de comparar os custos de produção com o valor que o produto terá quando posto à venda. No curso de tantas operações, há obstáculos a superar, inquietudes a vencer, acidentes a reparar e expedientes a inventar. As pessoas em quem não se encontram reunidas as qualidades necessárias promovem empresas com pouco êxito. Tais empresas não se sustentam e seu trabalho não demora a ser retirado de circulação. Resta apenas, por conseguinte, o trabalho que pode ser continuado com sucesso, isto é, com capacidade. Assim, a condição da capacidade limita o número de pessoas que oferecem o trabalho de empresário.

Ainda não é tudo: certo risco sempre acompanha as empresas industriais. Por melhor conduzidas que as suponhamos, sempre podem fracassar. Sem nenhuma culpa, o empresário pode nela comprometer sua fortuna e, até certo ponto, sua honra. Mais uma razão que limita, por outro lado, a quantidade desse gênero de serviços que é oferecida e que os torna um pouco mais caros.

Nem todos os gêneros de indústria exigem, por parte de quem as empreende, a mesma dose de capacidade e de conhecimentos. Um arrendatário que é empresário de cultura não é obrigado a saber tantas coisas como um comerciante que negocia com países longínquos. Desde que esteja a par dos métodos rotineiros das 2 ou 3 espécies de culturas de onde extrai a renda de sua fazenda, o arrendatário poderá desincumbir-se bem de seu ofício. São de ordem bem mais elevada os conhecimentos necessários para conduzir um comércio de longo alcance. Não somente é preciso conhecer a natureza e as qualidades das mercadorias sobre as quais se especula, mas também ter idéias precisas sobre a extensão das necessidades e dos mercados nos lugares em que se pretende vendê-las. É necessário, por conseguinte, manter-se permanentemente a par dos preços de cada uma dessas mercadorias em diferentes lugares do mundo. Para ter uma idéia correta desses preços, é preciso conhecer as diferentes moedas e seus valores relativos, a que chamamos de *cotação do câmbio*. É preciso conhecer os meios de transporte, a medida de risco que acarretam e o montante dos custos que ocasionam; os usos, costumes e leis que governam os povos com os quais se têm relações. É preciso, enfim, ter grande conhecimento dos homens para não cometer enganos na confiança que lhes é concedida, nas missões de que são encarregados e nas relações que com eles se estabelecem. Se os conhecimentos que fazem um bom arrendatário são mais comuns do que os que fazem um bom negociante, é de surpreender que os trabalhos do primeiro recebam um salário pequeno em comparação com os do segundo?

Isso não quer dizer que a indústria comercial, em todos os seus ramos, exija qualidades mais raras do que a agrícola. Há comerciantes varejistas que seguem rotineiramente, como a maioria dos arrendatários, uma direção bem simples no exercício de sua profissão, ao passo que certos tipos de cultura exigem um cuidado e uma sagacidade pouco comuns. Caberá ao leitor efetuar as aplicações. Procuro simplesmente estabelecer princípios. Deles se pode, a seguir, tirar grande número de conseqüências mais ou menos modificadas por circunstâncias que são, elas próprias, conseqüências de outros princípios estabelecidos em outras partes desta obra. Da mesma maneira, informam-nos, em Astronomia, de que todos os planetas descrevem áreas iguais num mesmo espaço de tempo. Quem pretende prever com alguma exatidão um fenômeno em particular deve, entretanto, levar em conta as perturbações que os planetas recebem pela proximidade de outros, cujas forças de atração derivam de outra lei de Física geral. A pessoa que deseja aplicar leis gerais a um caso determinado é que deve levar em conta a influência de cada lei cuja existência é reconhecida.

Veremos, ao tratar dos lucros do operário, qual vantagem a posição de um e

outro confere ao chefe de empresa sobre o operário. É oportuno, porém, assinalar, desde já, as outras vantagens de que pode tirar partido um chefe de empresa quando hábil. Ele é o intermediário entre todas as classes de produtores e entre estes e os consumidores. Administra a tarefa de produção e constitui o centro de várias relações. Aproveita-se do que os outros sabem e do que ignoram, bem como de todas as vantagens acidentais da produção. É por isso que é nessa categoria de produtores, quando os acontecimentos favorecem suas habilidades, que se adquirem quase todas as grandes fortunas.

§ IV — Os lucros do operário⁸

Dado que os trabalhos simples e grosseiros podem ser executados por qualquer pessoa, desde que esteja viva e com saúde, viver é a única condição exigida para que eles sejam realizados. É por isso que o salário desses trabalhos, em todos os países, não vai muito além do rigorosamente necessário para viver e que o número de concorrentes neles sempre ascende ao nível da demanda, ultrapassando-o com demasiada frequência. A dificuldade, com efeito, não é nascer, é sobreviver. É, já que basta apenas sobreviver para realizar certo tipo de trabalho e que este é suficiente para prover a subsistência, não demora em aparecer o homem capaz de executá-lo.

Há, todavia, uma observação a fazer aqui. O homem não nasce com tamanho e força suficientes para executar mesmo o trabalho mais fácil. Essa capacidade, que só atinge com a idade de 15 ou 20 anos mais ou menos, pode ser considerada como um capital que se forma somente pela acumulação anual e sucessiva das somas consagradas para criar o homem.⁹ Quem acumulou tais somas? Em geral, foram os pais do operário ou pessoas da mesma profissão que ele vai seguir ou de uma profissão análoga. É preciso, portanto, que os operários, nessa profissão, ganhem um salário pouco superior à sua simples existência, isto é, que ganhem para sua própria manutenção e, além disso, o necessário para criarem seus filhos.

Se o salário dos operários que realizam os trabalhos mais grosseiros não lhes permitisse manter família e criar filhos, seu número não seria completamente preenchido. Nesse caso, a demanda de trabalho tornar-se-ia superior à quantidade desse mesmo trabalho que poderia ser realizado; o nível dos salários aumentaria, então, até que essa classe estivesse novamente em condições de criar seus filhos em número suficiente para satisfazer a quantidade de trabalho demandado.

É exatamente isso que aconteceria se muitos operários deixassem de casar. Um homem que não tem mulher nem filhos pode fornecer trabalho mais barato do que quem é esposo e pai. Se os solteiros viessem a multiplicar-se na classe operária, não somente não contribuiriam para recompor a classe, como ainda impediriam que outros pudessem recompô-la. Uma diminuição acidental no preço da mão-de-obra, decorrente do fato de que o operário solteiro poderia trabalhar mais barato, seria acompanhada mais tarde por um aumento maior em razão do declínio do número de operários! Assim, ainda que não conviesse aos chefes de empre-

⁸ Pelo nome de operário, designo aqui, principalmente, aquele que trabalha por conta de um empresário industrial. Com efeito, no que concerne àquele que trabalha manualmente por conta própria, como um sapateiro ou um amolador de facas, trata-se de alguém que é, ao mesmo tempo, pequeno empresário e operário. Seus lucros são fixados, em parte, segundo o que foi dito no parágrafo anterior e, em parte, segundo o que será dito no presente parágrafo.

Além disso, devo advertir o leitor de que os operários de que se tratará no presente parágrafo são aqueles cuja tarefa não exige nenhum ou quase nenhum estudo, pois, desde que possuam um talento qualquer, seus lucros aumentam por força de um dos motivos expostos no § I deste capítulo.

⁹ Escrevi *acumulação* embora as somas empregadas na criação e educação do operário tenham sido gastas. Foram, com efeito, gastas produtivamente, já que produziram um homem, o qual é um capital acumulado.

sa empregar operários casados, pelo mero fato de serem mais ordeiros, mesmo assim isso conviã, ainda que lhes custasse um pouco mais, para evitar custos maiores de mão-de-obra com os quais arcaiam se a população diminuísse.

Não que cada profissão, tomada isoladamente, encontre regularmente seus recrutas nas crianças que nascem em seu próprio meio. As crianças passam de uma para outra, principalmente das profissões rurais para profissões análogas nas cidades, pois é mais barato educá-las no interior. Quis apenas dizer que a classe dos mais simples operários manuais retira necessariamente, dos produtos para os quais seu trabalho concorreu, uma parcela suficiente não somente para viver, mas também para reproduzir-se a si mesma.¹⁰

Quando um país entra em declínio, quando nele se encontra menor quantidade de meios de produção, menos cultura, menos atividades ou capitais, então começa gradualmente a diminuir a demanda de trabalhos grosseiros. Os salários caem aquém do nível necessário para que a classe de operários manuais se perpetue. A classe diminui de número e os filhos das outras classes, cujos trabalhos diminuem na mesma proporção, refluem para as classes imediatamente inferiores. Quando a prosperidade aumenta, ao contrário, não somente as classes inferiores se reproduzem a si mesmas com facilidade, mas fornecem também às imediatamente superiores novos recrutas, alguns dos quais, mais felizes e dotados de qualidades mais brilhantes, tomam um impulso ainda mais audaz, ascendendo, freqüentemente, às mais altas posições da sociedade.

A mão-de-obra das pessoas que não vivem unicamente de seu trabalho é menos cara do que a dos que são apenas operários. Já estando alimentadas, o preço de seu trabalho, portanto, não é, para elas, determinado pela necessidade de viver. Em certas choupanas rurais, há fiandeiras que não ganham nem a metade de seus gastos, embora estes sejam módicos; são mãe ou filha, irmã, tia ou sogra de um operário que a alimentaria, ainda que ela não ganhasse absolutamente nada. Se subsistissem exclusivamente de seu próprio trabalho, é evidente que deveriam dobrar o preço ou morrer de fome; em outros termos, seria necessário que o trabalho fosse pago em dobro ou que não se realizasse.

Isso se aplica a todos os trabalhos executados por mulheres. Em geral, recebem pagamento muito pequeno, pela razão de que um grande número delas se mantém por outros meios que não seu trabalho, podendo, então, pôr em circulação o tipo de ocupação de que são capazes por um preço abaixo do nível a que seria fixado pela extensão de suas necessidades.

Pode-se dizer a mesma coisa acerca do trabalho dos monges e das religiosas. Nos países onde existem, constitui autêntica felicidade para os verdadeiros operários que só se fabriquem futilidades nos claustros. Com efeito, se ali se executassem trabalhos de indústria corrente, os operários, que têm família a sustentar, trabalhando no mesmo ramo não poderiam oferecer seu trabalho por preço tão baixo sem morrer de fome.

Embora freqüentemente mais alto do que o salário dos operários do campo, o dos operários de manufaturas está sujeito, contudo, a vicissitudes deploráveis. Uma guerra ou uma lei proibitiva, interrompendo subitamente determinadas demandas, podem atirar na miséria os operários que se ocupavam em satisfazê-las. Uma simples mudança de moda pode tornar-se fatal para uma classe inteira. As ci-

¹⁰ Segundo testemunhos prestados perante uma comissão da Câmara dos Comuns da Inglaterra, em 1815, o alto preço dos gêneros de subsistência, na época, longe de fazer subir os salários, fê-los baixar. Eu mesmo constatei um resultado similar nas carestias que ocorreram na França em 1811 e 1817. As dificuldades de viver tinham obrigado maior número de pessoas a trabalhar ou aquelas que já trabalhavam a um trabalho mais árduo e intenso. Isso provocou uma superabundância do artigo a que chamamos *trabalho*. Ao mesmo tempo, porém, a classe operária foi obrigada a padecer sofrimentos nessas mesmas épocas e, conseqüentemente, a diminuir seu número.

dades de Sheffield e de Birmingham viram-se mergulhadas na desolação quando os cadarços de sapatos substituíram as fivelas.¹¹

As menores variações no preço da mão-de-obra mais comum foram, em todas as épocas, consideradas com razão como imensas desgraças. Com efeito, numa classe um pouco superior em riqueza e em talentos (que são uma espécie de riqueza), uma baixa no nível dos lucros impõe algumas restrições nos gastos ou, no máximo, acarreta a dissipação de parte dos capitais que essas classes habitualmente têm à sua disposição. Mas, na classe cuja renda coincide com o rigorosamente necessário, uma diminuição de renda é um decreto de morte, senão para o próprio operário, pelo menos para uma parte de sua família.

Por isso, observa-se que todos os Governos, salvo quando desprovidos de qualquer solicitude, vêm em apoio das classes indigentes quando um evento súbito faz com que, acidentalmente, o salário dos trabalhos comuns caia aquém do nível necessário à manutenção dos operários. Com demasiada freqüência, entretanto, os auxílios não correspondem, em seus efeitos, aos propósitos caridosos dos Governos por falta de um correto discernimento na escolha dos socorros. Quando se deseja que sejam eficientes, é preciso começar por procurar a causa da queda do preço do trabalho. Se for de natureza duradoura, os auxílios pecuniários e passageiros não resolverão nada, limitando-se apenas a recuar o instante da devastação. Constituem causas desse tipo a descoberta de um processo desconhecido, uma importação nova ou a emigração de certo número de consumidores. Nesse caso, deve-se tratar de fornecer aos braços desempregados uma nova ocupação permanente, estimular novos ramos de indústria, constituir empresas longínquas, fundar colônias etc.

Se a queda da mão-de-obra é de natureza não duradoura, como a que pode resultar de uma colheita boa ou má, deve-se, então, limitar-se a conceder auxílio aos infelizes que sofrem com essa oscilação.

Um Governo ou pessoas particulares inspirados por generosidade leviana tentam lamentar não ver suas liberalidades corresponderem a seus propósitos. Em vez de demonstrá-lo mediante raciocínios abstratos, tentarei tomar esse ponto mais visível através de um exemplo.

Suponhamos que, numa região de vinhedos, os tonéis estejam tão abundantes que é impossível utilizá-los todos. Uma guerra ou uma lei contrária à produção de vinhos determinou vários proprietários de vinhedos a mudarem a cultura de suas terras; essa foi a causa duradoura da superabundância do trabalho de tanoaria posto em circulação. Essa causa, porém, simplesmente não é levada em conta; vem-se em auxílio dos tanoeiros, seja comprando sem necessidade seus tonéis, seja distribuindo entre eles auxílios mais ou menos equivalentes aos lucros que costumavam obter. Ora, compras desnecessárias e auxílios não podem se perpetuar. No momento em que vêm a cessar, os operários voltam a encontrar-se exatamente na mesma situação deplorável da qual se pretendia tirá-los. Fizeram-se sacrifícios e despesas sem nenhum benefício, exceto o de retardar um pouco o desespero dessas pobres pessoas.

Suponhamos, ao contrário, que a causa da superabundância dos tonéis seja passageira. Trata-se, por exemplo, de uma má colheita. Se, em vez de oferecer auxílios passageiros aos fabricantes de tonéis, favorecermos seu estabelecimento em outras regiões ou seu emprego em outro ramo industrial, o que acontecerá é que, se o ano seguinte for abundante em vinhos, haverá escassez de tonéis; seu preço será exorbitante, inteiramente determinado pela cupidez e agiotagem. Ora, visto

¹¹ MALTHUS. *Essai sur la Population*. 5.ª ed. Livro Terceiro. Cap. XIII.

que estas últimas não podem produzir tonéis quando estão destruídos os meios de produção desse artigo, parte dos vinhos poderá ficar perdida por falta de recipientes. Sua fabricação só atingirá novamente o nível das necessidades com uma nova comoção e em consequência de novos conflitos e tensões.

Como se vê, deve-se mudar de remédio segundo a causa do mal e, por conseguinte, conhecer a causa antes de escolher o remédio.

Afirmo acima que o necessário para viver constitui a medida do salário das tarefas mais comuns e grosseiras. Essa medida, porém, é muito variável, pois os hábitos dos homens influem fortemente sobre a extensão de suas necessidades. Não estou inteiramente seguro de que os operários de certas regiões da França possam viver sem beber um só copo de vinho. Em Londres, não poderiam passar sem cerveja; essa bebida é, naquela cidade, algo de tão primeira necessidade que os mendigos pedem esmola para beber uma caneca de cerveja, como na França para comer um pedaço de pão. Talvez este último motivo, que para nós parece muito natural, pareça irrelevante a um estrangeiro que chega a primeira vez de um país onde a classe indigente pode viver com batata-doce, mandioca ou outros alimentos ainda mais vis.

A medida do necessário para viver, portanto, depende em parte dos hábitos da região em que se encontra o operário. Quanto menor é o valor do consumo, tanto mais baixo pode fixar-se o nível habitual de seu salário e tanto mais baratos são os produtos para os quais concorre. Se pretender melhorar sua sorte aumentando seus salários, o produto para o qual concorre tornar-se-á mais caro ou então diminuirá a parte dos outros produtores.

Dada a desvantagem de sua posição, não é de se temer que os consumos da classe dos operários se estendam. A humanidade e o sentimento humanitário gostariam de vê-los, a eles e à sua família, vestidos de acordo com o clima e a estação; gostariam que, em sua habitação, pudessem encontrar espaço, ar e calor necessários à saúde; que sua alimentação fosse sadia e bem abundante e até que nela pudessem ter alguma escolha e variedade. Existem poucos países, contudo, em que necessidades tão moderadas não chegam a ultrapassar os limites do estritamente necessário e onde podem, por conseguinte, ser satisfeitas com os salários habituais da mais baixa classe dos operários.

Esse nível do estritamente necessário não varia apenas em razão do gênero de vida mais ou menos aceitável do operário e de sua família, mas também em razão de todos os gastos considerados como indispensáveis no país em que ele vive. Assim, incluamos, há poucos instantes, na categoria de suas despesas necessárias a de criar e educar seus filhos. Existem outras que, embora menos impenosamente exigidas pela natureza das coisas, são exigidas pelo sentimento com idêntica intensidade: por exemplo, cuidar dos velhos. Isso é muito negligenciado na classe operária. Para perpetuar o gênero humano, a Natureza confiou apenas nos impulsos de um apetite violento e nas solitudes do amor paterno. Os velhos, de que essa classe não precisa mais, são abandonados ao reconhecimento de sua posteridade, depois de se tornarem vítimas da imprevidência de sua própria juventude. Se os costumes de uma nação tomassem indispensável a obrigação, para cada família, de prever víveres para a velhice, como em geral fazem para a infância, já que as primeiras necessidades tomar-se-iam, desse modo, um pouco mais amplas, o nível natural dos salários mais baixos seria um pouco maior. Aos olhos de um filantropo, deve parecer atroz que nem sempre isso aconteça. É doloroso ver que o operário não somente não prevê a velhice, mas sequer prevê os acidentes, a doença e as enfermidades. É aqui que se encontram motivos para aprovar e encorajar essas associações de previdência em que os operários depositam diariamente uma minúscula poupança para se assegurarem de uma soma, no momento em que a idade

ou enfermidades inesperadas vierem privá-los dos recursos de seu trabalho.¹² Mas, para que tais associações tenham êxito, é preciso que o operário considere essa precaução como de absoluta necessidade; que considere a obrigação de levar suas poupanças para a caixa da associação como algo tão indispensável quanto o pagamento de seu aluguel e de seus impostos. Disso resulta, então, uma taxa necessariamente um pouco mais alta nos salários, a fim de que estes possam bastar para suas acumulações, o que certamente é um bem.

É lamentável que as leis, que deveriam favorecer a poupança, sejam às vezes contrárias a ela. É o que acontece quando incluem as loterias entre os recursos habituais do fisco, abrindo em todas as ruas lojas em que oportunidades sedutoras, mas ilusórias, se abrem às menores apostas, e assim atraindo cada ano para o fisco (isto é, para a destruição) milhões que poderiam ser acumulados e trazer tranqüilidade e consolação para os dias de velhice do operário.

Da mesma maneira, uma política irresponsável que, com o propósito de anestesiar o povo sobre sua própria sorte, estimula-o a levar para as tavernas o que poderia pôr de lado é igualmente oposta ao seu bem-estar. As diversões vãs e caras dos ricos nem sempre podem justificar-se aos olhos da razão; muito mais desastrosas, porém, são as loucas dissipações do pobre! A alegria dos indigentes vem sempre temperada de lágrimas e as orgias do populacho são dias de luto para o filósofo.

Independentemente das razões expostas no parágrafo anterior e no presente, que explicam por que os ganhos de um empresário de indústria (mesmo daquele que não obtém nenhum lucro como capitalista) são, geralmente, mais altos dos que os de um simples operário, existem ainda outras razões, cujo fundamento é, sem dúvida, menos legítimo, mas cuja influência não nos é permitido ignorar.

Os salários do operário determinam-se num confronto que resulta no acordo estabelecido entre ele e o chefe de indústria: o primeiro procura receber o mais possível, e o segundo, dar o menos possível. Existe, todavia, nessa espécie de debate, uma vantagem do lado do patrão independente das que já possui pela natureza de sua funções. O patrão e o operário, é certo, necessitam igualmente um do outro, pois nenhum pode conseguir lucro sem o auxílio do outro; mas a necessidade do patrão é menos imediata, menos premente. Há muito poucos patrões que não podem viver vários meses e até vários anos sem o trabalho de um único operário, ao passo que bem poucos operários são capazes, sem se verem reduzidos aos últimos extremos, de passar algumas semanas sem trabalhar. É muito difícil que essa diferença de posição deixe de influir sobre a fixação dos salários.

Numa obra publicada depois da terceira edição deste tratado,¹³ Sismondi propõe algumas medidas legislativas destinadas a melhorar a sorte da classe operária. Parte do princípio de que o baixo salário dos operários redundava em proveito dos empresários que os fazem trabalhar, de onde conclui que não é a sociedade que deve cuidar dos operários em suas desgraças, mas os empresários que os empregam. Pretende que se obriguem os proprietários fundiários e os grandes arrendatários a sustentar, em qualquer época, os operários do campo e que se obriguem, ao mesmo tempo, os manufatores a sustentar os que trabalham em oficinas. Ao mes-

¹² As caixas de previdência ou de poupança lograram pleno êxito em diversas regiões da Inglaterra, Holanda e Alemanha, sobretudo nos lugares onde o Governo teve a sabedoria de não interferir. Um Governo, com efeito, é um contabilista poderoso demais para inspirar plena confiança. Em Paris, uma associação de ricos negociantes e de filantropos fundou uma caixa de poupanças, na qual se pode depositar até mesmo a ínfima quantia de 20 soldos por semana. Ela já deu origem a grandes benefícios. Mas, para que caixas de poupança proporcionassem auxílio verdadeiramente eficaz, seria necessário que seu número fosse bem maior, que existissem caixas para cada profissão e para cada bairro e, finalmente, que fossem encontrados meios para que fossem administradas com inteligência e com a mais perfeita integridade.

¹³ *Nouveaux Principes d'Economie Politique*. Livro Sétimo. Cap. IX.

mo tempo, porém, a fim de que a segurança que resultaria, no espírito dos operários, da certeza de um sustento suficiente para eles mesmos e para seus filhos não os multiplicasse desmesuradamente, concede aos empresários deles encarregados o direito de permitir e de impedir seus casamentos.

Essas propostas, inspiradas por uma filantropia louvável, não me parecem admissíveis na prática. Seria renunciar a todo respeito pela propriedade onerar parte da sociedade com a manutenção de outra classe, como também seria obrigá-la a pagar uma mão-de-obra, mesmo quando nenhum produto pode reembolsá-la por seus gastos. E seria violá-la, muito mais ainda, atribuir a quem quer que seja um direito sobre a pessoa de outrem, que é a mais sagrada de todas as propriedades. Ao proibir, de maneira sempre mais ou menos arbitrária, o casamento de uns, far-se-ia mais prolífico o casamento de outros. De resto, não é verdade que são os empresários de indústria que lucram com baixos salários. Estes, em consequência da concorrência, fazem baixar o preço dos produtos para os quais trabalha o operário; são os consumidores dos produtos, isto é, a sociedade inteira, que lucram com seu baixo preço. Por conseguinte, se os operários indigentes, como consequência desses preços baixos, ficaram ao encargo da sociedade, ela será indenizada através do gasto menor que fará sobre os objetos de seu consumo.

Há males que decorrem da natureza do homem e das coisas. Encontra-se entre eles o excesso de população em relação aos meios de subsistência. Guardadas as proporções, esse mal não é maior numa sociedade civilizada do que entre povos selvagens. Acusar desse mal a situação social é uma injustiça; jactar-se de poder libertar-se dele é uma ilusão; trabalhar para mitigá-lo é uma nobre ocupação. Não se deve, contudo, procurar remédios que não remediassem nada ou que teriam inconvenientes ainda piores do que o próprio mal.

Sem dúvida, quando pode fazê-lo sem provocar nenhuma desordem e sem ferir a liberdade das transações, o Governo deve proteger os interesses dos operários, porque estes são menos protegidos do que os dos patrões pela natureza das coisas. Ao mesmo tempo, porém, se for esclarecido, o Governo imiscuir-se-á o mínimo possível nos negócios dos particulares, a fim de não acrescentar aos males da natureza os provenientes da administração.

Assim, o Governo protegerá os operários contra o conluio dos patrões com o mesmo zelo com que protegerá os patrões contra os complôs dos operários. Os patrões são menos numerosos e a comunicação entre eles é mais fácil. Os operários, ao contrário, dificilmente podem combinar-se entre si sem que suas ligas tenham o ar de uma revolta que a polícia sempre se apressa a sufocar. A doutrina que baseia os principais ganhos de uma nação sobre a exportação de seus produtos chegou até a fazer com que as ligas de operários sejam consideradas prejudiciais à prosperidade do Estado por acarretarem uma alta no preço das mercadorias de exportação, alta essa que prejudica a preferência que se deseja obter nos mercados exteriores. Que prosperidade é esta, entretanto, que consiste em manter na miséria uma classe numerosa no Estado a fim de abastecer mais barato os estrangeiros que se beneficiam das privações que nos impusemos a nós mesmos?

Há chefes de indústria que, sempre prontos a justificar por meio de argumentos os resultados de sua própria cupidez, afirmam que o operário mais bem pago trabalharia menos e que é bom que seja estimulado pela necessidade. Smith, que viu e observou com perfeição muitas coisas, não é dessa opinião. Deixemo-lo falar ele mesmo.

“Recompensar liberalmente o trabalho” — diz esse autor —, “ao mesmo tempo que favorece a propagação da classe laboriosa, aumenta também sua indústria, a qual, nisto semelhante a todas as qualidades humanas, cresce com o valor dos estímulos que recebe. Uma alimentação abundante fortalece o corpo do homem que traba-

lha; a possibilidade de ampliar seu bem-estar e de melhorar a sorte no futuro desperta seu desejo e este instiga-o aos mais vigorosos esforços. Em todos os lugares onde os salários são elevados, encontramos os operários mais inteligentes e rápidos; eles o são mais na Inglaterra do que na Escócia e mais na vizinhança das grandes cidades do que nos vilarejos afastados. Alguns operários, é verdade, quando ganham em quatro dias para viver durante toda a semana, ficam ociosos nos três outros dias. Essa má conduta, porém, não é geral. É muito mais comum ver aqueles que são bem pagos por cada peça executada arruinarem sua saúde em poucos anos por excesso de trabalho”.¹⁴

§ V — A independência entre os modernos oriunda dos progressos da indústria

A Economia Política sempre foi a mesma em todas as épocas. Mesmo naquelas em que seus princípios eram desconhecidos, eles atuavam da maneira exposta na presente obra. Causas semelhantes sempre foram seguidas por resultados similares: Tiro enriqueceu pelos mesmos meios que Amsterdam. Algo que mudou muito, entretanto, em consequência dos desenvolvimentos da indústria, foi o estado das sociedades.

Em comparação com as outras artes industriais, os povos antigos não eram, na indústria agrícola, nem de longe tão inferiores aos modernos. Ora, como são os produtos da agricultura que mais favorecem a multiplicação da espécie humana, havia entre eles muito mais pessoas desocupadas do que entre nós. Os que só tinham poucas terras ou nenhuma, não podendo viver da indústria e dos capitais que lhes faltavam e muito orgulhosos para exercerem junto a seus concidadãos ocupações servis que eram entregues aos escravos, viviam de empréstimos que nunca tinham condições de saldar, reclamando, então, distribuições de bens, cuja execução era impraticável. Para satisfazê-los, era preciso que os homens mais eminentes de cada nação os conduzissem à guerra e, de volta à cidade, os sustentassem por meio dos despojos conquistados ao inimigo, ou às suas próprias expensas. Daí a origem das convulsões civis que agitavam as nações da Antiguidade; daí suas guerras permanentes e o tráfico dos votos; daí também as numerosas clientelas de favor de um Mário e de um Sila, de um Pompeu e de um César, de um Antônio e de um Otávio. Até o momento em que, por último, o povo romano inteiro terminou por constituir a corte de um Calígula, de um Heliogábalo e de tantos outros monstros que, oprimindo-o, eram ao mesmo tempo obrigados a alimentá-lo.

O destino das cidades industriais como Tiro, Corinto e Cartago não foi exatamente o mesmo. Terminaram por sucumbir, entretanto, diante de guerreiros menos ricos e mais aguerridos do que elas, que obedeciam ao impulso da necessidade. A partir de então, a civilização e a indústria tornaram-se definitivamente presas da barbárie e da pobreza, até que a própria Roma, finalmente, desapareceu diante dos godos e dos vândalos.

Submergindo novamente na barbárie durante a Idade Média, a Europa sofreu destino ainda mais triste, embora semelhante ao dos primeiros tempos da Grécia e da Itália. Cada barão ou grande proprietário possuía, sob as mais diferentes denominações, uma clientela de homens que viviam em seus domínios e seguiam seus estandartes nas guerras intestinas e com o exterior.

Estaria invadindo o território do historiador se assinalasse as causas que, desde essas épocas de barbárie até nossos dias, desenvolveram gradualmente a indústria. Limitar-me-ei a simplesmente sublinhar a notável mudança que se operou e

¹⁴ *A Riqueza das Nações*. Livro Primeiro. Cap. VIII.

as conseqüências dessa mudança. A indústria propiciou à massa da população meios de existir sem depender dos grandes proprietários e, ao mesmo tempo, sem ameaçá-los constantemente. Essa indústria alimentou-se dos capitais que ela própria conseguiu acumular. A partir de então, deixaram de existir as clientelas de favor: o cidadão mais pobre pôde dispensar um patrão e patrono, colocando-se, para subsistir, sob a exclusiva proteção de seu próprio talento. Daí vem a constituição da sociedade na época moderna, em que as nações se sustentam por si mesmas e em que os Governos tiram de seus súditos os recursos que outrora lhes concediam.

Os êxitos alcançados pelas artes e pelo comércio fizeram sentir sua importância. A guerra deixou de ser feita para pilhar e destruir as fontes mesmas da opulência; os combates passaram a travar-se para disputá-las. Desde há dois séculos, com efeito, todas as guerras que não tiveram por motivo uma vaidade pueril, tiveram como objetivo arrebatrar uma colônia ou um ramo do comércio. Não foram mais os bárbaros que pilharam nações industriosas e civilizadas, foram nações civilizadas que passaram a lutar entre si e a vencedora tomou o cuidado de não destruir as bases de seu poder destruindo e despojando o país conquistado. A invasão da Grécia pelos turcos, no século XV, parece ter sido o último triunfo da barbárie sobre a civilização. A parte industriosa e civilizada do globo tornou-se, felizmente, grande demais em relação à outra para que devamos temer novamente por tamanhas desgraças. Os progressos mesmos na arte da guerra não mais permitem aos bárbaros nenhum sucesso duradouro. Os instrumentos da guerra, com efeito, requerem o desenvolvimento de uma indústria extremamente aperfeiçoada. Exércitos muito mais numerosos do que os que se levantavam outrora só podem ser recrutados em meio a uma população considerável. Ora, só os países civilizados podem ser muito populosos. Por último, exércitos numerosos e munições de guerra e de boca proporcionais implicam despesas enormes, para as quais mal bastam uma indústria ativa e acumulações múltiplas, uma e outras só se encontrando em povos bem avançados.

Resta ainda um último progresso a realizar e este será devido à divulgação mais ampla do conhecimento dos princípios da Economia Política. Reconhecemos, então, que, quando combatemos para conservar uma colônia ou um monopólio, estamos em busca de uma vantagem pela qual sempre pagamos caro demais; perceberemos que nunca compramos os produtos de fora, mesmo em colônias subjugadas, senão com produtos internos e, por conseguinte, que é da produção interna que devemos cuidar acima de tudo; e, por fim, que essa produção nunca é tão beneficiada quanto pela paz mais completa, pelas leis mais brandas e pelas comunicações mais fáceis.

O destino das nações, doravante, não mais dependerá de uma preponderância incerta e sempre precária, mas de sua cultura e de sua ciência. Podendo manter-se somente com a ajuda dos produtores, os Governos entrarão, cada vez mais, na dependência deles. Toda nação que conseguir assenhorear-se de seus subsídios estará sempre certa de ser bem governada. Qualquer autoridade que ignorar a situação do século estará perdida, pois estará tentando lutar contra a natureza das coisas.

O Rendimento dos Capitais

A impossibilidade de obter qualquer produto sem o concurso de um capital obriga os consumidores a pagarem, por cada produto, um preço suficiente para que o empresário encarregado de sua produção possa comprar o serviço desse instrumento necessário. Assim, quer o proprietário de um capital aplique-o numa empresa, quer, sendo empresário (mas sem fundos suficientes para fazer seu negócio funcionar), tome o capital emprestado, o valor de seus produtos só o indenizará por seus custos de produção na medida em que esse valor, independentemente do lucro que ressarcirá seus esforços, proporcionar-lhe outro lucro que compense o serviço prestado por seu capital.

É a retribuição obtida por esse serviço que será designada aqui por meio da expressão: rendimento dos capitais.

O rendimento de um capitalista é previamente fixado quando empresta seu instrumento e dele obtém um juro combinado. Ao contrário, é eventual e depende do valor que alcançar o produto para o qual concorreu o capital, quando o empresário aplica-o por sua própria conta. Nesse caso, o capital ou a parcela do capital que tomou emprestado e que põe a render pode render-lhe mais ou menos do que o juro que paga por ele.

Já que considerações sobre o juro dos capitais emprestados podem trazer esclarecimentos sobre os lucros que os capitais rendem ao serem aplicados, poderá ser útil formar, primeiramente, idéias corretas sobre a natureza e as variações do juro.

§ I — O empréstimo a juros

O juro dos capitais emprestados, inadequadamente chamado de *juro do dinheiro*, denominava-se antes *usura* (aluguel do uso, da fruição). A expressão era apropriada, pois o juro é um preço, um aluguel que se paga para ter a fruição de um valor. A palavra, porém, tornou-se odiosa, hoje evocando apenas a idéia de um juro ilegal e exorbitante. Passou, então, a ser substituída por outra mais honesta e menos expressiva, segundo o costume que se assentara.

Antes de serem conhecidas as funções e a utilidade do capital, o encargo monetário imposto pelo emprestador a quem tomava o empréstimo era considerado, talvez, como um abuso introduzido em favor do mais rico e em prejuízo do mais

pobre. É possível também que se considerasse a poupança, único meio de juntar capitais, como resultado de uma avareza prejudicial ao público, que considerava como perdidas para ele as rendas que os grandes proprietários não gastavam. Ignorava-se que o dinheiro poupado para ser aplicado é gasto igualmente (já que, se fosse enterrado, não seria aplicado nem renderia), de maneira cem vezes mais proveitosa para a indigência,¹ e uma pessoa laboriosa nunca está tão segura de poder ganhar sua subsistência do que onde existe um capital reservado para dar-lhe ocupação. Esse preconceito contra os ricos que não gastam toda sua renda se encontra ainda em muitos espíritos. Outrora, porém, era praticamente universal, sendo partilhado mesmo pelos emprestadores, a quem víamos, envergonhados do papel que desempenhavam, utilizar os ofícios de pessoas mais desacreditadas para receberem um lucro muito justo e útil à sociedade.

Não é de surpreender, portanto, que as leis eclesiásticas e, em várias épocas, as próprias leis civis tenham proscrito o empréstimo a juros e que, durante toda a Idade Média, nos grandes Estados da Europa, esse comércio, considerado infamante, fosse entregue aos judeus. O pouco de indústria existente nessas épocas alimentava-se dos magros capitais dos próprios comerciantes e artesãos. A indústria agrícola, que era a que se exercia com maior sucesso, funcionava por meio dos adiantamentos dos senhores e dos grandes proprietários que faziam trabalhar servos ou meeiros. Faziam-se empréstimos menos para comerciar vantajosamente do que para satisfazer a uma necessidade premente. Exigir juros equivalia, na época, a assentar o lucro sobre a desgraça do próximo. Compreende-se, em tais circunstâncias, que os princípios de uma religião inteiramente fraternal em sua origem, como era a religião cristã, devessem reprovar um cálculo dessa espécie, que, ainda hoje, é ignorado pelas almas generosas e condenado pelas máximas da moral mais comum. Montesquieu² atribui a decadência do comércio a essa proibição do empréstimo a juros. É, sem dúvida, uma das razões de sua decadência, mas havia muitas outras.

Os progressos da indústria fizeram com que o capital emprestado passasse a ser considerado de maneira completamente diferente. Hoje não é mais, nos casos ordinários, um mero auxílio de que se tem necessidade. É um agente, um instrumento que pode ser usado por quem o emprega de modo muito útil para a sociedade e com grande benefício próprio. Por conseguinte, não há nenhuma avareza nem imoralidade em dele tirar um aluguel, exatamente como não há em extrair um arrendamento de sua terra ou um salário de sua indústria. Trata-se de uma compensação equitativa, baseada na conveniência recíproca. A convenção estabelecida entre o empresário e o prestador, por meio da qual é fixado esse aluguel, é do mesmo gênero que todas as convenções e acordos.

Na troca ordinária, porém, tudo termina quando ela foi consumada, ao passo que, no empréstimo, trata-se ainda de avaliar o risco que corre o prestador de não recuperar a posse da totalidade ou de parte de seu capital. Esse risco é estimado e pago por meio de outra parcela de juro acrescentada à primeira, constituindo verdadeira apólice de seguro.

Sempre que se trata de juros sobre fundos, é preciso distinguir cuidadosamente essas duas partes de que eles se compõem, sob pena de construir raciocínios equivocados e, com frequência, de realizar, seja a título particular, seja como agente da autoridade pública, operações inúteis e lamentáveis.

Assim, ao pretender limitar a taxa de juro ou aboli-lo por completo, o que se fez foi, muitas vezes, reativar a usura. Quanto mais violentas eram as ameaças,

¹ Ver, no Livro Terceiro, a matéria concernente ao consumo reprodutivo.

² *Do Espírito das Leis*. Livro Vigésimo Primeiro. Cap. XX.

quanto mais sua execução era rigorosa, tanto mais subia o juro do dinheiro: era o resultado do curso natural das coisas. Quanto mais se aumentavam os riscos do emprestador, tanto mais este precisava compensá-los com uma forte apólice de seguro. Em Roma, durante todo o período da república, o juro do dinheiro era enorme. Aliás, mesmo se não soubéssemos, poderíamos tê-lo adivinhado: os devedores, que eram os plebeus, ameaçavam continuamente seus credores, que eram os patrícios. Maomé proibiu o empréstimo a juros. Que acontece nos Estados muçulmanos? Emprêsta-se com usura, pois é preciso, afinal, que o emprestador seja indenizado pelo uso do capital que empresta e, além disso, pelo perigo da contravenção. A mesma coisa sucedeu entre os cristãos enquanto proibiram o empréstimo a juros. E, quando a necessidade de fazer empréstimos levava-os a tolerar tal prática entre os judeus, esses eram sujeitos a tantas humilhações, ofensas e extorsões, ora sob um pretexto, ora sob outro, que só um juro elevado era capaz de compensar desgostos e perdas tão numerosos. Cartas patentes do rei João, do ano de 1360, autorizam os judeus a emprestarem sob caução, retirando, *para cada libra, ou 20 soldos, 4 dinheiros de juros por semana*, o que dá mais de 86% por ano. A partir do ano seguinte, porém, esse monarca, tido, entretanto, por um dos mais fiéis à própria palavra, dentre os que tivemos, fez secretamente diminuir a quantidade de metal precioso contido nas moedas, de sorte que os emprestadores passaram a não mais receber como reembolso um valor igual ao que tinham emprestado.

Isso explica e justifica suficientemente os elevados juros que exigiam. Sem contar que, numa época em que se tomava emprestado menos para constituir empresas industriais e mais para sustentar guerras e custear dissipações e projetos aventureiros, numa época em que as leis não tinham força nem os emprestadores condições de exercer com êxito uma ação contra seus devedores, eles precisavam de um considerável seguro para compensar a incerteza do reembolso. A apólice de seguro constituía a parte maior do que trazia então o nome de *juro* ou *usura*; o verdadeiro juro, o aluguel pelo uso do capital, reduzia-se a bem pouca coisa. Afirimo que a *bem pouca coisa*, pois, embora os capitais fossem raros, suspeito de que os empregos produtivos eram-no ainda mais. Sobre os 86% de juros pagos sob o rei João, talvez somente de 3 a 4% representassem o serviço produtivo dos capitais emprestados. Ora, todos os serviços produtivos, em nossos dias, são mais bem pagos do que eram então e o serviço produtivo dos capitais não pode ser avaliado atualmente em mais de 5%; o que ultrapassa essa taxa representa a apólice de seguro exigida pelo emprestador.

Dessa maneira, a diminuição do seguro, que representa, muitas vezes, a maior parte do juro, depende da segurança com a qual conta o emprestador. Essa segurança, por sua vez, depende de três fatores, principalmente, a saber: 1) da segurança da aplicação; 2) das qualidades e do caráter pessoal de quem toma o empréstimo e 3) da boa administração do país onde reside.

Acabamos de ver que a aplicação incerta que se fazia, na Idade Média, do dinheiro emprestado era parte importante da elevada apólice de seguro paga ao emprestador. O mesmo acontece, embora em menor grau, com todas as aplicações incertas quaisquer que sejam. Os atenienses distinguiam antigamente o juro *marítimo* do juro *terrestre*. O primeiro chegava a 30%, mais ou menos, por viagem, quer para o Ponto Euxino, quer para um dos portos do Mediterrâneo.³ Podiam-se realizar duas dessas viagens por ano, o que fazia com que o juro anual atingisse 60% aproximadamente, ao passo que o juro terrestre costumeiro era de 12%. Se fizermos a suposição de que, dos 12% do juro terrestre, metade era para cobrir o

³ *Voyage d'Anacharsis*. t. IV, p. 371.

risco do emprestador, verificaremos que o uso anual do dinheiro, em Atenas, valia sozinho apenas 6%, estimativa que acredito estar ainda acima da verdade. Supondo-a correta, entretanto, havia, então, no juro marítimo, 54% que eram pagos para o seguro do emprestador! Esse risco enorme deve ser atribuído, por um lado, aos costumes ainda bárbaros das nações com as quais se comerciava; os povos, com efeito, eram então bem mais hostis uns aos outros do que são hoje e as leis e usos comerciais eram bem menos respeitados. Deve-se atribuí-lo, por outro lado, à imperfeição da arte da navegação. Na época, os riscos incorridos para ir do Pireu a Trebizonda, embora houvesse menos de trezentas léguas a cobrir, eram maiores do que os que hoje enfrentamos para ir de Lorient a Cantão, percorrendo uma distância de 7 mil léguas. Os progressos da Geografia e da navegação contribuíram, desse modo, para fazer baixar a taxa de juro e, em consequência, também os custos de produção.

Toma-se emprestado, às vezes, não para fazer render o valor emprestado, mas para gastá-lo de maneira estéril. O emprestador sempre deve considerar tais empréstimos com muita suspeição, pois um gasto estéril não proporciona a quem toma o empréstimo nem a devolução do principal nem o pagamento dos juros. Se possui uma renda que pode destinar à restituição, o empréstimo representa uma maneira de antecipar seus rendimentos. Se a quantia que toma emprestada só pode ser devolvida com um capital, com um fundo, o empréstimo representa uma maneira de dissipar seus próprios fundos. Mas, se, para reembolsar o empréstimo, não possui nem fundos nem rendas, é a propriedade de seu emprestador que ele dissipa.

Devemos incluir a duração do empréstimo na influência que a natureza da aplicação exerce sobre a taxa de juro. O juro é menos alto quando o emprestador pode recuperar seus fundos no momento que quiser ou, pelo menos, num prazo bem curto. A razão disso se encontra quer na vantagem real que há em dispor de seu capital quando bem quiser, quer no fato de ser menos temível um risco do qual acredita poder escapar antes de ser atingido por ele. A faculdade de poder negociar na praça os títulos ao portador dos Governos modernos influi bastante sobre o baixo juro pelo qual muitos deles conseguem fazer empréstimos. Em minha opinião, esse juro não paga os riscos dos emprestadores. Estes, todavia, sempre esperam vender seus títulos públicos antes do momento da catástrofe, se vêm a temê-la seriamente. Os títulos não negociáveis dão um juro bem maior; na França, eram dessa espécie as rendas vitalícias que o Governo francês pagava, em geral, à taxa de 10%, taxa que era elevada para títulos novos. Por isso, os genebrinos realizaram uma excelente especulação ao aplicar suas rendas vitalícias em 30 títulos bem conhecidos, públicos, por assim dizer. Com isso, transformaram-nas em títulos negociáveis, vinculando a um título negociável o juro que se fora obrigado a pagar por um adiantamento que não o era.

Quanto à influência do caráter pessoal e das qualidades de quem toma emprestado sobre o montante do seguro, trata-se de algo incontestável. Ela constitui o chamado *crédito pessoal*, e é sabido que a pessoa que tem crédito faz empréstimos mais baratos do que quem não tem.

Aquilo que, depois da probidade reconhecida, melhor assegura o crédito de um particular ou de um Governo é a conhecida experiência da exatidão com que saldaram seus compromissos. É essa a base primeira do crédito e, em geral, não é enganadora.

Ora — poder-se-ia objetar — uma pessoa que nunca deixou de saldar suas dívidas não poderia fazê-lo pela primeira vez? — A resposta é: não, é pouco provável que o faça, sobretudo se já se tem uma longa experiência da sua pontualidade e exatidão. Com efeito, para que a pessoa em questão tenha saldado pontualmen-

te suas dívidas, é preciso que sempre tenha tido em mãos valores suficientes para resgatá-las: é o caso de um homem que tem mais propriedades do que dívidas, o que constitui um excelente motivo para conceder-lhe confiança. Ou então é preciso que a pessoa sempre tenha tomado tão bem suas medidas e feito especulações tão seguras que seus retornos jamais deixaram de entrar antes de expirados seus prazos. Ora, essa habilidade e prudência configuram também excelentes garantias para o futuro. Essa é a razão pela qual perde todo crédito o negociante a quem aconteceu de faltar a um de seus compromissos ou que simplesmente hesitou em cumpri-lo.

Por último, a boa administração do país em que reside o devedor diminui os riscos do credor e, conseqüentemente, a apólice de seguro que o último está obrigado a reservar-se a fim de cobrir seus riscos. A taxa de juro aumenta sempre que as leis e a administração são incapazes de assegurar a execução dos compromissos. É muito pior ainda quando estimulam sua violação, como nos casos em que autorizam a não pagar, ou quando não reconhecem a validade das obrigações contraídas de boa fé.

As sanções estabelecidas contra os devedores insolventes foram, quase sempre, consideradas contrárias aos que têm necessidade de fazer empréstimos. Na realidade, elas lhes são favoráveis. Emprresta-se com maior facilidade e mais barato onde os direitos do emprestador são mais solidamente apoiados pelas leis. Trata-se, aliás, de um estímulo à formação dos capitais: nos lugares onde as pessoas não acreditam poder dispor com segurança de sua poupança, todas inclinam-se fortemente a consumir a totalidade de seus rendimentos. Talvez devamos procurar nessa observação a explicação de um fenômeno moral bastante curioso, a saber: a avidez de fruições que, geralmente, se desenvolve com furor nos períodos de perturbações e desordens.⁴

Ao mencionar a necessidade de sanções contra os devedores, não estou pretendendo, contudo, recomendar os rigores da prisão. Aprisionar um devedor é ordenar-lhe que pague e, ao mesmo tempo, tirar-lhe os meios de fazê-lo. A lei dos hindus parece-me mais sábia. Ela dá ao credor o direito de pegar seu devedor insolvente, prendê-lo em sua casa e fazê-lo trabalhar em seu proveito.⁵ Mas, sejam quais forem os meios utilizados pela autoridade pública para obrigar as pessoas a pagarem suas dívidas, todos eles são ineficazes quando o favorecimento pode falar mais alto do que a lei. No momento em que o devedor está, ou pode esperar colocar-se, acima do alcance de seu credor, este corre um risco e esse risco tem um valor.

Depois de separar da taxa de juro a parte ligada a uma apólice de seguro paga ao emprestador como um equivalente do risco de perder, total ou parcialmente, seu capital, teremos o juro puro e simples, o verdadeiro aluguel que paga a utilidade e o uso de um determinado capital.

Ora, essa parcela do juro será tanto mais alta quanto menor for a quantidade dos capitais oferecida para empréstimo e, ao mesmo tempo, quanto maior for a quantidade de capitais procurada para empréstimo. A quantidade procurada, por sua vez, será tanto maior quanto mais numerosas e lucrativas forem as aplicações de fundos. Assim, uma alta na taxa de juro nem sempre indica que os capitais se tornaram mais raros; pode também indicar que as aplicações se tornaram mais fáceis e produtivas. Isso foi constatado por Smith depois da guerra afortunada que

⁴ Ver a descrição da peste de Florença que Sismondi, apoiado em Boccaccio, apresentou em sua *História das Repúblicas da Itália*. Observações semelhantes foram feitas em muitos dos períodos mais terríveis da Revolução Francesa.

⁵ RAYNAL. *História Filosófica*. Livro Primeiro. § 8.

os ingleses terminaram com a paz de 1763.⁶ A taxa de juro aumentou. As importantes conquistas que a Inglaterra acabara de fazer abriam perspectivas novas para o comércio e convidavam a novas especulações. Os capitais não se tornaram mais raros, mas sua demanda tornou-se mais forte. Ora, a alta de juros disso resultante, que constitui, via de regra, um sinal de empobrecimento, foi, nesse caso, ocasionada pela abertura de uma nova fonte de riquezas.

Em 1812, a França viu a causa inversa produzir resultados opostos. Uma guerra longa e destruidora que fechava quase todas as comunicações externas, contribuições enormes, privilégios desastrosos, operações comerciais realizadas pelo próprio Governo, tarifas aduaneiras arbitrariamente alteradas, confiscos, destruições e abusos e, em geral, um sistema administrativo ávido de lucro e hostil em relação aos cidadãos haviam tornado penosas, incertas e ruinosas todas as especulações industriais. Embora a massa de capitais provavelmente diminuísse, as aplicações úteis que deles se podia fazer tinham se tornado tão raras e perigosas que nunca o juro, na França, caiu tão baixo quanto nessa época, e o que é, geralmente, sinal de grande prosperidade tornou-se, então, resultado de uma grande desgraça.

Essas exceções confirmam a lei geral e permanente segundo a qual quanto mais os capitais disponíveis são abundantes proporcionalmente à extensão das aplicações, tanto mais vemos baixar o juro dos capitais emprestados. Quanto à quantidade dos capitais disponíveis, ela depende das poupanças feitas anteriormente. Sobre essa questão, o leitor deve reportar-se ao que disse (Livro Primeiro. Cap. II) sobre a formação dos capitais.⁷

Quando se pretende que todos os capitais que procuram quem os tome emprestados e que todas as indústrias que buscam capitais encontrem, ambas as partes, satisfação, deve-se deixar a maior liberdade de contrato em tudo o que se referir ao empréstimo a juros. Com essa liberdade, é difícil que capitais disponíveis permaneçam sem aplicações, sendo, portanto, de presumir que haverá tanta indústria ativada quanto comportar a situação atual da sociedade.

É importante, porém, prestar muita atenção às palavras: *a quantidade dos capitais disponíveis*, pois é essa quantidade, exclusivamente, que influi sobre a taxa de juro. Somente dos capitais de que se pode e se quer dispor é que podemos dizer que *estão em circulação*. O capital cujo emprego já foi encontrado e iniciado, não sendo mais oferecido, também não faz mais parte da massa dos capitais em circulação. Seu emprestador não está mais em concorrência com outros, a menos que o emprego seja tal que o capital possa ser facilmente realizado novamente para ser aplicado em outro emprego.

Assim, um capital emprestado a um negociante e que pode ser retirado de suas mãos prevenindo-o com alguma antecedência ou, melhor ainda, um capital empregado para descontar letras de câmbio (o que é uma maneira de emprestar ao comércio) são capitais facilmente disponíveis, que podem ser consagrados a qualquer outra aplicação considerada preferível.

Passa-se mais ou menos a mesma coisa com um capital cujo dono o aplicasse por conta própria num comércio de fácil liquidação, como é o das especias. A

⁶ *A Riqueza das Nações*. Livro Primeiro. Cap. IX.

⁷ Já se observou que os juros são um pouco menores nas cidades do que nos campos. (SMITH. *A Riqueza das Nações*. Livro Primeiro. Cap. IX.) A razão disso é simples. Em geral, os capitais encontram-se nas mãos das pessoas ricas residentes nas cidades ou, pelo menos, que ali vão para seus negócios. É nelas que conservam o artigo com o qual negociam, isto é, os serviços dos capitais, não gostando de vê-los empregados muito longe de seus olhos. As cidades, sobretudo as principais, são os grandes mercados para os capitais, talvez mais do que para a própria indústria, e é por isso que esta custa mais caro ali do que aqueles. Passa-se o contrário nos campos, onde há poucos capitais que já não estejam comprometidos. Por isso, queixa-se muito da usura nos campos: haveria menos se lá se atribuisse honra e segurança ao ofício de emprestador.

venda de mercadorias desse gênero, pela cotação do mercado, é uma operação fácil que pode ser executada a qualquer momento. Um valor aplicado dessa forma pode ser realizado ou devolvido se estava emprestado, e ser novamente emprestado ou aplicado em outro comércio ou em outro uso qualquer. Se nem sempre está atualmente em circulação, tal valor está pelo menos muito perto de entrar em circulação. O valor mais proximamente disponível de todos é aquele que está em forma de moeda. Por outro lado, entretanto, um capital com o qual se construiu um moinho, uma usina e até máquinas móveis e de pequenas dimensões é um *capital imobilizado*. Este, não podendo doravante servir para nenhum outro uso, está fora da massa de capitais em circulação e não pode mais pretender nenhum outro lucro a não ser o da produção em que está aplicado. Observe-se que, ainda que um moinho ou uma máquina sejam vendidos, isso não faz com que seu valor capital seja devolvido à circulação; com efeito, se o vendedor passa a dispor desse valor, o comprador, ao contrário, deixa de dispor do capital que dedicou a essa aquisição. Assim, a soma dos capitais disponíveis permanece a mesma.

Essa observação é importante para que se possam avaliar corretamente as causas que determinam não somente a taxa dos juros dos capitais emprestados, como também dos lucros feitos sobre os capitais empregados. (Trataremos mais adiante desses lucros.)

Certas pessoas acreditam, às vezes, que o crédito multiplica os capitais. Esse erro, reproduzido freqüentemente num grande número de obras (algumas das quais são, inclusive, escritas *ex professo* sobre Economia Política), supõe uma ignorância absoluta acerca da natureza e funções dos capitais. Um capital sempre é um valor bem real, fixado numa determinada matéria, pois os produtos imateriais não são suscetíveis de acumulação. Ora, um produto material não poderia estar em dois lugares ao mesmo tempo nem servir a duas pessoas ao mesmo tempo. As construções, as máquinas, as provisões e as mercadorias que compõem meu capital podem, em sua totalidade, ser valores que tomei emprestados. Nesse caso, exerço uma indústria com um capital que não me pertence e que eu alugo. O que é certo, porém, é que esse capital que emprego não é empregado por nenhuma outra pessoa. Quem mo emprestou privou-se do poder de fazê-lo trabalhar alhures. Cem pessoas podem merecer a mesma confiança que eu. Esse crédito, porém, essa confiança merecida não multiplica a soma dos capitais disponíveis; ela simplesmente faz com que se guardem menos capitais sem pô-los a render.⁸

O leitor não exigirá de mim que avalie a força das motivações de afeto, de parentesco, de generosidade ou de reconhecimento que fazem, às vezes, com que se empreste um capital ou que influem sobre os juros deles extraídos. Cada leitor deve avaliar por conta própria a influência das causas morais sobre os fatos econômicos — os únicos que podem nos interessar aqui.

Obrigar os capitalistas a só emprestar a uma determinada taxa é gravar o artigo com o qual comerciam; significa submetê-lo a um limite máximo. É retirar da massa dos capitais em circulação todos aqueles que não podiam ajustar-se ao ju-

⁸ Ver os capítulos X e XI do Livro Primeiro desta obra sobre a maneira como os capitais se empregam, transformam e acumulam. O que foi dito no presente capítulo não está em contradição com o estabelecido no capítulo XXX do Livro Primeiro, acerca dos signos representativos da moeda. Uma letra de câmbio, negociada por um particular que tem crédito, não passa de um meio de tomar um valor real emprestado de outro particular durante o intervalo que se passa desde o instante em que a negociação se faz até o momento em que se paga a letra de câmbio. Os bilhetes ao portador postos em circulação, seja pelos bancos, seja pelo Governo, limitam-se a substituir um agente de circulação dispendioso (o ouro ou a prata) por outro que desempenha o mesmo ofício (o papel) e que custa muito pouco. Já que o papel desempenha, então, a função dos metais preciosos, estes se tornam disponíveis e, trocando-se por mercadorias ou utensílios próprios para a indústria, constituem um aumento bem verdadeiro e material do capital da nação. Esse aumento é limitado, nunca podendo ultrapassar a soma dos valores que a situação da sociedade exige para servir a título de *agente da circulação*. Tal soma é muito pequena se comparada com o valor total dos capitais da sociedade.

ro fixado. As leis desse tipo são tão ruins e nocivas que constitui um afortunado evento quando são violadas. Ora, elas o são quase sempre. A necessidade de tomar emprestado e a de emprestar entram em acordo para esquivá-las, o que se torna fácil mediante a estipulação de vantagens que não tenham o nome de *juros*, embora não passem, no fundo, de uma parcela de juros. O único efeito resultante de tais leis é elevar a taxa de juros pelo aumento dos riscos a que se expõe o emprestador.

O que há de picante é que os Governos que fixaram a taxa de juros quase sempre deram o exemplo na violação de suas próprias leis, pagando, em seus empréstimos, juros superiores ao juro legal.

É conveniente que a lei determine um juro, mas unicamente para os casos em que é devido sem que tenha havido estipulação prévia, como acontece quando um julgamento ordena a restituição de uma quantia com juros. Na minha opinião, a lei deve fixar essa taxa ao nível dos juros mais baixos pagos na sociedade, porque a taxa mais baixa é a das aplicações mais seguras. Ora, a justiça pode, certamente, exigir que o detentor de um capital o devolva, inclusive com juros. Para devolvê-lo, porém, a lei deve supô-lo ainda entre suas mãos; ora, só pode supor isso na medida em que a pessoa em questão aplicou-o da maneira menos arriscada e, por conseguinte, que retirou do capital o mais baixo de todos os juros.

Essa taxa, todavia, não deveria trazer o nome de *juro legal*, pela simples razão que não deve haver *juro ilegal*, exatamente como não existe uma cotação de câmbio ilegal nem um preço ilegal para o vinho, o tecido e os demais artigos.

Encontramos aqui a ocasião oportuna para combater um erro geralmente difundido.

Visto que os capitais, no momento em que são emprestados, são-no geralmente sob forma de moeda, algumas pessoas pensaram que a abundância do dinheiro fosse a mesma coisa que a dos capitais e que era a abundância do dinheiro que fazia baixar a taxa de juros. Encontra-se aí a origem das seguintes expressões errôneas, empregadas pelos homens de negócios: *o dinheiro está raro*, *o dinheiro está abundante*, que são, além do mais, muito parecidas com esta outra expressão igualmente errônea: *juro do dinheiro*. O fato é que a abundância ou escassez do dinheiro, da moeda ou de tudo o que faz as vezes dele não influi *em absolutamente nada* sobre a taxa de juros, exatamente como tampouco influem sobre ela a abundância ou escassez da canela, do trigo ou dos tecidos de seda. A coisa emprestada não é tal ou tal mercadoria específica, nem dinheiro, que não passa, ele próprio, de uma mercadoria. O que se empresta é um valor acumulado e consagrado a uma aplicação.

Aquele que deseja emprestar realiza em moeda a soma de valor que destina a esse uso; quem o toma emprestado mal o recebe e já troca esse dinheiro por outra coisa. O dinheiro que serviu para essa operação vai, então, servir para outra análoga ou para outra operação qualquer, por exemplo, para o pagamento de impostos, para o soldo do Exército etc. O valor emprestado encontrou-se apenas momentaneamente sob forma de moeda, assim como vimos anteriormente um rendimento, que se recebe e que se gasta, apresentar-se passageiramente sob forma similar, as mesmas peças de moeda servindo cem vezes num ano para pagar outras tantas parcelas de rendimentos.

Do mesmo modo, quando uma soma de dinheiro faz com que um valor capital (isto é, um valor que desempenha o ofício de capital) passe das mãos de um emprestador para as de alguém que toma emprestado, esse mesmo dinheiro, depois de muitas trocas, poderá servir para outro emprestador e outro tomador, sem que a primeira pessoa seja, por isso, despojada do valor que tomou emprestado. Esse valor já mudou de forma; o primeiro a tomar emprestado talvez tenha com-

prado com ele matérias-primas para suas fábricas. Nesse caso, ele paga o juro do valor dessas matérias-primas e não da soma de dinheiro, a qual não mais pertence nem a seu prestador nem a ele próprio. Para que a mesma soma de dinheiro possa servir para um novo empréstimo, é preciso, anteriormente, que o novo prestador a adquira pelo preço do valor capital que está em sua posse, e é esse último valor, fruto de outra acumulação, que é o valor emprestado. A mesma soma nunca representa dois capitais ao mesmo tempo.

Pode-se emprestar ou tomar emprestado em qualquer espécie de mercadoria do mesmo modo como em dinheiro, e não é esse fato que faz com que varie a taxa de juros. Aliás, é corriqueiro, no comércio, emprestar e tomar emprestado sob outra forma que não em dinheiro. Quando um manufator compra matérias-primas a prazo, o que faz, na realidade, é um empréstimo em lâ ou algodão. Em sua empresa, utiliza-se do valor dessas mercadorias e a natureza delas em nada influi sobre o juro que paga a quem lhas vendeu.⁹ A abundância ou a escassez da mercadoria emprestada só influi sobre seu preço em relação às demais mercadorias, mas não influi em nada sobre a taxa dos juros. Assim, quando o dinheiro, na Europa, veio a cair a 1/6 de seu antigo valor, fez-se necessário, para emprestar o mesmo capital, dar seis vezes mais dinheiro. O juro, entretanto, permaneceu o mesmo. Ainda que a quantidade de dinheiro no mundo decuplicasse, isso, por si só, não tornaria mais abundantes os capitais disponíveis.¹⁰

É inteiramente errado, portanto, utilizar a expressão *juro do dinheiro*. É a essa expressão distorcida que se deve, provavelmente, o fato de muitos considerarem que a abundância ou escassez do dinheiro podem influenciar a taxa de juros.¹¹ Law, Montesquieu e até o judicioso Locke, num texto cujo propósito era procurar os meios para diminuir o *juro do dinheiro*, foram enganados pelas palavras. É de supreender que outros também se tenham enganado depois deles? A teoria do juro permaneceu coberta de névoas espessas até Hume e Smith,¹² os primeiros a dis-

⁹ Existem muitos empréstimos a juros que não trazem esse nome nem acarretam transferência de dinheiro. Quando um comerciante varejista abastece sua loja comprando do manufator ou do atacadista, está fazendo um empréstimo a juros que reembolsa, no vencimento ou antes deste, retendo o desconto, o qual representa a restituição do juro que fora acrescentado ao preço das mercadorias quando lhe foram vendidas. Quando um negociante do interior faz uma remessa de depósito a um banqueiro parisiense e, mais tarde, saca uma letra contra o mesmo banqueiro, está lhe emprestando durante o intervalo de tempo existente entre o vencimento de seu depósito e o pagamento de seu título. O juro desse adiantamento é pago por conta do juro que o banqueiro acrescenta à conta corrente do negociante.

No *Curso de Economia Política* que Henri Storch redigiu para uso dos grão-duques da Rússia e que foi impresso em Petersburgo, lemos (t. IV, pág. 103) que os comerciantes ou comissários ingleses que negociam na Rússia concedem a seus compradores créditos de doze meses, que os russos aproveitam para comprar mercadorias de consumo imediato e fácil, realizando, assim, o preço de suas compras bem antes do momento de pagá-las. A seguir, utilizam os fundos até o prazo que lhes foi dado. Há, inclusive, negociantes daquele país que fazem negócios entre si com capitais autenticamente ingleses, os quais não lhes foram emprestados para esse fim.

Presumo que os ingleses certamente percebam os aluguéis de seus capitais no preço elevado a que vendem suas mercadorias. De qualquer modo, os lucros dos capitais são tão altos na Rússia que, não obstante essa forma onerosa de fazer empréstimos, os negociantes russos ainda podem fazer bons negócios com o auxílio destes.

¹⁰ Essa observação não entra em contradição com algo que foi dito em outra passagem, a saber, que uma parcela importante das moedas faz parte dos capitais da sociedade. Mesmo quando representam um capital, as moedas não fazem parte, sob sua forma material, do capital disponível da sociedade. Elas não procuram emprego, pois já o encontraram pronto: servir para as trocas que precisam ser feitas. Uma vez executado tal papel num determinado lugar, as moedas passam para outro, onde prestarão o mesmo serviço, não tendo absolutamente mais nenhuma importância nem para o prestador nem para a pessoa que tomou emprestado, os quais as utilizaram anteriormente.

¹¹ Se o juro fosse tanto menor quanto mais abundante fosse o dinheiro, seria bem menor na América do que na Europa, o que não acontece.

¹² Ver os *Ensaios de Hume*. Segunda Parte. Ensaio 4; e SMITH. *A Riqueza das Nações*. Livro Segundo. Cap. IV.

Ainda que Locke e Montesquieu tivessem redigido dez alentados volumes sobre Economia Política, deveríamos nos abster de lê-los. Quanto mais engenhoso é um autor, tanto mais obscurece a matéria da qual não entende. Um homem inteligente e advertido, com efeito, só pode contentar-se com argumentos enganosos, os mais perigosos de todos para o leitor comum, o qual não domina os princípios com tanta segurança, para descobrir um erro à primeira vista. Nas ciências que se limitam a registrar e classificar observações, como a Botânica e a História Natural, é necessário ler tudo. Nas ciências, ao contrário, em que a questão é deduzir leis gerais, a partir da observação de fatos particulares, como a Física e a Economia Política, basta ler duas ou três obras, selecionadas não entre as piores.

sipá-las. Essa matéria só ficará clara para aqueles que adquirirem uma noção correta do que é denominado *capital* no decorrer da presente obra; para aqueles que entenderem que, quando se toma emprestado, não é tal ou tal artigo ou mercadoria que se toma emprestado, mas um *valor*, uma parcela do *valor do capital* emprestável da sociedade, e que o tanto por cento pago pelo uso dessa *parcela do capital* depende da relação existente em cada lugar, entre a quantidade de capitais oferecida em empréstimo e a quantidade demandada, sem que isso tenha qualquer relação com a natureza da mercadoria, moeda ou não, utilizada para transferir o valor emprestado.

§ II — Os lucros dos capitais

Quer um empresário tenha tomado emprestado o capital utilizado em sua empresa, quer o possua como propriedade própria, dele extrai, no momento em que vende seus produtos, um lucro independente do lucro que representa o salário de seu talento e seus trabalhos. O juro que um capitalista obtém com um capital emprestado constitui, para nós, a prova de que sempre se tira lucro do capital que se aplica. Que empresário, com efeito, poderia, de maneira constante, concordar em pagar um juro se não encontrasse, no preço pelo qual vende seus produtos, um lucro que o indenize, pelo menos pelo aluguel que seu capital lhe custa? Por outro lado, quando é proprietário de seu capital, se, ao aplicá-lo por conta própria, dele não extraísse nada além do salário de seus esforços, não é evidente que preferiria emprestá-lo para dele obter juros e que alugaria à parte seus talentos e sua capacidade para receber um salário por eles?¹³

Quando se pretende analisar exaustivamente os fatos, convém, então, distinguir os lucros que um empresário tira de seu capital e aquilo que deve apenas à sua indústria. Ambos são igualmente reais em qualquer empresa que funciona bem e que reembolsa a totalidade dos adiantamentos que exigiu. Mas, embora sejam de natureza diferente, é muito fácil confundir-los, como já foi observado. Em várias circunstâncias, porém, seria muito útil avaliá-los em separado. Desse modo, um empresário saberia qual juro pode, sem imprudência, concordar em pagar para aumentar seu capital ativo. Dois sócios, por outro lado, um dos quais fornece mais capitais e o outro mais trabalho, saberiam melhor como ajustar suas pretensões respectivas.

Um método geral para chegar a uma avaliação desse tipo consistiria, talvez, em comparar a soma média dos benefícios obtidos em empresas similares com sua diferença média. Assim, por exemplo, quando duas casas de comércio, situadas nas mesmas circunstâncias e exercendo a mesma indústria, cada uma com um capital de 100 mil francos, ganham, em ano comum, uma delas 24 mil francos e a outra 6 mil (isto é, 30 mil francos ao todo), podemos supor que a média dos ganhos nesse tipo de comércio, ganhos estes que incluem ao mesmo tempo os lucros resultantes dos talentos industriais e os dos capitais, ascende a 15 mil francos. Além disso, se a indústria mais eficiente das duas rendeu 18 mil francos a mais do que a menos eficiente, podemos supor que uma eficiência média renda 9 mil francos. Ora, deduzidos os 9 mil francos (produtos de uma indústria comum) dos 15 mil francos (produto da reunião dos talentos industriais e dos serviços capitais), teremos 6 mil francos de lucros a serem atribuídos somente ao capital, ou 6%.

¹³ Se, falando em termos gerais, o preço dos produtos paga o empresário pelos custos que fez para alugar seu capital, o que acontece com o princípio de David Ricardo, segundo o qual o preço das coisas não contém nada que represente os lucros capitais?

Baseados no fato de que os capitalistas sempre dão preferência, quando todas as coisas são idênticas sob os outros aspectos, às aplicações que rendem mais, muitos economistas presumem que os juros dos capitais são igualados pela concorrência, supondo, além disso, que, se encontramos capitais, comprometidos em empresas perigosas, que rendem lucros maiores do que outros, essa superioridade provém unicamente de uma apólice de seguro suficiente para compensar as perdas a que o capital está exposto. Em consequência disso, sustentam que, deduzidas as perdas, nenhum capital rende mais do que outro. Ora, quando observamos os fatos na natureza, todavia, constatamos que não seguem um curso tão simples e rigoroso.

Embora os capitais disponíveis se componham de valores transportáveis, e até facilmente transportáveis, não é tão fácil, quanto estaríamos tentados a pensar, levá-los para os lugares onde obteriam melhores lucros. O capitalista que é seu proprietário ou o empresário a quem se poderia confiá-lo são obrigados a entrar em várias considerações, independentemente da que os leva a extrair o lucro máximo de seu capital. Há forte resistência em transportá-lo para o estrangeiro, para um clima inóspito ou mesmo para uma região com escassos recursos para as amenidades e a vida social. Sempre se fizeram queixas contra os proprietários que negligenciam fazer em suas terras as melhorias mais lucrativas porque isso acarretaria ocupar-se delas e habitá-las permanentemente. As pessoas ricas preferem morar nas grandes cidades, preferindo também as empresas que podem ter sua sede nelas. As cidades são o mercado em que os capitais são mais abundantes. Apesar disso, é difícil fazer empréstimos nas cidades para aplicar alhures o capital, pois os capitalistas não gostam de perdê-lo de vista nem de encontrar-se sem condições de controlar sua aplicação.

Isso não é tudo: um capital só rende lucros quando ativado pelo talento. E, embora o talento e a conduta desempenhem a parte principal no lucro resultante de seu trabalho comum, não poderíamos negar que esse lucro aumenta muito com o aumento do capital que se encontra à disposição do talento.¹⁴ Ora, se um capital rende mais ou menos conforme seja aplicado com maior ou menor inteligência, os locais em que os negócios são numerosos e as capacidades industriais raras oferecerão, aos capitais que ali se apresentarem apoiados pelos talentos, lucros superiores aos alcançados por capitais desprovidos dessa vantagem. Um utensílio manejado por mão hábil, independentemente daquilo que ganha a habilidade que o dirige, rende mais lucro do que um instrumento manipulado em vão por mãos incapazes. Um instrumento musical produz pouco efeito quando mal tocado e nenhum som quando o deixamos inteiramente ocioso. Capitais que se encontram no mesmo caso não entram em concorrência com os que se encontram em melhores mãos. Antes da emancipação da América espanhola e portuguesa, Cádiz e Lisboa tinham praticamente o monopólio do comércio dessas imensas colônias. Seja por-

¹⁴ Esse é o fundamento sobre o qual se apóiam Smith e, depois dele, a maioria dos economistas ingleses quando pretendem que o lucro é proporcional ao capital da empresa, e não à indústria de seu empresário. Smith supõe (Livro Primeiro, Cap. VIII) dois manufatores estabelecidos num mesmo local onde a concorrência de várias artes limitou os lucros obtidos nas manufaturas, em geral a 10% do capital empregado. Se uma dessas manufaturas se exerce sobre matérias de pouco valor, poderá funcionar com um capital de 1 000 libras esterlinas, rendendo para seu empresário 100 libras por ano. A outra manufatura, entretanto, que, com o mesmo número de operários, trabalha com matérias mais caras, exige, em consequência disso, um capital de 7 300 libras esterlinas, rendendo 730. Disso conclui que o lucro é proporcional ao capital e não à indústria do empresário. Tais hipóteses, porém, não são suficientes para fundamentar o princípio. Com efeito, posso supor, com pelo menos igual razão, duas manufaturas num mesmo local, trabalhando ambas com um produto similar, cada uma com um capital de 1 000 libras esterlinas. Uma delas, no entanto, é dirigida por um empresário cheio de inteligência e atividade além de muito econômico, ganhando 150 libras esterlinas por ano. A outra é dirigida por um homem incapaz e negligente, ganhando somente 50. A diferença dos lucros, nesse caso, não provém da diferença dos capitais (que, ao contrário, são equivalentes), mas da diferença das capacidades industriais. Ver, no cap. V deste Livro Segundo, uma nota sobre a mesma questão.

que os capitais dos portugueses e dos espanhóis não fossem suficientes para um comércio tão grande, seja porque sua indústria não era ativa o bastante para tirar partido de seus capitais, o fato é que os negociantes estrangeiros que iam para lá com fundos faziam, em poucos anos, fortunas consideráveis. Passa-se o mesmo, creio eu, com muitos estabelecimentos ingleses na Rússia.

Podemos concluir que os lucros que se podem obter com o emprego dos capitais variam segundo os lugares e as circunstâncias. Além disso, apesar da dificuldade que temos em estabelecer as leis gerais que determinam esses lucros diversos, podemos presumir que todas as circunstâncias que contribuem para diminuir, em cada aplicação, a quantidade dos capitais que se apresentam e para aumentar a quantidade que as necessidades reclamam — podemos presumir que todas essas circunstâncias tendem a aumentar os lucros a que, por sua quota-parte, esse instrumento da indústria pode pretender. Nos países onde os hábitos econômicos são mais generalizados, como na Inglaterra, visto que os capitais são mais comuns, seus lucros, submetidos a maior concorrência, são em geral mais limitados. Quando a ignorância, os preconceitos ou uma timidez mal calculada afastam os capitais das profissões industriais, apresentam-se nelas em menor quantidade e realizam lucros maiores. Com capacidades industriais iguais, rendem muito mais na França do que na Holanda, onde não somente a poupança tornou-os abundantes, mas também nenhum preconceito os afasta das empresas comerciais. Isso pode ser verificado pela taxa de juros que se concorda em pagar num e noutro país.¹⁵

Se os lucros dos capitais diminuem à medida que se tornam mais abundantes, poderíamos nos perguntar se, num país eminentemente industrial e econômico, os capitais poderiam multiplicar-se a ponto de seus lucros se reduzirem a nada. É difícil acreditar que esse caso seja possível, pois, quanto mais diminuem os lucros capitais, tanto mais diminuem também os motivos que levam as pessoas a poupar. É evidente que a pessoa que poderia poupar certa quantia sobre seus rendimentos irá gastá-la se tornar-se inviável empregá-la com lucros. Afinal de contas, ela encerra em si uma fonte de fruições, e há fruições inesgotáveis, como as que têm sua origem em atos de generosidade e munificência públicas. É por isso que tais atos são mais freqüentes nos países industriais e econômicos. Nesse caso, porém, como em tantos outros, não existem causas absolutas, mas somente efeitos gradativos e proporcionais à intensidade das causas, intensidade esta que diminui gradativamente à medida que nos aproximamos de suposições externas.

A retribuição que constitui o lucro do capital faz parte dos custos de produção dos produtos que não podem existir sem o concurso desse capital. Para que tais produtos sejam criados, é preciso que a utilidade que lhes é conferida eleve seu preço alto o bastante para pagar ao empresário os lucros do capital, assim como os da indústria em todos os seus níveis e os do bem fundiário. É impossível endossar a opinião dos autores que acreditam que esse preço representa apenas o trabalho humano. — Os próprios capitais, dizem eles, são frutos de um trabalho anterior; deve-se considerá-los como um trabalho acumulado.

Em primeiro lugar, não são fruto unicamente do trabalho, mas do concurso dos trabalhos, dos capitais e dos bens de raiz. Mesmo supondo que fossem fruto exclusivo do trabalho, ainda assim seria necessário distinguir entre os produtos que

¹⁵ David Ricardo sustenta que a abundância dos capitais não influi em nada sobre seus lucros, porque capitais mais consideráveis multiplicam os trabalhadores. "Se os fundos aplicados na manutenção dos trabalhadores" — diz ele — "dobrassem, triplicassem ou quadruplicassem, conseguiríamos sem dificuldade os braços que esses fundos pediram." (*Effects of Accumulation on Profits*. Cap. XXI.) Como se percebe, Ricardo supõe que, em todo e qualquer lugar, sempre há a mesma disposição de ocupar-se não somente de trabalhos industriais, mas de trabalhos industriais quaisquer. A suposição é gratuita e não pode servir de base para o raciocínio.

compõem o capital e os produtos que resultam de sua cooperação. Entre eles encontra-se a diferença existente entre um fundo e uma renda, a mesma diferença que percebemos entre uma terra e os produtos da terra, entre o valor de um campo e o valor de seu aluguel. Admitirei por um instante que o fundo seja resultado de um trabalho anterior. A renda, porém, é um produto novo, fruto de uma operação recente. Quando empresto, ou melhor, quando alugo um capital de 1 000 francos por um ano, vendo por 50 francos em média, mais ou menos, sua cooperação de um ano. Apesar dos 50 francos recebidos, entretanto, não deixo de recuperar meu capital inteiro de 1 000 francos, do qual poderei, no ano seguinte, tirar o mesmo partido que antes. Esse capital é um produto anterior: o lucro, porém, que dele extraí num ano é um produto novo, totalmente independente do trabalho que concorreu para a formação do próprio capital.¹⁶

A análise da maioria dos autores ingleses é extraordinariamente incompleta sobre esse ponto.

Vimos, na parte deste Tratado que estuda os produtos imateriais, que se pode consumir imediatamente a utilidade ou comodidade que certos capitais podem produzir, as quais são uma espécie de renda. A utilidade extraída de uma habitação e de seu mobiliário constitui um lucro que colhemos e consumimos diariamente. Esse rendimento, já que necessariamente consumido à medida que é produzido, poderia igualmente ter sido avaliado quando tratarmos dos consumos. Vi-me, porém, obrigado a assinalá-lo já neste ponto da obra, que tem por objeto os lucros extraídos dos valores capitais.

§ III — Os empregos de capitais mais vantajosos para a sociedade

O emprego de capital mais vantajoso para o capitalista é aquele que, com a mesma segurança, rende-lhe os maiores juros. Esse emprego, todavia, pode não ser o mais vantajoso para a sociedade, pois o capital tem a propriedade não somente de possuir rendimentos que lhe são próprios mas de ser um meio para que terras e indústria criem suas próprias rendas. Isso restringe o princípio segundo o qual o que é mais produtivo para o particular também o é para a sociedade. Um capital emprestado para o exterior, por exemplo, pode muito bem render os maiores juros possíveis para seu proprietário e para a nação. Não serve, contudo, para ampliar as rendas das terras nem da indústria da nação, como faria, ao contrário, se fosse empregado dentro do próprio país.

O capital cujo emprego é o mais vantajoso para a nação é aquele que fertiliza a indústria agrícola. É esse que estimula o poder produtivo das terras e do trabalho de um país. Aumenta, ao mesmo tempo, os lucros industriais e os lucros fundiários.

Um capital empregado com inteligência pode fertilizar até pedras. Nas Cévennes, nos Pirineus e no Cantão de Vaud, encontram-se montanhas inteiras que não passavam de rochedos descarnados hoje cobertas de florescentes culturas. Certas partes do rochedo foram quebradas com pólvora de canhão. Com fragmentos da pedra, construíram-se, em diferentes níveis, pequenas amuradas que seguram um pouco de terra, para ali transportada por braços humanos. Dessa maneira, o dorso nu de uma montanha desertada transformou-se numa espécie de escada rica em verduras, frutos e habitantes. Os primeiros capitais empregados nessas melhorias industriais poderiam, sem dúvida, render para seus proprietários lucros maiores

¹⁶ O capital empregado paga os serviços prestados e estes produzem o valor que substitui o capital empregado.

no comércio exterior; nesse caso, porém, a renda total da região teria, provavelmente, permanecido menor.

Por uma razão análoga, são mais vantajosamente empregados todos os capitais utilizados para tirar partido das forças produtivas da Natureza. Uma máquina engenhosa produz mais do que os juros do que custou, ou então permite que a sociedade desfrute da diminuição de preço resultante de seu trabalho. A sociedade, com efeito, se enriquece tanto pelo que paga a menos quanto pelo que ganha a mais.

Depois deste, o emprego mais produtivo, para o país como um todo, é nas manufaturas e no comércio interno, pois põe em atividade uma indústria cujos lucros são ganhos dentro do próprio país, ao passo que os capitais empregados no comércio exterior trazem lucros para a indústria e os bens fundiários de todas as nações indistintamente.

O emprego que menos favorece a nação é o dos capitais aplicados no comércio de transporte do exterior para o exterior.

Quando uma nação possui vastos capitais, é bom que os aplique em todos esses setores da indústria, pois todos são, na prática, igualmente lucrativos para os capitalistas, embora o sejam em graus diferentes para a nação. Que importa às terras holandesas que se encontram numa situação brilhante de manutenção e conservação, às quais não faltam nem barreiras nem canalizações; que importa às nações que quase não têm território, como outrora Veneza, Gênova e Hamburgo, que um grande número de capitais seja comprometido no comércio de transporte? Só se orientam para tais empregos porque não são reclamados por outros. O mesmo comércio, entretanto, e, em geral, qualquer comércio exterior, não convinha a uma nação cujas agricultura e fábricas declinam por falta de capitais. O Governo de tal nação cometeria rematada estupidez se estimulasse esses ramos exteriores da indústria. Isso equivaleria a desviar os capitais dos empregos mais aptos a aumentarem a renda nacional. O maior império do mundo, aquele cuja renda é a maior, pois alimenta o maior número de habitantes, a China, permite que praticamente todo o seu comércio exterior seja feito por estrangeiros. Sem dúvida, no ponto a que chegou, ganharia muito em ampliar suas relações exteriores. De qualquer maneira, porém, não deixa de ser um exemplo notável da prosperidade que se pode atingir sem isso.

Felizmente, a tendência natural das coisas atrai os capitais preferencialmente não para onde fariam os maiores lucros, mas para as aplicações em que sua ação é mais proveitosa para a sociedade. Os empregos preferidos são, via de regra, os mais próximos. Em primeiro lugar, a melhora das próprias terras, considerada como o emprego mais sólido de todos. Em segundo lugar, as manufaturas e o comércio interno e, por último, o comércio exterior, o comércio transportador e o comércio longínquo. O possuidor de um capital prefere empregá-lo perto de si a aplicá-lo longe, e tanto mais quanto menos rico é. Considera-o como demasiado arriscado quando precisa perdê-lo de vista por muito tempo, confiá-lo a mãos estrangeiras, aguardar retornos demorados e expor-se a acionar devedores, cuja má fé encontra proteção no rumo errante que seguem, ou na legislação de outros países. Só a atração exercida por privilégios ou lucros obrigatórios ou, ao contrário, o desestímulo a que está entregue a indústria interna são capazes de levar uma nação, cujos capitais não são muito abundantes, a fazer o comércio das Índias ou das colônias.

Os Rendimentos da Terra

§ I — Os lucros dos bens de raiz¹

A terra tem a faculdade de transformar e de tornar próprias para nosso uso grande variedade de matérias que, sem ela, nos seriam inúteis. Por meio de uma ação que a arte ainda não conseguiu imitar, ela extrai e combina os sucos nutritivos que compõem os cereais, frutos e legumes que nos alimentam, as madeiras para construção ou combustão etc. Podemos chamar sua ação na produção de todas essas coisas de *o serviço produtivo da terra*. É ele o primeiro fundamento do lucro que a terra proporciona a seu proprietário.

Ela também lhe propicia lucros quando lhe dá as matérias úteis que guarda em seu seio, como os metais, as diferentes pedras, os carvões, a turfa etc.

Como já vimos, a terra não é o único agente da Natureza dotado de poder produtivo. É o único, porém, ou praticamente o único, que o homem conseguiu tornar propriedade privada e exclusiva e, conseqüentemente, cujo lucro tornou-se o lucro de um particular à exclusão de todos os demais. A água dos rios e do mar, pela faculdade que tem de pôr nossas máquinas em movimento, carregar nossos barcos, alimentar os peixes, também tem, é certo, poder produtivo. O vento que faz girar nossos moinhos e até o calor do sol trabalham igualmente para nós. Felizmente, porém, ninguém jamais pôde dizer: *O vento e o sol me pertencem e o serviço que prestam me deve ser pago*. Não pretendo insinuar com isso que a terra não deveria ter proprietário, como não o têm o sol e o vento. Há uma diferença essencial entre essas coisas: a ação do sol e do vento é inesgotável; o serviço que alguém deles extrai não impede que outra pessoa extraia igual serviço. O mar e o vento, que transportam meu navio, transportam também os dos meus vizinhos. Não acontece o mesmo com a terra. Os adiantamentos e trabalhos que a ela consagro se perdem se outros que não eu têm direito de utilizar o mesmo terreno. Para que tenha a coragem de arriscar adiantamentos, é preciso que esteja seguro de desfrutar dos resultados. E — o que pode surpreender à primeira vista, embora no fundo seja verdade — o não-proprietário tem tanto interesse na apropriação do solo

¹ Se, no capítulo anterior, falei dos juros dos capitais emprestados, antes de tratar dos lucros dos capitais investidos, foi porque os juros esclarecem os lucros. No presente capítulo, adoto a ordem inversa porque os lucros das terras permitem elucidar a questão dos arrendamentos.

quanto o proprietário. É graças à apropriação que o solo é cultivado e que conseguimos seus produtos com certa abundância. É graças à apropriação do solo e dos capitais que o homem que conta apenas com seus braços pode encontrar ocupação e conseguir algum rendimento. Os selvagens da Nova Zelândia e da costa noroeste da América, onde a terra é comum a todos, disputam com dificuldades o peixe ou a caça que conseguem capturar. Ficam reduzidos, muitas vezes, a se alimentar dos mais vis insetos, de vermes e de aranhas.² Por último, estão permanentemente em guerra por necessidade, comendo-se uns aos outros por falta de outros alimentos, ao passo que o mais humilde de nossos operários, se é saudável e trabalhador, tem abrigo e roupas, podendo, pelo menos, ganhar sua subsistência.

O serviço prestado pelas terras é comprado pelo empresário, exatamente como todos os demais serviços produtivos, e esse adiantamento lhe é reembolsado pelo preço que tira de seus produtos. Quando é o próprio proprietário do terreno que o explora, nem por isso deixa de pagar pelo seu uso. Se ele próprio não o cultivasse, não poderia alugar o terreno? Ao explorá-lo, portanto, sacrifica esse aluguel, sacrifício esse que constitui um adiantamento pelo qual só é reembolsado no momento da venda dos produtos.

Disse acima que o serviço produtivo da terra constitui o primeiro fundamento do lucro que dela extraímos. Examinaremos logo adiante as objeções levantadas contra essa proposição. Por enquanto, podemos considerá-la como demonstrada pelos lucros bem diversos que se extraem dos diferentes terrenos segundo sua fertilidade e as qualidades que os distinguem. Cada jeira de um vinhedo de boa qualidade rende 10 ou até 100 vezes mais do que a jeira de um terreno medíocre. Uma prova de que é a qualidade do solo que é a origem dessa renda está em que os capitais e trabalhos empregados na mesma empresa não dão, via de regra, lucros maiores do que os empregados em outras.

Quando comparamos um bom terreno com aquilo que custa, poderíamos pensar que não rende mais do que um terreno ruim. Com efeito, uma jeira da qual se retiram 100 francos e cuja compra custa 3 mil não rende mais do que uma jeira de que se retiram somente 10 francos e que custa apenas 300. Em ambos os casos, a terra rende anualmente para seu proprietário 1/30 de seu valor.

Quem não é capaz de perceber, entretanto, que é o produto anual que aumentou o valor do bem fundiário? O valor do produto comparado com o preço de compra constitui a *renda da terra*. Ora, a renda de uma boa terra pode não ser superior à de uma terra medíocre. O *lucro fundiário*, no entanto, é o valor do produto anual comparado com a extensão do terreno. É sob esse aspecto que o lucro que rende uma jeira de bom terreno pode ser cem vezes superior ao de um mau.

Sempre que compramos uma terra com um capital ou um capital com uma terra, devemos comparar a renda de uma com a renda do outro. A terra comprada com um capital de 100 mil francos poderá render somente de 3 a 4 mil, ao passo que esse mesmo capital poderia render 5 ou 6 mil. O fato de as pessoas se contentarem com uma renda menor quando compram uma terra deve ser atribuído, antes de mais nada, à maior solidez da aplicação. Um capital, com efeito, não pode contribuir para a produção, sem sofrer várias metamorfoses e inúmeros deslocamentos, cujos riscos sempre assustam, em maior ou menor grau, as pessoas não acostumadas às operações industriais, ao passo que um bem de raiz produz sem mudar sua natureza e sem deslocamentos. Também contribuem para essa preferência a atração e o prazer que acompanham a propriedade territorial, a considera-

² Malthus (*Ensaio Sobre a População*. Livro Primeiro. Cap. IV e V.) e Péron (*Viagem do Capitão Baudin*) apresentam um quadro das variadas extremidades a que são reduzidos os povos selvagens por falta de gêneros de subsistência seguros.

ção, segurança e crédito que proporciona, bem como os títulos e privilégios que a acompanham em alguns países.

Uma propriedade em terras sempre se aproveita das circunstâncias favoráveis que a cercam, desfrutando junto a seus vizinhos, pelos serviços que é capaz de prestar, de uma preferência acentuada em relação a terras mais afastadas. Os produtos destas, com efeito, estão gravados com os custos de transporte. Se uma grande estrada ou um canal vem a passar perto do bem de raiz, se manufaturas se estabelecem em sua vizinhança, se vêm a crescer a população e a riqueza da região, isso tudo sempre aproveita ao bem fundiário. Terrenos situados na vizinhança ou no interior de uma grande cidade vêm decuplicar seu produto anual e, conseqüentemente, o valor do fundo pela importância que a cidade adquire ou mesmo o bairro em que estão localizados. Disso se pode concluir que é conveniente comprar bens de raiz nos países e regiões que prosperam e, ao contrário, vender quando o país ou região entram em declínio.

Dado que uma terra não pode ser escondida nem transportada, está mais exposta a suportar o fardo dos encargos públicos e a tornar-se alvo dos abusos do poder. As devastações provocadas pela geada, pela nevasca e pela guerra caem, quase sempre, sobre os ombros do proprietário fundiário, que, em tais casos, quando a terra está arrendada, é obrigado a fazer devoluções ao arrendatário.³

Ao contrário, o capital que não está *imobilizado* pode revestir as mais variadas formas e ser levado para onde bem se queira. Mais ainda do que os próprios homens, ele foge da tirania e das guerras civis. Sua aquisição é mais sólida, pois é impossível executar apreensões sobre esse tipo de bem ou exercer direitos hipotecários. Há muito menos processos sobre bens móveis do que sobre terras. Apesar disso, o risco das aplicações deve necessariamente superar todas essas vantagens, bem como deve haver uma preferência dos bens de raiz sobre os capitais, pois o custo das terras é maior em proporção ao que rendem.

Seja qual for o preço pelo qual terras e capitais se trocam mutuamente, é importante observar que essas trocas não introduzem a menor variação nas quantidades respectivas de serviços fundiários e de serviços capitais que são oferecidas e postas em circulação para concorrer para a produção e, além disso, que esses preços, por conseguinte, em nada influem sobre os lucros reais e absolutos das terras e capitais. Depois que Aristo vendeu uma terra a Teodônio, este último passa a oferecer os serviços provenientes de sua terra em lugar de Aristo, que os oferecia antes. Aristo, por sua vez, passa a oferecer o emprego do capital que recebeu por essa venda e que era antes oferecido por Teodônio.

O que realmente muda a quantidade de serviços fundiários oferecida e posta em circulação são os desbravamentos de terreno, terras cultivadas ou cujo produto aumentou. Por meio das melhorias fundiárias, as poupanças e capitais transformam-se em bens fundiários, participando de todas as vantagens e inconvenientes desses últimos. Pode-se dizer o mesmo das casas e de todos os capitais imobilizados como bens imóveis. Em tais casos, perdem sua natureza de capitais e assumem a de bens de raiz; destroem uma parte dos capitais da nação, mas ampliam seu território.⁴

As circunstâncias que cercam um bem fundiário, isto é, a necessidade que se

³ Madame de Sévigné escrevia da Bretanha (Carta 224): "Ficaria bem contente se meu filho viesse aqui para ver um pouco por si mesmo como é ilusório pensar ter fortuna quando só se têm terras."

⁴ Quando as benfeitorias fundiárias são realizadas por conta das rendas, elas aumentam o território sem diminuir os capitais. Se a França tivesse desfrutado, em qualquer época, de um Governo econômico e se tivesse empregado na fertilização das províncias centrais do reino o dinheiro que gastou na conquista de regiões distantes e de colônias que era incapaz de conservar, seria bem mais feliz e mais poderosa. As estradas, os caminhos vicinais e os canais de irrigação e de navegação são meios que um Governo sempre tem à disposição para fertilizar regiões que não produzem. A produ-

tem de seus produtos, variam ao infinito. As qualidades dos terrenos são tão diversas quanto suas localizações. Em consequência disso, estabelecem-se, para cada qualidade diferente, uma oferta e uma demanda diferentes. Uma vez estabelecida pelas circunstâncias determinada demanda para os vinhos, a extensão desta serve de base para a do serviço territorial necessário para produzir vinhos, e a extensão das terras próprias para essa cultura constitui a quantidade oferecida desse serviço fundiário. Se as terras favoráveis à produção de bons vinhos são de extensão muito limitada e se é muito grande a demanda desses artigos, os lucros fundiários dessas terras serão enormes.⁵

Um terreno que não dá nenhum lucro pode, mesmo assim, ser cultivado, desde que indenize o capital e a mão-de-obra a ele consagrados. Como não se encontra arrendatário para um terreno desses, é seu proprietário que, em geral, o cultiva. Smith menciona certos terrenos ruins na Escócia que são cultivados por seus proprietários e que não podiam sê-lo por mais ninguém. Do mesmo modo, nas províncias distantes dos Estados Unidos, vemos terras vastas e férteis cujos produtos não encontram comprador porque ainda não estão cercadas de habitantes, mas que, apesar disso, são cultivadas. É necessário, todavia, que o próprio proprietário as cultive, isto é, que traga o consumidor para o local do produto, e, ademais, que, ao lucro de seu bem fundiário, que é muito pouco ou nulo, acrescente os lucros de seus capitais e de sua indústria que lhe permitam viver folgadoamente.

Depois das primeiras edições deste Tratado, David Ricardo pensou ter encontrado novo fundamento para o lucro dos bens fundiários. Segundo ele, nos países novos em que as terras ainda não têm proprietários, elas só rendem os lucros a que podem pretender o trabalho e os capitais que as fazem produzir. A concorrência dos produtores, com efeito, não permite que sejam reembolsados pelo direito de cultivar a terra, direito este que não pagam a ninguém. A partir do momento, porém, em que os progressos da sociedade tornam necessária uma quantidade de produtos maior do que as melhores e mais bem situadas terras podem fornecer, faz-se imprescindível recorrer às terras de menor qualidade ou mais afastadas e, ao mesmo tempo, para obter os mesmos produtos sobre cada jeira, fazer despesas maiores do que as que foram feitas sobre as terras cultivadas em primeiro lugar. Se é trigo que se cultiva, visto que a sociedade não pode ter a quantidade necessária desse gênero, sem pagar todos os custos ocasionados pelos trigos produzidos nos piores terrenos, o preço do mercado ultrapassa os custos de produção exigidos pelos primeiros terrenos e os proprietários destes podem, então, ter seu lucro nesse excedente.

É essa, segundo David Ricardo, a origem do lucro do proprietário (*rent*). Esse autor aplica o mesmo raciocínio às diferentes qualidades de terra. A qualidade de algumas supera, bem mais do que outras, os piores terrenos que são cultivados. Mas só a exigência de cultivar esses últimos, para satisfazer às necessidades da sociedade, é que proporciona um lucro às outras e que delas permite extrair um aluquel. Disso Ricardo deriva a consequência de que o lucro fundiário não deve ser in-

ção sempre é cara numa região, quando muitas despesas se fazem necessárias para transportar seus produtos. Conquistar o território interno aumenta indubitavelmente a superfície de um Estado, ao passo que uma conquista distante quase sempre o enfraquece. Tudo o que constitui a força da Grã-Bretanha encontra-se na própria Grã-Bretanha. Tornou-se mais forte ao perder a América e tornar-se-á ainda mais quando perder as Grandes Índias.

⁵ A proporção entre as quantidades oferecidas e demandadas de serviços industriais e de serviços capitais também serve como base para os lucros por eles obtidos. No entanto, visto que os capitais e trabalhos podem ir e sair dos locais onde colhem grandes lucros ou, pelo menos, deixar de se oferecer para os empregos em que os lucros obtidos são muito fracos, seus serviços, quando suas qualidades são idênticas, não rendem lucros tão diversos. Não me refiro aqui aos capitais imobilizados num bem fundiário e que se tomaram tão imóveis quanto este. Há, inclusive, trabalhos industriais que estão, até certo ponto, imobilizados como capitais. Quando os vinhateiros da Borgonha não ganham o suficiente para viver, nunca lhes passa pela cabeça irem oferecer seus serviços nos arredores de Bordéus, onde são bem pagos.

ção, segurança e crédito que proporciona, bem como os títulos e privilégios que a acompanham em alguns países.

Uma propriedade em terras sempre se aproveita das circunstâncias favoráveis que a cercam, desfrutando junto a seus vizinhos, pelos serviços que é capaz de prestar, de uma preferência acentuada em relação a terras mais afastadas. Os produtos destas, com efeito, estão gravados com os custos de transporte. Se uma grande estrada ou um canal vem a passar perto do bem de raiz, se manufaturas se estabelecem em sua vizinhança, se vêm a crescer a população e a riqueza da região, isso tudo sempre aproveita ao bem fundiário. Terrenos situados na vizinhança ou no interior de uma grande cidade vêm decuplicar seu produto anual e, conseqüentemente, o valor do fundo pela importância que a cidade adquire ou mesmo o bairro em que estão localizados. Disso se pode concluir que é conveniente comprar bens de raiz nos países e regiões que prosperam e, ao contrário, vender quando o país ou região entram em declínio.

Dado que uma terra não pode ser escondida nem transportada, está mais exposta a suportar o fardo dos encargos públicos e a tornar-se alvo dos abusos do poder. As devastações provocadas pela geada, pela nevasca e pela guerra caem, quase sempre, sobre os ombros do proprietário fundiário, que, em tais casos, quando a terra está arrendada, é obrigado a fazer devoluções ao arrendatário.³

Ao contrário, o capital que não está *imobilizado* pode revestir as mais variadas formas e ser levado para onde bem se queira. Mais ainda do que os próprios homens, ele foge da tirania e das guerras civis. Sua aquisição é mais sólida, pois é impossível executar apreensões sobre esse tipo de bem ou exercer direitos hipotecários. Há muito menos processos sobre bens móveis do que sobre terras. Apesar disso, o risco das aplicações deve necessariamente superar todas essas vantagens, bem como deve haver uma preferência dos bens de raiz sobre os capitais, pois o custo das terras é maior em proporção ao que rendem.

Seja qual for o preço pelo qual terras e capitais se trocam mutuamente, é importante observar que essas trocas não introduzem a menor variação nas quantidades respectivas de serviços fundiários e de serviços capitais que são oferecidas e postas em circulação para concorrer para a produção e, além disso, que esses preços, por conseguinte, em nada influem sobre os lucros reais e absolutos das terras e capitais. Depois que Aristo vendeu uma terra a Teodônio, este último passa a oferecer os serviços provenientes de sua terra em lugar de Aristo, que os oferecia antes. Aristo, por sua vez, passa a oferecer o emprego do capital que recebeu por essa venda e que era antes oferecido por Teodônio.

O que realmente muda a quantidade de serviços fundiários oferecida e posta em circulação são os desbravamentos de terreno, terras cultivadas ou cujo produto aumentou. Por meio das melhorias fundiárias, as poupanças e capitais transformam-se em bens fundiários, participando de todas as vantagens e inconvenientes desses últimos. Pode-se dizer o mesmo das casas e de todos os capitais imobilizados como bens imóveis. Em tais casos, perdem sua natureza de capitais e assumem a de bens de raiz; destroem uma parte dos capitais da nação, mas ampliam seu território.⁴

As circunstâncias que cercam um bem fundiário, isto é, a necessidade que se

³ Madame de Sévigné escrevia da Bretanha (Carta 224): "Ficaria bem contente se meu filho viesse aqui para ver um pouco por si mesmo como é ilusório pensar ter fortuna quando só se têm terras."

⁴ Quando as benfeitorias fundiárias são realizadas por conta das rendas, elas aumentam o território sem diminuir os capitais. Se a França tivesse desfrutado, em qualquer época, de um Governo econômico e se tivesse empregado na fertilização das províncias centrais do reino o dinheiro que gastou na conquista de regiões distantes e de colônias que era incapaz de conservar, seria bem mais feliz e mais poderosa. As estradas, os caminhos vicinais e os canais de irrigação e de navegação são meios que um Governo sempre tem à disposição para fertilizar regiões que não produzem. A produ-

cluído nos custos de produção, *que ele não faz nem pode fazer, de modo nenhum, parte do preço do trigo.*⁶

Ora, qualquer um pode, ao contrário, perceber que, se a extensão das necessidades da sociedade eleva o preço do trigo a um nível que permite cultivar os piores terrenos (desde que o cultivador encontre salário para seus esforços e lucro para seu capital), é justamente essa extensão e o preço que a sociedade tem condições de pagar para ter trigo que permitem que se obtenha um lucro fundiário sobre as melhores ou mais bem situadas terras. É exatamente esse o princípio estabelecido em todo o decorrer desta obra.

Dizer que são as terras más que causam o lucro que se tem sobre as boas é apresentar a mesma idéia sob uma forma que me parece menos feliz. A necessidade que se tem de uma coisa, com efeito, é causa direta do preço que alguém concorda em pagar para possuí-la. Ora, se as necessidades da sociedade não tivessem atingido esse ponto ou se ela não estivesse em condições de fazer um sacrifício tão grande, desde que fosse um pouco grande a despesa necessária para fertilizar um solo árido, ele não seria cultivado. Isso nos remete ao princípio já estabelecido segundo o qual os custos de produção não são a causa do preço das coisas, encontrando-se, ao contrário, tal causa nas necessidades que os produtos podem satisfazer.⁷

Verificamos, assim, que a controvérsia provocada por Ricardo quanto a esse ponto não passa de uma disputa sobre palavras. Por isso, não sei muito bem em que base se apoiou McCulloch para poder dizer que a publicação desses princípios constituía *a descoberta mais importante e fundamental na ciência da distribuição das riquezas*, a qual abria *uma era nova e memorável na história da Economia Política*.⁸ As idéias de David Ricardo serviram-me para corrigir várias partes deste Tratado, principalmente no que se refere às moedas. Não me apresentou, porém, nenhum melhoramento a introduzir no que concerne aos lucros fundiários.

Malthus, em várias brochuras e em seus *Princípios de Economia Política*, pretendeu demonstrar, por outro lado, que o lucro do proprietário fundiário e o arrendamento que é sua consequência não provêm do monopólio resultante da propriedade exclusiva das terras, mas do fato de a terra fornecer mais provisões do que o necessário para alimentar os que a cultivam. Com esse excedente, o proprietário fundiário pôde comprar os produtos do manufator e de todos os demais produtos.

Não há a menor dúvida de que a terra, como todos os agentes naturais, contribui para a utilidade que se encontra nos produtos. O vento, contudo, também contribui para a produção comercial ao impulsionar nossos navios. Apesar disso, não pode fazer com que o consumidor pague por sua cooperação. De que outra maneira, então, o bem fundiário faz com que se pague pela sua, senão em virtude de um privilégio exclusivo do proprietário? Percebeu-o bem Buchanam que escreveu um comentário sobre *A Riqueza das Nações* de Smith, no qual encontramos muita sagacidade e razão.

“O lucro fundiário” — diz ele — “não representa um acréscimo nos produtos da sociedade. Trata-se apenas de um rendimento transferido de uma classe para outra... A renda que paga os frutos da terra já existe nas mãos dos que os compram. Se seu pre-

⁶ *Rent does not and cannot enter, in the least degree, as a component part of its price (of corn).* RICARDO. Cap. II.

⁷ No mesmo capítulo, David Ricardo mostra muito bem que o lucro fundiário não é causa, mas efeito da necessidade que se tem de trigo. As razões que menciona podem servir para demonstrar, contra o próprio Ricardo, que os outros custos de produção, notadamente os salários do trabalho, tampouco são causa, mas somente efeito do preço corrente dos produtos.

⁸ Ver o artigo *Economia Política* no Suplemento à *Enciclopédia de Edimburgo* e o *Discurso* de McCulloch sobre a *Economia Política*, p. 65 da edição inglesa.

ço não fosse tão elevado, se o comprador não precisasse pagar nada pelo serviço prestado pela terra, sua renda (dele, comprador) encontrar-se-ia maior. O que pagaria a menos constituiria uma matéria tributável tão real quanto no momento em que, por efeito do monopólio, o mesmo valor passou para as mãos do proprietário fundiário.”

O mesmo argumento que representa o proprietário fundiário como alguém que utiliza um monopólio, que só traz para seu bolso o valor que sai do de outrem, e como alguém que faz com que se pague por custos de produção, também foi empregado por alguns autores a fim de provar que só o trabalho é produtivo e não a terra.

Os que aceitam tal argumento talvez não atentem suficientemente para o fato de que se pode dizer o mesmo de todos os serviços produtivos, inclusive do trabalho manual. Se o operário não tivesse condições de fazer com que lhe pagassem um salário, o consumidor pagaria menos caro pelo produto. A produção, todavia, consiste em conferir utilidade a uma coisa e em conferi-la ao menor preço possível. Ora, a cooperação do bem fundiário satisfaz a essa dupla condição. Sua ação é uma operação química que tem como resultado, na matéria do trigo, uma modificação tal que, antes de sofrê-la, essa matéria não era própria para a alimentação humana. O solo é, portanto, produtor de utilidade e, quando faz com que seja paga sob a forma de um lucro fundiário para seu proprietário, isso não acontece sem que dê algo em troca ao consumidor. O que este último paga não é um valor que passa gratuitamente de uma mão para outra. O consumidor compra uma utilidade produzida e é por tê-la produzido que a terra é tão produtiva quanto o trabalho.

É bem verdade que, como o vento, a terra poderia fornecer sua ação sem exigir um salário por ela. A terra, porém, difere do vento no fato de que sua ação só pode efetivar-se por meio de adiantamentos, cujos riscos homem nenhum quereria correr se não estivesse seguro de recolher seus frutos. Se as terras não fossem propriedades exclusivas, teríamos seus produtos por preços mais baratos? Certamente não, pois simplesmente não os teríamos, o que é equivalente a um preço bem mais elevado. A apropriação, portanto, confere às terras uma qualidade útil. Ora, é pelo uso dessa qualidade que o proprietário fundiário faz com que lhe paguem. Daí decorre uma despesa de produção que podemos qualificar de *indispensável*. Ora, dado que os custos de produção indispensáveis são o limite inferior do preço dos produtos, os lucros fundiários constituem uma parte necessária desse mesmo preço, sendo fonte de uma renda legítima para os proprietários.

Essas controvérsias, que não pude evitar de mencionar, unicamente porque delas muito se falou — tendo sido escritos sobre elas vários volumes, sobretudo na Inglaterra —, têm, a meus olhos, uma importância bem reduzida. Degeneram facilmente em querelas verbais que as fazem demasiado semelhantes às argumentações escolásticas da Idade Média. Seu inconveniente mais grave está em aborrecer o leitor, levando-o a acreditar que as verdades da Economia Política têm por fundamento abstrações sobre as quais é impossível pôr-se de acordo. Felizmente, as coisas não são assim, pois tais verdades repousam sobre fatos que são ou não são. Ora, na maioria dos casos, podemos chegar a esclarecer integralmente um fato. Podemos remontar às suas causas e deduzir suas conseqüências. E, se cometemos enganos, a Natureza está sempre ali, oferecendo-se a observações mais exatas e a deduções mais simples. Esse método já traz em si mesmo a retificação de todos os erros. As abstrações, porém, não ensinam coisa alguma.

§ II — O arrendamento

Quando um arrendatário toma uma terra por meio de um contrato, paga ao

proprietário o lucro resultante do serviço produtivo da terra, reservando-se, juntamente com o salário de sua indústria, o lucro do capital que emprega nessa cultura, capital este que consiste em utensílios, carroças, animais etc. Trata-se de um empresário de indústria agrícola entre cujos instrumentos existe um que não lhe pertence e por cujo aluguel paga: é o terreno.

O parágrafo anterior mostrou em que se baseiam os lucros dos bens fundiários. O arrendamento se fixa, em geral, no nível da taxa mais elevada desses lucros. A razão disso é a seguinte.

As empresas agrícolas são as que exigem, guardadas todas as proporções, os menores capitais (sem considerar a terra nem suas benfeitorias como parte do capital do arrendatário). Deve haver, por conseguinte, maior número de pessoas em condições, por suas possibilidades pecuniárias, de dedicar-se a essa indústria mais do que a qualquer outra. Disso decorre uma concorrência maior para tomar terras de aluguel. Por outro lado, a quantidade das terras cultiváveis, em qualquer país, é limitada, ao passo que não têm limites que se possam identificar a massa dos capitais e o número de cultivadores. Os proprietários de terras, pelo menos nos países de há muito povoados e cultivados, exercem, portanto, uma espécie de monopólio em relação aos arrendatários. A demanda de seu artigo, que é o terreno, pode ampliar-se indefinidamente, mas sua quantidade só se amplia até certo ponto.

O que afirmei de uma nação tomada globalmente se aplica igualmente a uma região em particular. Assim, em qualquer região, a quantidade dos bens para aluguel não pode ir além dos que ali se encontram, ao passo que o número de pessoas dispostas a arrendar uma terra não é necessariamente limitado.

Em conseqüência, o negócio que se realiza entre o proprietário e o arrendatário sempre é o mais vantajoso possível para o primeiro. Se houvesse um terreno do qual o arrendatário, depois de pagar por seu arrendamento, tirasse mais do que o juro de seu capital e o salário de seu trabalho, sempre encontraria quem se dispusesse a pagar mais caro por ele. Se a liberalidade de certos proprietários, o distanciamento de seu domicílio, sua ignorância em agricultura, a dos arrendatários ou então sua imprudência fixam, às vezes, em outros termos que não estes, as condições de um contrato, constata-se que a influência dessas circunstâncias acidentais só existe enquanto duram e que ela não impede que a natureza das coisas atue de maneira permanente, tendendo incessantemente a retomar seu predomínio.

Além dessa vantagem que o proprietário tem pela natureza das coisas, recebe outra de sua posição, a qual, de hábito, lhe confere sobre o arrendatário a superioridade de uma fortuna maior, às vezes também de crédito e de situação. Basta a primeira delas, porém, para que sempre tenha condições de aproveitar sozinho das circunstâncias favoráveis aos lucros da terra. A abertura de um canal ou de uma estrada, os progressos da população e da prosperidade de uma região aumentam sempre o preço dos arrendamentos. Este também aumenta à medida que a agricultura se aperfeiçoa. Aquele que conhece um meio de tirar melhor partido do terreno concorda em pagar mais caro pelo aluguel do instrumento.

A mesma razão que faz com que o proprietário aproveite sozinho das circunstâncias favoráveis a um bem fundiário toma-o, ao mesmo tempo, vítima das circunstâncias contrárias. Quando o lucro que a terra rende não é suficiente para pagar o arrendamento, o arrendatário deve sacrificar nisso uma parte dos lucros de sua indústria e de seus capitais; como conseqüência, procurará aplicá-los de outra maneira. Ora, quando o contrato não chegou a seu termo, o proprietário é quase sempre obrigado a fazer-lhe devoluções.

Se é o proprietário que desfruta de todas as circunstâncias que beneficiam suas terras e, ao mesmo tempo, que é vítima, em última análise, das circunstâncias desfavoráveis, ele está mais interessado do que o arrendatário nas melhorias, se-

jam quais forem, que atingem o país em geral ou sua região em particular: todas elas, com efeito, tendem a aumentar os contratos. Assim, os proprietários que passam indolentemente sua vida numa cidade ou casa de férias, recebendo displicentemente, a cada vencimento, o dinheiro que seus arrendatários lhes trazem, sem nunca se preocuparem com as origens da prosperidade pública e sem nada contribuir para ela; os que não manifestam o menor interesse nos progressos das artes agrícolas; os que não provocam nem auxiliam nenhuma dessas grandes empresas de irrigações e de canais, de pontes, estradas e manufaturas, as quais deverão aumentar a produção e população das regiões em que têm suas terras — tais proprietários seguem uma rotina ainda mais vergonhosa e contrária a seus verdadeiros interesses do que aquela de que acusam as pessoas do campo por lhe serem tão ligadas.

Quando um proprietário aplica capitais em melhorias em sua terra, fazendo sangas de escoamento, canais de irrigação, cercados, construções, muros e casas, o arrendamento passa, então, a compor-se não somente do lucro fundiário, mas também do juro desse capital.⁹

O próprio arrendatário pode melhorar por conta própria o terreno. Nesse caso, porém, trata-se de um capital que só lhe rende juros durante a duração de seu contrato e que, quando este expira, não podendo ser levado, fica para o proprietário. A partir desse momento, este passa a recolher seus juros sem que tenha feito os adiantamentos do capital, pois o aluguel aumenta proporcionalmente às melhorias. Não é da conveniência do arrendatário, portanto, realizar benfeitorias cujos efeitos deverão ter apenas a duração de seu contrato, a menos que tal duração permita que os lucros resultantes das melhorias tenham tempo de reembolsar os adiantamentos que ocasionaram, bem como o juro destes.

Daí provém a vantagem dos contratos longos em relação à melhoria do produto das terras e a vantagem ainda maior da cultura das terras feita pelas mãos dos proprietários. O proprietário, com efeito, receia muito menos do que o arrendatário perder o fruto de seus adiantamentos. Qualquer benfeitoria inteligente proporciona-lhe lucro duradouro e os capitais nela empregados são muito bem pagos quando a terra é vendida.

A certeza que tem o arrendatário de desfrutar das melhorias até o fim de seu contrato é tão útil quanto os longos contratos para a melhoria dos bens fundiários. As leis e os costumes que permitem a rescisão dos contratos em determinados casos, como no de venda, são, ao contrário, prejudiciais à agricultura. O arrendatário não ousa tentar nenhuma melhoria importante quando corre o risco permanente de ver um sucessor beneficiar-se de sua imaginação, de seus trabalhos e gastos. Os próprios melhoramentos que introduz aumentam esses riscos, pois uma terra em bom estado de conservação sempre se vende com maior facilidade. Em nenhum lugar os contratos são mais respeitados do que na Inglaterra. Só naquele país encontramos arrendatários certos de não serem despejados o suficiente para construir no terreno que alugam. Tais pessoas melhoram as terras como se fossem suas e seus proprietários são pagos com total pontualidade, o que nem sempre acontece em outros países.

Alguns cultivadores não possuem nada, e os proprietários lhes fornecem capital junto com a terra. São os chamados *meeiros*. Em geral, entregam ao proprietário a metade do produto bruto. Esse tipo de cultura faz parte de um estágio ainda pouco avançado da agricultura, sendo o mais favorável de todos à melhoria das

⁹ O capital comprometido em melhoramentos da terra atinge, às vezes, um valor superior ao do próprio bem fundiário. É o caso das casas de habitação.

terras. Com efeito, um dos dois, proprietário ou arrendatário, que realiza o melhoramento às suas próprias custas, só retira a metade do fruto de sua despesa, pois está obrigado a dividir seu produto. Essa forma de arrendamento era mais comum na época feudal do que em nossos dias. Os senhores não desejavam explorar, eles próprios, suas terras e seus vassallos não tinham meios de fazê-lo. Os primeiros tinham grandes rendas porque possuíam grandes domínios, mas elas não eram proporcionais à extensão do terreno. Isso não se devia à insuficiência das artes agrícolas, mas à falta de capitais investidos em melhoramentos. Pouco cioso de melhorar sua terra, o senhor gastava, de maneira tão nobre quanto improdutivo, uma renda que poderia triplicar: faziam-se guerras, davam-se festas, sustentava-se um séquito numeroso. A reduzida importância do comércio e das manufaturas, junto com a situação precária dos agricultores, explica por que a maioria da nação era miserável e por que a nação como um todo era pouco poderosa, independentemente de qualquer razão política. Bastariam cinco de nossos departamentos hoje em dia para sustentar todas as empresas que existiam em toda a França daquela época. Os outros Estados europeus, entretanto, não estavam em melhores condições.

Os Efeitos das Rendas que uma Nação Percebe em Outra

Seria impossível para uma nação perceber em outra suas rendas industriais. O alfaiate alemão que vem trabalhar na França ganha seus lucros aqui, e a Alemanha não toma parte neles. Se esse alfaiate, porém, tem a capacidade de acumular um capital qualquer que, ao cabo de muitos anos, leva consigo para sua pátria, ocasiona para a França o mesmo prejuízo que ela sofreria se um capitalista francês emigrasse com a mesma fortuna.¹ O prejuízo provocado é o mesmo em relação à riqueza nacional, mas não de um ponto de vista moral, pois suponho que um francês que abandona sua pátria priva-a de um afeto e de um concurso de forças que o país não tinha o direito de esperar por parte de um estrangeiro.

Quanto à nação para a qual retorna um de seus filhos, a aquisição que faz então é a melhor de todas. Para ela, representa simultaneamente uma aquisição de população, de lucros industriais e de capitais. A pessoa que retorna traz de volta um cidadão e, ao mesmo tempo, aquilo com que fazer viver um cidadão.

Com respeito aos capitais que um país empresta a outro, o único efeito resultante, em relação à sua riqueza respectiva, é o mesmo que decorre para ambos de um empréstimo efetuado entre dois particulares. Se a França toma emprestado da Holanda fundos que aplica em usos produtivos, ganhará os lucros industriais e territoriais que fizer por meio deles. Ganhará mesmo pagando juros como qualquer negociante, um manufator, por exemplo, que toma emprestado para fazer sua empresa funcionar e para quem sempre sobram benefícios, mesmo depois de pagar os juros de seu empréstimo.

Se um Estado, porém, toma emprestado de outro, não para usos produtivos, mas para gastar, o capital que tomou emprestado, nesse caso, não lhe rende nada e sua renda fica gravada com os juros que paga para o exterior. A França encontrou-se nessa situação quando contraiu empréstimos junto aos genebrinos, holandeses e genoveses para alimentar guerras ou sustentar os esbanjamentos da corte. Apesar de tudo, era melhor, mesmo para dissipar, fazer empréstimos junto aos estrangeiros do que no próprio país, pois essa parte dos empréstimos, pelo menos,

¹ Se esse capital é, contudo, fruto das economias do artesão, ao levá-lo consigo não estará privando a França de uma parte das riquezas que ela possuía sem ele. Se tivesse permanecido na França, a massa dos capitais franceses ver-se-ia aumentada do montante dessa acumulação. Quando, porém, leva consigo suas economias, valores de sua própria criação, não está causando prejuízo a ninguém nem, por conseguinte, está prejudicando o país.

não diminuía os capitais produtivos da França. De qualquer maneira, era sempre o povo francês que pagava os juros.² Mesmo quando era ele próprio que emprestava os capitais, pagava os juros do mesmo modo, perdendo, além disso, os lucros que sua indústria e terras poderiam obter por intermédio desses mesmos capitais.

No que se refere aos bens fundiários possuídos por estrangeiros residentes no exterior, a renda que tais bens proporcionam é do estrangeiro, deixando, assim, de fazer parte da renda nacional. Exceto, todavia, quanto ao imposto que incide sobre ela. Quanto a esse ponto, entretanto, devemos atentar para o seguinte: os estrangeiros não poderiam ter adquirido o bem fundiário sem enviar um capital de valor idêntico ao da terra adquirida. Esse capital constitui um fundo tão precioso quanto um bem fundiário. Será até mais precioso para nós se tivermos terras a explorar e poucos capitais para fazer funcionar nossa indústria. Quando faz uma compra de terras, o estrangeiro troca conosco uma renda capital com a qual lucraremos por uma renda fundiária que ele percebe, isto é, troca um juro de dinheiro por um arrendamento. Se nossa indústria é ativa e esclarecida, ganhamos mais com esse juro do que conseguiríamos com o arrendamento. Apesar disso, o estrangeiro deu um capital móvel e suscetível de dissipação em troca de um capital fixo e durável. O valor que entrega pode desaparecer se não nos conduzirmos adequadamente. Ao contrário, a terra que adquiriu permanece e, quando quiser, poderá vendê-la, levando seu valor consigo para casa.

Não há, portanto, nenhuma razão para temer as aquisições dos bens fundiários feitas por estrangeiros, quando o preço delas vier a ser empregado reprodutivamente.

Quanto à forma sob a qual uma renda percebida por um povo passa para outro, quer venha em espécies monetárias, em lingotes ou em qualquer outra mercadoria, esse aspecto não tem a menor importância para nenhum dos dois países. Ou melhor, é importante para ambos que deixem os particulares retirar esses valores sob a forma que melhor lhes convier, pois será aquela que indubitavelmente convirá melhor aos interesses das duas nações. Da mesma forma como em seu comércio recíproco, a mercadoria que os particulares preferirem exportar ou importar será também aquela que melhor convirá às suas respectivas nações.

Os agentes da companhia inglesa na Índia tiram desse imenso país ou rendas anuais, ou uma fortuna já feita, que vêm desfrutar na Inglaterra. Evitam cuidadosamente retirá-la em ouro ou prata, pois os metais preciosos valem muito mais na Ásia do que na Europa. Ao contrário, transformam-na em mercadorias da Índia, sobre as quais obtêm um lucro adicional quando elas chegam à Europa. Algo que perfaz uma soma de 1 milhão que trazem consigo lhes rende talvez 1,2 milhão de francos e até mais quando chega a seu destino. Por meio dessa operação, a Europa adquire 1,2 milhão de francos, e a Índia só perde 1 milhão. Se os depredadores da Índia quisessem que esse 1,2 milhão de francos fossem trazidos em espécies, seriam obrigados a tirar do Indústão 1,5 milhão de francos talvez, os quais, uma vez chegados na Inglaterra, não valeriam mais do que 1,2 milhão. Ainda que se perceba determinada quantia diretamente em espécie, ela só é transportada quando transformada na mercadoria que melhor convém a seu transporte.³

² Veremos no próximo Livro que também os juros se perdiam, quer fossem gastos na França, quer o fossem no exterior.

³ Raynal afirma que a companhia inglesa, ao tirar rendas de Bengala para vir consumi-las na Europa, terminará por esgotar o numerário do país, pois só ela comercia com ele, sem levar nenhum numerário para lá. Raynal está enganado.

Os negociantes levam metais preciosos para a Índia porque lá valem mais do que na Europa. É por essa mesma razão que os empregados da companhia que fazem fortunas na Ásia evitam cuidadosamente trazer numerário de lá.

Equivocar-se-ia igualmente quem dissesse que as fortunas transportadas para a Europa, sendo em mercadorias, são menos sólidas e de mais fácil dissipação do que se fossem em numerário. A forma sob a qual se encontram os valores

Enquanto for permitido tirar de um país qualquer mercadoria (e um país sempre encara favoravelmente tal exportação), pode-se tirar dele, sem a menor dificuldade, todas as rendas e capitais nele percebidos. Um Governo só poderia impedi-lo se pudesse proibir todo e qualquer comércio com o exterior. E, mesmo assim, sempre restaria a fraude. Por isso, constitui um espetáculo verdadeiramente risível aos olhos da Economia Política ver governos guardar o numerário em seu poder com o propósito de assim preservar suas riquezas dentro das próprias fronteiras.

Se conseguissem fechá-las de modo a interceptar a saída de todas as coisas dotadas de algum valor, mesmo assim tais governos não ganhariam nada com isso, pois as livres comunicações proporcionam valores muito mais consideráveis do que os que deixam escapar. Os valores ou riquezas são fugidios e independentes por sua própria natureza. É impossível aprisioná-los; desaparecem quando em cadeias e só crescem em plena liberdade.

nada tem a ver com sua solidez. Uma vez transportados para a Europa, podem ser perfeitamente trocados por numerário ou por belas e boas terras. O essencial, como no comércio entre nações, não é a forma sob a qual os valores circulam; é seu montante.

Relações Entre a População e a Economia Política

§ I — Como a quantidade dos produtos influi sobre a população dos Estados

Depois de observar, no Livro Primeiro, como se formam os produtos que satisfazem as necessidades da sociedade e, neste Segundo, como se repartem entre seus diferentes membros, passemos agora a examinar a influência que exercem sobre o número de pessoas que compõem a sociedade, isto é, sobre a população.

No que respeita aos seres organizados, a Natureza parece desprezar os indivíduos, concedendo sua proteção somente à espécie. A História Natural fornece exemplos bem curiosos dos cuidados que toma para a conservação das espécies. O meio mais poderoso, porém, que emprega para atingir esse resultado consiste em multiplicar os germes em tal profusão que, por mais numerosos que sejam os acidentes a impedi-los de germinar ou a destruí-los quando já germinaram, deles sempre subsiste um número mais do que suficiente para a perpetuação da espécie. Se os acidentes, as destruições e a falta de meios de desenvolvimento não interrompessem a multiplicação dos seres organizados, nem um só animal, nem uma só planta deixaria, em poucos anos, de cobrir a face da terra.

O homem partilha dessa propriedade com todos os demais seres organizados. Embora sua inteligência superior multiplique para ele os meios de existência, termina sempre, como os outros, por atingir seu limite.

Os meios de existência para os animais são, quase que exclusivamente, os meios de subsistência. Para o ser humano, sua capacidade de trocar os produtos uns pelos outros permite-lhe considerar não tanto sua *natureza* quanto seu *valor*. O produtor de um móvel de 100 francos possui todos os alimentos que se podem obter por esse preço. Quanto ao preço de dois produtos (isto é, a quantidade de um e de outro que se dá em troca), ele depende da utilidade de cada um num determinado estágio da sociedade. Não é possível supor que os homens em geral concordem em dar, troca por troca, o que lhes é mais necessário para terem algo que lhes é menos necessário. Em períodos de penúria, dar-se-á uma quantidade menor de gêneros de subsistência pelo mesmo móvel. Sempre permanece verdadeiro, contudo, que o móvel vale o artigo e que com um poder-se-á obter o outro.

Essa capacidade de efetuar trocas não está limitada às pessoas de um mesmo local nem mesmo de um único país. A Holanda consegue trigo com suas especia-

rias e tecidos. A América setentrional obtém açúcar e café em troca das casas de madeira que envia já prontas para as Antilhas. Até produtos imateriais, embora não sejam transportáveis, são capazes de proporcionar gêneros alimentícios a uma nação. O dinheiro que um estrangeiro paga para ver um artista famoso ou consultar um médico célebre pode ser remetido ao exterior para ali comprar artigos mais substanciais.¹

Como se vê, as trocas e o comércio tornam os produtos adequados à natureza das necessidades gerais. Os gêneros cuja necessidade mais se faz sentir, sejam quais forem eles, para alimentação, vestuário ou habitação, são os mais procurados, dando os maiores lucros e sendo preferencialmente produzidos. Cada família satisfaz um número tanto maior de necessidades quanto mais compra. Poderá comprar tanto mais quanto maior for a sua própria produção ou, em termos vulgares, quanto maiores forem suas rendas. Temos assim, como resultado definitivo, que as famílias e a própria nação (que se compõe de todas as famílias) subsistem apenas de seus produtos e que a amplitude destes limita necessariamente o número dos que podem subsistir.

Entre os animais sem nenhuma capacidade de previdência quanto à satisfação de seus apetites, os indivíduos que nascem, quando não se tornam presa do homem ou de outros animais, perecem no momento em que experimentam uma necessidade indispensável que não podem satisfazer. No homem, a dificuldade de prover a necessidades futuras leva a previdência a tomar parte na realização do propósito da Natureza. Só tal previdência é capaz de preservar a humanidade de parte dos males que deveria suportar se o número de seres humanos sempre fosse reduzido através de destruições violentas.²

Apesar disso, não obstante a previdência concedida ao homem e a pressão que sobre ele exercem a razão, as leis e os costumes, é evidente que a multiplicação de seres humanos não somente vai sempre tão longe quanto o permitem seus meios de existir, mas até um pouco além. É uma idéia que aflige, mas permanece verdade que parte da população, mesmo entre as nações mais prósperas, morre todos os anos de necessidade. Não que todos os que morrem de necessidade pereçam positivamente por falta de alimentação, embora essa desgraça seja muito mais freqüente do que se supõe.³ Quero dizer apenas que essas pessoas não têm à sua disposição tudo o que é imprescindível para viver e que morrem porque lhes falta alguma coisa que lhes seria necessária.

Às vezes, trata-se de um doente ou pessoa enfraquecida que um pouco de repouso poderia restabelecer ou que precisaria apenas de uma consulta médica e de um remédio bem simples, mas que não pode nem repousar, nem consultar um médico, nem comprar remédios.

Às vezes, é uma criança que exige os cuidados de sua mãe, que a indigência,

¹ Embora todos os produtos sejam necessários à existência social do homem, devemos classificar as substâncias alimentícias no primeiro escalão dos meios de existência, porque a necessidade de alimentação é a mais imperiosa de todas, a mais constante e a que se renova com maior rapidez. Nem todas as substâncias alimentícias, porém, são produtos do solo. Podemos obtê-las tanto através do comércio como por meio da agricultura, e há muitas regiões que alimentam um número de habitantes bem maior do que os produtos de suas terras poderiam fazê-lo.

² Os preconceitos religiosos e de costumes, que se opõem a que os homens limitem a multiplicação de sua espécie, produzem um efeito lastimável, a saber, que as reduções necessárias passam, então, a incidir sobre seres mais desenvolvidos e capazes de sofrer. Na Turquia, onde pregoeiros públicos percorrem à noite todas as ruas para advertir aos esposos que façam súditos para o sultão, são os massacres e epidemias que reduzem os homens ao número que a indústria do país permite subsistir. Quando a população não é reduzida por esses meios, ela é pela miséria, como ocorre entre os judeus e os cristãos, através de um processo que não é menos doloroso.

³ O asilo de Bicêtre, perto de Paris, abriga habitualmente de 5 a 6 mil indigentes. Em 1795, ano de escassez, a administração não conseguiu fornecer-lhes a mesma alimentação que lhes dava em períodos normais. O ecônomo dessa casa assegurou-me que quase todos morreram nessa ocasião.

Em John Barton (*Observations on the Condition of the Labouring Classes*), encontrei uma tabela que demonstra

porém, obriga a trabalhar. E a criança morre, então, por acidente, por sujeira ou por doença. É um fato constatado por todos os que se ocupam de aritmética política que, sobre um mesmo número de crianças tomado na classe abastada e na indigente, morrem incomparavelmente mais crianças na segunda do que na primeira.

Por último, uma alimentação muito escassa ou pouco saudável, a impossibilidade de trocar a roupa de baixo com frequência, de usar roupas mais quentes, de secar-se e de esquentar-se debilitam a saúde e alteram a constituição orgânica, expondo muitos seres humanos à morte ora lenta, ora rápida. Podemos dizer que morrem de necessidade todos aqueles que perecem em consequência de uma necessidade que sua fortuna não lhes permitiu satisfazer.

Vemos, assim, que produtos muito diversos, entre os quais se encontram inclusive alguns que chamamos de *imateriais*, são necessários à existência humana, sobretudo nas grandes sociedades. Constatamos também que os produtos de que a sociedade mais necessita no estágio em que se encontra também são os que os produtores preferencialmente multiplicam, pois é justamente por eles que se paga mais caro em relação a seus custos de produção. Verificamos, finalmente, que, seja qual for a causa que limita a quantidade dos produtos, essa quantidade constitui o limite necessário da população, pois os homens só sobrevivem na medida em que têm ao seu alcance os meios de subsistência.

Essas proposições gerais são bastante alteradas pelas circunstâncias particulares. Se os produtos são distribuídos de maneira muito desigual, se um homem possui mais do que precisa para existir na situação em que se encontra, a população será certamente menor do que se o excedente desse homem permitisse a um outro sobreviver. Se forem grandes as necessidades de uma nação, a mesma quantidade de produtos não permitirá que nela subsistam tantas pessoas quanto na suposição contrária. É invariavelmente verdade que, todas as coisas permanecendo idênticas sob outros aspectos, o número de pessoas será proporcional à quantidade de produtos. Essa verdade é reconhecida pela maioria dos autores que escreveram sobre Economia Política, por mais diversas que sejam suas opiniões sobre todo o resto.⁴

Parece-me, contudo, que dela não se tirou uma consequência que é, todavia, bastante natural, a saber: que só pode aumentar a população o que beneficia a

que, em sete distritos manufatureiros da Inglaterra, o número de mortes foi proporcional à carestia, isto é, à escassez dos gêneros de subsistência. Eis um fragmento da tabela em questão.

Anos	Preço médio do trigo por quarto de tonelada		Número de mortos
	Xelins	Pence	
1801	118	3	55 965
1804	60	1	44 794
1807	75	3	48 108
1810	106	2	54 864

As mesmas tabelas mostram que a escassez provocou menor mortalidade nas regiões rurais. A razão desse fato é óbvia: além de os trabalhadores ali serem pagos *in natura*, o elevado preço do que se vendia permitia pagar caro pelo que se comprava.

⁴ Ver STEUART. *Da Economia Política*. Livro Primeiro. Cap. IV; QUESNAY. Artigo "Grains" na *Encyclopédie*; MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. Livro Décimo Oitavo. Cap. X e Livro Vigésimo Terceiro. Cap. X; Buffon, edição de Bernard, t. IV, p. 266; FORBONNAIS. *Principes et Observations*. p. 39 e 45; HUME. *Ensaio*. Parte Segunda. Ensaio II; POIVRE. O volume de suas obras, p. 145 e 146; CONDILLAC. *Le Commerce et le Gouvernement*. Parte Primeira. Cap. XXIV-XXV; VERRI, Conde de. *Réflexions sur l'Économie Politique*. Cap. XXI; MIRABEAU. *Ami des Hommes*. t. I, cap. II; RAYNAL. *Histoire de l'Établissement etc.* Livro Décimo Primeiro, § 23; CHASTELLUX. *De la Félicité Publique*. t. II, p. 205; NECKER. *Administration des Finances en France*. Cap. IX, e suas *Notes sur l'Eloge de Colbert*; CONDORCET. *Notes sur Voltaire*. Ed. de Kehl. t. XLV, p. 60; SMITH. *A Riqueza das Nações*. Livro Primeiro. Cap.

produção e, inversamente, que só pode diminuí-la, pelo menos de maneira permanente, aquilo que prejudica as fontes da produção.

Os judeus celebravam a fecundidade. Os romanos promulgaram inúmeros decretos destinados a compensar as perdas humanas ocasionadas por suas guerras contínuas e longínquas. Os censores recomendavam o casamento e as pessoas eram consideradas na proporção de seu número de filhos. Nada disso servia para coisa alguma. A dificuldade não está em fazer filhos, mas em sustentá-los. Seria preciso criar produtos em lugar de causar devastações. Todos esses belos decretos não impediram, mesmo antes da invasão dos bárbaros, o despovoamento da Itália e da Grécia.⁵

Foi igualmente em vão que Luís XIV, mediante seu édito de 1666 em favor do casamento, propiciou pensões aos que tivessem dez filhos e maiores ainda para os que tivessem doze. Os prêmios que, sob as mais variadas formas, conferia ao ócio e à inutilidade causavam prejuízos muito maiores à população do que o bem que esses ínfimos estímulos poderiam trazer-lhe.

Afirma-se diariamente que o Novo Mundo despovoou a Espanha. Ora, despovoaram-na, na realidade, suas péssimas instituições e a escassa produção que o país fornece em relação à sua extensão.⁶

O que estimula verdadeiramente a população é uma indústria ativa que proporcione muitos produtos. A população sempre é densa em todas as regiões industriais. E, quando um solo virgem colabora com a atividade de uma nação inteira que não tolera desocupados, seus progressos são surpreendentes, como nos Estados Unidos, onde a população dobra todos os vinte anos.

Pela mesma razão, os flagelos passageiros que dizem um grande número de pessoas sem afetar as fontes mesmas de reprodução são mais aflitivos para o sentimento humanitário do que funestos para a população. Em muito pouco tempo, ela retorna ao ponto em que a mantém a quantidade proporcional das produções anuais. Cálculos bastante curiosos realizados por Messance demonstraram que, depois das devastações causadas pela célebre peste de Marselha em 1720, os casamentos na Provença tornaram-se mais fecundos do que antes. O padre d'Expilly encontrou o mesmo resultado. Aconteceu também a mesma coisa na Prússia depois da peste de 1710. Embora essa praga tenha ceifado um terço da população, verificamos, pelas Tabelas de Sussmilch,⁷ que o número de nascimentos, que, antes da peste, era de aproximadamente 26 mil por ano, subiu, em 1771 (no ano seguinte ao da peste, portanto), a 32 mil. À primeira vista, qualquer um pensaria, depois de tão terrível devastação, que pelo menos o número de casamentos diminuísse consideravelmente. Ao contrário, dobrou, tão poderosa é a tendência da população a crescer até o nível dos recursos do país!

O que os flagelos passageiros trazem de desolador não é o despovoamento, mas, em primeiro lugar e antes de tudo, os males que causam para a humanidade.

VIII e XI; GARNIER. *Abrégé Élémentaire*. Parte Primeira. Cap. III e Prefácio de sua tradução de Smith; HERRENSCWAND. *De l'Économie Politique Moderne*. p. 2; GODWIN. *De la Justice Politique*. Livro Oitavo. Cap. III; BENTHAM, Jeremias. *Théorie des Peines et des Récompenses*. t. II, p. 304; CLAVIÈRE. *De la France et des États-Unis*. 2.^a ed. p. 60 e 315; BROWNE-DIGNAN. *Essai sur les Principes de l'Économie Publique*. p. 97; Londres. 1776; BECCARIA. *Elementi di Economia Publica*. Primeira Parte. Cap. II e III; GORANI. *Recherches sur la Science du Gouvernement*. t. II, cap. VII; SISMONTI. *Nouveaux Principes d'Économie Politique*. Livro Sétimo. Cap. I et seqs. Ver principalmente o *Ensaio Sobre a População* de Malthus, obra repleta de investigações e raciocínios judiciosos, que conseguiu resistir às inúmeras críticas que lhe foram endereçadas porque se baseia no método experimental e na natureza das coisas tais como elas são.

⁵ Ver TITO LÍVIO. Livro Sétimo; PLUTARCO. *Obras Morais, Des Oracles qui ont cessé*. ESTRABÃO. Livro Sétimo.

⁶ Ustariz observava que as regiões da Espanha que enviavam o maior número de pessoas para as Índias eram justamente as mais populosas.

⁷ Citado por MALTHUS. t. II, p. 170 da 5.^a edição inglesa.

É impossível que grandes quantidades de indivíduos sejam suprimidas do mundo dos vivos, quer pelo contágio, pela fome ou pela guerra, sem que muitos seres providos de sentimento não tenham sofrido, às vezes até cruelmente, deixando no sofrimento um grande número de sobreviventes, viúvas, órfãos, irmãos, irmãs e velhos. Além disso, também há a deplorar nessas calamidades a perda de homens superiores, um único dos quais, pela cultura, talentos e virtudes, tem mais influência sobre a felicidade das nações do que os braços de 100 mil outros.

Por último, uma grande perda de homens já feitos representa uma grande perda de riqueza adquirida, pois todo adulto é um capital acumulado que representa todos os adiantamentos que se fizeram necessários durante muitos anos para fazê-lo chegar ao ponto em que está. Um bebê de um dia não substitui um homem de vinte anos. É por isso que a afirmação do príncipe de Condé, feita no campo de batalha de Seneffe, é tão absurda quanto bárbara.⁸

Podemos dizer, portanto, que os flagelos que dizem homens, se não prejudicam a população, prejudicam a humanidade. É exclusivamente sob esse último aspecto que aqueles que os causam são altamente culpados.⁹

Por outro lado, se é verdade que os flagelos passageiros são mais aflitivos para o sentimento humanitário do que funestos para a população dos Estados, não se pode dizer o mesmo de uma administração viciosa que adota um mau sistema em Economia Política. Ela atinge a população em seu princípio mesmo, secando as fontes de produção. Ora, dado que o número de pessoas, como vimos, sempre aumenta pelo menos tanto quanto o permitem as rendas anuais de uma nação, um Governo que diminui estas pela imposição de novos tributos, forçando os cidadãos a sacrificarem parte de seus capitais e, conseqüentemente, diminuindo os meios gerais de subsistência e reprodução existentes na sociedade — tal Governo, pode-se dizer, não apenas impede os nascimentos, mas realmente massacra. Nada, com efeito, mata com maior eficiência as pessoas do que aquilo que as priva de seus meios de existência.

Muitas queixas se têm feito, e com razão, sobre o prejuízo que os conventos causam para a população. Em geral, todavia, há equívoco sobre as causas. Não é, com efeito, por causa do celibato dos religiosos, mas por sua ociosidade. Alguns respondem que fazem com que se trabalhe em suas terras. Bela resposta! As terras, por acaso, ficariam incultas se os monges viessem a desaparecer? Muito pelo

⁸ *Bastará uma noite parisiense para refazer tudo isso.* É preciso uma noite e mais vinte anos de cuidados e gastos para fazer um homem que o canhão ceifará em um minuto. As destruições de seres humanos causadas pela guerra vão muito mais longe do que habitualmente se pensa. Campos devastados, a pilhagem das habitações, estabelecimentos industriais destruídos, capitais consumidos etc., ao suprimirem meios de subsistência, provocam a morte de várias pessoas fora do campo de batalha. Podemos formar uma idéia do número prodigioso de pessoas mergulhadas na miséria pelas guerras de Bonaparte a partir da tabela de auxílios dados pelas instituições de assistência de Paris. De 1804 a 1810, o número de mulheres socorridas somente em Paris aumentou gradualmente de 21 mil para 38 mil. Em 1810, o número de crianças que recebiam em Paris auxílio da caridade pública não era menos do que 53 mil. A mortalidade era assustadora nessas duas classes.

⁹ Em conseqüência do que foi estabelecido aqui, segue-se que os progressos da Medicina e dos meios de cura e preservação, como a vacina, não podem exercer, de forma constante, nenhuma influência sobre a população de um país. Seria um erro, entretanto, disso inferir que progressos tão importantes não tenham nenhuma influência nos destinos da humanidade. Esses poderosos meios conservam pessoas que, até certo ponto, são avançadas em anos, em força e em conhecimentos e que não poderiam ser substituídas sem novos nascimentos e adiantamentos, isto é, sem doenças, sofrimentos e sacrifícios por parte dos pais e dos filhos. Quando a população só se mantém por força de novos nascimentos, encontramos uma carga maior dos sofrimentos que sempre acompanham o nascimento e morte dos indivíduos de nossa espécie, precisamente em virtude da maior freqüência dos nascimentos e mortes. A população de um país pode ser mantida com menos da metade de nascimentos e mortes se os habitantes, em vez de só conseguirem atingir a idade de vinte anos, ultrapassarem a de quarenta. É bem verdade que, nessa suposição, haverá um número muito maior de germes que se tornarão supérfluos. Os males, contudo, devem ser medidos pelos sofrimentos, e germes perdidos não acarretam sofrimento. A quantidade de germes perdidos na natureza organizada é tão grande que não têm a menor importância os que se perdem a mais nessa suposição. Se as plantas fossem capazes de sentir e sofrer, seria afortunado para elas que todas as sementes das que somos obrigados a arrancar e destruir se alterassem antes de se organizar.

contrário. Em todos os lugares em que foram substituídos por oficinas de indústria, como vimos inúmeros exemplos na Revolução Francesa, o país ganhou exatamente os mesmos produtos agrícolas e, além disso, os de sua indústria manufatureira. Ora, como isso tornava maior o total dos valores produzidos, a população dessas regiões aumentou.

Se a população depende, na realidade, da quantidade dos produtos, avaliá-la pelo número de nascimentos constitui uma estimativa bem imperfeita. Nos países em que a indústria e os produtos aumentam, os nascimentos, que se multiplicam mais, proporcionalmente aos habitantes já existentes, fornecem uma avaliação exagerada. Nos países em declínio, ao contrário, a população ultrapassa o número indicado pelos nascimentos.

Outra consequência do que precede está em que os habitantes de um país não se encontram mais mal providos das coisas necessárias à vida quando seu número aumenta, nem mais bem providos quando seu número diminui. Sua sorte depende da quantidade de produtos de que dispõem e estes tanto podem ser abundantes para uma população numerosa quanto raros para uma população esparsa. Durante a Idade Média, a penúria devastava a Europa com mais frequência do que nos dias atuais, nos quais a Europa é evidentemente mais populosa. Sob o reinado de Elisabeth, a Inglaterra não era tão bem abastecida quanto o é hoje, embora tivesse a metade de habitantes. E a Espanha hoje mal alimenta de 7 a 8 milhões de habitantes, depois de ter sustentado uma população imensa na época dos romanos¹⁰ e dos mouros.

Alguns autores¹¹ afirmaram que uma grande população constitui sinal certo de alta prosperidade. É, sem dúvida, índice seguro de grande produção, mas, para que haja grande prosperidade, é preciso que a população, seja qual for seu número, encontre abundantemente satisfeitas todas as necessidades da vida e alguns de seus supérfluos. Há regiões da Índia e da China prodigiosamente populosas que são ao mesmo tempo prodigiosamente miseráveis. Não é, porém, diminuindo o número de indivíduos que os tomaríamos mais bem abastecidos, pois não se pode fazê-lo sem também diminuir suas produções. Em tais casos, o desejável não é a diminuição do número de pessoas, mas o aumento da quantidade de produtos, o que sempre ocorre quando a população é ativa, industriosa, econômica e bem governada, vale dizer, pouco governada.

Se o número de habitantes de um país atinge naturalmente o número que o país pode manter, que lhes acontece nos anos de penúria?

Steuart apresenta a seguinte resposta.¹²

Não há tanta diferença quanto se pensa entre duas colheitas. Um ano ruim para uma região é bom para outra e a má colheita de um gênero determinado é compensada pela boa colheita de outro. Esse autor acrescenta que um mesmo povo não consome tanto nos anos de penúria quanto nos de abundância. Nestes últimos, todos se alimentam melhor, parte dos produtos é empregada na engorda dos animais domésticos e, os gêneros custando menos caro, sempre há um pouco mais de desperdício. Quando sobrevive à penúria, a classe indigente é mal alimentada, seus filhos recebem pouco e, em lugar de fazer provisões, ela consome o que havia acumulado. Por último, é um fato infelizmente muito bem conhecido que parte dessa classe sofre e morre.

Essa tragédia acontece sobretudo nos países muito populosos, como o Indus-

¹⁰ *Nec numero Hispanos, nec robore Gallos etc.* (CICERO. *De Haruspicum responso.*)

¹¹ WALLACE, CONDORCET, GODWIN.

¹² Livro Primeiro. Cap. XVII.

tão e a China, onde há pouco comércio exterior e marítimo e onde a classe indigente de há muito acostumou-se a restringir-se ao estritamente necessário para viver. Como o país, nos anos comuns, produz estritamente o que assegura essa medíocre subsistência, é suficiente que a colheita seja má, ou apenas reduzida, para que passe a faltar o estritamente necessário para um grande número de pessoas, que morrem aos milhares. Todos os relatos certificam que as fomes, por essa razão, são extremamente freqüentes e mortíferas na China e em várias regiões da Índia.

Dado que o comércio, sobretudo o marítimo, facilita as trocas, inclusive as distantes, ele permite obter gêneros alimentícios em troca de muitos outros produtos. Já se observou até que são precisamente os países que possuem menos território, e que só subsistem por meio de seu comércio, como a Holanda, Veneza e Gênova, os menos sujeitos a carestias. Não somente vão buscar o trigo onde é possível encontrá-lo, mas onde se pode comprá-lo pelo melhor preço.¹³

Se, em termos gerais, a população é proporcional à produção, é a quantidade de indústria, mãe dos produtos, que exerce influência decisiva sobre a população dos Estados. Basta essa observação para decidir todas as demoradas discussões levantadas no século passado para saber se o mundo era mais povoado outrora do que nos dias de hoje. Seria, acaso, mais industrial, mais extensamente cultivado, teria mais manufaturas e um comércio mais amplo em épocas nas quais a metade da terra habitável ainda era desconhecida e mais da metade da parte conhecida coberta de florestas, em que a bússola ainda não fora descoberta e as ciências, fundamento de todas as artes, encontravam-se ainda na infância? Se se concorda que não, é impossível afirmar que o mundo fosse então, e de muito longe, tão povoado quanto o vemos hoje. Quem não traz o farol da Economia Política na mão é incapaz de exercer qualquer crítica no estudo da História.

Do fato de que é a indústria a base da população, podemos concluir que a delimitação dos Estados e das regiões, as leis e costumes das nações não passam de circunstâncias acidentais que só influem sobre a população de maneira indireta e por intermédio de sua influência sobre os desenvolvimentos da indústria.

§ II — Como a natureza da produção influi sobre a distribuição dos habitantes

Para cultivar a terra, é preciso que os homens se encontrem distribuídos por toda a superfície do solo. Para cultivar as artes industriais e o comércio, convém reunirem-se nos lugares onde seu exercício é mais vantajoso, isto é, nos lugares que comportam uma maior subdivisão nas ocupações. O tintureiro estabelecer-se-á perto do negociante de tecidos, o fabricante de drogas, perto do tintureiro. O agente ou o armador que importam as drogas aproximar-se-ão do tintureiro. E o mesmo ocorrerá com os demais produtores. As cidades se formam a partir dessa aglomeração de indivíduos.

Ao mesmo tempo, os que, sem trabalhar, vivem de seus capitais ou de suas terras são atraídos para as cidades, onde encontram tudo o que lhes agrada ao gosto, além de maior escolha nas relações sociais e maior variedade de prazeres. As

¹³ Apesar de seu amplo comércio, a Inglaterra foi obrigada a suportar grandes males em razão da carestia do trigo, sobretudo a partir do ano de 1800, quando deixou de ser um país exportador para tornar-se importador de trigo. Isso, entretanto, proveio evidentemente dos vícios de sua organização política, a qual deixa o poder entre as mãos dos grandes proprietários fundiários. Estes mantiveram impostos que equivaliam a uma verdadeira proibição de importação de trigo estrangeiro a fim de se assegurarem do monopólio do mercado interno.

comodidades e atrações da vida das cidades fazem com que os estrangeiros nelas se demorem e com que nelas se fixem todas as pessoas que, embora vivendo de seu trabalho, são livres para exercê-lo em qualquer lugar indiferentemente. Assim, as cidades tornam-se habitadas não somente por pessoas consagradas às letras e artistas, como se tornam também sede das administrações, dos tribunais e dos estabelecimentos públicos. Vêm aumentá-las ainda todas as pessoas dependentes desses estabelecimentos e aquelas cujos negócios para lá as levam acidentalmente.

Não que não exista sempre determinado número de pessoas que exercem a indústria manufatureira nas campanhas, sem falar das que lá vivem por escolha: uma conveniência local, um riacho, uma floresta ou uma mina fixam muitas fábricas e grande número de trabalhadores manufatureiros fora do limite das cidades. Há, inclusive, certos trabalhos de manufatura que só podem se exercer perto dos consumidores, como os do alfaiate, do sapateiro ou do ferreiro. Esses trabalhos, no entanto, não se aproximam, nem pela importância nem pela perfeição, dos trabalhos de manufatura de todo tipo executados nas cidades.

Os economistas estimam que um país florescente é capaz de alimentar em suas cidades um número de habitantes igual ao que o campo alimenta. Alguns exemplos, todavia, levam a pensar que trabalhos mais inteligentes, uma melhor escolha de culturas e menos terrenos perdidos, permitiam, mesmo num solo de medíocre fertilidade, alimentar um número bem maior de pessoas.¹⁴ Pelo menos é certo que, quando as cidades fornecem certos produtos para o consumo de países estrangeiros, podendo, conseqüentemente, receber em troca gêneros de subsistência, podem comportar uma população proporcionalmente bem maior. É o que se constata em vários pequenos Estados, cujo território mal bastaria para alimentar um dos bairros de sua capital.

Visto que o cultivo das pastagens exige menos cuidados do que o dos campos, um maior número de habitantes pode, nas regiões de pastagens, consagrar-se às artes industriais. Por isso, serão mais numerosos nessas regiões do que nas de trigo. É o que se vê em determinadas partes da Normandia, no Flandres e na Holanda.

Desde a invasão dos bárbaros no Império Romano até o século XVII, isto é, até épocas ainda bem próximas de nós, as cidades conheceram pouco esplendor em todos os grandes Estados europeus. A parte da população que se estima alimentada pelos cultivadores não se compunha, então, de manufatores e de comerciantes predominantemente, mas de nobres cercados de numeroso séquito, de pessoas da Igreja e outros ociosos que habitavam os castelos e suas dependências, as abadias e os conventos, e habitavam muito pouco nas cidades. Os produtos das manufaturas e do comércio limitavam-se a bem pouca coisa. Os manufatores não passavam de artesãos que trabalhavam em suas próprias casas, e os negociantes,

¹⁴ Segundo um recenseamento apresentado ao parlamento em 1811, encontravam-se, na ilha da Grã-Bretanha, 895 998 famílias de agricultores; o número total das famílias dessa ilha, que, como se sabe, abrange a Escócia e o principado de Gales, era de 2 544 215. Por conseguinte, apenas 1/3, aproximadamente, da população se ocupava do cultivo das terras.

De acordo com os cálculos e estimativas de Arthur Young, a população dos vilarejos e campanhas era, na França (em suas antigas fronteiras), de 20 521 538 habitantes
e a das cidades e vilas de 5 709 270 habitantes.

Ao todo 26 238 808 habitantes.

Segundo o princípio que estabelecemos neste parágrafo e supondo-se exatas as estimativas de Young, constatamos que a antiga França, se tivesse uma população que fosse simplesmente o dobro de seus cultivadores, teria 41 milhões de habitantes e que contaria com praticamente 60 milhões, se as produções de sua indústria fossem, guardadas as proporções, iguais às da Grã-Bretanha.

Os viajantes observam que as grandes estradas na França não são tão freqüentadas quanto se poderia esperar de um país tão privilegiado pela Natureza. Isso se deve, evidentemente, ao pequeno número e tamanho reduzido de suas cidades. São as comunicações que se fazem de cidade a cidade que povoam as grandes estradas e não os habitantes das campanhas, os quais só circulam, praticamente, de suas casas para seus campos.

de mascates. Alguns utensílios bem simples, móveis e instrumentos imperfeitos bastavam para as necessidades do cultivo e da vida quotidiana. Três ou quatro feiras por ano forneciam produtos um pouco mais sofisticados, que aos nossos olhos, porém, pareceriam bem miseráveis. E se, de vez em quando, eram trazidos das cidades comerciantes da Itália ou dos gregos de Constantinopla alguns móveis, tecidos ou jóias preciosas, tratava-se de uma magnificência tão grande quão rara, reservada aos mais ricos senhores e aos príncipes.

Nessas condições, as cidades deviam apresentar um pobre espetáculo. É por isso que tudo o que vemos de grandioso nas nossas é bastante recente. É impossível, em todas as cidades da França, encontrar então um belo bairro, uma só rua bonita que seja antiga, de duzentos anos. Tudo o que data de uma época anterior só apresenta, salvo algumas igrejas góticas, casebres amontoados em ruelas tortuosas e estranguladas, inteiramente inadequadas para a circulação das viaturas, dos animais e da multidão que manifestam sua população e opulência atuais.

A agricultura de um país só produz tudo o que deve produzir quando numerosas cidades se espalham por toda a extensão de seu território. Elas são necessárias ao surgimento e expansão da maioria das manufaturas e estas, por sua vez, são necessárias para fornecer objetos de troca ao agricultor. Uma região em que a agricultura não encontra mercado alimenta apenas uma fração de habitantes bem menor do que poderia. Mesmo essa minoria, aliás, desfruta somente de uma existência grosseira, desprovida de qualquer comodidade e sofisticação; só é civilizada pela metade. Se uma colônia industrial vier a se estabelecer nessa região, ali constituindo pouco a pouco uma cidade cujos habitantes em pouco tempo serão tão numerosos quanto os cultivadores que exploram suas terras, essa cidade poderá subsistir com os produtos agrícolas da região e os cultivadores enriquecer-se-ão com os produtos industriais da cidade.

A própria cidade constitui um meio excelente para levar até bem longe os valores agrícolas de sua própria região. Os produtos brutos da agricultura são de transporte difícil, pois os custos rapidamente ultrapassam o preço da mercadoria transportada. Os produtos das manufaturas, ao contrário, são de transporte muito menos dispendioso; seu trabalho fixa um valor muitas vezes bastante considerável numa matéria pouco volumosa e pouco pesada. Os produtos brutos de uma região transformam-se, então, por intermédio das manufaturas, em produtos manufaturados de valor bem mais alto, que viajam para longe remetendo de volta os produtos exigidos pelas necessidades da mesma região. Várias províncias da França, hoje em dia bastante miseráveis, precisariam apenas de cidades para serem bem cultivadas.

Ora, tais províncias permaneceriam eternamente miseráveis e despovoadas se se adotasse a doutrina dos economistas de Quesnay, os quais pretendiam que os objetos de fábrica fossem feitos fora e que se pagassem as mercadorias manufaturadas com os produtos brutos da agricultura.

Se as cidades, contudo, criam-se basicamente por manufaturas de toda a espécie, pequenas e grandes, estas, por sua vez, só se criam com capitais produtivos. Ora, só se constituem capitais produtivos com o que é poupado sobre os consumos estéreis. Não basta traçar o plano de uma cidade e dar-lhe um nome. Para que possa realmente existir, é preciso dotá-la gradativamente de talentos industriais, de utensílios, de matérias-primas e de tudo o que é necessário para manter as pessoas industriais até a elaboração fiscal e venda de seus produtos. Caso contrário, em lugar de fundar uma cidade, levanta-se apenas um cenário de teatro, que não tarda em ruir porque nada o sustenta. Foi o que aconteceu com Ecaterinoslav, na Taurida; o imperador José II o pressentiu quando, depois de convidado a colocar a segunda pedra da cidade na cerimônia inaugural, declarou aos que o

cercavam: *Concluí em um só dia um grande empreendimento com a imperatriz da Rússia: ela colocou a primeira pedra de uma cidade e eu, a última.*

Capitais não bastam sequer para estabelecer uma grande indústria e a produção ativa necessárias para constituir e fazer crescer uma cidade. É preciso, além disso, uma localização e instituições nacionais que favoreçam esse crescimento. Talvez sejam as circunstâncias de localização que faltem à cidade de Washington para que se torne uma grande capital, pois seus progressos são muitos lentos em comparação com os Estados Unidos em geral. Ao contrário, a mera localização de Palmira, outrora, fê-la populosa e rica, apesar dos desertos e entreposto do comércio do Oriente com a Europa. A mesma razão fez a prosperidade de Alexandria e, em tempos ainda mais remotos, a de Tebas no Egito. Só a vontade de seus príncipes não teria sido suficiente para torná-la a cidade das cem portas e tão populosa quanto Heródoto nô-la apresenta. Deve-se procurar a explicação de sua importância em sua localização entre o mar Vermelho e o Nilo, entre a Índia e a Europa.

Se não basta somente a vontade para criar uma cidade, tampouco basta, ao que parece, para limitar seu crescimento. Paris cresceu constantemente, apesar dos decretos promulgados pelo antigo Governo da França para impor-lhe limites. Os únicos limites respeitados são os que a natureza das coisas impõe ao crescimento das cidades e é bem difícil identificá-los. É mais comum encontrar inconvenientes do que obstáculos positivos. Os interesses comunitários são menos bem preservados nas cidades muito grandes. Os habitantes do leste são obrigados a perder muitas horas de tempo precioso para se comunicarem com os do oeste. São obrigados a se encontrar no centro da cidade, através de ruas e passagens congestionadas construídas numa época em que a população e a riqueza eram muito menores e em que não eram tão numerosos as provisões, cavalos e viaturas. Esse é o inconveniente que se faz sentir em Paris, onde são cada vez mais frequentes os acidentes provenientes da obstrução das ruas. Isso não impede, entretanto, que diariamente se construam em Paris novas ruas, nas quais se fará sentir o mesmo inconveniente ao cabo de alguns anos.

O Consumo das Riquezas

Diferentes Tipos de Consumo

Muitas vezes, no decorrer desta obra, vi-me obrigado a aflorar antecipadamente certas idéias cujo desenvolvimento deveria, segundo a ordem natural, apresentar-se mais tarde. Assim, visto que a produção não pode se exercer sem consumo, fui obrigado, desde o Livro Primeiro, a dizer em que sentido dever-se-ia tomar a palavra *consumir*.

O leitor certamente compreendeu, então, que, assim como a produção não é uma criação de matéria, mas uma *criação de utilidade*, tampouco o consumo é uma destruição de matéria, mas uma *destruição de utilidade*. Uma vez destruída a utilidade de uma coisa, está destruído o fundamento primeiro de seu valor, aquilo que faz com que seja procurada, aquilo que estabelece sua *demand*a. A partir desse momento, a coisa não mais contém valor; não mais se trata de uma parcela de riqueza.

Assim, *consumir, destruir a utilidade das coisas, anular seu valor*, são expressões cujo sentido é absolutamente idêntico, correspondendo ao sentido das expressões *produzir, conferir utilidade, criar valor*, cuja significação também é a mesma.

Sendo uma destruição de valor, nenhum consumo se mede segundo o volume, número ou peso dos produtos consumidos, mas segundo seu valor. O grande consumo é aquele que destrói um grande valor, seja qual for a forma sob a qual esse valor se manifeste.

Todo produto pode ser consumido, pois, se foi possível acrescentar um valor a uma coisa, é possível dela retirá-lo. O valor foi acrescentado à coisa pela indústria; dela é tirado pelo uso ou por qualquer outro acidente. Não é possível, entretanto, consumi-lo duas vezes: uma vez destruído, um valor não pode sê-lo novamente.¹ Determinado consumo é rápido, ao passo que outro é lento. Consumimos uma casa, um navio ou ferro exatamente como consumimos carne, pão ou uma roupa. Podemos inclusive consumir um produto apenas em parte. Um cavalo, um móvel ou uma casa que revendemos não são consumidos integralmente, pois deles sempre sobra um resto de valor que reencontramos na nova troca que por eles

¹ Existem certas matérias que recebem várias vezes e que vemos, ao mesmo tempo, consumir várias vezes o valor que lhes é conferido. É o que acontece, por exemplo, com a lavagem de roupa suja. Cada vez que sujamos uma peça de roupa, estamos consumindo a totalidade da lavagem e uma pequena parcela do valor da própria roupa.

fazemos. O consumo é, às vezes, involuntário: estão nesse caso o incêndio de um prédio e o naufrágio de um navio. Ou então não corresponde ao objetivo a que nos tínhamos proposto ao criar o produto, como acontece nos casos em que jogamos mercadorias ao mar ou quando queimamos provisões que não queremos deixar para o inimigo.

Pode-se consumir um valor produzido há muito tempo ou então, ao contrário, consumi-lo no instante mesmo em que é produzido, como fazem os espectadores de um concerto ou de uma representação teatral. Consome-se tempo e trabalho, pois um trabalho útil possui um valor apreciável, não podendo mais ser consumido novamente depois de já tê-lo sido uma vez.

Aquilo que não pode perder seu valor é incapaz de ser consumido. Não se consome um bem fundiário, embora se possa consumir seu serviço anual, o qual, uma vez empregado, não pode sê-lo pela segunda vez. Pode-se consumir todas as melhorias acrescentadas a um terreno, embora por vezes ultrapassem seu valor, visto que elas são produtos da indústria. O terreno, todavia, não poderia ser consumido.

Passa-se o mesmo com determinado talento industrial. Posso consumir uma jornada de trabalho de um operário, mas não seu talento. As faculdades industriais, no entanto, se destroem pela morte de quem as possui.

Tudo o que é produzido é cedo ou tarde consumido. Os produtos, aliás, só foram produzidos para serem consumidos. Quando um produto atingiu o ponto onde poderá sofrer seu destino, retardar seu consumo equivale a deixar um valor sem emprego. Ora, visto que todo valor pode ser empregado na reprodução, rendendo lucro para seu possuidor, todo produto não consumido ocasiona uma perda idêntica ao lucro ou, se se preferir, ao juro que seu valor renderia quando empregado de forma útil.²

Já que todos os produtos se destinam ao consumo e, mesmo, ao consumo mais rápido possível, como — perguntará alguém — podem realizar-se as acumulações de capitais, as quais não passam de acumulações de valores produzidos? A resposta é a seguinte.

Não é necessário que um valor se encontre num mesmo produto para poder ser acumulado. Basta que o valor se perpetue. Ora, os valores, capitais perpetuam-se pela reprodução. Com efeito, os produtos que constituem um valor capital consomem-se exatamente como qualquer outro. Seu valor, entretanto, ao mesmo tempo em que é destruído pelo consumo, se reproduz em outras matérias ou até na mesma. Quando alimento uma oficina de operários, nela ocorre um consumo de alimentos, roupas e matérias-primas. Durante esse consumo, todavia, um novo valor se fixa nos produtos que sairão de suas mãos. Os produtos que constituíam meu capital foram certamente consumidos. Mas o capital, o valor acumulado, não

² São de pouca importância aqueles valores que, mais cedo ou mais tarde, não se consomem de maneira útil. Encontram-se nesse caso as provisões que apodrecem, os produtos destruídos por acidente e aqueles que deixam de ser utilizados e cujo valor se dissipa sem ter sido empregado porque extinguiu-se a necessidade que constituía a base de seu valor. Os valores enterrados ou escondidos só são, via de regra, subtraídos ao consumo durante certo tempo. As pessoas terminam por redescobri-los e quem os encontra sempre tem interesse em deles tirar partido. Ora, para isso, é necessário consumi-los. Em tais casos, só houve de perdido o lucro que poderiam ter rendido durante o espaço de tempo perdido, lucro esse cuja medida se encontra no juro da soma em questão.

Pode-se dizer o mesmo dos pequenos valores que são postos sucessivamente de reserva até que alcancem o bastante para permitir aplicação. O grande número de poupanças torna consideráveis os capitais que se encontram ociosos dessa maneira. Pode-se evitar uma parte das perdas resultantes dessa inatividade por meio de impostos de transmissão bem moderados, de facilidade para todo tipo de circulação, de caixas de investimento dignas de toda a confiança e das quais todos possam, a qualquer momento, retirar seus capitais etc. Nos períodos de perturbações públicas e sob Governos arbitrários, muitas pessoas preferem guardar valores inativos, que não lhes trazem nem prazeres nem lucros, ao perigo de expô-los. Uma boa administração evita por completo tais inconvenientes.

o é. Esse valor reaparece sob outras formas, pronto para ser consumido novamente. Ao contrário, se consumido de maneira improdutivo, não reaparece mais.

O consumo anual de uma pessoa particular é a soma de todos os valores por ela consumidos no decurso de um ano. O consumo anual de uma nação é a soma total dos valores consumidos durante um ano por todos os indivíduos, corporações e instituições de que a nação se compõe.

Devemos incluir, no consumo anual de um indivíduo ou de uma nação, os consumos de todo tipo, quaisquer que sejam sua finalidade e resultado, tanto aqueles dos quais deve surgir um novo valor quanto os que não têm essa destinação. Exatamente como se inclui na produção anual de um país o valor total de seus produtos criados durante o ano.

Assim, dizemos que uma manufatura de sabão consome em soda um valor de 20 mil francos por ano, embora o valor da soda deva reaparecer no sabão que a manufatura produz. Dizemos também que ela produz anualmente 100 mil francos de sabão, embora tal valor só se efetive através da destruição de muitos valores que, se quiséssemos deduzi-los, reduziriam bastante o produto da manufatura em questão. O consumo e produção anuais de uma nação ou de um particular são, portanto, seu consumo e produção brutos.³

Como conseqüência natural, devemos incluir nas produções anuais de uma nação todas as mercadorias que ela importa e, em seu consumo anual, todas as que exporta. O comércio da França consome o valor integral das sedas que enviamos para os Estados Unidos e produz o valor integral do algodão que recebe de volta. Exatamente como as manufaturas francesas consumiram o valor da soda enviada, por assim dizer, para a caldeira da saboaria, bem como produziram o valor do sabão que dela se tira.

Embora o capital se consuma de forma reprodutiva nas operações da indústria, a soma dos consumos anuais é algo completamente diferente da soma dos capitais de uma nação ou de um particular. Um capital ou parcela de capital podem ser consumidos várias vezes durante o mesmo ano. Um sapateiro compra determinada quantidade de couro, molda-o sob forma de sapatos e os vende: temos aqui certa parcela de capital consumido e restabelecido. Ao repetir essa operação várias vezes no ano, o sapateiro consome outras tantas vezes essa parcela de seu capital. Se a parcela ascende a 200 francos e se o sapateiro renova a mesma compra por doze vezes durante o ano, esse capital de 200 francos terá ocasionado um consumo anual de 2 400 francos. Por outro lado, há outra parte de seu capital, como por exemplo, seus instrumentos, que só é completamente consumida ao cabo de muitos anos. Seu consumo atinge anualmente apenas 1/4, talvez 1/10 somente dessa parcela de seu capital.

Seja qual for o país, sempre são as necessidades dos consumidores que determinam as criações dos produtores. É mais procurado o produto cuja necessidade mais se faz sentir. O produto mais procurado, por sua vez, proporciona à indústria, aos capitais e às terras lucros maiores, os quais encaminham o emprego desses meios de produção para a criação desse mesmo produto. Do mesmo modo, quando um produto encontra menor demanda, há menos vantagem em fabricá-lo; aliás, ele não é, então, fabricado. O que já se encontra produzido baixa de preço; o preço baixo a que caiu o produto favorece seu emprego e tudo se consome.

É possível, se assim o desejarmos, dividir o consumo total de um povo em *consumos públicos* e *consumos privados*. Os primeiros são aqueles efetuados pelo público ou para seu serviço; os segundos são os consumos realizados pelos indivi-

³ Ver *supra* (Livro Segundo. Cap. V) a distinção entre *produto bruto* e *produto líquido*.

duos ou pelas famílias. Tanto uns quanto outros podem ser ou reprodutivos ou improdutivos.

Numa sociedade qualquer, todas as pessoas são consumidoras, pois não existe ninguém que possa subsistir sem satisfazer necessidades, por mais limitadas que as supusermos. De outra parte, dado que todos os membros da sociedade, quando não recebem gratuitamente o que lhes permite viver, concorrem para a produção, seja por meio de sua indústria, seja por meio de seus capitais, seja com suas terras, podemos afirmar que os consumidores são, em todo e qualquer país, os próprios produtores. Além disso, as classes em que se realizam os maiores consumos são as médias e indigentes, pois, nelas, o número de indivíduos compensa largamente a modicidade de seus consumos.⁴

Os povos civilizados, ricos e industriais consomem muito mais do que os outros, pois sua produção é incomparavelmente maior. Recomeçam todos os anos e, em diversos casos, mais de uma vez por ano, o consumo de seus capitais produtivos que, assim, renascem permanentemente. Por outro lado, consomem de maneira improdutiva a maior parte de suas rendas, quer sejam industriais, capitais ou fundiárias.

Certos livros apresentam como modelo as nações que têm poucas necessidades. Ao contrário, é bem melhor ter muitas necessidades e poder satisfazê-las. É assim que, não somente se multiplicam os indivíduos, como também é mais plena e completa a existência de cada um.

Steuart⁵ enaltece os lacedemônios porque sabiam privar-se de tudo e, ao mesmo tempo, não sabiam produzir nada. Tal qualidade é partilhada pelos povos mais grosseiros e selvagens. Esses são pouco numerosos e mal abastecidos. Se levássemos tal doutrina às suas últimas conseqüências, chegaríamos à descoberta de que o cúmulo da perfeição consistiria em não produzir nada e não ter nenhuma necessidade, isto é, em simplesmente não existir.

⁴ É bem provável que, em todos os países razoavelmente industriais, os rendimentos industriais ultrapassem o conjunto dos rendimentos de capital e fundiários e, conseqüentemente, que os consumos das pessoas que só têm lucros industriais, isto é, que só possuem seus braços e talentos para viver, ultrapassem os dos capitalistas e dos proprietários fundiários reunidos. Não é raro encontrar uma manufatura que, com um capital de 600 mil francos, pague em salários 300 mil francos por dia de trabalho ou 90 mil francos por ano. A isso podemos, por meio de uma estimativa, acrescentar 20 mil francos de lucros líquidos para seus empresários. Isso dá, para essa manufatura, 110 mil francos de rendimentos industriais por ano. Os que emprestam fundos ou capitalistas retiram do mesmo capital, à taxa de 20%, apenas 30 mil francos por ano.

Os meeiros, que são os arrendatários mais miseráveis, incluindo-se os operários que empregam, retiram um rendimento industrial igual ao rendimento fundiário e ao rendimento de capital do proprietário, o qual lhes fornece o bem fundiário e os adiantamentos.

⁵ Livro Segundo. Cap. XIV.

Efeitos Gerais do Consumo

O efeito mais imediato de qualquer espécie de consumo é a perda de valor e, conseqüentemente, de riqueza que resulta para o possuidor do produto consumido. Esse efeito é constante e inevitável. Jamais se deve perdê-lo de vista quando se estuda essa matéria. Um produto consumido é um valor perdido para todos e para sempre. Essa perda, todavia, é acompanhada de uma compensação: assim como a produção é uma troca que realizamos dos custos de produção por um produto, o consumo é a troca que fazemos de um produto por uma fruição.

A fruição em questão é de duas espécies, pois consiste: seja na satisfação imediata de uma necessidade — é a fruição proporcionada pelo *consumo improdutivo*; seja na reprodução de um outro produto que podemos considerar como uma satisfação retardada — e temos o *consumo reprodutivo*.¹

Podemos observar aqui que o consumo improdutivo, aquele cujo único resultado está em propiciar uma fruição, não exige nenhuma habilidade. Sem nenhum talento, esforço ou trabalho, podemos comer boas comidas ou envergar uma bela roupa.² Quanto ao consumo reprodutivo, ao contrário, não somente nenhuma fruição imediata dele decorre, mas exige ainda o emprego de um trabalho esclarecido que, em todo o decorrer desta obra, foi chamado de *indústria*.

Quando é desprovido de indústria aquele que possui o valor a consumir, se não sabe como fazer para consumi-lo reprodutivamente, desejando, contudo, que

¹ O mecanismo do consumo encontra-se muito bem representado pela combustão que se realça em nossas lareiras e nos nossos fornos. A madeira que queima, serve, ao queimar, seja para nos aquecer, seja para preparar alimentos ou tingiduras, conferindo-lhes, assim, um valor. Por si só, sua combustão não configura nada de útil ou de bom, pois, caso contrário, seria vantajoso queimar madeira que não aquecesse ninguém ou que não realizasse nenhum cozimento. Sua combustão, portanto, só é útil na medida em que satisfaz a necessidade que alguém tem de se aquecer (temos aqui a imagem do consumo improdutivo) ou então na medida em que confere às coisas que coze um valor suscetível de substituir o valor do combustível queimado (e essa é a imagem do consumo reprodutivo).

Um combustível que queimamos para aquecer e que não o faz ou que aquece mal ou então que queimamos para imprimir um novo valor a um artigo e que não o faz ou que imprime um valor inferior ao valor consumido — tal combustível nos dá a imagem de uma troca em que alguém dá um objeto para não receber nada de volta. É precisamente esse o efeito que produzem todos os consumos que ocorreram em pura perda.

² Sei muito bem que uma pessoa precisa de uma espécie de habilidade para poder orgulhar-se de uma grande fortuna, para gastar em seu próprio benefício sem ferir o amor-próprio dos demais, para obrigar sem humilhar, para trabalhar para o bem público sem alarmar os interesses particulares. Esses talentos, porém, dependem de uma qualidade moral ligada à conduta, cujos resultados, estritamente morais, só podem ser deduzidos de outra ciência, a Moral Experimental.

o valor seja consumido dessa maneira, ele o emprestará a uma pessoa mais industrial. Essa o destrói. Visto, porém, que ela ao mesmo tempo reproduz outro valor, tem condições de restituí-lo, mesmo depois de extrair os lucros de seus trabalhos e talentos. Um capital que, depois de emprestado, é devolvido, não é, como se vê, constituído pelas mesmas matérias recebidas. A condição imposta pelo prestador equivale ao seguinte: *Empresto a você valores iguais ao valor atual de 2 mil peças de 5 mil francos ou de 10 mil francos. Você deverá me devolver, em tal época determinada, uma soma de valores iguais ao valor que 10 mil francos terão então.* Um depósito que seríamos obrigados a devolver *in natura*, já que não deve ser consumido, não poderia servir para reprodução.

Às vezes, consumimos produtos que nós mesmos criamos. Assim fazem o cultivador que come suas frutas ou os animais de seu quintal, e o manufator que se veste com seus próprios tecidos. Dado, entretanto, que os objetos de nosso consumo são bastante numerosos e bem variados em comparação com os que nós mesmos produzimos, a grande maioria dos consumos só se realiza em razão de uma compra. Depois de trocar por dinheiro ou de receber sob forma de moeda os valores que compõem nossa renda, trocamos novamente esses valores pelos objetos que nos propomos a consumir. É esse fato que leva o comum das pessoas a pensarem que *gastar e consumir* significam a mesma coisa. Ora, não é ao comprar, porém, que perdemos o valor que possuímos. Com efeito, depois de comprar uma coisa, ela ainda guarda seu valor e nós podemos, se por ela não pagamos em excesso, revendê-la exatamente como a compramos. É ao consumi-la, entretanto, que a perda se realiza, pois um valor destruído deixa de existir, já não sendo possível nem vendê-lo nem consumi-lo uma segunda vez. Essa é a razão pela qual, em economia doméstica, uma mãe dona-de-casa destrói rapidamente as fortunas limitadas. É a mulher e não o marido que decide, habitualmente, os consumos de todos os dias, aqueles que se repetem sob um grande número de formas.

Podemos perceber desde já em que grande erro incorrem os que acreditam que aquilo que não acarreta nenhuma perda de numerário tampouco acarreta qualquer perda de riqueza. É muito comum escutar alguém dizer: *O dinheiro que se gasta não é perdido; permanece dentro do país. O país, portanto, não fica mais pobre com os gastos que nele se fazem.* Efetivamente, o país não perdeu nada do valor do dinheiro que nele se encontrava. Mas a coisa comprada com determinada soma de dinheiro, cem coisas compradas sucessivamente com a mesma quantia, todas essas foram consumidas e seu valor destruído.

É muito superficial, portanto, quase diria pueril, pretender, a fim de conservar as riquezas de um país, reter seu numerário. Esse numerário não impede nenhum consumo de valores nem, por conseguinte, nenhuma perda de riqueza. Serve, ao contrário, para fazer com que os produtos destinados ao consumo cheguem mais comodamente até as mãos de seus consumidores. E isso é um bem quando ocorre para facilitar um consumo inteligente, isto é, aquele cujos resultados são bons.

Poderíamos, por outro lado, nos limitar a pensar que, se o numerário circulante em um país não o preserva de nenhum consumo nem, conseqüentemente, de nenhuma perda de riqueza, aquele que se exporta pelo menos ocasiona com certeza uma perda para o país em questão. Em absoluto: a exportação de espécie, quando não é definitiva e quando deve trazer retornos em mercadorias, equivale a um consumo reprodutivo, a uma perda de valores que tem por objetivo uma reprodução dos mesmos.

Quando, ao contrário, a exportação de espécies é definitiva, a nação se vê privada de uma parte de seu capital, parte essa, porém, que perderia do mesmo modo pela exportação de qualquer outra mercadoria que não lhe trouxesse nenhum retorno.

Efeitos do Consumo Reprodutivo

São os valores capitais que consumimos de forma reprodutiva. O Livro Primeiro desta obra já apresentou o mecanismo desse consumo. Um negociante, um manufator ou um cultivador compram matérias-primas¹ e serviços produtivos e os consomem para com eles conseguir novos produtos. Os efeitos imediatos desse consumo são idênticos aos do consumo improdutivo. Ele provoca, com efeito, uma demanda que influi sobre os preços e sobre a produção dos objetos demandados; destrói-lhes o valor. Só há diferença no resultado posterior, pois esse consumo não satisfaz a nenhuma necessidade, não propicia nenhuma fruição além de tornar o empresário que o realiza possuidor de um novo produto, cujo valor lhe reembolsa pelos produtos consumidos além de pagar-lhe, habitualmente, certo lucro.

Com relação à afirmação segundo a qual o consumo reprodutivo não satisfaz a nenhuma necessidade, poder-se-ia objetar, em razão de uma análise incompleta dos fatos, que o salário pago a um operário e, por conseguinte, gasto reprodutivamente, serve para sua alimentação, vestuário e divertimento. Devemos assinalar aqui, porém, não um único consumo, mas dois, na realidade. Ao comprar os serviços do operário e ao consumi-los, o fabricante consome, reprodutivamente e sem satisfazer a nenhuma necessidade, uma parcela de seu capital. Ao vender seus serviços, o operário, por seu lado, vende sua renda de um dia ou de uma semana. Ora, é o preço que com isso consegue que é consumido improdutivamente por ele próprio e por sua família. Da mesma maneira como o aluguel do prédio ocupado pelo fabricante e que constitui a renda do proprietário é gasto improdutivamente por este último.

Não se deve pensar, todavia, que é o mesmo valor que é consumido duas vezes, uma delas reprodutivamente e a outra improdutivamente. São dois valores independentes um do outro e cuja origem é distinta. Um deles, o serviço industrial do operário, é o produto de sua força muscular e de seu talento. Ora, esse serviço constitui a tal ponto um produto que, como qualquer outro artigo, possui um pre-

¹ As matérias-primas constituem, para o manufator e o negociante, os produtos que compram para conferir-lhe um novo grau de valor. Tecidos de algodão constituem matérias-primas para o fabricante de tecidos estampados e estes, por sua vez, constituem matéria-prima para o comerciante que os compra com o propósito de vendê-los ou despachá-los.

ção corrente. O outro valor consumido é a parcela do capital do fabricante que este deu em troca do serviço do operário. Uma vez concluída a troca desses dois valores, os dois consumos realizam-se cada um por seu lado e com propósitos diferentes. O primeiro, com o propósito de criar um produto e, o segundo, com o de alimentar o operário e sua família.

Aquilo que o fabricante gasta e consome reprodutivamente é aquilo que adquiriu por meio de seu capital. O que o operário gasta e consome improdutivamente é o que obteve em troca de seus esforços. Do fato desses dois valores se trocarem um pelo outro não se segue que constituam um só e mesmo valor.

O mesmo raciocínio também se aplica ao trabalho inteligente do empresário. Seu tempo e seu trabalho são reprodutivamente consumidos por ele em sua manufatura; os lucros que disso tira em troca são consumidos improdutivamente por ele em seu lar.

De resto, esse duplo consumo é análogo ao que os empresários fazem de suas matérias-primas. Um fabricante de tecidos apresenta-se a um comerciante de lã com uma soma de 1 000 escudos nas mãos. Eis aí dois produtos em presença: de um lado, um valor de 1 000 escudos, fruto de uma produção anterior e que agora faz parte do capital do fabricante e, de outro, fardos de lã que fazem parte do produto anual de uma fazenda. Uma vez concluída a troca, esses dois valores são consumidos cada um por seu lado. O capital, trocado por fardos de lã, para fazer tecidos; o produto da fazenda, trocado por escudos, para satisfazer as necessidades do arrendatário ou de seu proprietário.

Já que todo consumo constitui uma perda, quando se faz um consumo reprodutivo, ganha-se, por conseguinte, tanto pelo que se consome a menos quanto pelo que se produz a mais. Na China, poupa-se muito na sementeira da terra pelo método lá adotado de plantar a semente em lugar de espalhá-la. O efeito que disso resulta é exatamente como se as terras na China fossem mais produtivas do que as da Europa.²

Nas artes, quando a matéria-prima é de valor nulo, não faz parte dos consumos que ela requer. Assim, a perda calcária destruída por quem trabalha num forno a cal ou a areia que o vidraceiro emprega não constituem consumos se não têm valor.

Uma poupança realizada sobre os serviços produtivos da indústria, dos capitais e das terras é algo tão real quanto a poupança feita sobre o emprego da matéria-prima. Pode-se poupar sobre os serviços produtivos da indústria, dos capitais e das terras, quer obtendo mais serviço com os mesmos meios de produção, quer absorvendo menos meios de produção para obter os mesmos produtos.

Todas essas poupanças, ao cabo de bem pouco tempo, redundam, em geral, em proveito da sociedade, pois diminuem os custos de produção. Ora, a concorrência das produções faz, a seguir, com que baixe, até o nível desses custos, o preço dos produtos à medida que as economias se tornam mais conhecidas e de uso mais generalizado. Da mesma maneira, porém, e por essa mesma razão, os que não sabem utilizar os meios de produção de modo tão econômico quanto os outros, perdem onde estes ganham. Quantos manufatores se arruinaram porque só sabiam trabalhar com custos elevados, em prédios fastuosos, com um número excessivo de utensílios ou muito caros e, conseqüentemente, com capitais maiores do que os que outros manufatores empregam, sem conseguirem, com isso, obter mais produtos!

² Uma pessoa ligada à embaixada de Macartney calculou que o que esse método conseguia poupar em sementes no império da China bastaria para alimentar toda a Grã-Bretanha.

Felizmente, é o interesse pessoal que, na maioria dos casos, é afetado em primeiro lugar e com mais intensidade por essas perdas. É dessa mesma forma que a dor adverte a nossos membros das lesões de que devem resguardar-se. Se o produtor inábil não fosse o primeiro a ser punido pelas perdas que ele próprio causou, veríamos, com muito maior freqüência ainda, pessoas arriscando falsas especulações. Um mau especulador é tão fatal para a prosperidade geral quanto um dissipador. Um negociante que gasta 50 mil francos para ganhar 30 e um homem da alta sociedade que gasta 20 mil francos em cavalos, em amantes, em festins e em espetáculos feéricos desempenham exatamente o mesmo papel em relação à sua própria fortuna e à riqueza da sociedade, com a única diferença do prazer que o último, talvez, tenha maior do que o outro.³

Já que as considerações que constituem a matéria do Livro Primeiro dispensam-me de me estender mais sobre os consumos reprodutivos, limitar-me-ei, no que segue, a dirigir a atenção do leitor exclusivamente para os *consumos improdutivos*, para seus motivos e resultados. Advirto desde já que, doravante, a palavra *consumo*, utilizada isoladamente, deverá ser tomada, como no uso comum, como se aplicando unicamente aos consumos improdutivos.

³ Visto que é muito difícil, talvez até impossível, avaliar com exatidão aceitável os valores consumidos e os valores produzidos, um particular só consegue saber se sua fortuna aumentou ou diminuiu por meio de inventários de tudo o que possui. As pessoas ordeiras e metódicas fazem-nos regularmente; a lei, inclusive, obriga as pessoas que estão no comércio a fazê-los todos os anos. Sem isso, um empresário é incapaz de saber se sua empresa não está absorvendo uma quantidade de valores maior do que a que produz. Nesse estado de ignorância, pode estar trabalhando para sua própria ruína e para a de seus credores. Independentemente dos inventários, o empresário prudente sempre compara previamente os valores a serem absorvidos por suas operações com o valor provável de seus produtos; trata-se de uma espécie de planejamento detalhado que permite presumir os resultados, embora sem assegurá-los.

Efeitos do Consumo Improdutivo em Geral

Acabamos de examinar a natureza e os efeitos dos consumos em geral, sejam eles quais forem, bem como os efeitos gerais dos consumos reprodutivos em particular. No presente capítulo e nos seguintes, tratar-se-á exclusivamente dos consumos cuja meta é a satisfação de uma necessidade, isto é, uma fruição, e que são chamados de improdutivos ou estéreis.

É por meio dos consumos improdutivos que o homem satisfaz tanto seus mais nobres desejos quanto seus gostos mais vulgares. É por meio deles que amplia seus conhecimentos e suas faculdades intelectuais, cria seus filhos, ameniza a existência de sua família e torna-se útil para seus amigos, sua pátria e para a humanidade. Tanto seu aperfeiçoamento moral como sua felicidade dependem, em grande parte, de seus consumos improdutivos. Estes, todavia, como tantas vezes já se repetiu, nada acrescentam às riquezas da sociedade. Se é verdade que as instituições e circunstâncias que dão origem a necessidades louváveis favorecem as nações, não as beneficiam, ao contrário, as que estimulam a consumir apenas para destruir produtos e para permitir sua substituição.¹ Os meios de produção são limitados; esgotá-los deliberada e sistematicamente com o único propósito de esgotá-los é pura infantilidade: é dissipar sem nenhum propósito instrumentos de felicidade.

Se às pessoas fosse aconselhado, não a prejudicarem os consumos favoráveis a seu bem-estar e ao da sociedade, mas somente a aumentarem o volume de seus consumos, isso equivaleria a aconselhar-lhes a terem maiores rendas e a se tornarem mais ricas. Tal conselho seria bem fútil se, ao mesmo tempo, não indicasse a elas os meios de se tomarem mais ricas. E se lhes indicarmos esses meios dizendo: *Desenvolvam sua inteligência; sejam mais industriosos; valorizem suas terras e seus capitais; multipliquem esses capitais por meio de acumulações gradativas*, estaremos dizendo a elas: PRODUZAM, expressão que, por si só, significa tudo o mais. O consumo, com efeito, acompanha infalivelmente a verdadeira produção. Produzir, com efeito, é conferir valor a uma coisa. Ora, esse valor só pode surgir numa coisa a partir do desejo que ela estimula nos consumidores, os quais só a compram

¹ Se me fosse permitido exprimir a mesma idéia por meio de uma expressão popular, eu diria: Usem sapatos porque o uso de calçados constitui um consumo salutar; mas não usem sapatos apenas para fazer com que os fabricantes de calçados ganhem.

a fim de consumi-la. Sempre que as coisas não acontecem dessa maneira, trata-se de um mero acidente cuja vítima é o produtor ou o consumidor e que se evita na medida do possível.

Se o estímulo que julgássemos necessário dar ao consumo estéril atingisse o ponto de afetar os capitais, não mais se trataria somente de um consumo provocado às expensas de outro. Teríamos, ao contrário, a supressão de todos os consumos posteriores que se teriam renovado cada vez que a parcela dissipada do capital tivesse sido gasta para uma nova produção. Só é possível, com efeito, valorizar um capital gastando-o, e podemos gastá-lo novamente tantas vezes quantas for restabelecido pela produção.

Alguém poderá, talvez, supor que as vendas provocadas pelo consumo estéril favorecem os produtores, já que, sendo todo produto acabado uma parcela ainda não realizada do capital do empresário, quanto mais rápida for sua venda, tanto mais cedo poderá, com o mesmo capital, recomeçar uma nova operação; por conseguinte, já que um maior número de tais operações produtivas poderá, nessas condições, ocorrer a cada ano, mais lucros poderão ser distribuídos aos produtores de todos os níveis. Embora isso seja verdade, trata-se de um conselho a dar aos produtores e não aos consumidores. Podemos dizer aos primeiros: *Se produzirem objetos que convêm às necessidades e hábitos de sua nação e de sua época, eles não ficarão armazenados por muito tempo, com a condição de que os consumidores, por sua vez, produzam o necessário para adquiri-los.*

A única vantagem do consumo estéril, portanto, consiste apenas na satisfação maior ou menor resultante dele mesmo. É sob esse ponto de vista que examinaremos, neste capítulo, os consumos improdutivos em geral, sejam eles quais forem, e, em particular, nos capítulos seguintes, os consumos privados e públicos. Trata-se exclusivamente de comparar a perda que, para o consumidor, resulta de seu consumo com a satisfação que alcança. É do julgamento adequado ou inadequado que avalia essa perda e a compara com a satisfação obtida que decorrem os consumos sensatos ou não, isto é, algo que, depois da produção real das riquezas, exerce a mais poderosa influência sobre a felicidade ou infelicidade das famílias e nações.

Sob esse aspecto, os consumos mais esclarecidos serão:

1) *Os que satisfazem necessidades reais.* Por necessidades reais entendo aquelas de cuja satisfação dependem nossa existência, nossa saúde e o contentamento da maioria dos homens. Tais necessidades se opoem às que provêm de uma sensualidade refinada, do preconceito e do capricho. Assim, serão, em geral, esclarecidos os consumos de um país se nele encontrarmos maior quantidade de coisas cômodas do que suntuosas; muitos tecidos de algodão e poucas rendas; alimentos abundantes e saudáveis em lugar de iguanias sofisticadas; boas e sólidas roupas em lugar de finos bordados. Num país desse tipo, os prédios públicos terão pouco luxo e muita utilidade; nele, os indigentes não verão hospitais suntuosos, mas encontrarão auxílio assegurado; as cidades não exibirão, talvez, palácios tão magníficos, mas todos poderão caminhar em segurança nas calçadas.

O luxo ostentatório somente propicia uma satisfação vazia. Só o luxo do conforto, se assim posso me exprimir, permite uma satisfação real. Esse último é menos caro e, conseqüentemente, consome menos. O outro não tem limites. Em determinado indivíduo, aumenta por nenhum outro motivo além do fato de aumentar em outro indivíduo. Desse modo, pode continuar progressivamente ao infinito.

“O orgulho” — disse Franklin — “é um mendigo que grita tão alto quanto a necessidade, mas é infinitamente mais insaciável.”

Se compararmos satisfação com satisfação, a sociedade, considerada em seu conjunto, ganha bem mais com aquela que provê necessidades reais do que com a que contenta necessidades factícias. Quer as necessidades de um rico façam produzir e consumir perfumes refinados, quer as de um pobre façam produzir uma roupa quente para uma estação rigorosa: em ambos os casos, as necessidades provocarão a produção e consumo de duas riquezas que podemos supor iguais. No primeiro caso, entretanto, a sociedade obterá em troca um prazer fútil, curto e que mal sentirá; no segundo, um bem-estar sólido, duradouro e precioso.²

2) *Os consumos lentos mais do que os rápidos, bem como aqueles que escolhem preferencialmente os produtos de melhor qualidade.* Um país e as pessoas particulares demonstram sabedoria quando dão preferência aos objetos cujo consumo é lento e o uso, freqüente. É por essa razão que terão casas e móveis cômodos e adequados, pois há poucas coisas cujo consumo seja mais lento do que uma casa ou cujo uso seja mais freqüente, pois nela se passa a maior parte da vida. As modas de tal país e desses particulares não serão muito inconstantes. A moda, com efeito, tem o privilégio de gastar as coisas antes que tenham perdido sua utilidade e muitas vezes antes mesmo de terem perdido seu frescor. Ela multiplica os consumos e condena a não servir para mais nada algo que ainda é excelente, cômodo e bonito. Assim, a rápida sucessão das modas empobrece o Estado tanto com o que consome como com o que não consome.

Mais vale consumir coisas de boa qualidade, ainda que mais caras. A razão disso é a seguinte: em qualquer espécie de fabricação, existem certas despesas que permanecem as mesmas e que são igualmente pagas quer o produto seja bom ou ruim. Um tecido feito de linho de má qualidade exigiu, por parte do tecelão, do comerciante atacadista, do empacotador, do transportador e do comerciante varejista, um trabalho exatamente idêntico ao que teria exigido, para chegar até ao consumidor, um tecido de excelente qualidade. A economia que faço ao comprar um objeto de qualidade medíocre não incide, portanto, sobre o preço desses diversos trabalhos, cujo valor integral, ao contrário, sempre é necessário pagar, mas unicamente sobre o preço da matéria-prima. Apesar disso, porém, esses diferentes trabalhos, pelos quais se paga igualmente caro, são consumidos mais rapidamente quando o tecido é de má qualidade do que quando ela é boa.

Dado que se pode aplicar esse raciocínio a todos os tipos de fabricação; visto que, em todos eles, há serviços que é preciso pagar do mesmo modo seja qual for a qualidade e visto, além disso, que esses serviços dão mais lucro nos produtos de boa qualidade do que nos de má, segue-se que é de toda a conveniência para uma nação em geral consumir preferencialmente os de boa qualidade. Para chegar a esse ponto, é necessário que o país em questão tenha o gosto do belo e do bom e, ademais, que seja capaz de reconhecê-los. Esse é mais um caso em que o conhecimento esclarecido³ favorece a prosperidade de um Estado. Acima de tudo, é necessário que o conjunto do país não seja miserável a ponto de sempre se ver obrigado a comprar o mais barato, embora as coisas assim compradas terminem em última instância por custar-lhe mais caro.

É perceptível que os regulamentos mediante os quais a autoridade pública se

² Esse segundo caso é aquele em que o rico investe a juros o dinheiro que poderia ter gasto em frivolidades. Para que seus juros possam lhe ser pagos, é preciso que o dinheiro seja empregado reprodutivamente; por conseguinte, ele servirá, em parte, para a manutenção da classe laboriosa. A destruição de riqueza permanece a mesma, mas foi trocada por satisfações mais sólidas.

³ Por *conhecimento esclarecido* (*lumières*) deve-se entender sempre o conhecimento do verdadeiro estado das coisas ou daquilo que é verdadeiro, qualquer que seja o domínio.

imiscui nos detalhes da fabricação (supondo-se — o que é muito duvidoso — que consigam fazer com que sejam fabricadas mercadorias de melhor qualidade) não são suficientes para fazer com que sejam consumidas, pois não dão ao consumidor o gosto pelas coisas boas nem os meios de adquiri-las. A dificuldade que encontramos aqui está do lado do consumidor e não do produtor. Se me encontrarem consumidores que queiram e possam adquirir o que é bonito e bom, então encontrarei produtores para fornecê-los. É a boa situação de um país que pode levá-lo a essa meta, pois tal situação não se limita apenas a fornecer meios para obter as coisas boas, ela também faz nascer o gosto por elas. Ora, não são regulamentos que propiciam uma boa situação; é a produção ativa e a poupança, é o amor ao trabalho benéfico para todos os tipos de indústria, e a economia que acumula capitais. É nos países em que se encontram essas qualidades que todos podem adquirir uma situação suficientemente folgada para poder escolher seus próprios consumos. A prodigalidade, ao contrário, sempre vem acompanhada de dificuldades. Ora, quando somos comandados pela necessidade, não escolhemos.

Os prazeres da mesa, dos jogos e dos fogos de artifício são dos mais passageiros. Conheço vilarejos onde falta água e que, num único dia de festa, consomem dinheiro suficiente para trazer água e construir uma fonte em sua praça pública. Seus habitantes preferem embriagar-se em honra de seu padroeiro durante um dia e ir penosamente buscar, todos os dias do ano, uma água lamacenta no cume de uma colina dos arredores. É em parte à miséria e em parte a consumos mal esclarecidos que devemos atribuir a sujeira que circunda a maioria das habitações das pessoas do campo.

Em geral, um país no qual se gastasse, seja nas cidades, seja nos campos, em casas bonitas, roupas adequadas, móveis sólidos e em educação, parte do que se gasta em prazeres e fruições frívolos e perigosos; um país como esse, dizia, mudaria totalmente seu aspecto, adquiriria um aspecto de bem-estar, parecendo incomparavelmente mais atraente aos olhos de seus próprios habitantes e dos estrangeiros.

3) *Os consumos realizados em comum.* Há diversos serviços cujos custos não aumentam na proporção de seu consumo. Um único cozinheiro pode preparar igualmente bem a refeição para uma só pessoa como para dez. Um mesmo forno pode assar vários pedaços de carne tão bem como um só. Disso provém a economia que se constata na manutenção em comum das comunidades religiosas e civis, dos soldados e das oficinas numerosas. Também provém daí a economia resultante da preparação em marmitas comuns da alimentação para um grande número de pessoas dispersas: é a principal vantagem dos estabelecimentos onde se preparam refeições econômicas.

4) Por último, por considerações de outra ordem, são consumos esclarecidos aqueles que a sã moral aprova. Aqueles que, ao contrário, ofendem-na terminam, em geral, por redundar em prejuízo para as nações e para os particulares. Demonstrar essa verdade, contudo, afastar-me-ia demasiado de meu objeto.

Deve-se observar que a excessiva desigualdade das fortunas se opõe a todos os tipos de consumos que devem ser considerados como mais esclarecidos. Quanto mais desproporcionadas são as fortunas, tanto maior é, num país, o número de necessidades factícias e tanto menor o de necessidades reais nele satisfeitas. Os consumos rápidos se multiplicam. Os Luculos e Heliogábalos da Roma Antiga nunca pensavam ter destruído e arruinado gêneros em quantidade suficiente. Enfim, os consumos imorais são bem mais numerosos nos países onde coexistem a grande opulência e a grande miséria. A sociedade, nesses casos, divide-se num pequeno número de pessoas que conseguem prazeres refinados e num vasto número de

outras que invejam a sorte das primeiras, fazendo tudo o que podem para imitá-las. Qualquer meio para passar de uma classe para outra parece bom e as pessoas passam a ser tão pouco escrupulosas sobre os meios de obtenção do prazer quanto o foram sobre os de se enriquecer.

Em qualquer país, é muito grande a influência do Governo sobre a natureza dos consumos que se fazem, não somente por ser chamado a decidir sobre a natureza dos consumos públicos, mas também porque seu exemplo e decisões orientam fortemente os privados. Se o Governo é amigo do fausto e da ostentação, o rebanho de imitadores também terá fausto e ostentação. Mesmo as pessoas que são feitas para se conduzir de acordo com seus próprios princípios serão forçadas a sacrificá-los. Pode sua sorte, com efeito, permanecer sempre independente de um favor ou de uma consideração ligadas, então, não a qualidades pessoais, mas a prodigalidades que elas próprias desaprovam?

No primeiro escalão dos consumos mal esclarecidos encontram-se os que trazem tristezas e males em lugar dos prazeres esperados. São dessa espécie os excessos da intemperança. Se o leitor quer exemplos tirados dos consumos públicos, basta considerar as guerras empreendidas por vingança, como a que Luís XIV declarou contra o periodista da Holanda, ou aquelas suscitadas pelo amor de uma vã glória, com as quais só se consegue, em geral, ódio e vergonha. Tais guerras, entretanto, são ainda menos aflitivas em razão das perdas que pertencem ao domínio da Economia Política do que em razão do repouso e honra da nação que elas comprometem e das virtudes e talentos que ceifam para sempre. Essas perdas constituem um tributo que a pátria e as famílias já lamentariam mesmo quando exigidas somente pela inexorável necessidade; tornam-se atroz, porém, quando seu sacrifício se deve à leviandade, aos vícios, à incapacidade ou às paixões dos poderosos.

Os Consumos Privados, seus Motivos e Resultados

Por oposição aos públicos, os consumos privados são aqueles que se realizam para satisfazer as necessidades dos indivíduos e das famílias. Essas necessidades se referem primordialmente à sua alimentação, vestuário, habitação e prazeres. Os rendimentos de cada pessoa ou família, quer provenientes de seus talentos industriais, de seus capitais ou de suas terras, asseguram os diferentes consumos que a satisfação dessas necessidades exige. Uma família aumenta suas riquezas, perde-as ou permanece estacionária conforme seus consumos permaneçam aquém de seus rendimentos, ultrapassem-nos ou os igualem. A soma de todos os consumos privados, acrescentada aos que o Governo efetua para o serviço do Estado, constitui o consumo geral da nação.

Do fato de que qualquer família, bem como a nação tomada globalmente, possa, sem empobrecer, consumir a totalidade de seus rendimentos não se segue que deva fazê-lo. A previdência impõe antecipar eventualidades. Quem pode garantir que sempre conservará sua fortuna intacta? Qual é a fortuna totalmente independente da injustiça, da má fé ou da violência dos homens? Acaso nunca houve confiscação de terras? Navio algum jamais naufragou? Podemos estar certos de jamais sofrer um processo? Podemos estar seguros de ganhá-los sempre? Acaso nenhum rico negociante jamais foi vítima de falência ou de uma especulação mal sucedida? Se alguém gasta, todos os anos, toda sua renda, seus fundos poderão diminuir constantemente; aliás, segundo todas as probabilidades, deverão diminuir.

Por outro lado, ainda que sempre permaneçam os mesmos, bastará mantê-los? Ainda que considerável, uma fortuna permanece grande quando vem a ser dividida entre vários filhos? E mesmo que não venha a sê-lo, que mal há em aumentá-la, desde que por vias legítimas? Não é o desejo que têm os particulares de aumentar seu próprio bem-estar que, aumentando os capitais por meio da poupança, beneficia a indústria e torna as nações opulentas e civilizadas? Se nossos pais não tivessem alimentado esse desejo, ainda seríamos selvagens. Ainda não sabemos exatamente até que ponto podemos, ser civilizados pelos progressos da opulência. Não me parece em absoluto demonstrado que seja preciso necessariamente que 9/10 dos habitantes da maioria dos países europeus vegetem numa situação próxima da barbárie, como de fato ainda hoje acontece.

A economia privada nos ensina a ordenar adequadamente os consumos da família, isto é, a comparar judiciosamente, em todas as ocasiões, o sacrifício do valor

consumido com a satisfação que a família obtém. Cada indivíduo em particular é capaz de avaliar com justeza esse sacrifício e essa satisfação. Tudo, com efeito, é relativo à sua fortuna, ao nível que ocupa na sociedade, a suas necessidades, às de sua família e até a seus gastos pessoais. Um consumo excessivamente limitado priva-o das amenidades de que a fortuna lhe permite desfrutar. Um consumo desgraçado, ao contrário, priva-o dos recursos que a prudência o aconselha a poupar.

Os consumos dos particulares sempre estão em relação com o caráter e as paixões dos homens. As inclinações mais nobres e as mais vis influenciam-nos alternadamente. Tais consumos são estimulados pelo amor dos prazeres sensoriais, pela vaidade, generosidade, vingança e pela própria cupidez. São, ao contrário, reprimidos por uma prudente previdência, por temores quiméricos, pela desconfiança e pelo egoísmo. Dessas afecções diferentes, ora umas, ora outras predominam e dirigem os particulares no uso que fazem das riquezas. A linha traçada pela sabedoria nesse caso é, como em tudo o mais, a mais difícil de seguir. A fraqueza dos indivíduos desvia-os ora para um lado, ora para outro, precipitando-os muitas vezes no excesso.

Com relação ao consumo, seus excessos são a prodigalidade e a avareza. Ambas se privam das vantagens que as riquezas propiciam, a prodigalidade por esgotar seus meios e a avareza por proibir-se de nelas tocar. A prodigalidade é mais amável, ligando-se a inúmeras qualidades sociais. É mais facilmente desculpada porque convida a partilhar de seus prazeres. Mais do que a avareza, entretanto, é fatal para a sociedade, pois dissipa e tira da indústria os capitais que a mantêm. Destruindo um dos grandes agentes da produção, ela põe, ao mesmo tempo, os demais na impossibilidade de se desenvolverem. Os que afirmam que o dinheiro só é bom para ser gasto e que os produtos são feitos para serem consumidos enganam-se redondamente se, com isso, pretendem se referir exclusivamente aos gastos e consumos consagrados à obtenção de prazeres. O dinheiro também serve para ser aplicado reprodutivamente: nunca é empregado dessa forma sem que disso resulte um bem imenso. Por outro lado, cada vez que um fundo aplicado se dissipa, há, em algum canto do mundo, uma quantidade equivalente de indústria que se extingue. O pródigo que devora uma parte de seus fundos priva ao mesmo tempo um homem industrioso de seus lucros.

O avaro que não valoriza seu tesouro com medo de arriscá-lo não está favorecendo a indústria, é bem verdade, mas, pelo menos, não lhe subtrai nenhum de seus meios. Esse tesouro foi acumulado, com efeito, às expensas das fruções do próprio avaro e não, como as pessoas vulgarmente são levadas a imaginar, às expensas do público, pois não foi tirado de nenhum emprego produtivo. E, quando da morte do avaro, se não foi dissipado por seus sucessores nem tão bem escondido que se torne impossível descobri-lo, pelo menos será aplicado e correrá a incentivar a indústria.

Os pródigos cometem um grande erro ao se glorificarem de suas dissipações. São tão indignas da nobreza de nossa natureza quanto as mesquinhas do avaro. Não há mérito nenhum em consumir tudo o que se pode nem em dispensar-se das coisas quando não as temos mais. É o que fazem os animais e, mesmo assim, os mais inteligentes dentre eles são mais prudentes. O que deve caracterizar o modo de proceder de toda criatura dotada de previdência e razão é, em qualquer circunstância, não realizar nenhum consumo sem um propósito razoável. Esse é o conselho que a economia nos dá.

A economia é o julgamento aplicado aos consumos. Ela conhece seus próprios recursos e o melhor emprego que deles se pode fazer. A economia não possui princípios absolutos; é sempre relativa à fortuna, à situação e às necessidades do consumidor. Tal despesa determinada, aconselhada por uma economia pruden-

te numa fortuna medíocre, seria uma mesquinaria para um homem rico e uma prodigalidade para um lar indigente. Durante uma doença, é preciso nos conceder a nós mesmos certas doçuras e amenidades que nos recusaríamos em estado de saúde. Uma benemerência merecedora do mais alto louvor quando sacada dos prazeres pessoais do benfeitor torna-se, ao contrário, digna de desprezo quando concedida somente às expensas da subsistência de seus próprios filhos.

A economia toma igual distância da avareza e da prodigalidade. A avareza acumula, não para consumir nem para reproduzir, mas apenas por acumular; trata-se de um instinto, uma necessidade automática e vergonhosa. A economia é filha da sabedoria e de uma razão esclarecida; sabe recusar o supérfluo para garantir o necessário, ao passo que o avarento se recusa o necessário a fim de conseguir o supérfluo num futuro que nunca chega. Podemos fazer economia mesmo numa festa suntuosa, e ela é capaz de fornecer meios de torná-la ainda mais bela. A avareza, ao contrário, não pode aparecer em nenhum lugar sem estragar tudo. Uma pessoa econômica compara suas possibilidades com suas necessidades atuais, com suas necessidades futuras e com o que dela exigem sua família, seus amigos e a humanidade. Um avarento não tem família nem amigos, mal tem necessidades, e a humanidade não existe para ele. A economia pretende não consumir nada em vão, ao passo que o avarento não quer consumir absolutamente nada. A primeira resulta de um cálculo louvável, pois só ele apresenta os meios de cumprir seus deveres e de ser generoso sem ser injusto. A avareza é uma paixão ignóbil, pois só leva a si mesma em consideração e a si mesma tudo sacrifica.

Não é sem razão que a economia viu-se transformada em virtude, pois, como as demais virtudes, supõe fortaleza e domínio de si, nenhuma outra sendo mais fecunda do que ela em conseqüências felizes. É ela que, na família, proporciona a boa educação física e moral dos filhos bem como o cuidado dos velhos. É ela que, na idade madura, assegura a serenidade de espírito necessária para a boa conduta e a independência que situa o homem acima das baixezas. É só mediante a economia que alguém pode ser liberal, sê-lo durante muito tempo e com resultados frutíferos. Quando alguém só é liberal por prodigalidade, dá sem nenhum discernimento, tanto aos que merecem como aos que não merecem, dá a quem não deve nada às expensas daqueles a quem deve. Frequentemente, o pródigo se vê obrigado a implorar o auxílio das mesmas pessoas a quem acumulou de profusões; aparentemente, só dá sob a condição de receber de volta. A pessoa econômica, ao contrário, sempre dá gratuitamente, pois só dá bens dos quais pode dispor sem se pôr em dificuldades. Tal pessoa é rica com uma fortuna medíocre, enquanto o avarento e o pródigo são pobres embora possuindo grandes bens.

A desordem exclui a economia, atravessando ao acaso e de olhos vendados os extremos da riqueza. Ora tem nas mãos o que mais deseja e dispensa-o por não percebê-lo, ora toma e devora algo que deveria conservar. Ela é permanentemente dominada e controlada pelos acontecimentos: ou é incapaz de prevê-los ou não tem a liberdade de esquivar-se deles. Nunca sabe onde está nem que direção deve tomar.

Uma casa onde não reina a ordem torna-se presa fácil de todo o mundo: arruína-se mesmo quando conta com agentes fiéis e mesmo quando administrada com parcimônia. Está exposta a inúmeras pequenas perdas que se renovam a cada instante sob as mais variadas formas e pelas causas mais desprezíveis.¹

¹ Lembro-me que, estando na campanha, tive um exemplo dessas miúdas perdas que um lar está sujeito a suportar por sua própria negligência. Por falta de uma trâmela de pouco valor, encontrava-se muitas vezes aberta a porta de um curral que dava para os campos. Cada pessoa que saía puxava a porta, mas, sem nenhum meio exterior de fechá-la, ela permanecia entreaberta, o que fez com que muitos animais do curral fossem perdidos dessa maneira. Um dia,

Dentre os motivos que determinam o maior número de consumos privados deve-se classificar o luxo. Este forneceu matéria a tantas perorações que eu poderia, talvez, dispensar-me de falar sobre ele se todo o mundo se dispusesse ao trabalho de aplicar os princípios estabelecidos na presente obra e, por outro lado, se não fosse sempre útil apresentar razões em lugar de perorações.

Já se definiu o luxo como o uso do *supérfluo*.² Ora, devo confessar que não sei distinguir o *supérfluo* do *necessário*. Assim como as cores do arco-íris, o *supérfluo* e o *necessário* se entrelaçam e se fundem um no outro através de imperceptíveis nuances. Os gostos, a educação, os temperamentos e a saúde estabelecem diferenças infinitas entre todos os graus de utilidade e de necessidade. É impossível, assim, empregar em sentido absoluto duas palavras que nunca podem ter mais do que um valor relativo.

O *necessário* e o *supérfluo* variam inclusive segundo os diferentes estados em que se encontra a sociedade. Assim, embora um homem possa, a rigor, viver contando apenas com raízes para se alimentar, uma pele para vestir e uma choupana para se abrigar, contudo, no estado atual de nossas sociedades, não se pode, em nossos climas, considerar como coisas *supérfluas* o pão e a carne, uma roupa de tecido de lã e o abrigo de uma casa. Pela mesma razão, o *necessário* e o *supérfluo* variam segundo a fortuna dos indivíduos: o que é *necessário* na cidade e em determinada profissão seria *supérfluo* no campo e numa posição diferente. Não é possível, por conseguinte, traçar a linha que separa o *supérfluo* do *necessário*. Smith, que a situa um pouco mais alto do que Steuart, já que chama de coisas *necessárias* (*necessities*) não somente o que a natureza, mas também o que as normas convencionais de decência e honestidade fizeram *necessário* para as mais baixas classes do povo; Smith — dizia eu — cometeu o erro de fixá-la. Por sua própria natureza, essa linha é móvel.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o luxo consiste no uso das coisas caras. Aliás, a palavra *caro*, cujo sentido é relativo, convém bastante à definição de uma expressão cujo sentido é igualmente relativo. Ao mesmo tempo, porém, a expressão *luxo*, em francês, evoca antes a idéia de ostentação do que a de sensualidade.³ O *luxo das roupas* não indica que sejam mais cômodas para quem as veste, mas que são feitas para ofuscar a visão de quem as contempla. O *luxo da mesa* lembra mais a suntuosidade de um grande repasto do que as delicadas iguarias de um epicurista.

Sob esse ponto de vista, o principal objetivo do luxo está em estimular a admiração pela rareza, pela careza e magnificência dos objetos que ele próprio exhibe. Assim, objetos de luxo são as coisas que se empregam, não por sua utilidade real

um porco novo e forte escapou e entrou no bosque. Foi o que bastou para que todas as pessoas se pusessem em campo. O jardineiro, a cozinheira e a moça encarregada do curral saíram, cada um por seu lado, em busca do fugitivo. O jardineiro foi o primeiro a avistá-lo e, ao saltar um fosso para impedir a fuga do animal, torceu perigosamente o pé, o que o reteve por mais de quinze dias em seu leito. A cozinheira encontrou queimadas algumas roupas de baixo que havia deixado a secar junto ao fogo. A moça encarregada dos animais domésticos, por sua vez, tendo abandonado o estábulo sem a precaução de amarrar os animais, uma das vacas, em sua ausência, quebrou a pata de um potro que era criado na mesma baía.

As jornadas de trabalho do jardineiro que foram perdidas valiam certamente 20 escudos; as roupas e o potro com certeza valiam outro tanto. Em poucos instantes, portanto, por falta de uma tramela de uns poucos soldos, produziu-se uma perda de 40 escudos, suportada por pessoas que precisavam da mais estrita economia, sem mencionar os sofrimentos causados pela doença nem a inquietude e demais inconvenientes estranhos aos gastos propriamente ditos. Não foram grandes infelicidades nem perdas enormes. No entanto, quando se sabe que a falta de cuidados reproduz diariamente acidentes como este, terminando por acarretar a ruína de uma família honesta, todos concordarão que vale a pena prestar mais atenção.

² STEUART. *Economia Política*. Em outra passagem, o mesmo autor escreve que as *superfluidades* são as coisas que não são absolutamente necessárias para viver.

³ Os ingleses dispõem de uma única palavra (*luxury*) para exprimir aquilo que chamamos de *luxo* e *luxúria*. Talvez se deva atribuir a esse fato a idéia de sensualidade que, bem mais do que nós, vinculam às coisas de luxo.

nem por sua comodidade, seu conforto, mas exclusivamente para ofuscar os olhos e agir sobre a opinião das outras pessoas. O luxo é, sem dúvida, uma forma de ostentação. Essa última, porém, estende-se a todas as vantagens com as quais as pessoas procuram se adornar: assim, alguém pode ser virtuoso por ostentação, mas nunca por luxo. Este supõe gastos e dispêndios e, dessa maneira, quando se fala de *luxo do espírito*, é apenas por extensão, supondo-se que alguém dispenda seu espírito ao prodigar certos traços que ele fornece naturalmente e que o bom gosto preferiria fossem economizados.

Embora o que entendemos por luxo tenha a ostentação por motivo principal, os refinamentos de uma sensualidade extremada podem, contudo, ser-lhe assimilados: também estes não podem ser justificados e seus resultados são exatamente os mesmos; trata-se de um consumo considerável, capaz de satisfazer grandes necessidades e consagrado a prazeres vãos.

Eu seria incapaz, todavia, de considerar objeto de luxo aquilo que um homem esclarecido e prudente, habitando um país civilizado, desejaria ter à mesa (mesmo quando não tem convivas) e o que desejaria ter como casa e vestuário (mesmo quando não estivesse obrigado a nenhuma função de representação). Nesse caso, trata-se de um conforto, de uma comodidade esclarecida e proporcional à sua fortuna, mas não é luxo.

Tendo determinado dessa maneira a idéia de luxo, podemos desde já descobrir quais são seus efeitos sobre a economia das nações.

O consumo improdutivo inclui a satisfação de necessidades bem reais. Sob esse aspecto, pode compensar o prejuízo que sempre resulta de uma destruição de valores. Quem, porém, compensará o mal causado por um consumo que não tem por objeto a satisfação de nenhuma necessidade real? De um gasto cujo único objeto é o próprio gasto? De uma destruição de valor que não se propõe nenhum outro fim além da própria destruição?

Responderá alguém: *Tal consumo proporciona benefícios aos produtores dos objetos consumidos.*

Ora, o gasto que não se faz em consumos vãos sempre é feito em outra coisa. Com efeito, o dinheiro que alguém recusa gastar em objetos de luxo nem por isso é jogado no rio. É empregado, quer em consumos mais esclarecidos, quer na reprodução. De qualquer maneira, a menos que seja enterrado, as pessoas consomem ou fazem consumir toda a sua renda; de qualquer maneira, o estímulo dado aos produtores pelo consumo é igual à soma dos rendimentos. De onde se segue:

1) que o estímulo dado a um certo tipo de produção pelos gastos faustosos é necessariamente tirado de outro tipo de produção;

2) que o estímulo resultante desse gasto só pode crescer no caso exclusivo de aumento da renda dos consumidores. Ora, é sabido que ela não aumenta por meio de gastos de luxo, mas, sim, por meio de gastos reprodutivos.

Incorreram em grande erro, portanto, aqueles que, percebendo em linhas gerais que a produção é sempre igual ao consumo (certamente é necessário, com efeito, que o que se consome tenha sido produzido), tomaram o efeito pela causa, afirmando como princípio que só o consumo improdutivo provoca a reprodução, que a poupança se opõe diretamente à prosperidade pública e que o cidadão mais útil é o que gasta mais.

Os partidários de duas doutrinas opostas (a dos economistas e a do comércio exclusivo ou da balança comercial) fizeram dessa máxima um artigo fundamental de sua fé. Os fabricantes e comerciantes, que só têm em vista a venda atual de seus produtos, sem investigar as causas que poderiam levá-los a vender mais, também apoiaram uma máxima tão conforme, em aparência, aos seus próprios interesses. Também os poetas, sempre um pouco seduzidos pelas aparências e não se

acreditando obrigados a saber mais do que os homens de Estado, celebraram o luxo de todas as maneiras.⁴ E os ricos, por sua vez, apressaram-se a endossar uma doutrina que apresenta sua própria ostentação como virtude e seus prazeres e fruções como benemerências.

Os progressos da Economia Política, no entanto, dando a conhecer as verdadeiras origens da riqueza, os meios de produção e os resultados do consumo, destruirão para sempre tais prestígios. A vaidade sempre poderá vangloriar-se de seus gastos vãos, mas será objeto de desprezo para o sábio em razão de suas conseqüências, assim como já o era por seus motivos.

O que é demonstrado pelo raciocínio também se confirma pela experiência. A miséria invariavelmente sucede ao luxo. O rico que ama o fasto emprega, em jóias caras, repastos suntuosos, mansões magníficas, em cães, cavalos e amantes, valores que, investidos produtivamente, comprariam vestimentas quentes, alimentos nutritivos e móveis confortáveis para um grande número de pessoas laboriosas, condenadas por ele a permanecerem ociosas e na miséria. Assim, o rico ostenta fivelas de ouro e o pobre não tem sapatos; o rico se veste de veludo e o pobre não tem camisa.

A força das coisas é de tal ordem que, por mais que a magnificência deseje afastar a pobreza de seu olhar, esta sempre a segue obstinadamente, como que para acusá-la de seus excessos. É exatamente isso que se observava em Versalhes, em Roma, em Madri e em todas as cortes. É disso que a França ofereceu ultimamente um triste exemplo, como conseqüência de uma administração dissipadora e faustosa, como se fosse necessário que princípios tão incontestáveis devessem ainda receber essa confirmação terrível.⁵

As pessoas não habituadas a perceber as realidades atrás das aparências deixam-se às vezes seduzir pelos brilhos e ruídos de um luxo brilhante. Acreditam na prosperidade desde o instante em que enxergam gastos. Que não se enganem, po-

⁴ Nem todos os assuntos são igualmente favoráveis aos efeitos da poesia. Sob esse aspecto, porém, os erros não têm nenhum privilégio. Os versos em que Voltaire fala do sistema do mundo e das descobertas de Newton sobre a luz são de uma exatidão rigorosa aos olhos dos cientistas e não são menos belos do que os de Lucrécio sobre os devaneios de Epicuro. Mas, se fosse mais instruído em Economia Política, Voltaire não teria dito:

Saibam sobretudo que o luxo enriquece
Um grande Estado mesmo se arruína um pequeno.
Esse esplendor, essa mundana pompa
De um reino feliz é o sinal certo.
O rico nasceu para muito gastar...

Quanto mais se difundem as ciências, tanto mais os literatos têm a obrigação de pelo menos se instruírem em seus princípios gerais; quanto mais seus pensamentos se aproximarem da verdade, tanto mais brilharão de um fulgor duradouro.

A república não tem o que fazer
Com pessoas que não gastam nada!
Não conheço homem mais necessário
Do que aquele cujo luxo derrama inúmeros benefícios.

LA FONTAINE. *Benefício da Ciência*.

“Se os ricos não gastarem muito, os pobres morrerão de fome.”

MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. Livro Sétimo. Cap. IV.

⁵ Outras considerações também concorrem para explicar a atmosfera de miséria que envolve as cortes. É nelas que se realiza em grande escala o mais rápido de todos os consumos, o dos serviços pessoais, os quais são consumidos tão logo produzidos. Sob essa denominação, devemos incluir o serviço dos militares, dos domésticos, dos funcionários úteis ou inúteis, dos empregados subalternos, dos funcionários da polícia, dos eclesiásticos, magistrados, atores, músicos, bufões de sociedade e de tudo aquilo que circunda o centro de um grande poder administrativo ou judiciário, militar ou religioso. Os próprios produtos materiais parecem mais sujeitos a destruição nesses locais do que alhures. As iguarias finas, os tecidos suntuosos e os artigos da moda precipitam-se nessa voragem; dela nada ou quase nada retorna.

Apesar disso, se aqueles valores consideráveis, nascidos em toda a superfície industriosa de um vasto território, que vão ser consumidos nas cortes nelas se repartissem com uma espécie de equidade, poderiam bastar para o conforto

rém: um país em decadência apresenta, durante algum tempo, uma imagem de opulência, exatamente como o faz a casa de um dissipador que está se arruinando. Esse brilho factício, todavia, não é duradouro. Com efeito, visto que ele seca e esgota as fontes de reprodução, vê-se infalivelmente sucedido por uma situação de dificuldades e de marasmo político, cuja cura só se consegue gradativamente e através de meios exatamente opostos aos que trouxeram a decadência.

É lamentável que os costumes e hábitos funestos do país a que somos ligados pelo nascimento, pela fortuna e pelos afetos submetam a sua influência até as pessoas mais prudentes e sábias e mais capazes de avaliar seus perigos e prever suas tristes conseqüências. É muito reduzido o número de homens cujo espírito é suficientemente firme e a fortuna suficientemente independente para poderem agir exclusivamente segundo seus próprios princípios e só tomar a si mesmos como exemplo. A maioria termina por seguir a contragosto a multidão insensata que, irrefletida, não percebe que a felicidade, uma vez satisfeitas as necessidades comuns da vida, não se encontra nos vãos prazeres do luxo, mas no exercício moderado de nossas faculdades físicas e morais.

Dessa maneira, as pessoas que, por meio de grandes poderes ou talentos, procuram disseminar o gosto pelo luxo conspiram contra a felicidade das nações. Se existe algum hábito que mereça ser estimulado, seja nas monarquias seja nas repúblicas, tanto nos grandes Estados como nos pequenos, esse único hábito é a economia. Mas, acaso precisa ela de estímulo? Não bastaria recusar a dissipação deixando de louvá-la? Não bastaria respeitar inviolavelmente todas as poupanças e seus investimentos, vale dizer, o pleno desenvolvimento de qualquer indústria que não seja criminosa? Ora, quando não se depravam as nações por meio de maus exemplos e más instituições, quando se permite que se esclareçam sobre seus verdadeiros interesses, elas se comportam muito bem. As extravagâncias são meramente individuais.

Alguns sustentam que, ao estimular os homens a gastar, estão sendo estimulados a produzir: é preciso, afinal, que ganhem o necessário para sustentar seus gastos. — Para raciocinar dessa maneira, é preciso começar por supor que tanto produzir como consumir dependa dos homens, e que aumentar suas rendas é tão fácil quanto devorá-las. Ora, ainda que isso fosse verdade e, além disso, ainda que fosse verdade que a necessidade de gastar engendrasse o amor ao trabalho (o que está longe de corresponder à experiência), mesmo assim só seria possível aumentar a produção mediante um aumento de capitais, os quais são um dos elementos necessários da produção. Ora, os capitais só podem crescer por meio de poupança. E que poupança se pode esperar por parte daqueles cujo único estímulo para produzir se encontra na vontade de fruir?

De resto, mesmo quando o amor ao luxo inspira desejo de ganhar, serão os recursos lentos e limitados da verdadeira produção suficientes para a avidez de suas necessidades? A pessoa assim movida não contará, antes, com os lucros rápidos e excusos da intriga, indústria ruinosa para as nações, pois não produz nada, limitando-se a partilhar dos produtos de outrem? Nessas condições, o espertalhão

de tudo o que as circunda. Tais voragens, é certo, não deixariam de ser funestas, pois absorvem os valores sem dar nenhum em troca; apesar disso, no local mesmo da residência da corte, todo o mundo poderia estar muito bem provido.

Sabemos, no entanto, que é precisamente nas cortes que as riquezas, menos do que em qualquer outro lugar, se distribuem com equidade. Um príncipe, um favorito, uma amante ou um predador poderoso arrebatam para si a parte principal das riquezas e os desocupados subalternos delas recebem apenas o que a generosidade ou capricho dos grandes se digna conceder-lhes.

Se houve senhores que mantiveram a abundância residindo em suas terras, foi porque nelas fizeram despesas produtivas em lugar de gastos faustosos; nesse caso, foram autênticos empresários cultivadores, acumulando capitais em benfeitorias.

desenvolve todos os recursos de seu desprezível talento; o trapaceiro especula sobre a obscuridade das leis e os que dispõem do poder passam a vender à estupidéz e à improbidade aquilo que devem gratuitamente ao mérito e ao direito.

“Vi num jantar” — narra Plínio — “Paulina coberta de um tecido de pérolas e esmeraldas que valia 40 milhões de sestércios, algo que, como ela mesma afirmava, podia provar por meio de seus registros: devia-o às rapinas de seus ancestrais.”

O autor romano ainda acrescenta que foi “para que sua neta pudesse aparecer num festim coberta de pedrarias que Lólio se dispôs a espalhar a desolação em várias províncias, a ser difamado por todo o Oriente, a perder a amizade do filho de Augusto e, por último, a morrer envenenado”.

É dessa espécie a indústria inspirada pelo amor aos gastos.

De outra parte, se alguém pretendesse que a doutrina que encoraja as prodigalidades, já que favorece apenas as dos ricos, produz pelo menos o bom resultado de diminuir a desigualdade das fortunas, ser-me-ia fácil, contra tal argumento, demonstrar que as profusões dos ricos acarretam igual conduta por parte das classes medianas e das classes pobres. Ora, visto que são estas últimas que atingem mais rapidamente os limites de suas rendas, a profusão generalizada antes aumenta do que diminui a desigualdade das fortunas. Além disso, a prodigalidade dos ricos vem sempre precedida ou seguida pela dos Governos; ora, a desses últimos só pode encontrar recursos nos impostos, os quais sempre pesam mais sobre as rendas pequenas do que sobre as grandes.⁶

Já se tentou algumas vezes reprimir, por intermédio de leis suntuárias, a vaidade insolente e os gastos ruinosos. Tais leis raramente atingiram os objetivos a que se tinham proposto. Quando os costumes estavam corrompidos, as pessoas sabiam como esquivá-los; no caso contrário, além de ameaçar a propriedade, elas eram inúteis. Os erros dos particulares trazem neles mesmos sua própria punição e é insensatez tentar realizar por meio de leis algo que se consegue infalivelmente pela própria força das coisas.⁷

Depois da apologia do luxo, certos autores tiveram a idéia, por vezes, de fazer também a apologia da miséria. Assim, afirmaram que, se não fossem acossados pela necessidade, os indigentes não queriam trabalhar, o que privaria os ricos e a sociedade em geral da indústria dos pobres.

Essa máxima, felizmente, é tão falsa em seu princípio quanto bárbara em suas conseqüências. Se a miséria e a privação fossem motivos para ser laborioso e trabalhador, o selvagem seria o mais trabalhador dos homens, pois é o mais miserável de todos. Sua indolência, entretanto, é bem conhecida; sabe-se que morreram de tristeza todos os selvagens que se tentou fazer trabalhar. Em nossa Europa, os operários mais preguiçosos são os que mais perto se encontram dos hábitos dos selva-

⁶ Já escutei o seguinte raciocínio em favor do luxo. (Aliás, que raciocínios não se fazem, que argumentos não se invocam?) *O luxo, ao consumir supérfluos, só destrói coisas de reduzida utilidade real, trazendo, por conseguinte, poucos prejuízos para a sociedade.* A resposta a esse paradoxo é a seguinte. A concorrência dos produtores necessariamente fez com que o valor da coisa consumida por luxo se reduzisse ao nível de seus custos de produção, nos quais estão incluídos os lucros dos produtores. Ao consumir objetos de luxo, consumimos arrendamentos, capitais, trabalho industrial, numa palavra, valores reais, os quais teriam sido consagrados a produtos de utilidade real se a demanda estivesse voltada para estes últimos. As produções sempre se ajustam aos gostos e preferências dos consumidores.

⁷ Charles Comte, em seu *Traité de Legislation* (t. I, p. 455) — obra que revela profundo conhecimento da economia das sociedades e dos motivos que atuam sobre o espírito dos homens —, observa que os regulamentos que tinham por objetivo restringir os gastos dos particulares já foram abandonados em todos os Estados europeus e que, além disso, não temos nenhuma razão para sentir sua falta. “Hoje em dia”, diz ele, “cada um pode desfrutar e dispor de suas propriedades da maneira mais absoluta. A faculdade que qualquer pessoa tem de dissipar sua fortuna em gastos insensatos não arruinou as nações européas, exatamente como a faculdade de que dispõem os pais chineses de abandonar seus filhos tampouco despovoou a China.”

gens. A quantidade de trabalho executada por um grosseiro operário não especializado de uma região miserável não é comparável com a que é executada por um operário de Paris ou Londres cuja vida é mais folgada e confortável. As necessidades se multiplicam à medida que vão sendo satisfeitas. O homem que se veste com um casaco deseja ter um traje completo; o que já tem o traje quer uma sobrecasaca. O operário que tem um quarto para morar deseja um segundo. Quem tem duas camisas ambiciona possuir um dúzia a fim de poder trocá-las com maior frequência, ao passo que quem jamais teve nenhuma sequer sonha em conseguí-la. Não é jamais porque já ganhou algo que alguém recusará ganhar mais ainda.

Assim, ao contrário do que muitas vezes se disse, o conforto e folga das classes inferiores não é em absoluto incompatível com a existência do corpo social. Um sapateiro pode fazer sapatos tão bem num quarto aquecido, vestido de um bom terno, quando está bem alimentado e quando alimenta bem seus filhos, como quando trabalha transido de frio numa barraca na esquina de uma rua. O trabalho das pessoas não é nem menos bom nem de pior qualidade quando desfrutam das comodidades razoáveis da vida.

Que os ricos abandonem, portanto, esse medo pueril de serem menos bem servidos se os pobres adquirirem algum conforto. Ao contrário, tanto a experiência como o raciocínio mostram que é justamente nos países mais ricos, mais geralmente ricos, que se encontra com maior facilidade com que satisfazer os mais refinados gostos.

Natureza e Efeitos Gerais dos Consumos Públicos

Além das necessidades dos indivíduos e das famílias, cuja satisfação dá origem aos consumos privados, a reunião dos indivíduos também tem, enquanto sociedade, suas próprias necessidades, as quais dão origem aos consumos públicos. A sociedade compra e consome o serviço do administrador que cuida de seus interesses, do militar que a defende das agressões estrangeiras, e do juiz civil ou criminal que protege cada indivíduo dos ataques de outros. Todos esses diferentes serviços têm sua utilidade. Se se multiplicaram além do necessário, se são pagos acima de seu valor, são problemas que resultam dos vícios da organização política e cujo exame foge de nosso assunto.

Veremos mais adiante onde a sociedade encontra os valores com os quais compra quer os serviços de seus agentes, quer os artigos que suas necessidades exigem. No presente capítulo, consideraremos somente a maneira como se realiza o consumo de uns e outros, bem como os seus resultados.

Se o leitor compreendeu corretamente o início deste Livro Terceiro, perceberá sem nenhuma dificuldade que os consumos públicos, os que se fazem para a utilidade comum, têm exatamente a mesma natureza que os que se efetuam para a satisfação dos indivíduos ou das famílias. Trata-se sempre de uma destruição de valores, de uma perda de riquezas, ainda que um só escudo não tenha deixado as fronteiras do país.

Para melhor nos convenceremos disso, examinemos passo a passo a trajetória de um valor consumido em função da utilidade pública.

O Governo exige do contribuinte o pagamento em dinheiro de determinada contribuição. A fim de satisfazer o coletor, o contribuinte em questão troca por moedas de prata os produtos de que pode dispor, entregando esse dinheiro aos prepostos do fisco.¹ Outros agentes compram com ele lençóis e víveres para as tro-

¹ Se um capitalista ou um proprietário, cujas rendas consistem nos juros de um capital emprestado ou num arrendamento, disser: *Não vendo produtos para pagar meus impostos, pois recebo minha renda em dinheiro*, podemos responder-lhe que o empresário que explorou seu capital ou sua terra vendeu os produtos em lugar dele. O resultado seria o mesmo se as pessoas que exploram o capital ou a terra pagassem seu aluguel *in natura*, isto é, em seus produtos, e se o capitalista ou o proprietário pagasse seus impostos enviando ao Governo parte desses produtos *in natura* ou então vendendo-os para enviar-lhe o valor da venda. Ver Livro Segundo, cap. V, sobre como as rendas se distribuem na sociedade.

pas. Até aqui, não há ainda nenhum valor consumido ou perdido; o que há apenas é um valor entregue gratuitamente pelo devedor e certas trocas que se realizaram. O valor fomecido ainda existe sob a forma de víveres e tecidos que se encontram nos depósitos do Exército. Finalmente, porém, esse valor é consumido. Em consequência, essa parcela de riqueza, que saiu das mãos de um contribuinte, é aniquilada, destruída.

Não é a soma de dinheiro que é destruída: esta, ao contrário, passa de uma mão para outra, seja gratuitamente (como quando passou do contribuinte para o coletor de impostos), seja por meio de troca (como quando passou do administrador para o fomecedor onde foram comprados os víveres ou tecidos). Através de todos esses movimentos, todavia, o valor do dinheiro conservou-se. Mesmo depois de ter passado para uma terceira mão, para uma quarta ou para uma décima, esse valor ainda existe sem nenhuma alteração sensível. O que não mais existe é o valor do tecido e dos víveres. Esse resultado permaneceria exatamente o mesmo se fosse o contribuinte quem, com o mesmo dinheiro, tivesse comprado os víveres e o tecido e os tivesse consumido ele próprio. Não há nenhuma outra diferença, exceto que, nesse último caso, é o contribuinte que teria desfrutado desse consumo, ao passo que é o Estado que dele desfrutou efetivamente.

É fácil aplicar esse mesmo raciocínio a todos os tipos de consumo público. Quando o dinheiro do contribuinte serve para pagar o salário de um funcionário, este vende seu tempo, seu talento e seus esforços, os quais são consumidos a serviço do público. O funcionário, por sua vez, consome, em lugar do contribuinte, o valor que recebeu em troca de seus serviços, exatamente como poderia tê-lo feito um empregado ou um assalariado qualquer empregado para cuidar dos interesses privados do contribuinte.

Em quase todas as épocas, acreditava-se que os valores que a sociedade paga pelos serviços públicos retomariam a ela sob outras formas. E alguns imaginaram demonstrar esse ponto dizendo: *O que o Governo ou seus agentes recebem, eles o restituem ao gastá-lo*. Ora, isso é um erro, e um erro cujas consequências foram lamentáveis, pois acarretaram gigantescas dilapidações cometidas sem o menor remorso. Com efeito, o valor fomecido pelo contribuinte é entregue gratuitamente; o Governo serve-se dele para comprar determinado trabalho, ou objetos de consumo, numa palavra: produtos que têm um valor equivalente e que lhe são entregues. Ora, uma compra não é uma restituição.²

Seja qual for a maneira como se apresentar essa operação, por mais complexa que freqüentemente seja sua execução, a análise sempre terminará por reduzi-la ao que acaba de ser dito. Um produto consumido sempre é um valor perdido, qualquer que seja o consumidor; e esse valor é perdido sem nenhuma compensação por aquele que nada recebe em troca. No caso presente, entretanto, deve-se considerar como um retorno o benefício que o contribuinte obtém do serviço do funcionário público ou do consumo que se realiza para a utilidade geral.

Ora, se as despesas públicas afetam a soma das riquezas exatamente do mesmo modo como as despesas privadas, são os mesmos princípios de Economia que deverão determinar umas e outras. Não há duas espécies de Economia, assim como tampouco existem duas espécies de probidade ou duas espécies de moral. Se um Governo ou um indivíduo fazem consumos dos quais deverá resultar uma produção de valor superior ao valor consumido, um e outro estão exercendo uma ati-

² Roberto Hamilton, em seu excelente trabalho sobre a *Dívida Nacional* da Inglaterra, evidencia o ridículo da afirmação que estou criticando ao compará-la à de um ladrão que, depois de furtar a caixa de um comerciante, dissesse a ele: *Vou empregar todo esse dinheiro na compra de artigos de seu comércio. De que você se queixa? Não receberá de volta todo o seu dinheiro? E, além disso, não será um estímulo para sua indústria? É exatamente idêntico a este o estímulo que o Governo dá quando gasta o dinheiro dos contribuintes.*

vidade produtiva. Se o valor consumido não deixou nenhum produto, trata-se de um valor igualmente perdido tanto para um como para outro, embora possa perfeitamente, ao se dissipar, ter prestado o serviço que dele se esperava. As munições de guerra e as provisões de boca, assim como o tempo e os trabalhos dos funcionários civis e militares que serviram na defesa do Estado já não mais existem, embora tenham sido impecavelmente utilizados. Ocorre com essas coisas o mesmo que acontece com os gêneros e serviços que uma família consumiu para seu próprio uso. Essa utilização não apresentou nenhuma outra vantagem além da satisfação de uma necessidade. Se esta, porém, era real, se foi satisfeita nas melhores condições possíveis, essa compensação basta para equilibrar, muitas vezes até com grande vantagem, o sacrifício que custou. Por outro lado, se a necessidade não existia, então o consumo e a despesa não passaram de um mal sem nenhuma compensação. Passa-se o mesmo com os consumos do Estado: consumir por consumir, gastar por gastar, exigir um serviço exclusivamente com o fim de por ele pagar certo salário, destruir uma coisa apenas pelo pretexto de pagá-la, são extravagâncias quer por parte de um Governo, quer de um indivíduo, tão indesculpáveis em quem governa o Estado como em quem é chefe de outra empresa qualquer. Aliás, o Governo dissipador é bem mais culpável do que o indivíduo: esse, com efeito, consome produtos que lhe pertencem, ao passo que o primeiro não é proprietário, sendo um mero administrador da fortuna pública.³

Nessas circunstâncias, que pensar de tantos autores que pretenderam demonstrar que a natureza das fortunas particulares e a da fortuna pública é muito diferente; que a fortuna de um indivíduo aumentaria efetivamente por meio da poupança, ao passo que o crescimento da fortuna pública, ao contrário, proviria do aumento dos consumos; e que disso extraíram essa conseqüência, tão perigosa quanto falsa, segundo a qual as regras que servem para a administração de uma fortuna privada e as que devem orientar a administração do dinheiro público, não apenas diferem entre si, mas encontram-se muitas vezes em oposição direta?

Se tais princípios só aparecessem nos livros e se nunca fossem postos em prática, poderíamos ficar tranqüilos, limitando-nos com indiferença a vê-los aumentar a pilha imensa de erros impressos. Mas é de muito lamentar a humanidade quando os vemos professados por homens eminentes pelas funções, pela inteligência e pela cultura, e — pior ainda! — quando os vemos aplicados na prática por aqueles que estão armados de poder, podendo emprestar ao erro e à insensatez a força das baionetas e dos canhões!⁴

Madame de Maintenon, numa carta ao cardeal de Noailles, conta que um dia, exortando o rei a dar esmolas maiores, recebeu esta resposta de Luís XIV: *Um rei já dá esmolas ao gastar muito*. Afirmação preciosa e terrível que mostra como a ruína pode basear-se em princípios.⁵ Os maus princípios são mais prejudiciais do que a própria perversidade, porque, quando compreendemos mal as coisas, seguimo-

³ Qualquer Governo que se diz proprietário da fortuna dos indivíduos, ou que age como se fosse, é usurpador. Ora, a usurpação é um fato e não um direito; caso contrário, um ladrão suficientemente hábil e forte para apoderar-se dos bens de outrem, uma vez que se tomasse mais fraco e fosse capturado, seria, apesar disso, um proprietário legítimo, dispensado, portanto, da restituição.

⁴ É fácil perceber que essa passagem e muitas outras foram escritas sob um regime militar que se tinha arrogado o direito de esgotar todos os recursos da nação e de a ela só se dirigir para demonstrar-lhe, sem admitir contradição, que se tratava de algo perfeitamente bem feito.

⁵ Alguns espíritos mais capazes, como Fénelon, Vauban e outros, percebiam confusamente que essa doutrina levava à ruína. Mas eram incapazes de demonstrá-lo por ignorarem em que consiste a produção e o consumo de riquezas. Em seu *Dizimo Real*, Vauban escreve que "se a França se encontra tão miserável, não é à inclemência do tempo nem a erro das populações nem à esterilidade das terras que se deve atribuí-lo, pois o ar é excelente, os habitantes são laboriosos, hábeis, cheios de indústria e bem numerosos; ao contrário, é às guerras que atribularam a França desde há muito e à ausência de economia, que não compreendemos muito bem". Também Fénelon, em muitas páginas admiráveis de seu *Telêmaco*, já dera a entender as mesmas verdades. Contudo, só podiam passar e efetivamente passaram por meros efeitos retóricos, pois Fénelon não estava em condições de demonstrá-las rigorosamente.

los contra nossos próprios interesses e também porque os seguimos por mais tempo sem remorsos e implacavelmente. Se Luís XIV pensasse satisfazer apenas sua vaidade mediante seu luxo e sua ambição mediante suas conquistas, seria apenas um homem honesto, poderia até terminar por censurar-se e pôr um fim a ambos ou até parar pelo menos em seu próprio interesse. Ao contrário, porém, estava firmemente convencido de que, por seus esbanjamentos, fazia-se útil para o Estado e, conseqüentemente, para si mesmo, e é por isso que só parou no momento em que caiu na miséria e na humilhação.⁶

As idéias sadias em Economia Política eram então a tal ponto estranhas mesmo para as melhores cabeças, mesmo no século XVIII, que o rei da Prússia, Frederico II, homem de grande avidez de verdade, capaz de percebê-la e muito digno em protegê-la, escrevia a d'Alembert para justificar suas guerras:

“Meus numerosos exércitos fazem com que as espécies circulem, disseminando nas províncias, em igual distribuição, os subsídios que os povos fornecem ao Governo”.

Não, devemos negá-lo mais uma vez, os subsídios fomicidos ao Governo pelas regiões não retomam a elas. Quer pagos em dinheiro ou *in natura*, transformam-se em munições de guerra ou provisões de boca e, sob essa forma, são consumidos e destruídos por pessoas que não os substituem porque não produzem nenhum valor.⁷ A Prússia teve a felicidade de as ações de Frederico II não terem sido conseqüentes com seus princípios. O bem que fez a seu país com a economia de sua administração foi maior do que o mal que lhe causou com suas guerras.

Se os consumos feitos pelos países ou pelos Governos que bem ou mal os representam⁸ ocasionarem uma perda de valores e, conseqüentemente, de riquezas, só serão justificáveis na medida em que deles resultar para o país uma vantagem igual aos sacrifícios que lhe custarem. Assim, toda a habilidade da administração

⁶ Quando Voltaire, referindo-se às construções faustosas de Luís XIV, afirma que elas não se realizaram à custa do Estado, servindo para fazer com que o dinheiro circulasse no reino, isso prova apenas que essas questões ainda eram estranhas para nossos maiores gênios. Voltaire só é capaz de enxergar as somas de dinheiro nessa operação. Ora, visto que o dinheiro de fato não faz parte das rendas nem dos consumos anuais, ao considerar exclusivamente essa mercadoria não se vê nenhuma perda nas maiores profusões. É preciso, porém, prestar muita atenção aqui, pois, dessa maneira de encarar as coisas, resultaria que nada é consumido num país durante o curso de um ano, já que o volume de seu numerário é, no final do ano, mais ou menos idêntico ao do início. O historiador deveria considerar, ao contrário, que os 900 milhões de nossa moeda gastos por Luís XIV somente para o castelo de Versalhes compunham-se originariamente de produtos penosamente criados pela indústria dos franceses e a eles pertencentes, produtos esses convertidos por eles em dinheiro para pagamento de seus impostos, e a seguir trocados por materiais, tintas, ouripéis e consumidos sob essa última forma para satisfazer a vaidade de um só homem. O dinheiro só serviu nesse processo como artigo auxiliar apto a facilitar a troca dos produtos dos contribuintes por materiais etc. O resultado dessa pretensa circulação foi a destruição de um valor de 900 milhões, para cuja compensação hoje temos somente um palácio em manutenção permanente e jardins para passeio.

Mesmo as terras, embora menos fugidias do que o dinheiro, também se consomem ou, pelo menos, seu valor é consumido. Já ouvi afirmarem que a França, depois da Revolução, não perdeu nada com a venda de seus bens nacionais porque todos eles passaram para as mãos dos próprios franceses. Ora, os capitais pagos ao Estado pelo preço dessa aquisição saíram das mãos dos adquirentes: onde estão eles agora? Foram consumidos, foram perdidos.

⁷ Dois valores entram nas mãos do Governo ou de seus agentes para o abastecimento de um exército: 1) o valor dos subsídios pagos pelos súditos e 2) o valor dos abastecimentos proporcionados pelos fornecedores. Aqueles que fornecem o primeiro desses valores (os contribuintes) não recebem nenhuma compensação; os que fornecem o segundo (os fornecedores) recebem um contravalor que é seu pagamento. Esse contravalor, entretanto, não basta para que os autores se vejam autorizados a afirmar que o Governo devolve com uma mão o que recebe com a outra e que, em todo esse processo, só há circulação em que a nação não perdeu nada. Ora, o que o Governo recebeu é igual a dois, mas o que restituiu é igual a um somente. A perda da segunda unidade cai sobre o contribuinte. Ora, visto que as fortunas reunidas de todos os contribuintes constituem a fortuna nacional, esta diminuiu de todo o montante dos consumos feitos pelo Governo menos o que este último reproduziu por meio das instituições públicas, como veremos no próximo capítulo.

⁸ Chamo Governo ao conjunto dos poderes que regem uma nação seja sob qual forma for. Em minha opinião, estão errados alguns publicistas quando aplicam esse nome exclusivamente aos chefes do poder executivo. Governa-se dando leis e fazendo-as executar. Por outro lado, o que se chama de poder executivo, ou administração, impõe, em qualquer país, muitas regras obrigatórias que não poderiam se distinguir das leis propriamente ditas.

consiste em comparar sempre e judiciosamente a extensão dos sacrifícios impostos com a vantagem em que redundam para o Estado. Não hesito em afirmar que qualquer sacrifício desproporcional a essa vantagem constitui uma tolice ou um crime da administração.

Que aconteceria, então, se os gastos insensatos dos maus Governos não se limitassem a dissipar a própria substância dos povos⁹ e se muitos de seus consumos, longe de propiciarem uma compensação equivalente, proporcionassem, ao contrário, incontáveis infortúnios; se os mais extravagantes e culposos empreendimentos decorressem das mais criminosas exações e se as nações pagassem quase sempre com o próprio sangue a vantagem de fornecer dinheiro de seu próprio bolso?

Seria muito triste se alguém acusasse de retóricas essas verdades que o bom senso é obrigado a repetir somente porque a loucura e a paixão se obstinam em ignorá-las.

Visto que os consumos ordenados pelo Governo constituem uma parcela importante do consumo nacional, dado que atingem às vezes 1/6, 1/5 ou 1/4 dos consumos totais e por vezes até mais,¹⁰ segue-se daí que o sistema econômico abrangido pelo Governo exerce imensa influência sobre o progresso ou a decadência da nação. Quando um indivíduo acredita que aumentará seus recursos ao dissipá-los, quando pensa valorizar-se a si mesmo pela prodigalidade, quando não sabe resistir à atração de um prazer sedutor ou aos conselhos de um ressentimento (mesmo legítimo), é certo que essa pessoa irá se arruinar e seu desastre terá repercussões sobre a sorte de um pequeno número de outros indivíduos. Quando se trata do Governo, no entanto, não há um só de seus erros que não faça com que milhões se tornem miseráveis, e que não seja capaz de causar a decadência da nação. Se devemos desejar que os simples cidadãos sejam bem esclarecidos sobre seus próprios interesses, com muito mais razão devemos desejá-lo para os Governos! A ordem e a economia já constituem virtudes mesmo no domínio privado. Quando, porém, as encontramos nos homens que presidem aos destinos do Estado, dando origem à prosperidade de um povo inteiro, já nem mais sabemos que nome magnífico lhes conferir.

O indivíduo sente todo o valor da coisa que consome. Trata-se, muitas vezes, do resultado penoso de seu suor, de uma longa aplicação e de uma poupança contínua. Pode, assim, medir com facilidade a vantagem que obterá com o consumo e a privação que daí resultará para ele. Um Governo, todavia, não está diretamente interessado na ordem e na economia. Não sente tão vivamente nem de tão perto as inconveniências que redundam da infração a uma e outra. Acrescente-se a isso

⁹ No Livro Segundo, cap. XI, vimos que impedir a multiplicação dos produtos anuais, dado que a população é sempre proporcional à produção, equivale a impedir os homens de nascerem e equivale a massacrá-los, desperdiçar capitais, sufocar a indústria e esgotar as fontes de produção. Sob um mau Governo, essa causa leva à morte muito mais pessoas do que a guerra mais mortífera.

¹⁰ Embora uma nação possa consumir acima de sua renda, não é, provavelmente, o que ocorre com a Inglaterra, pois sua opulência aumentou de forma evidente até nossos dias. Portanto, seus consumos se mantêm, no máximo, no nível de suas rendas. A renda total da Grã-Bretanha era avaliada por Gentz em apenas 200 milhões de libras esterlinas; e justamente por Gentz, cuja parcialidade a favor das finanças e recursos da Inglaterra é tão notória! Henri Beeke estimava-a em 218 milhões, incluindo nessa soma por volta de 100 milhões de rendimentos industriais. Admitamos que essa renda, em razão dos recentes progressos industriais, tenha aumentado ainda mais desde então e que, em 1813, sua totalidade na Grã-Bretanha tenha se elevado a 224 milhões de libras esterlinas. Ora, vemos em Colquhoun (*On the Wealth of the British Empire*) que os gastos do Governo ascenderam, neste ano de 1815, a 112 milhões de esterlinos. Assim sendo, as despesas públicas constituíam, na Inglaterra dessa época, a metade das despesas totais da nação. E considere-se ainda que as despesas feitas pelas mãos do Governo central não incluem a totalidade das despesas públicas, pois não incluem nem as despesas comunais, nem o imposto dos pobres, nem o dízimo obrigatório que se paga ao clero anglicano, nem as contribuições voluntárias para a manutenção dos outros cultos etc. Mesmo nos grandes Estados, o Governo poderia ser organizado de modo a não consumir nem a centésima parte das rendas gerais do país. Isso dependeria, porém, de certos aperfeiçoamentos na política prática, os quais ainda estão bem longínquos mesmo para as nações mais adiantadas.

que o indivíduo encontra estímulo para poupar, não somente em seu próprio interesse, mas também nos sentimentos de seu coração, pois sua economia assegura recursos para os entes que lhe são caros. Um Governo econômico, no entanto, poupa para cidadãos que mal conhece e os recursos que economiza só servirão, talvez, para seus sucessores.

Estará enganado quem supusesse que o poder hereditário protege desses inconvenientes. As considerações que atuam sobre o homem privado pouco afetam o monarca. A seus olhos, a fortuna de seus herdeiros está garantida desde que também o esteja a sucessão. Não é ele, de resto, quem decide sobre a maioria dos gastos nem quem realiza os negócios; são seus ministros e generais. Em suma, uma prolongada experiência mostra que os Governos mais econômicos não são nem as monarquias nem os Governos democráticos, mas as repúblicas aristocráticas, principalmente.

Não se deve pensar tampouco, por outro lado, que o espírito de economia e de ordem nos consumos públicos seja incompatível com o talento e o espírito de iniciativa que empreende e realiza grandes obras. Carlos Magno é um dos príncipes que atingiu o mais alto renome. Conquistou a Itália, a Hungria e a Áustria, repeliu os sarracenos e desbaratou os saxões, tendo conquistado o título supremo de imperador. Apesar disso, mereceu por parte de Montesquieu o seguinte elogio:

“Um pai de família poderia aprender a governar sua casa nas leis de Carlos Magno. Ele conseguiu regrar admiravelmente seus gastos e valorizar seus domínios com sabedoria, atenção e economia. Em seus Capitulários, encontramos a fonte pura e sagrada de onde tirou suas riquezas. Basta dizer que ordenou que fossem vendidos os ovos dos galinheiros de seus domínios e as ervas inúteis de seus jardins”.¹¹

O príncipe Eugênio de Sabóia, a quem seria um erro considerar apenas como grande cabo de guerra, tendo demonstrado a mais alta capacidade tanto na administração como nas negociações de que foi encarregado, aconselhava o imperador Carlos VI a seguir as opiniões e pontos de vista dos negociantes na administração de suas finanças.¹²

Leopoldo, grão-duque da Toscana, demonstrou, por volta do final do século XVIII, quanto pode um príncipe, mesmo num Estado pequeno, quando introduz a severa economia dos particulares na administração pública. Em poucos anos, conseguiu transformar a Toscana numa das regiões mais prósperas da Europa.

Os ministros que tiveram mais sucesso no Governo das finanças da França, Suger, abade de Saint-Denis, o cardeal d'Amboise, Sully, Colbert e Necker, guiaram-se, todos eles, pelo mesmo princípio. Todos encontraram na economia precisa de um simples particular meios de sustentar as grandes decisões. O abade de Saint-Denis conseguiu meios para enfrentar as despesas da segunda cruzada (empresa que estou longe de aprovar, mas que exigia recursos poderosos). D'Amboise preparou a conquista da região do Milanais realizada por Luís XII e Sully, a humilhação da casa da Áustria. Foi Colbert quem proporcionou os êxitos brilhantes de Luís XIV, e Necker quem obteve meios de sustentar a única guerra bem-sucedida que a França empreendeu no século XVIII.¹³

¹¹ *Do Espírito das Leis*. Livro XXXI, cap. 18.

¹² Ver suas *Memoires*, p. 187. Já se contestou que tenha realmente sido o autor dessas *Memórias*, exatamente como já se recusou ao cardeal de Richelieu a autoria de seu *Testamento Político*. Mas, se esses homens não escreveram tais textos, quem poderia tê-los feito? Só homens tão capazes quanto eles, o que configura uma suposição ainda mais inverossímil.

¹³ Necker custeou as despesas da guerra da América sem lançar novos impostos. Seus inimigos censuraram-no pelos empréstimos que fez. Qualquer um pode perceber, entretanto, que, já que não estabeleceu impostos para pagar os juros desses empréstimos, eles não constituíram um encargo novo para o povo e que seus juros foram obrigatoriamente pagos com as economias.

Sempre constatamos, ao contrário, que os Governos que se deixaram dominar pelas necessidades de dinheiro viram-se obrigados, exatamente como os particulares, a recorrer, para poderem sair da dificuldade, a expedientes ruinosos e por vezes vergonhosos. Foi o que aconteceu com Carlos, o Calvo, que só por dinheiro concedia títulos honoríficos ou garantia a segurança de alguém. Foi também o que aconteceu com o rei da Inglaterra, Carlos II, que vendeu Dunquerque ao rei da França e que recebeu da Holanda 2,25 milhões para retardar a partida da frota equipada na Inglaterra em 1680, que se destinava a ir às Índias defender os ingleses que lá eram esmagados pelos batavos.¹⁴ Foi o que aconteceu, enfim, com todos os Governos que fizeram bancarrota, seja alternando as moedas, seja violando seus compromissos.

No final de seu reinado, Luís XIV, depois de esgotar completamente todos os recursos de seu magnífico reino, passou a criar e vender funções e encargos cada um mais ridículo do que o outro. Inventaram-se conselheiros reais encarregados de controlar o empilhamento da madeira, ofícios de barbeiro-peruqueiro, controladores-visitadores de manteiga fresca, experimentadores de manteiga salgada, e assim por diante. Todos esses expedientes, entretanto, tão mesquinhos em seus produtos quanto nocivos em seus efeitos, retardaram muito pouco as calamidades que infalivelmente assaltam os Governos pródigos. *Mesmo quando não se quer escutar a razão* — disse Franklin — *ela jamais deixa de se fazer ouvir*.

Felizmente, os benefícios de uma administração econômica consertam rapidamente os males causados pela má administração. A saúde, no início, nunca é perfeita, pois se trata de uma convalescença na qual cada dia vê desaparecer alguma dor e renascer o uso de alguma faculdade. O medo havia amortecido metade dos débeis recursos que uma administração dissipadora deixara para a nação. A confiança, porém,¹⁵ multiplica os que um Governo moderado faz surgir. Mais ainda do que nos indivíduos organizados, parece haver nas nações uma força vital, uma tendência à saúde, que só requerem não ser reprimidas para tomar o mais vigoroso impulso. Percorrendo a História, surpreende a rapidez desse afortunado resultado. Nas vicissitudes que a França sofreu desde a Revolução, ele se manifestou de maneira bem visível para todos os olhos observadores. Em nossos dias, o sucessor de Frederico, o Grande, rei da Prússia, dilapidou um tesouro acumulado por esse príncipe avaliado em 288 milhões, deixando 112 milhões de dívidas para seu sucessor. Pois bem, oito anos ainda não eram passados e Frederico Guilherme III não somente saldara as dívidas de seu pai, mas já constituíra um novo tesouro. Tal é o poder da economia, mesmo num país limitado por sua extensão e seus recursos!

¹⁴ Ver RAYNAL. *Histoire des Etablissements dans les Indes*.

¹⁵ As pessoas empregam comumente as expressões: *perde-se a confiança, renasce a confiança*, sem que se dêem muito bem conta do que entendem pela palavra *confiança*. Não se pretende com ela designar apenas a confiança no Governo, pois a grande maioria dos cidadãos ou dos súditos não está em condições de confiar ao Governo coisa alguma que se refira a seus negócios privados. Não se pretende tampouco exprimir a confiança que os indivíduos têm uns nos outros, pois as pessoas não perdem nem adquirem instantaneamente a confiança de seus concidadãos. Quando se utiliza a expressão genérica: *a confiança foi destruída*, deve-se, aparentemente, entender por *essas* palavras a confiança nos acontecimentos. É o que ocorre quando se temem novas contribuições, espoliações arbitrárias e violências, medo este que impede muitos indivíduos de exporem suas próprias pessoas e meios; quando os empreendimentos mais favoráveis e mais bem planejados se tomam amiscados e ninguém ousa tentar novas empresas; quando as antigas deixam de dar os mesmos lucros; quando os comerciantes restringem seus negócios e todo o mundo reduz seus consumos porque todas as rendas se tomaram menores e mais precárias. Não é possível ter confiança nos acontecimentos quando o Governo é temerário, ambicioso e injusto ou, ao contrário, quando é fraco, vacilante e sem princípios. A confiança é semelhante às cristalizações que só se formam em ambientes tranquilos.

Principais Objetos da Despesa Pública

No capítulo anterior, vimos que, dado que todos os consumos públicos constituem por si mesmos um sacrifício, um mal sem nenhuma outra compensação que a vantagem resultante para o público da satisfação de uma necessidade, uma boa administração jamais gasta simplesmente por gastar, certificando-se sempre de que o benefício que deve provir para o público de uma necessidade satisfeita ultrapassa a extensão do sacrifício que o mesmo foi obrigado a fazer para tanto.

Convém agora examinar rapidamente as principais necessidades do público numa sociedade civilizada, pois esse é o único meio de avaliar adequadamente a extensão dos sacrifícios que sua satisfação merece sejam feitos.¹

Os produtos materiais consumidos no interesse do público são as munições de guerra e as provisões de boca necessárias à manutenção dos exércitos, assim como as provisões exigidas pelos hospitais, prisões e, de maneira geral, por todas as pessoas cuja manutenção é diretamente provida pelo Estado. Os fogos de artifício usados publicamente nas solenidades também são produtos materiais consumidos para a diversão do povo. De todas, porém, as maiores despesas públicas são decorrentes dos serviços prestados, ou supostamente prestados, pelos homens ou pelas coisas que foram caracterizados, no Livro Primeiro desta obra, sob o nome de *produtos imateriais*.

Constituem serviços pessoais os de todos os funcionários públicos, civis, judiciários, militares ou religiosos. Ao pagar as verbas de representação, os vencimentos e os salários, o público está comprando serviços pessoais que são consumidos em seu próprio interesse e para satisfazer uma das necessidades da sociedade. Afirmo que esses serviços não consumidos, pois é impossível, depois de prestados, consumi-los novamente. O juiz que presidiu à audiência de ontem pode presidir a uma nova hoje; trata-se, contudo, de uma nova sessão que deverá ser paga com novas despesas. Os talentos de um funcionário público devem ser considerados como um fundo cujos produtos ele vende ao público por determinado espaço de tempo. O público consome esses serviços em seu próprio benefício, ao passo que

¹ Devo limitar-me nesta obra a algumas observações sumárias, pois um tratado de Economia não pode incluir um tratado de administração, exatamente como, ao tratar dos processos de manufatura, não pode apresentar um tratado sobre as artes e ofícios. Obras desse tipo permanecem ainda por fazer.

o funcionário, de sua parte, consome, para a sua manutenção e a de sua família, os produtos que recebeu do público sob o nome de vencimentos.

Os bens comunais, os parques públicos, as grandes estradas e até os rios e mares são bens fundiários produtivos de utilidade ou de prazer cuja renda é consumida pelo público. Quando a eles se acrescentam valores capitais, como edifícios, pontes, portos, calçamentos, diques ou canais, o público, nesse caso, além do serviço ou renda do bem fundiário, consome também serviço ou juro do capital. Alguns desses fundos são um dom gratuito da Natureza, enquanto outros são fruto de acumulações que os Governos prudentes separaram das contribuições anuais da nação.

O próprio público possui, às vezes, estabelecimentos industriais que produzem produtos materiais, como, na França, a manufatura de porcelana de Sèvres, a das tapeçarias dos Gobelins, as salinas da Lorena e do Jura etc. Quando tais estabelecimentos rendem mais do que custam (o que é extremamente raro), estão proporcionando uma parte das rendas da sociedade em lugar de constituírem um de seus encargos.

§ I — *As despesas relativas à administração civil e judiciária*

Os custos de administração civil ou judiciária consistem, seja nos vencimentos dos magistrados, seja nas verbas de representação que se supõem necessárias para o desempenho de suas funções. Mesmo quando a representação ou parte dela é paga pelo próprio magistrado, nem por isso deixará de estar a encargo do público, pois, nesse caso, será certamente necessário que seus vencimentos sejam proporcionais à pompa dele exigida. Isso se aplica a todos os funcionários públicos, desde o príncipe até o porteiro de auditórios. O povo que só sabe respeitar seu príncipe quando este está cercado de fausto, de ouripéis, de guardas, de cavalos e de tudo o que há de mais dispendioso, paga por isso. Ao contrário, economiza quando presta seu respeito à simplicidade mais do que à ostentação e quando obedece às leis sem nenhum aparato para fazê-las cumprir. É isso que tornava extraordinariamente reduzidos os custos do Governo em vãos cantões suíços antes da revolução, e na América setentrional mesmo antes de sua independência. Embora estivessem sob a dominação da Inglaterra, é sabido que as colônias da América setentrional tinham seu próprio Governo, cujos gastos elas mesmas pagavam. Ora, as despesas totais do Governo dessas províncias só alcançavam, por ano, a soma de 64 700 libras esterlinas (1 552 800 francos).

“Memorável exemplo” — diz Smith — “que mostra com quão baixos custos 3 milhões de homens podem ser, não apenas governados, mas bem governados.”²

As causas puramente políticas e a forma de Governo que daí deriva influenciam os custos dos vencimentos dos funcionários civis e judiciários, bem como os de representação e aqueles que são exigidos pelas instituições e estabelecimentos públicos. Assim, num país despótico em que o príncipe dispõe dos bens de seus súditos, já que ele estipula sozinho seus próprios ordenados, isto é, o que consumirá

² É bem verdade que a defesa das colônias, exceto contra os selvagens, não lhe custava nada, pois repousava sobre as forças navais da Inglaterra.

Numa prestação de contas apresentada por Galatin, secretário da Tesouraria dos Estados Unidos, das receitas e despesas em 1806, verificamos que o total das despesas não atinge 12 milhões de dólares, dos quais 8 milhões são destinados a pagar os juros da dívida pública. Restam, portanto, 4 milhões de dólares (um pouco mais do que 21 milhões em nossa moeda) para as despesas de governo dessa república nessa época.

dos dinheiros públicos para sua utilidade pessoal, para seus prazeres e a manutenção de sua casa, esse ordenado pode ser fixado bem mais alto do que nos países onde é discutido entre os representantes do príncipe e os dos contribuintes.

O ordenado dos magistrados subalternos também depende de sua influência pessoal ou do sistema geral de governo.

Os serviços que esses funcionários prestam custarão caro ou barato, não somente em razão do preço que lhes for pago, mas também segundo as funções sejam bem ou mal executadas. Um serviço mal prestado custa caro mesmo se seu pagamento for pequeno; também custará caro se não for muito necessário. A situação, nesse caso, é semelhante a de um móvel que não preenche bem a função para a qual foi destinado ou que é desnecessário, tornando-se mais embaraçoso do que útil. Assim eram, sob a antiga monarquia, os cargos de grande almirante, de grão-mestre de cerimônias, de grão-garçon, de grão-caçador e inúmeros outros que sequer serviam para realçar o brilho da coroa, muitos deles não passando de meios utilizados para distribuir gratificações e favores.

Pela mesma razão, quando os órgãos administrativos se complicam, o povo se vê obrigado a pagar por serviços que não são indispensáveis para a manutenção da ordem pública: é como um acabamento inútil dado a um produto que não o torna mais valioso, fazendo-o, ao contrário, geralmente menos valioso.³ Sob um mau Governo, que só pode sustentar suas transgressões, injustiças e exações por meio de inúmeros satélites, de uma espionagem ativa e de prisões múltiplas, tais prisões, espões e soldados custam bem caro para o povo sem tomá-lo, contudo, mais feliz.

Pela razão inversa, um serviço público pode não custar caro ainda que generosamente pago. Se um magro salário fica totalmente perdido quando dado a um homem incapaz de desempenhar seu ofício, se as perdas provocadas por sua imperícia podem até ir muito além de seu salário, os serviços prestados por um homem recomendável por seus conhecimentos e capacidade de julgamento constituem uma riqueza equivalente que ele oferece em troca da sua. As perdas de que poupa o Estado ou as vantagens que lhe proporciona ultrapassam, rapidamente, a recompensa que dele recebe, por mais liberal que seja.

É sempre vantajoso só empregar, para qualquer coisa, as boas qualidades, mesmo quando somos obrigados a pagar mais por elas. Quase nunca é possível conseguir pessoas de mérito por preços muito baixos, pois o mérito pode ser aplicado em mais de um emprego. Não se deve permitir que a pessoa perca o interesse por uma carreira na qual percebe que não recebe uma recompensa equitativa por seus esforços. Em administração, a verdadeira economia está em não complicar as engrenagens, em não multiplicar os cargos e em não distribuí-los como favor; mas não está em remunerá-los com mesquinhez.

A probidade, por outro lado, é como o talento. Só se conseguem pessoas íntegras pagando-as bem. Não há nada de surpreendente nisso, pois tais pessoas não têm à sua disposição a cômoda suplementação que a improbidade consegue.

O poder que, em geral, acompanha o exercício das funções públicas constitui uma espécie de salário que ultrapassa, em muitos casos, o salário em dinheiro que lhe é atribuído. Bem sei que, num Estado bem organizado, já que nele as leis têm o poder principal e que poucas coisas são deixadas ao arbítrio do homem, este não encontra tantos meios de satisfazer suas fantasias nem esse gosto infeliz pela

³ Poderia mencionar uma cidade da França que, antes de 1789, era bem suave e paternalmente administrada por 1 000 escudos e que, sob o Governo imperial, passou a pagar 30 mil francos anuais exclusivamente por sua administração municipal; esta, de resto, não a protegia em nada contra as vontades do príncipe.

dominação que todo homem abriga em seu coração. Apesar disso, a latitude que as leis obrigatoriamente deixam às vontades de quem as executa, sobretudo no campo administrativo, bem como as honrarias que geralmente acompanham os cargos eminentes, possuem um valor autêntico que faz com que sejam ardentemente procurados, mesmo nos países onde não são lucrativos.

As boas regras de uma estrita economia aconselhariam, talvez, a economizar o salário em dinheiro naqueles casos em que as honrarias são suficientes para estimular o ardor dos pretendentes aos cargos. Isso, porém, faria com que caíssem inevitavelmente nas mãos dos ricos. Nesse caso, independentemente dos inconvenientes que podem surgir quando se confere poder político à riqueza, haveria risco de perder, pela incapacidade do funcionário, bem mais do que seria poupado ao economizar seus vencimentos. Seria, escreve Platão em sua *República*, como se alguém se tornasse piloto em um navio por causa de seu dinheiro. De resto, é de se recear que uma pessoa, por mais rica que seja, que oferece gratuitamente seus serviços, termine por vender seu poder. A experiência mostra, infelizmente, que, nos países em que são gratuitas as funções de representante da nação, os interesses gerais são sacrificados aos interesses particulares e privilegiados. Não basta uma fortuna considerável para preservar um funcionário da venalidade. As grandes necessidades, com efeito, andam, geralmente, ao lado das grandes fortunas e com frequência as ultrapassam. Por último, mesmo supondo que se possa encontrar — o que não é rigorosamente impossível — a integridade junto com uma grande fortuna e, com a integridade, o amor ao trabalho, ambos necessários para bem cumprir seus deveres, por que acrescentar à ascendência já excessiva das riquezas o poder que a autoridade confere? Quem ousará pedir contas ao homem que pode dar-se ares de generosidade com o Governo ou com o povo? Só em circunstâncias bem específicas, como na administração dos hospitais e das prisões, é que se pode utilizar, com vantagens e sem perigos, os serviços gratuitos de pessoas ricas: mesmo nesses casos, entretanto, sob a condição de que possuam capacidade de discernimento e espírito de iniciativa, pois, sem essas qualidades, tudo é afetado e termina por perecer.

Na França, sob o antigo regime, pressionado pela necessidade de dinheiro, o Governo vendia os cargos e funções. Esse expediente apresenta os mesmos inconvenientes das funções exercidas gratuitamente, pois os emolumentos do cargo não são mais do que os juros do capital pago pelo titular; além disso, tal expediente custa para o Estado como se a função não fosse gratuita, já que faz com que ele fique gravado de uma renda cujo fundo foi devorado.

Muitas vezes, certas funções civis, como a expedição de registros de nascimento ou de casamento e atestados de óbito, foram confiadas a sacerdotes que poderiam muito bem exercê-las gratuitamente, já que são pagos para outras funções. Em primeiro lugar, a função não é gratuita se o padre recebe por ela uma taxa sob uma forma qualquer. Em segundo lugar, não é um tanto imprudente por parte da autoridade civil confiar uma parcela de suas funções a pessoas que se dizem ministros de uma autoridade superior à sua e que recebem, às vezes, ordens de um príncipe estrangeiro?⁴

Não obstante todas as precauções possíveis, nem o público nem o príncipe jamais podem ser tão bem servidos nem tão barato como os particulares. Os agentes da administração não poderiam ser vigiados por seus superiores com o mesmo cuidado que os agentes dos particulares nem, de resto, os próprios superiores têm in-

⁴ Em diversos períodos do século passado, os padres molinistas, não obstante o Governo, recusaram aos jansenistas as funções de seu ministério sob o pretexto de que mais valia obedecer a Deus, que se exprimia por intermédio do papa, do que ao rei.

teresse tão direto na boa conduta de seus subordinados. Aliás, é muito fácil para estes dominarem um chefe que, obrigado que está a estender sua inspeção a muito longe, só pode dedicar a cada questão uma dose minúscula de atenção; chefe que freqüentemente é muito mais sensível às obsequiosidades que exaltam sua vaidade do que aos cuidados que só aproveitam ao público! Quanto ao príncipe e ao povo, os maiores interessados numa boa administração, pois ela fortalece o poder do primeiro e a felicidade do segundo, é-lhes quase impossível exercer uma vigilância eficiente. É forçoso que recorram necessariamente a seus agentes na maior parte dos casos e que sejam enganados quando há interesse em enganá-los, o que ocorre com grande freqüência.

“Os serviços públicos somente são mais bem executados” — diz Smith — “quando a recompensa é consequência da execução, e é proporcional à maneira como o serviço foi realizado.”

Segundo esse mesmo autor, os salários dos juizes deveriam ser pagos ao término de cada processo proporcionalmente ao trabalho e esforços que o procedimento tivesse exigido dos diferentes magistrados. Nesse caso, os juizes interessar-se-iam por seus processos, os quais não mais se arrastariam por longo tempo. Seria difícil, contudo, estender esse tratamento à maioria dos atos da administração; é possível, ademais, que abrissem para outros abusos não menos nocivos. De qualquer forma, teria a grande vantagem de impedir que os agentes administrativos se multiplicassem muito além de todo o necessário. Tal procedimento introduziria nos serviços prestados ao público essa concorrência que é tão benéfica para os particulares nos serviços que exigem.

O tempo e os trabalhos dos administradores não estão somente entre os que são pagos mais caro, e não apenas uma boa parte deles é desperdiçada por sua própria culpa sem que se possa evitá-lo; além disso, há, muitas vezes, grande perda de tempo e de trabalho em razão dos costumes do país e da etiqueta das cortes. Quem poderia calcular quantas horas pagas bem caro pelo público foram perdidas, durante mais de um século, no caminho que vai de Paris a Versalhes?

As longas cerimônias que se observam nas cortes orientais também tomam um tempo considerável aos principais funcionários do Estado. Quando o príncipe dedicou às práticas religiosas, às cerimônias de costume e aos seus próprios prazeres todo o tempo que exigem, resta-lhe muito pouco para ocupar-se de seus negócios e é por isso que estes vão muito mal. O rei da Prússia, Frederico II, ao contrário, distribuindo e preenchendo muito bem seu tempo, descobriu meios de fazer muito por seus próprios interesses. Viveu mais do que outros que, contudo, morreram mais velhos, e elevou seu país ao nível de uma potência de primeira grandeza. Sem dúvida, suas outras qualidades foram necessárias para tanto, mas não teriam sido suficientes sem um bom emprego de seu tempo.

§ II — As despesas relativas ao Exército

Quando o comércio, as manufaturas e as artes se disseminaram entre um povo e quando, em consequência, multiplicaram-se os produtos gerais, é impossível, sem graves inconvenientes, que cada cidadão seja retirado das ocupações produtivas que se tomaram necessárias para a existência da sociedade a fim de ser empregado na defesa do Estado. O cultivador está obrigado a trabalhar não somente para alimentar a si e a família, mas também para alimentar outras famílias que, ou são proprietárias das terras, partilhando de seus produtos, ou manufatores de co-

merciantes, fornecendo-lhes artigos que lhe são indispensáveis. É preciso, conseqüentemente, que cultive uma extensão maior de terreno, que varie suas culturas, que crie um maior número de animais, que efetue uma exploração mais complexa capaz de ocupá-lo mesmo durante os intervalos que o desenvolvimento de suas sementes lhe concede.⁵

O manufator e o comerciante, menos ainda do que o agricultor, tampouco podem sacrificar tempo e faculdades cujas parcelas todas, exceto nas horas de descanso, são indispensáveis à produção que sustenta sua própria existência.

Os proprietários de terras arrendadas ainda poderiam, é verdade, fazer guerra à sua própria custa, e é precisamente o que fazem, até certo ponto, os nobres nas monarquias. A maioria deles, todavia, habituada ao conforto da civilização, jamais experimenta as necessidades que levam à concepção e execução de grandes empreendimentos, pouco afeita a esse entusiasmo que nunca afeta a um só indivíduo e que, ao mesmo tempo, não pode generalizar-se em uma nação necessariamente ocupada. Assim, nesse estado de coisas, os proprietários sempre preferiram contribuir para a defesa da sociedade mediante sacrifício de parte de suas rendas do que pelo sacrifício de seu repouso e de sua vida. Os capitalistas, por sua vez, partilham dos mesmos gostos, preferências, necessidades e opiniões dos proprietários fundiários.

Daí o surgimento das contribuições e impostos que, em quase todos os Estados modernos, permitem ao príncipe ou à república assalarar soldados cujo único ofício é guardar o país, defendê-lo contra as agressões das outras potências e, com demasiada freqüência, ser instrumentos das paixões e tirania de seus chefes.

Tendo se transformado em ofício e profissão, a guerra participa, como todas as demais artes, dos progressos decorrentes da divisão do trabalho, utilizando a contribuição de todos os conhecimentos humanos. Ninguém pode sobressair-se na guerra, quer como general, quer como engenheiro, como oficial ou até mesmo como simples soldado, sem uma instrução às vezes bastante demorada e sem exercício constante. É por isso que, com exceção daqueles casos em que a luta se trava contra o entusiasmo de toda uma nação, a vantagem sempre fica do lado das tropas mais aguerridas, isto é, daquelas para as quais a guerra se tornou profissão. Mesmo os turcos, não obstante seu desprezo pelas artes dos cristãos, foram obrigados, sob pena de extermínio, a se tornarem seus alunos na arte da guerra. Todos os exércitos da Europa viram-se forçados a imitar a tática dos prussianos. E, quando o impulso que a Revolução Francesa imprimiu aos espíritos conseguiu aperfeiçoar, nos exércitos da república, a aplicação das ciências às operações militares, os inimigos da França viram-se na necessidade de adquirirem as mesmas vantagens.

Todos esses progressos, essa multiplicação de meios e consumo de recursos tornaram a guerra bem mais dispendiosa do que era outrora. Tornou-se necessário prover antecipadamente os exércitos com armas, com munições de guerra e provisões de boca e com apetrechos de toda espécie. A invenção da pólvora de canhão tornou as armas bem mais complicadas e caras e muito mais difícil seu transporte, sobretudo dos canhões e morteiros. Enfim, os surpreendentes progressos da tática naval, o vasto número de vasos de guerra de todo tipo, cada um dos quais exigindo o comprometimento de todos os recursos da indústria humana; os estaleiros, as docas, as fábricas e os depósitos etc., obrigaram as nações que fazem guerra, não

⁵ Os gregos, até a segunda guerra dos persas, e os romanos, até o assédio de Veios, faziam suas expedições militares entre as sementeiras e as colheitas. Os povos caçadores e pastores como os tártaros e os árabes praticamente não possuem nenhuma das artes e nenhuma agricultura, o que lhes permite guerrear em todos os lugares onde encontrem pastagens e butins. Daí provêm as imensas conquistas feitas por Atila, Gêngis Khan, Tamerlão, pelos árabes e os turcos.

apenas a realizarem, nos períodos de paz, praticamente o mesmo consumo que durante as hostilidades, não somente a gastarem parte de sua renda, mas ainda a investir nisso uma parcela considerável de seus capitais.

A essas considerações, podemos ainda acrescentar que o regime colonial moderno (refiro-me ao sistema cuja tendência é querer conservar o Governo de uma cidade ou província situadas em região bem distante) tornou os Estados europeus atacáveis e vulneráveis nas mais longínquas extremidades da terra, a tal ponto que uma guerra entre duas grandes potências hoje em dia tem por campo de batalha o globo inteiro.⁶

Disso decorreu que a riqueza se tornou tão indispensável para fazer guerra quanto a bravura, e que uma nação pobre é hoje incapaz de resistir a uma nação rica. Ora, como só se adquire riqueza por meio da indústria e da poupança, pode-se prever que qualquer nação que arruinar, por meio de leis inadequadas ou de impostos excessivos, sua agricultura, suas manufaturas e seu comércio, será necessariamente dominada por outras nações mais previdentes. Daí resulta também que a força, no futuro, estará provavelmente ao lado da civilização e da instrução. As nações civilizadas, com efeito, são as únicas capazes de ter produtos suficientes para manter forças militares consideráveis. Isso, por sua vez, afasta a probabilidade de que venham a ocorrer no futuro essas grandes convulsões que a história tantas vezes registrou, nas quais os povos civilizados foram vítimas dos bárbaros.

A guerra custa mais do que suas despesas, pois também custa o que impede de ganhar. Quando, em 1672, Luís XIV, dominado pelo ressentimento, decidiu castigar a Holanda pela indiscrição de seus periodistas, Boreel, na época embaixador das Províncias Unidas, entregou-lhe um memorando demonstrando que a França, através do canal da Holanda, vendia anualmente para o exterior 60 milhões de suas mercadorias (valor da época que hoje equivaleria a 120 milhões). O memorando foi considerado conversa fiada pela corte.

Por último, avaliaria incompletamente os custos da guerra quem deixasse de incluir também as devastações que produz. Uma das partes em conflito, pelo menos, está sempre exposta a tais devastações, a saber, aquela em cujo território se estabelece o teatro de guerra. Quanto mais industrioso é um Estado, tanto mais a guerra lhe é destrutiva e funesta. Quando penetra em uma região rica por seus estabelecimentos agrícolas, manufatureiros e comerciais, a guerra assemelha-se a um incêndio que atinge locais cheios de matérias combustíveis; seu furor aumenta, e a devastação é imensa. Smith diz que o soldado é um trabalhador improdutivo. Antes fosse!, pois é muito mais um trabalhador destrutivo. Não somente não enriquece a sociedade com nenhum produto, não apenas consome todos os que são necessários à sua manutenção, mas ainda é chamado, muitas vezes, a destruir, sem nenhuma utilidade para si mesmo, o fruto penoso dos trabalhos de outrem.

De resto, o progresso lento mas infalível do saber e da instrução modificará, também nesse domínio, as relações entre os povos e, conseqüentemente, as despesas públicas que se referem à guerra. Todos terminarão por compreender que as nações não têm nenhum interesse em combater-se, que todos os males de uma guerra infeliz recaem sobre elas mesmas e que são absolutamente nulas as vantagens que conseguem com as vitórias. Qualquer guerra, no sistema político atual, é acompanhada de tributos que o vencedor impõe aos vencidos, bem como de tributos impostos aos vencedores por aqueles que os governam. Com efeito, que outra coisa é o juro dos empréstimos que fizeram senão tributos? Alguém poderia men-

⁶ Calculou-se na Inglaterra que cada combatente que o Estado mantém na América custa-lhe o dobro do que custaria o mesmo soldado na Europa. Encontramos a mesma proporção em todas as despesas de uma expedição longínqua.

cionar, na época moderna, uma única nação que, ao cabo da guerra mais bem-sucedida, encontrou-se com menos contribuições a pagar do que antes de tê-la começado?

No que se refere à glória que acompanha vitórias que não trazem benefícios reais, não passa de um chocalho que custa muito caro, incapaz de distrair homens razoáveis durante muito tempo. A satisfação de alcançar domínio sobre a terra e sobre os mares não parecerá menos pueril quando todos estiverem mais generalizadamente convencidos de que essa dominação sempre se exerce em benefício exclusivo dos que governam e nunca em benefício de seus administrados. O único interesse destes está em estabelecer comunicações livres entre si e, por conseguinte, de estar em paz. Todas as nações são amigas pela própria natureza das coisas. Assim, dois Governos que entram em guerra são tão inimigos de seus próprios súditos quanto de seus adversários. Se os súditos de ambos os lados endossam quere-las de vaidade e ambição que lhes são igualmente funestas, a que poderíamos comparar sua estupidez? Envergonha-me dizê-lo, mas não seria à de animais que se encarniçam e dilaceram para o prazer de seus donos?

Ora, se a razão pública já fez progressos até agora, fará ainda mais no futuro.⁷ Precisamente porque a guerra se tornou muito mais dispendiosa do que outrora, é impossível para os Governos fazê-la doravante sem assentimento do público, expressão positiva ou tacitamente. A obtenção desse assentimento tornar-se-á cada vez mais difícil à medida que a maioria das nações se esclarecer sobre seus próprios interesses. A situação militar das nações reduzir-se-á, então, ao que for necessário para repelir uma invasão. Ora, o que é preciso para isso são alguns corpos de cavalaria e de artilharia que não podem ser formados às pressas, exigindo instrução prévia. De resto, a força dos Estados concentrar-se-á em suas milícias nacionais e sobretudo em boas instituições. Um povo unanimemente ligado às suas instituições jamais será vencido; e sua ligação a elas é tanto mais intensa quanto mais tem a perder em mudar de dominação.⁸

§ III — *As despesas relativas ao ensino público*

O público tem interesse em que se cultivem todos os tipos de conhecimento? É necessário ensinar, às expensas do público, todos os conhecimentos que é de seu interesse sejam cultivados? Duas perguntas cuja solução pode se exigir da Economia Política.

Seja qual for nossa posição na sociedade, estamos sempre e constantemente em relação com os três reinos da Natureza. Nossos alimentos, nossas roupas, nossos medicamentos, o objeto de nossas ocupações e de nossos prazeres, tudo o que nos cerca, enfim, está sujeito a leis. Quanto melhor forem conhecidas, tanto maiores serão as vantagens que delas poderá extrair a sociedade. Desde o operário que molda a madeira ou a argila até o ministro de Estado que, com um golpe de pena, define tudo o que se refere à agricultura, aos haras, às minas e ao comércio, cada

⁷ As pessoas que negam a influência da razão pública não tiraram muito proveito da leitura da história. A guerra hoje se acompanha de menos atrocidades e perfídias do que outrora; são menos cometidas na Europa do que na Ásia e na América: e, entre os povos europeus, os que perpetraram menos atrocidades e perfídias são justamente os mais esclarecidos. Em nossos dias, certos empreendimentos pouco generosos encontraram tal resistência por parte da opinião pública que terminaram por ser mais funestos do que úteis para seus autores.

⁸ Refiro-me aqui exclusivamente às garantias com as quais se pode contar num século de saber e instrução. Bem sei que alguns povos, mesmo sem boas instituições, defenderam-se com a maior coragem. Os muçulmanos sacrificam-se pelo despotismo e pelo Corão como se ambos fossem boas coisas. O que é preciso, contudo, é um devotamento capaz de resistir à derrocada dos preconceitos políticos e religiosos, que jamais duram muito tempo.

indivíduo executará melhor seu ofício se conhecer melhor a natureza das coisas, se for mais instruído.

Pela mesma razão, novos progressos em nossos conhecimentos proporcionam à sociedade um aumento de felicidade. Uma utilização nova da alavanca, da força da água ou do vento, um meio de diminuir uma simples fricção são coisas que podem influir sobre vinte artes diferentes. A uniformização das medidas, cuja base foi fornecida pelas ciências matemáticas, seria de grande utilidade para todo o mundo comercial se este tivesse a sabedoria de adotá-la. A primeira descoberta importante que se fizer na Astronomia ou na Geologia propiciará, talvez, meios de conhecer com maior exatidão e facilidade as longitudes marítimas, facilidade esta que certamente exercerá grande influência sobre o comércio do globo. Uma única planta com a qual a Botânica vier a enriquecer a Europa poderá influir no destino de milhões de famílias.⁹

Dentre esses inúmeros conhecimentos, uns teóricos e outros aplicados, dos quais a propagação e os avanços beneficiam o público, existem muitos, felizmente, em cuja aquisição os particulares têm interesse pessoal, cujo ensino, portanto, a sociedade pode dispensar-se de pagar. Um empreendedor de trabalhos quaisquer procura avidamente conhecer tudo o que se refere à sua arte. O aprendizado do operário compõe-se de habituação manual e, além disso, de um vasto número de noções que só se podem adquirir nas oficinas e que só podem ser recompensadas por um salário.

Nem todos os tipos de conhecimento entretanto, propiciam ao indivíduo uma vantagem proporcional à que a sociedade deles retira. Quando tratei acima dos lucros do cientista, mostrei por que razão seus talentos não eram recompensados de acordo com seu valor.¹⁰ Apesar disso, os conhecimentos teóricos têm tanta utilidade para a sociedade quanto os procedimentos de aplicação. Se seus resultados não fossem preservados e conservados, que seria de sua aplicação às necessidades do homem? Essa aplicação transformar-se-ia rapidamente numa mera rotina cega que em pouco tempo degeneraria. As artes decaíam e a barbárie renascia.

As academias e sociedades científicas, assim como pequeno número de escolas muito boas, em que não somente se conservariam o resultado dos conhecimentos e os bons métodos de ensino, mas que ainda ampliariam permanentemente o domínio das ciências, são consideradas, portanto, como uma despesa inteligente e prudente em qualquer país capaz de avaliar as vantagens ligadas ao desenvolvimento das faculdades humanas. É necessário, todavia, que essas academias e escolas sejam organizadas de maneira a não impedir o progresso do conhecimento ao invés de favorecê-lo e de não reprimir os bons métodos de ensino em lugar de difundir-los. Já muito antes da Revolução Francesa, podia-se perceber que a maioria das universidades apresentava esses inconvenientes. Todas as grandes descobertas foram feitas fora delas e poucas aquelas contra as quais as universidades não opuseram o peso de sua influência sobre a juventude e de seu crédito junto à autoridade.¹¹

Essa experiência evidencia o quanto é essencial não lhes atribuir nenhuma jurisdição. Suponhamos que um candidato seja chamado a prestar exames: não convém, nesse caso, consultar professores que são ao mesmo tempo juízes e partes,

⁹ A introdução da batata na Europa já exerceu grande influência em nossas populações. Se se conseguir, como se espera, aclimatar aqui o linho da Nova Zelândia, o qual dá filamentos mais longos, mais finos e muito mais abundantes do que nosso linho atual, não é impossível que a roupa de baixo mais fina venha a custar tão barato quanto nosso fustão mais grosseiro. Isso com certeza influirá muito sobre a higiene e a saúde de todos os lares indigentes.

¹⁰ Livro Segundo. Cap. VII, § II.

¹¹ O que foi chamado de *universidade* por Bonaparte não passou de um instrumento dispendioso para os pais e vexatório para os professores de atribuir à autoridade pública o privilégio exclusivo de doutrinar a juventude.

que devem achar bom tudo o que provém de sua escola e ruim tudo o que não vem dela. O que se deve verificar é o mérito do candidato e não o local de seus estudos nem o tempo que lhes consagrou. Com efeito, exigir que determinada instrução, por exemplo, relativa à Medicina, só possa ser adquirida num lugar específico significa impedir uma instrução que poderia ser melhor, é impor determinado programa de estudos, é proibir qualquer outro caminho mais expeditivo. Do mesmo modo, quando se trata de julgar o mérito de um processo inventado qualquer, deve-se igualmente desconfiar de um espírito corporativo partidário.

Um estímulo que não apresenta nenhum perigo e cuja influência é muito poderosa é aquele que se dá à composição de boas obras elementares.¹² O prestígio e o lucro proporcionados por um bom manual desse gênero não pagam o trabalho, os conhecimentos e os talentos que ele supõe. É um engodo servir ao público por esse meio, pois a recompensa natural por ele recebida não é proporcional ao benefício que o público obtém. A necessidade de bons livros elementares só será, por conseguinte, completamente satisfeita quando se fizerem, para tê-los, sacrifícios extraordinários que possam tentar os homens do mais elevado mérito. Não se deve encarregar ninguém em particular de um trabalho como este. A pessoa de maior talento pode não possuir justamente o talento adequado para isso. Tampouco se devem atribuir prêmios, pois às vezes são conferidos a produções imperfeitas porque outras melhores não se apresentaram. De resto, o estímulo do prêmio termina no instante em que é concedido. Deve-se, porém, pagar proporcionalmente ao mérito, e sempre generosamente, tudo o que se faz de bom. Uma boa produção não excluirá, então, uma ainda melhor. Assim, com o tempo, teremos o que pode haver de melhor em cada gênero. Observarei que nunca há risco muito grande em pagar bom preço pelas boas produções, pois elas sempre são raras. Além disso, algo que é uma recompensa magnífica para um indivíduo não passa de um leve sacrifício para uma nação.

São esses, então, os tipos de instrução que favorecem a riqueza nacional e que poderiam decair se a sociedade não contribuísse para sua manutenção. Existem outros que são necessários para a moderação dos costumes e que podem menos ainda sustentar-se sem seu apoio.

Numa época em que as artes se aperfeiçoam, e em que a separação das ocupações se introduziu até em suas menores ramificações, a maioria dos operários é obrigada a reduzir todas as suas ações e pensamentos a uma ou duas operações, em geral bem simples e sempre repetidas. Nenhuma circunstância nova e imprevista se apresenta a eles. Ora, jamais sendo solicitados a fazer uso de suas faculdades intelectuais, estas terminam por enfraquecer e embotar. Assim, os próprios operários tornar-se-iam rapidamente, não somente incapazes de articular duas palavras sensatas sobre qualquer outra coisa que não seu utensílio, mas também de conceber ou sequer compreender qualquer propósito generoso ou um sentimento nobre. As idéias elevadas dependem da visão de conjunto; não germinam num espírito incapaz de apreender relações gerais. Um operário obtuso jamais compreenderá como o respeito pela propriedade favorece a prosperidade pública nem por que ele próprio tem maior interesse nessa prosperidade do que o homem rico; tal pessoa considerará todas as grandes fortunas como uma usurpação. Certo grau de instrução, um pouco de leitura, algumas conversas com outras pessoas na mesma si-

¹² Sob essa denominação, entendo os fundamentos de todos os conhecimentos bem como as instruções familiares e específicas para cada profissão. São obras em que um chapeleiro, um ferreiro, um oleiro, um tintureiro ou qualquer outro artesão poderão, por alguns soldos, conhecer os princípios fundamentais de sua arte. Tais obras representariam uma comunicação permanentemente aberta entre o cientista e o artesão, na qual este último tomaria ciência dos conhecimentos teóricos do primeiro e este, por sua vez, dos conhecimentos práticos do segundo.

tuação, bem como algumas reflexões durante seu trabalho bastariam para fazê-lo atingir essa ordem de idéias, tornando-o, inclusive, mais delicado em suas relações de pai, de esposo, de irmão e de cidadão.

Ora, a posição do simples operário não especializado na máquina de produção da sociedade reduz seus lucros praticamente ao nível do que sua subsistência exige. Mal pode criar seus filhos e ensinar-lhes um ofício. Como poderia dar a eles o grau de instrução que julgamos necessário para o bem-estar da ordem social? Por conseguinte, se a sociedade pretender desfrutar das vantagens ligadas a esse grau de instrução nessa classe, será necessário fornecê-la à sua própria custa.

Esse objetivo é atingido por meio de escolas onde se ensine gratuitamente a ler, a escrever e a fazer contas. Esses conhecimentos são o fundamento de todos os demais e são suficientes para civilizar o mais simples operário não especializado. Na verdade, uma nação ainda não está civilizada nem, por conseguinte, desfruta de todas as vantagens ligadas à civilização quando nem todos os seus membros sabem ler, escrever e contar. Sem isso, a nação ainda não saiu completamente do estado de barbárie. Acrescentarei ainda que, com esses conhecimentos, nenhuma grande disposição nem talento extraordinário (cujo desenvolvimento seria altamente proveitoso para a nação) poderão permanecer escondidos. Só a capacidade de ler já põe, com reduzidos custos, o menor cidadão ao corrente do que o mundo produziu de mais eminente no gênero para o qual se sente chamado por seu talento. Também as mulheres não devem ficar alheias a essa instrução elementar, visto que também há interesse em civilizá-las e, ademais, que são as primeiras e muitas vezes as únicas professoras de seus filhos.

A culpa dos Governos por negligenciar a instrução elementar e permitir que a maior parte de nossas nações européias ditas civilizadas vegetem numa situação próxima da barbárie é tanto maior quanto se sabe que podem, por intermédio de um processo hoje já experimentado, o do ensino mútuo, difundir essa instrução entre quase toda a classe indigente.¹³

Por conseguinte, são os conhecimentos elementares e os conhecimentos elevados que, menos favorecidos do que os outros pela natureza das coisas e pela concorrência das necessidades, devem recorrer ao apoio da autoridade pública quando esta pretende servir aos interesses do corpo social. Isso não significa que os particulares não tenham tanto interesse na manutenção e progressos desses conhecimentos como têm nos demais. Sucede, porém, que seu interesse neles não é tão direto, pois o declínio por eles sofrido não os expõe a uma perda imediata. Um grande império poderia degenerar até os extremos da barbárie e da miséria antes de os particulares se aperceberem da causa que para lá os impele.

Quanto ao mais, não tenho a menor intenção de condenar os estabelecimentos de ensino que, pagos pelo público, incluem outras partes de ensino além das

¹³ O ensino mútuo, primeiramente posto em prática por Lancastre e aperfeiçoado por outros, é econômico porque: 1) em lugar de aplicar imediatamente a cada aluno o ensinamento do mestre, que é necessariamente dispendioso e insuficiente para essa tarefa, utiliza o pequeno excedente de saber que um aluno tem sobre outro em benefício do menos instruído; 2) difunde simultaneamente a instrução por todas as pequenas divisões de que a escola se compõe. Disso resulta que um volume maior de instrução se difunde em menos tempo e com os mesmos custos.

Nas escolas de ensino simultâneo, o professor só pode supervisionar um número reduzido de estudantes, sendo até difícil que nenhum deles deixe de escapar à sua vigilância. Só se consegue fixar a atenção dos alunos mediante ameaças e punições que prejudicam seu espírito. O talento que lhes proporciona as maiores vantagens é o de agradar a seu pedagogo; seus esforços tendem menos a ser realmente prudentes e mais a simplesmente parecer sê-lo. Daí os hábitos de hipocrisia e baixeza. Nas escolas de ensino mútuo, ao contrário, é impossível que o aluno preguiçoso e incapaz alcance promoção por favoritismo: como, com efeito, faria para mostrar aos outros o que ele próprio não sabe? É impossível também que o mais aplicado e instruído não se torne o primeiro entre seus camaradas. Nessas escolas, os alunos se formam na útil virtude de se fazerem justiça a si mesmos, de fazerem-na aos outros e de só contar com seu próprio mérito para conseguir sucesso. Por sua própria constituição, são escolas tanto de moral prática como de conhecimentos mais usuais.

que assinaiei. Quis apenas mostrar qual é o tipo de instrução que o interesse bem esclarecido de um país o aconselha a custear. De resto, qualquer instrução baseada em fatos constatados, qualquer ensino em que as opiniões não são ensinadas como verdades, qualquer instrução que eduque o espírito e forme o bom gosto é boa em si mesma; também é bom, portanto, qualquer estabelecimento que a propague. Deve-se apenas evitar que, quando estimula de um lado, não desestimule de outro. Esse é o inconveniente que quase sempre acompanha todos os incentivos concedidos pelas autoridades. Um professor ou uma instituição privada não receberão salário adequado num país onde se podem encontrar gratuitamente professores e um ensino similar, ainda que mais mediócras. Sacrificar-se-á o melhor ao pior, sufocando-se, ao mesmo tempo, os esforços privados, origem de tantos benefícios em economia pública.

O único estudo importante que não me parece poder ser objeto de ensino público é o estudo da moral. A moral é ou experimental ou dogmática. A primeira consiste no conhecimento da natureza das coisas morais e da maneira como se encadeiam os fatos que dependem da vontade humana: ela faz parte do estudo do homem. A melhor escola para aprendê-la é o mundo. A moral dogmática, composta de preceitos, não influencia praticamente em nada a conduta dos homens. Sua boa conduta em suas relações privadas e públicas só poderia ser fruto de uma boa legislação, de uma boa educação e de um bom exemplo.¹⁴

O único e verdadeiro estímulo à virtude é o interesse que todos os homens têm em só procurar e empregar aqueles que se conduzem bem. Mesmo os homens mais independentes pela posição que ocupam necessitam, para ser felizes, da estima e consideração que os outros concedem. É preciso, portanto, que pareçam estimáveis aos olhos destes últimos. Ora, o meio mais simples de consegui-lo é ser estimável. O Governo exerce grande influência sobre os costumes porque emprega muita gente. Sua influência, todavia, é menos benéfica do que a dos particulares porque tem menos interesse do que estes em empregar exclusivamente pessoas honestas. Por outro lado, quando ao escasso ardor pela boa moral o Governo acrescenta o exemplo de depravação que por vezes oferece, de desprezo pela probidade e pela economia, está propiciando um rápido avanço da corrupção da nação.¹⁵ Ora, o povo se regenera por intermédio de meios opostos aos que o depravaram. A maioria das colônias não se compõe, em sua origem, das pessoas mais estimáveis de cada país. Apesar disso, ao cabo de bem pouco tempo, quando não mais impera a intenção de voltar, quando cada um prevê que será obrigado a terminar seus dias na colônia, vê-se forçado a valorizar a estima de seus concidadãos. E os costumes, então, passam a se tornar sadios. (Pela palavra *costumes* entendendo sempre o conjunto de hábitos.)

São essas as causas que têm real influência sobre os costumes. Entre elas, devemos contar a instrução em geral, que nos esclarece sobre nossos verdadeiros interesses e modera nosso caráter moral. Quanto às exortações e ameaças de castigos duvidosos e remotos, a experiência secular mostra que sua influência é muito pequena.

¹⁴ Diria de bom grado exatamente o mesmo da Lógica. Se não se ensinar nada que não seja conforme ao bom senso e à verdade, a lógica será aprendida por si mesma. Um professor jamais conseguirá que um aluno raciocine bem se este não possuir idéias corretas acerca das coisas; por outro lado, se o aluno já tem idéias adequadas, não precisa do professor para raciocinar bem. Quando se deseja adquirir idéias adequadas sobre cada coisa, é preciso examiná-la atentamente, procurar só ver nela o que nela se encontra e tudo o que nela se encontra: ora, este é o objeto de cada ciência particular e não da Lógica.

¹⁵ O mau exemplo dado por um príncipe imoral ou estúpido é muito prejudicial, porque é um personagem de grande evidência, porque sua autoridade fortalece seus exemplos e porque seus princípios são professados por seus cortesãos, pelos cortesãos de seus cortesãos, e assim por diante.

O ensino religioso, rigorosamente falando, deveria ser pago unicamente pelas diferentes sociedades religiosas. Cada uma delas, com efeito, encara como erros vários dogmas professados por todas as outras, considerando injustos os sacrifícios que lhe são impostos para propagar algo que reputa erro.

§ IV — *As despesas relativas às instituições de caridade*

Muitas pessoas são de opinião de que só a desgraça dá direito ao auxílio da sociedade. Pareceria, ao contrário, que, para reclamar tal auxílio como um direito, seria necessário que os infelizes demonstrassem que seus infortúnios são consequência necessária da ordem social estabelecida e, ao mesmo tempo, que a própria ordem social não lhes oferece nenhum recurso para escaparem de seus males. Se estes decorrem apenas da fraqueza de nossa natureza, não se percebe muito bem como as instituições sociais estariam obrigadas a repará-los. E percebe-se ainda menos bem quando esses males são fruto de sua imprudência e de seus erros e quando esses mesmos erros foram prejudiciais à sociedade. Assim, um homem que, por incúria e preguiça, caiu na miséria depois de esgotar seus capitais tem algum fundamento para reclamar socorro, quando seus próprios erros privam de recursos os homens cuja indústria era alimentada por seus capitais?

Essa questão, aliás, não faz parte de meu objeto. Devo examinar aqui somente os interesses do corpo social e não os sentimentos de compaixão que podem a eles se acrescentar, os quais, de resto, estou longe de condenar. Do ponto de vista econômico, o dever do publicista consiste em comparar os sacrifícios que os estabelecimentos de caridade custam à sociedade com as vantagens que esta obtém com eles.

Em termos gerais, pode-se considerar as instituições de caridade como espécies de caixas de previdência para as quais o contribuinte dá uma pequena parcela de sua renda a fim de adquirir o direito de recorrer a elas em caso de necessidade. Uma pessoa rica raramente supõe que jamais venha a necessitar utilizá-las. Deveria confiar um pouco menos na sorte. Os favores da fortuna não aderem à nossa pessoa como o fazem nossas enfermidades e necessidades: nossa fortuna pode desaparecer, mas nossas enfermidades e necessidades permanecem. Basta saber que nossa fortuna e nós mesmos não somos inseparáveis para que devam temer por sua separação. Além disso, se chamarmos a experiência em auxílio do raciocínio, quem nunca encontrou um desafortunado que jamais esperava tornar-se um deles?

Seria agradável pensar que a sociedade pode aliviar todos os infortúnios imerecidos. Infelizmente, não há por que acreditá-lo. Há males que se multiplicam pelo seu próprio alívio. Ao examinar os fenômenos que a população apresenta ao estudioso, constatamos que ela sempre tende a crescer além dos meios de existência que lhe são oferecidos e que esse resultado ocorre em todos os estágios de adiantamento da sociedade. Em consequência, por maiores que sejam os auxílios atribuídos à classe indigente, parte dela sempre haverá de se encontrar nas mãos da necessidade, sobretudo em certos momentos críticos. A Inglaterra sofreu lamentáveis consequências de suas leis sobre os pobres; viu crescer o número de pessoas carentes de socorro à medida que aumentavam os auxílios que lhes eram concedidos.¹⁶

Os hospitais de indigentes, asilos para velhos e abrigos para menores, desobri-

¹⁶ Cometeram grande injustiça os adversários de Malthus ao incriminá-lo pela observação que fez a esse respeito. Não estava em seu poder alterar a natureza das coisas. Ao contrário, é fazendo-a bem conhecida que se possibilita sejam aplicáveis os únicos remédios que ela comporta.

gando a classe indigente da manutenção de parte de seus membros, permitem que se multipliquem ainda um pouco mais e que se contentem com salários um pouco menores dos que aceitariam não fosse essa circunstância. Essa classe em massa, recebendo salários menores em consequência dos auxílios que lhe são oferecidos, não oferece nada às instituições de caridade. Estas sempre custam alguma coisa às famílias menos desprovidas e aproveitam exclusivamente às mais indigentes. Quanto aos empresários de indústria e, talvez, aos consumidores, se é verdade que conseguem produtos por preços um pouco mais baratos, contribuem, por outro lado, com o fornecimento dos auxílios que ocasionam essa pequena economia que realizam em seus salários. Ao que parece, na Inglaterra, as contribuições fornecidas pelos empresários e sobretudo pelos arrendatários para o imposto dos pobres ultrapassam a economia que realizam no preço dos salários.

Os auxílios que parecem mais bem aplicados são aqueles que não podem multiplicar o número de pessoas socorridas e, sobretudo, os que a sociedade dá aos homens que se devotaram em sua defesa. Por mais abundantes que fossem os auxílios dados aos surdos-mudos e aos cegos de nascença, é impossível supor que se multipliquem por causa dos auxílios. Tornam-se mais numerosos em razão, sem dúvida, dos cuidados que lhe são dados e porque se conservam por mais tempo. Seu número, contudo, é necessariamente limitado e, além disso, eles não podem acusar-se de sua própria desgraça. Os trabalhos para os quais podem capacitar-se nos estabelecimentos comuns fazem com que, nesses estabelecimentos, constituam um encargo menor para a sociedade do que se continuassem espalhados entre os indigentes.

Os auxílios concedidos à custa do público aos militares inválidos também não aumentam o número dos socorridos. Aliás, tais auxílios não são outra coisa senão uma dívida que se paga. O que se pode verificar, entretanto, é se, em lugar desses hospitais fastuosos construídos bem mais pela vaidade do que pelo reconhecimento, não haveria meios de difundir, sem mais despesas, consolações mais eficientes.¹⁷

Mesmo admitindo que, do ponto de vista rigoroso do direito, a sociedade como corpo político não é obrigada a dar auxílio aos desafortunados cujas desgraças lhes ocorreram por sua própria culpa ou pelas enfermidades a que foram condenados unicamente pela Natureza, isso não significa que o humanitarismo perderia seus direitos. O mero espetáculo do sofrimento constitui uma dor de que uma nação civilizada procurará livrar-se sempre. Sua própria segurança, inclusive, exige que se proteja do perigo a que certas doenças podem expô-la, como a alienação mental, as doenças contagiosas etc. É por isso que, independentemente dos inúmeros auxílios concedidos, em qualquer país, pela caridade dos particulares, uma espécie de caridade pública e talvez de orgulho nacional impõe a lei de auxiliar determinados infortúnios. É de se temer apenas que os homens se exponham a serem auxiliados com facilidade tanto maior quanto mais a seu alcance estiverem os auxílios. Poupano suas imprudências de uma parte dos males delas decorrentes, diminuímos, nessas pessoas, esse terror salutar que tanto contribui para preservá-las das mesmas. Ferir-nos-íamos com muito mais freqüência não fosse a dor que acompanha cada ferimento. Um judicioso publicista já observou que um número excessivo de instituições abertas, na Inglaterra, para mulheres grávidas e mães solteiras, por diminuir os inconvenientes que acompanham os desregramentos das

¹⁷ O abade de Saint-Pierre, que sempre permaneceu interessado por qualquer aspecto referente ao bem público, calculou que a manutenção de cada veterano, no pesado e soturno hospital dos Inválidos de Paris, custava para o Estado três vezes mais do que custaria para a manutenção do mesmo em seu vilarejo. Ver seus *Anais Políticos*. Ano 1671.

mulheres, dão origem a males mais numerosos do que os que são capazes de aliviar.¹⁸

Esse mesmo inconveniente não existe nas casas que oferecem trabalho aos indigentes que o pedem voluntariamente nem naquelas onde são internados os vagabundos incapazes de provar que contam com algum meio de existência. Tais casas, cuja natureza impede a multiplicação do número de desafortunados, oferecem bálsamos preciosos numa sociedade numerosa, na qual, em meio a um vasto número de pessoas ocupadas, é impossível que algumas não sofram. Uma atividade comercial que muda de ramo, a introdução de novos processos de fabricação, capitais que abandonam certos empregos produtivos, incêndios e outras calamidades podem, por vezes, deixar vários operários sem emprego. Com freqüência, mesmo apresentando a melhor conduta, um homem laborioso pode cair nas últimas extremidades da necessidade. Numa casa de trabalho, encontrará meios de ganhar sua própria subsistência, se não precisamente na profissão que aprendeu, pelo menos em algum trabalho análogo.

Vimos, no § I deste capítulo, que a administração das instituições de caridade pode ser confiada vantajosamente a pessoas que dispõem de lazer e de alguma comodidade ou folga e que concordam em desempenhar gratuitamente as funções correspondentes. A única coisa a rezear é que sejam executadas com negligência. Poder-se-ia, talvez, prevenir esse abuso atribuindo algumas recompensas honoríficas a deveres que fossem conscienciosamente cumpridos. Pode-se ainda estabelecer uma espécie de emulação entre várias administrações do mesmo gênero. Por que todos os hospícios de Paris deveriam encontrar-se sob a fiscalização de um único conselho? Em Londres, ao contrário, existem tantas administrações quanto hospícios, o que faz com que sejam administrados com maior diligência e economia. Entre os diferentes hospitais, surgiu uma louvável emulação, o que nos dá mais um exemplo que prova ser possível e vantajoso, introduzir a concorrência nos serviços públicos.

§ V — As despesas relativas aos prédios e construções pertencentes ao público

Minha intenção, neste parágrafo, não é passar em revista todas as construções que são para uso do público, mas apenas apresentar os métodos suscetíveis de levar a uma justa apreciação de quanto custam. Quanto a avaliar os benefícios que trazem, essa operação é muitas vezes impossível, mesmo que só aproximativamente. Como avaliar, com efeito, o serviço, isto é, o encanto que os habitantes de uma cidade encontram num parque público? Constitui uma vantagem indiscutível poder encontrar, ao alcance das habitações comprimidas das cidades, um local onde se possa respirar mais livremente, fazer alguns exercícios, desfrutar da sombra e verdor das árvores, permitir sem apreensão que os mais jovens brinquem livremente em seus inúmeros momentos de lazer. Ora, tal benefício escapa a qualquer avaliação.

Quanto ao sacrifício a cujo preço se compra tal vantagem, é possível, ao contrário, conhecê-lo ou pelo menos avaliá-lo.

A despesa anual de qualquer espécie de construção pública compõe-se:

¹⁸ “Essas instituições” — escreve Charles Comte — “tornam incertas as penas repressivas sem diminuir praticamente nada de sua realidade. Agem da mesma maneira como as loterias: dão esperanças a todos os que querem correr algum risco, mas, por um único indivíduo que beneficiam, causam a ruína de uma multidão.” *Tratado de Legislação*. Livro Segundo. Cap. XI.

- 1) da perda, por parte do público, do aluguel do terreno onde se assenta a construção;
- 2) dos juros do capital que serviu para construí-la;
- 3) dos custos anuais de manutenção.

Quando o terreno em que se situa um estabelecimento público não é suscetível de venda nem de aluguel, o público não perde a renda da terra, pois a terra, justamente, não seria alugada mesmo se a construção não estivesse nela. Uma ponte, por exemplo, custa apenas o juro do capital investido em sua construção e as reparações anuais que vier a exigir. Se não há nenhum gasto de manutenção, consumir-se-á ao mesmo tempo o serviço desse capital representado pelo juro da quantia e, pouco a pouco, o próprio capital, pois, quando a edificação estiver fora de uso, não somente estará perdido o serviço ou aluguel do capital, mas o próprio capital.

Suponhamos que um dique holandês tenha custado, quando de sua edificação, a quantia de 100 mil francos. Se o juro que essa soma poderia render é de 5%, esse dique custa anualmente 5 mil francos. Além disso, se requer 3 mil francos de manutenção, custa anualmente 8 mil francos.

Podemos aplicar esse mesmo cálculo às estradas e aos canais. Uma estrada demasiado larga faz com que se perca, a cada ano, a renda da terra supérflua nela utilizada, assim como custos de manutenção maiores do que seriam necessários. Muitas estradas que partem de Paris têm 180 pés de largura, incluindo-se as margens para pedestres. Mesmo que tivessem apenas 60 pés, sua largura ainda ultrapassaria todas as necessidades e poderia ser considerada uma estrada magnífica, mesmo nas cercanias de uma grande capital. O excedente constitui um luxo inútil. Nem sei mesmo se se trata de luxo, pois um calçamento estreito no meio de uma larga avenida cujas margens são impraticáveis durante a maior parte do ano parece evidenciar a mesquinhez e falta de bom senso de uma nação. Há qualquer coisa de penoso em ver um espaço perdido e, ademais, malcuidado. Aparentemente, pretendeu-se possuir estradas soberbas sem ter meios de mantê-las lisas, limpas e cuidadas, a exemplo desses senhores italianos que moram em palácios que nunca são varridos.

Seja como for, ao longo das estradas a que estou me referindo, existem 120 pés que poderiam ser dedicados ao cultivo, o que dá 50 jeiras para cada légua comum. Ora, se adicionarmos o arrendamento dessas jeiras, os juros dos custos de construção e os custos anuais de manutenção da largura inútil (que, embora malconservada, sempre custa alguma coisa), saberemos então a que preço a França desfruta da honra (que de honra não tem nada) de possuir estradas duas ou três vezes largas demais a fim de chegar a cidades cujas ruas são quatro vezes demasiado estreitas.¹⁹

As estradas e canais são construções públicas extremamente dispendiosas, mesmo nos países em que são construídos judiciosamente e com economia. Apesar disso, é provável que o serviço que prestam à sociedade ultrapasse de longe, na maioria dos casos, as despesas anuais que lhe obrigam a fazer. Para convencer-se disso, é preciso lembrar o que disse anteriormente acerca da produção de valor

¹⁹ Em toda a extensão dessa largura perdida em várias estradas da França, quem viaja a pé jamais encontra um caminho bem calçado que possa utilizar com qualquer tempo, nenhum banco de pedra onde possa repousar, nenhum abrigo sob o qual esperar a passagem de uma tempestade, nenhuma fonte onde saciar a sede. Tais vantagens, entretanto, poderiam ser proporcionadas a custos bem reduzidos.

devida unicamente à indústria comercial, ao transporte que se faz de um lugar para outro²⁰ e sobre o princípio segundo o qual tudo o que se poupa sobre os custos de produção constitui um lucro para o consumidor.²¹ Ora, levando-se isso em conta, se avaliarmos quanto custaria transportar, supondo-se que a estrada não tivesse sido construída, todas as mercadorias e artigos que anualmente passam por ela e, por outro lado, se compararmos a enorme despesa que custariam todos esses transportes com o que custam na situação atual, veremos que a diferença revela o montante do ganho obtido pelos consumidores desses artigos e mercadorias, ganho este real e integral para a nação.²²

Os canais proporcionam um ganho ainda maior porque deles decorre uma economia também maior.²³

Quanto aos prédios e edificações públicos sem utilidade, como os palácios faustosos, arcos de triunfo, colunas monumentais, constituem o luxo das nações, tão difícil de justificar quanto o dos particulares. A vazia satisfação que com eles obtêm a vaidade do povo ou do príncipe não compensa os custos e, muitas vezes, sequer compensa as lágrimas que custa. As ações úteis e virtuosas não precisam de tanto esplendor. São êxitos militares que se pretende celebrar? Mas que monumento poderá durar como a História? Os troféus que um vencedor erige para sua própria glória são insultos às nações vencidas, que poderão, quase sempre, responder-lhes com insultos análogos. Os povos precisam dar-se uns aos outros sinais de paz e não de guerra.

²⁰ Livro Primeiro. Cap IX.

²¹ Livro Segundo. Cap. II.

²² É um erro afirmar que, se a estrada não existisse, os custos de transporte não seriam tão grandes quanto se pretende aqui, sob pretexto de que não existiria a maioria desses transportes e de que as pessoas passariam sem a coisa transportada. Ora, é não ser rico passar sem certas coisas porque não se podem fazer os gastos que elas exigem. Cada consumidor é infinitamente pobre em relação a um produto que custa muito caro para ser consumido. Ao contrário, sua riqueza cresce em relação a esse mesmo produto na medida em que diminui o valor dele.

²³ Na inexistência de canais, é provável que, com o tempo, se estabeleçam vias férreas para comunicar as cidades entre si. Por mais dispendiosa que fosse sua construção inicial, é provável que a economia resultante no transporte compensaria além dos juros dos primeiros adiantamentos. Independentemente da facilidade que oferecem aos veículos, as estradas de ferro têm a vantagem de não sacudir os viajantes e as mercadorias. Realizam-se esses vastos empreendimentos nos países em que grandes capitais permitem adiantamentos consideráveis e onde a administração inspira confiança suficiente para que os empresários não temam perder seus frutos. Os progressos que vierem a ocorrer na arte de tratar o ferro, diminuindo os custos de produção desse metal, favorecerão a construção de estradas de ferro e de muitos outros empreendimentos.

Quem Paga os Consumos Públicos

Embora raro, não é impossível ver um cidadão arcar com os custos de um consumo público. Um hospital por ele fundado, uma estrada que abriu, um parque público que, às suas expensas, plantou em seu terreno, não são, afinal, munificências nunca vistas. Conquanto muito mais comuns, eram bem menos meritórias entre os antigos. Suas riquezas, muitas vezes, eram fruto de rapinas executadas contra seus próprios concidadãos ou contra seus inimigos. E, mesmo os despojos dos inimigos, acaso não eram ganhos ao preço do sangue dos cidadãos? Embora existam exemplos desses excessos entre os modernos, é muito mais freqüente que as riquezas dos particulares sejam fruto de sua indústria e de suas poupanças. Na Inglaterra, onde encontramos tantos estabelecimentos fundados e mantidos às expensas dos particulares, a maioria das fortunas que os sustentam nasceram da indústria. Há muito mais generosidade em dar bens colhidos com esforço e aumentados por meio de privações do que espalhar bens pelos quais deve-se agradecer apenas à boa sorte ou, no máximo, a alguns momentos de audácia.

Uma outra parte dos consumos públicos entre os romanos fazia-se diretamente às expensas dos povos vencidos. Os romanos impunham-lhes tributos que a seguir consumiam.

Na maioria das nações modernas, o público é proprietário (seja a nação inteira, sejam as cidades, burgos e vilarejos em particular) de certos domínios que a autoridade pública aluga ou administra em nome da comunidade. Na França, as terras cultiváveis e as usinas pertencentes ao público são, em geral, alugadas a particulares. As florestas nacionais, contudo, são administradas por agentes do Governo. Os produtos anuais de todos esses bens provêm uma parte importante dos consumos públicos.

A maior parte desses consumos, todavia, é paga com o produto dos impostos e contribuições fornecidos pelos cidadãos ou súditos. Contribuem ora como membros de todo o Estado e, nesse caso, sua contribuição reverte para o tesouro público, de onde são sacadas as despesas concernentes ao Estado inteiro; ora como membros de uma província ou de uma comuna e, nesse caso, sua contribuição reverte para a caixa provincial ou comunal, de onde são sacadas as despesas que se referem somente à província ou à comuna.

Se a equidade impõe que os consumos sejam pagos por quem deles desfruta, os países mais bem administrados sob esse aspecto são aqueles em que cada clas-

se de cidadãos suporta os custos dos consumos públicos proporcionalmente à vantagem que deles tira.

É a sociedade inteira que desfruta dos benefícios da administração central ou, se se quiser, do Governo, como também é ela inteira que desfruta da proteção das forças militares. Com efeito, por mais que uma província se encontre ao abrigo de qualquer invasão, se o inimigo se apodera de sua capital, do local de onde necessariamente domina toda a região, poderá impor leis até às províncias que não invadir, podendo dispor das vidas e bens mesmo das pessoas que jamais viram seus soldados. É uma consequência necessária, portanto, que as despesas com as praças fortes, com os portos militares e com os agentes exteriores do Estado sejam de natureza a serem suportadas pela sociedade inteira.

A administração da justiça parece também dever ser incluída na classe das despesas gerais, embora apresente uma proteção ou vantagem mais local. Mas um tribunal de Bordéus que captura e julga um malfeitor não está trabalhando pela segurança da França inteira? Os custos das prisões e pretórios acompanham os dos tribunais. Smith pretende que a justiça civil seja paga pelas partes. Essa idéia tornar-se-ia ainda mais praticável se todos os julgamentos fossem prestados, não por tribunais nomeados de ofício, mas por árbitros escolhidos pelas partes dentre certo número de homens indicados à confiança pública. Se tais árbitros, que sempre desempenhariam o ofício de júri de equidade, fossem pagos proporcionalmente à quantia em disputa, sem levar em conta a duração da instrução, teriam todo o interesse em simplificar e abreviar o processo a fim de poupar seus próprios tempos e esforços bem como em julgar equitativamente a fim de sempre encontrar ocupação.

Uma província ou uma comuna parecem, ao contrário, desfrutar sozinhas das vantagens que lhes proporcionam sua administração local e os estabelecimentos de utilidade, de comodidade, de ensino e de caridade que são de uso exclusivo dessa parcela da sociedade. Assim sendo, é conveniente que as despesas de todas essas coisas estejam a seu encargo; é o que acontece, justamente, em muitos países. Sem dúvida, o país inteiro encontra algumas vantagens na administração de uma de suas províncias; quando se encontra numa cidade qualquer, o estranho é, na realidade, admitido em seus locais públicos, suas bibliotecas, suas escolas, em seus parques e hospitais. Não se pode negar, entretanto, que são principalmente as pessoas da própria região que mais desfrutam de todos esses benefícios.

É extremamente econômico entregar às próprias autoridades locais a administração das receitas e despesas locais, sobretudo nas regiões em que os administradores são nomeados pelos administrados. Quando as despesas se fazem à vista das pessoas que as custearam e em benefício delas mesmas perde-se menos dinheiro e as despesas tornam-se mais adequadas às necessidades. Ao atravessar um burgo ou uma cidade mal pavimentados e sujos, se encontrarmos um canal precariamente mantido ou um porto em que as coisas se amontoam em desordem, poderemos concluir, na maioria dos casos, que a autoridade que administra os fundos levantados para essas despesas não reside no local nem é escolhida por seus habitantes.

Trata-se aqui de uma vantagem que as pequenas nações têm sobre as grandes. Elas desfrutam melhor e mais barato de todas as coisas de utilidade ou de comodidade públicas porque vêem de perto se os gastos que dispendem por um objeto nele são fielmente aplicados.

O Imposto e seus Efeitos Gerais

O Imposto é aquela parcela dos produtos de uma nação que passa das mãos dos particulares para as do Governo a fim de subvencionar os consumos públicos.

Seja qual for o nome que receber, quer se chame de contribuição, taxa, direito, subsídio ou até dom gratuito, trata-se sempre de um encargo imposto aos particulares ou a grupos de particulares pelo soberano, pelo povo ou pelo príncipe, com o objetivo de custear os consumos que a autoridade julga oportuno realizar às suas expensas. Trata-se, portanto, de algo que é imposto.

Não faz parte do plano desta obra examinar a quem pertence o direito de votar o imposto. A Economia Política considera o imposto apenas como algo de fato e não de direito.¹ Ela estuda sua natureza, procurando descobrir de onde vêm os valores de que ele se compõe e quais são seus efeitos em relação aos interesses dos particulares e das nações. É tudo o que concerne à Economia Política.

O imposto não consiste na substância material fornecida pelo contribuinte e recebida pelo coletor, mas no valor dessa substância. Quer seja recolhida em dinheiro, em gêneros ou em serviços pessoais, essas circunstâncias são acidentais e de interesse secundário, pois sempre se pode trocar, por meio de compras e vendas, os gêneros por dinheiro ou o dinheiro por gêneros. O essencial é a soma de riquezas que o imposto tira do contribuinte ou, se se preferir, o valor daquilo que lhe é exigido. É isso que mede o sacrifício que dele se exige.² No momento em que o contribuinte paga esse valor, o mesmo está perdido para ele; no momento em que é

¹ Tem alguma importância, por exemplo, que o imposto seja votado pelo povo ou por seus representantes se há no Estado um poder cujas operações o fizeram tão necessário que o povo não tem nenhuma outra alternativa senão apoiar o imposto por seu voto? Em seu livro sobre a Constituição da Inglaterra, Delome diz que seria inútil para o rei pretender fazer guerra se o povo não se dispuser a votar o imposto para sustentá-la. Não poderíamos dizer, com maior razão, que seria em vão para o povo pretender recusar o imposto se o rei colocou-o na indispensável necessidade de pagá-lo? A verdadeira salvaguarda da liberdade inglesa reside na liberdade de imprensa, a qual se baseia ela própria bem mais nos hábitos e opiniões da nação do que na proteção das leis. Um povo é livre porque quer sê-lo e o maior obstáculo à liberdade pública está em não sentir sua necessidade.

² O tradutor inglês desta obra observa a esse respeito que o essencial é o objeto mesmo que o serviço do Estado exige; um vaso de guerra, por exemplo, e não o valor do vaso. Disso não há a menor dúvida, assim como temos razões de dizer que a riqueza se compõe dos próprios objetos que satisfazem as nossas necessidades e não de seu valor, o qual não passa de uma qualidade metafísica incapaz por si mesma de satisfazer nenhuma necessidade. Quando se trata, porém, de estimar a cota-parte do imposto, faz-se necessário medi-la por intermédio do valor das coisas cujo sacrifício ele exige, assim como, quando se trata de avaliar a riqueza, é necessário conhecer o valor das coisas que a constituem.

consumido pelo Governo ou por seus agentes, está perdido para todo o mundo e jamais reverte à sociedade. Esse ponto já foi demonstrado, penso eu, quando tratei dos efeitos gerais dos consumos públicos. Nesse momento, vimos que, ainda que o dinheiro das contribuições possa retornar à sociedade, o valor delas não retorna jamais, já que este não é entregue gratuitamente à sociedade e que os agentes do Governo não lhe restituem o dinheiro das contribuições sem dela receber um valor igual em troca.

Pelas mesmas razões que nos mostraram que o consumo improdutivo não favorece em nada a reprodução, tampouco poderia favorecê-la a coleta de impostos. Ela tira do produtor um produto com o qual poderia obter algum prazer, se o tivesse consumido improdutivamente, ou um lucro, se o tivesse aplicado em um emprego útil. Nos dois casos, descontar imposto é causar prejuízo à sociedade, prejuízo este que permanecerá sem nenhuma compensação todas as vezes em que não receber nenhum serviço em troca.

É bem verdade que a fruição de que se privou o contribuinte é substituída pela das famílias que obtêm seus proventos e lucros com o imposto. Mas, além de ser injusto tirar do produtor o fruto de sua produção quando não se lhe dá nada em troca, trata-se de uma distribuição da riqueza produzida que favorece muito menos a sua multiplicação do que quando o próprio produtor pode aplicá-la em seus próprios consumos. As pessoas encontram estímulo maior em desenvolver suas forças e meios quando colhem seus frutos do que quando trabalham para outrem.

Os valores arrecadados dos contribuintes são, em geral, gastos de maneira improdutiva, e muitas pessoas acreditam que esse consumo favoreça fortemente a produção e os produtores porque destrói produtos sem substituí-los. Malthus pensa que os produtores têm tamanha inclinação à poupança e ao aumento de seus capitais que produziriam em demasia se lhes fosse permitido, deixando, então, de encontrar mercado suficiente para seus produtos.³ Malthus só vê estímulo para os produtores nos consumos improdutivos e, por conseguinte, naqueles consumos de mesma natureza que os que acompanham a arrecadação do imposto. Ele desconhece uma verdade estabelecida nesta obra, da qual resulta que as poupanças acrescentadas aos capitais produtivos são consumidas tanto quanto os produtos utilizados em nossas fruições, propiciando, além disso, pela mesma quantia, um mesmo estímulo aos produtores.⁴

Bem longe de favorecerem a produção, os gastos improdutivos do Governo são prodigiosamente prejudiciais a ela. Os impostos constituem um acréscimo nos custos de produção; seu efeito é oposto aos progressos da indústria, os quais, permitindo-lhe produzir a custos menores, favorecem ao mesmo tempo a produção e o consumo. O imposto, ao contrário, aumentando o preço dos produtos, reduz o consumo que deles se pode fazer e, por conseguinte, a demanda por parte dos consumidores.

Já se afirmou que a demanda permanece a mesma, quer tenha por veículo os contribuintes ou os agentes do Governo; além disso, que, quando se diminui de 100 milhões as rendas dos primeiros, aumenta-se com a mesma quantia as rendas dos segundos, de modo que não houve nenhuma mudança na soma global dos consumos. Ora, mesmo admitindo que a soma das rendas não seja alterada pelo imposto, permanece um fato que o preço dos produtos aumentou, pois aumentaram os custos de produção. Assim, uma mesma quantia de rendas não pode mais

³ *Princípios de Economia Política*. Cap. VII

⁴ Os princípios estabelecidos na presente obra foram publicados bem antes da obra de Malthus, que data de 1820.

comprar a mesma quantidade de produtos. Os consumidores, com efeito, seja qual for a proveniência de sua renda, não a têm igual no momento em que os produtos estão mais caros.

Alguém dirá talvez que a necessidade de pagar imposto obriga a classe industriosa a redobrar seus esforços, de onde resultaria um aumento de produção. Ora, em primeiro lugar, não bastam esforços para produzir; é preciso também ter capitais e é justamente o imposto que dificulta a poupança com a qual se formam os capitais. Em segundo lugar, o que se produz a fim de satisfazer ao coletor não aumenta a riqueza nacional, pois o produto dos impostos é gasto de maneira improdutiva.

O único ponto de vista a partir do qual o imposto pode parecer favorável à produção é o seguinte: ao aumentar os custos de produção por um lado, o imposto obriga os produtores a engenharem-se em diminuí-los por outro, por meio de procedimentos mais eficientes e expeditivos. Atribuem-se, desse modo, aos pesados impostos da Inglaterra os utilísimos processos com os quais ela enriqueceu as artes. Mas o que a Inglaterra ganharia com isso se não paga menos caro pelos objetos de seu consumo?⁵

Verifica-se, assim, que, se o imposto produz muitas vezes um bem quanto ao seu emprego, sempre é um mal quanto à sua arrecadação. Pretender que multiplique os produtos de uma nação pelo simples fato de recolher uma parte desses produtos; que a enriqueça porque consome uma parte de suas riquezas, é simplesmente defender um absurdo. Assinalar o absurdo, além disso, seria mera tolice se a maioria dos Governos não agissem em conformidade com esse pretensioso princípio e se livros apreciáveis pelas intenções e conhecimentos de seus autores não procurassem demonstrá-lo.⁶

De outra parte, raciocinaria mal, tomando o efeito pela causa, quem pretendesse, do fato de que os países mais gravados de impostos, como a Inglaterra, são ao mesmo tempo os mais ricos, concluir que são ricos porque pagam mais impostos. Ninguém é rico porque paga, mas, ao contrário, paga porque é rico. Seria, certamente, um modo bem divertido para um homem de enriquecer gastando muito pela razão de que tal outro indivíduo, que é rico, gasta muito. É evidente que este último gasta porque é rico, mas não enriquece mediante seus gastos.

O efeito se distingue facilmente da causa quando esta o precede. Quando, porém, sua ação é contínua e sua existência simultânea, ficamos sujeitos a confundir os.

Os argumentos utilizados para justificar grandes impostos não passam de paradoxos modernos que os agentes do fisco aceitam de bom grado. Certo bom senso natural e os melhores príncipes, todavia, sempre os recusaram. Ambos, com efeito, sempre procuraram reduzir as despesas do Estado. Os príncipes fracos ou perversos, ao contrário, sempre as aumentaram, cercado-se, em geral, de conselheiros interessados em sua prodigalidade. Além dos que acreditam que a magnificência é favorável ao bem público, existem outros que, embora sem pretender que a dissi-

⁵ É bem verdade que, se sobreviessem reformas importantes na representação nacional, a Inglaterra permaneceria com seus progressos industriais e, além disso, seria progressivamente aliviada dos abusos que os tornam nulos para a nação.

⁶ Essa doutrina se assemelha àquela que sustenta que os luxos e consumos são benéficos para a produção. É, contudo, pior em um grau a mais, pois a doutrina favorável ao consumo propicia pelo menos alguns prazeres aos que estão encarregados do agradável ofício de consumir, ao passo que forçar o pagamento de contribuições e impostos a fim de obrigar o povo a produzir mais significa apenas aumentar os trabalhos da nação a fim de propiciar-lhe antes males do que prazeres. Com efeito, se a extensão dos impostos permite pagar uma administração mais numerosa e complexa, cujo fausto é um insulto para os administrados; se permite, além disso, convocar e sustentar um maior número de pessoas afetas à guerra, privando as famílias de seus sustentáculos mais preciosos e dos mais caros objetos de seus afetos, então os impostos configuram realmente males atrozes, pelos quais se paga tão caro como se fossem prazeres.

pação dos dinheiros públicos constitua precisamente um bem, procuram demonstrar por meio de cifras que os povos não são sobrecarregados, podendo pagar contribuições muito superiores às que lhes são impostas.

“Existe” — diz Sully em suas *Memórias*⁷ — “uma espécie de aduladores que dão conselhos e que procuram cortejar o príncipe apresentando-lhe permanentemente novas idéias para render-lhe dinheiro. Tais pessoas ocupavam cargos outrora e hoje, da situação brilhante em que se encontravam, resta-lhes apenas a ciência infeliz de sugar o sangue dos povos, a qual procuravam ensinar ao rei em seu próprio interesse.”

Outros há que exibem planos financeiros propondo meios de encher os cofres do príncipe sem sobrecarregar os súditos. Ora, a menos que um plano financeiro seja um projeto de empreendimento industrial, só pode dar ao Governo o que tira do particular ou algo que tira do próprio Governo sob outra forma. Um simples golpe de varinha mágica jamais transforma nada em alguma coisa. Por mais camuflada que seja uma operação, por mais desvios que se imprimam aos valores e por mais metamorfoses que venham a sofrer, só se pode ter um valor criando-o ou tomando-o. O melhor de todos os planos financeiros consiste em gastar pouco, e o melhor de todos os impostos é o menor.

Se o imposto é uma parcela das propriedades particulares⁸ recolhida para o serviço público; se é um valor que jamais reverte para a sociedade depois de recolhido e se não constitui um meio de reprodução, podemos concluir que os melhores impostos, ou melhor, que os menos ruins são:

- 1) os de cota-parte a mais moderada;
- 2) os que acarretam o mínimo desses encargos que pesam sobre o contribuinte sem proveito para o tesouro público;
- 3) aqueles cujo peso se reparte eqüitativamente;
- 4) os que menos prejudicam a reprodução;
- 5) os que são favoráveis e não contrários à moral, isto é, aos hábitos úteis à sociedade.

Conquanto pareça evidente a utilidade dessas regras, acrescentarei algumas observações a cada uma delas.

1) *Os de cota-parte a mais moderada*

Com efeito, já que o imposto tira do contribuinte um produto que constitui um meio de fruição ou de reprodução, tirar-lhe-á tanto menos fruições ou lucros quanto menor for.

Quando levado longe demais, o imposto produz o lamentável efeito de privar

⁷ Livro Vigésimo.

⁸ Não me pareceu necessário criticar a opinião que muitos príncipes, que não são de nossa época, tinham acerca das propriedades dos povos. Luís XIV escrevia, em suas próprias palavras, a seu filho a *fim de instruí-lo*: “Os reis são senhores absolutos e têm por Natureza a disposição plena e livre de todos os bens possuídos tanto pelos eclesiásticos como pelos seculares, para utilizá-los a qualquer momento como ecônomos prudentes e segundo as necessidades gerais de seu estado”. *Obras de Luís XIV. Memórias Históricas*. Ano de 1666.

o contribuinte de sua riqueza sem com isso enriquecer o Governo. Poderemos compreender esse ponto se considerarmos que a renda de cada contribuinte apresenta a medida e o limite de seu consumo, seja este produtivo ou não. É impossível, por conseguinte, tomar uma parte de sua renda sem, ao mesmo tempo, obrigá-lo a reduzir proporcionalmente seus consumos. Daí decorre a diminuição de demanda dos objetos que deixou de consumir e, em particular, dos objetos sobre os quais o imposto incide. Dessa diminuição de demanda resulta, por sua vez, um decréscimo de produção e, conseqüentemente, menos matéria tributável. Há, portanto, perda para o contribuinte de uma parte de suas fruições, perda para o produtor de uma parte de seus lucros e, finalmente, perda para o fisco de uma parte de sua receita.

É por isso que um imposto nunca rende para o fisco proporcionalmente à extensão do que o contribuinte lhe dá. Nasceu daí esse estágio na administração das finanças, segundo o qual *dois mais dois não são quatro*.⁹ O imposto exagerado destrói a base mesma sobre a qual incide, e a destrói quer incida sobre objetos de necessidade, quer sobre objetos de luxo. A única diferença está em que, com respeito a estes últimos, suprime, junto com uma parcela da matéria tributável, a fruição que poderia resultar de seu consumo, ao passo que, quando incide sobre objetos indispensáveis, suprime o contribuinte ao mesmo tempo que o consumo.

Pela razão inversa, uma diminuição de imposto, multiplicando as fruições do público, aumenta as receitas do fisco, mostrando aos Governos quanto ganham em ser moderados.

Quando Turgot, em 1775, cortou pela metade os direitos de entrada e de mercado sobre os peixes frescos que eram cobrados em Paris, o montante total desses impostos permaneceu o mesmo. O consumo desse artigo, portanto, deve necessariamente ter dobrado. Os pescadores e os que comerciavam com peixes frescos duplicaram, portanto, seus negócios e lucros. Ora, visto que a população cresce em conseqüência da produção, o número de consumidores deve ter aumentado. Mas também deve ter aumentado o número de produtores, pois o aumento dos lucros, isto é, das rendas, facilita as acumulações e, conseqüentemente, o aumento dos capitais e das famílias. Além disso, não há nenhuma dúvida de que o montante de muitas outras contribuições melhorou em conseqüência do crescimento da produção e o Governo ganhou em consideração ao aliviar o fardo dos impostos.

Os agentes do Governo, intendentess ou arrendatários de impostos, cobertos pela ascendência que a autoridade lhes confere, conseguem freqüentemente fazer

⁹ Na França, antes de 1789, estimava-se o consumo anual de sal em 9 libras-peso por pessoa nas regiões onde vigorava o imposto indireto sobre o sal e em 18 libras por pessoa nas regiões em que o comércio de sal era livre. (DE MONTHION. *Influence des Divers Impôts*. p. 141.) O imposto impedia, por conseguinte, a produção da metade desse artigo, reduzindo também à metade, portanto, a comodidade e os prazeres que tal produto podia proporcionar, sem contar os outros malefícios causados pelo imposto indireto sobre o sal, tais como prejudicar o trato dos animais e os salgamentos, armar uma parte da nação contra a outra, os coletores contra os contribuintes, e condenar às galés pessoas que, com sua indústria e coragem, poderiam contribuir para a riqueza do Estado.

Em 1804, o Governo inglês aumentou os impostos sobre o açúcar em 20%. Poder-se-ia pensar que esse imposto, que, em ano comum, já proporcionava ao fisco 2,778 milhões de libras esterlinas, deveria render 5,55 milhões de libras esterlinas ao ser aumentado em 1/5. Na realidade, rendeu 2,557 milhões de libras esterlinas, quer dizer, menos do que antes. (*Brougham's Speech in the House of Commons*. March 13. 1817.)

Ricardo atacou minha doutrina acerca desse ponto. Segundo ele, uma vez que o imposto do sal reduzia à metade a quantidade desse artigo que podia ser produzida e consumida, sua produção empregava metade a menos de capitais, a outra metade sendo, por conseguinte, aplicada em outra produção. Ora, se o imposto atua como um aumento de custos de produção, de onde resulta que, com o mesmo capital, obtêm-se menos produtos. De resto, estou muito longe de aceitar como um fato esse princípio baseado numa abstração, segundo o qual a produção é necessariamente proporcional aos capitais. Mesmo supondo que o imposto não tivesse realmente nenhum outro efeito além de tirar os capitais de determinado emprego para obrigar seus proprietários a aplicá-los em outro menos vantajoso, isso já não constitui um mal? Que resultado pior do que este tem o sistema regulamentar, contra o qual o próprio Ricardo, entretanto, se volta com tanta razão?

com que sejam decididas em seu favor as obscuridades das leis fiscais ou até com que sejam criadas obscuridades em seu proveito. Isso equivale a uma ampliação do imposto.¹⁰ O mesmo ministro Turgot adotou o caminho inverso: decidiu todos os casos duvidosos em favor do devedor. Os arrendatários de impostos fizeram grande gritaria, alegando que jamais poderiam cumprir seus compromissos com o rei *et offrant de compter de cleric à maître*. Os acontecimentos, porém, voltaram-se contra sua opinião e a favor de sua bolsa. Uma arrecadação mais branda favoreceu a tal ponto a produção e o conseqüente consumo que os lucros que, no contrato anterior, atingiram somente 10,55 milhões de libras, passaram a alcançar 60 milhões. Seria até difícil acreditar nesse aumento se não estivesse solidamente atestado.¹¹

No *Ensaio Político Sobre a Nova Espanha* de Humboldt, lemos (no Livro Quinto. Cap. XII) que, durante os treze anos posteriores a 1778, período durante o qual o Governo espanhol adotou um sistema um pouco mais liberal para a administração de suas colônias, seu rendimento bruto aumentou, nos treze anos, em mais de 102 milhões de piastras (560 milhões de francos) só no México, e que a quantidade de numerário que a Espanha recolhia nesse mesmo país aumentou nesse mesmo período, já descontados os custos de administração, em 14,5 milhões de piastras (80 milhões de francos). Nada mais natural do que supor que os lucros dos particulares, que constituem a matéria tributável, foram bem maiores ainda durante esses mesmos anos florescentes.

Em toda a parte, os mesmos procedimentos são acompanhados pelos mesmos efeitos.¹² Assim, é uma satisfação, para o autor honesto, poder demonstrar que a moderação não constitui um engodo.

Prosseguindo em nossas considerações, deduziremos desses mesmos princípios que os impostos, sejam quais forem, que apresentam menos inconvenientes são:

2) *Os que acarretam o mínimo desses encargos que pesam sobre o contribuinte sem proveito para o tesouro público*

Muitas pessoas não consideram os custos de arrecadação como um grande mal porque estão persuadidas de que revertem para a sociedade sob outra forma. Podemos somente remetê-las ao que foi dito acima (capítulo VI, § I). Nem os custos nem o principal das contribuições revertem jamais porque nenhum deles

¹⁰ Encontramos um exemplo gritante disso num texto de C. Saint-Paul intitulado *Várias Idéias Sobre a Legislação e a Administração*. Em 1817, foi aberta a sucessão de um dos principais banqueiros de Paris e a administração do fisco recolheu o imposto de sucessão sobre o ativo de suas contas correntes, sem deduzir o passivo dessas mesmas contas. A administração em questão baseou-se, no caso, numa lei fiscal segundo a qual o imposto de sucessão incide sobre a massa bruta de uma herança, sem levar em conta as dívidas e encargos com que está gravada. Ora, o receio de algumas dívidas supostas por parte do defunto, com o propósito de poupar alguns impostos a seus herdeiros, não autoriza a arrecadar algo que não é devido.

A mesma administração tem o cuidado de só avisar os herdeiros dos pagamentos que devem fazer depois de passada a época em que deveriam ser efetuados de modo a torná-los sujeitos a multa. Essa violenta avidez de nossas leis fiscais e dos agentes do fisco fora destruída pela Revolução, mas restabeleceu-se e aumentou sob o Governo imperial, tendo permanecido desde então. Um empregado na administração fiscal só consegue promoção quando sacrifica permanentemente o público aos interesses do fisco.

¹¹ *Oeuvres de Turgot*. t. I, p. 170. Os lucros dos arrendatários públicos eram rigorosamente verificados porque o rei tinha parte em seus benefícios.

¹² Encontramos nova prova disso em uma carta que um membro do parlamento da Inglaterra, o marquês de Landsdowne, endereçou, em 1785, ao abade Morellet: "Quanto ao chá, a redução dos impostos sobre essa mercadoria teve conseqüências tão vantajosas que ultrapassaram nossas esperanças. As vendas passaram de 5 milhões de libras(-peso) para 12 milhões, apesar de muitas circunstâncias desfavoráveis. Além dessa vantagem, todavia, a operação nos deu ainda o benefício de enfraquecer o contrabando a tal ponto que a renda pública viu-se aumentada a um grau que surpreendeu a todos".

consiste no numerário que salda a contribuição, mas no valor fornecido pelo contribuinte e destruído pelo Governo ou por seus agentes.

Foram as necessidades dos príncipes, muito mais do que o amor ao povo, que obrigaram, desde há dois séculos, a maioria dos Estados europeus a introduzir em suas finanças muito mais ordem do que antes. Visto que o povo é obrigado a suportar praticamente todo o fardo que pode carregar sem protestar, todas as economias realizadas sobre os custos de arrecadação constituíram um ganho, não para a nação, mas para o fisco.

Constatamos, nas *Memórias* de Sully,¹³ que, para cada 30 milhões que as contribuições, em 1598, faziam entrar no tesouro real, saíam 150 milhões da bolsa dos particulares. “A coisa parecia inacreditável” — acrescenta Sully — “mas, à força de muito trabalho, demonstrei ser verdade.” Sob o ministério de Necker, os custos de arrecadação, sobre um total de 557,5 milhões de libras, passaram a só atingir 58 milhões. Sob esse mesmo ministério, a França ainda empregava 250 mil pessoas para a arrecadação de impostos; a maioria, porém, tinha outras ocupações ao mesmo tempo. Como se pode ver, esses custos eram de 10 4/5% aproximadamente, ultrapassando em muito o que a arrecadação de impostos exige na Inglaterra.¹⁴

Mas não são somente os custos de arrecadação que constituem um encargo para o povo se, ao mesmo tempo, aproveitar ao tesouro público. As buscas e custos de coerção não aumentam as receitas em um soldo, mas sempre aumentam os encargos tributários. Aliás, esse aumento sempre recai sobre os contribuintes mais necessitados, pois os outros não esperam pela coerção para contribuir. Esses meios odiosos de fazer com que as contribuições sejam pagas podem resumir-se na seguinte proposição: *Você não tem meios de pagar dez francos; nesse caso, vou exigir que pague doze.* Não há nenhuma necessidade de recorrer a meios violentos para obrigar a pagar quando os impostos são leves em relação à capacidade dos contribuintes. Quando, entretanto, temos a infelicidade de sermos obrigados a pagar impostos excessivos, opressão por opressão, mais valem as buscas e apreensões. Pelo menos o contribuinte cujos bens são apreendidos e vendidos até o limite de seu imposto não pagará além do que deve pagar nem fará nenhuma despesa que não entre para o tesouro público.

É pela mesma razão que os trabalhos executados por corvéia, como outrora eram feitas as grandes estradas na França, constituem maus impostos. O tempo perdido para percorrer três ou quatro léguas até o local de trabalho e o tempo que se perde numa obra que não é paga e que se faz a contragosto constituem perdas para o contribuinte sem, ao mesmo tempo, nenhum proveito para o público. Muitas vezes também a perda ocasionada por uma interrupção forçada do trabalho agrícola é maior do que o produto do trabalho obrigatório e gratuito da corvéia, que substitui o primeiro, mesmo supondo que o segundo seja bem feito. Turgot pediu aos engenheiros das províncias um levantamento detalhado das despesas requeridas, em ano comum, pela manutenção das estradas, acrescentando-lhes tantas construções novas quantas haviam sido feitas até então. Recomendou-se que fizessem seus cálculos tomando por base o maior gasto possível. Os engenheiros calcularam a despesa em 10 milhões para todo o reino. Turgot, na época, avaliava em 40 milhões as perdas que a corvéia ocasionava ao povo.¹⁵

¹³ Livro Vigésimo.

¹⁴ Sob Bonaparte, que, sob esse aspecto como em praticamente todos os demais, fez retroceder o avanço da civilização, os custos de arrecadação (nos quais se devem incluir os custos de coação e os fundos constituídos por créditos irrecuperáveis) tomaram-se novamente bem maiores. Ainda não se conhece positivamente, porém, toda a extensão do mal que Bonaparte causou.

¹⁵ Necker avalia a corvéia em apenas 20 milhões. É possível, entretanto, que considere mais o valor das jornadas de trabalho fornecidas do que o prejuízo resultante desse encargo.

Os dias de repouso obrigatório, prescritos por lei ou por costumes que ninguém ousa transgredir, também constituem impostos dos quais nenhuma parcela entra no tesouro do Estado.

3) *Aqueles cujo peso se reparte eqüitativamente*

O imposto é um fardo pesado. Uma das maneiras de fazer com que pese o menos possível sobre cada um consiste em fazê-lo incidir sobre todos. Para o indivíduo ou setor industrial sobre os quais o imposto incide mais do que em outros, a contribuição não se limita apenas a ser uma sobrecarga direta; além disso, configura ainda uma sobrecarga indireta, pois não lhes permite enfrentar em condições idênticas a concorrência dos demais produtores. Em muitas ocasiões, várias manufaturas já foram por terra por causa de uma isenção concedida a uma só delas. Um favor ou privilégio particular configura quase sempre uma injustiça geral.

Os vícios de repartição dos encargos tributários são tão prejudiciais ao fisco quanto injustos para os particulares. O contribuinte cujo imposto é demasiado reduzido não reclama para que aumentem sua cota e quem é sobretaxado paga mal. De ambos os lados o fisco sofre déficit.

É justo recolher imposto sobre a parcela das rendas consagradas aos supérfluos mais do que sobre a parcela empregada na compra das coisas necessárias? Parece-me que não há hesitação possível quanto à resposta. O imposto é um sacrifício realizado em função da sociedade, da ordem pública. A ordem pública, contudo, não pode exigir o sacrifício das famílias. Ora, tirar-lhes o necessário significa sacrificá-las. Quem ousaria afirmar que um pai deveria tirar um pedaço de pão ou um agasalho quente de seus filhos para contribuir com sua parte para o fausto de uma corte ou para o luxo dos monumentos públicos? Que vantagem encontraria na sociedade se esta lhe arrancasse um bem que, além de seu, é indispensável para a sua própria existência, oferecendo-lhe em troca sua fração numa satisfação incerta e remota, que, portanto, recusaria com justo horror?

Sempre encontramos dificuldades, porém, ao pretender estabelecer os limites que separam o necessário do supérfluo, pois as idéias que um e outro evocam não são absolutas, sendo, ao contrário, sempre relativas ao tempo, ao lugar, à idade e à situação das pessoas. Se quiséssemos fazer recair o imposto somente sobre o supérfluo, jamais terminaríamos de decidir onde terminaria ele e onde começaria o necessário. Tudo que sabemos é que as rendas de uma pessoa ou de uma família podem ser tão estreitas a ponto de não bastarem para sua sobrevivência e que, a partir desse ponto até aquele onde podem satisfazer todas as sensualidades da vida e os prazeres do luxo e da vaidade, há uma progressão imperceptível nas rendas, de tal sorte que, a cada etapa, uma família pode alcançar uma satisfação sempre um pouco menos necessária, até atingir as mais fúteis imagináveis. De tal sorte que, se pretendêssemos determinar o imposto de cada família de maneira a que fosse tanto menor quanto mais necessária fosse a renda sobre a qual incidisse, seria preciso que diminuísse progressivamente e não apenas proporcionalmente.

Com efeito, supondo-se o imposto exatamente proporcional à renda (por exemplo, de 1/10), ele tiraria 30 mil francos de uma família que possuísse 300 mil francos de renda. Essa família conservaria 270 mil para gastar por ano, o que permite acreditar que, com tal renda, nada lhe faltaria, além de assegurar muitas fruições não indispensáveis à felicidade. Ao contrário, uma família que possuísse somente 300 francos e à qual o imposto deixasse apenas 270, não contaria, em nossa situação e no estado atual das coisas, com o rigorosamente necessário para viver. Verifica-se, por conseguinte, que um imposto simplesmente proporcional estaria longe de ser eqüitativo. E é isso, provavelmente, que levou Smith a dizer:

“Não é irrazoável que o rico contribua para as despesas públicas, não somente na proporção de sua renda, mas com alguma coisa a mais”.¹⁶

Vou ainda mais longe e não receio afirmar que o imposto progressivo é o único eqüitativo.

4) *Os que menos prejudicam a reprodução*

Entre os valores que o imposto tira dos particulares, grande parte, sem dúvida, se lhes fosse deixada, seria utilizada na satisfação de suas necessidades e prazeres. Uma outra parte, todavia, seria poupada e acrescentada a seus capitais produtivos. Pode-se dizer, então, que todo e qualquer imposto prejudica a reprodução ao prejudicar a acumulação de capitais produtivos.

O imposto, contudo, é ainda mais diretamente nocivo aos capitais quando o contribuinte, para pagá-lo, se vê necessariamente obrigado a utilizar uma parte dos capitais que já estão voltados para a produção. Na expressão feliz de De Sismondi, tais impostos assemelham-se a um dízimo recolhido sobre as sementes ao invés de arrecadado sobre a colheita. É o caso do imposto sobre as sucessões. Se um herdeiro que toma posse de uma herança de 100 mil francos for obrigado a pagar 5% ao fisco, não os sacará de sua renda habitual, pois essa já está gravada pelo imposto habitual, mas da própria herança, a qual, portanto, reduzir-se-á, para ele, a 95 mil francos. Ora, visto que a fortuna do defunto era anteriormente aplicada em 100 mil francos, ao passo que, por seu sucessor, só o é em 95 mil, o capital da nação diminui de 5 mil francos percebidos pelo fisco.

O mesmo acontece com todos os impostos de transmissão. Um proprietário vende uma terra no valor de 100 mil francos; se o adquirente for obrigado a pagar um imposto de 5%, só dará ao vendedor 95 mil francos por essa propriedade. Assim, o vendedor contará apenas com essa quantia para investir em lugar dos 100 mil francos iniciais que a terra valia: o volume do capital da sociedade, portanto, diminui de 5 mil francos.

Se o adquirente calcula mal e, além do imposto, paga pelo valor integral da terra, estará sacrificando um capital de 105 mil francos para adquirir um valor de 100 mil. A perda dessa parcela do capital permanece sempre a mesma para a sociedade, mas, nesse caso, é ele quem a suporta.

Além do inconveniente de incidirem sobre os capitais, os impostos de transmissão apresentam ainda o de constituírem obstáculo à circulação das propriedades. Poder-se-á talvez perguntar qual é o interesse da sociedade em não prejudicar a circulação das propriedades; que lhe importa se tal propriedade determinada se encontre nas mãos desta ou daquela pessoa desde que exista? — Ora, é sempre da maior importância para a sociedade que as propriedades tenham a maior facilidade possível de ir para onde queiram, pois é ali que rendem mais. Por que este homem quer vender sua terra? Porque pretende implantar uma indústria na qual seus fundos lhe renderão mais. Por que outro quer comprar essa mesma terra? Para investir fundos que lhe rendem atualmente muito pouco ou que estão ociosos

¹⁶ A *Riqueza das Nações*. Livro Quinto. Cap. II. Alguns afirmam, a esse respeito, que o imposto progressivo tem o deplorável efeito de estabelecer uma multa de desestímulo sobre os esforços e poupanças que favorecem a multiplicação dos capitais. Qualquer um pode ver, no entanto, que o imposto, seja qual for, nunca toma mais do que uma parcela (e em geral uma parcela bem moderada) do aumento que um particular confere à sua fortuna e que sempre fica para todos um prêmio de estímulo para produzir superior à multa de desestímulo. Quem aumenta sua renda em 1 000 francos, pagando, conseqüentemente, 200 francos de aumento em suas contribuições, apesar disso multiplica suas fruições e consumos muito mais ainda do que seus sacrifícios. Ver o que se diz mais adiante, no capítulo X, acerca do imposto territorial da Inglaterra.

ou, então, porque acredita que a terra possa ser melhorada. A transmissão, assim, aumentando a renda dos dois contratantes, aumenta ao mesmo tempo a renda geral. Por conseguinte, se seus custos são elevados a ponto de impedir a conclusão do negócio, constituem um obstáculo a esse crescimento da renda da sociedade.

Esses impostos que destroem parte dos meios de produção da sociedade e, conseqüentemente, que privam de trabalho e lucros certo número de pessoas industriais que nela vivem, apresentam, entretanto, no mais alto grau, uma qualidade que Arthur Young, homem entendido em Economia Política, exige de qualquer imposto, a saber: a de serem pagos facilmente.¹⁷ Ora, quando um país tem o infortúnio de possuir muitos impostos, já que nessa matéria a única escolha que existe é entre diferentes inconvenientes, talvez se devam tolerar os que incidem moderadamente sobre os capitais.

Os impostos sobre processos e, de maneira geral, todas as taxas judiciais também são recolhidos sobre os capitais, pois ninguém impetra um processo de acordo com a renda que possui, mas, sim, segundo as circunstâncias em que se viu jogado, os interesses de família que lhe afetam e a imperfeição das próprias leis.

Do mesmo modo, também os confiscos incidem sobre os capitais.

A influência do imposto sobre a produção não se limita a modificar uma de suas fontes, os capitais. Sua ação também se executa à maneira das multas, punindo certas produções e determinados consumos. Encontram-se nesse caso todos os impostos que incidem sobre a indústria, como as patentes ou autorizações de exercício de uma indústria determinada. Quando moderados, todavia, a indústria supera com facilidade o obstáculo que lhe apresentam.

Além disso, a indústria não é atingida somente pelos impostos que lhe são diretamente exigidos, o é também pelos que incidem sobre o consumo dos artigos que ela utiliza.

Em geral, os produtos de primeira necessidade são os que se consomem reprodutivamente; os impostos que os desfavorecem prejudicam, portanto, a reprodução. Isso se aplica de maneira ainda mais generalizada às matérias-primas das artes, as quais só podem ser consumidas reprodutivamente. Assim, quando se aplica um imposto excessivo sobre o algodão, está-se prejudicando a produção de todos os tecidos feitos basicamente de algodão.¹⁸

O Brasil é um país com grande abundância de artigos que poderiam ser conservados e transportados para grandes distâncias se se pudesse salgá-los. As pescarias são lá extremamente abundantes e os animais se multiplicam com tamanha facilidade que lá se mata um boi apenas pelo couro. É lá que os curtumes europeus em parte se abastecem. O imposto sobre o sal, porém, impede que lá se utilize o salgamento para a conservação e exportação de carne e de peixe. Assim, por algumas centenas de milhares de francos que tal imposto rende ao fisco, prejudica de modo incalculável as produções desse país bem como os impostos que elas poderiam pagar.

Pela mesma razão que, ao atuar como multa, desestimula os consumos reprodutivos, o imposto pode também desestimular os consumos estéreis. Nesse segun-

¹⁷ É por essa razão que o imposto de registro tornou-se tão elevado na França. É possível que, se reduzido, rendesse a mesma quantia ao fisco. A nação, nesse caso, além de ver seus capitais menos atingidos, ganharia ainda uma circulação mais livre de propriedades.

¹⁸ Na Inglaterra e mesmo na França, com o objetivo de estimular as manufaturas, dão-se prêmios para a importação de certas matérias-primas. Ora, isso significa cair no excesso oposto. Segundo esse mesmo princípio, em lugar de obrigar-se ao pagamento de um imposto fundiário, dever-se-ia pagar uma gratificação aos que têm a bondade de cultivar a terra. A indústria agrícola, com efeito, também fornece matérias-primas à maioria das manufaturas (trigo especialmente), as quais, pelas elaborações que sofrem nas mãos dos operários, transformam-se em mercadorias cujo valor é superior aos valores consumidos. Os impostos aduaneiros, seja qual for a matéria sobre a qual incidam, são tão justos quanto o fundiário. Ora, como ambos só podem produzir malefícios, estes serão tanto menores quanto mais leve for o imposto.

do caso, porém, produz o duplo benefício de, por um lado, não recolher um valor que seria empregado reprodutivamente e, por outro, de afastar desse consumo inútil valores que podem ser empregados com maior benefício para a sociedade. Essa é precisamente a vantagem de todos os impostos que incidem sobre objetos de luxo.¹⁹

Quando, em vez de gastar o produto das contribuições arrecadadas sobre os capitais, o Governo o emprega de forma reprodutiva ou quando os particulares restabelecem seus capitais mediante novas poupanças, estão compensando, por intermédio de um benefício inverso, o malefício produzido pelo imposto.

Utilizar o imposto para estabelecer vias de comunicação, construir portos e realizar construções úteis significa aplicá-lo de maneira reprodutiva. É bem mais raro que os Governos apliquem diretamente nas empresas industriais uma parte dos valores arrecadados pelas contribuições. Colbert fez isso quando concedeu empréstimos aos fabricantes de Lyon. Os magistrados de Hamburgo e alguns príncipes alemães aplicavam fundos em empresas industriais. O antigo Governo de Berna aplicava anualmente, ao que se diz, uma parte de suas rendas.

5) *Os que são favoráveis e não contrários à moral, isto é, aos hábitos úteis à sociedade*

Assim como influi sobre suas produções e consumos, o imposto influi também sobre os hábitos de uma nação. Com efeito, atribui uma sanção pecuniária a determinadas ações e apresenta a característica que torna as sanções eficientes: a de ser, em geral, uma multa moderada e inevitável.²⁰ Independentemente de ser, portanto, um tributo, um recurso que oferece aos Governos, o imposto é uma poderosa arma em suas mãos, para perverter ou corrigir, estimular a preguiça ou o trabalho, a dissipação ou a economia.

Antes da Revolução Francesa, quando as terras cultivadas produtivamente achavam-se ainda sujeitas ao imposto vintenário, ao passo que as terras para mera comodidade e diversão não pagavam nada, isso não significava conceder um prêmio ao luxo às expensas da indústria?

Quando quem resgatava uma renda fundiária era obrigado a pagar um imposto de 1%, isso não equivalia a aplicar uma multa a uma ação tão benéfica para as famílias como para a sociedade? Não equivalia a punir os louváveis sacrifícios que as pessoas sérias se impunham a si mesmas a fim de liberar suas próprias heranças?

A lei de Bonaparte que obriga a pagar anualmente, por cada aluno dos pensionatos particulares, determinada quantia em benefício da universidade não significa aplicar uma multa sobre o ensino da juventude, da qual — e só da qual — podemos esperar a moderação dos costumes e o desenvolvimento das capacidades das nações?²¹

¹⁹ Quando há necessidade de taxar com algum imposto determinado consumo ou indústria, que não se deseja, contudo, destruir, deve-se, inicialmente, taxá-los levemente, aumentando o encargo com lentidão e precauções. Se se pretende, ao contrário, reprimir ou destruir um consumo ou indústria prejudiciais, a primeira coisa a fazer é taxá-los de imediato com a totalidade do imposto que deverá pagar.

²⁰ Essa eficiência das penas, quando moderadas e inevitáveis, encontra-se muito bem demonstrada por Beccaria, em sua obra *Tratado dos Delitos e das Penas*.

²¹ Esse imposto é tanto mais iníquo por incidir sobre órfãos ou sobre pais e mães de família que já sacrificam uma parte de seu próprio bem-estar para educarem e criarem cidadãos para o Estado; é iníquo ainda porque o imposto é tanto maior quanto mais filhos tiverem os pais, isto é, quanto mais sacrifícios têm a fazer; e é iníquo, finalmente, por não ser proporcional à fortuna dos contribuintes, dado que a criança pobre paga tanto quanto a rica. Um pai de família de fortuna moderada que só tem um filho paga à universidade, em virtude dessa lei, mais do que paga ao tesouro público

Quando se criam, à guisa de impostos, loterias e casas de jogos, não se está favorecendo um vício fatal para a tranqüilidade das famílias e a prosperidade dos Estados? Que infame tarefa não desempenha um Governo quando, como a cortesã mais vil, estimula uma vergonhosa inclinação e, semelhante aos escroques a quem pune pelo ferro, exhibe à avidez ou às necessidades o engodo de uma chance enganadora!²²

Ao contrário, os impostos que desencorajam e tornam mais raros os gastos com o vício e com a vaidade podem ser úteis como instrumento de repressão, independentemente dos recursos que proporcionam ao Governo. Humboldt menciona um imposto sobre as rinhas de galo existentes no México: além de arrecadar com ele 45 mil piastras, o Governo ainda tem a vantagem de impor limites a um divertimento censurável.

Quando excessivo ou iníquo, o imposto provoca fraudes, falsas declarações e mentiras. As pessoas honestas deparam-se, então, com a alternativa, ou de trair a verdade, ou de sacrificar seus interesses em benefício de devedores que não alimentam os mesmos escrúpulos. Nessas circunstâncias, sofrem o sentimento, sempre penoso e que não podem evitar, de verem atribuído o nome e até as punições de crime a ações que não somente são inocentes em si mesmas, mas freqüentemente de grande utilidade pública.

São essas as principais regras segundo as quais, quando se pretende ter em vista a prosperidade pública, devem ser julgados todos os impostos existentes e que vierem a existir.

Depois dessas observações, que podem ser aplicadas a todos os tipos de contribuições e impostos, talvez seja útil examinar as diferentes maneiras segundo as quais são lançados ou, em outros termos, a propósito de que se exige imposto do contribuinte e sobre quais classes de contribuintes recai seu peso principal.

por todas as suas outras contribuições e impostos. A situação é bem pior se tiver mais de um filho. Assim, o usurpador das liberdades públicas transformou a universidade em máquina fiscal ao mesmo tempo em que fez dela um instrumento para propagar idéias falsas e hábitos servis. O pretexto de subvencionar os custos da instrução, dos quais estavam obrigados a participar os alunos dos pensionatos particulares, não tem como convencer um espírito justo. Com efeito, mesmo admitindo que a instrução dada nos liceus fosse a mais adequada para formar membros úteis à sociedade e que se pudesse, sem violar o direito natural, obrigar um pai ou um professor que o representa a levar seu aluno perante tais ou quais professores nomeados de ofício — mesmo admitindo-se isso, os alunos que menos necessidade teriam desses professores não seriam justamente aqueles que já recebiam sua instrução em estabelecimentos consagrados ao ensino e sob professores de sua própria escolha? Se a sociedade julga de seu interesse oferecer gratuitamente determinado ensino, ela é incapaz, contudo, sem uma opressão absurda, de fazê-lo penetrar à força — e com grandes despesas — nas cabeças dos alunos. Além disso, se há uma classe determinada da sociedade que deve pagar os custos moderados desse ensino, deve ser precisamente aquela que, não tendo filhos, colhe os frutos da civilização sem arcar com seus encargos.

²² O público, nos jogos de azar, perde ao mesmo tempo o que os banqueiros lucram e a retribuição que estes pagam ao Governo. Trata-se de uma parte do imposto que não redunde em benefício do fisco. As chances do azar, além disso, apresentam a influência deplorável de habituar os homens a esperar da sorte o que deveriam conseguir com seus talentos e coragem, a acostumar as pessoas a procurarem seus ganhos nas perdas de outros em lugar de procurá-los nas verdadeiras fontes da riqueza. As recompensas de um trabalho ativo parecem ínfimas em comparação com as tentações de um grande prêmio. As loterias, aliás, constituem um imposto que, conquanto voluntário, incide quase totalmente sobre a classe necessitada, impelida apenas pela necessidade a arrostar os riscos de um jogo tão desigual. Quase sempre é o pão da miséria que nele se arisca, quando não o fruto do crime.

Os Diferentes Modos de Lançar o Imposto e Sobre que Classes de Contribuintes Incidem os Diversos Impostos

O imposto, como vimos, compõe-se de produtos, ou melhor, do valor produzido¹ cujo sacrifício o Governo exige. Que efeitos, todavia, resultam da natureza dos produtos taxados, da maneira como seu peso se reparte e sobre quem recai a perda (que é infalível para todos) da contribuição paga? São essas as questões cuja solução deve-se buscar na Economia Política. A aplicação que faremos dos princípios a alguns exemplos particulares mostrará como podemos aplicá-los em todos os demais casos.

A autoridade arrecada os valores que constituem as contribuições ora em moeda, ora em espécie, segundo melhor convenha a suas necessidades ou às capacidades dos contribuintes. Sejam quais forem a forma e a matéria, porém, a contribuição sempre é o montante do valor das coisas entregues pelo contribuinte. Se o Governo, sob pretexto de precisar de trigo, de couros ou de tecidos, obrigar o contribuinte a comprar essas diferentes mercadorias, a contribuição elevar-se-á até o nível do que o contribuinte foi obrigado a pagar para obtê-las ou até o nível de por quanto tê-las-ia vendido se as tivesse guardado. Seja qual for a avaliação que, pelo direito do mais forte, o Governo fizer, o montante da contribuição não pode jamais ser avaliado de maneira diferente da que acabo de indicar.

Do mesmo modo, os custos de arrecadação, independentemente da forma como são apresentados, constituem sempre um acréscimo à contribuição, embora sem reverter para lucro da autoridade. Além disso, quando o contribuinte é obrigado a perder tempo ou transportar mercadorias a fim de pagar seu imposto, sua contribuição sofre um aumento equivalente a todo o valor do tempo que vier a perder e dos transportes que executar.

Devemos ainda incluir nas contribuições que o Governo impõe ao povo sob sua autoridade todas as despesas que suas operações fazem necessariamente recair sobre ele. Assim, quando um Governo faz guerra, o fardo que impõe à nação aumenta com o valor do equipamento e do soldo fornecido aos militares ou que suas próprias famílias lhes dão; aumenta com o valor do tempo perdido pelas milí-

¹ Quando se exige a contribuição de um proprietário fundiário, dele se exige uma parcela do valor produzido por sua terra e não uma parcela dos próprios produtos. Quando se exige de um manufator o imposto chamado de sua patente, exigem-se, igualmente, não produtos, mas uma parte dos valores produzidos por ele.

cias; aumenta também com as somas pagas pelas isenções e substituições; aumenta ainda com o montante dos custos de alojamento das pessoas afetadas à guerra, bem como com as devastações e espoliações de que são culpadas; e aumenta inclusive com as esmolas que a miséria, engendrada por um mau regime, consegue arrancar da compaixão e da piedade. Nenhum desses valores, com efeito, teria sido tirado dos cidadãos ou súditos sob um regime diferente. Embora não se incorporem ao tesouro do príncipe, as populações, contudo, pagaram esses valores, e seu montante foi tão completamente perdido como se tivessem contribuído para a felicidade da espécie.

Podemos classificar sob duas rubricas principais as diferentes maneiras empregadas para atingir as rendas dos contribuintes. A primeira consiste em exigir-lhes diretamente uma parcela da renda que se supõe possuírem: é esse o objeto das *contribuições diretas*. A segunda consiste em fazê-los pagar uma quantia qualquer sobre certos consumos que fazem com sua renda: e é esse o objeto do que se chama, na França, de *contribuições indiretas*.

Nos dois casos, entretanto, a coisa avaliada, que serve de base para a contribuição exigida, não é, na realidade, a matéria tributável; não é necessariamente desse valor que se tira uma parte. Ela não passa de um meio, mais ou menos imperfeito, que permite conhecer a renda que se pretende atingir e é só esta que apresenta a verdadeira matéria tributável. Se fosse possível contar com a boa fé do contribuinte, bastaria empregar um único meio: perguntar-lhe quais são seus lucros e proventos anuais, qual é sua renda. Nesse caso, não seria preciso nenhuma outra base para a fixação de sua contribuição. Haveria um só imposto, jamais imposto algum teria sido tão justo nem de arrecadação menos custosa. Era o que se fazia em Hamburgo antes das desgraças que se abateram sobre essa cidade. Isso só é possível, entretanto, em um Estado republicano de pequena extensão, no qual os cidadãos se conhecem uns aos outros e onde as contribuições são moderadas.

Para lançar as contribuições diretas na proporção da renda dos contribuintes, os Governos às vezes exigem que os particulares apresentem seus contratos de arrendamento e locação. Na ausência destes, avaliam o valor locativo de seus bens fundiários e exigem do proprietário uma parte dessa renda. Essa é a contribuição ou imposto fundiário.

Em outros casos, avalia-se a renda mediante o aluguel da habitação que o contribuinte ocupa, mediante o número de domésticos que emprega, dos cavalos e carros que mantém, tomando-se essa avaliação como base das exigências fiscais. Na França, esse imposto é chamado de contribuição mobiliária.

Em outros casos, os Governos avaliam os lucros que podem ser obtidos segundo o tipo de indústria que o contribuinte exerce, bem como o tamanho da cidade e do local onde é exercida. Essa é a base do imposto chamado na França de patente.

Todas essas maneiras de lançar o imposto fazem dele uma contribuição direta.

Para lançar as contribuições indiretas e os impostos que deverão incidir sobre os consumos, não é necessário informar-se sobre o nome do devedor, levando-se em conta apenas o produto. Assim, ora se exige, desde a origem do produto, uma parcela qualquer de seu valor, como se faz na França para o sal.

Ora se faz tal exigência no momento em que o produto ultrapassa as fronteiras (são os direitos aduaneiros) ou os limites das cidades (é a outorga).

Ora se exige a contribuição no momento em que o produto passa das mãos do último produtor para as do consumidor, sendo este último quem a paga (na In-

glattera, mediante o *stamp-duty*,² na França, mediante o imposto sobre as entradas para espetáculos).

Às vezes, o Governo exige que a mercadoria traga uma marca particular pela qual se deve pagar, como o sinal de controle da prata ou a estampilha dos jornais.

Às vezes, o Governo apodera-se com exclusividade da preparação de determinada mercadoria ou de um serviço público, vendendo-os a preço de monopólio, como o fumo ou o transporte de cartas pelo correio.

Em outros casos, o imposto não atinge a própria mercadoria, mas o pagamento de seu preço, como acontece com o selo exigido nos recibos de quitação e nos títulos de comércio.

Todas essas formas de arrecadar as contribuições incluem-nas na classe das *contribuições indiretas*, pois sua exigência não se dirige a ninguém diretamente, mas ao produto, à mercadoria sobre a qual incide o imposto.³

É fácil perceber que determinada renda, que poderia não ser atingida por um desses tipos de contribuição, o é por outro. Assim, a multiplicação das formas sob as quais se apresentam os encargos públicos constitui um grande passo em direção à sua repartição eqüitativa, com a condição, todavia, que cada um deles em particular se mantenha dentro dos limites de certa moderação.

Além do inconveniente geral de aplicar uma parte dos produtos da sociedade em usos que pouco favorecem sua felicidade e suas reproduções, cada uma dessas maneiras de lançar imposto apresenta, ainda, outros inconvenientes e vantagens próprios. O imposto direto, por exemplo, tem menores custos de arrecadação, mas, em compensação, seu pagamento é penoso e acarreta coações odiosas. Além disso, atinge as rendas de modo extremamente desigual. Um rico negociante, por exemplo, que paga uma patente de 600 francos, pode ganhar 100 mil francos por ano; um modesto lojista, porém, cujos ganhos não podem ultrapassar 2 mil escudos, paga uma patente que não pode ser inferior a 100 francos. A renda de um proprietário fundiário, já atingida pela contribuição fundiária, o é uma segunda vez pela mobiliária, ao passo que a renda do capitalista só é afetada uma única vez por esse último imposto.

As contribuições indiretas têm o mérito de serem pagas com mais facilidade e de parecerem menos vexatórias. Qualquer contribuição sempre é paga com repugnância, pois o prêmio dessa dívida — a proteção do Governo — é uma vantagem negativa que pouco afeta às pessoas. Um Governo é bem mais precioso em razão dos males de que nos preserva do que em virtude dos prazeres que nos propicia. Ao pagar um imposto sobre os artigos, no entanto, ninguém pensa estar pagando pela proteção do Governo, a qual pouco afeta o artigo em questão; pensamos pagar o preço de um artigo que desejamos muito, embora tal preço seja independente do imposto. A atração exercida pelo consumo vai até o pagamento da dívida e pagamos de bom grado por um valor cujo sacrifício é acompanhado de prazer.

É justamente isso que fez com que esse tipo de imposto fosse considerado voluntário. Antes de sua independência, os Estados Unidos consideravam-no a tal ponto voluntário que, embora recusando ao parlamento britânico o direito de taxá-los sem seu próprio consentimento, reconheciam-lhe, contudo, o direito de lançar impostos sobre os consumos, pois cada um guarda a capacidade de escapar a eles abstendo-se da mercadoria taxada.⁴ Não é o que sucede com o imposto sobre as pessoas, que se assemelha a uma espoliação.

² O comerciante que nos vende um chapéu é obrigado a colar nele um pequeno papel timbrado.

³ E não porque atinjam indiretamente o contribuinte. Com efeito, se recebessem sua denominação por essa razão, seria preciso dar o mesmo nome a contribuições bem diretas, como, por exemplo, ao imposto de patente, o qual, em parte, incide indiretamente sobre o consumidor dos produtos com os quais trabalha quem recebeu a patente.

⁴ Ver o interrogatório a que Franklin, em 1766, foi submetido no tribunal da Câmara dos Comuns.

O imposto indireto é arrecadado em pequenas doses, insensivelmente, à medida que o contribuinte dispõe dos meios de pagá-lo. Não acarreta, além disso, nenhum problema de repartição entre as províncias, entre os bairros ou entre os indivíduos. Não estabelece oposição entre os interesses diversos: o que uma pessoa evita pagar não passa a constituir um encargo para outra. Não suscita nenhuma inimizade entre os habitantes da mesma cidade, nenhuma reclamação, nenhuma coação.

Esse mesmo imposto permite ao legislador estabelecer uma escolha quanto aos consumos que deverá taxar, poupando os que são benéficos para a prosperidade da sociedade, como o são todos os consumos reprodutivos, para atingir os que simplesmente favorecem seu empobrecimento, como todos os consumos estéreis; atingindo os que proporcionam, a custos elevados, um prazer insípido ou imoral aos ricos para poupar os que possibilitam, com modestos custos, a vida de famílias laboriosas.

Contra os impostos indiretos, levantou-se uma objeção referente aos custos de arrecadação que acarretam, já que exigem muitas repartições, agentes administrativos, empregados e fiscais. Deve-se observar, no entanto, que grande parte desses custos não decorre necessariamente do imposto, podendo, ao contrário, ser evitada por uma boa administração. A sisa e a estampilha não custavam, na Inglaterra de 1799, mais do que 3 1/4% dos custos de arrecadação.⁵ Não existe imposto direto na França que não custe bem mais do que isso.

Já se disse também que o imposto indireto apenas promete ao fisco um valor variável e incerto, ao passo que as despesas públicas exigem fundos garantidos. Ora, as arrecadações variáveis são a tal ponto seguras que não há uma única entre elas que não tenha sido arrendada. Exceto em circunstâncias extraordinárias e raras, a experiência nos permite conhecer, com reduzida margem de erro, qual é o produto de qualquer espécie de imposto. De resto, os impostos sobre os consumos são variados por sua própria natureza: o excedente de uns cobre o déficit de outros.

O imposto indireto, é verdade, provoca fraudes e engendra crimes que não estão na ordem da Natureza e, como consequência, punições mais drásticas do que quaisquer outras. Tais inconvenientes, porém, só adquirem muita gravidade quando o imposto é excessivo: só então os lucros da fraude superam seus perigos. Aliás, todos os impostos excessivos produzem este mesmo efeito: não proporcionam novas arrecadações, mas nem por isso deixam de trazer novos infortúnios.

Deve-se observar que as contribuições indiretas, assim como as outras, atingem os consumidores e, conseqüentemente, as rendas de maneira bastante desigual. Há muitos objetos, com efeito, cujo consumo não é proporcional à renda dos consumidores. Assim, um homem que tem 100 mil francos de renda anual não consome cem vezes mais sal do que um homem que ganha 1 000 francos. Visto que essas contribuições, porém, podem ser lançadas sobre muitos objetos diferentes, os efeitos de uma delas são compensados por outra. Em segundo lugar, devemos também observar que esses impostos afetam rendas que já foram atingidas pela contribuição fundiária e mobiliária. Uma pessoa que possui todos os seus bens em terras e que paga o imposto relativo à sua renda paga ainda, como já assinalamos, uma segunda vez sobre a mesma renda por sua contribuição mobiliária e pagará uma terceira sobre essa mesma renda no momento em que comprar os objetos de seu consumo.

Mesmo supondo que todas essas contribuições sejam pagas por aqueles de

⁵ Garnier, tradução de Smith, t. IV, p. 438. Segundo Arthur Young, o imposto do selo, que rende para o fisco 1,33 milhão de libras esterlinas, custa para arrecadar somente 5 691, isto é, nem 0,5% do que rende.

quem a autoridade as exige, seria errôneo pensar que recaiam definitivamente sobre os pagadores. Muitos destes, com efeito, não são os verdadeiros contribuintes; o imposto, para eles, não passa de um adiantamento do qual conseguem ser reembolsados, de maneira mais ou menos indireta, pelos consumidores das coisas que produzem. As diferentes situações, todavia, estabelecem irregularidades muito grandes nessa espécie de reembolso.

Vejam os fatos gerais que devemos levar em consideração a fim de poder apreciar corretamente o caso.

Quando o imposto é pago pelos produtores de uma mercadoria cujo preço aumenta, o consumidor da mercadoria em questão paga uma parte do imposto. Se a mercadoria não encarece, o imposto é pago pelos produtores. Se não aumenta de preço, mas sua qualidade se altera, o imposto é suportado, pelo menos em parte, pelo consumidor. Com efeito, um objeto de qualidade inferior vendido pelo mesmo preço equivale a um objeto de igual qualidade que é vendido mais caro.

Todo e qualquer encarecimento de um produto diminui necessariamente o número dos que têm condições de adquiri-lo ou, no mínimo, o consumo que dele fazem.⁶ Quando a libra de sal custa 3 soldos, seu consumo é muito menor do que quando custa apenas 1 soldo. Ora, à medida que a demanda desse produto se torna menor em relação aos meios de produção, os serviços produtivos aplicados nesse tipo de produção passam a ser menos bem pagos, isto é, o empresário de salinas, por exemplo, e, por via de consequência, seus agentes, seus operários e até o capitalista que lhe empresta fundos, o proprietário que lhe aluga o sítio, pela diminuição na demanda de seu produto, não conseguem mais obter lucros tão grandes.⁷ Os produtores, é claro, procuram recuperar o montante do imposto, mas nunca conseguem-no por completo, pois houve baixa do valor intrínseco da mercadoria, a saber, o valor que paga seus custos de produção. É por isso que se pode observar que um imposto qualquer lançado sobre um produto não aumenta seu preço total de todo o montante do imposto. Para tanto, seria necessário que a demanda total permanecesse a mesma, o que é impossível. Nesse caso, portanto, o imposto incide, em parte, sobre aqueles consumidores que insistem em consumir apesar do encarecimento; e, em parte, sobre os produtores que fizeram uma quantidade menor do produto e que, deduzido o imposto, vêem-se na contingência de entregá-lo a preço mais baixo em razão de uma demanda menos intensa. É o tesouro público, então, que lucra ao mesmo tempo com o que o consumidor paga a mais e com o sacrifício de uma parte de seus lucros que o produtor é obrigado a fazer. É como a ação da pólvora que atua simultaneamente sobre o obus que ela impele e sobre o canhão que faz recuar.

Quando se lança um imposto sobre os tecidos como objeto de consumo, o consumo de lã diminui e o agricultor que cria carneiros vê sua renda afetada. Dirão alguns que ele poderá, nesse caso, dedicar-se a outro tipo de cultura. Ora, deve-se supor que, na sua situação e pela natureza de suas terras, a criação de carnei-

⁶ Ver Livro Segundo. Cap. I.

⁷ Sem deixar de ser verdadeira, pode parecer estranha essa afirmação segundo a qual os juros do capitalista e o arrendamento do proprietário diminuem. Alguém poderia dizer que o capitalista que empresta fundos a um manufaturador ou que o proprietário que lhe aluga seu terreno não diminuem suas pretensões quando um imposto vem subtrair uma parte dos valores produzidos na manufatura. Mas, já se levou em conta, nesse caso, o que se perde em atrasos de pagamentos por parte do empresário, em indenizações que deverá pagar, em falências e em processos? Essas perdas sempre recaem, pelo menos em parte, sobre a classe dos proprietários e dos capitalistas, os quais muitas vezes sequer suspeitam de algo que, contudo, é certo, a saber: que pagam dessa maneira uma parte dos impostos. Em uma máquina social um pouco complexa, o imposto é pago sob muitas formas que passam despercebidas.

Isso mostra o perigo de princípios demasiado absolutos e quão grande é o risco de incorrer em erro quando, à semelhança dos economistas do século XVIII e de alguns autores ingleses mais recentes, abandona-se o método experimental de Smith para fazer Economia Política de modo puramente abstrato e a priori.

ros correspondia à cultura que mais lhe rendia, pois ele a tinha preferido. Uma mudança de cultura, portanto, constitui para ele uma diminuição de renda. Isso de modo nenhum impede, aliás, que o manufator de tecidos e o capitalista cujos fundos estão aplicados em sua empresa também arquem com sua parte do mesmo imposto.

Cada produtor só suporta uma parte do imposto sobre os consumos na proporção da parte que tem na produção da coisa taxada. Se é o proprietário fundiário que fornece a maior parte do valor do produto, como acontece quando este pode ser consumido sem muita elaboração, é ele, então, que arca quase integralmente com a parcela do imposto que recai sobre os produtores. Se se lançar nas cidades uma taxa de entrada sobre os vinhos, os cultivadores de vinhos sofrerão fortemente com isso. Ao contrário, se se impuser uma taxa, mesmo bem pesada, sobre a venda de rendas, os cultivadores que fornecem linho mal se aperceberão. Em compensação, porém, a taxa afetará violentamente os produtores, em cujas mãos essa mercadoria adquire seu valor principal, os empresários, os operários e os comerciantes.

Quando o valor foi dado ao produto em parte por produtores estrangeiros, em parte por produtores nacionais, são estes últimos que suportam quase todo o peso do imposto. Se, entre nós, se lançarem impostos sobre os tecidos de algodão, tornar-se-á menor a demanda desses produtos, e os serviços produtivos de nossos fabricantes serão menos remunerados, passando a arcar com uma parte desse imposto. Os serviços produtivos dos que cultivam o algodão na América, entretanto, não sofrerão uma diminuição sensível em sua remuneração se não houver outras razões além dessa. Esse imposto, com efeito, que altera talvez em 1/10 o consumo de algodão na França, diminuirá de apenas 1/100 as vendas da América, supondo-se que a França participe com somente 1/10 no mercado que a América encontra para seu algodão.

Quando lançado sobre um objeto de consumo de primeira necessidade, um imposto afeta em maior ou menor grau o preço de quase todos os demais produtos, devendo, por conseguinte, ser tirado das rendas de todos os outros consumidores. Uma taxa de outorga imposta na entrada de uma cidade sobre a carne, os cereais e os combustíveis provoca o encarecimento de todos os produtos nela fabricados. No entanto, uma taxa imposta sobre o fumo na mesma cidade não provocará o encarecimento de nenhum outro artigo. Afetará exclusivamente os produtores e consumidores de fumo e mais ninguém. A razão disso é evidente: o produtor que consome supérfluos é obrigado a enfrentar a concorrência de quem não os emprega, ao passo que o produtor que paga uma taxa sobre algo indispensável não tem nenhuma concorrência a temer, pois todos os produtores igualmente serão, como ele, forçados a pagá-la.

Com muito mais razão ainda, as contribuições diretas que os produtores devem pagar afetam os consumidores de seus produtos. Mas, pelas razões já apontadas acima, eles jamais poderão aumentar o preço de seus produtos o bastante para serem integralmente reembolsados pelo montante do imposto que pagam, pois, para dizê-lo mais uma vez, o encarecimento restringe a demanda, e uma demanda menor reduz, por sua vez, os lucros de todos os serviços produtivos.

Se considerarmos todos os produtores de um mesmo produto, alguns encontram mais facilidade do que outros em escapar aos efeitos do imposto. O capitalista, por exemplo, cujos fundos não estiverem definitivamente comprometidos nesse negócio, irá retirá-los e aplicá-los alhures, se não for mais possível pagar-lhe os mesmos juros ou se o pagamento que lhe é devido tornar-se mais precário. O empresário, por sua vez, poderá, em determinados casos, liquidar e levar alhures sua inteligência e seu trabalho. Não encontrarão essa mesma vantagem, todavia, o proprie-

tário fundiário ou o capitalista cujos capitais não podem ser rapidamente tirados do negócio.⁸ A quantidade de vinho ou de trigo produzida por determinada extensão de terra permanece praticamente a mesma qualquer que seja o imposto lançado sobre a terra. Mesmo que lhe tirasse a metade ou até 3/4 de seu produto líquido ou, se se preferir, de seu arrendamento, a terra, contudo, seria explorada de modo a extrair a metade ou o quarto desse produto que o imposto não absorveria.⁹ A única coisa que aconteceria é que baixaria o preço do arrendamento, isto é, a parte do proprietário: nada mais. Podemos entender a razão disso se considerarmos que, no exemplo suposto, a quantidade de gêneros produzidos pela terra e enviados ao mercado permanece, apesar de tudo, a mesma. Por outro lado, também permanecem os mesmos os motivos que fixam a demanda do gênero em questão.¹⁰ Ora, quando a quantidade de produtos que é oferecida e a quantidade demandada, apesar do estabelecimento ou da tensão do imposto fundiário, permanecem as mesmas, os preços não se alteram e o consumidor dos produtos não paga a menor parcela desse imposto.¹¹

Um proprietário não pode, nem mesmo com a venda de sua propriedade, escapar ao peso do imposto, pois o fundo só é pago quanto ao principal na proporção daquilo que o imposto lhe permite valer em renda. Uma pessoa que adquira uma terra só avalia a renda que ela proporciona descontando já os custos e encargos. Se, em determinada região, a taxa de renda desse tipo de investimento estiver em 5% e se a pessoa pretende comprar uma terra no valor de 100 mil francos, não pagará mais do que 80 mil no momento em que um novo imposto vier a gravar a terra com um tributo anual de 1 000 francos, pois a propriedade, nesse caso, não produzirá mais do que 4 mil francos.

É como se o Governo tirasse 1/5 da terra; o consumidor dos produtos da mesma não se aperceberia disso.¹²

Há uma exceção a fazer, entretanto, para as casas de habitação, pois o imposto que o proprietário paga encarece os aluguéis. A questão é que, em termos rigorosos, uma casa, ou melhor, a fruição de uma casa constitui um produto manufatureiro e não um produto fundiário e que o preço elevado dos aluguéis diminui o consumo e produção das casas exatamente como no caso dos tecidos. Vendo seus

⁸ Ver Livro Segundo, capítulo V, onde se mostra como o proprietário fundiário participa da produção por meio de sua terra, devendo, por conseguinte, ser considerado como um dos produtores.

⁹ O abandono da cultura só é conveniente na medida em que o imposto arrecada além do produto líquido ou, se se quiser, do arrendamento. Nessas circunstâncias, a exploração da terra não interessa a ninguém. Não somente o proprietário não tiraria nada dela, pois o arrendamento seria substituído pelo imposto, mas o próprio arrendatário, ao pagar o imposto, pagaria o arrendamento acima de seu valor.

¹⁰ Os produtos da indústria agrícola, aliás, têm de peculiar isto, que não se tornam mais caros quando mais raros, porque a população sempre diminui ao mesmo tempo que diminuem os produtos alimentícios; conseqüentemente, a quantidade desses produtos que é procurada diminui ao mesmo tempo que a quantidade oferecida. É por isso que não se observa ser o trigo mais caro nas regiões onde há muitas terras incultas do que numa região completamente cultivada. O trigo, hoje, na Espanha não é realmente mais caro do que na época em que reinavam Ferdinando e Isabel, embora a Espanha hoje produza muito menos trigo do que então. É que hoje há muito menos bocas para comê-lo. A Inglaterra e a França, ao contrário, eram muito menos bem cultivadas na Idade Média do que hoje em dia. Apesar disso, embora produzissem muito menos cereais, o trigo (na medida em que se pode avaliá-lo por comparação com alguns outros valores) não custava mais caro naquela época. Se a quantidade do produto era menor, a população também o era: a fraqueza da demanda compesava a fraqueza do abastecimento.

¹¹ Enganar-se-á quem disser que o arrendatário, aquele que fornece a indústria e os capitais, divide com o proprietário o peso do imposto. A existência do imposto, com efeito, não diminuiu o número de bens para alugar nem multiplicou o número de arrendatários. Ora, já que, também nesse domínio, as quantidades oferecidas e procuradas permaneceram as mesmas, o preço dos arrendamentos deve ter também permanecido idêntico.

O exemplo do manufator de sal, que só pode fazer com que seus consumidores arquem com apenas uma parcela do imposto, e o do proprietário fundiário, que não pode reembolsar a mínima parte do imposto, provam o erro dos que afirmam, em oposição aos economistas, que todo e qualquer imposto termina por recair definitivamente sobre os consumidores.

¹² Os economistas tinham razão quando afirmavam que o imposto fundiário incide integralmente sobre o produto líquido e, por conseguinte, sobre os proprietários das terras. Estavam errados, porém, quando sustentavam que todos os demais impostos recaem integralmente sobre os mesmos proprietários das terras.

lucros diminuïrem, os construtores de casas passam a construir menos e os consumidores, obrigados a pagar mais caro por esse produto, passam a morar mais apertados e com menos conforto.

O que acabamos de expor mostra como é temerário afirmar como princípio geral que todo e qualquer imposto incide definitivamente sobre esta ou aquela classe da sociedade. Os impostos, na realidade, recaem sobre quem não pode escapar-lhes, pois constituem um peso e um fardo que cada pessoa faz todo o possível para afastar. Os meios de esquivá-los, no entanto, são infinitamente variados, segundo as diferentes formas do imposto e as funções que cada pessoa exerce na máquina social. E mais: os impostos variam no tempo para as mesmas profissões. Quando uma mercadoria é muito procurada, seu detentor só a cede na medida em que todos os seus custos forem muito bem pagos. Ora, como o imposto faz parte de seus custos, ele toma o cuidado de ser por ele reembolsado integralmente e sem misericórdia. Se uma circunstância imprevista faz com que baixe o preço do mesmo produto, seu detentor ficará contente em suportar o imposto por inteiro a fim de facilitar sua venda. Nada é mais incerto nem mais variável do que as proporções segundo as quais as diferentes classes da sociedade arcam com o imposto. Assim, os autores que os fazem incidir sobre esta ou aquela classe em particular e segundo proporções fixas raciocinam sobre suposições que a observação dos fatos vem desmentir a cada instante.

Acrescentemos ainda que os efeitos que assinalei, os quais estão em conformidade com a experiência além de explicados pelo raciocínio, duram tanto quanto as circunstâncias que os produziram. Um proprietário fundiário não poderá *nunca* fazer com que seus consumidores arquem com parte alguma de sua contribuição fundiária, mas o mesmo não ocorrerá com um manufator. O consumo de certo artigo, quando tudo o mais permanece inalterado, será *permanentemente* limitado por um imposto que aumentar seu preço e sempre haverá ganhos menores em sua produção. A pessoa que não é nem produtora nem consumidora de um artigo de luxo *já* jamais arcará com a menor parte de um imposto lançado sobre tal artigo. Que pensar, então, de uma doutrina que recebeu, infelizmente, a aprovação de uma sociedade ilustre, demasiado alheia a essa espécie de conhecimentos,¹³ doutrina que afirma pouco importar que um imposto pese sobre este tipo de renda ou sobre aquele, desde que seu estabelecimento seja antigo, e que todo imposto, além disso, a longo prazo, se arrecada em todas as rendas, assim como o sangue que se tira de um braço é bombeado de todo o corpo? Ora, essa compensação não se aplica de modo algum à natureza do imposto. As riquezas sociais não constituem um fluido ou líquido que busca seu ponto de equilíbrio. Um golpe desferido contra um dos ramos da árvore social pode matá-lo sem que a árvore pereça. Ao atingir um ramo produtivo, o golpe será mais grave do que quando atinge um ramo que não o é. Mas é preciso que os ferimentos se multipliquem e que a árvore inteira seja atingida para tornar-se completamente estéril e morrer. Essa analogia representa bem melhor os efeitos do imposto do que a comparação com a circulação do sangue. Nenhuma das duas, todavia, pode substituir o raciocínio e os argumentos. Uma comparação não constitui uma prova: não passa de um instrumento que permite compreender uma verdade que deve, porém, ser demonstrada independentemente dela.

Até o presente, ao falar de um tributo imposto sobre um produto qualquer (tributo que chamei, às vezes, de imposto sobre os consumos, embora o consumidor do produto não o pague por inteiro), não me detive em assinalar em que fase da

¹³ O Instituto de França, quando laureou um discurso de Canard.

produção o imposto é exigido nem que efeitos deverão resultar dessa circunstância. Tais questões, entretanto, merecem nossa atenção por alguns momentos.

Os produtos aumentam sucessivamente de valor ao passarem pelas mãos de seus diferentes produtores, pois mesmo os mais simples recebem várias elaborações antes de atingirem o ponto de poderem ser consumidos. Por conseguinte, um imposto só será proporcional ao valor de um produto quando for lançado sobre ele somente no momento em que adquiriu seu maior valor, em que recebeu todas as suas elaborações produtivas.

Se desde o início se exigir da matéria-prima uma contribuição proporcional, não ao seu valor atual, mas ao que deverá adquirir, isso significa obrigar o produtor, em cujas mãos ela se encontra, a fazer o adiantamento de um imposto desproporcional ao valor que manipula. Esse adiantamento embaraçoso será reembolsado com dificuldade pelo produtor seguinte e pelos demais até o último, o qual, por sua vez, será imperfeitamente reembolsado pelo consumidor.

Esse adiantamento de imposto, além disso, apresenta outro inconveniente, pois a indústria que ele grava só poderá ser conduzida por meio de capitais maiores do que os exigidos pela natureza da produção. Ademais, os juros desses capitais, pagos em parte pelos produtores e em parte pelos consumidores, configuram um acréscimo de imposto que não aproveita ao fisco.¹⁴

Tanto a experiência como o raciocínio conduzem, assim, a uma consequência oposta à dos economistas, a saber, que a parcela do imposto que deverá pesar sobre a renda do consumidor sempre recairá sobre ela com impacto tanto maior quanto mais próximo dos primeiros produtores o imposto for arrecadado.

Os impostos diretos e pessoais, como aquele que incide sobre os produtores de artigos necessários, bem como os que incidem sobre os próprios artigos necessários, apresentam em grau máximo o inconveniente já assinalado, pois obrigam cada produtor a fazer o adiantamento do imposto pessoal de todos os produtores que o precederam. Por conseguinte, a mesma quantidade de capitais passa a manter uma indústria menor e os contribuintes passam a pagar o imposto acrescido de um juro composto que não aproveitou ao fisco.

O imposto em espécie arrecada, diretamente no terreno, uma parte da colheita em proveito do tesouro público.

Esse imposto tem de positivo o fato de só exigir do cultivador um valor que este já possui e sob a forma mesma na qual o possui. Depois de conquistada pelos franceses, a Bélgica encontrou-se, em determinadas épocas, incapaz de pagar suas contribuições, embora tivesse tido belas colheitas. A guerra e as proibições de exportar impediam-na de vender, ao passo que o fisco queria que vendesse, pois exigia dinheiro. Esse país teria facilmente suportado os encargos públicos se o Governo arrecadasse em espécie os produtos que dele exigia.

Outro aspecto positivo do mesmo imposto é que o Governo tem tanto interesse nas boas colheitas quanto o próprio cultivador e, conseqüentemente, em favorecer a agricultura. Talvez seja o imposto em espécie arrecadado na China que se encontra na origem da proteção especial que o Governo desse país concede à primei-

¹⁴ Na França, em 1812, os impostos de entrada sobre o algodão cardado atingiam cerca de 1 000 francos por fardo! Muitas manufaturas estavam organizadas de modo a consumir dois desses fardos por cada dia de trabalho. Era preciso que fizessem o adiantamento desse imposto desde o momento da compra de sua matéria-prima até o momento da realização das vendas. Supondo-se que esse intervalo fosse de um ano, essas manufaturas tinham necessidade de um capital de 600 mil francos a mais do que se o imposto não existisse. Assim, para que não sofressem perdas, tornava-se necessário recuperar os juros desse capital na venda dos produtos. Era um encarecimento do produto e um acréscimo no imposto que os franceses perdiam sem que tal acréscimo entrasse no erário de seu Governo. Nessa mesma época, os encargos mais fortes suportados pelos franceses não eram aqueles que figuravam em seus orçamentos. Embora sofressem, não sabiam muitas vezes a que atribuir seus males. Podemos constatá-lo no exemplo que acabo de apresentar.

ra das artes industriais. (Mas acaso as rendas não merecem, todas elas, a mesma proteção? Acaso não constituem, todas elas, fontes em que os Governos vão buscar seus subsídios? Não têm os Governos, portanto, igual interesse em proteger outras indústrias que, ao contrário, estão esmagando?)

Ainda outro aspecto positivo está em que sua arrecadação não comporta nenhuma arbitrariedade nem injustiça. Uma vez feita sua colheita, o particular sabe o que está obrigado a pagar e o fisco o que tem o direito de exigir.

Esse imposto parece, assim, o mais justo de todos. Na realidade, porém, não existe nenhum que o seja menos, pois não leva em nenhuma conta os adiantamentos feitos pelo produtor, além de ser proporcional à renda bruta e não à renda líquida.

Suponhamos dois agricultores proprietários que pratiquem culturas diferentes. O primeiro cultiva terras de trigo de medíocre qualidade; seus custos de cultivo atingem, em ano comum, 8 mil francos, tendo 12 mil como produto bruto de suas terras. Sua renda líquida, portanto, é de 4 mil francos.

Seu vizinho possui pastagens ou bosques que rendem bruto, todos os anos, 12 mil francos igualmente, mas cujos custos de manutenção atingem apenas 2 mil. Em ano comum, por conseguinte, restam-lhe 10 mil francos de renda líquida.

Suponhamos que exista uma lei ordenando que se arrecade em espécie 1/12 dos frutos da terra, sejam eles quais forem. Do primeiro, por conseguinte, arrecadam-se feixes de trigo no valor de 1 000 francos e, do segundo, fardos de feno, animais ou madeiras no valor também de 1 000 francos. Que aconteceu? Isto: de um tirou-se 1/4 de sua renda que atingia 4 mil francos, ao passo que de outro tirou-se apenas 1/10 de sua renda que alcançava 10 mil francos.¹⁵

Qualquer pessoa só tem como renda o lucro líquido que obteve depois que seu capital foi integralmente restabelecido tal como era. Um comerciante tem como renda o montante de todas as vendas que realiza num ano? É claro que não: sua renda consiste apenas no excedente de suas entradas sobre seus adiantamentos e é exclusivamente sobre esse excedente que poderá pagar o imposto sem se arruinar.

A dificuldade, os custos e os abusos na arrecadação do imposto em espécie configuram um outro obstáculo a seu estabelecimento. Quantos agentes a empregar e quanto desperdício a temer! O Governo pode ser enganado quanto ao montante da contribuição, na conversão desta em dinheiro, enganado sobre os gêneros avariados, sobre os custos de armazenamento, de conservação e transporte. Se o imposto é arrendado a terceiros, quantos arrendatários e financistas com o direito de perceber os impostos não há, cujos lucros são obtidos às expensas do público! Só as ações que deveriam ser impetradas contra os arrendatários do imposto já exigiriam por si só uma vasta administração.

“Um rico proprietário” — escreve Smith — “que passasse sua vida na capital, recebendo em espécie, em várias regiões distantes, o preço de seus arrendamentos, correria o risco de perder a maior parte de suas rendas. Mesmo assim, contudo, os agentes do mais negligente de todos os proprietários não conseguiriam desperdiçar tanto quanto os dos príncipes mais vigilantes.”¹⁶

Muitas outras considerações foram levantadas contra o imposto em espécie, mas talvez fosse inútil e certamente fastidioso reproduzi-las todas. Permitam-me apenas observar qual seria o efeito sobre os preços dessa massa de gêneros postos

¹⁵ Ricardo equivocou-se sobre o sentido correto dessa passagem, pois atribuiu ao arrendatário o cálculo que eu atribuo ao proprietário.

¹⁶ *A Riqueza das Nações*. Livro Quinto. Cap. II.

à venda pelos prepostos do fisco, o qual, como se sabe, é tão mau vendedor quanto é mau comprador. A necessidade de esvaziar os armazéns para dar lugar a novas contribuições ou para prover às necessidades imperiosas de um tesouro público levaria a vender os gêneros abaixo da sua taxa normal de preço, que deveria naturalmente ser fixado pelo arrendamento das terras, pelo salário dos operários e pelos juros dos fundos empregados pela agricultura. Ora, isso engendra uma concorrência impossível de sustentar. Assim, esse imposto não se limita a tirar dos cultivadores uma parcela de seus produtos, mas impede-os ainda de se beneficiarem plenamente da parcela que não lhes tira.

O marechal de Vauban, em seu *Dízimo Real*, obra de um espírito justo e que merece estudo por parte de todos os administradores da fortuna pública, propõe um dízimo consistindo em 1/20 dos frutos da terra, o qual, a rigor, poderia, em caso de necessidade, aumentar até a 1/10. Vauban, porém, propunha esse imposto desigual a fim de remediar uma desigualdade ainda maior. As necessidades do Estado eram urgentes e os recursos encontravam-se esgotados; a questão era atingir, ainda que de maneira imperfeita, os bens dos nobres e dos eclesiásticos que não pagavam nada. Na época em que Vauban apresentou seu plano, a França teria conseguido com ele um grande alívio. Além disso, sua execução levaria à abolição dos privilégios. É exatamente por isso que foi recusado.

Em 1692, quatro anos após a afortunada revolução que colocou o príncipe de Orange no trono da Inglaterra, procedeu-se a uma avaliação geral das rendas territoriais do reino, a qual ainda hoje serve de base para a repartição do imposto territorial recolhido nesse país. Assim, quando o imposto é fixado em 1/5 das rendas fundiárias, não se arrecada 1/5 da renda fundiária atual, mas 1/5 da renda avaliada em 1692.

É perceptível que esse imposto deve ter sido excepcionalmente favorável às melhorias agrícolas. Um bem fundiário melhorado e que dá uma renda dez vezes maior do que originalmente, não paga uma taxa dez vezes maior. Do mesmo modo, se se permitiu que deteriorasse, continua a pagar como se sua renda tivesse permanecido idêntica. A negligência é, assim, condenada a uma multa.

Vários autores atribuem a essa avaliação fixa e permanente a alta prosperidade que a agricultura atingiu na Inglaterra.

Ora, que tenha contribuído fortemente para tanto é algo de que não se pode duvidar. Mas que dizer se o Governo, dirigindo-se a um pequeno comerciante, lhe dissesse as seguintes palavras: *Você faz, com pequenos capitais, um comércio limitado e sua contribuição direta é, em consequência, muito reduzida. Faça empréstimos e acumule capitais; amplie seu comércio de modo a que lhe proporcione imensos lucros; você sempre pagará apenas a mesma contribuição. E mais ainda: quando seus herdeiros o sucederem nos lucros e os tiverem aumentado, só serão avaliados como o foram para você, de sorte que seus sucessores não arcarão com uma parte maior dos encargos públicos.*¹⁷

¹⁷ Ricardo (no capítulo XII) criticou essa passagem e o essencial de sua objeção consiste no seguinte: *Uma melhoria constitui um novo capital investido na terra. Lançar um imposto sobre esse novo capital é tão injusto quanto fazê-lo sobre qualquer outra acumulação.* A essa objeção, podemos responder que um melhor emprego de um bem fundiário nem sempre constitui um novo capital. Quando um cultivador suprime as terras em repouso numa cultura rotativa e extrai uma renda dos anos que eram perdidos, o imposto que essa mesma renda deve pagar é certamente lançado sobre a capacidade produtiva do solo. Em segundo lugar, as acumulações que se espalham num bem fundiário perdem sua natureza de capital para adquirirem a natureza do próprio fundo de raiz, submetendo-se a todas as consequências que daí decorrem. Por último, ainda que essas acumulações guardassem a natureza de capital, não vejo por que a renda resultante seria tratada pelo fisco com mais indulgência do que a renda das acumulações que fecundam as outras indústrias.

Só me detenho nas críticas aos meus trabalhos que me parecem pouco fundadas quando seu autor tem a autoridade, como acontece neste caso, de sua grande capacidade e de sua incontestável boa fé. Se quisesse responder aos outros, seria obrigado a dobrar o volume desta obra às expensas do leitor.

Seria indubitavelmente um poderoso estímulo às manufaturas e ao comércio. Mas seria justo? Seus progressos só poderiam ocorrer a esse preço? Na própria Inglaterra, a indústria manufatureira e comercial não deu, desde a mesma época, passos ainda mais rápidos sem desfrutar desse favor injusto?

Um proprietário, por intermédio de seus cuidados, de sua economia e de sua inteligência, aumenta sua renda anual em 5 mil francos. Se o Estado lhe exige 1/5 desse aumento de renda, não lhe sobram ainda 4 mil francos de aumento para servir-lhe de estímulo?

É possível prever certas circunstâncias nas quais a fixidez do imposto, não se proporcionando às capacidades dos contribuintes e às condições do solo, produziria tantos malefícios quanto os benefícios que já fez em outros casos; forçaria, então, a abandonar o cultivo de terras que, por uma causa ou por outra, não poderiam mais fornecer a mesma renda. Um exemplo disso ocorreu na Toscana. Em 1496, realizou-se nessa região um recenseamento ou cadastro no qual receberam baixa avaliação as planícies e os vales em que as inundações freqüentes e as devastações produzidas pelas enxurradas não permitiam nenhum cultivo proveitoso. As colinas, que eram as únicas a serem cultivadas, receberam uma avaliação bastante elevada. Ora, aluviões se sucederam; as inundações e enxurradas foram contidas e as planícies fertilizadas; seus produtos, pouco sobrecarregados de impostos, puderam ser oferecidos mais baratos do que os das colinas; e estas, sem condições de manter a concorrência porque seus impostos tinham permanecido os mesmos, tornaram-se quase incultas e desertas.¹⁸ Se o imposto, ao contrário, tivesse se ajustado às condições dos dois tipos de terras, ambos continuariam a ser cultivados.

Se me alonguei um pouco sobre alguns impostos em particular, é porque estão ligados a princípios gerais. Esses princípios não se baseiam em teorias inócuas, mas na observação e na natureza das coisas. É por não compreendê-los que se cometem importantes erros na prática. É o que fez a Assembléia Constituinte ao levar longe demais as contribuições diretas, sobretudo a contribuição fundiária, em obediência a este princípio dos economistas (que lhe foi repetido à saciedade) segundo o qual, já que toda a riqueza provém da terra, todos os impostos recaíam sobre ela com uma sobrecarga tanto maior quanto mais se multiplicassem as etapas intermediárias.

No estado atual da Economia Política, a teoria fundamental do imposto deve, ao contrário, exprimir-se, na minha opinião, nos seguintes termos:

O imposto é um valor fornecido pela sociedade e que não lhe é restituído pelo consumo que dele se faz.

Custa à sociedade não somente os valores que faz entrar no tesouro, mas ainda os custos de arrecadação e os serviços pessoais que exige, bem como o valor dos produtos cuja criação ele impede.

O sacrifício, voluntário ou compulsório, resultante do imposto afeta o contribuinte em sua qualidade de produtor quando altera seus lucros, isto é, suas rendas; afeta-o também em sua qualidade de consumidor quando aumenta suas despesas ao encarecer os produtos.

Na maior parte dos casos, o contribuinte é afetado pelo imposto ao mesmo tempo em sua dupla qualidade de produtor e de consumidor. E, quando a renda de que dispõe não basta para pagar simultaneamente seu próprio consumo e os encargos do Estado, o contribuinte lança mão de seus capitais. Ora, quando os valores capitais, assim atingidos por alguns, não são compensados por meio de valores poupados por outros, a riqueza social entra em declínio.

¹⁸ FORBONNAIS. *Principes et Observations etc.* t. II, p. 247.

Aquele que paga ao coletor o montante do imposto nem sempre é o verdadeiro contribuinte, pelo menos quanto à totalidade do valor pago. Muitas vezes, limita-se apenas a adiantar, senão integralmente, pelo menos em parte, o imposto que lhe é, então, reembolsado por outras classes da sociedade de modo bastante complexo e, freqüentemente, depois de várias operações. Isso sucede a tal ponto que muitas pessoas pagam parcelas de contribuição quando menos se dão conta, seja mediante os preços pelos quais compram os artigos, seja pelas perdas que sofrem sem poder identificar-lhes as causas.

Aqueles sobre cujas rendas recaem definitivamente as contribuições são os autênticos contribuintes, e os valores com os quais contribuem ultrapassam de muito a soma dos valores que entram nas mãos dos Governos, mesmo se nisso incluímos os custos de arrecadação. Esse excedente de valores contribuídos é tanto maior quanto pior for a administração do país.

É conveniente aproximar o que está afirmado aqui dos princípios estabelecidos no capítulo II do Livro Segundo, onde vimos a diferença que existe entre a carestia real e a carestia relativa. A carestia resultante do imposto é real. Trata-se de uma quantidade menor de produtos obtida por uma quantidade maior de serviços produtivos. Independentemente disso, porém, o imposto, em geral, suscita ao mesmo tempo um encarecimento dos produtos em relação ao dinheiro, isto é, faz com que se pague mais caro em moeda pelas mercadorias. A razão disso está em que o dinheiro não constitui uma produção anual e comum como as que são absorvidas pelo imposto. Exceto naqueles casos em que o Governo remete dinheiro para o exterior a fim de saldar subsídios ou pagar o soldo de seus exércitos, ele não consome moeda. O Governo repõe na sociedade, por meio de suas compras, a moeda que arrecada mediante o imposto, sem nela repor, contudo, o valor do imposto.¹⁹ Ora, visto que o imposto paralisa uma parte da produção, operando, além disso, uma rápida destruição dos produtos que não impede de nascer, os impostos excessivos tornam os produtos sempre e cada vez mais raros em relação à moeda, cuja quantidade não diminui por força do imposto. Ora, sempre que as mercadorias em circulação se tornam mais raras em relação à quantidade de moeda em circulação, elas estão mais caras em dinheiro.

Essa superabundância de moeda de ouro e de prata deveria, aparentemente, contribuir para a prosperidade pública. Em absoluto; pois, ainda que fosse maior a proporção de dinheiro em relação aos produtos correntes, cada pessoa só pode adquirir por meio de produtos de sua própria criação e é precisamente essa criação que é dispendiosa e difícil.

De resto, quando os produtos custam caro em dinheiro, o próprio dinheiro, tendo menor valor relativo, não demora muito para desaparecer. Torna-se mais raro do que antes porque há menos artigos a fazer circular. E assim, um país esmagado por impostos que ultrapassam seus meios de produção vê-se progressivamente privado, primeiro, de mercadorias e, a seguir, de dinheiro, isto é, de tudo, e depois despovoando-se, como aconteceu na Espanha desde há duzentos anos. A menos que poupanças constantes venham equilibrar os capitais que se alteram e que uma indústria ativa seja capaz de fornecer, como na Inglaterra, mais produtos anuais do que os consumos públicos destroem.

Ao examinar com cuidado e atenção esses princípios, poderemos compreender como as despesas anuais e verdadeiramente gigantescas dos Governos modernos obrigaram os contribuintes a um trabalho bem mais tenaz, dado que, independentemente das produções exigidas por sua própria manutenção, pela de sua família,

¹⁹ Já vimos qual é a razão disso. As compras feitas com o dinheiro do imposto constituem trocas e não restituições.

por seus prazeres e pelos costumes do país, devem produzir também o que é devorado pelo fisco, além do que este faz perder sem devorar, valor este que, conquanto indubitavelmente enorme em algumas grandes nações, é impossível avaliar.

Esse excesso, resultado gradativo de sistemas políticos viciosos, serviu pelo menos para aperfeiçoar a arte de produzir, obrigando os homens a extraírem maior quantidade de serviços do concurso dos agentes naturais. Sob esse aspecto, os impostos contribuíram, talvez, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das faculdades humanas. Por isso mesmo, quando os progressos da arte social reduzirem as contribuições públicas ao nível das verdadeiras necessidades das sociedades, desfrutaremos de um imenso bem-estar proveniente dos progressos que foram alcançados na arte de produzir. No entanto, se, em consequência dos esbanjamentos a que somos arrastados por máquinas políticas abusivas e complicadas, prevalecer o sistema dos impostos excessivos e sobretudo se este se propagar, ampliar-se e consolidar-se, podemos temer que termine por devolver à barbárie as nações cuja indústria hoje mais nos surpreende. É de se temer que essas nações se transformem em imensas galés, onde veríamos pouco a pouco a classe indigente, isto é, a maioria, voltar seus olhos com inveja para a situação do selvagem... Selvagem este que, na verdade, não se encontra bem provido, nem ele nem sua família, mas que, pelo menos, não é obrigado a custear, mediante esforços permanentes e intermináveis, gigantescos consumos públicos que não aproveitam ao próprio público ou que até revertem em seu detrimento.

A Dívida Pública

§ I — Os empréstimos governamentais e seus efeitos gerais

Entre os particulares e os Governos que contraem empréstimos há esta grande diferença: que os primeiros, na maioria das vezes, procuram obter fundos com o propósito de fazê-los render e de empregá-los de maneira produtiva, ao passo que os segundos, em geral, só fazem empréstimos para dissipar irremediavelmente os fundos que lhes foram concedidos. Os empréstimos públicos são contraídos a fim de prover as necessidades imprevistas ou repelir perigos iminentes. Cumprido ou não com o propósito, todavia, a soma emprestada constitui, de qualquer maneira, um valor consumido e perdido e a renda pública passa a encontrar-se gravada com os juros desse capital.

Melouan afirma que as dívidas de um Estado são dívidas que a mão direita tem com a esquerda, as quais não debilitam o organismo inteiro. Ele se engana. O Estado vê-se enfraquecido nisto, que o capital emprestado ao Governo, tendo sido destruído pelo seu consumo efetuado pelo próprio Governo, não dará mais a ninguém o lucro ou, se se quiser, o juro que poderia render em sua qualidade de fundo produtivo. Com o que, então, paga o Estado os juros de sua dívida? Com a parcela de outro rendimento que ele transfere de um contribuinte para a pessoa que vive de rendas (*rentier*).

Antes do empréstimo, havia dois fundos produtivos ou dois rendimentos resultantes desses fundos, a saber: o capital do prestador e o fundo qualquer de onde o contribuinte tirava a parcela de rendimento que lhe será exigida. Depois do empréstimo, resta apenas um desses dois fundos, o do contribuinte, cujo rendimento não pode mais empregar para seu próprio uso, visto que o Governo é obrigado a exigí-lo sob a forma de imposto a fim de saldar seu compromisso com a pessoa que vive de rendas. Esse último não perde, no empréstimo, nenhuma parcela de rendimento; é o contribuinte quem a perde.

Muitas pessoas, por não verem perda de numerário em consequência dos empréstimos públicos, também não vêem perda de valor nessa operação, pensando que dela resulta apenas um deslocamento de riqueza. A fim de tornar seu erro ainda mais visível, apresento aqui um quadro que mostra de forma sinóptica o que acontece com o fundo emprestado e de onde vem a renda paga nos empréstimos públicos.

A Trajetória dos Valores nos Empréstimos Públicos

Fundo geral de onde saem todas as rendas de uma nação. Compõe-se da avaliação em principal de todos os agentes naturais (terras, cursos de água etc.), de todos os capitais e de todas as capacidades industriais dessa nação. Supõe-se aqui que esteja dividido em parcelas de 1 000 francos, cada uma das quais dá um rendimento de 50 francos. Supõe-se que cada indivíduo possua um maior ou menor número dessas parcelas, conforme seja mais ou menos rico. As parcelas desse fundo suscetíveis de serem emprestadas são valores mobiliários, pois podem passar de uma mão para outra; mas são, principalmente, valores destinados a desempenhar o ofício de capitais.

Fundo de 1 000 francos	{ De onde, por hipótese, sai um rendimento de... }	Rendimentos — 50 francos	} Supõe-se que essa parcela de rendimento é recebida e consumida pelo proprietário do fundo que a produziu.
Fundo de 1 000 francos	{ Supõe-se que essa parcela do fundo geral, da qual podia sair um rendimento de 50 francos, é emprestada por seu proprietário ao Governo, que a consome improdutivamente. Ela não mais fornece, portanto, nenhum rendimento.	---50 francos	} Essa parcela de rendimento é paga à pessoa acima que vive de rendas e que possui o fundo de 1 000 francos emprestado ao Governo, fundo este que, tendo sido consumido pelo Governo, já não dá rendimento.
Fundo de 1 000 francos	{ Do qual sai um rendimento de 50 francos que o Governo arrecada sob forma de imposto do proprietário desse fundo, a fim de pagar uma renda ao proprietário do fundo anterior, o qual foi emprestado como principal ao Governo e que esse consumiu.	Aqui o rendimento é nulo, tendo se transferido para a parcela anterior.	
Fundo de 1 000 francos	{ etc. Podemos submeter as parcelas seguintes do fundo geral a toda espécie de suposições referentes ao uso que se pode fazer do rendimento que cada uma delas fornece.		

Essas três parcelas do fundo geral, das quais, antes da operação de empréstimo, saía um rendimento total de 150 francos, não produzem mais do que um rendimento total de 100 francos, pois uma das parcelas do fundo geral, equivalente a 1 000 francos, foi destruída pelo consumo improdutivo subsequente ao empréstimo.

mo. Além disso, quando se dá num país cujo Governo inspira pouca confiança, tem ainda o inconveniente de fazer subir o juro dos capitais. A agricultura, as fábricas e o comércio têm mais dificuldade em encontrar capitais para tomar emprestado quando o Estado oferece permanentemente um investimento fácil e, muitas vezes, juros elevados. Para conseguir a preferência sobre um concorrente tão temível, a indústria vê-se obrigada a custos de produção maiores, os quais, tornando os lucros ainda mais caros, diminuem o consumo.

A grande vantagem que resulta, para uma nação, da faculdade de contrair empréstimos está em poder dividir por um grande número de anos os encargos exigidos pelas necessidades do momento. Em geral, os Governos aumentam suas despesas ordinárias até o nível das contribuições que podem tirar das populações. Assim, são obrigados a recorrer ao recurso extraordinário dos empréstimos para prover, por exemplo, às despesas extraordinárias da guerra. O empréstimo põe à sua disposição um capital a ser gasto anualmente sem obrigá-los a exigir do contribuinte além do juro desse mesmo capital. Desse modo, os Governos transferem para o futuro uma parte das exigências do presente. Isso, aliás, leva-os a reconhecer essas exigências com excessiva celeridade.

Assim como no imposto, alguns autores pretenderam descobrir no empréstimo, independentemente dos recursos que apresenta para satisfazer as necessidades do Estado, certas vantagens decorrentes de sua natureza. Desse modo, já se afirmou que os contratos ou títulos de crédito que constituem a dívida pública tornam-se verdadeiros valores no Estado e que os capitais representados por esses contratos constituem riquezas reais que se incluem entre as fortunas.² Ora, isso é um erro, pois um contrato não passa de um título que certifica que tal propriedade pertence a tal pessoa. É a propriedade que constitui a riqueza e não o pergaminho que atesta quem é seu possuidor. Com maior razão ainda, um título não constitui nenhuma riqueza quando não representa um valor real e existente, não passando de uma delegação que o Governo dá a quem forneceu o empréstimo a fim de que esse possa, a cada ano, ter sua parte nos rendimentos que ainda estão por nascer nas mãos de um contribuinte. Se o título vem a ser anulado (como sucede numa bancarrota), significa que há uma riqueza a menos na sociedade? De maneira nenhuma, pois o contribuinte dispõe, nesse caso, daquela parcela de seu rendimento que teria passado para as mãos de quem vive de rendas (do *rentier*).

Alguns apresentam a compra e venda de títulos de crédito contra o Governo como um movimento de fundos, como uma circulação benéfica para a sociedade. Ora, a circulação não tem por si só nada de benéfico: é como o movimento de um moinho que gira no vazio. Ela só é útil quando acompanhada de efeitos úteis, como acontece quando matérias-primas passam pelas mãos da indústria para nelas receber um novo valor ou então quando um consumidor, ao comprar um produto, repõe nas mãos dos produtores um capital que estes empregarão de maneira proveitosa.³ Na venda de títulos públicos, contudo, se fica liberado o capital de quem vende, fica comprometido em seu lugar o capital de quem compra. Não é outra coisa senão a substituição de um credor do Estado por outro. A repetição de tal operação não faz mais do que multiplicar os custos que acompanham cada

² *Considérations sur les Avantages de l'Existence d'une Dette Publique*. p. 8.

³ Considerou-se também que os títulos públicos são valores que servem para facilitar a circulação de outros valores. Ora, para que pudessem substituir a moeda até certo ponto, seria preciso que possuíssem suas vantagens: que pudessem ser dados e recebidos sem outros custos; que seu valor não variasse de um dia para outro ou até de uma hora para outra. Em suma, que apresentassem todas as qualidades que reconhecemos (Livro Primeiro. Cap. XXVI e XXX) necessárias para que um papel possa fazer as vezes de moeda, qualidades estas que os títulos públicos não têm sob nenhum ponto de vista. Longe de substituí-lo, sua circulação ocupa uma parte do dinheiro em circulação.

uma delas. Quanto aos ganhos provenientes das variações na cotação dos títulos, estão sempre baseados numa perda equivalente suportada por outras pessoas.⁴

O mal torna-se ainda bem maior quando a compra e venda de títulos públicos, transformados em fictícios por mercados a termo, não passam de um mero jogo em que o lucro significa simplesmente a perda de jogadores desafortunados ou talvez menos bem informados.⁵

Já se disse que uma dívida pública compromete com o destino do Governo todos os credores do Estado e que estes, ligados à sua sorte boa ou má, tornar-se-iam seus sustentáculos naturais. É bem verdade. Ocorre, porém, que esse meio de preservação, aplicando-se indistintamente tanto a uma ordem de coisas boa como a uma situação ruim, é, por isso mesmo, tão perigoso para uma nação quanto pode lhe ser útil. Basta ver a Inglaterra, onde esse motivo obrigou, em muitos casos, grande número de pessoas honestas a sustentarem uma administração bastante perversa e um regime cheio de abusos.⁶

Já se disse também que a dívida pública estabelece o estado da opinião pública acerca da confiança merecida pelo Governo e que este, por conseguinte, cioso de preservar um crédito cujo nível é evidenciado pela dívida, teria mais interesse em conduzir-se bem. Ora, convém fazer aqui uma distinção. *Conduzir-se bem*, do ponto de vista dos credores do Estado, significa pagar com pontualidade e exatidão as prestações da dívida; do ponto de vista do contribuinte, todavia, *conduzir-se bem* é gastar pouco. O preço corrente das rendas oferece, é verdade, uma garantia para a primeira forma de bem conduzir-se, mas de maneira nenhuma para a segunda. Talvez não seja mesmo extravagante afirmar que o pagamento pontual e exato da dívida, longe de ser uma garantia de boa administração, em muitos casos simplesmente a substitui.

Ainda em favor da dívida pública, já se disse que ofereceria aos capitalistas que não encontram emprego vantajoso para seus fundos um investimento que os impediria de enviá-los para fora. Ora, tanto pior, pois é um engodo que atrai os

⁴ Já se pretendeu que a alta gradual dos fundos públicos, quando não sucedida por uma baixa, equivale, para os vendedores, a um crescimento de capitais que não acarretaria perda para ninguém. Ora, devemos sempre desconfiar desses resultados mágicos em que alguma coisa surge do nada. É impossível que alguém possa desfrutar de um valor (que não foi criado) sem ser às expensas de outro. Quando o Estado vende por 65 francos uma renda de 5 francos sobre um capital de 100, faz com que a nação se torne devedora de um valor de 100 francos que o comprador adquiriu por 65. Os 35 francos que, nesse caso, se distribuem entre os que especulam na alta, configuram uma perda a ser suportada pelos contribuintes, os quais pagam uma renda equivalente a um principal no valor de 100 francos, pelo qual, todavia, receberam apenas 65.

⁵ Nos mercados a termo, o vendedor se compromete a entregar, em determinada época, certa quantidade de títulos públicos por determinado preço. Atingido o prazo termo, se a cotação do título que o vendedor deve entregar está acima do preço pelo qual o vendeu, em lugar de entregá-lo, paga ao comprador a diferença entre os dois preços; se a cotação está mais baixa, é o comprador, ao contrário, quem, em lugar de apoderar-se do título, paga a diferença. Vê-se, assim, que as obrigações fornecidas pelo Governo não têm o menor efeito nos jogos da bolsa, exceto para fornecer o curso que serve de base ao pagamento das diferenças. Os jogadores, na realidade, não são verdadeiros emprestadores, mas simples apostadores que apostam que as obrigações do Governo estarão, em determinada época, acima ou abaixo de determinado preço.

Não se pode deixar de lamentar quando se pensa nos abusos que podem decorrer de um jogo como este. Os governantes influem sobre a cotação dos títulos públicos de muitas e variadas maneiras. Fazem, por exemplo, com que as caixas de amortização executem compras ou então proibem-nas de fazê-lo; desentendem-se ou, ao contrário, reconciliam-se com outros Governos, tomando necessários ou não novos empréstimos; elaboram, no segredo dos gabinetes, leis cujo inevitável efeito será o de fazer com que aumentem ou diminuam os compromissos do Estado. As pessoas que têm condições de conhecer as medidas que estão sendo preparadas e de conhecer, antes do particular comum, as circunstâncias externas que podem influir sobre o preço dos títulos públicos; as pessoas que recebem as informações transmitidas por agentes acreditados ou secretos, pelos correios extraordinários ou pelo telégrafo; essas pessoas, dizia eu, podem previamente realizar, por intermédio de seus prepostos, compras e vendas que serão ruinosas para os jogadores que não contam com as mesmas vantagens.

⁶ Podemos constatar nos escritos de Jeremias Bentham a que ponto podem chegar os abusos dos custos de processos e das sinecuras, o fardo que o clero da igreja dominante impõe à nação e muitos outros abusos que não podem ser, infelizmente, corrigidos por meios legais, pois a maioria da legislatura é nomeada pela influência das próprias classes privilegiadas às quais, justamente, tais abusos aproveitam.

capitais para sua própria destruição, além de gravar a nação com os juros que o Governo paga por eles. Seria muito melhor se esse capital fosse emprestado ao exterior, pois, cedo ou tarde, retornaria e, enquanto isso, seria o exterior que pagaria os juros.

Empréstimos públicos moderados, cujos capitais fossem empregados pelo Governo em empreendimentos úteis, tinham a vantagem de dar uma oportunidade de emprego para pequenos capitais pertencentes a mãos pouco industriosas e que, se não lhes fosse oferecido esse investimento fácil, murchariam nos cofres ou gastariam gota a gota. Talvez seja esse o único ponto de vista sob o qual os empréstimos públicos possam produzir algum bem. Mesmo esse bem, todavia, torna-se um perigo quando é ocasião, para os Governos, de dilapidar as poupanças da nação. A menos, com efeito, que o principal tenha sido gasto de maneira permanentemente útil para o público (como, por exemplo, em estradas, em facilidades para a navegação etc.), teria sido bem melhor para este último que aquele capital permanecesse escondido: se o público, nesse caso, perdesse durante certo tempo o uso do fundo, pelo menos não pagaria seus juros.

Em suma, pode ser um bom expediente contrair empréstimos quando só se tem, como acontece com os Governos, um usufruto para gastar e quando há necessidade de gastar certo capital. Mas que ninguém imagine que fazer empréstimos signifique trabalhar para a prosperidade pública. Quem toma emprestado, seja ele particular ou príncipe, grava seu rendimento com uma renda e acaba perdendo todo o valor do principal se consumi-lo. Ora, é precisamente isso que fazem quase sempre as nações que contraem empréstimos.

§ II — O crédito público e seus fundamentos e o que o modifica

O crédito público é a confiança que se concede aos compromissos contraídos pelo Governo. O Estado faz empréstimos em condições tanto melhores quanto mais plena for essa confiança. Conseqüentemente, pode-se presumir que os contribuintes terão tanto menores encargos de impostos quanto maior for o crédito do Governo. Veremos mais adiante até que ponto essa presunção é justificada pela experiência.

O crédito de todos os Governos apresentou-se muito pouco estável até o final do século XVIII. Os monarcas absolutos ou quase absolutos inspiravam pouca confiança. Sendo mantidas em segredo suas receitas e despesas, o público não tinha condições de avaliar a natureza de suas dificuldades nem a extensão de seus recursos. Quando é a vontade de um só que faz a lei, os emprestadores não têm nenhuma outra garantia da solidez das promessas senão a boa vontade do príncipe ou do ministro de crédito. O surgimento de um novo príncipe ou até de outro ministro pode anular as promessas mais solenes. Ofereciam-se, em substituição ao crédito, os mais diferentes atrativos aos emprestadores. Ora a sedução de gordos juros nas rendas vitalícias e nas tontinas, ora a das anuidades, dos prêmios e dos lotes que se acrescentavam ao juro estipulado. Mesmo na Inglaterra, em meio às vitórias brilhantes de Marlborough, os títulos do Ministério das Finanças chegavam a perder 40%.⁷ A Rainha Ana contraiu empréstimos no valor de 9 milhões de libras esterlinas, aos quais foram acrescentados, independentemente dos juros, lotes que chegaram a atingir 2 723 918 libras esterlinas.⁸ O crédito da Inglaterra, em primei-

⁷ STEUART. *Économie Politique*. t. II, p. 384 da ed. francesa.

⁸ HAMILTON, Robert. *On the National Debt*. 3.^a ed., p. 73 da ed. inglesa.

ro lugar, e o de vários outros Estados fortaleceram-se posteriormente, algo que se deve atribuir primordialmente à exatidão escrupulosa com que saldaram os juros de sua dívida.

Se considerarmos apenas os recursos de um Governo, ele merece mais confiança do que um particular. Os rendimentos de um particular, com efeito, podem faltar-lhe repentinamente ou, pelo menos, em tão grande medida que se veja impossibilitado de saldar seus compromissos. Falências numerosas no comércio, acontecimentos de força maior, desgraças, processos ou injustiças podem arruinar um particular. Os rendimentos de um Governo, ao contrário, baseiam-se em tributos impostos a um número tão grande de contribuintes que os infortúnios particulares destes só podem comprometer uma parcela bem reduzida da renda pública.

Mas o que favorece excepcionalmente os empréstimos que os Governos fazem é bem menos a confiança que merecem ou que lhes é concedida do que certas outras circunstâncias acessórias que são dignas de toda a atenção dos publicistas.

Os títulos e fundos públicos constituem um investimento mais conhecido e acessível do que qualquer outro. Todo o mundo pode neles depositar suas poupanças. Nenhum investimento requer menos formalidades, menos precauções e menos capacidade por parte de quem empresta e nenhum o expõe menos aos ardis da má fé. Pode-se utilizá-los sem a obrigação de ganhar a confiança do público e sem outros custos além do pagamento de uma corretagem. Além disso, as aplicações em títulos e fundos públicos foram investidas de todos os privilégios que a autoridade soberana pode conferir. Enquanto o demônio fiscal explora avidamente as fontes de quase todos os rendimentos, esta foi posta ao abrigo de seus ataques. Nenhuma contribuição ou imposto incide sobre as rendas pagas pelo Estado. Sua transmissão foi liberada de qualquer imposto, bem como das formalidades que acompanham qualquer outra transmissão. Esses fundos e títulos, bem como seus juros, foram declarados insuscetíveis de apreensão, a tal ponto que um credor do Estado, mesmo afogado em dívidas, pode tranquilamente consumir seus rendimentos desafiando seus próprios credores. Se o investidor vem a alimentar certas inquietações sobre a solvibilidade do tesouro, se lhe acontece de precisar de seus fundos ou se preferir alguma outra aplicação, bastam-lhe 24 horas para realizar os títulos que possui. Pode fazê-lo sem que ninguém saiba. A possibilidade de vender leva-o a considerar nulo o perigo de guardá-los.

Todos esses privilégios, contudo, bem como esses meios acessórios de atrair as acumulações dos particulares para a voragem das despesas públicas, revelaram-se insuficientes em muitos casos. Ninguém deixa de perceber que os Governos são devedores demasiado poderosos para deixarem de ser sempre um pouco perigosos. Nos contratos concluídos entre eles e os particulares, os primeiros são necessariamente juízes ao mesmo tempo que partes. Como depositários do poder de fazer leis, os Governos podem determinar a época e a maneira como, em sua qualidade de devedores, deverão saldar seus débitos. O recurso aos tribunais é insuficiente contra eles, pois os tribunais são órgãos da autoridade e executantes das normas que lhe apraz estabelecer. Por último, nenhuma coação pode exercer-se contra o Governo e, a despeito de sua boa vontade, as tempestades da política podem colocá-lo na impossibilidade de saldar seus débitos.

Essas considerações explicam por que, apesar de todos os meios utilizados para manter seu crédito, ou melhor, para substituí-lo, os Governos só encontram fundos, em geral, sob condições que são tão vantajosas quanto as mais sólidas hipotecas ou uma casa de comércio de primeira ordem. Muitos Estados, inclusive, estariam na afortunada impossibilidade de gastar antecipadamente suas rendas se a Inglaterra não lhes tivesse fornecido meios de contrair empréstimos mais poderosos do que todos os outros. Refiro-me aqui ao modo, hoje em dia empregado em toda

a parte, de vender os empréstimos por subscrição a companhias financeiras que compram as rendas pagas pelo Estado *globalmente* para revendê-las em parcelas.⁹

O Governo que deseja receber um principal e que só pode pagá-lo dando uma renda anual, põe à venda a promessa dessa renda (que suporemos aqui ser de 5 francos), entregando-a, entre as diferentes companhias de emprestadores, à que, para obtê-la, oferece-lhe o maior capital. Até aqui, supondo-se que o empréstimo seja suficientemente justificado por necessidades autênticas, esse procedimento não apresenta nada contrário aos interesses do público. Com efeito, quanto mais caro custar a renda de 5 francos, tanto menos rendas como esta o Estado terá de oferecer para obter o capital de que precisa. Em sua execução, contudo, essa operação torna-se mais complicada e danosa. A fim de garantir o título do emprestador e, ao mesmo tempo, para dissimular a taxa de juros, o Governo concorda em supor que o emprestador verteu para seus cofres uma soma de 100 francos e em pagar-lhe seu juro a 5%, embora, na realidade, a companhia financeira que se encarregou do empréstimo só tenha pago, por essa mesma renda de 5 francos, a quantia de 89, 72, 60 francos e até menos. Dessa maneira, o Estado, nesse último caso, por exemplo, reconhece ser devedor, para cada renda de 5 francos, além da soma de 60 que recebeu, uma quantia imaginária de 40 francos que não recebeu.

É perfeitamente compreensível que, por esse meio, podendo-se elevar o juro tão alto quanto se queira, sem que, ao mesmo tempo, isso seja estipulado, um Governo possa fazer empréstimos seja qual for o crédito de que desfrute. Se esse é pequeno, o juro pode estar numa taxa tal que a parcela de juros que representa a apólice de seguro oferecida ao emprestador cubra integralmente seu risco, por maior que seja. Consta-se também que um Governo que recebe pouco capital por cada renda de 5 francos que oferece pode, não obstante, obter a soma que quiser multiplicando tanto mais as rendas quanto menos caro vendê-las.

No século passado, os Governos só podiam praticamente encontrar emprestadores entre seus próprios súditos ou, no máximo, entre os capitalistas que mantinham relações freqüentes com seus súditos. Por intermédio das companhias financeiras, porém, passaram a encontrá-los em todas as nações comerciantes do mundo. Essas companhias mantêm correspondentes e até associados em todas as grandes cidades da Europa. Cada uma dessas casas de correspondência ou representação, pelo conhecimento que tem dos capitalistas que se encontram em seu território e entre suas relações, é capaz de avaliar rápida e sumariamente a soma de rendas que poderão ser investidas em Londres, Viena, Frankfurt, Amsterdam, em Hamburgo etc. A taxa pela qual a companhia aceita encarregar-se de um empréstimo é sempre inferior à taxa pela qual se vendem as rendas equivalentes nessas diferentes cidades. Estas tornam-se, então, mercados sempre abertos aos empréstimos que os diferentes Governos da Europa e da América contraem. Assim, os Governos não mais se vêem obrigados a pedir e merecer a confiança do público. A operação torna-se uma questão a ser exclusivamente tratada por financistas, e os meios que acionam para esse fim proporcionam-lhes êxito tanto maior pelo fato de fazerem eles próprios parte das nações e de aplicarem a esses tipos de especulação toda a inteligência e diligência que habitualmente presidem os negócios privados.¹⁰

⁹ Parece que foi Pitt o primeiro a empregar essa moda. A humanidade tem mais acusações do que se pensa a fazer contra esse ministro.

¹⁰ Dufresne de Saint-Léon, a quem muito recomendam seus conhecimentos práticos e a honrosa parte que desempenhou, durante vários anos, na administração das finanças da França, apresentou-nos, num escrito publicado em 1824 (*Études du Crédit Public*, p. 95), no qual foram alterados os nomes das pessoas e dos lugares, um exemplo das manobras realizadas pelos financistas para vender com lucro os empréstimos de que são encarregados. O Governo de Nápoles, suponhamos, abre um empréstimo de 100 milhões que dá um juro de 5 milhões. O judeu Samuel, falando em seu próprio nome e no de seus co-interessados, oferece por ele 65%, isto é, oferece 65 milhões sobre um capital de

É assim que os capitais acumulados pela indústria e economia dos particulares em todos os cantos do mundo são aspirados pelos financistas e entregues às potências. É assim igualmente que potências que não contavam com nenhum crédito conseguiram, contudo, fazer empréstimos em condições que nem sempre conseguem os particulares mais solventes. O rei de Nápoles, por exemplo, por 94, recorrendo ao emprestador um capital de 100; a Rússia por 95 1/2; a Áustria por 96 e a Prússia por 99 1/2.¹¹

Afinal de contas, dirá alguém, é preciso que o Estado tenha crédito para resistir a uma agressão injusta ou fortalecer sua independência. — Seria, sem dúvida, extremamente desejável. Ocorre, no entanto, que é justamente nas ocasiões em que os Estados precisam fortalecer sua independência ou consolidar suas instituições que menos podem contar com os financistas. Nas querelas que surgem entre as nações, a causa mais justa é, em geral, a mais fraca. Quem não tem a força do seu lado é obrigado a ter a razão. Ora, não é essa a causa que seduz os homens motivados unicamente por interesses pecuniários; esses sempre se põem do lado de quem paga melhor. Ora, esse é o lado que dispõe das forças materiais da sociedade. Tais pessoas não investigam se um Governo respeita ou não os direitos da humanidade, se age em sentido contrário ao saber esclarecido já adquirido, se faz por mergulhar as nações novamente na ignorância, na superstição e nas desordens que caracterizam, sem exceção, os séculos anteriores. Mas examinam, isto sim, se o Governo conta com legisladores complacentes para conferir um verniz de legitimidade ao imposto e com soldados disciplinados capazes de fazer com que seja pago.

Em 1776, por exemplo, a Inglaterra encontrava auxílios para ajudá-la a sustentar suas injustas pretensões contra os Estados Unidos, ao passo que estes não encontravam nenhum para defender sua independência. Em 1792, as potências coligadas encontravam dinheiro para ditar leis à França e esta, arrastada ao desespero, não teria preservado sua independência sem as medidas violentas que tanto veio a lamentar. Mais recentemente ainda, encontraram-se milhões em dinheiro para mergulhar os compatriotas do Cid na pior degradação; e a parcela média, virtuosa e esclarecida desse povo foi, então, abandonada como presa à parte fanática e bárbara.

Os abusos cometidos com o crédito, ou melhor, com os meios que o preenchem, levam o autêntico publicista, aquele que se ocupa dos interesses do público, a perguntar-se pela real utilidade de todo esse aparato tão gloriificado. O publicista voltou seus olhos para a Inglaterra e viu uma nação a tal ponto sufocada pelos juros de sua dívida e os objetos de consumo a tal ponto encarecidos pelo imposto que, nela, o trabalho não é mais suficiente para permitir a subsistência da classe indigente; constatou também que, no próprio seio da indústria mais admirável e da

100 milhões pelos quais o Governo napolitano se reconhece devedor e se compromete a pagar essa soma em doze prestações mensais. Embora muito rica, a companhia Samuel não possui 65 milhões nem tem, de resto, a menor intenção de confiar seus capitais a nenhum Governo. Seu único propósito é recuperá-los com grandes lucros a fim de empreender um novo negócio do mesmo gênero com o Governo russo ou austríaco. Conseqüentemente, põe sua renda napolitana à venda em todos os mercados da Europa. Ao mesmo tempo, encarrega seus agentes de Londres, de Paris e de alhures de comprarem partes dessa mesma renda aos preços de 66, 67 e até mais. O elevado preço que por elas paga na realidade não lhe custa nada, pois, sendo simultaneamente compradora e vendedora, a companhia recebe pelas mãos de um de seus agentes o que outro terá desembolsado em nome dela. Enquanto a cotação se fixa desse modo, outros capitalistas, com o objetivo de especular sobre a alta dessa renda ou de simplesmente investir suas acumulações, compram mas não revendem. A mesma manobra é executada nas diferentes praças da Europa, até que o empréstimo napolitano esteja integralmente colocado e que a companhia Samuel tenha realizado muitos milhões de lucro.

¹¹ Ver a cotação dos títulos públicos nas Bolsas de Londres e de Paris no mês de junho de 1824.

atividade mais constante, a maioria dos cidadãos encontra-se permanentemente exposta às mais cruéis privações.¹²

Muitas pessoas respeitáveis, mas muito pouco acostumadas a seguirem os fatos até as suas últimas conseqüências, celebram com entusiasmo o poder do crédito público. Negociantes que, por profissão, dedicam uma espécie de culto à fidelidade escrupulosa com que se devem pagar suas dívidas, não percebem que existe, para os Governos, uma virtude mais alta: é a de não contrair dívidas. É impossível para os Governos não fazer recair sobre o povo o fardo de suas dívidas. Por isso, devem sempre temer que o povo se canse de suportar encargos que não são acompanhados de vantagens proporcionais. Se nós, geração atual, consentimos, pelo menos com nosso silêncio, em onerar os rendimentos de nossos netos, estes não julgarão conveniente sacudir esse fardo se vierem a perceber que de nada serviu para sua felicidade nem para sua glória? O futuro pode encontrar razões para exigir contas ao presente. Os representantes futuros de uma nação acusarão, talvez, seus predecessores de não tê-los bem representado. Quantos empréstimos não poderão imputar a votos corruptos, a uma falsa política, a um orgulho nacional mal compreendido e a doutrinas e sistemas superados. Nossos netos, finalmente, poderão encontrar-se em circunstâncias difíceis, consultando, então, apenas seus próprios embarços e poder.

Alguns acreditaram poder prevenir tais extremos mediante caixas de amortização. Estas, se fosse rigorosamente respeitado o objetivo de sua instituição, ofereciam meios de extinguir e reembolsar os empréstimos não reembolsáveis. Vejamos em que consiste o fundamento de suas operações.

Se o Estado toma emprestados 100 milhões a 5%, é preciso que consiga, todos os anos, uma parcela da renda nacional igual a 5 milhões a fim de saldar os juros desse empréstimo. Em geral, o que faz é estabelecer um imposto cujo produto anual atinja essa quantia.

Se o Estado fixa o imposto numa soma um pouco maior, por exemplo, em 5 462 400 francos, e se encarrega uma caixa particular de empregar o excedente de 462 400 francos para anualmente resgatar na praça uma fração equivalente de seus compromissos; se essa caixa, por outro lado, empregar para o resgate não somente o fundo anual reservado para esse fim, mas, além disso, as prestações das rendas cujos títulos ela já resgatou, então, ao cabo de cinqüenta anos, resgatará integralmente o principal do empréstimo de 100 milhões.

Essa é a operação que uma caixa de amortizações executa.

O efeito resultante se deve ao poder do juro composto, isto é, do juro que se acumula cada ano para acrescentá-lo a seu principal e que também passa, ele próprio, a render juros em todos os anos seguintes.

Vê-se, assim, que, mediante um sacrifício anual igual, no máximo, a 1/10 do juro, é possível resgatar, antes de cinqüenta anos, uma renda de 5%. No entanto, dada a liberdade existente na venda dos contratos de renda, se seus possuidores não quiserem desfazer-se deles ao par, isto é, na base de vinte vezes a renda, então o resgate será um pouco mais demorado. Mesmo essa dificuldade, porém, é

¹² Certas pessoas perguntam às vezes como os ingleses, com custos de produção agravados pelo imposto, conseguem vender para fora mais barato do que outros povos mais sobrecarregados. Em primeiro lugar, existem os *drawbacks* ou restituição de impostos e direitos sobre quase todos os principais objetos de exportação. Em segundo lugar, os direitos de entrada que as mercadorias pagam nas alfândegas estrangeiras são mais moderados para os ingleses do que para outras nações, graças aos cuidados de seu Governo. E, em último lugar, o que, para o consumidor inglês, mais encarece os produtos são os impostos que devem suportar nas últimas elaborações que estes recebem, em particular por parte dos varejistas. Assim, o preço do pão, independentemente de sua parte no imposto fundiário, no dízimo, na taxa dos pobres e na dos transportes etc., deve ainda pagar os impostos diretos e indiretos do moleiro e do padeiro. O preço das roupas é, muitas vezes, menos elevado pelo que custa o tecido do que pelos enormes impostos de consumo pagos pelo comerciante varejista, pelo alfaiate etc. Ora, os compradores estrangeiros estão liberados dessa parcela dos custos de produção.

um sinal do bom estado do crédito. Se, ao contrário, o crédito vacila e se é possível resgatar, pela mesma soma, uma soma maior de contratos, então a amortização pode se dar num prazo mais breve. De sorte que, quanto mais o crédito declina, tanto mais recursos tem uma caixa de amortização para restabelecê-lo. Inversamente, os recursos que ela oferece só se debilitam na medida em que o crédito público necessita menos de seu auxílio.

Com a ajuda de uma caixa desse tipo, o Governo pode sustentar o preço dos títulos públicos e, conseqüentemente, fazer empréstimos em melhores condições. Foi isso, sem dúvida, que levou Smith a dizer que as caixas de amortização, concedidas para a redução da dívida, na realidade favoreceram seu crescimento.

Podemos acrescentar ainda que os juros pagos pelo Tesouro e postos em reserva pela caixa constituem um atrativo que provoca novas despesas para as quais não se ousa recorrer a novos empréstimos. Os fundos das caixas de amortização da Inglaterra e da França foram, mediante leis diversas, desviados dessa maneira do emprego a que eram destinados, levando a nação a perder, assim, o fruto do sacrifício suplementar que o empréstimo lhe exigira.

Mesmo supondo, porém, que o fundo de amortização possa ser religiosamente respeitado, mesmo supondo legislaturas inteiramente independentes e capazes, em qualquer época, de opor uma resistência inabalável às propostas dos ministros, uma caixa de amortização sempre é uma instituição que acarreta custos e abusos, além de não prestar efetivamente nenhum serviço quando o Estado é bem administrado.

Tanto para um Estado como para um indivíduo, não existe senão um meio de libertar-se de suas dívidas. Esse único meio consiste em consagrar a elas o excedente das rendas sobre as despesas. Quando as despesas equivalem às rendas, por mais que se faça, a dívida não diminui; ao contrário, até aumenta quando há um excedente do lado da despesa. Quando as rendas ultrapassam a despesa, o procedimento mais expeditivo e menos oneroso consiste em empregar imediatamente esse excedente no resgate de uma parte das obrigações do Estado. A manobra dos juros compostos não passa de puro charlatanismo. Quando o Estado tem a felicidade, em determinado ano, de possuir um excedente de 20 milhões em suas receitas e quando resgata, em conseqüência, 1 milhão de suas rendas, não conta ele com menos esse milhão a pagar no próximo ano? E quando suas receitas e despesas permanecerem ainda na mesma situação, seu excedente no ano seguinte não será de 21 milhões, que resgatarão 1,05 milhão de francos? Não é nisso que consiste todo o efeito que se pode esperar do juro composto?

Vemos, portanto, que o ponto essencial para extinguir uma dívida consiste, simplesmente, em reduzir as despesas e empregar em seu pagamento as receitas excedentes. Durante todos os anos da guerra que a Inglaterra moveu contra a Revolução Francesa, e mesmo alguns anos depois, a Inglaterra fez constantemente empréstimos de quantias muito maiores do que as que eram resgatadas por sua caixa de amortização. Tera sido bem melhor para ela se tivesse empregado em suas despesas os impostos adicionais que estabelecera para fins de sua amortização e que tomasse emprestado a menos o montante desses encargos adicionais. Essa verdade é reconhecida hoje na Inglaterra e, para atestá-la, podemos invocar o testemunho de dois economistas célebres em nossos dias. Robert Hamilton, a quem devemos a melhor obra jamais feita sobre a dívida pública, declara que, com a caixa de amortização, só se conseguiu uma vantagem *fictícia e ilusória*,¹³ e David Ricardo afirma que de caixa de amortização ela só tinha o nome.¹⁴

¹³ HAMILTON, Robert. *On the National Debt*. p. 238 da 3.ª ed. inglesa.

¹⁴ RICARDO, David. *On Political Economy*. p. 289 da 3.ª ed. inglesa.

Já se propôs muitas vezes que um Estado se libertasse de suas dívidas por meio de uma bancarrota brusca ou gradual. Uma medida desse gênero, porém, mesmo deixando de lado o que pode ter de injusto, não remediaria em absoluto o mal, pois seu único efeito seria o de transferi-lo para outros indivíduos. Sem dúvida, os rendimentos dos contribuintes ficariam sem os encargos de todos os impostos que são obrigados a pagar para saldar os juros da dívida. Mas, ao mesmo tempo, os rendimentos dos credores do Estado ver-se-iam diminuídos do montante dessa mesma quantia. O resultado seria, inclusive, mais pernicioso para os credores do que benéfico para os contribuintes. Entre estes últimos, afinal de contas, não há nenhum de quem o imposto, por mais exagerado que seja, arranque a totalidade de seu rendimento, ao passo que, suprimindo-se os juros pagos às pessoas que vivem de rendas (*rentiers*), existem muitas delas que ficariam absolutamente sem recursos.

A única conduta razoável para curar a lepra dos empréstimos é a adotada pelos doentes de um regime mais severo. Do mesmo modo, é preciso reconstituir gradativamente os capitais imprudentemente dilapidados, isto é, diminuir as despesas públicas e empregar fielmente os rendimentos assim poupados no resgate da dívida. Não existe, para nenhum ministro das Finanças, nenhum talento maior do que o de gastar pouco.

Os príncipes que, como os potentados da Ásia, não têm nenhuma esperança de conseguir créditos, procuram acumular um tesouro.

Um tesouro é o valor presente de um rendimento passado, exatamente como um empréstimo é o valor presente de um rendimento futuro. Ambos servem para enfrentar as despesas de necessidades extraordinárias.

Um tesouro nem sempre contribui para a segurança do Governo que o possui, pois, além de atrair o perigo, é raro que sirva ao propósito para o qual foi acumulado. O tesouro constituído por Carlos V, rei da França, tornou-se presa de seu irmão, o duque de Anjou; o que o Papa Paulo II destinava a combater os turcos e a expulsá-los para a Ásia favoreceu os excessos de Sisto IV e de seus sobrinhos; o que Henrique IV reservava para humilhar a casa da Áustria foi empregado nos desmandos dos favoritos da rainha-mãe. Mais recentemente, as poupanças que deveriam consolidar a monarquia de Frederico II, rei da Prússia, serviram, na realidade, para enfraquecê-la.

Quando se encontra nas mãos de um Governo, uma grande quantia faz nascer tentações perniciosas. O público raramente, não ousa dizer nunca, se aproveita de um tesouro acumulado à sua custa, pois todo e qualquer valor e, conseqüentemente, toda e qualquer riqueza provém originariamente dele próprio.

Índice

<i>Prefácio de Georges Tapinos</i>	3
TRATADO DE ECONOMIA POLÍTICA	
Discurso Preliminar	39
LIVRO PRIMEIRO — A Produção de Riquezas	65
CAP. I — O que se Deve Entender por Produção	67
CAP. II — Os Diferentes Tipos de Indústria e como Eles Concorrem para a Produção	71
CAP. III — O que É um Capital Produtivo e de que Maneira os Capitais Con- tribuem para a Produção	77
CAP. IV — Os Agentes Naturais que Servem para a Produção das Riquezas e, em Particular, dos Bens Fundiários	79
CAP. V — Como se Associam a Indústria, os Capitais e os Agentes Naturais para Produzir	83
CAP. VI — Operações Comuns a Todas as Indústrias	85
CAP. VII — O Trabalho do Homem, o Trabalho da Natureza e o Trabalho das Máquinas	91
CAP. VIII — Vantagens, Inconvenientes e Limites que se Encontram na Se- paração dos Trabalhos	97
CAP. IX — Os Diferentes Modos de Exercer a Indústria Comercial e como Elas Concorrem para a Produção	105
CAP. X — Transformações que Sofrem os Capitais no Curso da Produ- ção	111
CAP. XI — De que Maneira se Formam e se Multiplicam os Capitais	115
CAP. XII — Capitais Improdutivos	123
CAP. XIII — Produtos Imateriais ou Valores que São Consumidos no Mo- mento de sua Produção	125
CAP. XIV — O Direito de Propriedade	133
CAP. XV — Os Mercados	137
	455

CAP. XVI — Que Vantagens Resultam da Atividade de Circulação do Dinheiro e das Mercadorias	145
CAP. XVII — Efeitos dos Regulamentos Administrativos que Têm por Objeto Influir Sobre a Produção	149
§ I — Efeitos dos regulamentos que determinam a natureza dos produtos	149
Digressão sobre o que se denomina balança comercial	153
Fim da digressão sobre a balança comercial	162
§ II — Efeitos dos regulamentos que determinam o modo de produção	172
§ III — As companhias privilegiadas	179
§ IV — Regulamentos relativos ao comércio de cereais	183
CAP. XVIII — Se o Governo Aumenta a Riqueza Nacional ao se Tornar Produtor	191
CAP. XIX — As Colônias e seus Produtos	195
CAP. XX — As Viagens e a Emigração em Relação à Riqueza Nacional	205
CAP. XXI — A Natureza e o Uso das Moedas	209
CAP. XXII — A Matéria de que São Feitas as Moedas	213
CAP. XXIII — Origem do Valor das Moedas	217
CAP. XXIV — As Moedas Feitas de Diferentes Metais Não Podem Conservar uma Relação Fixa em seu Valor	225
CAP. XXV — A Alteração das Moedas	229
CAP. XXVI — Os Papéis-Moeda	235
CAP. XXVII — A Moeda Não É nem Signo nem Medida	241
CAP. XXVIII — Atenção que se Deve Ter ao Avaliar Somas Mencionadas na História	247
CAP. XXIX — O que as Moedas Deveriam Ser	251
CAP. XXX — Os Signos Representativos da Moeda	257
§ I — Notas promissórias e letras de câmbio	257
§ II — Bancos de depósito	259
§ III — Bancos de desconto e bilhetes ao portador	261
LIVRO SEGUNDO — A Distribuição de Riquezas	267
CAP. I — Os Fundamentos do Valor das Coisas	269
CAP. II — Variações de Preço Relativas e Reais	277
CAP. III — Preço em Prata e Preço Nominal	283
CAP. IV — A Importância de Nossas Rendas	291
CAP. V — Como se Distribuem as Rendas na Sociedade	297
CAP. VI — Tipos de Produção que Melhor Pagam os Serviços Produtivos	303
CAP. VII — Os Rendimentos Industriais	307
§ I — Os lucros da indústria em geral	307
§ II — Os lucros do cientista	311
§ III — Os lucros do empresário industrial	312
§ IV — Os lucros do operário	314
§ V — A independência entre os modernos oriunda dos progressos da indústria	320
CAP. VIII — O Rendimento dos Capitais	323
§ I — O empréstimo a juros	323
§ II — Os lucros dos capitais	332
§ III — Os empregos de capitais mais vantajosos para a sociedade	335
CAP. IX — Os Rendimentos da Terra	337
§ I — Os lucros dos bens de raiz	337
§ II — O arrendamento	342

CAP. X — Os Efeitos das Rendas que uma Nação Percebe em Outra	347
CAP. XI — Relações Entre a População e a Economia Política	351
§ I — Como a quantidade dos produtos influi sobre a população dos Estados	351
§ II — Como a natureza da produção influi sobre a distribuição dos habitantes	357
LIVRO TERCEIRO — O Consumo das Riquezas	361
CAP. I — Diferentes Tipos de Consumo	363
CAP. II — Efeitos Gerais do Consumo	367
CAP. III — Efeitos do Consumo Reprodutivo	369
CAP. IV — Efeitos do Consumo Improdutivo em Geral	373
CAP. V — Os Consumos Privados, seus Motivos e Resultados	379
CAP. VI — Natureza e Efeitos Gerais dos Consumos Públicos	389
CAP. VII — Principais Objetos da Despesa Pública	397
§ I — As despesas relativas à administração civil e judiciária	398
§ II — As despesas relativas ao Exército	401
§ III — As despesas relativas ao ensino público	404
§ IV — As despesas relativas às instituições de caridade	409
§ V — As despesas relativas aos prédios e construções pertencentes ao público	411
CAP. VIII — Quem Paga os Consumos Públicos	415
CAP. IX — O Imposto e seus Efeitos Gerais	417
CAP. X — Os Diferentes Modos de Lançar o Imposto e Sobre que Classes de Contribuintes Incidem os Diversos Impostos	429
CAP. XI — A Dívida Pública	443
§ I — Os empréstimos governamentais e seus efeitos gerais	443
§ II — O crédito público e seus fundamentos e o que o modifica	448

Composto e impresso nas oficinas da
Abril S.A. Cultural e Industrial.
Acabamento: Círculo do Livro S.A.
São Paulo — Capital
